REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal e suas Subcomissões

ANO LXVIII – SUP. "B" AO Nº 39 – TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28

Líder
Eunício Oliveira - Bloco (66,69)

.....

Líder do PMDB - 20

Eunício Oliveira (66,69)

Vice-Líderes do PMDB
Ricardo Ferraço (106)
Romero Jucá (40,105)

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles (64)

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12,89)

Líder do PSD - 2

Sérgio Petecão (85,88)

Vice-Líder do PSD
Kátia Abreu (11,13,52,61,86)

Líder do PV - 1

Paulo Davim (76)

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12

Líder
Gim - Bloco (56,59,60)

Vice-Líderes
Alfredo Nascimento (41,67)
Eduardo Amorim (17,47,48,73)
João Costa (82,83)
Blairo Maggi (19,51)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,59,60)

Líder do PR - 4

Alfredo Nascimento (41,67)

Vice-Líder do PR
Antonio Carlos Rodrigues (93)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48,73)

Líder do PPL - 1

João Costa (82,83)

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25

Líder
Wellington Dias - Bloco (25,71,92)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55,70,94)
Rodrigo Rollemberg (68,100)
Inácio Arruda (90,101)
Eduardo Lopes (37,44,65,102)

.....

Líder do PT - 12

Wellington Dias (25,71,92)

Vice-Líderes do PT
Walter Pinheiro (22,26,96)
Anibal Diniz (27,97)
Paulo Paim (98)
Eduardo Suplicy (99)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55,70,94)

Vice-Líder do PDT
Zeze Perrella (87)

Líder do PSB - 4

Rodrigo Rollemberg (68,100)

Vice-Líder do PSB
Lídice da Mata (30,39,84)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda (90,101)

Vice-Líder do PC DO B
Vanessa Grazziotin (1,91)

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44,65,102)

Líder do PSOL - 1

Randolfe Rodrigues (18,77)

Governo

Líder
Eduardo Braga - Governo (38)

Vice-Líderes
Gim (56,59,60)
Benedito de Lira
Lídice da Mata (30,39,84)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16

Líder
Mário Couto - Bloco (32,62)

Vice-Líderes
Wilder Morais (103)
Ataídes Oliveira (104)
Cyro Miranda (33,95)

.....

Líder do PSDB - 12

Aloysio Nunes Ferreira (7,63)

Vice-Líderes do PSDB
Cássio Cunha Lima (75)
Alvaro Dias (79)
Paulo Bauer (5,31,80,81)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46,78)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1– ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2012..... 04

Ata da 2ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de março de 2013..... 35

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de março de 2013..... 66

Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2013..... 94

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

1.1.2.1 – Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência

Ata da 8ª Reunião, realizada em 30 de março de 2011..... 152

1.1.2.2 – Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde

Ata da 6ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2011 167

1.1.2.3 – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Ata da 8ª Reunião, realizada em 17 de outubro de 2012 180

1.1.2.4 – Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social

Ata da 5ª Reunião realizada em 22 de maio de 2012..... 183

1.1.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 3ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de março de 2013 206

Ata da 4ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de março de 2013 214

1.1.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

1.1.4.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2011..... 221

1.1.4.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de junho de 2011..... 222

1.1.4.3 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Ata da 6ª Reunião, realizada em 24 de agosto de 2011..... 236

1.1.5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas

Ata da 1ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2011..... 237

1.1.5.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 1ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2012..... 238

1.1.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição

Ata da 1ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2012..... 239

1.1.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de fevereiro de 2013..... 244

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de março de 2013..... 253

1.1.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2013..... 270

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2012, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezoito minutos do dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e doze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Agripino, Jayme Campos, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro, Gim, Blairo Maggi, Marco Antônio Costa e Randolfe Rodrigues, e, ainda, do Senador Renan Calheiros e do Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Requião, Eunício Oliveira, Lobão Filho, Cyro Miranda e Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 54ª e 63ª Reuniões, e, ainda, da 3ª Reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal e da 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Ofício nº 355 de 2012, de 11 de dezembro de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, encaminhando cópia do processado do Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 14 de 2012, de autoria do Tribunal de Contas da União, conforme determina parecer do Sr. Senador Jorge Viana, aprovado na referida Comissão na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2012; Aviso nº 83 de 2012 (Aviso nº 1597-Seses-TCU-Plenário), de 28 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-018.789/2012-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 16 de 2012; e Aviso nº 84 de 2012 (Aviso nº 1656-Seses-TCU-Plenário), de 5 de dezembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-021.410/2012-7, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 22 de 2012. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei da Câmara nº 103 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório favorável ao projeto com as Emendas nºs 3 a 37 que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 38. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte. Em 1/11/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza. Em 29/11/2012, foram realizadas, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, duas audiências públicas para instruir a Matéria. Em 5/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Inácio Arruda. Em 11/12/2012, foi concedida Vista Coletiva. Em 12/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 38, de autoria do Senador Inácio Arruda. Em 17/12/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 39 a 70, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Em 18/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Relator da Matéria, e Randolfe Rodrigues. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para exame das emendas apresentadas. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 222 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "autoriza a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)", tendo como Relator o Senador Gim, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Blairo Maggi e Gim, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Co-

missão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que 'dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências'", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 340 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Ivo Cassol, que "altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde", tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria é retirada de pauta-edido do Relator. **Item 5** – Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Antonio, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta. **Item 6**– Indicação nº 1 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "sugere, nos termos regimentais, a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros", tendo como Relator o Senador Marco Antônio Costa, que oferece relatório favorável à Indicação. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Renan Calheiros, autor da Matéria, e Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável à Indicação. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2005, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que "dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. **Item 8**– Mensagem (SF) nº 89 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República "encaminha a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012", tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado. **Item 9**– Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2012, não terminativo, de autoria Senador José Pimentel, que "acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registros de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município", tendo como Relator o Senador Cidinho Santos, que oferece relatório favorável ao Projeto. O Presidente da Comissão designa a Senadora Ana Amélia Relatora da Matéria. A Matéria é retirada de pauta. **Item 10** – Projeto de Lei do Senado nº 376 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET)", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 11** – Projeto de Lei do Senado nº 268 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que "concede isenção da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidente sobre veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros", ten-

do como Relator o Senador Gim, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. **Item 12**– Projeto de Lei do Senado nº 528 de 2011, terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que "altera o art. 1º da Lei nº. 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezoito votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 13**– Projeto de Lei do Senado nº 627 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários", tendo como Relator o Senador Marco Antônio Costa, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Humberto Costa, autor da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), por dezessete votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. **Item 14**– Projeto de Lei do Senado nº 648 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "acrescenta dispositivo à Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal", tendo como Relator o Senador José Pimentel, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. Após a leitura do relatório, usa da palavra o Senador Gim. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 15**– Projeto de Lei do Senado nº 109 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Jayme Campos, que "institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por quinze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 16**– Projeto de Lei do Senado nº 315 de 2012, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que "altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança", tendo como Relator o Senador José Agripino, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator "ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "ad hoc", usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Relator da Matéria, e Antonio Carlos Valadares, autor da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por doze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. **Item 17**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 49 de 2012, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que "requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Sr. Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para discutir as vantagens do frete hidroviário no Brasil, apresentar o projeto da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, com sugestão de construção das hidrovias, além de apresentar um modelo de gestão idealizado". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento n° 49/2012-CAE. **Item 18**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 51 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que "requer que seja convidada a Sra. Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento n° 51/2012-CAE. **Item 19**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 52 de 2012, de iniciativa do Senador Romero Jucá, que "requer que seja convidado o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 52 de 2012-CAE. **Item 20**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 53 de 2012, de iniciativa do Senador Inácio Arruda, que "requer, nos termos dos art. 214, III, art. 132, § 1º, e art. 118, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na pauta desta Comissão, para apreciação, do Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2011, que 'altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo

percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação'". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 53 de 2012-CAE. **Item 21**– Mensagem (SF) nº 117 de 2012, não terminativa, de autoria da Presidente da República, a qual "solicita que seja autorizada a operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – PROCONFIS II, na modalidade denominada Policy Based Loan – PBL", tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório, usam da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Lídice da Mata, Jayme Campos e Walter Pinheiro. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, a apresentação Requerimento de Urgência para a Matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 64ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 54ª e 63ª reuniões.

Os Srs. Senadores e as Srªs. Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Aproveito para colocar em votação, de acordo com os arts. 89, inciso VIII, e 201, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da leitura e aprovação da ata da 3ª reunião da Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, realizada em 15 de agosto de 2011, e da ata da 6ª reunião da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, realizada em 9 de agosto de 2011, uma vez que o requerimento interno exige a aprovação das atas para publicação no *Diário do Senado Federal*.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como sem encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso da CMA, Ofício nº 355/2012, de 11 de dezembro de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, encaminhando cópia do processado do Aviso nº 14/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria do Tribunal de Contas da União, conforme determina parecer do Senador Jorge Viana, aprovado na referida Comissão, em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2012.

Aviso do TCU nº 83/2012, Aviso nº 1597, SESES/TCU/Plenário, de 28 de novembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC/018789/2012-9, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao acompanhando da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 16/2012.

Aviso de nº 84/2012, Aviso de nº 1656, SESES/TCU/Plenário, de 5 de dezembro de 2012, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC/021410/2012-7, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamenta, referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº 22/2012. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de Ofício-Circular.

Pauta.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de fazer dois pedidos a V. Exª: Primeiro, se pode retirar da pauta o item 5, que é de minha relatoria; segundo, se pode inverter a pauta para que eu possa apresentar logo o item 21, que se trata do financiamento para o Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, V. Exª solicita a retirada do item 5 da pauta, o Projeto de Lei nº 46, de 2012, não terminativo, que assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Eu pediria para retirá-lo de pauta para que eu possa ana-

lisar o relatório. Ao mesmo tempo, pediria a inversão da pauta, para que eu pudesse apresentar o item 21, que se trata do financiamento para o Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª, então, solicita a retirada de pauta do item 5 e a inversão de pauta para o item 21.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O item 21 trata do financiamento Proconfins II, para o Estado da Bahia, de US$600 milhões, dos Estados Unidos da América, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Exatamente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para fazer uma ponderação.

Também deveriam ter vindo para apreciação nesta reunião projetos de abertura de crédito para os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Então, quero fazer uma ponderação, sem nenhuma oposição, pelo contrário, exaltando a necessidade de aprovar o crédito da Bahia, para que, em primeiro lugar, pudéssemos ter uma sessão extraordinária no dia de amanhã na qual votaríamos todos os projetos de créditos, o da Bahia, o de Santa Catarina, o do Paraná e o do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, eu pediria que não houvesse a inversão de pauta, até por que esses projetos devem chegar hoje ainda, e tenho informação de que haverá uma sessão do Senado às 11 horas, quando poderemos fazer a leitura deles e ainda aprovar todos os projetos na reunião de hoje ou, senão, na reunião de amanhã. É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, nós pautamos esse Projeto, o Item 21, porque ele já foi lido na Mesa do Senado. Esta Comissão tem, sistematicamente, agido muito rapidamente no sentido de não criar nenhum obstáculo para os Estados da Federação. Assim como V. Exª relata que o de Santa Catarina ainda não foi lido pela Mesa do Senado e, portanto, não pode ser votado, existe uma lista de empréstimos que estamos preparando para realizarmos uma reunião extraordinária, amanhã pela manhã, da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, da minha parte, não vejo nenhuma preocupação.

A Senadora Lídice da Mata está chegando aqui.

Não tenho nenhuma preocupação com relação à aprovação dos demais projetos, desde que atendam aos pré-requisitos exigidos em projetos desse tipo para os demais Estados. Portanto, não vejo necessidade de se adiar a votação do empréstimo da Bahia para a reunião de amanhã. Amanhã teremos Rio Grande do Sul, teremos Santa Catarina, vários Estados que terão os seus empréstimos votados aqui. Só para que V. Exª tenha uma ideia, há empréstimos para o Estado do Ceará, Estado do Paraná, Estado do Rio Grande do Sul e Estado de Santa Catarina. Portanto, vamos ter uma reunião extraordinária amanhã pela manhã. Não vejo nenhuma dificuldade em aprovar o empréstimo da Bahia e fazer a reunião amanhã para aprovar os demais empréstimos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Reunião, inclusive, que contará a presença dos Senadores baianos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Senadora Lídice da Mata, o Senador Luiz Henrique está ponderando se, ao invés de se votar hoje o empréstimo da Bahia, isso não pode ser postergado para amanhã para que se vote em bloco todos os empréstimos que ainda estão pendentes – do Ceará, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu apelaria para que nós votássemos imediatamente, hoje, o empréstimo da Bahia, que já passou por um processo difícil para chegar até aqui. Há toda a expectativa do Governo para que a gente possa realizar essa votação hoje, que resolveria o nosso problema.

Não temos nenhuma dificuldade em votar amanhã, em bloco, todos os outros projetos. Aliás, tanto eu quanto o Senador Walter Pinheiro somos Senadores presentes nessa Comissão. Só viajaremos quinta-feira; estaremos aqui amanhã para votar o empréstimo de todos os outros Estados.

Então, eu queria, no entanto, apelar à sensibilidade de todos os Senhores e Senhoras Senadoras aqui presentes para que nós pudéssemos resolver de logo essa situação da Bahia. A Bahia agradece.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A coisa que mais prezo é a palavra e eu vou confiar na palavra de V. Exª. E gostaria de ter aqui o compromisso de todos os Srs. Senadores para haver quórum amanhã, para aprovarmos os outros projetos de abertura de crédito também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Então, nesse sentido não farei nenhuma oposição à aprovação do projeto que beneficia o grande Estado da Bahia, que quero homenagear na pessoa do grande Governador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique, tenha absoluta segurança, até pelo respeito que tenho por V. Exª, pela Bancada de Santa Catarina e pelo Estado de Santa Catarina.

Já estamos marcando uma reunião extraordinária às 10 horas da manhã, da Comissão de Assuntos Econômicos, para analisar, para discutir e votar todos os projetos que estão aqui pendentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Delcídio, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Do Ceará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Esses pedidos já estão aqui no Senado ou precisam ser mandados ainda pelo Governo Federal? É uma pergunta que gostaria de fazer a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não. A informação aqui da Mesa é que não foram encaminhados ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Pronto. Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas nós não saímos aqui de Brasília enquanto não votarmos esses empréstimos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu acho que esse é um compromisso fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Se tiver que fazer uma, duas, três reuniões extraordinárias, nós vamos fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu acho que esse é um compromisso fundamental, e a posição de V. Exª com relação a esse pedido a mais, para que o Governo Federal mande rapidamente para essa Comissão esse pedido de empréstimo de Santa Catarina, é fundamental. Eu acho que, do ponto de vista da Federação, do equilíbrio, de que V. Exª sempre fala e que defende, nós não ficaríamos bem se votássemos apenas a autorização para empréstimo de alguns Estados e de outros não. Nós estaríamos, do ponto de vista da Federação, do equilíbrio, dando um péssimo exemplo e não é isso que V. Exª quer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Renan.

Eu gostaria só de registrar que, ontem mesmo, conversando com a Ministra Ideli, ela me informou que estaria encaminhando para leitura hoje o do empréstimo de Santa Catarina e trabalhando para liberar também a assinatura dos empréstimos dos outros Estados aqui citados, meu caro Senador Luiz Henrique.

Portanto, se todos estiverem de acordo, nós iniciamos pelo item 21.

Senador Anibal Diniz, gostaria de dizer que V. Exª não pode pedir a retirada de pauta do item 5, porque a retirada de pauta é de competência do Relator. Portanto, somente o Senador Vital do Rêgo pode pedir a retirada do item 5 da pauta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu queria só pedir a V. Exª preferência para nós votarmos o item 6 da pauta em seguida a esse item que foi invertido, porque eu considero que é uma matéria fundamental. O Senado está tendo que conviver, ao mesmo tempo, com todo tipo de tema federativo, o Senado está desaparelhado, e é preciso que nós avancemos no sentido de termos aqui um banco de dados para, na necessidade, na urgência de nós precisarmos dessas informações, de quaisquer informações, nós termos instrumento para tal, e é fundamental nós aprovarmos esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda mais que V. Exª é o autor, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, se todos estiverem de acordo, nós começamos pelo item 21, depois vamos ao item 6. O item 5 não pode ser retirado de pauta, a não ser a pedido do Senador Vital do Rêgo.

Nós temos aqui a presença do Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo. Muito bem-vindo aqui, nosso querido Governador, já cioso e batalhando pelos empréstimos ao Estado de Santa Catarina. V. Exª nos que foi assinado, agora pela manhã, o empréstimo, para ser lido pela Mesa e votado amanhã pela manhã, às 10 horas, em uma reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos ao item 21 da pauta.

ITEM 21

MENSAGEM (SF) Nº 117, DE 2012
– Não Terminativo –

Solicita que seja autorizada a operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da

América, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS II), na modalidade denominada Policy Based Loan – PBL.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Dr. Eduardo Luiz Gaudard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e também está presente o Sr. Luiz Pititinga.

Onde está o Sr. Luiz Pititinga? Não chegou ainda. Não chegou ainda, mas a Bahia está muito bem representada pelo Senador Walter Pinheiro e pela competente Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra, o Relator, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Obrigado também ao Senador Luiz Henrique, que em uma demonstração de espírito republicano, voltou atrás em sua proposição de adiamento da análise desta matéria. Dessa forma, também, eu quero externar o meu comprometimento pessoal, que imagino seja de todos os componentes desta Comissão de Assuntos Econômicos, de estarmos aqui amanhã e em outras sessões que se fizerem necessárias para que aprovemos os pedidos de financiamento de todos os Estados que chegarão ainda hoje a esta Casa.

Vamos ao relatório.

A Presidente da República, mediante a Mensagem nº 117, de 2012 submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado da Bahia para que seja concedida a autorização para contratação de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil.

Os recursos da operação de crédito, no valor de até US$600 milhões dos Estados Unidos da América, destinam-se a financiar, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia (PROCONFIS II).

Conforme Parecer Técnico da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia visa a reforçar o processo de ajuste fiscal do Estado e a consequente ampliação da capacidade de investimento necessária às demandas sempre crescentes por serviços públicos.

A matéria encontra-se instruída com documentos pertinentes, entre os quais a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda; os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria do Tesouro Nacional e também nota da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia; Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), Ofício nº 239/2012-DEPEC/DICIN/SUREC, por meio da qual o Banco Central providenciou o credenciamento da operação, sob o nº ROF TA 632645; e a minuta do contrato de empréstimo.

A liberação dos recursos da operação de crédito está prevista para os exercícios de 2012 e 2013, com amortizações semestrais. Os prazos de amortização e de carência serão, respectivamente, de 240 meses e de 66 meses, ambos contados da data de celebração do contrato, e o custo efetivo da operação foi estimado em 2,76% ao ano, flutuante, conforme variação da Libor, considerado aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Da análise.

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções de nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia no âmbito dos três níveis de Governo.

De acordo com os Pareceres nºs 1.725 e 1.727, de 2012, ambos da Coordenação– Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, o Estado da Bahia cumpre os limites e demais condições definidas pelas referidas resoluções. Portanto, atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entende a Secretaria do Tesouro Nacional, portanto, que a atual situação de endividamento do Estado da Bahia comporta a assunção das obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo. Como resultado daqueles pareceres anexos à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado da Bahia atende aos limites definidos nas Resoluções do Senado Federal, em particular os limites definidos nos incisos I, I e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com

amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Estados.

Conforme declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia, as ações previstas para o Proconfis II estão inseridas no Plano Plurianual 2012/2015, estabelecido pela Lei Estadual nº 12.504, de 29 de dezembro de 2011. O Governador atesta também que o orçamento previsto para o exercício financeiro de 2012, nos termos da Lei Estadual nº 12.503, de 29...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Anibal Diniz, está difícil hoje.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Mas vamos seguir em frente com sucesso.

O Governador atesta também que o orçamento previsto para o exercício financeiro de 2012, nos termos da Lei Estadual nº 12.503, de 29 de novembro de 2011, contempla dotações suficientes para o ingresso de recursos relativos à operação e aos seus encargos, sendo que as dotações serão suplementadas, se necessário, e, na ocorrência de tais acréscimos, tais variações podem decorrer, por exemplo, de variações na taxa de câmbio.

De fato, em razão da variação cambial ocorrida em 2012, e por meio do Decreto nº 71, de 28 de novembro de 2012, o Estado da Bahia procedeu à suplementação orçamentária no valor de R$89,746 bilhões, perfazendo, dessa forma, o valor de R$840 milhões, suficientes para a cobertura orçamentária de uma liberação de até US$400 milhões no exercício de 2012, a uma taxa de câmbio de 2,10%.

Sendo assim, tendo todos os pareceres favoráveis e tendo a comprovação do Estado da Bahia de que está habilitado a obter tal empréstimo, e tendo todas as autorizações, tanto da Secretaria Nacional quanto da Procuradoria-Geral da Fazenda e de todos os órgãos do Governo Federal atinentes, que avaliam a questão, votamos pela aprovação do pedido de autorização do Estado da Bahia para contratar a operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil.

É como voto, Sr. Presidente, apresentando aqui o Projeto de Resolução do Senado que autoriza o Estado da Bahia a contratar a operação de crédito externo com garantia da União junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$600 dos Estados Unidos da América. Portanto, Sr. Presidente, o voto deste relator é favorável à contratação desse empréstimo para o grandioso Estado da Bahia, administrado pelo eminente Governador Jaques Wagner.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. Pela ordem, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nicanor Fagundes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós acabamos de receber o empréstimo contendo o parecer que acaba de ser lido pelo Senador Anibal Diniz. Se o Senhor pegar o avulso, verá que está até quente, acabou de sair da máquina.

V. Exª disse que, no afã, muito justo, correto, de concluirmos a apreciação de todos os pedidos de financiamento dos Estados, que fará uma reunião amanhã da Comissão, uma reunião extraordinária da Comissão, para que nós possamos analisar outros pedidos de financiamento que ainda estão para chegar aqui ao Senado.

É correta essa informação, Sr. Presidente? V. Exª fará uma reunião amanhã para isto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É correta. Nós faremos uma reunião amanhã às 10 horas para analisar outros empréstimos que estão chegando.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, o que eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Estão chegando ao Senado Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, o que eu peço a V. Exª, Sr. Presidente, já que, por uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu pediria, por favor... O Senador Aloysio Nunes está falando e fica difícil administrar uma reunião desse jeito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, eu faço um apelo a V. Exª, na forma dessa questão de ordem, para que também o empréstimo da Bahia seja analisado amanhã. Não haverá nenhum prejuízo...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O empréstimo, a princípio, é meritório...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...mas nós acabamos de receber o texto. Não tive a menor ocasião de examiná-lo, de modo que, para que isso não seja apenas um mero ritual,

eu proponho a V. Exª, peço a V. Exª que, na medida em haverá – V. Exª assegura que haverá, e nós todos estaremos aqui – uma reunião amanhã, votemos o empréstimo da Bahia junto com os demais empréstimos.

Está quente. Basta pegar o papel para ver que acabou de sair da Gráfica. Não dá.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, o argumento do Senador Aloysio não é coerente na medida em que nós, sequer, recebemos, ainda, o Senado, os outros empréstimos, o que quer dizer que eles chegarão e nós só teremos condição de analisá-los recebendo também na hora o relatório a respeito dos mesmos.

Portanto, não há lógica nessa posição. Perdoe-me o Senador Aloysio Ferreira Nunes, que é um Senador por quem eu tenho grande estima e admiração.

Portanto, eu gostaria, novamente, Sr. Presidente, de apelar e agradecer ao Senador Luiz Henrique, que entendeu essa nossa agonia, a agonia do povo baiano, que merece também do Senador Aloysio toda a consideração.

O Senador Aloysio Nunes chegou um pouquinho depois, porque nós já havíamos recebido o relatório, aqui, todos da Mesa já haviam recebido. O Senador Anibal leu detidamente o relatório, de forma que quem tiver qualquer dúvida pode fazer o questionamento agora. Não há, portanto, uma razão lógica que leve ao cancelamento do único projeto de empréstimo que existe no Senado hoje, já que para todos os outros – V. Exª assumiu o compromisso –, na hora em que chegarem ao Senado Federal, será convocada reunião extraordinária.

Há compromisso da Bancada da Bahia de aqui permanecer até o momento necessário para a votação dos outros empréstimos, se for quinta-feira, sexta-feira, dia de Natal, o que o Senhor decidir.

Muito obrigada.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lídice.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu queria só, eu queria só...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Eu quero também manifestar, na mesma linha do Senador Aloysio Nunes, em relação à matéria de que o Senador Anibal relatou.

,Aqui chegou o relatório como se fosse pão de padaria, cedinho. Ou seja, quem vai à padaria 6 horas da manhã recebe um pãozinho quente para comprar. Nós não tivemos acesso ao relatório, ou seja, só agora ele chegou às nossas mãos. Entretanto, que é o mais grave, Senador Aloysio, é o fato de que o próprio Estado da Bahia não tem nem capacidade de endividamento, em que pese o que o Secretário do Tesouro Nacional, argumentou, nos termos do art. 9º, dizendo que ele assume a responsabilidade.

O meu voto aqui vai ser favorável em homenagem ao ilustre, valoroso e competente Senador Walter Pinheiro, à nossa querida amiga Lídice da Mata. Sem sombra de dúvida, o Estado da Bahia merece, entretanto nós temos que ser mais cautelosos aqui, Sr. Presidente.

O Congresso Nacional, sobretudo o Senado, tem que ser mais cauteloso, não só na questão dos empréstimos, mas sobretudo nas indicações de diretores de agências, porque lamentavelmente tem sido atravessada uma fase muito ruim. Nós não temos que alegar, amanhã ou depois, que nós não tivemos participação. Particularmente, respeito e tenho a maior admiração pelo Relator, Senador Anibal, e vou acompanhar, naturalmente, o seu relatório, todavia, é bom que nós saibamos que nós temos que ter maior critério, não só na questão dos empréstimos, mas acima de tudo nas indicações de diretores de agências.

É a observação que eu tinha a fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, eu acho que tanto o Senador Aloysio quando o Senador Jayme Campos colocam as questões, a preocupação, o temor. Eu inclusive reputo, além de toda a franqueza, também todo o zelo que os Parlamentares obrigatoriamente devem ter quando da apreciação de qualquer matéria dessa natureza ou até na outra esfera colocada pelo Senador Jayme Campos, que diz respeito às autoridades.

Mas eu queria, Senador Aloysio Nunes, dialogar com V. Exª. Eu sei que é possível, até por conta exatamente do comportamento de V. Exª, e eu diria, por aquilo que historicamente nós até já construímos e consolidamos.

Eu me recordo, Senador Aloysio, que no encerramento do primeiro semestre, nós fizemos um esforço concentrado para permitir inclusive a aprovação de

diversas matérias dessa natureza na última sessão, chegando ao ponto, inclusive, de levar a Plenário, porque os processos de crédito não haviam chegado em tempo hábil para que esta Comissão pudesse apreciar. E na última sessão, ali no meio de julho, nós apreciamos as matérias até em plenário, não só como um voto de confiança, mas também como um apoiamento a diversas cidades e Estados naquele momento, que diziam respeito a operações de crédito com o Banco Mundial, com o BID, com o BNDES e, se não me falha a memória, inclusive um volume expressivo naquele momento com o BNDES, para permitir exatamente que Estados e Municípios pudessem promover o seu investimento.

Quanto aos processos ou aos convênios que não chegaram... Por exemplo, em relação a esse processo da Bahia particularmente, Senador Aloysio, desde quinta-feira da semana passada, mesmo aproveitando a saída da Presidenta, eu fui à Secretaria do Tesouro, que fez toda a diligência. O que ocorreu com Santa Catarina, por exemplo? Uma vez assinado pelo Presidente em exercício, faltou desembaraçar uma pequena parte...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Exª me permite fazer um esclarecimento?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu tive conhecimento – cheguei tarde, efetivamente, estive em outra Comissão – de que haveria amanhã uma sessão para examinar outros pedidos de transferência.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Então, por essa medida, na medida em que não houvesse nenhum prejuízo, eu sugeri...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Mas é isso que eu estou dizendo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Mas se não chegaram ainda, eu não tenho... Vamos votar agora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É isso que eu estou dizendo a V. Exª.

A medida de convocar outra sessão amanhã decorre de que – até foi em decorrência disso que eu estou explicando a V. Exª –, como os empréstimos foram assinados pelo Presidente em exercício, mas não foram enviados, esses processos agora, Senador Jayme, precisam ser assinados pela Presidenta; não podem vir com a assinatura do Presidente em exercício. Então, há uma necessidade de mudança desse processo.

Em decorrência disso, nós inclusive procuramos o Presidente da Comissão, ainda no dia de ontem, pedindo para que ele convocasse outra reunião, até para atender esses outros Estados, para que amanhã a gente pudesse apreciar e, ainda amanhã à tarde, a gente pudesse resolver o problema dos Estados, dentre eles o Estado de Santa Catarina.

Então eu faria um apelo a V. Exª no sentido, inclusive, de que nós pudéssemos votar isso, até porque, volto a lhe dizer: pode até "estar quente", como disse V. Exª chegando aqui, mas desde quinta-feira da semana passada... Inclusive eu cheguei até a conversar com o Presidente Sarney quando ele estava no exercício da Presidência, só que o Presidente Michel Temer já havia assinado essa matéria até antes até de sair para o Presidente assumir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu pensei que já estava tudo aqui e que, então, poderíamos fazer amanhã. Mas se nem os outros chegaram ainda... Eu apenas fiz uma questão de ordem e a deixo nas mãos do nosso Presidente para que, com a sabedoria de sempre, possa decidir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Bom, eu queria ponderar o seguinte com os Senadores: amanhã nós vamos fazer uma nova reunião, às 10 horas da manhã, e, aí, Senador Aloysio Nunes, nós vamos votar todos.

Houve, parece-me, um problema de assinatura, mas a Consultoria do Senado já está trabalhando para disponibilizar para os Senadores, ainda na noite de hoje, os respectivos relatórios de empréstimo.

Portanto, dentro do entendimento feito com o Senador Luiz Henrique e com o Senador Renan, não havendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação o relatório do Senador Aníbal Diniz.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, tanto eu quanto a Senadora Lídice e o próprio Relator estamos apresentando a V. Exª o encaminhamento, através de urgência, para que essa matéria possa ser apreciada ainda hoje no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Walter Pinheiro e pela Senadora Lídice da Mata.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para a matéria, que segue para votação hoje no plenário do Senado Federal.

Parabenizo a Bancada da Bahia, o Governador Jacques Wagner e o povo da Bahia pela aprovação desse empréstimo.

(É o seguinte o Requerimento aprovado:

REQUERIMENTO N°

Nos termos do art 336, II, combinado com o art, 338, IV e V, do RISF, requeremos urgência para o PRS n° de 2012, advindo da Mensagem do Senado Federal n° 117 de 2012, que "solicita que seja autorizada a operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América, entre o Estado da Bahia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia – PROCONFIS II, na modalidade denominada Policy Based Loan – PBL*".)

Eu queria, como há com quórum – depois de apreciar o Item nº 6, cuja solicitação foi feita pelo Senador Renan –, que nós entrássemos na pauta terminativa para que votássemos já os projetos terminativos; depois voltaríamos para a não-terminativa.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Ao Item nº 1, Sr. Presidente, que é o PLC nº 103, foram apresentadas emendas ontem, às 19h23min, e, agora pela manhã, mais 14. Em face disso, como eu preciso analisar as emendas, estou retirando de pauta o Item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Pimentel pede a retirada de pauta do Item nº 1 em função da apresentação de novas emendas, que ele precisa analisar com o devido cuidado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Somente para cumprimentar o Senador Pimentel pela decisão. Há um conjunto de emendas a ser apreciado. Eu mesmo tenho, além das emendas, um voto em separado, com a devida vênia, divergente do relatório do eminente Senador José Pimentel. Temos um conjunto de emendas cuja apreciação seria apertada demais, não haveria possibilidade de se fazer a discussão necessária se nós votássemos hoje. É mais adequado nós postergarmos a discussão para o ano que vem. Cumprimento o Senador Pimentel pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Hoje foram apresentadas as Emendas nºs 71 a 84, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Portanto, retirado de pauta o Item nº 1 por solicitação do Relator, o competente Senador Pimentel.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 2012 – Não Terminativo –

Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 3 a 37 que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 38.

Observações:

1. A Matéria será apreciada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte;
2. Em 1/11/2012, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sérgio Souza;
3. Em 29/11/2012, foram realizadas, pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Educação, Cultura e Esporte, duas audiências públicas para instruir a Matéria;
4. Em 5/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Inácio Arruda;
5. Em 11/12/2012, foi concedida Vista Coletiva;
6. Em 12/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 38, de autoria do Senador Inácio Arruda;
7. Em 17/12/2012, foram apresentadas as Emendas nºs 39 a 70, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
8. Em 18/12/2012, foi apresentada a Emenda nº 71, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

Conforme acordado no início da reunião – depois nós vamos passar para os itens terminativos diretamente –, passamos à apreciação da seguinte matéria.

ITEM 6

INDICAÇÃO Nº 1, DE 2012
– Não Terminativo –

Sugere, nos termos regimentais, a criação e a manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados sócio-econômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros.
Autoria: Senador Renan Calheiros.
Relatoria: Senador Marco Antônio Costa.
Relatório: Favorável à Indicação.

Com a palavra o Relator, Senador Marco Antônio Costa, do Tocantins.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Senador, aguarde só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Romero não deixa aparecer o Senador Marco Antônio Costa.

Senador Marco Antônio Costa com a palavra.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, trata-se da Indicação nº 1, de 2012, de autoria do Senador Renan Calheiros, que propõe a criação e manutenção, pelo Senado Federal, de banco de dados socioeconômicos relativos a temas de índole federativa, a exemplo do endividamento público e operações de crédito, arrecadação do ICMS, repartição das receitas tributárias, transferências constitucionais e legais, dentre outros.

Análise.

A matéria insere-se na competência do Senado Federal. O mérito da Indicação é indiscutível. O Senado precisa dispor de informação atualizada, acessível de forma ágil, para dar suporte ao seu processo decisório.

É verdade que diversas informações acerca das relações federativas já estão disponíveis em sítios governamentais na Internet. Posso citar como exemplo o portal do Tesouro Nacional, que informa os valores de transferências federais obrigatórias e voluntárias repassadas aos Estados e Municípios. Todavia, há outras informações que não estão disponíveis e que são tratadas, indevidamente, como informação sigilosa. O caso típico é o do saldo das dívidas estaduais e municipais renegociadas pela União. Essa variável crucial para o debate legislativo fica trancada a sete chaves no Tesouro Nacional e apenas mediante requerimento de informações os Senadores têm acesso a ela. O requerimento de informações, contudo, é respondido com larga demora e, na maioria das vezes, as informações nos chegam impressas em papel, não nos possibilitando trabalhá-las em planilhas eletrônicas.

Há outras informações que são geradas dentro do próprio Senado, mas não encontram adequado tratamento estatístico. É o caso das operações de crédito que rotineiramente aprovamos. Não há um banco de dados que registre o histórico de autorizações aprovadas ou rejeitadas, bem como suas respectivas características (valores, moeda, credor, prazo, taxa de juros, etc.).

Assim, estima-se que a implantação desse banco de dados, como propõe o Senador Renan Calheiros, fortalecerá o processo legislativo do Senado Federal, na medida em que os Senadores e as Comissões disporão de informações mais adequadas para deliberar sobre as diversas matérias que aqui tramitam, sobretudo nos termos que envolvem as relações entre a União, Estados e Municípios.

Voto.

Frente ao exposto, voto favoravelmente à Indicação nº 1, de 2012, do Projeto apresentado pelo Senador Renan Calheiros.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Marco Antônio Costa. Obrigado pela brevidade e pela objetividade do relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Presidente, a matéria está em discussão. Duas palavrinhas apenas.

Eu queria, sinceramente, agradecer o parecer do Senador Marco Antônio. Eu considero que esta indicação é fundamental para que a gente possa definitivamente aparelhar o Senado com relação a este debate, que é, como todos sabem, o principal debate desta Casa, porque esta é a Casa da Federação e é a quem cabe exatamente garantir esse equilíbrio.

Outra coisa que eu queria pedir a V. Exª, antes de encerrarmos este ano legislativo, é para nós votarmos um projeto de minha autoria – e peço a compreensão desta Comissão – que regulamenta, Sr. Presidente, um artigo fundamental da Constituição Federal com relação a este Senado, a esta Casa do Congresso Nacional. Cabe ao Senado fazer uma avaliação tributária do Brasil, no entanto, precisa de uma regulamentação para que esse artigo da Constituição seja posto em prática.

Nós tivemos um belo exemplo há 15 dias, quando a Câmara dos Deputados, fazendo o mesmo com

relação à transparência tributária, aprovou um projeto de nossa autoria, que contou com a assinatura de mais de 1,5 milhão de pessoas, o Projeto da Transparência tributária, regulamentando como é que nós vamos ter a publicação na nota fiscal do valor do imposto dos produtos.

A Presidente vetou esse projeto com relação...

A Presidente vetou esse projeto com relação a Imposto de Renda e com relação à Contribuição sobre o Lucro Líquido, mas esse projeto é fundamental, é um passo significativo para que haja maior compreensão com relação ao pagamento dos impostos no Brasil. É direito constitucional. É um passo célere no sentido da cidadania, com que todos nós queremos contribuir para que, efetivamente, ela aconteça.

Eu queria até fazer um apelo ao Senador Aloysio.

(Soa a campainha.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – S. Exª um especialista da matéria e tem um histórico de convivência com esse assunto, para que nós pudéssemos avançar na regulamentação desse artigo da Constituição, que diz que é tarefa do Senado Federal a avaliação tributária do País, para que possamos exercitar isso. E eu acho que, na medida em que o Senado não exercita esse artigo da Constituição, o Senado se fragiliza, se debilita. É muito importante. Eu queria pedir a V. Exª, como última obra, como último grande serviço da sua presença como Presidente desta Comissão, que pudéssemos, amanhã, votar essa matéria. Ela instrumentaliza, regulamenta esse artigo da Constituição que diz que é papel do Senado fazer uma avaliação periódica da questão tributária, do Sistema Tributário Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu considero muito positiva essa iniciativa do ilustre Senador Renan Calheiros, porque, realmente, essa é uma prerrogativa do Senado que não é exercida adequadamente. Ela é exercida esporadicamente em função de avaliação de pedidos de financiamento ou de pedidos de crédito, mas ela não é exercida como a Constituição prescreve.

Nesta Legislatura, o Senador Dornelles e eu criamos uma subcomissão com essa finalidade, para exercer essa vigilância, à semelhança do que já havia existido na Legislatura anterior, quando o Senador Dornelles e o Senador Tasso Jereissati tomaram à frente essa tarefa e produziram, inclusive, um excelente relatório.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Falta regulamentação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Falta regulamentação, o instrumento.

O fato é que, nesta Legislatura, neste biênio que nós vamos encerrar, a Comissão se frustrou. Ela acabou por não atrair, realmente, a atenção e o interesse dos Senadores. Nós chegamos até a fundir duas subcomissões criadas aqui por esta Comissão: uma, que visava à avaliação do Sistema Tributário e, outra, à avaliação da situação fiscal. Mas, nem com a fusão, nem com isso, nós conseguimos que a Comissão despertasse o interesse por parte dos colegas, talvez por falta, efetivamente, de uma atividade mais permanente, mais institucionalizada, como essa que V. Exª acaba de propor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Renan, nós já pedimos aqui para a assessoria olhar a situação desse projeto para ver como poderíamos atender V. Exª.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Marco Antônio Costa.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável à indicação.

Eu vou, agora, entrar nos terminativos, já que temos quórum, porque nós já adiantamos bastante a nossa pauta.

O item 11 foi retirado pelo Senador Gim Argello, que é o Relator da matéria, para reexame.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 528, de 2011 – Terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997, para determinar que percentual não inferior a 5% (cinco por cento) da receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta será destinado a programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.
Autoria: Senadora Marinor Brito
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela rejeição do Projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer contrário ao Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o art. 1º do Projeto altera o art. 1º da Lei nº 9.530, de dezembro de 1997, que dispõe sobre a utilização dos dividendos e do superávit financeiro de fundos e de entidades da Administração Pública Federal indireta e dá outras providências, para determinar que a União destinará percentual não inferior a 5% da receita decorrente do pagamento de participações e dividendos, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, em programas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

A justificação do Projeto ressalta a necessidade de buscar novas fontes, para se cumprir a meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB.

A proposta do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011–2020, em tramitação na Câmara, propõe alcançar a relação de 7% em 10 anos. Esse percentual foi elevado para 10% na redação final aprovada pela Comissão de Justiça daquela Casa.

O Projeto em análise foi distribuído às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Na Comissão de Educação, recebeu parecer contrário, a partir do relatório do Senador Armando Monteiro.

Assinalo, preliminarmente, que tenho dúvidas quanto à constitucionalidade da matéria, uma vez que ela prevê vinculação de receitas da União, contrariando, portanto, um princípio constitucional que impõe restrições a esse tipo de vinculação.

Em relação ao mérito, a matéria já foi devidamente apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, nos termos do relatório Armando Monteiro.

Devemos aqui nos aprofundar nos aspectos econômicos e financeiros da proposição. O projeto altera a Lei nº 9.530, de 1997, para estabelecer que a União destine percentual não inferior a 5% da receita decorrente do pagamento de participações e dividendos.

Essa receita, atualmente, é destinada integralmente à amortização da dívida pública federal.

Cabe lembrar que, em perspectiva histórica, a supracitada Lei buscava preservar a estabilidade econômica lograda pelo Plano Real, após décadas de descontrole inflacionário e de planos de estabilização fracassados.

Nesse ano de 1997, a estabilização ainda era uma conquista recente, e a economia brasileira sofria com os efeitos da crise do Sudeste Asiático. Assim, destinar as receitas de dividendos e do superávit financeiro à amortização da dívida pública era uma medida racional para garantir o controle das contas públicas. Portanto, pode-se considerar que a Lei nº 9.530, de 1997, constitui mais um instrumento de estabilização econômica que deve ser preservado, pois as ameaças sobre a situação fiscal do País continuam presentes.

O relaxamento dessa Lei significaria que as receitas utilizadas para amortizar a dívida pública passariam a ser utilizadas para gastos correntes, para custeio. Essas receitas, ademais, têm valor relevante, tendo amortizado dívidas no valor de R$24,7 bilhões em 2011.

As implicações da aprovação do Projeto em análise são duas: primeiro, o aumento da dívida pública federal e, segundo, a redução do superávit primário. O aumento do endividamento não é desejável, já que a dívida pública bruta tem crescido continuamente nos últimos anos, especialmente com as volumosas emissões de títulos para a capitalização do BNDES, visando à expansão do crédito.

Já a redução do superávit primário decorreria do fato de que parte das receitas passaria a ser aplicada em despesas primárias, e não mais na amortização da dívida. Isso também não seria desejável, visto que os resultados primários do Governo Federal têm sido obtidos com dificuldade, muitas vezes à custa de procedimentos contábeis de duvidosa criatividade. A meta de superávit primário para 2013, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias em 2,15% do PIB, dificilmente será obtida, e a aprovação desse projeto seria mais um fator atuando no sentido de atingirmos a meta de superávit primário previsto para 2013.

Portanto, diante do exposto, voto pela rejeição do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos colocar em votação o Projeto em votação nominal.

Quem vota com o relator vota "não" ao Projeto.

Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "não".

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator: "não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Waldemir Moka. (*Pausa*.)

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não".

Foram 18 votos "não". Portanto, rejeitado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, o senhor me esqueceu.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não., É porque completou aqui a Bancada toda do PT, do PDT... Por isso é que...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas eu sou suplente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por isso é que nós não chamamos o nome de V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sou suplente do Senador Acir, que não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, mas é que completou toda a Bancada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Está bem, obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão de pauta para o item 15.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa, nós estamos votando os terminativos para aproveitar que temos quórum.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É terminativo o item 15, Presidente. Trata-se de matéria importante para as mulheres brasileiras, inclusive tem o apoio da Secretaria dos Direitos da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós vamos seguir aqui porque já há outros pedidos. Se eu abrir, vou ter de atender outros que já pediram também, e todos nós concordamos em fazer na sequência os itens terminativos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 627, de 2011 – Terminativo –

Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.
Autoria: Senador Humberto Costa.
Relatoria: Senador Marco Antônio Costa.
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 2) que apresenta.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o Relator, Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Sr. Presidente, submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que tem por finalidade disciplinar a guarda de valores e objetos em cofres bancários.

A proposição compõe-se de três artigos para estabelecer que o serviço seja regulado por meio de um contrato de locação com especificação dos valores e objetos guardados e que essas informações sejam protegidas pelo sigilo bancário.

Outra proposição é determinar a contratação de um seguro pelo locatário e também fixar a cláusula de vigência.

A proposição foi distribuída apenas para a Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa e não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete a esta Comissão opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário. Como a matéria foi distribuída apenas para a CAE, também damos parecer sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais.

Quanto à constitucionalidade e juridicidade, o projeto atende aos requisitos formais.

No mérito, a proposição acerta ao tratar do obscuro mundo do depósito de valores e objetos em cofres bancários, que, por vezes, serve de esconderijo de objetos e valores obtidos de maneira ilícita.

Todavia, Sr. Presidente, consideramos que há um incentivo inadequado para a instituição financeira bancária ao obrigar a contratação de um seguro por parte do locatário, gerando o problema conhecido na literatura econômica como risco moral, pois, com a contratação obrigatória por lei de um seguro por parte do locatário, a instituição financeira bancária tem um incentivo para ser menos cuidadosa em relação à segurança dos valores e objetos contratualmente depositados, visto que a seguradora é que indenizaria em caso de extravio por perda, furto ou roubo. Consideramos que, se houver seguro, que ele deva ser fruto da negociação contratual entre as partes.

Voto.

Diante do exposto, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2011, manifestamo-nos por sua aprovação, nos termos do Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o Substitutivo apresentado ao Projeto.

Votação nominal. Quem vota com o Relator vota "sim" ao Substitutivo.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*) "Sim".

Senador Anibal Diniz. (*Pausa.*)

Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Senador Anibal Diniz. Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*) "Sim".

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Aloysio Nunes Ferreira. (*Pausa.*) "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim", também. E "sim" o Senador Flexa.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Portanto, aprovado.

A Comissão aprova a...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, eu queria apenas agradecer não somente ao Relator, mas a todos os Senadores que deram a unanimidade neste Projeto.

Eu espero que, na Câmara, nós possamos fazer com que ele caminhe rapidamente, porque é muito importante não somente para a segurança de quem utiliza cofres de bancos, mas também pela transparência que isso vai dar no sentido de que a gente possa fiscalizar melhor a possibilidade de que objetos ou recursos obtidos por forma ilícita possam estar sendo guardados.

Então, agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Quero parabenizá-lo pelo projeto. Sem dúvida nenhuma, a Câmara dará a celeridade necessária, porque é um projeto muito importante.

Portanto, por 17 votos a 0, a Comissão aprova a Emenda nº 1 da CAE, Substitutiva, oferecida ao PLS nº 627, de 2011, ficando prejudicado o Projeto e as emendas a ele oferecidas, nos termos do art. 300, XVI, do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Partimos agora para o item 14.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 648, de 2011 – Terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do FCO destinada ao Distrito Federal.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela prejudicialidade do Projeto.
Observações:
1. A Matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, com Parecer favorável nos termos da Emenda nº 1 – CDR (Substitutivo).

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Senador José Pimentel com a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 648, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, para elevar a cinquenta por cento o percentual máximo do setor de serviços na carteira de financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) destinada ao Distrito Federal.

A proposta apresentada pelo Senador Rodrigo Rollemberg visava à modificação do art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, que regula os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Pela redação atual do §3º do art. 4º da Lei, o limite de cada Fundo Constitucional de Financiamento para a aplicação na atividade de serviços é de vinte por cento. Ele pode ser majorado

para um determinado ente federativo, mas, no total de recursos dos Fundos, o percentual máximo deve ser observado.

Mas, como já foi dito anteriormente, a Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, já atendeu a esse propósito ao modificar o art. 4º da Lei nº 7.827, de 1989, alterando a redação do *caput* e revogando seu §3º. Com essas mudanças, não há mais o limite de vinte por cento para a aplicação de recursos no setor de serviços para os três fundos constitucionais de financiamento. Em outras palavras, o objetivo do PLS nº 648, de 2011, já foi atendido.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 648, de 2011.

É este, Sr. Presidente, o nosso voto.

Quero aqui, Sr. Presidente, registrar que essa modificação foi feita numa medida provisória aprovada por unanimidade na Câmara e no Senado a pedido das Bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta era muito louvável, mas nós já nos antecipamos e, na Lei nº 12.716 de 2012, já foi atendido. Por isso, o nosso voto é pela prejudicialidade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade, votação nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim" à declaração de prejudicialidade do Projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De acordo com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, "sim".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT –PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, vou pedir um minuto apenas para, quanto a este item, parabenizar, primeiro, o Senador José Pimentel e o Senador Walter Pinheiro, porque, na medida provisória que se tornou a Lei nº 12.716, de setembro de 2012, já foi consertado isso. Realmente, o Senador Rodrigo Rollemberg estava correto quando apresentou esse Projeto. O espírito da lei é muito correto, mas, como bem colocou o Senador Pimentel, ele já se precipitou, a pedido da Bancada do Distrito Federal e dos Senadores do Centro-Oeste, modificando o FCO, tirando só da condição de indústria para incluir também serviço, que

é o forte principalmente no Distrito Federal. O Projeto seria muito bom se já não existisse essa providência tomada – tomamos no ano passado essa providência.

Neste momento, parabenizo o Senador Rodrigo Rollemberg, mas mais ainda o Senador Pimentel e o Senador Walter Pinheiro, porque essas medidas foram tomadas no ano passado, Senador Dornelles, colocando o FCO para o Distrito Federal e para o Centro-Oeste de forma que o empresariado pode usá-lo agora sem aquela limitação segundo a qual deveria ser somente para a indústria.

São esses os meus comentários.

Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, voto "sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Voto "sim".

Portanto, 16 votos "sim". A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do Projeto.

Item 15.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, de 2012 – Terminativo -

Institui o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (FNAMA) e dá outras providências.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Cumprimento o Senador Jayme Campos pela iniciativa.

O Projeto cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas. A ajuda prevista é uma ajuda pecuniária no valor de até R$622,00 a ser pago em um período de até 12 meses. O recurso pode também ser utilizado para o treinamento de profissionais com os objetivos de facilitar a recolocação das mulheres no mercado de trabalho.

A composição do Fundo, Sr. Presidente, está prevista com 10% do total das multas penais, com doações que podem vir de pessoas físicas ou jurídicas e todas elas dedutíveis do imposto de renda, e contribuições de governos e organizações internacionais estrangeiras assim como resultado de operações.

Sr. Presidente, a Lei Maria da Penha é um avanço muito importante. É uma lei importante não só porque prevê a punição, mas porque prevê o amparo tanto das mulheres agredidas como dos próprios agressores e a prevenção da violência.

Então, esse Projeto de iniciativa do Senador Jayme Campos é de extrema importância. Por conta disso, é que votamos pela sua aprovação.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, pela objetividade, pela didática na exposição do Projeto.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com a Relatora vota "sim" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Como vota o Senador Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias. (*Pausa.*) "Sim".

Senador Anibal Diniz. (*Pausa*.)

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a Relatora, "sim".

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Cumprimento o autor, Senador Jayme Campos, competente

Presidente da CAS, e também a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim", Senadora Ana Amélia.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim". Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Marco Antônio Costa.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, votaram SIM 15 Srs. Senadores.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprova o Projeto de iniciativa do Senador Jayme Campos. Quero cumprimentar o Senador Jayme Campos pelo projeto apresentado. Cumprimento especialmente a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

Vamos ao último item terminativo. Portanto, peço aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que permaneçam.

ITEM 16

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Agripino

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o Projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Indico como Relator *ad hoc* da matéria o objetivo e competente Senador pelo Rio de Janeiro, Senador Dornelles, que já se preparou para o assunto, estudou. A Ana já está orientando, já com todo o material disponível para o Senador Dornelles, como sempre, fazer um relato competente do assunto.

Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que visa vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos da caderneta de poupança.

A matéria compõe-se de apenas dois artigos.

Em sua Justificação, o autor argumenta que a caderneta de poupança é o produto financeiro mais simples e acessível ao pequeno investidor, notadamente aquele pertencente aos estratos mais baixos de renda. Entretanto, conclui que a exigência de um valor mínimo para abertura dessas contas por parte das instituições financeiras exclui aqueles para quem essa seria a única via de poupar.

Sr. Presidente, o relatório do Senador José Agripino realmente aborda profundamente o assunto, e o meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles. Obrigado também pela habitual objetividade.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que queira discutir, em votação o Projeto de autoria do competente Senador Antonio Carlos Valadares.

Quem vota com o Relator, Senador Francisco Dornelles, vota "sim" ao projeto.

O Senador Antonio Carlos Valadares sempre apresenta projetos muito pertinentes.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, somente para dizer que este Projeto vem ao encontro de um desejo que já vem desde há muito tempo de parte dos pequenos poupadores, a fim de que, para os depósitos da caderneta de poupança, não se exija o depósito mínimo.

Naturalmente que isso vai se refletir em mais depósitos na nossa caderneta de poupança, justamente na Caixa Econômica Federal, que é o instrumento de valorização daqueles pequenos poupadores, dos pequenos e dos microempresários.

Portanto, é uma reivindicação há muito feita aos Parlamentares e agora atendida, graças ao gesto de V. Exª em colocar essa matéria como prioritária para votação nesta Comissão, bem assim ao grande Relator, Senador José Agripino, substituído nesta oportunidade pelo não menos competente Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Portanto, em votação a matéria.

Quem vota com o Relator vota "sim" ao Projeto.

Senador Eduardo Suplicy, como vota V. Exª?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles é voto conhecido.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator, com grande prazer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Com o novo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com o novo Relator, Senador Dornelles. "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Sim".

Portanto, 12 votos "sim". Como o voto do autor conta... Ah, só conta a presença.

Portanto, por 12 votos "sim", a Comissão aprova o Projeto do Senador Valadares.

Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exª e parabenizar também os dois Relatores: o Senador Francisco Dornelles e o Senador José Agripino Maia.

Só para justificar, o Senador José Agripino não relatou esse Projeto porque está em uma reunião do partido. S. Exª pediu que eu justificasse, e é absolutamente legítimo, uma vez que este final de ano tem sido corrido para todos os Senadores e Senadoras.

O item 1 da pauta foi retirado pelo Senador Pimentel, que precisa se debruçar sobre novas emendas que foram entregues ontem à noite e ainda hoje pela manhã. Portanto, o Senador José Pimentel, sempre muito zeloso do seu trabalho e da sua relatoria, pede para retirarmos o item 1 da pauta – matéria relativa ao PNE (Plano Nacional de Educação).

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, DE 2008 – Não Terminativo -

Autoriza a abertura de capital da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatoria: Senador Gim.

Relatório: favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer contrário ao Projeto inicial;

2. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Senador Gim Argello retrabalhou todo o Projeto, discutindo esse assunto com a Embrapa, com o Ministério da Agricultura, com a Casa Civil da Presidência da República, com a coordenação política do Governo, com a Ministra Ideli. S. Exª o discutiu, especialmente,

com os técnicos da Embrapa e com o Presidente da Embrapa, Presidente Maurício.

Não tenho dúvida alguma de que o projeto que o Senador Gim apresentou é muito superior ao que eu apresentei. Isso foi fruto de diálogo e, acima de tudo, de um trabalho profundo de todos aqueles que respeitam a Embrapa e sabem do papel que a Embrapa tem para o futuro do Brasil, especialmente no agronegócio e no setor de pesquisa, em que a Embrapa, com seus profissionais, é uma empresa absolutamente diferenciada. A Embrapa é referência para o País e para o mundo.

Reforço que a matéria foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e que o projeto inicial teve parecer contrário. A matéria, depois da CAE, segue para a CCJ, onde terá decisão terminativa.

A D. Cynthia está aqui hoje, acompanhando os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos. Ela é a responsável pelas relações entre o Congresso e a Presidência da Embrapa, composta pelo Dr. Maurício.

Passo a palavra ao Relator, Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Obrigado, Sr. Presidente. Como o senhor muito bem colocou, trata-se de Projeto que vem sendo discutido, que foi discutido pelo Governo e por vários segmentos da sociedade. É muito importante que todos o entendam.

A primeira versão do Projeto se tornou uma versão polêmica, porque abriria o capital da Embrapa para acionistas, para que a Embrapa atuasse no mundo com capital aberto. Depois de avaliarmos o assunto com muita profundidade, resolvemos fazer um substitutivo, para o qual peço a atenção de todos.

Para esclarecer qualquer dúvida, estamos aqui prontos. Esse foi um debate muito, muito profícuo.

EMENDA Nº – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 222, de 2008

Dispõe sobre a criação de subsidiária integral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa para atuação na comercialização das tecnologias, produtos e serviços dos direitos da propriedade intelectual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° Fica a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) autorizada a criar, nos termos do art. 251 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, uma subsidiária integral sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, denominada Embrapa Tecnologias S.A (Embrapatec), com sede e foro no Distrito Federal e prazo de duração indeterminado.

Art. 2° A Embrapatec terá por finalidade comercializar as tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa e explorar o direito de uso das marcas e os direitos decorrentes da propriedade intelectual, inclusive proteção de cultivares e mudas, com o propósito específico de aplicar parcela dos recursos arrecadados na realização dos investimentos e custeio de atividades de interesse da pesquisa agropecuária nacional.

Parágrafo único. No cumprimento de seu objeto social, a Embrapatec poderá participar, minoritariamente, do capital de outras empresas.

Art. 3° O estatuto social da Embrapatec será aprovado pelo Conselho de Administração da Embrapa, a quem caberá autorizar à diretoria daquela instituição a prática dos demais atos necessários à constituição da empresa.

Art. 4° A Embrapatec sujeitar-se-á ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Art. 5° O regime de pessoal será o da Consolidação das Leis do Trabalho, condicionada a contratação de pessoal à prévia aprovação em concurso público.

Art. 6° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o Substitutivo da CAE. Todas as outras explicações estão à disposição.

Nós temos todas as justificativas para esse projeto, um projeto com o qual o Presidente da Embrapa, por mais de uma vez, o atual Presidente, Dr. Maurício, já está em contato, está participando efetivamente, como toda a parte do Governo. É um projeto que vem sendo discutido, mas que está à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão, e, desde já, parabenizo o Senador Gim Argello pelo trabalho excepcional que executou, conversando e discutindo com a Embrapa e com o Governo sobre esse Substitutivo.

A matéria está em discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimento pelo relatório da criação de uma subsidiária da Embrapa e acho que o caminho a ser seguido é esse.

Há muito tempo, tenho defendido que a Embrapa precisa ter novas formas de financiamento; precisa estar aberta a uma discussão com os setores produtivos, com outras empresas de pesquisa. Não é mais possível nós termos uma Embrapa fechada como a que nós temos hoje, voltada para si mesmo. Ela precisa se abrir para o mundo.

A primeira apresentação do trabalho do Senador Delcídio era no intuito de abrir o capital da empresa a ponto de que viessem recursos estrangeiros ou recursos de outras empresas, para que a Embrapa pudesse ser mais competitiva e mais forte.

Eu tenho defendido aqui, nesta Casa, que nós devemos, como Senadores, como Congresso Nacional, dar todo o apoio à Embrapa, fortalecer a Embrapa e destinar não milhões, mas bilhões de reais para que a Embrapa possa dar ao Brasil a liberdade, a sustentação e a sustentabilidade da nossa produção agrícola sem depender da biotecnologia de terceiros. Ou melhor, vamos sempre comprar a biotecnologia de terceiros, mas com resguardo.

Uma Embrapa forte significa um País independente. Vamos competir com os demais, compramos as tecnologias, mas, se não nos quisermos nos vender no futuro, nós temos que contrapor. É a teoria da bomba atômica. Ninguém quer explodir bomba atômica, mas quem quer ser respeitado no mundo como país, ter sua liberdade, sua autonomia, é só ter a bomba atômica que vai para um clubinho separado para conversar, e ninguém vai jogar bomba em ninguém. Mas ele muda de andar, muda de patamar e vai discutir as condições de forma diferente.

Eu quero fazer uma pergunta ao Relator, já que é meu Líder no Bloco. Eu recebi aqui pedido da Cynthia. Ela veio aqui várias vezes me explicar, porque estou inclinado a pedir vista desse Projeto para discutir melhor.

Eu já disse no início: não sou contra o princípio. Acho que esse é o caminho. Inclusive, Sr. Relator, lá, em Mato Grosso, nós temos uma fundação de apoio à pesquisa, que se chama Fundação MT (Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso), que nasceu das asas da Embrapa há 15, 20 anos. Depois nos separamos, e ela continua uma empresa de pesquisa, mas também já não conseguia mais negociar, captar, buscar recursos fora para a sua autossuficiência. E foi criada lá também uma empresa de tecnologia separada, em que os técnicos fazem as negociações, compram tecnologia, vendem tecnologia, fazem acordos com outros países, enfim, o que deu agilidade, deu oportunidade para que a empresa pudesse crescer. E continua crescendo.

A Embrapa busca o mesmo caminho, que eu acho correto. Só que o nosso Projeto, aqui apresentado, não determina, não diz como isso vai funcionar. E uma das preocupações que me fazem pensar em pedir vista é que a justificativa do Projeto diz que a direção da Embrapa não tem conhecimento. Ela não sabe fazer a venda, ela não sabe se relacionar com o mercado, ou ela não tem gente capacitada para isso. E, ao mesmo tempo, na criação, vê-se que o Conselho de Administração da Embrapa é que irá reger todo esse negócio. Ora, se eu não tenho capacidade para tocar o A, eu também não tenho para tocar o B. Então, a minha preocupação é: como é que nós vamos fazer isso? Quem vai orientar a contratação do pessoal? Que cargos serão criados aqui dentro? Qual a carreira que será colocada aqui dentro? Qual a autonomia desta Embrapatec? Ela terá autonomia total para dirigir, e organizar, e vender os negócios, ou ela ficará subordinada ao Conselho de Administração?

Então, essas questões é que me levam a pensar em pedir aqui vista do Projeto. Mas a Cynthia veio falar comigo e disse que ela não gostaria de ver pedido de vista no processo agora, para não perder a oportunidade aqui dentro da Comissão. E que nós teríamos – eu teria – condição de discutir isso na outra Comissão, na CCJ. Só que, Líder, eu não faço parte da CCJ.

Mas eu tenho um pleito com V. Exª, e junto do nosso Bloco, de fazer parte, no ano que vem, da CCJ. Se nós mantivermos esse compromisso, eu abro mão de pedir vista hoje e vou estudar... Não é questão de barganhar. Eu não quero perder a oportunidade de discutir um tema tão importante para a Nação brasileira, para a agricultura, para o agronegócio, que é a Embrapa.

A Embrapa, para mim, é o maior patrimônio que o País tem. E eu não quero também perder a oportunidade de contribuir com esse processo de dar maior agilidade e maior competitividade à Embrapa.

Então, quer dizer, se nós tivermos o nosso compromisso firmado de que eu estarei na CCJ no ano que vem, eu não peço vista do Projeto, vou discuti-lo lá na CCJ. E acho, inclusive, que é mais oportuna a discussão que deve ser feita ali do que a daqui, que é só questão de mérito e econômica.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Senador Blairo Maggi, de quem tenho muito orgulho de ser Líder aqui no Senado, já afirmo a V. Exª que participará da CCJ no ano que vem, não só por este Projeto, mas pela grande contribuição que pode dar a este País.

V. Exª foi duas vezes governador do Mato Grosso e colocou o seu Estado como um dos Estados proeminentes deste País. Na área agrícola, V. Exª é tido – e é – como uma sumidade, ensina a todos a parte logística. Ensinou como se exportar pelo norte deste País, e faz isso com os embarques fluviais, o que é destaque, com barcaças, com a exportação saindo pelo norte do nosso País.

O senhor tem todas as qualificações de participar, pelo nosso Bloco, da CCJ. E o senhor pode ter certeza de que participará, discutindo não só este Projeto, que é muito importante para a Embrapa, mas principalmente para o País e para o mundo, porque nós vamos ser o celeiro do mundo; já estamos sendo.

Outro dia tive uma informação – e é muito bom que o País todo a tenha – de que, neste ano, pela primeira vez, o volume dos produtos agrícolas exportados foi maior do que o volume de minério, Senador Lindbergh; só para ter uma ideia. Isso é um orgulho para o País. A primeira vez que acontece, na história do País, de os produtos agrícolas, as *commodities* agrícolas serem superiores em nível de valores exportados do que os minérios.

Então, o senhor tem todas as qualificações e pode ter certeza de que vai discutir este projeto, Senador Blairo Maggi, na CCJ, logo no começo do ano.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, nosso Relator e meu Líder.

Então, diante dessas colocações e em homenagem à Cynthia, ao Presidente Maurício, à vossa relatoria e ao Projeto do nosso Presidente Delcídio, eu vou votar favorável, tendo a oportunidade de, na outra Comissão, fazer as colocações que acho pertinentes, mas jamais no sentido de ser contra o Projeto, e sim no sentido de poder melhorá-lo, se isso for possível. Essa é a minha intenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, registrando também preocupações muito pertinentes.

Eu queria só fazer uma observação, aproveitando a presença da Cynthia, porque eu sei do trabalho que a Embrapa fez com o Senador Gim Argello. Aliás, este Projeto é um exemplo...

Apresentei uma proposta, fui bombardeado, inclusive em várias audiências públicas que eu fiz com a própria Embrapa, com os técnicos da Embrapa – porque eu não conversei só com a diretoria não; conversei com sindicato, com os técnicos –, levei muito pancada por causa do Projeto que apresentei, mas procurei ouvi-los.

O Senador Gim Argello entrou no processo fortemente, e eu não tenho dúvida nenhuma de que este texto apresentado hoje é um grande avanço e, acima de tudo, valoriza este patrimônio brasileiro que é a Embrapa. Não só cria condições, sob o controle da Embrapa, com uma subsidiária 100% Embrapa, de comercializar seus produtos, mas, ao mesmo tempo, também se constitui num braço da Embrapa em outros continentes. E falo aqui especificamente da África, onde estive recentemente e pude ver que a Embrapa tem um respeito tremendo.

Eu acho que o Brasil tem um espaço fantástico na África, principalmente na questão do agronegócio e especialmente com a Embrapa.

Nós brasileiros somos muito queridos, e a Embrapa muito respeitada na África. E a África é um continente que tem um solo rico e um povo pobre. Portanto, eu acho que o Brasil tem um papel fundamental nesse processo. O Presidente Lula fez um esforço grande, principalmente em estabelecer essas relações com o continente africano, e acho que o Projeto vem de encontro também à atuação internacional da Embrapa.

Eu queria só fazer um registro, Senador Blairo Maggi, V. Exª que estava preocupado com a estrutura. É que isso foge às atribuições do Congresso, é delegação do Executivo. Não se entra nesse detalhe exatamente porque não é atribuição nossa a estruturação da nova empresa. De qualquer maneira, muito pertinentes as observações de V. Exª, e vamos ter a oportunidade de discutir isso quando V. Exª, já no ano que vem, for membro da CCJ, como foi aqui falado pelo Senador Gim Argello.

O Relator pretende fazer mais algum comentário, meu caro Senador, competente Senador Gim Argello?

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Senador Delcídio, agradeço a oportunidade que V. Exª me deu de relatar esta matéria e de me aprofundar com relação à Embrapa, que, para todos os brasileiros, como V. Exª colocou, é motivo de orgulho. A Embrapa, realmente, é motivo de orgulho para todos nós.

Agora, com o aprimoramento que V. Exª sugeriu – e o Presidente da Embrapa disse que todos os membros do Governo participaram –, agora tenho certeza que, com a colaboração do Senador Blairo Maggi, vamos realmente ajudar a construir essa nova empresa, que vai ajudar o País e o mundo.

Aproveitando, Senador Delcídio, que o senhor falou da África, nos últimos 3 anos, a curva de aumento no consumo de alimentos da população do mundo cresce 5%; e, nos últimos 3 anos, o maior índice de crescimento de produção alimentícia foi de 3%. Então, o mundo está se distanciando... Cada vez mais, vamos ter necessidade de mais alimentos. E a única fronteira agrícola em que pode haver uma grande produção de alimentos, em que ainda podem existir áreas agricultáveis no mundo, é o Brasil, pois ainda temos perto de 500 milhões de hectares que podem ser utilizados para produzir os alimentos de que o mundo precisa, como muito bem coloca o Senador Blairo Maggi.

Outro dia, em uma reunião, a Srª Presidente disse que o que precisamos é só de meios, é justamente de pesquisa, porque força da produção, de conhecer e lidar com a terra, ninguém melhor do que nós, brasileiros.

Agradeço, Senador Delcídio, por ter me dado a oportunidade de ser o Relator desta matéria na CAE, porque, realmente, o senhor teve uma visão global, uma visão do que é a Embrapa e em que realmente ela pode contribuir para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Quero parabenizar o Senador Gim Argello pelo competente relatório e cumprimentar também a Embrapa e o Ministério da Agricultura, a Embrapa na pessoa do Maurício e da Cynthia, e o Ministério da Agricultura na pessoa do Ministro Mendes Ribeiro e também do Secretário Executivo José Carlos.

Portanto, os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório do Senador Gim Argello, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, como foi falado, em decisão terminativa.

Item 3 da pauta. A Relatora é a Senadora Vanessa Grazziotin, que solicita a retirada de pauta.

O item 4, também, o Relator, Senador João Vicente Claudino, solicita a retirada de pauta para reexame.

O item 5, o Senador Vital do Rêgo quer relatar esse projeto. Portanto, vamos retirá-lo de pauta, e o assunto será pautado no próximo ano, na primeira reunião deliberativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2007 – Não Terminativo –

Altera a Lei 11.284, de 02 de março de 2006, que "dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências".
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Ivo Cassol
Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2012 – Não Terminativo –

Assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarifação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses.
Autoria: Senador Lauro Antonio
Relatoria: Senador Vital do Rêgo.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Agora, partimos para o item 7 da pauta, porque o item 6 já foi relatado pelo Senador Marco Antônio Costa.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2005 – Não Terminativo –

Dá nova redação ao caput do art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.
Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (PERMANENTE)
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.
Observações:
1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto.

Com a palavra o Relator, Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Por força da aprovação do Requerimento nº 1.333, de 2007, vem a esta Comissão, para análise e deliberação, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005, da então Comissão de Legislação Participativa, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. A proposição resulta da Sugestão nº 001, de 2004, apresentada nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, pela Associação Comunitária de Chonin de Cima.

Análise.

Após a aprovação da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), incumbe a apreciação do ponto de vista econômico da presente proposição legislativa.

Primeiramente, julgo louvável a iniciativa da Associação Comunitária de Chonin de Cima ao valorizar os canais de participação no processo formal de elaboração legislativa, demonstrando ao Brasil a seriedade observada pelo Senado Federal ao inserir sugestões oriundas da sociedade civil no âmbito do processo legislativo.

O assunto em questão encerra tema polêmico. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei de Organização da Assistência Social (Loas) em 1993 e implantado em 1996, em cumprimento à determinação constante do inciso V do art. 203 da Constituição Federal, é o primeiro benefício de caráter não contributivo assegurado a todos os brasileiros, independentemente da condição de trabalho anterior ou atual, mas vinculado à condição atual de renda.

Trata-se de um dispositivo de proteção social que os especialistas na matéria chamam de mínimo social, na forma de prestações mensais. Nos termos do que dispõe o art. 20 da Loas, o BPC é destinado a pessoas idosas ou com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

A implantação do BPC representou um marco na política de assistência social no Brasil. A existência de previsão orçamentária para a prática de benefícios sociais é própria de sociedades solidárias como a nossa e, sem dúvida, meritória, tendo em vista a existência de indicadores de pobreza importantes em um país. No mundo, benefícios da natureza do BPC são oferecidos a pessoas que representam uma fração pequena da sua população.

Além disso, países como a Argentina, Chile e o Uruguai, cujas expectativas de vida aproximam-se da dos países de primeiro mundo, adotam benefício somente a partir dos 70 anos de idade, com um valor médio que não ultrapassa os US$100,00. Em países como Bolívia, Botswana, Índia e Namíbia, os benefícios são concedidos aos 65 de idade, mas a valores que não ultrapassam US$30,00.

A legislação brasileira já apresenta representativa vantagem em relação a esses países. Supondo o dólar em torno de R$2,10, teríamos um BPC próximo de US$300,00, o que é explicado diante da política de valorização do salário mínimo, que constitui parâmetro único do valor do BPC. Além disso, o Estatuto do Idoso reduziu a idade de elegibilidade do benefício de 70 para 65 anos.

Além da vantagem do ponto de vista legal, nossas condições socioeconômicas, mesmo tendo ainda muito a avançar, permitiram um substancial avanço da expectativa de vida da população. Segundo cálculos do IBGE, de 1993 a 2003, a expectativa de vida elevou-se em 2 anos e o País diminuiu a idade de concessão do BPC em 5 anos.

Esse fator de vantagem vem apresentando custos elevados do ponto de vista fiscal e previdenciário. Segundo dados do Ministério da Previdência, atualmente, o BPC é concedido a 1,65 milhões de idosos acima de 65 anos, dos quais aproximadamente 57% são mulheres. O gasto mensal deste benefício gira em torno de R$825 milhões de reais. Os valores totais pagos, por meio de BPC, para as mulheres cresceu 62% entre 2007 e 2010, enquanto para os homens o crescimento foi de 53%.

Mesmo sabendo que este programa tem um objetivo específico (dar amparo a idosos carentes), não se pode deixar de ressaltar que o BPC para os idosos equivale a quase 68% dos gastos com o programa Bolsa Família, o qual atende a 12,8 milhões de famílias, o que equivale a quase 50 milhões de pessoas.

Dessa forma, não sabemos ainda o impacto imediato que teria a redução da idade para as mulheres auferirem o BPC, mas, caso aprovado, seriam recursos que poderiam ser retirados de programas como o Bolsa Família, os quais investem para a diminuição da miséria agora e no futuro, pois busca o fortalecimento dos cidadãos desde a mais tenra idade, que, com certeza, não serão os idosos carentes do amanhã, conforme gráfico abaixo.

De acordo com pesquisa PNAD/IBGE de 2010, a partir dos 60 anos de idade, basicamente não há mais pessoas miseráveis no Brasil. O grave problema no Brasil está de 1 dia a 15 anos de idade. O grande problema da pobreza no Brasil está entre 6 e 10 anos de idade. É aqui onde temos um contingente de pessoas, infelizmente, na linha de pobreza e miséria, que é a grande preocupação do programa Brasil Carinhoso, como forma de resolver essa questão da pobreza até 2014.

O BPC é destinado a idosos que não têm direito à previdência social, ou seja, ao longo de sua vida, não reuniram condições econômicas para fazer jus à aposentadoria. A aprovação dessa medida também poderá induzir as pessoas de menor renda a não contribuírem para a Previdência Social. Alguém que ganhe pouco e tenha a opção de não contribuir para o INSS terá incentivos para não o fazer, pois, aos 65 anos, o pagamento a receber, seja pela aposentadoria por idade, seja pela Loas, será o mesmo. Esses efeitos poderão ser agravados caso a idade mínima para ter

direito ao BPC seja reduzida a 60 anos de idade para as mulheres, conforme propõe o projeto.

A miséria é um fato. É algo que atinge as pessoas independentemente do gênero. Estar na condição de necessitados, a ponto de não prover a própria sobrevivência, nem tê-la provida pela própria família, é um estado que ultrapassa a diferença entre sexos.

Como o Estado possui recursos limitados, as escolhas são sempre difíceis, mas necessárias, e devem beneficiar o interesse geral. Desse modo, ainda que bem intencionada, a proposição não traz reais benefícios para a nossa sociedade como um todo.

Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2005.

É esse, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Mais uma vez, quero anunciar a presença do Governador Raimundo Colombo, cumprimentar também o Senador Luiz Henrique e o Senador Casildo Maldaner. V. Exªs podem ver que Santa Catarina está numa pressão violenta aqui, mas quero assegurar V. Exªs que votaremos. O empréstimo de Santa Catarina foi assinado pela Presidenta Dilma hoje pela manhã. A Presidenta estava viajando, foi à França, foi à Rússia com o Senador Luiz Henrique, inclusive, testemunha. Mas a Presidenta Dilma assinou a mensagem ao Senado Federal, que vamos votar amanhã.

Estamos tomando a seguinte decisão: nós vamos, amanhã, dar todo o tempo necessário para que todas as mensagens venham aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos. Já estamos tomando as medidas necessárias e prudenciais, como diz o Presidente do Banco Central, para que nós tenhamos quórum amanhã. Portanto, quero deixar o Governador muito tranquilo com relação a isso. Os Senadores de Santa Catarina estão ensandecidos hoje. O Senador Luiz Henrique está ensandecido desde cedo por causa desses empréstimos. Mas, hoje mesmo, a assessoria da Secretaria, o comando da Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos vai tomar todas as providências para que tenhamos quórum, Senador Pimentel, e venhamos a aprovar, inclusive outros empréstimos: o do Ceará, do Senador Pimentel; o do Paraná; o do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina também.

Portanto, estamos tomando todas as providências devidas para que não haja nenhum tipo de contratempo.

Portanto, uma vez lido o relatório do Senador Pimentel, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo Senador ou Senadora que queira discutir...

Senador Eduardo Suplicy, para discutir.

Nós temos ainda dois itens não terminativos e, depois, a aprovação de requerimentos.

Portanto, pediria aos Senadores que permanecessem ainda aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Temos um pouco mais de tempo para liquidar a nossa pauta de hoje, Senador Humberto.

Senador Eduardo Suplicy, com a palavra

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Avalio que haja méritos na proposição da Comissão de Direitos Humanos, mas acho que é bastante responsável o parecer do Senador José Pimentel. Como V. Exªs sabem, eu sou muito a favor de caminharmos, o quanto antes, para aquilo que já é lei aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional, de um dia termos a renda básica como um direito incondicional para todo e qualquer pessoa.

E, na medida em que avançarmos nessa direção, vamos resolver problemas tais como os que aqui são colocados. Mas acho que o parecer do Senador José Pimentel é muito responsável e voto de acordo com o seu parecer.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Em votação o relatório do Senador José Pimentel.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao Projeto.

ITEM 8

MENSAGEM (SF) Nº 89, DE 2012
– Não Terminativo –

Encaminha a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Decreto Legislativo (SF) que apresenta.

O Senador Romero Jucá não se encontra e indico o Senador Pimentel como Relator da matéria.

Depois, temos o item 9, e o Senador Cidinho Santos não se encontra e vou passar à Senadora Ana Amélia.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, em conformidade com o §1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, a Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012.

Voto.

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o quarto trimestre de 2012, nos termos do seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2012

Aprova a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o 4º trimestre de 2012, nos termos da Mensagem nº 89, de 2012, (nº 442, de 2012, na origem), da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É esse, Sr. Presidente, o parecer.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, nós estamos tratando do item 9?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nós estamos tratando o item 8.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Ah, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador Pimentel e já aproveito, já que V. Exª está aí mesmo, vamos ao item 10, do qual V. Exª é Relator.

Aí, Senador Agripino, nós entramos no item 9.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O nosso eterno Senador e Presidente do PP, nosso Francisco Dornelles, pediu que eu retirasse de pauta para ele poder participar do debate.

Por isso, estou retirando de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, o item 10 foi retirado de pauta pelo Relator, Senador José Pimentel.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E a autora aqui agradece a iniciativa do Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A autora também agradece ao Senador José Pimentel.

(É o seguinte o item retirado):

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, de 2012 – Complementar
– Não Terminativo –

Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, com vistas a vedar a limitação de empenho e movimentação financeira do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET).
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador José Pimentel.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Item 9 da pauta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Eu faria pedido semelhante com relação ao item 9, porque eu pretendo pedir vista dessa matéria. Se puder adiar para a próxima reunião, eu e o Senador Aloysio Nunes temos alguns questionamentos a fazer, e eu gostaria de contar com a presença do Senador Aloysio, que não pode estar presente nesta reunião.

Se for lido o relatório eu vou pedir vista, mas eu gostaria, até como um gesto, de solicitar a compreensão do Senador Pimentel para ver se ele concorda em que apreciemos essa matéria na próxima reunião.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Por uma questão prática, porque o Senador Cidinho, Senador Agripino, não está mais na Casa, tendo em vista que o Senador Blairo retornou, eu já estou indicando a Senadora Ana Amélia para Relatora *ad hoc.* Se a Senadora Ana Amélia, já indicada, solicitar a retirada, acho que a gente consegue fazer uma composição.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, solicito, então, para atender à demanda dos demais Senadores, a retirada de pauta do tema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia, agora Relatora do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2012. Com isso, o Senador Agripino e o Senador Aloysio Nunes têm mais tempo para analisar com profundidade o referido projeto.

(É o seguinte o item retirado):

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2012
– Não Terminativo –

Acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registros de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo Município.
Autoria: Senador José Pimentel
Relatoria: Senadora Ana Amélia.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vamos, agora, fechando aqui a pauta de hoje, aos Requerimentos.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 49, DE 2012

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, tendo como convidado o Sr. Adão Magnus Marcondes Proença, Diretor de Infraestrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, para discutir as vantagens do frete hidroviário no Brasil, apresentar o projeto da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária, com sugestão de construção das hidrovias, além de apresentar um modelo de gestão idealizado.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral.
Observações:
1. Em 27/11/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o Requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Requerimento nº 49, de 2012, da CAE.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 51, DE 2012

Requer que seja convidada a Sra. Izabella Teixeira, Ministra de Estado do Meio Ambiente, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Observações:
1. Em 27/11/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o Requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Requerimento nº 51, de 2012, da CAE.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 52, DE 2012

Requer que seja convidado o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro de Estado das Cidades, para que compareça ao Plenário desta Comissão a fim de prestar esclarecimentos sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Autoria: Senador Romero Jucá.
Observações:
1. Em 27/11/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

É o mesmo objeto do Requerimento anterior.

Em votação o Requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Requerimento nº 52, de 2012, da CAE.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 53, DE 2012

Requer, nos termos dos art. 214, III, art. 132, § 1º, e art. 118, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão na pauta desta Comissão, para apreciação, do Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2011, que "altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação".
Autoria: Senador Inácio Arruda.
Observações:
1. Em 27/11/2012, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Em votação o Requerimento.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Comissão aprova o Requerimento nº 53, de 2012, da CAE.

Portanto, não havendo mais nenhuma matéria a se deliberar, eu quero só registrar que amanhã teremos a última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos deste ano. E, no próximo ano, a Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos será ocupada pelo querido companheiro e competente Senador Lindbergh Farias. Portanto, o Senador Lindbergh tem um grande desafio no próximo ano e também em 2014. Eu não tenho dúvida nenhuma de que ele fará um grande trabalho à frente da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E quero cumprimentar o Gonzaga, que faz aniversário hoje! O homem que dirige todas as comissões e que da CAE saiu para comandar as comissões permanentes todas aqui do Senado Federal. Quero parabenizar o Gonzaga pelos 32 anos de idade, que hoje comemora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Em cada perna.

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, mesmo que a gente tenha amanhã a última reunião desta Comissão, eu queria agradecer a V. Exª pelo acolhimento e pelo apoio que a consultoria da CAE deu em audiências públicas extremamente relevantes. A última delas, e todas elas de maior repercussão nacional, foi o debate sobre os abusivos preços dos automóveis. O tema suscitou mais demandas porque recebi pedido da Federação Nacional dos Revendedores de Veículos, presidida por Antonio Fleury Filho, da CUT, da Força Sindical e, hoje pela manhã, do ex-Presidente da FIERGS, Paulo Tigre. Então, faremos uma segunda etapa para ampliar o debate em torno desse tema.

Mas eu queria agradecer a V. Exª pela atenção, pelo acolhimento e pela forma competente, diligente com que conduziu os trabalhos nesses 2 anos aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. O desafio do seu sucessor vai ser muito grande, mas não lhe falta competência, talento nem habilidade, como aconteceu com V. Exª.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigada, Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senador Agripino Maia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, não é pelo fato de estarmos vivendo o período natalino não, mas, como V. Exª anunciou que está presidindo uma das últimas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, eu gostaria de prestar meu testemunho pessoal, que eu acho que interpreto o sentimento do Plenário.

V. Exª é um Senador agradável de convívio e firme de posições. Foi essa a sua marca na CPI dos Correios, onde V. Exª fez sua marca no Congresso. Foi lá. No comando da CAE, que é uma comissão complicada e muito importante, V. Exª promoveu, com a frequência devida, as audiências com o Banco Central, com o Ministro da Fazenda, permitindo livres debates e fazendo com regularidade cirúrgica. Se se fizer uma avaliação sobre o rendimento da pauta da CAE sob o seu comando, até de forma comparativa, vai se vir que a CAE produziu, e produziu bem para o País. Isso se deve muito à firmeza do seu comando.

Então, eu gostaria, sem pieguice, de manifestar, de forma muito fraterna, o meu sentimento em relação à presença de V. Exª no Senado; não só na Comissão de Assuntos Econômicos, mas no Senado. V. Exª é integrante do Partido dos Trabalhadores, que é um Partido adverso ao meu Partido, mas quero dizer que, por V. Exª, eu tenho grande respeito, pelo seu equilíbrio, pela sua capacidade de conduzir e dialogar os fatos de interesse do País. De modo que, com isso, quero desejar muito sucesso na sua vida profissional. Sei que o senhor vai, em breve, mudar de chapéu – quem sabe o chapéu de executivo lá no seu Mato Grosso do Sul –, mas quero dizer que nós todos somos muito orgulhosos do desempenho do Senador Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino. É uma honra ouvir as palavras de V. Exª, da Senadora Ana Amélia. Acho que eu vou ser governador, espero, de Mato Grosso do Sul e com o DEM junto também, viu, Senador Agripino Maia?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com uma pessoa como V. Exª o DEM faz qualquer negócio. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Agripino. Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da minha satisfação de ter sido escolhido pela Bancada do PT como próximo Presidente da CAE. Eu sei da responsabilidade, como

a Senadora Ana Amélia falou, e do desafio, porque V. Exª foi um grande Presidente.

Esta é uma Comissão muito importante e V. Exª conduz esse trabalho, votações duras, mas com muita suavidade, com muita leveza, com espírito muito democrático, escutando todos, Senadores da oposição, da situação, com equilíbrio, com sentimento de conciliação. De fato, é um grande desafio. Eu só fico mais tranquilo porque sei que V. Exª vai estar nos ajudando no início dos trabalhos. Mas, para mim, de fato, é uma missão desafiadora. Eu estou muito feliz de ter sido escolhido pela Bancada do PT. Espero conduzir essa Presidência como V. Exª conduziu. V. Exª deu peso mesmo. É uma Comissão já importante por natureza, mas V. Exª deu peso, deu relevo, deu importância. É uma Comissão que discute temas importantes, mas é agradável estar aqui participando deste debate. Isso é uma marca de V. Exª e quero me guiar no próximo ano, no nosso trabalho aqui na Comissão, espelhando-me nessa forma, suave, equilibrada, escutando todos, que V. Exª imprimiu nesta Presidência.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh. V. Exª, que é um político determinado, competente, que tem uma história bonita, não tenho dúvida nenhuma de que vai fazer um trabalho excepcional aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, porque reúne todas as condições para executar um trabalho ímpar, exemplar, aqui na nossa querida Comissão de Assuntos Econômicos, e nós estaremos ao lado de V. Exª nesse grande desafio nos próximos 2 anos.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Senador Delcídio, quero me associar às manifestações que foram aqui trazidas de forma muito justa, tributando a V. Exª o reconhecimento pelo seu desempenho à frente desta Comissão. O Senador Agripino foi muito feliz quando destacou que V. Exª tem esta marca: a marca da cordialidade, do bom convívio, mas, ao mesmo tempo, da firmeza e da forma assertiva com que decide quando é necessário decidir. Acho que V. Exª, sem dúvida alguma, conduziu muito bem os trabalhos desta Comissão, que produziu, que teve uma produtividade, que me parece, sem eu ter a experiência do Senador Agripino, mas acho que, num balanço, não há dúvida nenhuma do que a CAE produziu, não só dos debates que aqui foram feitos, mas, sobretudo, pela própria produção na deliberação de matérias que estavam sob exame desta Comissão.

Fica para nós, de qualquer forma, não apenas a referência, a inspiração de seu trabalho, mas fico muito feliz de saber que V. Exª será sucedido aqui pelo Senador Lindbergh Farias, que, com seu entusiasmo, com sua juventude, com sua capacidade também de pensar uma agenda estratégica para o País, tenho certeza de que valorizará o debate nesta Comissão.

Então, fico feliz, como Senador recém-chegado, de poder assistir aqui a esse processo não apenas do reconhecimento por um trabalho que foi feito, de um ciclo que se encerrará, mas, sobretudo, da perspectiva da abertura de um novo tempo. E, para nós, fica, de qualquer maneira, a certeza de que, até 2014, pelo menos, o Senado continuará a contar com o brilho, com a inteligência e, sobretudo, com a capacidade de articulação e negociação do grande Senador Delcídio do Amaral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Espero também contar, Senador Agripino, com o apoio do PTB também, claro. Estamos trabalhando para isso. É como a gente diz lá no Pantanal, estamos ciscando para dentro. E o PP, da Senadora Ana Amélia e do Senador Dornelles, que nos ajudaram muito. É uma aliança ecumênica, ampla.

Mas quero agradecer, e hoje, curiosamente, Senador Armando Monteiro, V. Exª, em toda reunião, é relator. E, hoje, curiosamente, V. Exª não foi relator de nenhum projeto, porque, em toda reunião, o Senador Armando Monteiro é relator. Em toda reunião, ele tem algum projeto para relatar, é um dos relatores mais solicitados, um Senador competente e assíduo também, sempre muito presente, como todos aqui, os Senadores e Senadoras, titulares e suplentes, da Comissão de Assuntos Econômicos.

E quero aqui também registrar o trabalho competente da equipe da Comissão de Assuntos Econômicos, que é – não tenho dúvida, já trabalhei em outras comissões permanentes aqui do Senado, e temporárias também – um timaço, e um time que vem trabalhando consistentemente há muito tempo, com mandatos, primeiro, pelo Gonzaga, e ele foi tão bem aqui à CAE que virou Diretor-Geral. E, agora, com a Adriana, com a detalhista Adriana, com a regimentalista Adriana, e toda a sua equipe aqui, que tem feito um trabalho exemplar, e não tenho dúvida nenhuma, o Senador Lindbergh vai precisar muito do trabalho competente, da história de todos esses profissionais que fazem o dia a dia da Comissão de Assuntos Econômicos.

Portanto, nós íamos encerrar hoje, mas temos amanhã ainda. Nós vamos fazer um resumo, dentro do que o Senador Agripino Maia disse. Nós faremos um resumo, amanhã, das matérias que foram votadas, bem como das audiências públicas. Eu iria fazer hoje, mas já analisamos uma pauta de mais de vinte itens

e a fechamos. Então, vou apresentar isso amanhã. Aparentemente, amanhã será o último dia de sessões deliberativas; portanto, peço que os Senadores e as Senadoras compareçam à Comissão, porque nós temos quatro ou cinco operações de empréstimo para aprovar ainda amanhã. É que estão sendo encaminhadas pelo Governo, serão lidas hoje. Eu espero que venham a ser lidas hoje no Plenário do Senado, para que votemos amanhã essas matérias e consequentemente os Estados tenham condição de contratar esses empréstimos ainda ao longo deste ano.

Portanto, o meu muito obrigado.

A reunião está encerrada, convocando reunião amanhã, ao meio-dia. Era às 10 horas e passou para meio dia. Por quê? Para dar tempo de preparar os relatórios, pois amanhã outras Comissões funcionarão no período matinal.

O meu muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 2013, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro e Blairo Maggi, e, ainda, dos Senadores Ataídes Oliveira e Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Lobão Filho, Ivo Cassol e João Vicente Claudino. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 1ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 2 de 2013 (Aviso nº 485/GMF), de 27 de dezembro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 3 de 2013 (Aviso nº 48/MF), de 30 de janeiro de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre o Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa dentro das Operações de Administração de Passivo realizadas nos dois últimos bimestres de 2012; Aviso nº 5 de 2013 (Aviso nº 50/GMF), de 31 de janeiro de 2013, do Ministério da Fazenda, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; Aviso nº 1 de 2013 (Aviso nº 136/2012-BCB), de 20 de dezembro de 2012, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de novembro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; Aviso nº 4 de 2013 (Aviso nº 23/2013-BCB), de 29 de janeiro de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao quarto trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como relatório da execução da programação monetária; Aviso nº 7 de 2013 (Aviso nº 76-Seses-TCU-Plenário), de 20 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-035.142/2011-1, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 18 de 2011; Aviso nº 165 – GP/TCU, de 28 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 73/2013, proferido pelo Plenário daquela Corte, na sessão de 30/1/2013, ao apreciar o processo nº TC-041.249/2012-7, que trata do relatório de monitoramento com o objetivo de examinar os procedimentos adotados pelos órgãos auditados quanto ao

cumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 3.137/2011-TCU-Plenário; Ofício nº 714/2012/3ª Câmara, de 20 de dezembro de 2012, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, encaminhando ofícios anexos por meio dos quais elabora algumas observações no sentido de melhorar a organização do Fórum das Agências Reguladoras e alcançar mais resultados por meio dele; Ofícios nºs 243, 244 e 245/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos-GO; Ofício nº 246/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier-RS; Ofício nº 247/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de Tupanciretã-RS; Ofício nº 178/2012, de 30 de novembro de 2012, da Câmara Municipal de Capivari de Baixo, encaminhando a transcrição do Requerimento nº 606/2012, do dia 26 de novembro de 2012, que solicita estudo quanto a possibilidade da redução da carga tributária incidente sobre livros; Ofício 2.977/2012/SGM, de 18 de dezembro de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópia do Requerimento nº 3.911/2012, de autoria da Comissão de Participação Popular, reforçando a importância da realização de ampla reforma tributária e rediscussão do pacto federativo; e Ofício nº 658/2013/GM/CGU-PR, de 11 de janeiro de 2013, da Controladoria-Geral da União, informando que estão disponibilizados no sítio eletrônico do referido órgão os Relatórios de Fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 36ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. **Item 1**– Projeto de Lei da Câmara nº 112 de 2012, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências", tendo como Relator o Senador Walter Pinheiro, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 2**– Projeto de Resolução do Senado nº 3 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Inácio Arruda, José Agripino, Alvaro Dias, Cristovam Buarque, Blairo Maggi e Francisco Dornelles. É solicitada vista pelo Senador Alvaro Dias. O Presidente da Comissão, Senador Lindbergh Farias, concede Vista ao Senador Alvaro Dias, nos termos regimentais. **Item 3** – Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador José Pimentel, que "acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registros de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município", tendo como Relatora a Senadora Ana Amélia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. **Item 4** – Projeto de Lei do Senado nº 140 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para criar o Fundo Republicano de Campanha e dispor sobre as doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para as campanhas eleitorais", tendo como Relator o Senador Sérgio Souza, que oferece relatório favorável nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Valadares. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). Votam vencidos os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias. **Item 5**– Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que "altera o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta. A Matéria ainda

será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 307 de 2012 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que "altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame da Matéria. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que "insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento", tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatora. **Item 8** – Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população", tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. **Item 9**– Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 627 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Humberto Costa, que "dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários", tendo como Relator o Senador Marco Antônio Costa. Não tendo sido oferecidas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 10** – Projeto de Lei do Senado nº 449 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Wilson Santiago, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 11** – Projeto de Lei da Câmara nº 159 de 2010, terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 12** – Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados nos termos do art. 37, XVI, a e b, da Constituição Federal", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 13** – Projeto de Lei do Senado nº 707 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. São apreciadas, ainda, as seguinte matérias extrapauta. **Item 14** – Emendas de Plenário ao Projeto de Resolução do Senado nº 79 de 2012, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, que "autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório contrário à Emenda nº 1-PLEN. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Alvaro Dias, Sérgio Souza, Flexa Ribeiro, Waldemir Moka e Ana Amélia. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário à Emenda nº 1-PLEN. Aprova, ainda, a apresentação de Requerimento de Urgência para o Projeto de Resolução. **Item 15** – Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e da Medida Provisória nº 599 de 2012, que tratam da unificação do

ICMS, com as datas e convidados determinados". Usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Armando Monteiro, Vital do Rêgo, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza e Inácio Arruda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 9 de 2013-CAE. **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 10 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que "requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo dos Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761 de 2011; e 35, 89, 100 e 114 de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e que tramitam em conjunto, seja feito em reunião conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. Requer ainda seja realizada audiência pública em conjunto com a CCJ e CDR para instrução dos referidos projetos de lei, com a presença do Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda no Confaz e Secretário da Fazenda do Maranhão". Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 10 de 2013-CAE. **Item 17**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 11 de 2013, de iniciativa do Senador Roberto Requião, que "requer, nos termos dos arts. 91 e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, com vistas à instrução do Projeto de Resolução nº 79/2012, que sejam requeridas as informações especificadas à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Estado do Paraná". Colocado em votação, a Comissão rejeita o Requerimento nº 11 de 2013. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimento nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 12 de 2013. O Requerimento n° 1 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer seja realizada audiência pública para debater a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior, bem como para discutir as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, com a presença da Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras. O Requerimento n° 2 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, requer a realização de audiência pública com o objetivo de ampliar a discussão, já iniciada nesta Comissão, a respeito das razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Rafael Marques de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT); representante da Força Sindical; Senhor Paulo Tigre – Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Cledorvino Belini – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Senhor Luiz Antônio Fleury Filho – Conselheiro Especial da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave); e Senhora Angela Crespo – jornalista especializada em consumo (Site Consumo em Pauta). O Requerimento n° 3 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros, requer seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, para, em audiência pública, debater "a economia brasileira e oportunidades de investimento", bem como o Projeto de Resolução nº 1 de 2013, que trata da unificação do ICMS. O Requerimento n° 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, requer sejam realizados ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos e análises acerca do panorama da política econômica brasileira, e as perspectivas para a próxima década, priorizando os temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional. O Requerimento n° 5 de 2013, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, requer seja convidado o senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para, em audiência, prestar os devidos esclarecimentos sobre o uso da "contabilidade criativa" com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012. O Requerimento n° 6 de 2013, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, requer a inclusão dos economistas Sr. José Roberto Afonso e Sr. Mansueto Almeida no rol dos convidados para o ciclo de audiências públicas a serem realizadas às segundas-feiras. O Requerimento n° 7 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 04 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Delfim Neto – Economista e ex– Ministro da Fazenda do Brasil; Sr. Guilherme Gomes Dias – Economista, ex-Secretário-Executivo e ex-Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Bernard Appy – Economista, ex-Secretário Executivo e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos – Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e Secretário da Fazenda do Maranhão; e Sr. Fernando Naves Blumenschein – Economista, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador na FGV Projetos. O Requerimento n° 8 de 2013,

de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, requer a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 04 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros. O Requerimento n° 12 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, requer a criação no âmbito desta Comissão de Subcomissão Permanente para tratar de "Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira". Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está sem som, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – O som está baixo. (*Pausa*.)

Já está certo?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Melhorou agora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Avisos do Ministério da Fazenda:

Aviso nº 2/2003, de 27 de dezembro de 2012, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de novembro de 2012; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal; e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Aviso nº 3/2013, de 30 de janeiro de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre programa de recompra de títulos da dívida pública mobiliária federal externa, dentro das operações de administração de passivo realizadas nos dois últimos bimestres de 2012.

Aviso nº 5/2013, de 31 de janeiro de 2013, do Ministério da Fazenda, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de dezembro de 2012; tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal; e a relação entre a divida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Avisos do Banco Central:

Aviso nº 1/2013, de 20 de dezembro de 2012, do Bando Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de novembro de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Aviso nº 4, de 2013, de 29 de janeiro de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao quarto trimestre de 2012, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Avisos do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 7/2013, de 20 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo TC 035.142/2011-1, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento de operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 18/2011.

Aviso nº 165, de 28 de fevereiro de 2013, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 73/2013, proferido pelo Plenário daquela Corte, na sessão de 30 de janeiro de 2013, ao apreciar o processo TC 041.249/2012-7, que trata do relatório de monitoramento, com o objetivo de examinar os procedimentos adotados pelos órgãos auditados quanto ao cumprimento das determinações e recomendações constantes do Acórdão nº 3.137/2011, Tribunal de Contas da União, Plenário.

São muitos avisos, porque fazia algum tempo que não havia reunião.

Ofícios:

Ofício nº 714/2012, de 20 de dezembro de 2012, da 3º Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República, encaminhando ofícios anexos, por meio dos quais elabora algumas observações no sentido de melhorar a organização do Fórum das

Agências Reguladoras e alcançar mais resultados por meio dele.

Ofício nº 243/2013, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos, Goiás.

Ofício nº 244/2013, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular na Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos, Goiás. Está repetido, na verdade.

Ofício nº 245/2013, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando, na verdade, a mesma operação irregular de crédito na Prefeitura Municipal de São Luís de Montes Belos.

Na verdade, são ofícios diferentes.

Ofício nº 246/2013, de 16 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de Fontoura Xavier, Rio Grande do Sul.

Ofício nº 247/2013, da Secretaria do Tesouro Nacional, comunicando operação de crédito irregular da Prefeitura Municipal de Tupanciretã, Rio Grande do Sul.

Ofício nº 178/2012, de 30 de novembro de 2012, da Câmara Municipal de Capivari de Baixo, encaminhando transcrição do Requerimento nº 606, de 2012, do dia 26 de novembro de 2012, que solicita estudo quanto à possibilidade de redução da carga tributária incidente sobre livros.

Ofício nº 2.977, de 2012, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, encaminhando cópia do Requerimento nº 3.911/2012, de autoria da Comissão de Participação Popular, reforçando a importância da realização de ampla reforma tributária e rediscussão do Pacto Federativo.

Ofício nº 658/2013, de 11 de janeiro de 2013, da Controladoria-Geral da União, informando que estão disponibilizados, no sítio eletrônico do referido órgão, os relatórios de fiscalização contendo os resultados das ações de controle correspondentes à 36ª etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não estou conseguindo ouvir. O barulho está demais.

(*Soa a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Os Expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício.

Outras informações:

Informo também que, no dia 2 de abril, teremos a presença do Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, em cumprimento ao disposto no art. 99, §§1º e 2º do Regimento Interno do Senado Federal, para discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Lindbergh Farias, hoje é um dia bastante atípico aqui. Temos muitos compromissos de interesse de V. Exª, do Rio de Janeiro, e todos os Senadores aqui estão envolvidos com essa questão. Eu queria propor a V. Exª que, para aquelas matérias em que não há nenhum problema e que já estão, digamos, acertadas e acordadas, façamos uma inversão de pauta. Eu temo que o primeiro item possa suscitar uma discussão e a gente retardar.

Queria também sugerir a V. Exª a leitura dos requerimentos que já estão sobre a mesa – são apenas requerimentos – e que submeta ao Plenário os requerimentos que tratam de matéria que não implicam em debate ou controvérsia.

Então, eu queria propor isso a V. Exª, lembrando também que o item 6 é uma matéria sobre a qual eu já inclusive conversei com o relator para propor algumas alterações ao projeto, cuja autoria é do Senador Pedro Taques, e a relatoria do Senador Vital do Rêgo, que altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer prazo de 30 dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial no caso de quebra de sigilo bancário.

Penso que, se limpar, já fica menos um item na pauta, agilizando as deliberações.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá. Depois, o Senador Aloysio.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na mesma direção, eu queria pedir vênia aos membros da Comissão para que nós pudéssemos apreciar o item 2, um projeto de resolução que é muito importante para vários Estados brasileiros. O Relator é o Senador Francisco Dornelles, que, inclusive, tem outros compromissos. Mas eu fiz um apelo ao Senador Dornelles para que pudesse estar presente ao início da reunião. Eu queria pedir a inversão de pauta para que nós possamos votar esse projeto de resolução que resolve pendência de financiamento dos Estados do Amazonas, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, São Paulo e Paraná.

Portanto, eu gostaria de pedir também, no momento oportuno, que esse possa ser o primeiro item da pauta. Já que haverá a discussão do Ministério e um debate mais abrangente sobre essa questão, que pudéssemos votar esse projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Já vou informar aos senhores que o Senador Walter Pinheiro, que é Relator do item 1 da pauta, ainda não chegou. S. Exª vai tentar chegar à reunião. Então, a gente começaria pelo item 2 e eu deixaria os requerimentos, Senadora Ana Amélia, para serem lidos logo depois de encerrada a pauta.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Presidente, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, Senador Aloysio Nunes. Depois, Senador Alvaro Dias e Senador Luiz Henrique.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, no dia 18 de dezembro do ano passado, não houve reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e, na sessão plenária, o Senador Delcídio do Amaral apresentou em plenário pareceres que foram aprovados em relação a autorização do Senado para quatro empréstimos para Estados: Estado de Santa Catarina, Estado do Ceará, Estado do Rio Grande do Sul e o Estado do Paraná. Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul foram aprovados; no caso do Paraná, houve parecer favorável nos mesmos termos que os demais por parte do Senador Delcídio do Amaral. No entanto, o Senador Requião declarou-se em obstrução, e não houve acordo para votar esse projeto.

Foram apresentadas emendas de plenário. V. Exª me honrou, designando-me Relator das mesmas, onde são tomadas as providências que já estão incluídas no processado.

A Secretaria do Tesouro, a Procuradoria da Fazenda Nacional, o Cofiex não deram aprovação a esse empréstimo de uma maneira leviana; e muito menos o Senador Delcídio do Amaral.

Então, o meu parecer é muito simples, dizendo que basta consultar as folhas que estão no processado, para sabermos que está tudo regular. Assim, o meu pedido a V. Exª é que coloque extrapauta o projeto de resolução que trata do empréstimo para o Estado do Paraná. São 350 milhões de dólares, e o Estado do Paraná está sendo prejudicado com essa demora.

A nossa Comissão não pode ser objeto de guerra política. V. Exª sabe disso. V. Exª sabe que esta Comissão, de um tempo para cá, felizmente, passou a fazer uma análise absolutamente isenta desses casos, e o Estado, que V. Exª tão honrosamente representa aqui no Senado, foi beneficiado, no ano de 2010, com três empréstimos autorizados pelo Senado, no volume de US$521 milhões.

No ano de 2011, foram mais três empréstimos, no total de 1,49 bilhões. Em 2012, Sr. Senador, foram R$2 bilhões, oito empréstimos, todos eles aprovados por esta Comissão, sem nenhuma discussão de natureza político-partidária.

De modo que peço a V. Exª e aos membros da Comissão que, neste caso do Paraná, uma vez V. Exª submetendo ao Plenário o meu requerimento de inclusão extrapauta, votem favoravelmente a este requerimento, para que possamos levar o projeto ao Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sobre o mesmo tema, Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sim. Este e mais um.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Quero agradecer ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que já adotou as providências que eu pretendia adotar, solicitando a V. Exª a inclusão extrapauta desse projeto de empréstimo para o Paraná.

Sem dúvida, fica a ideia de discriminação política, e isso não é bom para o Senado Federal. Esta Casa tem aprovado todas as solicitações dessa natureza. Não conheço nenhuma rejeição. Durante o período em que me encontro no Senado Federal, não houve sequer uma oportunidade em que projetos dessa natureza tenham sido rejeitados. Podemos até discutir se esta é uma política correta para o País: esse festival de empréstimos.

O Senador Aloysio fez referência ao Estado de V. Exª, que, de 2008 até hoje, obteve empréstimos superiores a US$3 bilhões, inclusive considerando já o caráter de excepcionalidade, projetos aprovados pela Secretaria do Tesouro, na condição de excepcionalidade.

Por isso, podemos discutir a tese se é bom ou não para o País esse festival de empréstimos externos, mas se a tese é aprovada aqui, com a aprovação de todos os projetos, não há qualquer razão para justificar o atraso na deliberação desse projeto do Paraná.

Assim, a nossa solicitação para inclusão extrapauta, a exemplo do que fez o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O segundo ponto diz respeito a requerimento proposto por nós para ouvirmos aqui o Ministro Mantega. Isso é muito importante. Estamos vivendo um momento de turbulência na opinião pública brasileira. Há muita apreensão em relação aos destinos da

economia nacional, com o barco à deriva, e temos de discutir exatamente isso com o Ministro Mantega na Comissão de Assuntos Econômicos.

Se V. Exª puder, coloque a solicitação em deliberação hoje de forma excepcional, já que esse tema é prioritário para a Comissão, para o País e para V. Exª também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, na verdade o processo de endividamento dos Estados tem origem, em termos de pleitos recentes, no nível de endividamento dos Estados, matéria que preocupa V. Exª, que me preocupa desde que aqui cheguei.

O Ministro da Fazenda Guido Mantega já esteve aqui várias vezes e disse que o Governo iria mudar os indicadores da dívida. Até agora, isso não aconteceu.

No dia 17 de maio de 2011, requeri que fosse realizada, no âmbito desta Comissão, uma audiência pública, ouvindo vários Governadores, para se estabelecer um debate que leve esta Comissão a influir nesse processo de mudança do indicador.

Esse requerimento está pendente até hoje e não foi realizada a audiência pública.

Peço a V. Exª que agilize e marque data para a realização da mesma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Assim faremos, Senador Luiz Henrique. Agora, inclusive, temos o Projeto de Lei Complementar, que está na Câmara dos Deputados, que trata do assunto. Quero antecipar que vou trazer esse assunto aqui na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero também antecipar que vou designar o Senador Luiz Henrique, desde já, a acompanhar as discussões da Câmara, trazer esse debate para o Senado, que, com certeza, ganharemos tempo, se fizermos esse debate Senado/Câmara articulado.

Então, V. Exª, por ter sido um ex-Governador, por conhecer o assunto, por ter um projeto sobre o tema, é o nome indicado para já estar designado por esta Comissão a acompanhar todos esses debates.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. É sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sobre assunto, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias; Sr. Vice-Presidente, Senador Sérgio Souza; Srªs e Srs. Senadores, na mesma linha dos Senadores que me antecederam, não há como não aprovarmos o pedido do empréstimo para o Estado do Paraná.

Já foram dadas as razões, que são mais do que suficientes, para o pedido feito a V. Exª de colocar extrapauta esse empréstimo. Também comungo da preocupação com o nível de endividamento das Unidades da Federação, mas espero que a Secretaria do Tesouro Nacional esteja atenta com relação à capacidade de retorno desses financiamentos. Mas isso é uma questão que poderemos discutir com a vinda do Ministro Guido Mantega à CAE, até porque o endividamento é em todos os níveis, inclusive da sociedade brasileira, e chegou a um grau de inadimplência nunca dantes visto na história deste País, para usar a frase famosa do Presidente Lula. "Nunca dantes visto", também na inadimplência, lamentavelmente.

Então, queria juntar-me aos outros Senadores e pedir a V. Exª que possa fazer a colocação extrapauta do empréstimo ao Estado do Paraná, que está aguardando desde a sessão legislativa do ano passado. Sabemos que isso traz um prejuízo para os brasileiros que lá vivem que não têm filiação partidária, que são a grande ou quase a totalidade deles; apenas aqueles que fazem a política partidária é que têm isso.

Assim, V. Exª poderia fazer a indicação extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero encaminhar, porque quero entrar na pauta já, mas o Senador Benedito de Lira é o último inscrito sobre o tema.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Agradeço a V. Exª, Sr. Presidente, mas estou observando que este primeiro momento da reunião está sendo de cobrança para pautar projeto, para colocar extrapauta.

Vou fazer aqui uma reclamação. Tramita nesta Comissão, desde 2011, Projeto de Lei Complementar nº 86, que trata do cálculo dos municípios brasileiros. Estes – não precisa que ninguém diga mais nada – estão quebrados. Não há a menor possibilidade de fazer absolutamente nenhuma ação de investimento, porque mais de 80% dos municípios menores estão inadimplentes, não têm condições de receber recursos do Governo Federal, nem assinar contratos, nem convênios. Hoje, não é mais um privilégio dos menores, mas ele se alastrou praticamente para todos os Municípios brasileiros.

Eu tenho ouvido reclamações. Inclusive há audiência marcada com a Presidenta da República, com os órgãos do Governo Federal, com o Prefeito de São Paulo, a maior cidade da América Latina.

Então, como São Paulo reclama, os Municípios menores não podem reclamar. Coitados! Já estão liquidados e não têm mais fôlego para reclamar.

Presidente, esse projeto já está com parecer e seria interessante que esta Comissão analisasse o projeto para atender às dificuldades por que passam os Municípios brasileiros, independentemente do tamanho. Hoje, os menores, especialmente aqueles com até 50 mil habitantes, estão liquidados.

Eu faço um apelo a V. Exª não para analisar o projeto extrapauta, mas para pautá-lo o mais rápido possível.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, com relação ao item 6 da pauta, o qual eu tenho a honra de relatar, recebi do Senador Cyro Miranda, do Senador Francisco Dornelles e, agora, da Senadora Ana Amélia diversas sugestões que aperfeiçoam o relatório já construído e pronto para votação.

Falei há pouco com o autor do projeto, Senador Pedro Taques, que não tem nenhum óbice em rediscutir, com o intuito de aperfeiçoar, colhendo as manifestações desses três Senadores que se propuseram a entregar brevemente a esta relatoria esses temas que podem melhorar o nosso trabalho.

Por isso, peço a V. Exª a retirada de pauta do item 6.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª está atendido.

Retiramos o item 6 da pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 307, DE 2012
Complementar
– Não Terminativo –

Altera o art. 3º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para estabelecer o prazo de trinta dias, prorrogáveis a critério do juiz, para cumprimento de ordem judicial de quebra de sigilo bancário, sob pena de configurar crime de desobediência.
Autoria: Senador Pedro Taques
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatório: Favorável ao Projeto.)

Senador Aloysio Nunes, Senador Alvaro Dias, Senador Flexa Ribeiro, esta Presidência está na sua primeira reunião, e V. Exª pode ter certeza de que nós vamos sempre colocar em votação os projetos da forma mais rápida possível. V. Exª sabe da nossa isenção.

O problema desse financiamento é que um Senador do Estado do Paraná apresentou um ofício e um requerimento à Presidência desta Comissão. Só estou aqui isentando esta Presidência. V. Exª sabe que, da nossa parte, não há nenhum interesse em deixar de votar qualquer projeto de qualquer Estado, mas há um ofício e um requerimento do Senador Roberto Requião.

O meu encaminhamento inicial era ler esse ofício e colocar em votação o requerimento logo depois, na próxima sessão de terça-feira – o requerimento e o empréstimo. Era essa a minha tentativa aqui para encaminhar.

V. Exª está pedindo que se coloque extrapauta, e eu vou consultar o Plenário. Quero deixar isso para logo depois da votação dos itens da pauta. Antes de ler o requerimento, vou fazer essa consulta ao Plenário. No caso, acho que seria interessante que o requerimento também fosse votado hoje – as duas coisas.

Então, eu farei isso assim que acabar a pauta. Antes de ler os requerimentos, eu coloco para o Plenário.

Para mim, o melhor caminho seria se V. Exªs chegassem a um acordo na terça-feira. Até lá nós vamos tentando construir uma saída para esse ponto.

ITEM 2

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 3, DE 2013
– Não Terminativo –

Altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.
Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Com a palavra o Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Sim.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu gostaria de dar um esclarecimento, antes que o Senador Francisco Dornelles pudesse usar da palavra, para explicar qual é o espírito desse projeto de resolução.

Na verdade, apresentei esse projeto visando a ajustar uma situação que, de fato, existe hoje na Secretaria do Tesouro acerca da contratação de obras que foram excepcionalizadas para o programa da Copa do Mundo.

O que houve em vários Estados? Projetos foram elaborados, foram aprovados e foram contratados extralimite exatamente porque atenderiam cidades que eram objeto da Copa do Mundo, sedes da Copa do Mundo.

O que ocorreu em alguns desses projetos, em algumas dessas cidades? Por atraso de projeto, por atraso de licenciamento ambiental, por atraso de questionamentos do Tribunal de Contas e do Ministério Público Federal, algumas dessas obras tiveram o prazo comprometido para ficarem prontas para a Copa do Mundo. Foram obras já contratadas que estão em andamento, mas que não ficarão prontas para a Copa do Mundo.

O que prevê essa resolução para resolver esse problema, para não haver a paralisação das obras, para não haver, enfim, um imbróglio que vai prejudicar recursos públicos e que vai prejudicar Estados e Municípios e, principalmente, a população dessas cidades? Para os Estados onde ocorrerá isso, nós estamos propondo, mesmo a obra sendo descaracterizada de obra para Copa do Mundo, como elas já foram contratadas, Senador Aloysio, que seja mantida a excepcionalidade para essas obras. Senão, elas terão de ser descontratadas, terão de ser paralisadas, enfim, e terá de ser retomado esse processo, para verificar se há limites, se não há limite, em cada Estado. Isso será um problema grave.

Quais são os Estados que têm esse problema?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Apenas para esclarecimento, Senador, permita-me.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Pois não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obras... São empreendimentos contratados ou já com obras iniciadas?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, contratados e com obras iniciadas.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Iniciadas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Vou dar um exemplo aqui: no Estado do Amazonas, o VLT. Ele foi contratado, licitado, iniciado, dado ordem de serviço, só que o VLT não vai ficar pronto para a Copa. Vai ficar pronto depois da Copa.

Em tese, onde temos problemas desse tipo? No Estado do Amazonas, em Brasília, no Estado do Rio Grande do Norte, no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná.

São essas as questões que eu gostaria de colocar, explicando e agradecendo a atenção. É importante que tenhamos a condição de votar, porque, em tese, essas obras ficariam descobertas e teriam de ser paralisadas, com todo o seu processo de financiamento recomeçado, reanalisado, reenquadrado em limites – poderia haver limite, poderia não haver limite. Então, fica aqui a explicação, sem querer cortar o brilhante Relator que é o Senador Francisco Dornelles. Ficam aqui a intenção e o objetivo desse projeto apresentado por solicitação da Secretaria do Tesouro, no sentido de viabilizar esses projetos que estão em andamento...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Romero, permite um aparte?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E pode incluir outros Estados?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não pode incluir outros Estados. São só para obras que foram contratadas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Romero.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sim, mas quem tem obra contratada que, eventualmente, não seja concluída também fica coberto.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não, não. Quem tem obra contratada que não for concluída e que estiver enquadrado vai estar, mas as obras terão de ter sido já contratadas. Não estamos dando aqui um cheque para ninguém contratar novas obras fora de limite de endividamento. Não é isso. É importante que fique bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – São situações já ocorridas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Romero, um aparte, porque acho que é importante, Presidente Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos dar a palavra ao Relator, primeiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu acho que é importante um...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Obrigado a V. Exª.

Senador Romero, eu acho que, para o raciocínio de V. Exª ficar compreensível e acreditado, nós temos de fazer um reparo. No Rio Grande do Norte, não existe nada disso. No Rio Grande do Norte, não. No Rio Grande do Norte, existem US$7 milhões que foram aprovados, que estavam aprovados, pagando taxa de permanência, e não foram contratados. Esses recursos que são pequenos não são destinados a nenhuma obra de Copa nem coisa nenhuma e não se enquadram nesse raciocino. Então, pode até ser que valha para os Estados a que V. Exª se referiu. Eu me preocupo, porque, para o Rio Grande do Norte, eu conheço bem esse empréstimo. São US$7 milhões que estavam contratados, pagando taxa de permanência,

para diversas obras. Não há especificamente destinação para uma obra.

E outra coisa: a Arena das Dunas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Está enquadrado como Copa do Mundo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – A Arena das Dunas, que é uma obra que está em andamento, que já está no meio para o fim – e não é o montante de US$7 milhões que vai viabilizar ou não a conclusão da obra, que será concluída –, não cabe nesse raciocínio.

A minha preocupação é que, como V. Exª, que é uma pessoa que merece fé, colocou no rol dos Estados um raciocínio em que o Rio Grande do Norte estaria incluído – e não está –, eu tenho medo de que isso comprometa o raciocínio como um todo. Então, no caso do Rio Grande do Norte, não é esse o caso, não é esse o objetivo dos US$7 milhões do empréstimo junto ao Banco Mundial, que está pagando taxa de permanência. Não é esse o objetivo, não é esse o enquadramento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, vamos organizar o debate.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Senador José Agripino, é apenas para registrar que a informação da Secretaria do Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero, Senador Romero.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) –... é que são obras complementares para a Copa do Mundo e urbanização. Agora...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero, vamos fazer o seguinte: vou passar a palavra para o Relator, o Senador Dornelles, que vai apresentar o seu relatório, e, depois, nós abrimos o debate.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, é submetido à Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Resolução nº 3, do Senador Romero Jucá.

O inciso IV do §3º do art. 7º prevê que devem ser excluídas dos limites aplicáveis às operações de crédito dos entes subnacionais aquelas destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional.

O Senador Romero Jucá já deu as explicações devidas e importantes sobre o assunto.

Análise.

É atribuição desta Comissão opinar sobre proposições que disponham sobre limites e condições para as operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O PRS nº 42, de 2011, é meritório, pois busca resolver um problema real que os governos estaduais e municipais poderão enfrentar no cumprimento de suas obrigações legais. Com efeito, o *caput* do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, estabelece que as operações de créditos dos entes subnacionais deverão observar os seguintes limites: 16% no montante global das operações; comprometimento anual de 11%; o montante da dívida consolidada não poderá exceder os tetos estabelecidos na Resolução nº 40, de 2001.

Os financiamentos de obras de infraestrutura para a Copa não são, por sua importância estratégica, considerados no cálculo de todas essas restrições. Como, porém, algumas dessas obras não serão concluídas em tempo hábil e precisarão ser excluídas do rol de compromissos assumidos, tem-se que elas voltariam a se subordinar ao disposto no *caput* do art. 7º, pressionando os limites de endividamento de Estados e Municípios, e expondo-os ao risco de insolvência.

A exemplo do Senador Romero Jucá, também julgamos impróprio que um financiamento perfeitamente regular no momento da sua contração deixe de sê-lo em função de condições supervenientes. Assim, a presente proposta conta com o meu pleno apoio.

Em face ao exposto, voto favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, não faço segredo da admiração que tenho pelo Senador Dornelles, um dos mais competentes e respeitados desta Casa. No entanto, nesta matéria, discordo do seu parecer. Peço permissão para discordar.

Não podemos premiar a incompetência, estabelecer favorecimento a quem age de forma mais incompetente do que outros ou menos competente do que outros. Esse é o caso. Trata-se do jeitinho à brasileira: oferecer uma abertura, oferecer uma excepcionalidade para aqueles que não conseguem cumprir prazos e realizar obras no tempo previsto, com todas as vantagens oferecidas.

A realização da Copa do Mundo no Brasil é uma irresponsabilidade monumental. O superfaturamento nos estádios de futebol é criminoso. Basta que se compare o preço das obras dos estádios que são construídos, por exemplo, pelo Palmeiras, em São Paulo, com recursos do próprio clube; pelo Grêmio, em Porto

Alegre, com recursos do próprio clube, com os estádios que estão sendo construídos com recursos públicos oriundos do BNDES e, por consequência, oriundos do Tesouro Nacional, com taxas de juros privilegiadas.

Portanto, essa é a Copa do Mundo do privilégio para alguns, da anarquia na legislação, da destruição das normas estabelecidas que procuram organizar a vida nacional, não só no que diz respeito aos benefícios concedidos à FIFA, uma entidade internacional poderosíssima, que terá todas as vantagens econômicas no País durante a realização da Copa do Mundo, estabelecendo um privilégio inominável, mas também em relação a algumas cidades, a algumas administrações que, por esta ou aquela razão, por incompetência ou, quem sabe, por motivos outros, não conseguem cumprir as determinações impostas pela legislação vigente.

Então, o art. 7º da Resolução nº 43 estabelece que são excluídas dos limites de endividamento aplicáveis a operações de crédito dos Estados, do DF e dos Municípios aquelas destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paralímpicos autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Eu não creio que isso seja bom para o País. Eu creio que seja um péssimo exemplo de condescendência com a incompetência administrativa. Nós não podemos, Sr. Presidente, estimular a incompetência. Esta é uma matéria que estimula a incompetência, que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal que é um patrimônio do Brasil, uma conquista da sociedade brasileira, porque mudou a cultura de gestão pública no Brasil. A irresponsabilidade do endividamento público exorbitante foi substituída pelo zelo em relação à aplicação dos recursos, evidentemente com as distorções que contaminam a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, mas que não podem ser ampliadas, como neste caso.

Trata-se de ampliarmos distorções que contaminam a Lei de Responsabilidade Fiscal e mexem com a sua essência, que, repito, mudou a cultura da Administração Pública no País. Não fosse a Lei de Responsabilidade Fiscal, não sei o que seria do País hoje. Não fosse esse cuidado com a aplicação dos recursos, o endividamento público do Brasil seria ainda maior. Se nós atingimos patamares de endividamento insuportáveis, não sei o que seria sem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Há, aqui, sim, uma abertura para a irresponsabilidade administrativa. Há aqui uma abertura para o endividamento público irresponsável. E por isto, Sr. Presidente, modestamente, particularmente, não concordo com essa medida e vou votar contra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque; depois, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, não, como Relator, apenas para registrar duas coisas, até para restabelecer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Primeiro, nós não estamos ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, como disse o Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Depois, nós não estamos premiando os incompetentes; estamos premiando a população que vai receber esse serviço. Apenas para fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, primeiro, minha satisfação de tê-lo como Presidente.

Eu quero ir na mesma linha da fala do Senador Alvaro Dias. Eu não tenho a posição enfática dele de que a vinda da Copa seja um crime, mas é um grande equívoco. Agora, crime é a construção do estádio em Brasília. Aqui, eu coloco a palavra "crime". Um estádio que vai custar R$1,5 bilhão em uma cidade que não tem time de futebol capaz de encher o estádio que já tínhamos, o Mané Garrincha, e o outro que temos, na cidade do Gama. Um equívoco de gravidade tal, que é um crime. Mas eu quero perguntar por que isso não foi pensado na hora em que o Brasil pleiteou na Fifa de a Copa vir para cá? Não quero que seja respondido; quero deixar no ar essa pergunta.

Segundo: será que a gente vai ter que fazer um projeto desse, Senador Armando, na hora que precisarmos fazer licitações para ver como esses estádios serão mantidos? Porque todos sabemos que esses estádios não serão mantidos automaticamente pelos simples espetáculos, sejam futebolísticos ou de qualquer outro *show* que se faça neles. Todos sabem que a manutenção do estádio de Brasília vai custar uma fortuna depois de pronto. E eu temo que, daqui a 5 anos, a gente tenha que votar aqui uma maneira de burlar a lei para saber como pagaremos os gastos de manutenção.

Essas são as duas perguntas que quero que fiquem no ar.

E quero manifestar meu voto também contrário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu quero pedir vista, sem prejuízo do debate – fica a critério de V. Exª continuar o debate –, para que nós possamos analisar inclusive caso a caso. O Senador Agripino já disse que não é o caso do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista ao Senador Alvaro Dias.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Concedida vista, vamos pular, vamos fazer avançar a pauta, Senador Blairo Maggi. Vamos...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Presidente, eu gostaria de falar sobre esse assunto porque também é afeto ao Estado de Mato Grosso, à cidade de Cuiabá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Faria. Bloco/PT – RJ) – Vou conceder. O último inscrito, o Senador Blairo Maggi... Está concedida vista e nós vamos passar para os terminativos, porque nós estamos com um quórum elevado aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, muito obrigado. Serei rápido.

É só para informar aos colegas Senadores que o que acontece nesse quesito é que as obras foram contratadas dentro da matriz de responsabilidade para a Copa de 2014; e dentro dessa matriz é bem claro que as obras que não ficarem prontas até o início da Copa do mundo perdem ou perderiam os financiamentos e perderiam a possibilidade de continuar as obras. Isso foi feito. Depois desse período, as obras que não ficarem prontas passam para outra etapa dentro do PAC e elas continuarão.

Eu acho muito difícil você chegar a uma obra... Como está acontecendo em Cuiabá – e o Governador está trabalhando para deixar a obra pronta, a obra do VLT, e eu, pessoalmente, acho que a obra não ficará pronta. Como fica a cidade, como fica o Estado com uma obra que está na metade do caminho ou com dois terços prontos? Então, quer dizer, fica impossível você deixar na situação que está.

Essa resolução vem exatamente para poder prevenir que as obras não tenham descontinuidade ali na frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, como relator, eu queria declarar o seguinte: não é justo punir Estados e Municípios por uma burocracia que, às vezes, é criada pela União. Hoje, existem recursos e esses recursos não podem ser aplicados em face da burocracia que existe nos Estados.

Essa resolução resolve o problema de Estados e Municípios e, como mostrou agora o Senador Blairo Maggi, os Estados e Municípios não são responsáveis por um atraso que foi decorrente de uma burocracia da União.

Eu pediria que este assunto fosse examinado sem paixão.

A Copa do Mundo e as Olimpíadas se deveriam ou não ser realizados no Brasil, isso não é assunto mais para ser discutido. As sedes da Copa já foram destinadas, já houve compromissos assumidos. De modo que nós teremos que verificar essa resolução específica do caso e não prejudicar e nem punir Estados e Municípios por um atraso decorrente da burocracia do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Concedido vistas ao Senador Alvaro Dias. Vamos avançar na pauta.

Eu estava querendo ir para os terminativos, mas a Senadora Ana Amélia é relatora do item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta art. 194-A à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para determinar aos oficiais de registros de imóveis a comunicação da mudança de titularidade da propriedade de imóveis urbanos ao respectivo município.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra a Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, vou direto à análise deste projeto, porque ele é extremamente oportuno. Como disse V. Exª, é do Senador José Pimentel.

Quem já viu cobrado indevidamente pelo Fisco por erros do cadastro sabe o transtorno e o prejuízo causados mesmo que, no final, o contribuinte consiga provar o erro da administração tributária.

Assim, a adoção da medida em relação ao Fisco municipal não vai constituir grande novidade nem tampouco ônus para os cartórios, uma vez que, em vigor a nova lei, não haverá mais justificativa aceitável para que as prefeituras deixem de promover as alterações cadastrais necessárias, evitando a cobrança indevida de IPTU a antigos possuidores ou proprietários de imóveis urbanos que não mais tenham essa condição.

No tocante às questões legislativas, ele está absolutamente de acordo com o rigor da lei.

Finalmente, ressalto que a nova obrigação também não tem implicação financeira para a Administração Pública, não se fazendo, portanto, necessária a adoção de medidas de adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2012, do Senador José Pimentel, elogiando sua iniciativa, porque é de alto interesse dos consumidores, especialmente de proprietários de imóveis na área urbana, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senadores que queiram discutir, em votação o relatório da Senadora Ana Amélia.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

A Senadora Ana Amélia veio aqui à Mesa pedir, e já houve pedido de outros Senadores – hoje é um dia que vamos ter votação dos *royalties* no Congresso Nacional –, para ler os requerimentos agora. Vou passar à leitura dos requerimentos, começando pelo requerimento da Senadora Ana Amélia:

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para debater a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior, bem como para discutir as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, com a presença da Srª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Outro requerimento da Senadora Ana Amélia:

REQUERIMENTO Nº 2, DE 2013

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de ampliar a discussão, já iniciada nesta Comissão, a respeito das razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Rafael Marques de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT); representante da Força Sindical; Senhor Paulo Tigre – Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Cledorvino Belini – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Senhor Luiz Antônio Fleury Filho – Conselheiro Especial da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave); e Senhora Angela Crespo – jornalista especializada em consumo (Site Consumo em Pauta).
Autoria: Senadora Ana Amélia

Requerimento do Senador Humberto Costa:

REQUERIMENTO N° 3, DE 2013

Requer seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, para, em audiência pública, debater "a economia brasileira e oportunidades de investimento", bem como o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, que trata da unificação do ICMS.
Autoria: Senador Humberto Costa

Requerimento:

REQUERIMENTO N° 4, DE 2013

Requer sejam realizados ciclos de audiências públicas dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos e análises acerca do panorama da política econômica brasileira, e as perspectivas para a próxima década, priorizando os temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

As audiências públicas deverão ser realizadas sempre às segundas-feiras, às 18h30, na sala da Comissão.

Devo comunicar aos senhores que entramos em entendimento com o Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, que tinha feito o mesmo pedido à TV Senado e nós vamos realizar sessões de debates alternadas com a Comissão de Infraestrutura. Ou seja, de 15 em 15 dias nós vamos estabelecer que esta Comissão de Assuntos Econômicos funcione com um ciclo de debates. Quero apresentar depois a proposta desse ciclo de debates em comum acordo, vindo todos os partidos.

Este requerimento aqui foi feito pelo Senador Suplicy em consulta ao Senador Armando Monteiro, ao

Senador Aloysio Nunes, ao Senador Roberto Requião, apresentando aqui 50 nomes. Mas eu quero fechar depois os nomes, como nós vamos organizar esse ciclo de debates, conversando com cada líder partidário para que sejam de fato debates que mostrem o contraditório, a pluralidade de pensamentos. Então, na próxima semana vamos tentar apresentar já uma proposta e os senhores e depois escutar vários Líderes.

Requerimento do Senador Alvaro Dias:

REQUERIMENTO N° 5, DE 2013

Requer seja convidado o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para, em audiência, prestar os devidos esclarecimentos sobre o uso da "contabilidade criativa" com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012.
Autoria: Senador Alvaro Dias

Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*) O Senador Cristovam Buarque não está aqui, vou ler na próxima.

Senador Flexa Ribeiro:

REQUERIMENTO N° 6, DE 2013

Requer a inclusão dos economistas Sr. José Roberto Afonso e Sr. Mansueto Almeida no rol dos convidados para o ciclo de audiências públicas a serem realizadas às segundas-feiras.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Já estão, inclusive, os dois nomes naquela lista.

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço:

REQUERIMENTO N° 7, DE 2013

Requer a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 04 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Delfim Neto – Economista e ex-Ministro da Fazenda do Brasil; Sr. Guilherme Gomes Dias – Economista, ex-Secretário-Executivo e ex-Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Bernard Appy – Economista, ex-Secretário Executivo e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos – Coordenador dos Secretários Estaduais de Fazenda no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e Secretário da Fazenda do Maranhão; e Sr. Fernando Naves Blumenschein – Economista, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador na FGV Projetos.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Requerimento do Senador Ricardo Ferraço, também de realização de audiência pública na CAE:

REQUERIMENTO N° 8, DE 2013

Requer a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 04 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Solicita o envio de convites aos governadores de todos os Estados brasileiros em razão dos efeitos diretos da matéria nas finanças estaduais e consequentes interesses dos seus governantes.

Nós lemos todos esses requerimentos, e vou colocar todos, sem exceção, em votação na próxima semana.

No entanto, senhores, depois de conversar com representantes de vários partidos, eu queria, para organizar o nosso trabalho neste mês, colocar em votação – consulto os senhores, para que a gente consiga organizar a pauta de discussão para o ICMS e para o Fundo de Participação dos Estados.

Vou apresentar um requerimento aqui, que foi fruto de uma discussão mais ampla, que organizaria os nossos trabalhos, porque, como o discurso da minha posse nesta Comissão de Assuntos Econômicos, vamos fazer um esforço para tentar votar a reforma do ICMS até o final de março. E estamos apresentando um cronograma de discussões. Como na próxima segunda-feira, dentro do rodízio estabelecido pela Comissão de Infraestrutura, é a primeira reunião a que nós teríamos direito, nesta segunda-feira, sendo segunda-feira também, Senador Aloysio Nunes, um dia que não considero apropriado para trazermos governadores, ministros; segunda-feira é um dia mais dedicado ao debate, envolvendo especialistas.

Nós começaríamos nessa proposta de requerimento nosso:

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2013 – CAE

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e da Medida Provisória nº 599 de 2012, que tra-

tam da unificação do ICMS, com as datas e convidados determinados.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

São as seguintes datas e os seguintes convidados:

Dia 11, que é segunda-feira – Nelson Machado, ex-Ministro da Previdência , ex-Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Guilherme Gomes Dias – sugestão do Senador Ricardo Ferraço –, ex-Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Germano Rigotto, ex-Governador do Rio Grande do Sul; José Roberto Afonso, economista e doutor pela Unicamp – sugestão, prontamente acatada, do Senador Flexa Ribeiro; 12/03 – 10 horas da manhã – próxima reunião, terça-feira, nós faríamos já uma reunião com a presença: Nelson Barbosa, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda; Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador do Confaz e Secretário de Fazenda do Maranhão; Secretário de Fazenda do Estado do Amazonas, representando a Região Norte; Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco, representando a Região Nordeste; Secretário de Fazenda do Estado do Mato Grosso do Sul, representando a Região Centro-Oeste; Secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais, representando a Região Sudeste; Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, o nosso Hauly, representando a Região Sul.

Vou apresentar a proposta globalmente.

Dia 20, quarta-feira, reunião com Governadores: Estado do Pará, Simão Jatene, representando a Região Norte – o Secretário do Amazonas viria na data anterior; Estado do Piauí, Wilson Martins, Região Nordeste, sugestão do Líder Wellington; Estado do Mato Grosso, Sinval Barbosa, representando a Região Centro-Oeste; Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, representando a Região Sudeste; Estado do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, representando a Região Sul.

Devo dizer aos senhores que a gente observou também muito aqui a proporcionalidade partidária. Nesse caso dos governadores, inclusive, o PSDB acabou ficando com dois, mas, por serem de regiões, a presença era importante.

Esses, na verdade, eram os requerimentos...

Dia 21, às 10 horas, Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Assinam esse requerimento eu, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o Senador Delcídio do Amaral, que é o Relator desse Projeto de Resolução nº 1, e o Senador Walter Pinheiro, que é o Relator da medida provisória.

Esse é o cronograma que queríamos, excepcionalmente, para organizar os trabalhos, colocar em votação.

Devo dizer aos senhores, e vou abrir para sugestões, que nós temos outro requerimento. É o requerimento referente ao Fundo de Participação dos Estados. O Presidente do Senado Federal marcou a data do dia 19 para a votação do Fundo de Participação dos Estados.

Conversando com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Vital do Rêgo, e com o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Senador Valadares, discutimos fazer uma instrução conjunta das três Comissões, para que possamos debater o Fundo de Participação dos Estados e para que ele consiga chegar ao Plenário com o assunto sendo discutido conjuntamente pelas Comissões.

Nós queremos aprovar aqui essa instrução coletiva e, combinado com o Senador Vital do Rêgo, queremos marcar para o dia 13, quarta-feira, às 11h30 – começa com uma reunião ordinária da CCJ –, uma reunião envolvendo CCJ, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional, com a presença do Coordenador do Confaz e dos Relatores nas três Comissões.

Há uma busca de entendimento no sentido de que o Senador Walter Pinheiro torne-se o Relator nas três Comissões. Seria ele, com o Coordenador do Confaz. E faríamos aqui um debate que acho que pode criar as condições de nós votarmos no dia 19, nas Comissões, e ir ao Plenário.

Creio que essa possibilidade de votar no dia 19, no Plenário, depende muito da capacidade de convergência nesses debates que vamos fazer.

Então, são dois requerimentos que, excepcionalmente, para organizarmos os trabalhos, peço aos senhores autorização para colocarmos em votação, para realizarmos as audiências já na próxima semana.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, é absolutamente louvável e necessária a forma diligente com que V. Exª está encaminhando esses temas, por serem temas da maior relevância. Mas não podemos comprometer a qualidade dos debates.

Vamos fazer todo esforço possível na direção de esgotarmos a Resolução nº 01, de 2013, que tem um impacto muito grande nos Estados. E aqui quero fazer uma sugestão. Os nossos Estados federados, em relação à Resolução nº 01, de 2013, estão divididos em duas partes: os Estados que são superavitários na relação exportação/importação, na relação interestadual e os Estados que são deficitários. Ou seja, nós temos Estados que exportam mais e temos Estados que consomem mais.

Nessa relação de Governadores que V. Exª acaba de propor, eu não sei se está caracterizada a presença desses dois níveis de governos, de Estados. Está parecendo que, de certa forma, os Estados que estão relacionados são Estados apenas deficitários. Ou seja, que consomem mais do que produzem.

Eu não estou vendo aí, por exemplo, perdoem-me, Estados como Espírito Santo, como Bahia. Eu não cito o Amazonas, porque o Amazonas tem uma excepcionalidade na resolução. Mas esses Estados como Mato Grosso, que é também superavitário... Seria importante que tivéssemos a presença desses dois níveis de perfis para que pudéssemos exercer aqui o contraditório.

É natural que as regiões estejam representadas, mas também é importante que possamos exercer o contraditório entre esses dois níveis, esses dois perfis dos nossos Estados federados.

É a reflexão que submeto a V. Exª. E naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Nós procuramos também atender isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quais são os Estados, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Veja: o Governador de São Paulo, o Governador do Rio Grande do Sul... Esses dois são sempre os claros.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pois é, mas a situação de Estados como Bahia, Amazonas, Espírito Santo...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Amazonas está presente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Mas Amazonas está excepcionalizado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Certo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A situação do Amazonas não é a situação do Espírito Santo, que não é a situação da Bahia, que não é a situação do Centro-Oeste.

Então, a minha proposta era que nós incorporássemos apenas mais um governador que pudesse trazer o impacto de como a redução da alíquota de ICMS vai impactar nesses Estados, por ser uma realidade absolutamente diversa. E aí nós teríamos, como V. Exª está propondo aqui, um debate absolutamente plural, para que todos esses contextos pudessem ser debatidos aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acato. Acho que aqui é acrescentar, talvez, um nome entre os secretários e um nome entre os governadores.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, do governador. Do secretário e do governador. Essa é a proposta que faço a V. Exª e peço vênia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Primeiro, para manifestar minha concordância com a posição expressa agora pelo Senador Ricardo Ferraço.

Em segundo lugar, verificando que não temos, aparentemente, quórum para matérias terminativas, eu pediria a V. Exª que colocasse em votação meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, assim que acabar este requerimento, coloco o de V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está ótimo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro, Senador Flexa Ribeiro e Senador Vital.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, eu queria só lembrar que, nesse rol dos convidados, e me parece que ele já havia sido incluído no requerimento do Senador Ferraço, há uma pessoa que tem um notório conhecimento nessa área e que vai contribuir muito para qualificar esse debate, que é o economista Bernard Appy. Eu gostaria que ele fosse incluído nessa relação.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não está nesse, está em outro requerimento. Eu acato, mas colocaremos na de segunda-feira. Bernard Appy seria o quinto nome.

Em relação ao Senador Ricardo Ferraço...

Vou escutar os outros dois Senadores para fazer o encaminhamento.

Senador Flexa e Senador Vital.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo pelo requerimento. V. Exª inicia a presidência abrindo o debate na CAE. É importante para que todos os Senadores possam efetivamente debater assuntos cuja comissão de mérito é esta e que estavam, muitos por força de medida provisória, deslocados para a comissão mista e para o plenário do Senado.

Quero só fazer um questionamento a V. Exª: V. Exª pautou as reuniões para que possamos discutir a questão das novas alíquotas do FPE para os dias 11, 20 e 21.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ICMS.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ICMS, desculpe-me. É que vamos votar dia 19 o FPE.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O FPE ficou para o dia 13, com instrução conjunta das comissões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Antecipa a votação em plenário do dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em plenário, e a votação nas três comissões também no dia 19.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Está ótimo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, só para louvar a iniciativa de V. Exª com relação à elaboração dessas audiências públicas, tanto com relação à unificação do ICMS quanto, por conseguinte, à questão do FPE, confirmando que a CCJ comunga com a CAE e a CDR na audiência conjunta, às 11h30 do dia 13. Já fica oficialmente definida essa reunião para o dia 13 às 11h30 com os convidados que constam dos requerimentos de V. Exª. Vamos trabalhar com os Líderes partidários para que o Senador Walter Pinheiro possa ser o Senador único na relatoria dessas matérias nas três Comissões, porque otimizaríamos, com uma relatoria só, o trabalho de plenário do dia 19.

E a tese do Senador Ferraço, acho muito bem-vinda. Sugiro que poderia vir um representante da Bahia no quadro de secretários e o Governador do Espírito Santo no quadro de governadores. Contemplaria os dois Estados.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está perfeita a contribuição do Senador Vital do Rêgo, e talvez outra mudança, Sr. Presidente, seria incluirmos o Secretário Trinchão na audiência pública do dia 11.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Secretário Trinchão é importante no dia 12...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Por ser o Coordenador do Confaz.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas no dia 12 temos a presença do Nelson Barbosa, e houve um acordo no Confaz de São Luís, e tal. Era importante que estivessem presentes nesse dia, no dia 12.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Perfeito, concordo com V. Exª, até para clarear que acordo é esse...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É, exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... que foi feito, que nós Senadores não conhecemos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente. Exatamente, Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E talvez, quem sabe, nós possamos ter o Dr. Trinchão aqui não apenas no dia 12 mas também no dia 11, na audiência pública à noite, porque vai ser um debate importante em que ele vai trazer a realidade dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O Secretário Trinchão vai estar aqui, no dia 12, discutindo ICMS; no dia 13, discutindo FPE. E eu acho que, para o dia 11, nós já temos cinco nomes, porque eu incorporei aqui o nome do Bernard Appy. Se colocarmos mais nomes, fica muito disperso o debate, viu, Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Está bom, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E eu incorporo a sugestão do Senador Vital do Rêgo de colocar o Secretário da Bahia e o Governador do Espírito Santo, como aqui foi sugerido pelo Senador Ricardo Ferraço.

Senador Sérgio Souza, para a gente encaminhar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, quero fazer uma reflexão bem rápida. O que nós conseguimos tirar desta reunião de hoje da CAE é que há uma vontade política muito grande de todos os Srs. e Srªs Senadoras em torno desse tema. A CAE é a Comissão de mérito desses temas do Pacto Federativo, do ICMS, da necessidade de nós darmos uma solução para o Brasil. Eu vejo essa vontade também em outras Comissões e aqui estão os Presidentes de outras Comissões manifestando a vontade de darmos a celeridade necessária, porque nós não temos mais tempo para ficarmos protelando essas questões tão importantes para o País.

Então, quero parabenizar V. Exª, o Senador Vital do Rêgo e todos os Senadores que estão trabalhando por essa pauta positiva da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O último inscrito é o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, essa...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu peço à secretaria da Comissão que telefone para os Senadores, porque nós vamos votar o pedido de extrapauta do Senador Aloysio, depois vamos continuar votando e eu quero tentar votar os projetos terminativos. Eu sei que hoje é um dia difícil, mas eu peço à secretaria que diga aos Srs. Senadores que nós vamos continuar a pauta e vamos tentar entrar na pauta de itens terminativos.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, essa é uma matéria crucial para nós; em alguns Estados do Nordeste especialmente e no meu muito particularmente: no Estado do Ceará. Nós temos um especialista nessa área que é o próprio Secretário de Estado, que já esteve aqui conosco num debate no segundo semestre do ano passado, já no final do ano. Não é matéria fácil para nós, do Estado do Ceará, vê-la votada nos termos em que está sendo encaminhada. Eu sugiro que ele esteja presente. Os senhores o conhecem. Nós estamos fazendo uma rodada, voltando ao tema num debate que eu considero muito auspicioso, para que encontremos uma solução mediada, porque nós não temos interesse em prejudicar nenhum Estado.

Aqui ficou a ideia de que a Região Sudeste era amplamente beneficiada, porque é a maior produtora do País. Eu quero que a Região Sudeste continue produzindo muito. E quero ver se a gente consegue, no Ceará, chegar perto. O principal instrumento de política econômica do meu Estado, a partir do Governo, é o ICMS. Então, a minha proposta é de que se encontre uma maneira de trazer aqui, ao mesmo tempo, o secretário e o especialista. Isso é de grande valor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acho que, em relação àquele critério do Senador Ricardo Ferraço, a gente tem que ter o cuidado aqui de não transformar essas audiências em reuniões que não sejam produtivas. Mas eu acho que o Estado do Ceará... Eu encerraria fazendo esse encaminhamento, pois corresponde àquela expectativa do Senador Ricardo Ferraço. Minha proposta final então seria a seguinte: Secretário do Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Ceará. A situação é muito parecida com a da Bahia também. O Secretario do Ceará é o Mauro Benevides Filho.

Eu queria colocar em votação estes requerimentos com esses adendos: o do ICMS... É preciso que leia novamente os nomes? Não?

Os Srs. Senadores que concordam com estes Requerimentos permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados, com as devidas inclusões e sugestões feitas aqui.

(São os seguintes os requerimentos aprovados)

REQUERIMENTO Nº 10, DE 2013 – CAE

Requer, nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o estudo dos Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761 de 2011; e 35, 89, 100 e 114 de 2012 – Complementares, que estabelecem normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE e que tramitam em conjunto, seja feito em reunião conjunta desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR. Requer ainda seja realizada audiência pública em conjunto com a CCJ e CDR para instrução dos referidos projetos de lei, com a presença do Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador dos Secretários Estaduais da Fazenda no Confaz e Secretário da Fazenda do Maranhão.
Autoria: Senador Lindbergh Farias

REQUERIMENTO Nº 9, DE 2013 – CAE

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e da Medida Provisória nº 599 de 2012, que tratam da unificação do ICMS, com as datas e convidados determinados.
Autoria: Senador Lindbergh Farias)

Vamos agora ao requerimento extrapauta do Senador Aloysio Nunes.

Senador Aloysio Nunes, V. Exª sabe que, quando me disse que queria ser Relator, designei-o prontamente para ser Relator aqui. Estou querendo fazer as coisas avançarem.

Existe um ofício do Senador Roberto Requião, que vou ter de ler, e um requerimento de autoria do mesmo.

A sugestão é que coloquemos os dois. Acho importante, como Senador desta Comissão, colocar esse requerimento junto com a análise da matéria. Vou ter ler o ofício:

Sr. Presidente,

Cumprimentando, peço a gentileza de ler perante esta Comissão o presente ofício, com vistas a evitar interpretações equivocadas acerca do meu posicionamento relativo ao Projeto de Resolução nº 79, de 2012,

que autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de 350 milhões de dólares.

É fato que, na sessão plenária do Senado, destinada à apreciação do citado Projeto de Resolução, requeri que fosse sustada a tramitação, com vistas a apresentar emenda ao Projeto.

Quero, desde já, deixar patente o meu voto pela aprovação do empréstimo.

Todavia, não posso esconder da sociedade brasileira, e muito especialmente da paranaense, dois fatos que revelam certo descaso das autoridades envolvidas, tanto estaduais como federais.

O primeiro fato é que tal operação de crédito foi inicialmente negociada com o Banco Mundial enquanto eu ainda era Governador e que, naquela oportunidade, os recursos haviam sido destinados a atividades fins do Governo, pois compreendiam um conjunto de projetos voltados à redução do estado de miséria que ainda afeta inúmeras famílias paranaenses.

A atual destinação dos recursos diverge da original e inclui gastos com gestão de atividades públicas não finalísticas, desconfigurando a proposta original e transferindo para empresas de consultoria parte dos valores obtidos, que deveriam ir, na sua integralidade, para funções sociais inicialmente propostas.

O segundo aspecto a ser revelado é que, nas entrelinhas do parecer da PGFN sobre a operação, está evidenciada a ocorrência de sete irregularidades apontadas no sistema de controle dos entes públicos, o CAUC, se é que têm sido identificadas tais irregularidades e sem que se tenha verificado se algumas delas classificam-se ou não como descumprimento dos requisitos legais e imperativos à operação de crédito.

Ora, Sr. Presidente, não é suficiente que a PGFN simplesmente mencione a existência das sete irregularidades, mas é indispensável que elas venham à tona de forma que se dê ao Estado a possibilidade de conhecê-las e de assim providenciar o devido saneamento.

Certo é que não podem os interesses governamentais se sobrepor aos ditames legais, sob pena de se ferir de morte o Estado de direito, instituição que se caracteriza pela submissão dos poderes à Constituição e às leis.

Apenas em busca dessa legalidade é que apresentei uma emenda que visa a acrescentar ao Projeto de Resolução a determinação que, antes de se concretizar a operação de crédito, seja feita uma verificação sobre o cumprimento dos requisitos legais exigidos para a concessão do empréstimo.

Para iniciar esse processo de verificação, apresentei, perante esta CAE, um requerimento por meio do qual solicito à Secretaria do Tesouro Nacional que nomeie sete irregularidades citadas pela PGFN, pois a PGFN informa que foram detectadas pela STN.

No requerimento, solicito ainda que sejam requeridas diversas informações ao Governo do Estado, de modo a ser possível consolidar uma avaliação imparcial e precisa sobre a real situação do Estado quanto ao cumprimento dos requisitos legais.

Concluo, Sr. Presidente, reafirmando a minha posição a favor da concessão do empréstimo requerido pelo Estado, mas deixando clara a minha posição indeclinável a favor do respeito à lei e à Constituição Federal, especialmente no que tange aos princípios da moralidade e da legalidade no trato da coisa pública.

Peço, então, que meu requerimento seja acatado como diligência indispensável ao exame de mérito do citado projeto de resolução.

Renovo todos os meus cumprimentos.

Senador Roberto Requião.

E aqui está o requerimento:

> Requeiro, nos termos dos arts. 91 e 142 do Regimento Interno, com vistas à instrução do Projeto de Resolução nº 79, de 2012, que sejam requeridas

À Secretaria do Tesouro Nacional as seguintes informações:

> – todos os dados do CAUC, para verificação do cumprimento das condições legais necessárias à concessão de empréstimo;
> – As informações que eventualmente tenham levado o BNDES a negar concessão de empréstimo ao Estado do Paraná.

Ao Estado do Paraná as seguintes informações:

> I) Montante da dívida pública consolidada ou fundada do Estado do Paraná [...].

Pede-se que as dívidas sejam discriminadas por credor, apontando os valores de:

> **a**) saldo credor,
> **b**) saldo vencido e não pago, se houver;
> **c**) juros e correção monetária incidentes;
> **d**) o prazo previsto para o pagamento;
> **e**) distribuição temporal das parcelas de pagamento, se for o caso.
> II) Montante da dívida consolidada ou fundada, assim entendido como o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, dos seguintes entes controlados pelo Estado do Paraná:

i) Companhia Paranaense de Energia;
ii) Companhia de Saneamento do Paraná;
iii) Instituto Tecnológico Simepar;
iv) Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar); Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.
[...]
III) Montante total de despesas com publicidade, empenhadas e liquidadas, nos exercícios de 2011 e 2012;
IV) Total de cargos em comissão criados nos exercícios de 2011 e 2012 na Administração Direta, Indireta e Sociedades de Economia Mista sob o controle do Estado do Paraná, discriminando, por ente;
a) total de cargos em comissão criados nos exercícios de 2011 e 2012 no Tribunal de Justiça do Estado e Ministério Público, discriminando por ente;
b) real valor da relação despesa total com pessoal/receita corrente líquida para os exercícios de 2011 e 2012;
[...]
VIII) Montante das despesas de investimento;
IX) Montante total de despesa com o subsídio para o transporte coletivo da cidade de Curitiba e região metropolitana;
X) Especificação e detalhamento da destinação dos empréstimos pedidos pelo Governo do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero fazer uma sugestão. O próprio Senador Requião afirma, em seu ofício, que vota favoravelmente à concessão do empréstimo ao Paraná, mas insiste no requerimento de informações. Poderíamos aprovar a concessão do empréstimo sem prejuízo das informações, ou seja, aprovamos a concessão do empréstimo, aprovamos o requerimento de informações para que o Governo do Paraná possa nos transmitir e dirimir todas as nossas dúvidas a respeito.

Ontem ainda, o Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly me telefonou dizendo que cuidou de todas essas questões. Creio que o Governo do Paraná já está em condições de encaminhar a esta Comissão todas as informações requeridas pelo Senador Requião. No entanto, Sr. Presidente, para evitar maior prejuízo ao Estado, com um atraso maior, a nossa sugestão é que se aprove hoje a concessão do empréstimo e se aprove também o requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias Bloco/PT – RJ) – Pretendo colocar em votação o requerimento oral feito pelo Senador Aloysio Nunes e colocar, como item extrapauta, a votação do empréstimo. Depois, faríamos a votação do requerimento e a votação do empréstimo. Primeiro, seria a votação extrapauta.

V. Exª quer falar, Senador Sérgio?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu, como representante do Estado do Paraná, também não posso deixar de me manifestar sobre esse tema. Inclusive vejo vários Srs. Senadores dizendo que meu encaminhamento vai ser o resumo do seu voto.

Estou na Comissão de Assuntos Econômicos desde que cheguei ao Senado. Eu estava como suplente, agora como titular. Tenho visto, nesse mais de um ano e meio em que estou no Senado, que todos os empréstimos que aqui chegam rapidamente tramitam dentro da Comissão de Assuntos Econômicos, com uma militância muito forte dos Estados ou Municípios diretamente interessados, que vêm até aqui, com seus governadores, vice-governadores, secretários de Estado para conversar e tirar qualquer dúvida nos bastidores dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras. A exceção tem ocorrido no caso do Paraná. Não estou dizendo que não são meritórios os requerimentos do Senador Roberto Requião. Acho que realmente algumas dúvidas são suscitadas, os parlamentares que defendem o seu Estado sempre têm algumas questões, mas o encaminhamento colocado pelo Senador Alvaro Dias é prudente, é inteligente.

Se o próprio Senador Roberto Requião já manifestou e não só perante a Comissão agora, mas também perante a imprensa e a comunidade do Estado do Paraná o seu voto favorável na concessão do empréstimo, então, que possamos encaminhar neste sentido, de aprovar, sim, o empréstimo para o Paraná, mas também com esta condicionante de que o Estado do Paraná remeta a esta Comissão, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal as informações solicitadas pelo colega Senador Requião, que está, sim, preocupado com a economia do Estado, e é justo vermos também as solicitações, os pedidos dele serem atendidos pelo governo do Estado.

Esse é o encaminhamento que faço, para que possamos de uma vez votarmos o requerimento e também o parecer, que provavelmente é do Senador Aloysio Nunes, pela concessão do empréstimo ao Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, vou colocar em votação o re-

querimento oral do Senador Aloysio Nunes, para que esse item entre extrapauta.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento do Senador Aloysio Nunes permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Roberto Requião.

A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – V. Exª vai colocar em votação o requerimento do Senador Requião com...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Do Senador Roberto Requião e depois a votação do empréstimo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Mas com a observação ou a proposta do Senador Alvaro Dias, subscrita pelo Senador Sérgio Souza; que dê sequência. Não vamos sobrestar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É preciso ver se o texto do Senador Roberto Requião não está condicionando as informações à aprovação do empréstimo, porque, senão, a gente acaba votando primeiro o requerimento e, logo em seguida, fica impedido. Então, tem que clarear isso.

Estou entendendo a preocupação e ela é procedente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou fazendo a observação de que tem que colocar em apreciação o requerimento do Senador Requião com as alterações propostas pelo Senador Alvaro Dias e pelo Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Secretaria me informa, Senador Alvaro Dias, que, de fato, se for votado o requerimento, na verdade, não pode votar o empréstimo. Está colocado desse jeito o requerimento, se for aprovado.

Esta Presidência não pode alterar. Como eu posso alterar o requerimento do Senador Roberto Requião?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não pode. Não pode.

Sr. Presidente, o Senador Requião está, na verdade, pedindo uma auditoria sobre o Governo do Paraná. Convenhamos. Ele está indo além daquilo que é, em minha opinião, competência do Senado ao exame dessa matéria.

O que eu sugiro é que sejam encaminhados aos órgãos apropriados da Receita Federal, em nome da Comissão, pedidos de informações complementares, sem condicionar a resposta disso à votação do empréstimo, até porque, Sr. Presidente, quero esclarecer a V. Exª que o Deputado Alfredo Kaefer já apresentou às mesmas autoridades mencionadas pelo Senador Requião pedidos de informação no mesmo sentido. Essas informações foram respondidas pelo Ministério da Fazenda e pela Advocacia-Geral da União.

Eu, inclusive, peço a V. Exª que me permita anexar ao parecer que apresentei sobre as emendas essas informações que já foram respondidas, sem que isso implicasse em sobrestamento da resolução do Senado. Se V. Exª concordasse, eu juntaria esses documentos ao meu parecer e o Senador Requião, quando voltasse, poderia tomar outras iniciativas que são do alcance do Senado. Mas não vamos parar a tramitação do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, então, para deixar claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Depois de consultar a Mesa, no caso...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só esclarecendo, Senador Flexa. No caso, para não paralisar o processo, o requerimento tem que ser derrotado. Só para a Mesa esclarecer aos senhores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A proposta do Senador Alvaro Dias, eu não posso mexer no requerimento, esta Presidência não pode. O requerimento do Senador Roberto Requião, que não está aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Perfeito. Questão de ordem, Presidente.

V. Exª já colocou em apreciação o requerimento verbal do Senador Aloysio e nós já aprovamos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não, eu vou agora colocar o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Então, já está extrapauta.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Aprovou a extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou votar, agora, o requerimento do Senador Roberto Requião.

Os senhores que concordam com o requerimento do Senador Roberto Requião permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero fazer uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Rejeitado.

O Senador Moka vai fazer uma declaração de voto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rejeitando, mas com uma declaração de voto. Fica ao Senador Roberto Requião a sugestão do Senador Alvaro Dias: que ele pode, a qualquer momento, fazer esses pedidos, mas esses pedidos ou informações não vão atrapalhar o andamento normal do pedido de empréstimo do Governo do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero acrescentar o seguinte: votamos contra o requerimento do Senador Requião, mas pedimos aqui a Amauri Escudero, que é representante do Governo do Paraná, Secretário de Estado, que ele se encarregue de garantir o encaminhamento das respostas a todas as questões formuladas pelo Senador Requião a esta Comissão. Dessa forma, nós atendemos o Senador Requião e não comprometemos o interesse do Estado em agilizar a aprovação desse pedido de empréstimo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria ratificar essa posição do Senador Alvaro Dias e do Senador Waldemir Moka em relação a essa matéria.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu vejo que nós estamos caminhando para uma solução que todos nós almejamos, nós Senadores aqui desta Comissão e, em especial, o Estado do Paraná. Eu acho que não podemos mais obstaculizar esse direito que já está estatuído nos autos desse empréstimo. Inclusive o próprio Governo Federal, através das suas instituições, em especial a Secretaria do Tesouro Nacional, já se manifestou pela aprovação. Eu acho que, neste caso, não temos mais o que discutir. Nós podemos seguir, inclusive, a nossa pauta de outros projetos importantes que temos para votar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro rejeitado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento rejeitado:)

REQUERIMENTO Nº 11, DE 2013 – CAE

Requer, nos termos dos arts. 91 e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, com vistas à instrução do Projeto de Resolução nº 79/2012, que sejam requeridas as informações especificadas à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Estado do Paraná.
Autoria: Senador Roberto Requião)

Coloco, agora, em discussão o item 14, extrapauta, Emenda nº 1, de plenário, ao Projeto de Resolução nº 79, de 2012:

EXTRAPAUTA

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 79, DE 2012

Autoriza o Estado do Paraná a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
Autoria do Projeto: Comissão de Assuntos Econômicos (PERMANENTE)
Relatoria das Emendas: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Contrário à Emenda nº 1-PLEN.

Com a palavra o Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, reiterando meu agradecimento a V. Exª por ter, prontamente, me designado como Relator dessa matéria e pela maneira sábia com que conduziu esta reunião neste ponto.

Vou direto à análise porque o assunto é deveras conhecido.

O Senador Roberto Requião apresenta a Emenda nº 1, de plenário, determinado que, previamente à assinatura do correspondente contrato de empréstimo, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento dos limites e condições estabelecidas nos arts. 6º, 7º e 9º da Resolução 43 do Senado Federal.

Sr. Presidente, uma rápida análise do processado faz ressaltar uma comunicação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que vai exatamente na linha do que propõe o Senador Requião.

Leio o final do parecer da Procuradora Fabiani Fadel Borin, da Coordenação-Geral das Operações Financeiras da União, exarado no dia 7 de dezembro de 2012:

Pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Ministro da Fazenda, para que, atendendo cabível, encaminhe a matéria para exame final e pronunciamento do Senado Federal, ressalvando-se que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências:

1 – Verificação, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional se o Estado encontra-se adimplente;

2 – formalização do contrato de contragarantia.

Portanto, essa é, na verdade, uma rotina que será seguida neste caso, logo após a aprovação, no Senado, como tem acontecido com caso de empréstimo semelhante.

Muito obrigado.

Portanto, pela rejeição da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, contrário à Emenda nº 1 – PLEN ao PRS nº 72/2012.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Sr. Presidente, peço urgência para deliberação no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência para o PRS nº 79/2012.

Quero dizer aos senhores que vamos continuar aqui. Não temos quórum para votação terminativa, mas vamos continuar com o item 4. Quero votar todos os itens não terminativos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, de 2012

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para criar o Fundo Republicano de Campanha e dispor sobre as doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para as campanhas eleitorais.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Com a palavra o Relator.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB –PR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que hoje é aniversário do Senador Roberto Requião.

Os nossos cumprimentos a ele.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB –PR) – Isso é esperado do Senador Flexa.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Econômicos é chamada a se manifestar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a conhecida Lei Eleitoral, para criar o Fundo Republicano de Campanha e dispor sobre as doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas para as campanhas eleitorais.

Vou passar direto à análise, Sr. Presidente.

Compete a esta Comissão opinar sobre o mérito da proposição, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto é louvável, porquanto pretende reduzir a influência do poder econômico nas eleições ao impor que parte dos valores doados por pessoas físicas e jurídicas seja recolhida ao Fundo Republicano de Campanha para distribuição entre todos os candidatos a cargos eletivos.

Penso que esse projeto constitui uma sinalização para que, no futuro, mais amadurecidos e conscientizados com relação a esse tema de tanta relevância, venhamos a adotar o financiamento exclusivamente público em nossas campanhas eleitorais. Afinal, esta medida certamente promoverá a redução dos gastos de campanha, o fim do abuso do poder econômico nas eleições e o maior controle dos recursos utilizados, contribuindo para o fim da utilização de recursos não contabilizados, ou seja, o "caixa dois".

O relatório é bastante extenso e já é do conhecimento de todas as Srªs e todos os Srs. Senadores. No mais, estarei aqui para tirar qualquer dúvida.

Por fim, Sr. Presidente, o voto é para que possamos aprovar o Projeto nº 140, de 2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, na forma do Substitutivo que passo a explicar rapidamente.

Na verdade, a intenção do Senador Cristovam Buarque é que criássemos o Fundo Republicano partilhando os recursos de doações e também os recursos do Orçamento do Governo para um fundo próprio e que essa "partilhação" se desse em três partes. Um terço ficaria com o candidato, outro terço ficaria com o partido do candidato e o outro, para a composição do Fundo Republicano de Campanha distribuído entre todos os candidatos.

Eu sugeri a seguinte alternativa: que a maior parte ficasse com o candidato, que é o autor da arrecadação, e o restante dos recursos, em torno de 45%,

fosse para o Fundo Republicano, que não é composto tão somente das doações que o candidato recebe, mas é composto por outras fontes de recurso. Então, o candidato, ao final, também vai ser beneficiário do Fundo Republicano de Campanha, parte dos recursos volta para ele e é distribuído de forma igualitária, e este Fundo Republicano de Campanha passa também a custear as campanhas, ou seja, no final, teremos uma melhor distribuição dos recursos para que aqueles que venham a buscar uma disputa eleitoral tenham o mínimo de condição de concorrer com aqueles que têm em abundância recursos. Portanto, estamos tentando incluir, na política brasileira, novos nomes, a renovação necessária que se faz, para formarmos uma sociedade mais eficiente.

O relatório é neste sentido, Sr. Presidente, pela aprovação do Substitutivo que apresento a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes, Senador Cristovam Buarque, Senador Eduardo Suplicy, pela ordem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, costumo concordar em toda a linha com o Senador Cristovam Buarque. Lamento, desta vez, me afastar do entendimento de S. Exª e do entendimento de V. Exª, Senador Sérgio Souza. Creio que essa matéria não será decidida aqui em caráter terminativo, ela irá, depois da aprovação ou rejeição por esta Comissão, para a Comissão de Constituição e Justiça, que me parece o formato adequado para discutir as matérias referentes à reforma política.

Creio que essa matéria não é uma matéria, realmente, que diga respeito à CAE, à economia brasileira, diz respeito às regras eleitorais. Penso até que a distribuição não foi, *data venia*, correta, deveria ir para a Comissão de Justiça. Mas, nesta etapa, Sr. Presidente, já adiantando o meu entendimento que vou manifestar na Comissão de Justiça, não me parece a forma mais conveniente de disciplinar a democratização da destinação de recursos de doadores privados para campanhas eleitorais, porque penso que ela vai, inclusive, desestimular a doação legítima, a doação não republicana. Se quero doar R$100 mil para a campanha do Senador Sérgio Souza, quero doar R$100 mil. Este é o objetivo: propiciar a contribuição dos cidadãos no financiamento dos seus candidatos.

Sou do tempo em que a atividade de finanças dos partidos era uma atividade levada a sério. Saíamos para pedir recursos, vender a voz operária, para conseguir recurso para o financiamento do partido, mas era uma contribuição dirigida àquele candidato. É uma forma de o cidadão participar, além do seu voto, com os seus recursos.

As campanhas eleitorais norte-americanas, inclusive, franqueiam amplamente a Internet para essas doações. Se a doação ao meu candidato, o candidato Senador Sérgio Souza, for uma doação pela metade, ou eu não dou, ou o meu gesto não terá o alcance que eu pretendia, porque uma parte desses recursos não irá para o meu candidato, o Senador Sérgio Souza. Isso poderá até mesmo, penso eu, estimular doações não republicanas, doar a outra metade – é claro que o Senador Sérgio Souza, no caso em tela, jamais aceitaria –, mas doar por fora da contabilidade oficial da campanha.

Então, por essa razão, argumentando, ainda provisoriamente, deixando para refletir melhor sobre a matéria, quando ela estiver sob análise da Comissão de Constituição e Justiça, que me parece o foro adequado, provisoriamente, peço licença ao meu querido amigo Senador Cristovam Buarque, para discordar e votar contra essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, depois, gostaria de ter a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Primeiro, Presidente, quero dizer que fico feliz de não ter consultado o meu amigo Senador Aloysio, porque, se eu o tivesse consultado, eu não apresentaria, pelo respeito que tenho a ele, mesmo achando que é um bom projeto e que ficou melhor, graças ao Substitutivo do Senador Sérgio Souza, que chegou a me mostrar o seu Substitutivo; e não tenho a menor dúvida de que ele melhorou o projeto.

Agora, defendendo o argumento, também acho que o foro certo não é na CAE. Aqui é para outras coisas. Não tem impacto econômico, tem que ser em outro lugar. Mas eu acho que, já que está em votação, de repente aprovamos aqui porque vai para outros.

Agora, eu insisto que o processo de financiamento de campanha tem que ser para quem quer, mas também para o processo em si. E isso permite que cada candidato, mesmo que não tenha acesso a grandes fortunas, possa receber recursos das grandes fortunas que querem financiar um candidato e ficariam obrigados também a financiar um pouco o processo democrático na sua totalidade. Hoje nem espaço há para um empresário que disser: "Eu quero financiar o processo democrático. Eu quero dar um dinheiro geral." Ele vai ter que dar um pedacinho para cada um.

Então, eu creio que o argumento do Senador Aloysio nós podemos perfeitamente enfrentar em um debate quando chegar o momento, seja aqui, seja em outra Comissão, que é o caso mais normal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu acho que a iniciativa do Senador Cristovam Buarque é criativa como costumam ser as suas sugestões e acho que há mérito.

As ponderações do Senador Aloysio Nunes devem ser levadas em conta, porque na medida em que talvez, como ele observou, essa exigência possa inibir algumas contribuições. Mas de qualquer maneira acho que a contribuição do Senador Sérgio Souza é importante para melhorar o projeto e, quem sabe, possamos até melhorá-lo ainda mais.

Eu quero agradecer aqui o fato de o Senador Sérgio Souza ter considerado e inserido como parte do seu parecer o que eu apresentei no Projeto de Lei do Senado nº 140, segundo o qual se adotam mecanismo de transparência nas eleições. Por isso, foi incorporado e inserido na proposição do Senador Cristovam Buarque que haja divulgação de área e não apenas mensal em sítio eletrônico, criado pela Justiça Eleitoral, de relatório que discrimine não apenas os recursos recebidos para financiamento de campanha, mas também o nome dos doadores, os respectivos valores doados e gastos realizados. Isso significa, conforme está previsto no Substitutivo, que haverá essa exigência.

De tal maneira que eu achei muito positivo. Eu acho que à medida que todos os eleitores, a opinião pública, passarem a saber qual é a natureza do financiamento, isso será um avanço muito significativo.

Portanto, eu cumprimento o Relator Sérgio Souza por ter inserido no Projeto de Lei do Senado 140, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, o §4º do art. 28, que diz que os partidos políticos, as coligações e os candidatos são obrigados, durante a campanha eleitoral, a divulgar, pela rede mundial de computadores (Internet), em sítio criado pela Justiça Eleitoral para esse fim, exigindo-se a indicação dos nomes dos doadores e os respectivos valores doados, bem com os gastos que realizarem. Ora, isso significa que, às vésperas da eleição, todos nós saberemos todas as contribuições, seja do Poder Público, de pessoas físicas e de pessoas jurídicas.

Eu até aqui dialogo com o Senador Cristovam Buarque e com o Senador Sérgio Souza, porque avalio que, dentre as proposições, nós poderíamos avançar – e quem sabe ainda neste projeto, que vai daqui para a Comissão de Constituição e Justiça – com respeito à ideia de se criarem limites ou tetos para as contribuições, tanto de pessoas físicas, quanto de pessoas jurídicas.

O Partido dos Trabalhadores hoje é a favor do financiamento público de campanha e assim tem colocado, inclusive na reunião do seu Diretório Nacional, essa proposta. Mas enquanto tivermos contribuições de pessoas físicas e jurídicas, acho que deveríamos considerar, além da transparência em tempo real, também a possibilidade de haver tetos máximos de contribuição...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Aliás, já existe...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ... para a pessoa física e para a pessoa jurídica. Já existe o teto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, na Lei Eleitoral já existe teto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já há o teto, para pessoa física e jurídica.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Qual é o teto?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não estou lembrado, mas é algo que diz respeito ao faturamento da empresa, não pode ultrapassar determinado limite do faturamento da empresa. Mas já existe um limite fixado há muito tempo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E para pessoa física também?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Se não me engano, é 2% ou 3%. E pessoa física é 15%, não é?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não, para pessoa jurídica é 1% e para pessoa física, 10%.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Dez por cento, é.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Isso é da Lei Eleitoral.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Desculpem, mas isso é um limite financeiro, fiscal, mas não é um limite político. Político é dizer "não pode dar mais que tanto a cada candidato." Dessa maneira é "não pode tirar mais que tanto das suas finanças." O que o Senador Suplicy está falando é um limite político, não um limite financeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Bem, fica a proposta para eventual consideração, se não aqui, lá na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, como sempre, o Senador Cristovam Buarque é um Senador criativo, inteligente, brilhante nas suas propostas. E foi coadjuvado, auxiliado, sem dúvida alguma, pelo Senador Sérgio, que conseguiu aperfeiçoar mais ainda as suas ideias.

Ele tocou – o Senador Cristovam Buarque, ao apresentar esse projeto – numa questão das mais delicadas entre os políticos e durante as campanhas, que é o financiamento privado.

Há, em contraposição ao financiamento privado, uma proposta, já em fase final de votação na Câmara dos Deputados, de financiamento público. O Deputado Federal Fontana, do Rio Grande do Sul, é o Relator e colocou o financiamento público como um instrumento adequado para as campanhas eleitorais.

Eu votarei favorável a essa proposta, até para que nós possamos, no âmbito da discussão que se travará aqui, com aquela que vem da Câmara, aproveitar algumas ideias consubstanciadas no Projeto e no Substitutivo do Senador Sérgio.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, louvar essa iniciativa, porque essa é uma discussão que, em certos momentos, causa atropelos e, na prática, muitas irregularidades e decepção no eleitorado, porque, quando se descobre o caixa dois, imediatamente o alvo são os políticos de um modo geral, com os desgastes daí advindos com as irregularidades cometidas no financiamento, que é o ponto mais nevrálgico das campanhas eleitorais.

Então, V. Exª, Senador Cristovam Buarque, toca nessa questão tão delicada do financiamento público. Só isso já bastaria para que eu apoiasse o Projeto de V. Exª e do Senador Sérgio. Minha palavra, Sr. Presidente, portanto, é que este tema deve ser discutido em todos os seus pormenores. E veja que S. Exª o Senador Cristovam Buarque teve o cuidado de denominar de Fundo Republicano, estando aí implícitos vários instrumentos, como a transparência, a prestação de contas. O povo e os políticos sabendo o que está acontecendo no âmbito dos partidos políticos durante as campanhas eleitorais.

O meu voto é favorável. Espero que, na Comissão de Constituição e Justiça, quando esse projeto chegar lá, possamos juntar com o que vem da Câmara e tirar o que for melhor dele.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Valadares, eu, como Presidente, não me contive e quero dar uma opinião.

Por isso vou passar a Presidência para o Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com a palavra, meu colega o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Primeiro, quero dizer que o Senador Cristovam Buarque – e eu sou um admirador, ele sabe isso – sempre vem com propostas muito originais.

Nesse aspecto, Senador, eu queria levantar uma questão. Eu temo pelo estímulo ao caixa dois, porque concretamente a gente tem visto – empresas e candidatos na política – que está havendo um processo, talvez alguns não percebam isso, de legalização das campanhas eleitorais, de fugir de caixa dois, que é um esquema ilegal e criminoso.

Quando a gente aprova um projeto como esse, vê lá no mundo real um vereador que é candidato numa cidade, que conseguiu um doador privado de campanha, que vai doar para ele R$100 mil. Aquela doação talvez seja a grande doação da campanha dele. Ele vai fazer toda a doação com aquilo. Se ele souber que metade não fica com ele, ele vai – aí é onde eu falo do estímulo à prática ilícita – ao caixa dois.

Todo mundo aqui fez campanha e sabe como é que é campanha. Os candidatos, com a sua luta diária, conseguirem um financiamento e doarem metade desse financiamento para o Fundo Republicano eu acho sinceramente que, concretamente, no mundo real, isso significaria um estímulo à coisa do caixa dois, a uma prática ilegal. Em vez de colocar legalmente, ele vai preferir ficar com os R$100 mil dessa forma.

Eu estou colocando isso – e sou defensor do financiamento público – porque, já que nós temos esse sistema aí, nós temos que fazer um esforço e um estímulo, cada vez mais, à legalização.

V. Exª pode estar certo que, no mundo real, lá embaixo, vai haver a burla desse negócio. As pessoas vão querer fugir e voltar a uma prática em que eu acho que a gente está evoluindo.

Então, era só essa consideração que eu queria fazer, voltando ao mundo real do financiamento das campanhas. Eu acho que a gente pode estar indo por um caminho e, com a boa intenção, a gente pode estar abrindo brecha para fortalecer incentivos a práticas como o caixa dois.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Devolvo a Presidência ao Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT– DF) – Se me permite, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT– DF) – Eu comparto sua preocupação. É perfeitamente válida. E a gente tem que refletir muito sobre esse risco.

Agora, ao mesmo tempo, esse é aquele mesmo argumento de que é preciso pagar salário alto para que o funcionário não seja corrupto, ou de que não podemos legalizar a droga porque vai aumentar o consumo. Tudo isso é verdade. O salário baixo pode incentivar a corrupção, mas o corrupto já carrega dentro dele essa tendência.

Então, quanto ao doador que preferir o caixa dois, eu acho que ele já usaria o caixa dois de qualquer maneira, mas, de qualquer forma, eu reconheço que o seu argumento merece ser analisado com muito cuidado.

O projeto eu fiz da melhor maneira possível. Foi muito melhorado pelo Senador Sérgio, mas eu confesso que eu não tenho como responder, com firmeza, que isso não vai acontecer.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Sergio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só para encerrar a discussão.

Desde o momento em que eu participei da CPMI do Cachoeira, eu venho fazendo algumas reflexões sobre doações de campanhas e de empresas que se envolvem com governos e depois participam ativamente das doações para campanhas. E a partir daí eu comecei a defender o financiamento público exclusivo de campanha.

Quando o Senador Cristovam apresentou esse projeto, eu juntamente com a minha assessoria debatemos e nos aprofundamos e chegamos à seguinte conclusão: o número colocado aqui, em percentual, não é definitivo, é sugestivo. É para que os Srs. Senadores e Srªs Senadoras possam tomar conhecimento da importância desse processo, que é o financiamento de campanhas do Brasil, público ou privado. Essa é uma solução que se está colocando. Agora, esse percentual nós podemos diminuí-lo para 5%, para 10%, nós podemos construir isso para 20%, para 30%, no momento mais apropriado que seja na Comissão de Constituição e Justiça, como bem disse o Senador Valadares, onde vai se travar o grande debate, como também colocado pelo Senador Aloysio.

Então, faço um apelo aos meus colegas, Srs. Senadores, que deixemos esse projeto chegar até a Comissão de Constituição e Justiça, para que lá nós possamos escolher, de repente, o mesmo relator, quando vai de acordo ... e aí debatemos, e aprofundarmos,

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É lá que é o local adequado. Estou plenamente de acordo.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Agradeço a todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Voto contrário do Senador Aloysio Nunes e do Senador Alvaro Dias.

Senador Walter Pinheiro, em relação ao item 1 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, além dos problemas oriundos da nossa via aérea, eu fui obrigado a ficar em Salvador esperando a chegada de outra aeronave, já que a aeronave que me trazia a Brasília, segunda a companhia, havia quebrado.

Eu também gostaria de pedir a V. Exª a retirada desse item da pauta, para que inclusive eu pudesse apresentar também até meu parecer a uma das emendas que foi apresentada a esta Comissão pelo Senador Agripino Maia.

E estou pedindo a V. Exª a retirada de pauta dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Retirado de pauta o item 1.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2012 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável ao Projeto.)

Quero dizer também que a Senadora Lúcia Vânia pediu retirada do item 7.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2012
– Não Terminativo –

Insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento.
Autoria: Senador Cidinho Santos
Relatoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatório: Favorável ao Projeto.)

Eu queria avançar, item 5, já que está aqui o Senador Armando Monteiro, que é o Relator.

Antes, no item 4, quero dizer que está aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE.

A matéria vai para a Comissão de Constituição e Justiça, em decisão terminativa, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes e Senador Alvaro Dias.

Item 5.

Não vai faltar nenhum terminativo. Vou fazer um esforço para votar aqui o item 5 e o item 9. Encerrarmos ...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Presidente, o item 8 também, o relatório está pronto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O item 5, o item 8, ah, desculpe, item 5 e o item 8, são os dois últimos itens da nossa pauta, nós vamos deixar os terminativos para depois.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pela ordem, Presidente,

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Muito obrigado.

No primeiro semestre de 2011, eu protocolizei um PLS, o PLS 467, que extingue a contribuição para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), instituído através do Decreto Lei nº 1.146, de 1970.

Esse projeto, Presidente, passou pela CAS, foi aprovado por unanimidade e se encontra, hoje, na CAE há mais de um ano meio.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou designar relator.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Só mais um minuto.

Essa extinção se trata de 0,2, que é pago por todas as empresas brasileiras, com exceção das microempresas, desde 1970, que, pelo meu conhecimento e pela minha concepção, se trata de uma anomalia que nós precisamos corrigir, e é preocupação da nossa Presidente baixar esse custo Brasil.

Então, portanto, preço a V. Exª que dê sequência a essa projeto. É o PLS 467.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido, designarei relator prontamente, espero colocar em pauta o mais breve possível, não na próxima semana, porque vamos ter uma audiência sobre ICMS.

Aproveito, antes de começar a leitura do relatório do Senador Armando Monteiro, a presença do Senador Cristovam Buarque, para ler o seu requerimento:

REQUERIMENTO Nº 12, DE 2013

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos da Subcomissão Permanente para tratar de "Temas Estruturais e de Longo Prazo na Economia Brasileira.
Autoria: Senador Cristovam Buarque

Votaremos na próxima semana.

Item 5.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, só uma coisa, se V. Exª me permite.

Eu concordo plenamente com a proposta do Senador Armando Monteiro. Eu só queria, Senador Armando Monteiro, que a gente...

É obvio que esse debate que se vai estabelecer agora com a proposta da Mesa de rediscutir o Regimento, não sei o que e tal. Eu não acredito nessas discussões assim... O globo, como todo mundo chama, ou em globo, Senador Aloysio. Eu estou aqui há muitos anos e, em todas as discussões, a gente termina: para o ano, vamos fazer a reforma do Regimento. Estamos há quinhentos anos-luz e o Regimento não sai do mesmo lugar.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mas não é a minha proposta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, eu sei. Só estou dizendo, como o pessoal está colocando lá, o que queria sugerir a V. Exª é o seguinte...Aliás, o Senador Aloysio foi parceiro nesse trabalho.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, nessas subcomissões permanentes, nós criamos uma espécie de grupo de trabalho. Então, a gente pegava o tema... Nós fizemos inclusive sobre as concessões de radiodifusão com o Senador Aloysio. Eu tive a oportunidade

de ser o Relator e tivemos a coparticipação do Senador Aloysio. Esqueço-me agora quem foi o terceiro; não sei se foi o Senador Cyro Miranda...

Então, fizemos o seguinte: pegamos cada matéria, cada item, íamos para o grupo de trabalho, que apresentava um relatório, trazia ao Plenário e deliberávamos o assunto. Então, tínhamos certa capacidade de elaboração e, ao mesmo tempo, de deliberação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E de intervenção porque, no caso em concreto, funcionou.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É, exatamente.

Sabe por quê? Eu tenho medo dessa coisa. A gente vai criando aí e é sub dali e dali e a gente cria três coisas. V. Exª pega um tema que é essencial.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Mas eu estou curioso de saber de V. Exª qual é esse meu requerimento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, não, foi o do Senador Armando que V. Exª leu agora, da subcomissão?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Foi não. É do Cristovam.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronto, Senador Cristovam, eu pensei que era o Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Walter, você me homenageia me confundindo com o Senador Cristovam.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – É porque você tinha falado na sequência e eu achei que tinha sido...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco. PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não, eu estou propondo, Senador Cristovam, que, nessas subcomissões temporárias, a gente pudesse ter, aqui na CAE, que tentasse experimentar o que a gente conseguiu fazer aqui em outras comissões.

Em determinados temas, se cria um grupo de trabalho com três Senadores, no máximo. Esse grupo pega a matéria, elabora um relatório e traz para o Plenário da Comissão o resultado desse subtema dessa subcomissão e a gente ganha em agilidade, em deliberação e até em consequência.

Eu estou dando um dado que falei aqui pensando que era o Senador Armando e fiz com o Senador Aloysio Nunes um trabalho parecido nas concessões de radiodifusão. Então, em vez de criarmos uma comissão permanente, uma subcomissão permanente para estudar o caso, criamos o grupo de trabalho, que tinha um prazo, trouxe à Comissão o seu relatório dentro desse prazo, a Comissão deliberou e nós aprovamos uma nova regra para a questão das concessões de rádio e TV e a remetemos ao Ministério.

Eu sei que há diferenças. Então, seria importante que a gente pudesse, aqui na CAE, tentar experimentar algo mais ou menos dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Walter, na verdade, a gente poderia fazer esse debate na próxima reunião. Eu li agora, mas é que estou com pressa para tentar conseguir votar esses dois últimos projetos. Então, tudo o que foi lido, os requerimentos vão ser votados na próxima reunião.

Passemos ao item 5:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2012 – Não Terminativo –

Altera o art. 6º, § 4º, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Armando Monteiro

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a proposição em tela de autoria do nobre Senador Eduardo Amorim visa regular a recuperação judicial e a extrajudicial da falência do empresário e da sociedade empresária para estabelecer a possibilidade de prorrogação do prazo que suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções, em face do devedor.

Eu passo, imediatamente, à análise de mérito da proposta.

Eu gostaria de dizer logo que fica evidente que o procedimento da recuperação judicial de um empresário ou de uma sociedade é, como regra geral, mais benéfico do que a falência.

A lei da recuperação judicial no Brasil foi um grande avanço na medida em que se reconhece que a empresa é um bem social, é um ativo que é da sociedade e, portanto, recuperá-lo, evitando muitas vezes a desintegração do patrimônio e da unidade produtiva, é algo absolutamente razoável.

Nós sabemos que nesse processo de recuperação o despacho do juiz que defere o processamento da recuperação judicial ordena a suspensão das ações e execuções contra o devedor, por créditos sujeitos a seus efeitos. Esse período permite ao devedor em proces-

so de recuperação judicial lidar de forma mais aliviada com o estado de crise econômico-financeira em que se vê inserido, pois estará, ainda que momentaneamente, livre de novas penhoras de seus bens e da ameaça de falência. Nenhuma ação dos credores sujeitos aos efeitos da recuperação judicial poderá tramitar, como regra de princípio, estando o curso das já propostas suspenso e obstados novos ajuizamentos. Durante esse período, o devedor deverá buscar recompor sua atividade e evidentemente buscar a recuperação da empresa.

Em contrapartida, a limitação dessa suspensão das ações e execuções ao prazo de 180 dias visa a aliviar o sacrifício dos credores, tendo como fundamento a noção de que esse prazo seria o necessário à implementação do plano de recuperação e sua sujeição à deliberação da assembléia-geral de credores. Nesse acordo judicial, a situação das ações em curso estaria com solução preconizada. Entretanto, não é sempre que o prazo fixo de 180 dias mostra-se suficiente para dar solução a todo esse processo. Nesse sentido, estamos de acordo com todos os argumentos expostos pelo autor da proposição quanto à necessidade de previsão da possibilidade de prorrogação desse prazo.

Contudo, entendemos que é preciso deixar expresso que a possibilidade de prorrogação deve se restringir aos casos em que a demora na aprovação do plano de recuperação não tenha sido causada por ação ou omissão do devedor. Trata-se de entendimento que já vem sendo praticado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). É notório que a rigidez do prazo de 180 dias previsto na legislação atual precisa ser relativizada, mas é imperioso que isso seja feito diante de uma análise do caso concreto em que fique demonstrado que a demora na aprovação do plano não pode ser imposta ao devedor.

A prorrogação automática do prazo, sem essa condição, pode ter como efeito negativo, na prática, o incentivo a essas prorrogações, ainda que por uma única vez e por igual período, sem uma análise devida das circunstâncias que a justificariam. Tal fato é indesejável no âmbito de um processo de sacrifício, como é o processo de recuperação judicial, o que poderia até mesmo vir a enfraquecer o instituto. Em vista disso, estamos apresentando emenda substitutiva ao projeto de lei.

E essa emenda estabelece que, na hipótese de demora na aprovação do plano de recuperação judicial por ação ou omissão inimputáveis ao devedor, o prazo previsto no art. 4º deste artigo poderá ser prorrogado por uma única vez e por igual período.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Armando Monteiro.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAE – Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O Senador Anibal Diniz teve que se ausentar. Pediu para que retirássemos o item 8 da pauta. Está atendido.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2010
– Não Terminativo –

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Contrário ao Projeto.)

Passamos ao item 9 da pauta.

Relatoria do Senador Marco Antônio Costa.

Como é turno suplementar, passamos, então, a deliberar sobre o item 9 da pauta, nos seguintes termos: não sendo apresentadas emendas no turno suplementar, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem mais queira discutir, encerro a discussão.

Não sendo oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

É o seguinte o item apreciado:

ITEM 9

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 627, DE 2011
– Terminativo –

Ementa do Projeto: Dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários.
Autoria do Projeto: Senador Humberto Costa

Relatoria do Projeto: Senador Marco Antônio Costa

Observações: 1. Em 18/12/12, foi aprovado Substitutivo Integral ao Projeto de Lei do Senado nº 627 de 2011. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria está sendo submetida a Turno Suplementar, podendo ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.)

Em face de não termos mais quórum para os projetos terminativos, encerramos a presente reunião, com a próxima convocada para a próxima segunda-feira, às 18h30, uma audiência pública nesta Comissão, e outra audiência pública, às 10h, na próxima terça-feira, também na sala da Comissão de Assuntos Econômicos.

Uma boa tarde a todos!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2013, ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dezoito horas e quarenta e três minutos do dia onze de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias e do Senador Sérgio Souza, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Luiz Henrique, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira e Armando Monteiro, e, ainda, do Senador Wellington Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Eduardo Braga, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, João Vicente Claudino, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, esclarecendo que a esta tem como objetivo a realização de Audiência Pública, a fim de instruir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, tendo como expositores o Sr. Nelson Machado, ex-ministro da Previdência Social e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, o Sr. Guilherme Gomes Dias, ex-ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Sr. Germano Rigotto, ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, economista e doutor pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e o Sr. Bernardo Appy, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Ricardo Ferraço, José Pimentel, Luiz Henrique, Armando Monteiro, Wellington Dias, Sérgio Souza e Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e uma horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Pauta: audiência pública. Assunto/finalidade: Instruir o Projeto de Resolução nº 1, de 2013, e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS.

Requerimento de realização de audiência: Requerimento nº 9, de 2013, do Senador Lindbergh Farias e outros.

Reunião destinada a instruir as seguintes matérias: Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013 – Presidente da República, e Medida Provisória nº 599, de 2012 – Presidente da República.

Convidados, que já estão à mesa: Nelson Machado, ex-Ministro da Previdência Social e ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Guilherme Gomes Dias, ex-Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão; Germano Rigotto, ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul; José Roberto Rodrigues Afonso, economista e Doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Bernard Appy, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições por dez minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição. Os interpelantes dispõem de cinco minutos. Teremos flexibilidade. Na verdade, o Regimento fala em três minutos, o que não é suficiente. Teremos flexibilidade com a fala dos Senadores. Será assegurado igual prazo para resposta do interpelado.

Senhores, está começando um mês de intensos debates em cima da questão federativa. Nós temos Fundo de Participação dos Estados, a discussão da dívida e a Resolução do ICMS. O Presidente Renan Calheiros marcou a data do dia 19 deste mês para votarmos no plenário o Fundo de Participação dos Estados. Esta Comissão de Assuntos Econômicos, em conjunto com a CCJ e a CDR – os requerimentos foram aprovados nas Comissões – farão instrução conjunta do Fundo de Participação dos Estados, inclusive com a primeira audiência na próxima quinta-feira, dia 14, com o Senador Walter Pinheiro, que é o Relator nas três Comissões, e o Coordenador do Confaz Trinchão, Secretário do Estado do Maranhão. Os dois estarão participando no dia 14, às 10 horas, de uma audiência pública.

Queremos tentar votar nas três Comissões conjuntas no dia 19, antes do Plenário. Vamos tentar construir um acordo, se possível.

Em relação ao PLC da dívida, está na Câmara dos Deputados, mas nós tivemos uma conversa com o Senador Luiz Henrique, aqui pela Comissão de Assuntos Econômicos, e estamos designando o Senador Luiz Henrique para acompanhar essa discussão na Câmara dos Deputados. Estamos estudando trazer um projeto do Senador Luiz Henrique aqui para o plenário, a fim de também fazer essa discussão da dívida avançar aqui nesse prazo. É uma conversa que temos, mas é muito importante que esse assunto seja também discutido em conjunto.

Em relação à Resolução do ICMS, vamos fazer todo o esforço possível para votar no próximo dia 26. Temos um conjunto de audiências públicas, porque a Medida Provisória nº 599 depende da aprovação dessa Resolução. Não tem como a Medida Provisória nº 599 ser votada sem essa resolução, e nós queremos votar aqui no dia 26 de março para que, no começo de abril, essa matéria seja votada no plenário do Senado Federal.

Acho que é um aprendizado, Governador Germano Rigotto, desta Casa, em conversa com vários Senadores, que a radicalização desse debate federativo, como houve na questão dos *royalties*, não pode acontecer nesses temas. É hora de construirmos uma saída que seja boa para todo o Brasil, porque não é bom para nossa democracia que Estado fique brigando com Estado, cada um defendendo apenas seu interesse. Isso é ruim para todos.

Acho que, com a lição do que houve no processo dos *royalties*, a partir disso, cresce um sentimento nesta Casa e no Congresso Nacional de que é preciso ter uma maturidade e responsabilidade para a construção de uma saída que atenda a todos os interesses. Nós vamos buscar isso aqui. É difícil conseguir unanimidade, mas temos que lutar para conseguir uma maioria possível. E é preciso colocar datas. Acho que o Presidente Renan acertou ao colocar a data do dia 19 no FPE, e nós vamos colocar essa data aqui também, a data do dia 26, porque este Congresso e o Senado Federal têm de decidir.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu queria, primeiro, fazer minha inscrição.

Em segundo lugar, queria louvar V. Exª, assim como o Senador Renan Calheiros. Tudo bem, vamos marcar datas, vamos definir prazos, mas nós precisamos ter um pouco de cautela com essa construção que estamos fazendo. Ao mesmo tempo, nós estamos mexendo em muitos elementos e em muitas variáveis da Federação brasileira.

Quais são as consequências desses elementos e de que maneira nós estaremos fortalecendo esses elos federativos? Nós estamos, ao mesmo tempo, trabalhando com *royalties*, com FPE, com ICMS, estamos cuidando de tudo aquilo que é de autonomia dos nossos Estados, e eu não vejo o Governo Federal fazer uma reforma de modo a diminuir a carga tributária, eu não vejo o Governo Federal simplificar a arrecadação de impostos. Acho que nós precisamos ter metas, ter prazos – não tenho nenhuma discordância. Mas acho que precisamos ter uma atenção com a qualidade disso que nós estamos fazendo, sob pena de sermos responsabilizados pelas deformações que nós poderemos implementar com essas várias matérias que votaremos aqui.

Sou a favor dos prazos, mas me parece que precisamos ter um olho no peixe e outro olho no gato. Precisamos ter preocupação com a pressa, mas também precisamos ter preocupação com a qualidade desses debates e dessas reformas que nós estaremos fazendo aqui, não apenas no Senado, também no Congresso.

São essas as manifestações, esses os registros que quero dirigir a V. Exª, sabendo da preocupação que V. Exª tem com o todo e com a parte.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra o Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, quero também parabenizá-lo pela iniciativa e pelos prazos fixados e acordados com a Mesa Diretora do Senado Federal e com o olhar todo especial para a MP 599, porque ela tem validade até a metade de maio. Portanto, está conjugada com essa agenda que V. Exª aqui está pautando.

E quero registrar que essas medidas que o Governo Federal encaminhou são fruto de um conjunto de reuniões feitas no ano de 2012. Lembro muito bem que, em dezembro de 2012, nesta sala, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, tivemos, numa mesa, dialogando muito com os secretários de fazenda estaduais. E a primeira grande preocupação foi dar resposta a uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou que todos os incentivos fiscais concedidos de 1989 para cá são nulos, e isso traz uma insegurança jurídica muito grande para os governos estaduais, para as empresas que tiveram incentivos fiscais. Foram cinco Estados que requereram essa matéria, o Supremo já julgou, e falta julgar para os demais, lembrando que as ações declaratórias de inconstitucionalidade estão todas em tramitação. Portanto, nessa preocupação do Governo Federal, em entendimento com o Pacto Federativo, o primeiro grande objetivo é dar uma resposta para dar segurança jurídica ao Estado nacional no que diz respeito aos incentivos já concedidos e declarados inconstitucionais.

O segundo objetivo é diminuir a carga tributária. O Governo Federal vem tomando muitas medidas para reduzir a carga tributária. A última foi a MP 608, agora, sobre a cesta básica, passando pelo setor elétrico, pelo Plano Brasil Maior, e principalmente pela desoneração da folha de pagamento. Nosso Secretário Bernard Appy foi um daqueles que elaborou muito isso, nosso Ministro Nelson Machado trabalhou bastante essa agenda, e, quando estive no Ministério da Previdência, tive a felicidade de ajudar na construção desse processo, que se materializa agora, nas empresas do lucro presumido e do lucro real. E não podemos nos esquecer de um conjunto de outras medidas, com que estamos também desonerando.

Portanto, é um esforço muito grande do nacional, entendido aí todo o Pacto Federativo num momento muito oportuno em que a dívida pública interna diminuiu o seu comprometimento no que diz respeito ao produto interno bruto e, ao mesmo tempo, a taxa Selic veio para patamares razoáveis. Portanto, é o momento em que nós podemos dar segurança jurídica, aprovando um conjunto de medidas que interessam a todo o Estado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador José Pimentel.

Quero só dizer ao Senador Ricardo Ferraço que nós vamos ter essa preocupação com a qualidade do debate, mas vamos manter os prazos. Acho que há espaço para ajustes, para acordos. E nós Senadores temos que atuar nesse sentido. Esta Presidência vai atuar neste sentido também de construir saídas. Então, acho que esses debates, essas audiências públicas vão ser muito produtivas por isto: porque acho que há caminhos de construção de acordos e de consenso.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Sr. Nelson Machado, ex-Ministro de Estado da Previdência Social e ex-Secretário Executivo do Ministério da Fazenda.

O senhor tem a palavra por dez minutos.

O SR. NELSON MACHADO– Em primeiro lugar, queria agradecer ao Senador Lindbergh o convite para participar desta audiência.

Quero cumprimentar os colegas da Mesa, todos os Senadores aqui presentes e todo o público que nos assiste.

A minha apresentação é bem simples. Vou tentar ser bastante didático.

Pode passar.

Nós estamos discutindo esta resolução em função daquilo que se convencionou chamar no País de guerra fiscal. E de onde vem essa guerra fiscal? Da insuficiência de política de desenvolvimento econômico ao longo dos últimos anos, o que levou todos os Estados a concederem benefícios fiscais para atrair investimento, emprego e arrecadação, por óbvio.

Pode passar.

Tivemos consequências positivas, é evidente. Há efetivamente uma atração de indústrias, comércio e serviço para esses Estados, mas também tivemos muita consequência negativa: ineficiência na alocação econômica, erosão da base de tributação do ICMS, insegurança jurídica, para não dizer uma enorme confusão no País. Até me lembro de que, quando eu fiz o concurso para fiscal de renda em São Paulo, o nosso regulamento era desse tamanhozinho. Hoje o regulamento é deste tamanho e multiplica por 27. Era uma coisa absurda, Senador Ferraço, aquela com que nós temos de lidar, com que as empresas têm que lidar e com que os auditores fiscais têm que lidar: esse volume enorme de posicionamento diferenciado de Estado para Estado. Muito bem.

Pode passar.

Como nós vamos discutir a resolução, eu acho que não dá para debatê-la isolada do conjunto de propostas que a União está fazendo neste momento.

Pode passar todas.

Qual é a proposta? Nós temos, de um lado, a redução da alíquota interestadual iniciando agora em 2013, chegando a 4% em 2025. Por que reduzir a alíquota? Porque, por óbvio, todo mundo conhece esse mecanismo, a alíquota de 12% ou de 7% acaba sendo o diferencial que traz o combustível para a guerra fiscal. É dessa maneira que os Estados conseguem, trabalhando essas alíquotas interestaduais, atrair suas empresas, quer pela redução de base de cálculo, quer pelo financiamento do valor a ser recolhido e assim por diante. Então, é um fenômeno conhecido, portanto, é preciso reduzir a alíquota para se tirar o combustível da guerra fiscal.

Agora, não se pode simplesmente tirar o combustível e acabar com a guerra fiscal. É preciso criar – volte um pouquinho – mecanismos para fazer a compensação. Então, nós temos dois mecanismos de compensação. Um deles é a criação do Fundo de Compensação de Receitas para compensar os Estados que vão perder arrecadação. Alguns Estados, quando cair a alíquota interestadual de 12% para 4%, vão perder, outros vão ganhar. Aqueles que perdem a União tem que compensar. Essa perda é de curto prazo.

Além disso, nós temos as perdas de longo prazo. Os Estados que tinham o mecanismo de atrair empresas mediante a utilização da alíquota interestadual vão perder essa condição quando a alíquota cair a 4%. Por isso, é preciso criar o fundo de desenvolvimento regional para compensar os Estados pela redução do papel do ICMS com o advento da política econômica ou política industrial para o desenvolvimento local.

Pode passar.

Tudo isso, esses três elementos precisam de um quarto, que é a realização de um acordo entre os Estados para convalidar os benefícios dos incentivos fiscais. Como bem ressaltou o Senador Pimentel, a insegurança jurídica que hoje traz para os gestores e para as empresas é muito grande, na medida em que o Supremo já declarou, em alguns casos, e continua caminhando para declarar inconstitucional uma série de leis que criam esses benefícios. Portanto, é preciso que se faça um acordo. A lei complementar que tramita nesta Casa abre a unanimidade por um período limitado para que se faça esse acordo e se convalide o passado.

Pode passar.

A proposta que está colocada na MP e que, de certo modo, deve ser reproduzida aqui na resolução trabalha com essa redução de alíquota da maneira como está colocada nesse gráfico. É importante esse gráfico, inclusive, tirei do *site* do Ministério da Fazenda – é um gráfico conhecido, não é meu, é bom deixar claro as autorias –, que reproduz o que está na MP. Significa o seguinte: Zona Franca de Manaus e o gás de Mato Grosso continuam com 12%, porque seria muito difícil...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Essa é a única novidade com relação ao que foi dito aqui na Comissão.

O SR. NELSON MACHADO – Essa é a formulação que está na MP.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Peço que faça um comentário sobre as duas...

O SR. NELSON MACHADO – Farei ao final. Por enquanto, estou apenas fazendo o relato.

Então, nós temos aqui 12% para a Zona Franca, que continuam, e gás. Depois nós temos o fluxo de trabalho, o fluxo de comércio entre emergentes para avançados, ou seja, os Estados do Norte, Nordeste e Espírito Santo para o Sul e Sudeste. Hoje a alíquota é de 12% e a tendência é chegar a 4% em 2025, ou seja, caindo 1% ao ano, com uma paradinha em 2018, ficando 5% em 7 anos e depois caindo para 4%.

No fluxo entre avançados para avançados e emergentes para emergentes, ou seja, o comércio entre vizinhos, tanto entre os avançados quanto entre os emergentes, cairá rapidamente de 12% para 4% em três anos. E o fluxo de comércio, portanto, de crédito de ICM que vão dos avançados, Sul-Sudeste, para os emergentes, Norte, Nordeste e Espírito Santo cairá de 7% para 4% em três anos. Então, essa e a lógica da redução das alíquotas.

Pode passar.

Fundo de Compensação de Receitas.

Qual é o fundo de compensação de receitas? Nós temos o primeiro fundo, que está limitado a 8 bilhões anuais e as perdas de cada Unidade da Federação, com a redução das alíquotas, terão o condão de fazer essa indenização. A base de cálculo deve levar em conta os incentivos fiscais que os Estados vão informar à União e os dados da nota fiscal eletrônica. Isso vai permitir que se faça o cálculo das perdas. Nós temos hoje uma base de cálculos bastante superior à que tivemos no passado, que é a nota fiscal eletrônica, que vai permitir cálculos mais apurados.

Fundo de Compensação.

Ele ainda não inclui, segundo a proposta da MP, as perdas pelo fim da guerra dos portos e nem mudanças constitucionais que podem ocorrer na arrecadação. E o valor que será calculado será transferido aos Estados que perderem receita em parcelas mensais que estarão sendo atualizadas pela variação do PIB do último quadriênio.

Pode passar.

Recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Esse é outro fundo. O primeiro fundo era para as perdas. O segundo é para o desenvolvimento regional. Esse fundo é constituído de dois tipos diferentes de recursos, e é importante que se tenha clareza nisto: são dois tipos diferentes. Um recurso é primário, ou seja, transferência de recursos orçamentários do Orçamento da União para o orçamento dos Estados e outra parte são recursos financeiros, ou seja, abertura de crédito possível para fazer o desenvolvimento regional.

Qual é o objetivo desse fundo? O objetivo é financiar a execução de projetos de investimento com potencial efeito multiplicador sobre a região e dinamização da entrada econômica. Aqui é importante ter presente que esse fundo de desenvolvimento regional tem como objetivo financiar a execução de projeto. Mas historicamente sempre se pensou que esse fundo também teria a condição de fazer a subvenção de empresas que porventura tenham ficado instaladas em algum Estado que estava fazendo incentivo fiscal e que, com a redução da potência econômica do subsídio, ficarão em situação até de insolvência ou de ter que sair da região. Portanto, talvez esse fundo devesse clarear melhor essa questão.

A alocação será de acordo com as diretrizes do Estado e será operacionalizada por meio de uma instituição financeira federal.

Próximo.

A distribuição é feita pelo método interessante que trabalha com o inverso do PIB *per capita*, ou seja, a distribuição levará em conta fundamentalmente o inverso do PIB *per capita*. Isso significa que os Estados com menor PIB *per capita* receberão maior parcela de recursos. Primeiro, faz-se a distribuição entre emergente e avançado. Depois, dentro de cada um dos grupos, também se leva em conta novamente o inverso do PIB *per capita.*

Próximo.

O método de distribuição, já falei, continua sendo esse.

Próximo.

Aqui, temos uma tabela com os dados de 2010. Ela mostra de quanto seria a participação de cada Estado, se a tabela fosse observada. Por exemplo, para o Acre, 3,9% do fundo; Alagoas, 5,9%. Os valores de recursos primários e financeiros serão colocados quando o fundo estiver em cruzeiro, ou seja, recurso primário R$4 bilhões e recurso financeiro R$12 bilhões. Essa é uma tabelinha a título exemplificatório.

Próximo.

Por último, o acordo de convalidação: o projeto de lei complementar reduz temporariamente o quórum do Confaz para permitir que se faça essa convalidação. A convalidação pode ser feita, aprovada a lei complementar, com a aprovação de três quintos dos Estados com a concordância de, no mínimo, um terço de cada Estado. O Acordo pode promover a remissão, a anistia fiscal e financeira concedidas em desacordo com a Constituição Federal e estabelece prazos de validade para a quantidade de fruição dos benefícios validados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao ex-Ministro Nelson Machado, que conseguiu fazer a exposição em 11 minutos. Agradeço e já passo a palavra ao Sr. Guilherme Gomes Dias, ex-Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo prazo de 10 minutos.

O SR. GUILHERME GOMES DIAS – Muito boa noite a todos. Cumprimento o Senador Lindbergh, Presidente desta Comissão de Assuntos econômicos, demais Senadores presentes, meus colegas de mesa de debates, com quem, de modo geral, compartilho muitas ideias. Hoje, em especial, tenho divergências bastante amplas, o que, acho, ajuda a criar um clima de debate até pela complexidade do tema.

Eu queria aqui introduzir algumas dúvidas. Não são certezas, são dúvidas, porque o terreno das boas intenções sabemos onde é: é o céu. Mas o diabo mora nos detalhes, na execução, na implantação. Eu queria justamente problematizar algumas questões. A primeira é a básica: quando se fala em reforma tributária, o que se espera dela? O que o cidadão comum ou mesmo um empresário que tenha responsabilidade de produzir espera dela? Espera-se que ela faça duas coisas: reduzir a carga tributária e simplificar a administração tributária, que hoje é difícil para quem arrecada, para quem administra e ainda mais difícil para quem recolhe os impostos.

Sinceramente falando, essa reforma que prioriza o ICMS, feita em duas etapas – a ano passado, a primeira etapa, a Resolução nº 13, fez incidir as alíquotas interestaduais sobre bens importados e, agora, a alíquota mais geral, interestadual – não entrega nenhuma das duas coisas: não reduz a carga tributária, tem um enorme potencial de aumento da carga tributária; e, segundo a experiência da Resolução nº 13, até agora aumentou a complexidade.

Então, rapidamente, só para relembrar: a Resolução nº 13. A principal justificativa – tivemos aqui o movimento da CNI, dos trabalhadores – era de que aquilo era para inviabilizar a guerra dos portos em prejuízo da indústria nacional. O.k., tínhamos um objetivo nobre, que é proteger a indústria nacional. Temos pouco tempo, mas, até agora, janeiro e fevereiro, já com câmbio mais desvalorizado do que o ano passado e já com a medida em implantação, as importações de bens de capital, no primeiro bimestre, comparando-se

2013 com 2012, cresceram 7,3%; bens intermediários e matéria-prima, 5,2%; bens de consumo não duráveis, 7,5%, principalmente por força do regime automotivo que é muito forte. Enfim, aparentemente não cumpriu sequer o objetivo de proteger a indústria nacional.

Não houve unificação da alíquota sobre bens importados. A lista de exceções foi grande: Zona Franca de Manaus, gás natural importado, informática, eletrônica, produtos sem similar nacional e ainda os seminacionais, que são, mais ou menos, o seguinte: são aqueles bens que têm um percentual de até 40% de conteúdo importado. Eles estão gerando milhares de liminares.

Não está claro o resultado fiscal, não está claro que se protegeu a indústria nacional e gerou-se um enorme contencioso bem como uma lista de exceções muito mais ampla do que existia. A única coisa líquida e certa até agora é que alguns Estados que se manifestaram aqui foram bastante prejudicados. Temos Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás; alguns outros foram protegidos na lista de exceções, nominadamente Amazonas, Mato Grosso do Sul, o que, aliás, está se repetindo no Projeto de Resolução nº 01. É como se houvesse uma espécie de lista de Schindler, tal como aquele filme famoso, ou seja, salvam-se alguns ainda que a maioria seja condenada.

Então, vamos tratar do tema de hoje, que á Resolução nº 01, combnada com a medida provisória. Eu queria aobrdar três pontos: há contradições que são inerentes à proposta. Primeiro, mais uma vez, não unificaa alíquota interestadual. É como meu caro amigo Ministro Nelson Machado colocou, ou seja, mais uma vez, já começa com uma lista de exceções: Zona Franca de Manaus e gás natural. Segundo, é curioso. Se estivéssemos discutindo aqui que vamos acabar com os incentivos fiscais no País, seria outra coisa. Mas não, o que acaba é a competência dos Estados para fazer política de desenvolvimento com incentivos fiscais. É só uma transferência do monopólio dos incentivos fiscais para a União, o que é exatamente aquilo que os Estados tentam fazer: eleger alguns setores de prioridade e eleger algumas regiões. Os Estados elegem. Mesmo o Estado do Rio, que está na lista dos avançados, tem programas para algumas regiões, como o Senador Lindbergh sabe, menos desenvilvidas. Então, acho que há contradições inerentes.

Os aspectos fiscais: acho que os Secretários de Fazenda vão estar aqui amanhã e podem deixar detalhados os números. A primeira coisa a se dizer é que há teto para perda do auxílio financeiro da União. Então, a União faz *hedge,* usando a linguagem do mercado financeiro. E os Estados e Municípios?´O *hedge* só vale para a União? Outra questão: as dificuldades de estimativas são estáticas, não levam em conta a perda de atividade econômica que os Estaod svão pedir. Enfim, a questão do fundo de desenvolvimento regional, a meu ver, não é um instrumento adequado, porque istoricamente sabemos que as agências federais de financiamento como o BNDES, o próprio Basa, o BNB têm dificuldade de aplicação de recursos em determinadas regiões. O problema é de atratividade. Se retiramos esse mecanismo de atratividade, que são os incentivos regionais, é inócuo ofertar crédito. Aliás, o que não falta hoje é crédito subsidiado.

O Tesouro Nacional virou um banco: quando precisa, suplementa o orçamento do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, por simples medida provisória. Então, o problema não é a falta de crédito subsidiado. Quanto a isso, a oferta é enorme.

Queria colocar uma questão ainda, a última, quanto à compensação financeira, que é a seguinte: a Medida Provisória nº 599 coloca, desde o início, se não me engano, que a compensação financeira tem caráter obrigatório. Acho que mudaram o sentido desta palavra 'obrigatório', porque a lista de condicionalidades para os Estados acessarem essa transferência obrigatória é de tal ordem, que, sabendo como, até por experiência própria, o Ministério da Fazenda é e a Secretaria do Tesouro Nacional se comporta, esse é um recurso que vai ser tão discricionário como qualquer outro recurso discricionário no Orçamento da União. O que vale é a prática, a experiência, e não necessariamente o que está escrito.

Então, as condicionalidades têm de ser sensivelmente eliminadas ou reduzidas se queremos ter uma compensação que seja, de fato, obrigatória e compense efetivamente. Acho que o tema mais importante, a minha preocupação, é o excesso de prioridade em torno de guerra fiscal, como se ela fosse todos os males.

Sinceramente, não consigo entender, na natureza econômica, qual a diferença entre desoneração fiscal feita pelo Governo Federal e desoneração fiscal feita pelos Estados. Do ponto de vista do empreendedor, é a mesma coisa, é redução de custo.

Acho curioso, com todo respeito, mas aqui vai uma certa provocação. Quando se analisam as políticas de desenvolvimento, desonerações e incentivos fiscais federais, somos todos desenvolvimentistas. Na hora de discutir autonomia de Estados ou Municípios, aí viram todos fiscalistas, ou, até me dou ao direito de brincar com essa palavra, neoliberais.

É curioso, como é que uma coisa é boa, quando operada pela União, e, na essência, é ruim, quando operada pelos Estados? Até hoje, ninguém me explicou.

Há um economista coreano, o Chang, que cria uma imagem, no sentido de que a disputa na OMC, no âmbito internacional, entre os países avançados

com os emergentes. Então, quando os países avançados combatem certas práticas de comércio e de incentivos nos países emergentes, o Chang diz que eles querem retirar a própria escada. O título do livro é mais ou menos esse.

Quer dizer, a escada que eles usaram para subir, para mudar de patamar no desenvolvimento, agora, eles tiram, para que os outros não trilhem o mesmo caminho.

E queria pedir para botar o único eslaide que eu trouxe, sem maiores pretensões.

Estamos lá em 1970/1990 e 2010; podemos colocar o PIB, qualquer outra variável, e eu vou terminar com isso. De um modo ou de outro, ainda há uma concentração – aí a distribuição regional da indústria de transformação, que é a principal coisa afetada pelos incentivos fiscais.

O Norte tinha 0,8%; tem 4,8%. O Nordeste, 5,7%; 9,3%. Mesmo o Sul, desenvolvido, 12% para 21%. Centro-Oeste, 0,8%; 4,6%. Sudeste, 80,7%; 60,3%. O que está em jogo é isso. Não estou dizendo que os incentivos estaduais foram os únicos responsáveis por isso. Não sou ingênuo de achar isso, mas eles são um instrumento fundamental. A questão é, num país que está enfrentando a desigualdade social, se também vamos simplesmente extirpar a autonomia dos Estados para promoverem políticas de desenvolvimento e continuar avançar nesse mecanismo de descentralização.

Por enquanto, é só e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Ministro Guilherme Gomes Dias.

Antes de passar para o próximo expositor, gostaria de registrar a presença aqui de dez Srs. Senadores: Casildo Maldaner, Wellington Dias, Armando Monteiro, José Pimentel, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Humberto Costa, a minha presença e a do Senador Sérgio Souza. Acho uma presença muito forte dos Senadores. Também queria registrar a presença do Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul; do Deputado César Colnago, que está sempre acompanhando esses debates que envolvem o Estado do Espírito Santo; e do ex-Senador Pastore.

Com a palavra o Sr. José Roberto Rodrigues Afonso, economista e doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Só para facilitar, gostaria de dizer que, se quiserem monitorar o tempo, aquele relógio do fundo marca o tempo dos expositores.

V. Sª tem a palavra por dez minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO – Boa noite. Gostaria ao Senador Lindbergh Farias o convite e a oportunidade de participar aqui desta primeira audiência na CAE, comandada por V. Exª, e cumprimentar os Senadores e os Deputados.

Trouxe uma apresentação mais longa, que obviamente não vou passar toda aqui, e fica como elementos, principalmente porque o Nelson Machado já me ajudou, explicando o que é a proposta. O Guilherme também já introduziu algumas questões para debate. É nesse sentido que vou passar mais rápido e pontuar algumas questões do ponto de vista econômico e tributário, para trazer ao debate dos senhores.

Como o Senador Pimentel muito bem colocou na abertura, o que pessoalmente penso estar motivando essa preocupação com o ICMS – porque guerra fiscal do ICMS é algo muito antigo neste País; inclusive, o Brasil é conhecido na literatura mundial. Quando se quer discutir o chamado *racing to the bottom*, corrida para o fundo do poço–, o Brasil é a referência. E o que nos fez passar a discutir esse assunto agora é que o Supremo tem-se posicionado contra os incentivos concedidos à revelia do Confaz e está examinando uma proposta de súmula vinculante.

Aliás, gostaria de registrar que é uma coincidência história: a decisão chave que levou, no meu ver, à guerra fiscal foi abrir o diferencial das alíquotas entre os blocos regionais do ICMS, que foi dotado, em 1989, no mesmo bojo do acordo político que levou ao congelamento dos critérios de rateio do FPE.

Quer dizer, é muito coincidência estarmos agora discutindo exatamente agora. Precisamos ter critérios, porque há rateio, mas não há critério no FPE, e, no ICMS, a meu ver, o Supremo pautou que se precisa ter uma posição em relação aos incentivos fiscais.

Rapidamente, com relação aos números, gostaria de registrar o seguinte: o que é o ICMS na carga tributária brasileira? Uma curiosidade: o ICMS foi criado em 1968. Em 1969, ele arrecadava 7,3% do PIB, sem ter combustíveis, energia elétrica e comunicações em sua base. Essa base entrou em 1988 e, no ano passado, o ICMS arrecadou 7,1% do PIB.

Ou seja, o velho ICM arrecadava mais do que o atual ICMS. O velho ICM representava um terço da receita tributária nacional. O ICMS, no ano passado, bateu recorde negativo. Ele representa somente 19% da carga tributária nacional. Nunca foi tão pequeno em termos relativos. O que está por trás disso – são várias razões; aqui, vou simplificar? Uma, estamos aqui discutindo a guerra fiscal; a outra, a desindustrialização.

O ICMS é um imposto muito baseado na indústria. Na medida em que o País está-se desindustrializando e aumentando o peso de serviço, o ICMS não acompanha. Vocês vejam que a carga tributária – a linha lá de cima – é crescente. No ano passado, a nossa estimativa é a de que ela tenha chegado à casa de 36% do PIB, e o ICMS anda de lado.

O número emblemático disso é que, do ano 2000 para cá, o aumento do ISS municipal foi maior do que o aumento do ICMS. Embora este arrecade mais, na margem, ele cresceu menos do que o ISS. Acho que algo precisa ser feito em torno disso.

Esqueci-me de dizer que, nesse mesmo período, não vou mostrar os dados, mas os Estados também vão ficando para trás da Federação brasileira. Quando fazemos a divisão da receita tributária, nunca os Estados participaram tão pouco dentro da receita tributária.

Na verdade, à medida que o ISS vai ficando para trás, os Estados também vão ficando para trás. Outra questão por trás desse debate mais específico do ICMS envolve a sua concentração regional, muito por conta das alterações 89, muito por conta das bases combustíveis, energia elétrica e comunicações. O ICMS foi bastante descentralizado. Por exemplo, à esquerda, se olharmos de 1988 até 2012, o Estado que teve menor crescimento de receita foi São Paulo, 4,6% ao ano, média geométrica do período, enquanto vários Estados, por exemplo, da Região Norte tiveram um aumento na casa de 12%.

A carga tributária, hoje, em São Paulo, representa 7,7% do PIB de São Paulo e, em vários Estados, o campeão, Mato Grosso do Sul representa 12% do PIB. O que explica essa diferença é especialmente essas novas bases. Elas são muito mais importantes para os Estados emergentes, porque são menos industrializados.

Vou pular as propostas que estamos aqui discutindo, porque já foi dito aqui. A motivação básica me parece foram as questões dos novos investimentos, que estão travados.

Depois poderemos voltar ao debate, mas vale registrar que o Ministério da Fazenda, que em boa hora colocou o tema em debate, vai mudando de posição ao longo do tempo. Ele começou com uma tese, e os projetos enviados são diferentes dos apresentados inicialmente.

Quanto às alíquotas, como já foi colocado aqui, na verdade, além daquele quadro mostrado pelo Nelson Machado, temos de nos lembrar que temos uma alíquota diferenciada para produtos importados, como o Guilherme colocou, e há alíquota de zero, para petróleo e energia elétrica, que está cravada na Constituição.

Na verdade, aprovado o projeto, vamos ter cinco categorias de alíquotas interestaduais do ICMS. Quer dizer, não há unificação de alíquotas, e há uma discriminação por setor, ou por região, com as exceções que já foram ditas. Queria lembrar alguns detalhes – três pontos só – sobre a alíquota de ICMS.

A origem do ICM: ele era um imposto na origem, princípio de origem. Quando ele foi criado e bateu aquele recorde histórico, a alíquota interestadual era igual à interna (15%), ou seja, o imposto era todo cobrado na origem. Hoje, estamos caminhando para o imposto cobrado no destino desde 1980, com o diferencial entre os blocos regionais.

Uma coisa importante: a Constituição prevê que a alíquota interna não pode ser inferior à interestadual, também tem a previsão de substituição tributária. Está na Constituição e foi pacificada pela Lei Kandir. Vou passar rapidamente as propostas, porque acho que, amanhã, vão estar os Secretários, e eles vão trazê-las.

Isso aqui é o resultado da mais recente simulação feita pelo grupo de trabalho do Confaz, em cima da proposta de novembro, quando não havia exceções – no caso, Zona Franca ou gás – e trajetórias de alíquotas eram diferenciadas.

O resultado dessa proposta é que, se todo mundo fosse para 4%, as perdas de sete Estados somados seriam de R$15 bilhões, que dão mais ou menos 5% da arrecadação de ICMS. Com as duas exceções, as perdas devem ficar – Zona Franca, 4,6%; Mato Grosso do Sul, 1,7% – na casa de R$10 bilhões. Estamos falando de uma mudança que afeta 1% da receita tributária nacional, se fosse sem exceção. Com a exceção, estamos falando em mudar algo como 0,5% da receita tributária nacional.

Queria aqui, nos últimos dois minutos, alertar para o fato de que essas matérias precisam de muito mais debate. Questão de mudança ou redução de alíquota interestadual, diz a literatura internacional e, inclusive, a experiência da Europa, induz a passeio de nota e à chamada fraude do carrossel na Europa.

A tendência, na minha opinião, é a de que os fiscos estaduais reajam a isso, além obrigatoriedade de ter nota fiscal eletrônica, deve aumentar o uso da substituição tributária, que hoje já é intensa, e provavelmente já vão levar ao limite. É muito melhor cobrar do produtor, que é concentrado, do que do consumidor. Mais do que isso: em geral, quem faz a cobrança são os poucos Estados que concentram a produção do País.

Aliás, uma curiosidade: a maioria das Fazendas não tem escritório em Brasília, mas tem na Praça da Sé, em São Paulo, que é para vigiar a Fazenda de São Paulo, a grande distribuidora tributária.

A redução da alíquota, inevitavelmente, vai levar ao acúmulo de crédito de ICMS, problema que já existe hoje. Isso vai ser agravado, em especial nos Estados perdedores, que pode ser tenham maior tendência. É possível que, quando a alíquota interna for de 4%, se passe a ter coisa que não há hoje, que é guerra fiscal em torno do consumo, especialmente na fronteira, coisa que existe nos Estados Unidos.

A guerra fiscal, pelo menos a proposta como foi enviada, a meu ver, não acaba, mas muda as armas, ou os guerreiros, ou os atacantes. A guerra é um fenômeno de concorrência. O que importa na guerra fiscal – e devemos estar muito atentos a isso –, de certa forma, vale para a empresa, vale para o Governo: se um leva, o outro leva.

Quer dizer, as empresas têm de entrar na guerra fiscal, porque, se um concorrente leva um benefício, ela tem de conseguir aquele mesmo benefício, porque, no caso do ICMS, ao contrário de outros incentivos, se está dando um diferencial no preço, ou seja, produtos iguais, com plantas iguais, com custos iguais, têm preços e lucros diferentes.

Isso é muito importante para a questão da saída. É muito mais fácil entrarmos na guerra fiscal do que sair dela. A questão decisiva da guerra fiscal não está em nada do que está sendo examinado, mas em como vai sair o convênio do Confaz que aqui se está abrindo.

Só queria encerrar aqui, Senador Lindbergh, com a questão dos novos investimentos, porque temos um paradoxo, que precisamos enfrentar, e é uma decisão extremamente difícil. É natural que quem fez investimentos incentivados venha aqui pleitear que seja mantido, ou seja, que as condições que lhe forem oferecidas sejam preservadas, porque, afinal de contas, ele construiu fábrica, contratou, fez uma série de empreendimentos, fez uma série de ações em relação àquilo que ele assumiu.

Só que, se eu garantir esse incentivo para quem está e não oferecer o incentivo para o concorrente que vai entrar, ninguém consegue entrar no mercado. Na verdade, a saída que se está adotando aqui pode virar uma barreira intransponível para a entrada no mercado, porque o ICMS é um diferencial no preço muito grande.

Nesse sentido, se eu garanto para quem está e não estendo a quem quer entrar, eu, ao contrário da intenção original, vou acabar travando os investimentos novos, que é o que mais o País precisa neste momento.

A minha conclusão básica é voltarmos às propostas originais do Ministério da Fazenda, que inclusive foram debatidas aqui na CAE, que tinham uma unificação das alíquotas, as trajetórias era simultâneas e mais rápidas. Houve manifestações contra a quebra da unanimidade. Acho que quebrar a unanimidade do Confaz, na verdade, vai jogar mais incerteza jurídica; ao contrário do que se quer fazer.

Agora, a longo prazo, existem várias outras coisas que precisam ser ainda resolvidas: questões de créditos do ICMS. Não posso deixar de registrar um ponto fundamental: quando dizemos que não podemos deixar de nos precaver com relação ao aumento da distribuição tributária, precisamos resolver a situação do Simples, porque hoje a distribuição tributária acabou matando o Simples e, como o novo modelo vai aumentar a distribuição tributária, vai agravar a situação das microempresas.

Quanto à agenda de investimento, acho que há muita coisa que podemos fazer, envolvendo IPI, Cofins, PIS, que também são bastante importantes, como o mesmo imposto de renda de prestação acelerada.

Há muitas questões para se examinar. Minha única ênfase é a de que isso não é tão simples quanto está parecendo. Acho que a iniciativa da CAE de promover debates, ouvindo posições diferentes e profissionais diferentes, é o ponto de partida mais relevante para se tomar as decisões mais qualificadas sobre essa matéria.

Obrigado.

Peço desculpas ao Senador Lindbergh por estender-me no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – De forma alguma. Eu que agradeço e parabenizo a exposição do Prof. José Roberto Rodrigues Afonso. Só quero dizer que não é a Mesa que aperta a campainha. Eu estava me sentindo aqui... é automático, no último minuto. Então, só quero esclarecer isso.

O SR. **JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO** – é uma mudança importante, porque antigamente era um alçapão que se abria. (*Risos*.)

Quando terminava o tempo, abria-se o alçapão e a pessoa caia. Isso já foi um avanço na linha dos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra para o Sr. Bernard Appy, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, por dez minutos.

O SR. BERNARD APPY – Quero agradecer à CAE o convite e a todos os Senadores aqui presentes.

Vou fazer uma apresentação relativamente rápida. Começo dizendo do meu ponto de vista. Considero que a proposta do Governo vai na direção correta, tanto em termos objetivos. De fato, a guerra fiscal criou uma situação de insegurança jurídica no País tão grande que hoje está prejudicando o crescimento do País.

Como em termos dos instrumentos? Eu acho que a proposta do Governo em fazer uma resolução reduzindo a alíquota na origem e fazendo a criação de um Fundo de Desenvolvimento Regional condicionado à redução das alíquotas na origem é um modelo correto de tratar da questão. E olhe que já fiz proposta alternativa no passado.

Agora, eu acho que há algumas questões que precisam ser consideradas que podem aperfeiçoar a proposta do Governo. Mas acho que a proposta do Governo, em si, se não for possível resolver essas

questões, merece o apoio, sim, pela solução de um problema que está dificultando investimento no País.

Quais são essas questões? Uma primeira questão que está colocada é a que o José Roberto trouxe, que é a necessidade de garantir maior segurança jurídica para os investimentos já realizados.

Por mais que sejam ilegais os incentivos, o fato é que há muitas empresas que realizaram investimentos em cima desses incentivos; a proposta do Governo viabiliza a manutenção parcial desses incentivos e apenas para regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo; e para os recursos no Fundo de Desenvolvimento Regional, eventualmente, podem ser utilizados para complementar esses incentivos e manter a equação econômica das empresas que se instalaram em cima dos incentivos.

Mas o fato é que, da forma como está, se vai reabrir uma rodada de negociação das empresas com os governadores para poder ter acesso aos recursos do FDR para aquela empresa que está perdendo o benefício em função da mudança que está sendo feita.

Então, o que pode ser feito – essa é uma preocupação de muitas empresas hoje em dia – para a manutenção dos incentivos? Uma primeira proposta que parece até mais simples é a seguinte: vamos reduzir as alíquotas interestaduais mais devagar e mantê-las mais altas mais tempo.

Eu acho ruim essa proposta, porque, na hora em que se mantém a alíquota interestadual alta, na verdade, se está criando um incentivo para continuar concessão de incentivo ilegal, apesar de tudo o que está sendo proposto em termos de discussão aqui.

Então, tem que se pensar em outros mecanismos.

Que outros mecanismos você pode usar? Um primeiro mecanismo é o reforço do Fundo de Desenvolvimento Regional. É uma possibilidade. Eu acho que sim, é uma forma. Os recursos têm hoje provavelmente são insuficientes para resolver o problema. Reforçar o Fundo de Desenvolvimento Regional e, principalmente, tornar mais clara a alocação prioritária dos recursos no Fundo de Desenvolvimento Regional na manutenção dos incentivos que ele já tem.

Outra alternativa possível: a fazer incentivos com tributos federais, pelo PIS e Confins, por que não faço um incentivo que é um crédito presumido de PIS e Cofins para regiões menos desenvolvidas do País em vez do ICMS? Tira o modelo que é hoje um modelo descoordenado, infelizmente, e é ilegal e que existe só porque tem a tributação na origem, muda para um modelo federal e transparente, muito mais transparente. Talvez seja um mecanismo mais eficiente.

Há uma terceira proposta que é ainda dentro do ICMS, fazer créditos presumidos que, quando concedidos, aumenta a alíquota. É uma proposta do Estado de Alagoas, que tem uma vantagem em não exigir recursos federais, mas tem uma desvantagem de exigir muito mais controle e tem um problema de garantia de transferência de créditos, no qual não vou entrar porque é muito técnico para explicar.

Agora, o que é importante aqui? Estou falando de um ponto que é importante. Eu acho que a preocupação com as empresas realizarem investimentos e que estão perdendo competitividade em função da mudança que está sendo proposta é uma preocupação pertinente.

Agora, qualquer que seja a solução, eu acho que não pode ser uma solução que tenha conta em aberto. Acho que ela tem que ser uma solução em que, se tenho uma preocupação com as empresas que já estão instaladas, então, tenho que ter uma solução em que o montante de recursos que vai ser aplicado para a concessão de incentivos a essas empresas que também seja limitado por Estado e por empresa. Exatamente para evitar aquilo que o José Roberto colocou, que é: eu deixo uma conta em aberto e um incentivo grande para um Estado X, eu posso gerar um desequilíbrio em relação ao que existe hoje e incentivar uma migração de empresas de outros Estados para esse Estado X.

E o segundo ponto a ser colocado é o seguinte: a situação, hoje, está dada; os incentivos já foram concedidos pelos Estados e talvez tenha que se tratar em cima desse ponto de partida. Mas, no longo prazo, o ideal é migrar para uma distribuição dos incentivos que seja compatível com a política de desenvolvimento regional. Ele não pode ser uma coisa estática. Ele tem que ser uma coisa que migra para um modelo racional de distribuição de recursos na política de desenvolvimento regional.

Segundo ponto: acúmulo de crédito. A redução da alíquota para 4% vai aumentar o acúmulo de créditos nas empresas no País. Isso é um problema sério, porque acúmulo de crédito que não se consegue recuperar é um imposto que se está pagando e que não aparece na alíquota do imposto. É um problema bastante sério e que eu acho que tem que ser discutido no Senado Federal, junto com a mudança na alíquota do ICMS. Eu estou aqui com a visão das empresas, está certo? Mas isso é um problema sério. Não é um problema menor.

Quais são as formas? A redução da alíquota interna de ICMS para insumos e bens intermediários destinados à indústria resolve, em grande parte, o problema da indústria. Não resolve todos os problemas. Só para dar um exemplo: o comércio atacadista perde e, quando for venda para o Simples, o Estado perde.

Então, se a indústria for do Simples, o Estado perde. Isso é um problema.

A segunda alternativa é a criação de um mecanismo eficiente de ressarcimento tempestivo dos créditos tributários. Na época em que estávamos discutindo, em 2008, com o Deputado Sandro Mabel, chegamos a formular uma proposta que garantia, em até quatro meses, o ressarcimento dos créditos das empresas. Eu acho que ela é factível, hoje, nessa discussão que está sendo feita da reforma do ICMS.

Agora, acho que essa é uma questão que o Senado tem que enfrentar, senão o risco que se corre é o de se criar um problema sério para as empresas do País.

Terceiro ponto: o modelo propõe que, quando a negociação é entre Estados ricos ou entre Estados pobres, a alíquota vai cair de 12% para 4%, em três anos. Vamos ser bem claros: querendo ou não, há empresas que se instalaram em Estados ditos desenvolvidos, ricos, e que recebem incentivos, hoje, e que vão se tornar inviáveis se essa redução ocorrer em três anos. Acho que tem que se dar um tempo para essas empresas se ajustarem. Querendo ou não, embora eu seja claramente a favor da redução da alíquota interestadual, esse prazo de redução de 12% para 4%, em três anos, na venda do rido para rico, do pobre para o pobre, isso pode gerar problemas para várias empresas, pode gerar problemas de desestruturação de algumas empresas. Acho que tem que se dar um prazo um pouco maior para elas se ajustarem.

Eu sou contra a guerra fiscal. Acho que está errado o que foi feito Há alguns Estados que vêm dando incentivos, num período recente, Estados com um nível de desenvolvimento até razoável. Mas o fato é que as empresas estão lá, receberam esses incentivos, e precisam ter um tempo para se ajustarem. Então, em princípio, fazer isso em oito anos, em vez de três anos, um ponto ao ano; pelos menos isso dá tempo para as empresas se ajustarem e, ao mesmo tempo, dá mais tempo para que você resolva o problema de acúmulo de créditos; a não ser que ele saia daqui resolvido. Se não sair, se cair em três anos a alíquota de 12% para 4% entre Estados ricos, o problema de acúmulo de créditos vai explodir, num prazo muito curto.

Outras questões: Fundo de Desenvolvimento Regional. Uma primeira questão do Fundo de Desenvolvimento Regional, a parte financeira do Fundo de Desenvolvimento Regional é empréstimo ao custo da TJLP. Ela se sobrepõe a um monte de incentivos semelhantes que já existem. Já existe FNE, FNO, FCO; já existe o BNDES, já existem outros bancos federais, e a gente está criando mais um incentivo que vai ser coordenado de outra forma. Quem é que define a política e desenvolvimento regional? É a ADA, a Adene, a Sudam, a Sudene, ou é esse novo comitê que vai ser criado? Isso aqui realmente é uma sobreposição de incentivos. Idealmente o que é melhor? O melhor é o seguinte: mais recursos orçamentários para o Fundo de Desenvolvimento Regional e menos recursos financeiros. O recurso financeiro a gente já tem bastante hoje. Financiamento em condição favorecida a gente já tem bastante neste País. Então, deve-se botar mais recursos do orçamento para o Fundo de Desenvolvimento Regional e menos recursos financeiros.

E um segundo ponto que eu queria colocar é que, com relação ao critério de distribuição dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional, quando se diz que, dentro de cada grupo, 80% da distribuição é proporcional ao inverso do PIB *per capita,* e 10% é proporcional à população, o que está acontecendo? Isso está fazendo com que uma parcela muito grande desses recursos esteja indo para Estados com população pequena, e uma parcela desproporcionalmente pequena para Estados populosos. Então, só para dar um exemplo, este aqui é o PIB *per capita* no Brasil. É até interessante notar isso – só para explicar -, ele não é tão simples como se dizia. Então, o PIB *per capita* do Espírito Santo, hoje, é maior que o do Rio Grande do Sul e o do Paraná; o PIB *per capita* do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul é maior que o de Minas Gerais. O nosso conceito de região, de desequilíbrio regional está mudado, no Brasil. É bom a gente ter isso em mente quando se está discutindo. E o Distrito Federal, que está no Centro-Oeste, é de longe o Estado mais rico do Brasil.

Agora, aqui, no azulzinho, é aquele mesmo PIB *per capita*. O vermelhinho, ou seja, do mais alto para o mais baixo. O vermelhinho é a estimativa de distribuição *per capita* do Fundo de Desenvolvimento Regional entre os Estados. É o valor *per capita* por Estado. O que a gente vê? A gente vê aqui que alguns Estados, principalmente os do Norte, que têm população pequena, como Roraima, vão receber um valor *per capita* do Fundo de Desenvolvimento Regional completamente desproporcional ao seu grau de desenvolvimento.

É correto, sim, Piauí, Maranhão, Alagoas terem valores mais altos que os outros, pois são os Estados mais pobres do País. Está correto. Agora Estados com baixa população terem um valor desproporcionalmente elevado?! Creio que essa fórmula precisa ser revista pelo Senado Federal.

Um último ponto menos relevante: o prazo para compensação por perda de receita. Estão dando 20 anos para valer essa compensação de perda de receitas dos Estados. Penso que está correto. Tem que ser temporário. É um erro que seja definitivo. Mas eu creio que há um *phase out*. Se você disser que são 20

anos e acaba depois de 20 anos, o que vai acontecer é que, daqui a 20 anos, a gente vai prorrogar por mais 20, depois vamos prorrogar por mais 20, e depois por mais 20, o que é um erro. É certo ser temporário, porque se o ICMS tiver sido construído com a tributação no destino lá atrás, a gente não estaria discutindo essa perda de receita hoje. Então, faz 20 anos integrais mais 10 de *phase out*. Isso ajuda a resolver o problema.

Bom, há outras questões que não vou conseguir me aprofundar aqui. Uma delas considero relevante: a questão do gás natural. Eu entendo que ele foi inserido ali para atender politicamente ao Mato Grosso do Sul. Eu entendo isso. Mas a gente tem que pensar que gás natural hoje é importante para o Mato Grosso do Sul, mas a Bacia de Santos vai começar a explorar bastante gás natural daqui a pouco, e Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo vão ter uma enorme produção de gás natural. O que está acontecendo na hora em que a gente está mantendo 12% de receita para o gás natural? A gente está recriando o problema dos *royalties.* Eu estou dizendo, porque vai haver uma receita enorme concentrada, além do Mato Grosso do Sul, que tem hoje, no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. Então, está-se recriando o problema. Portanto, vamos olhar melhor, ver se não há outra fórmula de solucionar o problema do Mato Grosso do Sul! O que tem que solucionar é pertinente à preocupação deles, é 25% da receita do Estado. Mas vamos pensar.

O segundo ponto não dá para aprofundar. Nós estamos discutindo três questões ao mesmo tempo. Estamos discutindo ICMS. Os *royalties* aparentemente estão decididos, embora não eu não saiba se a questão está definida. E o FPE. Por que não tratar tudo junto? Vou só dar um exemplo: quem é o grande vencedor com a transição do ICMS para o destino? Rio de Janeiro. É o Estado que, de longe, mais ganha em termos absolutos. Por que não fazer esta discussão junto com os *royalties*? Por que não? Rio de Janeiro ganha R$5 bilhões com a transição do ICMS para o destino. Por que não tratar isso junto com os *royalties*? Ele vai ganhar *royalties* ou não – sei lá – no Supremo e depois vai ganhar mais R$5 bilhões. Isso é um tema para ser tratado conjuntamente.

Finalmente, há mudanças a serem feitas neste semestre para tornar o imposto melhor, como, por exemplo, a desoneração de bens de uso e consumo, bens de capital, transformar um imposto no valor agregado de verdade, que ele não o é. Ele tem falhas hoje que eventualmente poderiam ser abordadas juntas na discussão.

Bom, é isso é só um roteiro e é impossível, em dez minutos, detalha-lo. Mas são sugestões de temas a serem explorados. Volto a reforçar: mesmo que não sejam explorados estes temas, eu continuo sendo a favor da proposta do Governo, porque eu penso que ela resolve um problema enorme que está travando investimentos no País.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer a exposição do Bernard Appy e passar a palavra ao último orador inscrito, o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Gostaria de cumprimentar a todos, o Senador Lindbergh Farias, o Senador Sérgio Souza e, na pessoa do Presidente e do Vice-Presidente da CAE, eu queria cumprimentar todos os Srs. Senadores, convidados, Deputados que estiveram também e dizer da importância dos nossos debatedores, dos convidados da CAE para este primeiro encontro.

E dar-lhe os parabéns, Senador Lindbergh Farias, pela decisão de realizar este tipo de audiência pública, a audiência pública de hoje, continuada amanhã, com Secretários de Fazenda, com o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, continuada semana que vem, com governadores, em seguida, com o Ministro Mantega, e vai haver necessidade provavelmente de novas audiências públicas. Tudo o que foi dito aqui – ia até apresentar um *power point*, mas não vou fazer isso porque eu quero concentrar um pouquinho em cima do que foi colocado.

Ficou claro aqui que existe, sim, necessidade de um debate aprofundado dessas modificações do ICMS. Agora, por mais que se compreenda que este debate tem que se aprofundar, eu não posso acreditar que nós vamos ter de novo algo que tenha acontecido quando se fala em reforma tributária, enquanto as pessoas não acreditarem mais em mudança do sistema tributário brasileiro.

Eu tenho sido convidado, até pela minha experiência de ter sido Presidente da Comissão de Reforma Tributária nesta Casa, num momento muito rico, quando, por pouco, não chegamos à aprovação de uma reforma tributária, eu fui aos 26 Estados da Federação, a centenas de reuniões. Por isso até hoje me convidam para falar sobre reforma tributária.

Eu peço: querem colocar um tema de palestra, não puxem a palestra por reforma tributária que isso afasta as pessoas. Quer dizer, eu posso falar na reforma tributária, mas o tema da palestra tem que ser outro, tem que ser o cenário econômico, e se inclui a reforma tributária. Tal é o desencanto da sociedade com relação à possibilidade de se avançar na reforma tributária.

Eu, como governador do Estado, tive oportunidade de vivenciar a situação da guerra fiscal. Fui um governador que entrei de cabeça na guerra fiscal. Fui um

governador que procurei disputar com outros Estados, através de incentivo fiscal, a busca de investimentos para o Estado, e fui feliz. Levamos muitos investimentos para o Rio Grande do Sul. Por mais que o Governo Federal, o Presidente Lula e a Ministra Dilma quisessem levar um pólo naval para o Rio Grande, por exemplo, se nós não entrássemos pesado nos incentivos fiscais, o pólo naval não estava no Rio Grande hoje.

Então, eu quero dizer, se nós não déssemos incentivos para as plataformas oceânicas, para o dique seco, não estava lá. Quero dizer o seguinte: eu entrei de cabeça na guerra fiscal. Agora, eu tenho consciência de que a guerra fiscal chegou ao limite. E não é o Supremo Tribunal Federal que está ameaçando, por uma súmula vinculante, até derrubar todos os incentivos que foram concedidos, passando por cima da própria Constituição. Não. Na verdade, quem pensa que a guerra fiscal hoje é fator de levar desenvolvimento para regiões menos desenvolvidas está dizendo uma inverdade.

Enquanto São Paulo não entrava com peso na guerra fiscal, isso acontecia. Hoje, São Paulo, com o seu poder de fogo, entra pesado na guerra fiscal, e não é a guerra fiscal fator de levar desenvolvimento para regiões menos desenvolvidas. A guerra fiscal, sim, determina zonas de sombra, absurdas zonas de sombra, ganhos indevidos, absurda situação de empresas que têm incentivo convivendo ao lado, uma que não tem o incentivo com uma concorrência desleal. Se nós analisarmos o que representa a guerra fiscal, vamos ver que a guerra fiscal ela vai, sim, se não tivermos uma decisão do Senado Federal, ela poderá ter ali na frente uma decisão do Supremo Tribunal Federal levando aquilo que foi colocado aqui a uma insegurança jurídica ainda mais pesada e com prejuízos terríveis prestados e para empresas que receberam benefícios.

Então, se nós sabemos que há necessidade de aprofundar o debate, de se discutir essa questão das condicionalidades que foram colocadas aqui, e há muita condicionalidade, essas condicionalidades criam problema, como já colocaram na guerra dos portos, na resolução que procurava proteger mais a empresa nacional... Acho que o Ministro Guilherme Dias disse isso, criou problemas, condicionalidades praticamente não resolveram o problema que se estava querendo resolver, mas vamos lá, vamos discutir as condicionalidades, vamos discutir a consolidação dos benefícios. Não se vai simplesmente acabar com os benefícios que foram concedidos. Quem disser isso está dizendo, na verdade, uma questão que não está passando pela cabeça de ninguém acabar com os incentivos que foram concedidos ao longo de muito tempo, inclusive passando por cima do que dizia a Constituição Federal.

Temos formas, vejo o projeto do Senador Ferraço, que foi meu colega na Câmara Federal, que procura corrigir, encontrar um caminho nessa questão da convalidação dos incentivos concedidos até aqui. Então, não tenho a menor dúvida de que temos como avançar em pontos que não estão bem claros.

Quando nós apresentamos um projeto que foi aprovado por uma comissão da Câmara Federal, por unanimidade, aliás houve um voto que não foi contra, foi de abstenção do Deputado de então Marcos Cintra, aí criava-se o ICMS com uma única legislação, com cinco faixas de alíquota, migrando da origem para o destino. No meu modo de ver, o caminho melhor para termos um ICMS – tira a autonomia dos Estados? Não tirava a autonomia dos Estados não. Os Estados continuavam tendo autonomia, mas acabava com essa situação de uma regulamentação do ICMS de um Estado ter dois mil artigos, do outro ter dois mil e quinhentos. Uma situação de um Estado que está concedendo incentivo ter outro entrando com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal porque se sinta prejudicado. Quer dizer, nós tínhamos uma proposta de modificação do ICMS que bateu onde? A área econômica do governo de então destruiu a nossa proposta em cima de dizer que tinha um sistema barquinho que geraria muitos créditos e haveria dificuldade de ter a certeza de que nós teríamos não só a geração de créditos, mas a compensação de Estados que perderiam receita com as modificações no ICMS. Hoje, nós temos a nota fiscal eletrônica. Essa nota fiscal eletrônica é a grande ferramenta para garantirmos um fundo de compensação que não determine perda para os Estados.

E quero dizer aos meus Ministros aqui, com toda a experiência que tiveram, nos diversos governos, que, sem dúvida, têm toda razão os Estados, os Secretários de Fazenda, quando têm dúvidas sobre fundos de compensação, quando colocam dúvidas sobre fundos de compensação. Se eu entendo que hoje é fácil, com essa mudança no ICMS, definir claramente quais são as perdas de cada Estado e o que significaria a necessidade de compensação; se eu entendo, como disse o Bernard Appy, que essa compensação tem que ser orçamentária, e mais orçamentária do que através de BNDES e...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Aí é o que se estava falando do desenvolvimento regional, porque o de compensação é orçamentário.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Não, não... Mas o desenvolvimento regional... Desculpe. As duas questões, tanto o Fundo de Desenvolvimento Regional como a compensação, no meu modo de ver, têm que ser

orçamentários, e menos do que a busca de financiamentos através do BNDES, porque, se nós olharmos ali, Senador Armando Monteiro, o Fundo de Compensação, obrigatoriamente, tem que ser orçamentário; o Fundo de Desenvolvimento Regional tem duas formas de buscar a compensação pela falta de incentivo: os agentes financeiros – o BNDES, o Banco do Brasil – e os recursos orçamentários.

Concordo, plenamente, que, no desenvolvimento regional, tem que haver, principalmente, recursos orçamentários, e não financeiros. Por que, Senador Monteiro? Eu, aqui nesta Casa, na Câmara Federal, fui relator da Lei Kandir. Eu fui relator do projeto que repactuou a dívida dos Estados. E eu, quando relatei a Lei Kandir, acreditava na possibilidade de nós termos um instrumento que incentivasse a exportação e não exportasse tributos. E o ICMS estava sendo exportado, mas havia um fundo de compensação previsto que devolvia para os Estados exportadores 50% do que os Estados perdiam. Ah, mais isso teria a duração de um determinado período? Não. Na verdade, houve uma revalidação dos 50%. E o que acontece todo ano? Por isso a dúvida que têm os Estados, e com razão – dou razão para essa dúvida. Com a Lei Kandir, a cada ano, os Estados têm que mendigar ao Congresso Nacional que se coloquem recursos no Orçamento que não vêm da proposta da União; que se coloquem recursos no Orçamento que, na verdade, não repõem nem perto do que os Estados estão perdendo com a desoneração das exportações.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. *Fora do microfone*.) – São orçamentários.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC**.** *Fora do microfone.*) – Sete por cento.

O SR. GERMANDO RIGOTTO – Então, essa situação é que leva dúvidas com relação ao fundo de compensação.

Então, esse fundo de compensação tem que ser um fundo de compensação que tenhamos a certeza de que realmente vai ser forte, vai ser para valer, vai ter dispositivos claros que impeçam que a vontade do Executivo determine aquilo que vai estar no Orçamento ou não. Então, nós temos que ter a certeza de que essa compensação vai ocorrer.

Muitas respostas não foram dadas. Se eu sou totalmente a favor de nós limitarmos a guerra fiscal com uma unificação de alíquotas maior do que está sendo proposta, eu acredito que algumas dúvidas existem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERMANDO RIGOTTO – Elas foram explicitadas aqui e vão ter que ter resposta.

Quer dizer, nós temos que ter as constitucionalidades claras e evitando que essas constitucionalidades criem problema para a implantação dessa modificação no ICMS; nós temos que ter a consolidação dos benefícios de uma forma correta; nós temos que cuidar, como disse o Bernard Appy, da questão do acúmulo de créditos. Como é que vamos evitar esse acúmulo de créditos?

Então, são questões que não estão claras ainda e que precisam ficar claras. Agora, não é por não estarem claras, não é por necessidade de aperfeiçoarmos essas duas propostas, que vamos dizer: não vale a pena enfrentarmos esse assunto e, efetivamente, mexermos no ICMS.

O Governo Federal – isso foi dito aqui, acho que pelo Ministro Gomes – está se preocupando com o ICMS e não com as questões que envolvem os tributos federais, as contribuições, por exemplo.

Eu preferia que a Presidente Dilma estivesse com uma proposta de reforma tributária estrutural, mesmo sabendo que essa proposta de reforma tributária vai ser implantada em um longo prazo de transição. Eu preferia isso. Não sendo possível, eu aplaudo, sim, algumas ações que o Governo está tomando na direção de racionalizar o sistema tributário.

A proposta que nós fizemos, Bernard Appy, com relação à desoneração da folha, era diferente da que o Governo está adotando. Nós propúnhamos uma redução de um ponto percentual da contribuição patronal por ano, fazendo com que nós tivéssemos uma redução de sete pontos percentuais na contribuição patronal. E isso chegou a ser enviado pelo Governo ao Congresso Nacional, correto?

Depois houve uma modificação da proposta. Eu preferia aquela a esta que está acontecendo hoje, mas o que está acontecendo hoje, em termos de desoneração de folha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GERMANO RIGOTTO – ... é melhor do que o que nós tínhamos. Houve um avanço.

Se o Governo diz que vai fundir PIS e Cofins, eu tenho que acreditar que, atrás da fusão do PIS e da Cofins, não vai haver aumento de carga tributária e nós temos que cuidar disso, mas a fusão do PIS e da Cofins vai na direção de nós termos uma simplificação, uma racionalização do sistema tributário.

Então, eu acredito que alguns avanços nós estamos tendo, e o ICMS não pode continuar como está. O ICMS como está não é bom para os Estados, não é bom para o País e vai continuar gerando conflitos absurdos.

E o Senado Federal, Senador Lindbergh, com certeza, vai saber enfrentar essas dúvidas que foram levantadas aqui e essa necessidade de aperfeiçoamento das duas propostas. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Governador Germano Rigotto.

Vamos passar agora para os debates. Estávamos trabalhando com a previsão de término desta audiência às 20h30. Isso não vai ser possível, mas queremos que esta audiência acabe, no máximo, às 21 horas.

Então, vamos fazer da seguinte forma: vamos abrir agora aos Srs. Senadores. Fazemos um bloco de intervenções dos Srs. Senadores e encerramos, depois, com cinco minutos, com cada um dos expositores.

O primeiro Senador inscrito é o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Meu caro Presidente, Senador Lindbergh, Senador Sérgio, colegas Senadores, as contribuições trazidas pelos nossos convidados me parecem que vão na direção de uma frase de que eu gosto muito, que teria sido utilizada certa vez pelo ajudante de ordens do sempre saudoso e memorável Presidente Juscelino Kubitschek, que vivia uma conjuntura muito adversa, com Carlos Lacerda lhe pressionando muito. Ele saía de uma reunião, no Rio de Janeiro, havia uma tensão na rua e o seu ajudante lhe perguntou: "O que faço, Presidente?" "O que faz? Não vá tão depressa que pareça provocação, nem tão devagar que pareça covardia." Essa me parece a situação do Senado da República e de todos nós. Pelo menos é a minha impressão pessoal.

Precisamos avançar, mas avançar na direção daquilo que, efetivamente, vá produzir melhorias para o conjunto do País e para os nossos Estados, entendendo, inclusive, que a Constituição de 1988 deu aos nossos Estados Federados a mesma condição de ente federado – aliás, aos Municípios também – que a União. E me preocupa, de certa forma, que a União ficará com o monopólio da concessão de incentivos fiscais, como tem acontecido, aliás, a meu juízo, acertadamente.

Quando o Governo Federal lança mão, por medida provisória inclusive... Sim, porque foi por MP que se lançou o Repenec e foi através do Repenec que nós conseguimos levar para o Nordeste, por exemplo, importantes investimentos, com os quais eu concordo.

Se existem excessos nos incentivos fiscais, vamos contê-los – e existem. O Governador Germano Rigotto não lançou mão de incentivos fiscais para atrair investimentos para o seu Estado por opção, foi por sobrevivência, porque, se ele não o faz, ele não consegue, na condição de Governador, satisfazer a necessidade por geração de oportunidades para o seu Estado – e olha que nós estamos falando de um Estado classificado como um dos mais desenvolvidos do nosso País, admirado pela enorme contribuição que dá ao desenvolvimento nacional, que é o Estado do Rio Grande do Sul.

Quando, em 1989, se estabeleceram duas alíquotas de ICMS, uma em 12% e outra em 7%, foi seguindo a premissa de que os Estados brasileiros não têm o mesmo nível de desenvolvimento, e que os Estados com menor desenvolvimento poderiam se apropriar de 12% e os mais desenvolvidos se apropriariam de 7%. E, na ausência de políticas nacionais de desenvolvimento regional, os Estados lançaram mão dessa apropriação para verem desenvolver os seus Estados. E o gráfico apresentado pelo Ministro Guilherme Dias é a prova concreta disto: o que aconteceu com o processo de desconcentração do desenvolvimento econômico-industrial, sobretudo em nosso País, nos últimos 30 anos. Ele se desconcentrou.

Tem imperfeições? Tem imperfeições. Eu acho que o nosso País tem que evoluir da guerra fiscal para a competição fiscal, porque a competição fiscal existe nos Estados mais civilizados. Na Suíça, as regiões competem entre si, mas com regras claras. Eu não posso concordar, por exemplo, com o funcionamento do Confaz – lamento aqui discordar profundamente do meu amigo e admirável economista José Roberto, porque a unanimidade do Confaz vem do tempo da ditadura, onde a unanimidade era possível simplesmente porque os governadores não eram eleitos e os Secretários de Fazenda atendiam ao comando do Ministério da Fazenda. Ali era fácil conceber uma unanimidade.

Hoje, não. Hoje, eu acho que o Confaz tem que evoluir para ser o mediador dessa competição fiscal, com regras muito claras, muito claras e muito transparentes, para que os nossos Estados com as suas características possam buscar o seu desenvolvimento, o seu crescimento econômico.

Então, Presidente, eu saio daqui com uma certeza, de que está acertada a iniciativa de V. Exª em aprofundar esses debates, mas eu trago, sempre, esta frase do nosso querido ex-Presidente Juscelino Kubitschek: "Nem tão depressa que pareça provocação, nem tão devagar que pareça covardia", porque nós estaremos fazendo mudanças muito fortes, e nós não sabemos das consequências dessas mudanças, até porque não temos ainda uma clareza de como estaremos acessando essas compensações. Está certo o Governador Germano Rigotto: os Estados exportadores foram fortemente alcançados, numa promessa que não se realizou, da Lei Kandir – do meu amigo Kandir, coitado –, porque, mesmo sendo dotação orçamentária, na prática, os nossos Estados não foram

compensados. E a regra de compensação é absolutamente discricionária.

Então, fico com a impressão de que nós vamos ter que debater muito, Presidente. Com as diversas contribuições que nós recebemos aqui, de homens experientes, para termos uma convicção clara de que essas mudanças vão nos levar a um patamar melhor.

Nós debatemos aqui, em 2012, a Resolução nº 13, que está produzindo, de efeito concreto, uma enxurrada de liminares na Justiça brasileira, porque nós tivemos a capacidade aqui de complicar essa Resolução nº 13, com as exceções que foram incorporadas. E a Resolução nº 13, que foi por nós decidida para proteger a indústria nacional, os números e os indicadores dão conta de que isso não está acontecendo.

Então, é preciso que nós tenhamos muita cautela. Cautela não significa covardia, não significa dizer que não tenhamos que enfrentar, mas que tenhamos, ao longo desses dias... amanhã, vamos ouvir o Secretário Trinchão, porque estou com uma dúvida muito grande, sabe, Presidente? O Governo Federal está dizendo que esta proposta, que esta resolução, que a medida provisória e que lei complementar foi negociada no Confaz, com os Secretários de Fazenda, que representam os Governadores. E eu preciso saber. Se houve essa negociação, em que base foi feita, porque ficamos, aqui, nós Senadores, defendendo os nossos Estados e não sabemos que negociação é essa que foi feita no Confaz pelos Secretários de Fazenda.

Então, quero cumprimentá-lo. Amanhã será um dia importante, depois de amanhã também, e quero crer que, ao final desse prazo, possamos estar com nossa convicção muito bem definida em relação ao melhor caminho, em relação à melhor proposta. Esse é o juízo de valor que faço a esse momento, agradecendo muito as contribuições dos nossos convidados, aqui, nessa nossa primeira audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Ricardo Ferraço, antes de passar para o próximo – Senador Luiz Henrique –, quero dizer que, às vezes, não temos prazo e queremos cumprir esses prazos, as negociações não acontecem. Houve isso, aqui, no FPE, na minha avaliação. Os Estados não acreditavam. Então, quero dizer aos senhores que é posição desta Mesa e vou dizer aos Secretários amanhã que acelerem as negociações. Ao estabelecer esse prazo que eu quero cumprir, o que vai acontecer, Senador Ferraço – e eu quero debate de qualidade...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E eu quero ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – E eu sei que V. Exª quer ajudar, mas isso é um sinal de que nós, aqui, do Senado Federal, queremos que o Confaz, os Secretários de Estado, os Governadores, acelerem o processo de negociação com o Governo também.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Presidente, porque não manter a diferença? Quem está com 12% fica com 8%, quem está com 7% fica com 4%.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Esse é o debate que vamos ter que fazer aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª, como nosso Presidente, tem a responsabilidade de nos conduzir para uma construção e uma concertação que possa conceber os interesses da União, mas não possa colocar em segundo plano os interesses dos Estados federados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu sei e acho que há espaço nessas discussões para muitos ajustes, mas quero dizer, Senador Ricardo Ferraço – antes de passar para o Senador Luiz Henrique –, que acho que temos que trabalhar com prazos, todo mundo trabalha com prazo, em todos os lugares, com prazo nessa discussão do FPE, do ICMS e, também, na dívida dos Estados. Tenho certeza que aquilo que o Senador Luiz Henrique...eu anunciei isso aqui, agora, por mais que o Governo tenha lançado um projeto de lei complementar que está na Câmara dos Deputados, ainda não foi designado o relator, estou querendo trazer à discussão aqui o projeto de substitutivo do Senador Luiz Henrique, para começarmos, também aqui na CAE, a avançar nessa discussão da dívida, que é um tema que, acho, pode facilitar no fechamento dessa equação geral desses vários aspectos federativos.

Com a palavra, o nobre Senador e ex-Governador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. expositores, Srªs e Srs. Senadores, o Dr. Antônio Gavazzoni, Secretário da Fazenda de Santa Catarina, que veio assistir a esse debate, trouxe-me uma notícia muito preocupante: disse-me, com grande preocupação, que, neste mês de fevereiro, o Tesouro estadual catarinense perdeu R$90 milhões, com a vigência da Resolução nº 13.

E começo trazendo essa informação, Srs. debatedores, trazendo à luz, além de todos os que já foram colocados aqui, mais um aspecto complexo dessa nova política tributária que está em discussão no Congresso. O art. 3º da Medida Provisória nº 599/2012 diz, no seu inciso III: "Não ensejarão a prestação de auxílio financeiro aos Estados a redução da alíquota interestadual incidente nas operações interestaduais com bens de

mercadorias importadas do exterior, a que se refere a Resolução nº 13."

Esse é um dispositivo que, realmente, Senador Ricardo Ferraço, não só em relação a Santa Catarina, mas em relação a outros Estados, vai promover dificuldade imediata na arrecadação.

Essa questão, e eu quero louvar a iniciativa do Presidente Lindbergh, tem que ser realmente maturada, ser meditada, para que não façamos ou uma lei inexequível ou uma lei que não atinja os objetivos preconizados pelo Governo.

E é preciso que tratemos essa questão juntamente com outras que afetam o pacto federativo e que afetam a economia dos Estados. Eu quero me referir à dívida consolidada dos Estados para com a União. Esse é um assunto que tem que ser resolvido prioritariamente.

Por que os Estados recorreram à guerra fiscal? Já foi dito aqui pelo Dr. Nelson, por falta de uma política de desenvolvimento regional. Mas não só por isso, pela redução crescente da arrecadação dos Estados e da sua participação no bolo nacional.

Em 1954, os Estados arrecadavam 35% do bolo tributário brasileiro. E, hoje, não sei se chega a 32%. Então, os Estados recorreram também a essa política por absoluta necessidade, por imperativo do desenvolvimento regional.

Eu quero dizer que essas políticas não foram nefastas, pelo menos no que diz respeito à Santa Catarina, porque, nos meus oito anos de governo, a economia catarinense dobrou, o comércio exterior quadruplicou, a receita quase triplicou, e os investimentos quintuplicaram. E o resultado dessa *performance* se verificou no resultado eleitoral, em que elegemos o sucessor, os três Senadores estão aqui da nossa coligação, 10 dos 16 Deputados Federais e 31 dos 40 Deputados estaduais. Por que o povo catarinense reagiu assim positivamente? Por que não houve sentimento de mudança? Porque houve uma aceleração fantástica da economia do nosso Estado.

Agora, mesmo sem contar com recursos significativos de transferências voluntárias do Governo Federal, mesmo sem contar, Santa Catarina teve esse desenvolvimento.

Não tivesse sido afogada pela dívida consolidada, esse desempenho teria sido mais extraordinário, porque o Estado ganhou em tecnologia, as empresas que nós atraímos acresceram muito no desenvolvimento tecnológico do Estado, na qualidade de vida, na qualidade de renda, na qualidade do emprego. E ainda recentemente *The Economist* elencou, pela primeira vez, o pequenino Estado de Santa Catarina dentre os seis que a comunidade internacional entende que são os mais propícios para investimentos estrangeiros. Não é fato desconhecido de ninguém que a General Motors acaba de inaugurar uma fábrica no nosso Estado e a BMW deverá anunciar um megainvestimento para produzir cinco modelos de automóveis.

Então, a política de incentivos fiscais não foi funesta, pelo menos para nós. Agora, a dívida do Estado foi, sim, porque eu recebi o Estado com uma dívida de R$4 bilhões, Senador Lindbergh; paguei R$6 bilhões, em oito anos; e saí devendo R$10 bilhões. Então, nós precisamos encontrar um denominador para a dívida, uma redução...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sem se fazer nova dívida, sem se fazer nova dívida.

Nós apresentamos uma proposta que esperamos possa ser um vetor para esse grande acordo que tem que ser feito entre a União e os Estados. A proposta é que os Estados passariam a pagar 20% da dívida, com investimentos em infraestrutura, educação, saúde, inovação e cultura. Essa proposta vai representar uma espécie de PAC imediato, PAC direto, PAC descentralizado, sem papelórios, sem carimbórios, sem viagens de dinheiro de cima para baixo, sem burocracia, sem demora, sem delongas. Os Estados apresentariam à União uma proposta de investimentos – não pode haver um tostão em custeio –, e a União aprovaria essas propostas no sentido de construir uma harmonia nacional entre esses investimentos.

Nós vivemos hoje uma crise de crescimento. E eu não tenho dúvidas de que se os Estados puderem investir 20% da sua dívida imediatamente nesses cinco vetores, haverá uma aceleração fantástica do crescimento no nosso País. Nós não podemos considerar essa questão isoladamente. Nós temos que considerar outras questões, como as transferências da Cide, como os fundos de participação, como os *royalties* do petróleo e, principalmente, como a dívida dos Estados, e o FPE.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Temos dois Senadores ainda inscritos: Senador Armando Monteiro e Senador Wellington Dias. Aí passaremos aos expositores.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Bom, eu queria cumprimentar os expositores e dizer que eu acho que algo ficou absolutamente claro e presente nas exposições, ainda que com certas nuances. Creio que, no caso do ex-Ministro Guilherme, pelo que eu entendo, ele defende uma posição mais conservadora em relação à manutenção do modelo atual. Mas creio que há um ponto aqui comum: ninguém aqui imagina que nós estamos vivendo num ambiente

tributário bom. Ou seja, não há nada pior do que esse ambiente do ICMS, que produziu imensas distorções, ao longo do tempo.

Permita-me, Ministro Guilherme, dizer que não é só a questão da redução de carga e simplificação. Redução de carga, a rigor, não demanda nem reforma tributária. Reduzindo a alíquota de uma maneira geral, nós estaríamos fazendo redução de carga. Nós temos que buscar um sistema que se harmonize com a experiência internacional e que possa produzir mais eficiência econômica. O ICMS, nos moldes atuais, é um sistema disfuncional do ponto de vista econômico, que acumula distorções que são absolutamente visíveis nesse ambiente.

Então, eu acho que há um acordo no sentido de que não é possível imaginar que esse sistema deva ter uma sobrevida. É evidente que para se construir a transição – eu reconheço que essa é uma questão sensível –, há de se oferecer, na transição, sobretudo aos entes da federação, que, em tese, seriam os importadores líquidos por assim dizer, um mecanismo seguro, efetivo, de compensação, preferiria até chamar de um seguro de receita, tem que ser mais do que a noção de um fundo, tem que ser um seguro, um processo automático que possa repor as perdas.

Lembro quando falei, uma vez, com o Ministro Mantega e ele falava que se daria, trimestralmente, a compensação. Eu disse: Ministro, essa compensação tem que ser feita mensalmente, os Estados não têm essa condição de esperar três meses, para poder fazer uma compensação.

Mas o que quero dizer, podemos discutir, no processo de transição, o ritmo do processo, como é que se dá a convergência, em que prazo, etc. Mas não há dúvida de que precisamos iniciar esse processo. E, aí, eu queria fazer referência a algumas questões que foram já aqui naturalmente trazidas, com relação, por exemplo, ao Fundo de Desenvolvimento Regional. O Appy lembrou que temos que lastrear isso em recursos orçamentários.

Acho que devemos criar um mecanismo de capitalização, ou seja, se as empresas perdem, se essas regiões vão perdendo atratividade porque passa a ter um diferencial menor de alíquota, por que não oferecer mecanismo de capitalização também, a exemplo da experiência que tivemos no passado? O que foram os fundos de incentivo regional no passado, senão fundos em que os recursos eram recursos inexigíveis, eram recursos colocados à conta de capitalização das empresas? Então, por que não imaginar algo que combine mecanismos de capitalização com um fundo, por exemplo, de equalização de taxa de juros ou, ainda até, que assegure juro zero, em alguma circunstância?

Haveria condições de fazer um fundo de equalização, admitindo que ainda houvesse uma parcela de recursos exigíveis, num mecanismo ou num modelo de empréstimo, como se concebe também. Mas acho que a ideia de um fundo de capitalização é atrativo do ponto de vista do empresário, quer dizer, faz-se o esforço para poder realizar o investimento e é razoável que se possa ter, a exemplo, algum tipo de contrapartida na capitalização do projeto. Acho que essa é uma ideia que gostaria de deixar.

Acho que não devemos perder essa oportunidade de podermos desonerar os bens de capital, porque o Governo Federal, deve-se registrar, desde o início do governo do Presidente Lula, avançamos nessa agenda da desoneração dos tributos federais sobre bens de capital. Avançamos muito, zeramos o IPI de uma extensa lista de bens de capital, reduzimos o prazo de compensação do PIS/Cofins, que era de 48 meses, 24 meses, 12 meses, zero agora, mas ficou a questão do ICMS. Imaginar que alguém compense em 60 meses, com os custos financeiros que ainda existem no Brasil... O prazo de compensação do ICMS, em muitos Estados, é ainda de 60 meses. Então, por que não aproveitar esse processo para fazer já um movimento mais afirmativo, no sentido de fazer uma desoneração efetiva dos bens de capital?

Ninguém desconhece que desonerar investimento é algo que faz todo o sentido. Por que não avançarmos mais? Por outro lado, por que não retirar esse resíduo de cumulatividade que o sistema tem, quando, por exemplo, produtos de uso e consumo das empresas – é aquele conceito de crédito financeiro *vis-à-vis* do crédito físico.

Hoje, só gera crédito aquilo que é incorporado ao produto propriamente dito, mas existe uma série de custos nas empresas, custos que estão em outras áreas, a energia do escritório, etc, material de consumo que não se credita no processo – o que não existe lá fora.

Quer dizer, no sistema do IVA clássico, tudo gera crédito e, portanto, só se paga pelo valor adicionado efetivamente. Eu acho que essa é uma questão que mereceria que nós pudéssemos avançar mais.

Falamos, também, na questão da substituição tributária. Senador Lindbergh, as micro e as pequenas empresas tiveram um aumento, na tributação do ICMS, perverso nos últimos quatro anos, porque não houve efetivamente o benefício do regime simplificado de tributação. Elas estão sendo penalizadas com a substituição tributária. Os Estados, em nome da eficiência arrecadatória, estão punindo as pequenas empresas, que nós, aqui, de alguma maneira, pretendemos incentivar quando se criou o regime simplificado de tributação.

São essas distorções que nós fomos criando nesse ambiente, como, por exemplo, a questão da empresa que sedia hoje um empreendimento exportador, de alguma maneira, o Estado que sedia o empreendimento exportador é punido, porque ele é obrigado a reconhecer créditos de impostos que ele não arrecadou.

Então, por assim dizer – aí, sim, esse elemento, meu caro Ministro Guilherme –, é justo que se pense na autonomia nos Estados, mas o que nós precisamos verificar é que essa federação está se desintegrando. Os elementos de coesionamento, aquilo que possa apontar para a perspectiva de uma autoridade central, que assegure a coordenação, que emita sinais claros. Do contrário, essa lógica da autonomia a qualquer custo vai nos conduzir a um ambiente absolutamente insustentável.

Então, vejam, exportar não é uma política que interessa ao País? Como é que o ICMS pode produzir um desincentivo ao Estado que sedia o empreendimento exportador? Que lógica isso tem?

Por outro lado, falamos da Lei Kandir, mas eu lembro que, quando ela foi criada, os Estados não tinham o ICMS de importação. A base ICMS de importação é uma base que cresceu de maneira muito significativa e não existia.

Então, eu pergunto: como, nessa questão do acúmulo de crédito, seria possível utilizar um mecanismo que levasse em conta também essa questão de ICMS de importação? É possível criar algum tipo de compensação em que pudéssemos, de alguma maneira, evoluir?

Então, eu quero, ao final, dizer que, quando cheguei ao Congresso Nacional, junto com o Governador Rigotto, tive a honra de integrar a Comissão Especial da Reforma Tributária, que ele presidiu com muita competência, e me lembro do saudoso Deputado Mussa Demes, Relator daquela Comissão. Nós estamos fazendo desde esses anos – há 14 anos, meu caro Governador Rigotto – e não conseguimos avançar.

Essa ideia de fazer uma reforma sistêmica, ampla, a um só golpe, nós não vamos fazer e não fizemos, porque não temos capital político para fazer uma reforma estrutural, como V. Exª desejava. Mas acontece que nós temos que ir introduzindo, melhorando o ambiente da tributação no Brasil, porque nós não podemos ficar esperando.

O tempo econômico não espera o tempo político. Quer dizer, o mundo está aí, o acirramento da competição em escala global, e vão ficar esperando que o Brasil resolva as suas contradições, as contradições que estão aí latentes na própria federação brasileira? Não, nós temos que avançar. Nós temos que fazer a reforma do ICMS – é um passo. Nós temos que fazer a reforma no PIS/Cofins – não tem como não fazer. Criamos um sistema, também, que é o mais complexo. Coexistem dois sistemas, três sistemas ainda no PIS/Cofins. A alíquota, quando o sistema era cumulativo, com a superalíquota de quando mudaram para o sistema de valor adicionado, os créditos presumidos. Então, esse ambiente do PIS/Cofins é outro ambiente absolutamente complexo e disfuncional.

Então eu pergunto: quando vamos começar a efetivamente criar um sistema tributário de classe mundial? Precisamos avançar. Desonerar o investimento é um grande avanço; desonerar a exportação; não punir e tributar o trabalho formal como nós fazemos, e aí se louve o esforço da Presidenta Dilma quando inicia um movimente de desoneração da folha de pagamento.

Em suma, nós temos que avançar. E não há como avançar sem mexer radicalmente nesse ambiente do ICMS. Eu confio que o Senado e o Congresso Nacional haverão de dar uma contribuição para que nós superemos essas contradições que estão aí. Lamento que não tenhamos produzido uma negociação ampla nessa cesta das questões federativas em que pudéssemos ter tido mecanismos de compensação cruzada – e tínhamos aí muita coisa para fazer. Lamento inclusive que essa questão dos *royalties*, pela sua precedência e importância tenha criado o ambiente de muito tensionamento; há uma sensibilidade extrema hoje na discussão dessas questões aqui no Congresso Nacional. Mas eu tenho certeza que nós vamos avançar.

E eu queria ao final me congratular com os expositores e com o Presidente Lindbergh Farias, que inicia a sua presidência com esse debate que é da maior importância para o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Antes de passar para o próximo inscrito, eu queria registrar com a fala do Senador Armando Monteiro, com a fala do Senador Luiz Henrique, do Senador Ricardo Ferraço como esta Comissão de Assuntos Econômicos pode contribuir com a experiência de vários desses Senadores nesse debate. Faço questão de registrar isso, eu acho que nós temos uma comissão aqui com ex-governadores, ex-ministros, ex-secretários, presidentes de Confederação Nacional de Indústria. É uma comissão que tem muito peso. Eu acredito que nesse período a gente possa avançar na construção de algumas soluções.

Nós temos três inscritos ainda: Senador Wellington Dias, Senador Sergio Souza e Senador Eduardo Suplicy. Nós estamos tentando Senador Wellington Dias, chegar aqui e concluir às 21 horas.

Com a palavra o nosso Líder do Partido dos Trabalhadores, Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Lindbergh, eu quero saudar aqui todos os expositores e sei que dez minutos para tratar de um tema desses aqui, como diria um bom nordestino, é um aperreio danado.

Mas eu acho, principalmente pelo material que foi dado aqui dá bons subsídios.

Quero parabenizar V. Exª, Senador Lindbergh, como Presidente, pela postura, pela decisão, com o Senador Sérgio, de fazer acontecer. Sabe por que não tem um acordo unânime na proposta que o governo mandou para cá? Porque não tem unanimidade nesse tema, não tem. Se ele for esperar uma unanimidade nesse tema não vai ter um passo adiante. Eu acho há alguns princípios, e nesse ponto eu vejo que desde a época do Presidente Lula, agora com a Presidenta Dilma há um esforço que é de se trabalhar as condições de regras em que aquele medo de como é que vai ser o amanhã tenha alguma garantia. Eu acho que esse é um ponto crucial para gente dar um passo para frente.

E aqui alguns colocaram, eu acho que o Nelson Machado, da ideia de tratarmos dos vários pontos. É que nós tentamos em 2011. Em 2011, a ideia era pegar dez pontos na época, em que Rio de Janeiro ganhava – como essa do ICMS – em que Rio de Janeiro, na expectativa de futuro, pelo menos, perdia como na questão dos *royalties*. E assim, nos vários outros: fundos de participação, a redução dos encargos da dívida – que São Paulo é um dos grandes beneficiários na proposta colocada -, revisão das regras de capacidade de endividamento, de pagamento que é colocado, a discussão do próprio *per capita* SUS, que não considera a proporção da população que depende do SUS em cada unidade da Federação e em cada Município.

A mesma coisa com o Fundeb. A discussão dos fundos, que tem a ver com ICMS, desenvolvimento regional, que é casado com o fundo de compensação, PIS/Cofins, como foi lembrado aqui pelo meu querido Armando Monteiro.

Mas eu queria mais é tirar uma dúvida. Vejam só, de novo, acompanhei na época com o então Deputado Germano Rigotto e depois tive o privilégio de também acompanhá-lo como Governador. Quando ele foi eleito lá no Rio Grande do Sul, eu estava lá no Estado.

Aqui, houve um dia em que a gente saiu da Câmara pensando que estava resolvido. Às 7 horas da manhã, já não havia entendimento. Lembro-me na época de que a então Governadora Rosinha Garotinho puxou uma situação e a gente quebrou ali uma oportunidade de acordo, para contar uma história até mais recente, que ela vem já de bastante tempo.

Mas o que eu queria dizer é o seguinte: eu penso que se a gente tem... Eu queria apegar-me ao ponto que mais cria insegurança, que é este, e penso que Germano Rigotto foi muito feliz aqui na lembrança de uma matéria de que ele foi Relator, como a Lei Kandir. O Ferraço aqui lembrava também.

Veja: se a gente tiver condição de ter de um lado um mecanismo que dê tranquilidade em relação às receitas, um fundo de compensação com um grau de segurança orçamentário que possa garantir esse patamar... E hoje a gente tem muito mais facilidade de ter segurança nos dados, eu penso que é um passo importante. Gostei da ideia de discussão do Fundo de Desenvolvimento Regional também como orçamentário. Por quê? Qual é o grande debate aqui de quem se acostumou com a guerra fiscal? É exatamente a perda da capacidade de um instrumento próprio. Ora, se eu tenho uma fatia de um fundo regional por uma regra que venha a ser estabelecida, eu possa usar de várias formas. É fundo a fundo? É um fundo nacional em que há participação para o meu Estado? Eu posso utilizar, inclusive com a rede bancária, fazer uma parceria para um mecanismo de financiamento ou pagando parte dos encargos ou até o total dos encargos. Posso caminhar na linha da capitalização. Ou seja, você tem a liberdade de uma política de atratividade, uma política de incentivo dentro do seu Estado, nas regiões menos desenvolvidas.

Então, o que eu queria era ouvir mais um pouco do Bernard Appy e do Germano Rigotto, principalmente, sobre essa ideia de instrumentos de desenvolvimento, que acredito que são os dois pontos muito fortes neste debate. Há muitas coisas. Há algumas situações que foram suscitadas pelo José Roberto, que tem razão. Mas eu creio que estes dois são os principais. Ou seja, o mecanismo que possa garantir segurança no fundo de compensação, que seria exatamente pela experiência de vocês, e, ao mesmo tempo, esse tema orçamentário, qual seria uma regra para que houvesse a solução para essa tese de quem trabalha contra, alegando que perde a capacidade de atração de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srs. expositores, a Comissão de Assuntos Econômicos está-se prestando a um papel que é fundamental para nós encaminharmos uma solução. Se nós não começarmos aqui, Senador Luiz Henrique, o debate e não trouxermos aqui aqueles que têm experiência para nos pautar – nós, que representamos as unidades federativas –, nós não vamos chegar a um consenso. E, se não há consenso, também penso, Senador Wellington Dias, que haja um caminho que leve a uma solução pelo menos intermediária. Eu sei que

não vamos sair todos aqui agradados, todos satisfeitos 100%, mas talvez saiamos felizes em uma parte e continuaremos o debate em outras partes.

Quero parabenizar todos os expositores pela competência e pela lucidez com que tratam este tema e trazer uma questão aos senhores: eu sei que já é difícil nós tratarmos desenvolvimento regional do ponto de vista de macrorregiões. Nós temos hoje o Brasil dividido praticamente em quatro regiões: Centro-Oeste, Sudeste e Sul, Norte e Nordeste, cinco regiões. E tratamos diferentemente Sul e Sudeste, e tratamos igualmente, parece-me, em alguns casos, Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Mas nós temos regiões dentro dessas macrorregiões que têm dificuldades. Eu tenho tratado, em alguns momentos, por exemplo, se olharmos São Paulo e Paraná têm o Vale do Ribeira, que são regiões estagnadas. E que esta guerra fiscal traz problemas que agravam ainda mais essas regiões. Porque, quando se faz uma participação de tratar os desiguais de forma desigual, e se leva isso para o Norte e Nordeste, e em alguns casos para o Centro-Oeste, mas regiões dentro daqueles Estados que são tidos como desenvolvidos ou com maior condição de recursos, elas continuam estagnadas; elas pararam no tempo. E aí, se nós olharmos do ponto de vista da participação das receitas tanto do ICMS quanto do FPM, e também outras que são destinadas a esses Municípios e a essas regiões, eles são sempre vistos de forma totalmente desigual.

Então, se não seria o caso, já que começamos o debate, de nós tratarmos desenvolvimento regional, Senador Armando Monteiro, dentro dos Estados. Porque eu não tenho dúvida de que, se nós dermos uma mesma condição para o Estado inteiro de Pernambuco, 90% vai se instalar à margem do Oceano Atlântico, não vai se instalar lá no agreste ou no interior de qualquer região do Nordeste, Senador Wellington Dias; isso é fato, porque eles vão para a região metropolitana, onde há maior condição técnica, às vezes de logística, e o interior, em detrimento da população, geralmente fica de fora. Então, se não seria o momento de nós avançarmos um pouco mais nessa questão do desenvolvimento regional e trazermos o desenvolvimento regional para dentro dos Estados.

E, por fim, eu só friso que, pelo que eu percebi aqui das explanações dos palestrantes, nós percebemos que a guerra fiscal é evidente que traz um prejuízo à nação brasileira porque, em algum momento, alguém paga a conta. E quem paga a conta é o consumidor. No momento em que você privilegia uma empresa, você está desprivilegiando uma série de empresas naquele mesmo ramo – e foi isso que eu entendi da colocação do nosso querido ex-governador Germano Rigotto –, está desprivilegiando uma série de empresas que estão em outras localidades, às vezes até mesmo dentro do mesmo Estado, porque se há um incentivo àquela empresa, você a privilegiou e ela, num poder de competitividade dentro do Estado ou dentro do País, ela vai levar vantagem.

Eram essas as colocações, mais uma vez parabenizando a todos.

Obrigado. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O próximo Senador com a palavra é o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, meus cumprimentos pela iniciativa de realizar este primeiro debate, a primeira audiência de debates sobre um tema tão importante, Senador Lindbergh, quanto o aprimoramento do sistema do ICMS.

Quero cumprimentar aos expositores, professores Guilherme Gomes Dias, ao ex-Deputado e ex-Governador Germano Rigotto, que foi justamente o relator do primeiro projeto de garantia de renda mínima que apresentei aqui, aprovado em 91 por todos os partidos, recebeu o parecer favorável e entusiasta do Deputado Germano Rigotto, não chegou a ser votado naquela forma, mas, entretanto, foi justamente durante os debates promovidos por V.Exª ali na Câmara dos Deputados com a participação, dentre outros, do ex-prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, do então governador Cristovam Buarque, de mim próprio, e se desenvolveu a ideia daquilo que hoje...

Bom, o primeiro foi o Renda Mínima Social Educação; depois o também chamado Bolsa Escola, depois o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e, finalmente, depois, o Cartão Alimentação; todos que vieram a ser, posteriormente, em outubro de 2003, o que é hoje o Bolsa Família, que atende hoje mais de um quarto dos brasileiros, 13,8 milhões de famílias.

Tenho o maior prazer de continuar a interagir com V. Exª, assim como também com Nelson Machado, que foi um dos que assinou a Lei nº 10.835, de 2004 – ele estava, então, no exercício do Ministério da Fazenda –, juntamente com os demais Ministros que sancionaram a lei, e V. Exª foi um dos que a sancionou junto com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Permita-me dar-lhes uma informação: neste próximo sábado, haverá um festival pioneiro em favor do Fundo Municipal da Renda Básica de Cidadania do primeiro Município que, no Brasil, aprovou lei nesse sentido, Santo Antônio do Pinhal, a partir das 14h30, no Centro de Eventos de Santo Antônio do Pinhal. Lá se apresentarão os Racionais, Chambinho do Acordeon, os Brothers of Brasil (meus filhos, Supla e João)

e, ainda, Chico César e um conjunto local, o Vento Verde. Isso será em benefício do Fundo Municipal de Santo Antônio do Pinhal. Trata-se de uma experiência pioneira. Assim como o Bolsa Família se iniciou com experiências locais, é possível que a Renda Básica de Cidadania também tenha experiências locais.

Para mim, é uma alegria também rever o Bernardo Appy, que, quando Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, tantos diálogos teve comigo a respeito, e muito antes também; e o José Roberto Rodrigues Afonso, que tanto colaborou com a nossa Comissão nos projetos de reforma tributária.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero me justificar, Senador Sérgio Souza. Tive uma audiência com o Reitor da Universidade de São Paulo, junto com os Deputados Paulo Teixeira e Ivan Valente, para tratar da possível anistia aos 72 estudantes e 4 funcionários que foram punidos por terem realizado manifestações e outras. Então, foi um diálogo muito interessante, que se alongou, e daí eu cheguei só mais tarde.

Eu queria perguntar-lhes sobre um aspecto. Quando estudamos o Sistema Tributário Fiscal, normalmente, há inúmeros economistas... Vou citar, por exemplo, Paul Davidson, que, em seu livro *Economics for a Civilized Society*, diz que é muito importante que nós, ao termos arrecadações de tributos, tenhamos também com muita clareza para a população como serão gastos aqueles recursos. Hoje estamos aqui discutindo mais o ICMS, que é de nível estadual, mas em que medida poderemos, para o ICMS e para os demais tributos que estão sendo discutidos, não apenas melhorar, com a sua melhor uniformização, e ter o objetivo de maior equilíbrio dentro da Federação, evitando-se a guerra fiscal, como também esclarecer muito bem para a população como é que serão gastos, qual a destinação daqueles recursos arrecadados? Isso, sobretudo, porque, na medida em que a população souber exatamente como estão sendo gastos os impostos que lhe são cobrados, mais e mais haverá boa vontade para contribuir para diminuir, digamos, a sonegação, e assim por diante.

Então, se puderem nos dar uma reflexão sobre esse ponto, eu agradeço muito.

Muito obrigado e parabéns a todos os conferencistas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Suplicy.

Não havendo mais Senadores inscritos, eu passo a palavra, pedindo a brevidade de todos, dado o adiantado da hora, ao Sr. Nelson Machado, ex-Ministro de Estado da Previdência, para comentar as questões dos Srs. Senadores.

O SR. NELSON MACHADO – Bem, vai ser um tanto difícil conseguir comentar aquilo que foi falado durante esse período, porque tivemos vários apresentadores, vários debatedores, vários Senadores, e é muito difícil conseguir fazer uma síntese disso.

Mas eu queria aproveitar a oportunidade para dizer duas coisas apenas. É evidente que o modelo de incentivo fiscal, mediante a guerra fiscal feita pelos Estados, tem um lado positivo: atrair o investimento. É verdade, ninguém questiona ou duvida disso, mas é importante deixar claro que ele faz isso em detrimento do Estado vizinho. É diferente um incentivo fiscal federal de um incentivo fiscal estadual, quando feito com o ICMS como diferencial de alíquota. É claro, quem vai pagar esse incentivo seguramente é o Estado que estará recebendo a mercadoria e terá que honrar aquele crédito que, muitas vezes, não chegou a ser recolhido. Essa é uma diferença fundamental.

A segunda questão que eu queria deixar clara é que não há mais dúvidas, na sociedade brasileira, entre os pensadores, entre os gestores, entre os Senadores e governadores, de que essa guerra fiscal, praticamente, já não interessa mais a ninguém. Acho que o Germano Rigotto, Governador, colocou com muita clareza. Hoje isso, além da insegurança jurídica, introduz uma terrível assimetria e uma terrível ineficiência no uso do recurso. Então, temos que caminhar para alguma solução. E é evidente que não há acordo, não há consenso de como vamos caminhar para isso, a não ser de alguns poucos. Um deles é de que devemos encaminhar o ICMS com a tributação para o destino. Isso tira o combustível da guerra fiscal, mas não se faz isso sem ônus.

O José Roberto apresentou as dificuldades que nós teríamos por aumento do impacto da substituição tributária e as possibilidades de fraudes em função do passeio da nota fiscal, etc. Mas, claro, eu confio perfeitamente nos fiscos estaduais e na sua capacidade de coibir esse tipo de providência.

Então, nesse sentido, o que eu penso neste momento? Temos que caminhar para a tributação do ICMS no destino. E o que é preciso? Nós precisamos, de um lado, compreender muito bem os mecanismos dessa mudança; ter certeza de que a União entrará com a sua parte para suprir as perdas que os Estados terão com isso, de um lado; suprir a necessidade de recursos para o desenvolvimento regional, como bem colocou o Senador Armando Monteiro, muito provavelmente aumentando os recursos tributários, os recursos orçamentários e, talvez menos, os recursos financeiros.

E há uma terceira parte que foi muito bem levantada pelos diversos debatedores, que é a questão das empresas que fizeram os investimentos, que podem ter sido marginais, no sentido de não estar aprovados pelo Confaz, mas que, de certo modo, estão lá feitos os investimentos e haverá perdas significativas caso não haja mecanismos de compensação. E é evidente que o mecanismo de compensação tem que ter um prazo definido e tem que ter um prazo em que ele seja diminuído lentamente até que se extinga, porque não é possível...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NELSON MACHADO – ...nós levarmos essas compensações *ad eternum*. É importante que isso seja feito.

Por último, eu queria lembrar só o seguinte: nos vários momentos em que andamos perto de fazer um acordo federativo, ele sempre deixou de ser feito porque uns queriam mais pressa na redução das alíquotas e outros queriam que fosse mais devagar. Muito bem, aqueles que queriam muita pressa, se tivessem aceitado aquele período mais longo, já estava resolvido hoje, porque isso já faz mais de oito, dez, quinze anos que aconteceu dessa maneira.

Então, eu acho que o Senado tem pela frente, e esta Comissão tem pela frente um enorme desafio, e eu tenho certeza de que os Senadores estão à altura disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado por sua participação, Nelson Machado, nesta audiência pública, e passo a palavra ao Ministro Guilherme Gomes Dias, por cinco minutos.

O SR. GUILHERME GOMES DIAS – Bom, eu vou insistir em alguns pontos. Quando o Governo Federal reduziu o IPI para manter a produção da indústria automobilística, quem pagou a conta, meu caro amigo Nelson Machado, também foram os vizinhos. O benefício, em termos de empregos e produção, foi para os Estados onde há indústria automobilística, principalmente São Paulo, que concentra a indústria automobilística, e quem pagou a conta da perda de arrecadação de IPI foram todos os Estados. Isso sempre acontece.

Na essência não há diferença entre incentivo estadual e federal. Enxergar diferença nisso é mero preconceito ideológico. Sempre paga a conta.

O Senador Ricardo Ferraço lembrou do Repenec, que é uma lista de desonerações, de A a Z, nos tributos federais, para instalação de refinarias e projetos de fertilizantes nas Regiões Norte e Nordeste e, se não me engano, Centro-Oeste. Quer dizer, quem paga a conta são os vizinhos, são os outros que não estão recebendo os projetos.

Então, não vamos mistificar esse tipo de coisa. O que eu defendo, e agradeço ao Senador Armando Monteiro, se é inevitável a mudança, vamos fazê-la, mas vou usar a palavra da moda, que o Supremo colocou em moda, que é dosimetria. Muitas vezes a dose faz a diferença entre o remédio e o veneno. Se, de algum modo, as pessoas estão convencidas de que é necessária a redução da alíquota – eu não vou ser convencido, mas me rendo aos fatos –, que o façam com moderação e gradualismo, o que não foi observado na Resolução nº 13.

Eu defendo, com insistência, que seja mantido – eu acho que isso é uma posição, no Confaz, inclusive, não sei se de consenso, da maioria dos Secretários da Fazenda do Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, ao final da trajetória, algum diferencial da alíquota entre as regiões avançadas e os emergentes, pobres e ricos, que seja, 7% para 4%, ou o que seja. Ou, então, uma ideia boa do Bernard Appy, que faz um pouco o mesmo efeito, se se tiver como substitutivo um crédito de PIS/Cofins para essas regiões, porque não podemos imaginar que só o ICMS é diferente e tudo o mais seja constante; os custos de logística são diferentes, o grau de desenvolvimento.

Eu não consigo imaginar que a fábrica da Ford, a questão de concorrência desleal, quebrou a indústria automobilística nacional ou quebrou a Ford, que a fábrica da General Motors no Rio Grande do Sul inviabilizou a indústria automobilística nacional, ou que a da Fiat, que vai se instalar em Pernambuco, vai inviabilizar a Fiat de Minas Gerais. O ICMS é diferente, porque ele está compensando outras diferenças de custos de produzir, senão, a indústria automobilística estaria ainda na via Anchieta – a verdade é essa.

Então, nós temos que ter clareza de que podemos fazer algum tipo de convergência, mas reconhecendo que há diferença de competitividade entre as diferentes regiões.

O segundo ponto é que é uma oportunidade de corrigir questões que não foram observadas na Resolução nº 13. Mais uma vez, Senador Armando Monteiro, de certo modo, a votação aqui foi um pouco parecida com a questão dos *royalties*, foi um mero exercício da maioria, sem observar alguns cuidados com a minoria. Por exemplo, é a oportunidade de colocar como incluir na base de cálculo – e o Senador Luiz Henrique observou esse ponto – as perdas da Resolução nº 13, porque, afinal de contas, é tudo ICMS.

Então, não há por que excluir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUILHERME GOMES DIAS – Eu acho que é isso, e mais as preocupações que já foram colocadas como a que a compensação financeira seja, de fato, um seguro receita.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Ministro Guilherme Gomes Dias, e passo a palavra para José Roberto Rodrigues Afonso, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO – Eu acredito que esse debate, que se inicia aqui, e, certamente, vai postergar, em várias outras audiências e decisões nesta Casa, vai ser bastante rico. Acima de tudo, eu vejo nos debates, ainda que não vá haver unanimidade, como o Senador Wellington Dias bem colocou, que há muito mais convergências do que divergências.

No nosso papel, de técnicos, aqui, é alertar para aspectos que acho importante serem considerados. Me parece que há convergência de que precisamos ter ação nacional de desenvolvimento regional, que é até um assunto que o Senador Ferraço já colocou aqui. A discussão é quais são os instrumentos mais apropriados.

Nessa questão do desenvolvimento regional, pessoalmente, eu acho que a discussão que os Estados precisam ter é se eles querem continuar correndo para o fundo do poço. Na verdade, os números são incontestáveis. O ICMS está ficando para trás e os Estados estão ficando para trás na Federação brasileira. Eu acho natural – mais que natural, correto – e obrigação dos governantes, dos governadores, buscarem ter autonomia e ter uma atuação proativa. Só que com o instrumento que hoje está sendo utilizado – na minha opinião pessoal, que é o instrumento do ICMS –, é um contra o outro, na verdade todo mundo se afunda.

E o desenvolvimento regional... A guerra fiscal deixou de ser um instrumento importante para o desenvolvimento regional quando todos os Estados passaram a conceder incentivo. E quando todos passam a conceder incentivos, obviamente os mais prejudicados são os mais pobres, são os que não têm infraestrutura, porque não têm diferencial tributário.

Eu acredito que a proposta que está aqui em debate... Eu queria até fazer coro, endossar o que o Bernard colocou. É importante, na proposta que o Governo está fazendo, mudar o eixo, falar assim: "Em vez de a gente fazer desenvolvimento regional com tributo, ou com um tributo estadual..." E insisto, o problema do tributo estadual, o nosso ICMS, é que um tributo no preço. Cria condições diferentes para iguais. É a maior interferência possível que o Estado pode ter na economia. É a maneira como a gente conduz a guerra fiscal. Guerra fiscal é um problema de concorrência, acima de tudo: concorrência entre Estados, concorrência entre empresas. Nós precisamos fazer desenvolvimento com outro instrumento.

A questão fiscal e a questão creditícia, financeira – muito já foi colocado aqui, eu quero só endossar –, eu acho que é o caminho. Eu acho que muito pode ser feito para criar, dentro do Fundo de Desenvolvimento Regional, outros mecanismos, condições que diferenciem os Estados mais e menos desenvolvidos. Eu, pessoalmente, inclusive, não gosto muito da ideia de tratar regionalmente... Dentro das macrorregiões, temos situações muito diferentes de um Estado para o outro. Eu acho que a gente precisa ter, sim, uma regra nacional, mas que implique um tratamento diferenciado. Quem está mais atrás precisa ter mais incentivo para investir.

Fomento a investimento é o segundo ponto que acho que é consensual. Eu achei muito interessante que, aqui no debate, tanto a Mesa quanto os Senadores, trouxeram outros instrumentos. Eu acho que não se pode apostar que resolver guerra fiscal vai destravar investimento neste País. Muito pelo contrário. Volto a insistir que me preocupa muito. Nós temos um terrível desafio a enfrentar. Você tem que garantir o benefício para quem recebeu e investiu de boa índole, digamos assim, mas você também não pode fazer isso de uma maneira que impeça de entrar o novo. E, sobretudo, se você impedir de entrar o novo, nós vamos travar o investimento novo, que é a coisa de que mais precisamos no País neste momento. Não é salvar o velho. Eu preciso de investimento novo. É óbvio que eu não vou defender você jogar o velho.

Desonerar bens de capital, bens de consumo, é algo que estava previsto na Lei Kandir e que foi abandonado. Eu acho até curioso que os Estados aceitem dar incentivos da guerra fiscal, mas não aceitem a desoneração de bens de capital, porque na desoneração de bens de capital não se escolhe para quem vai dar. Você dá para todo mundo. E eu acho que essa é a melhor saída: acoplar o PIS e o Cofins, como o Bernard colocou. Tem várias outras opiniões.

Por último – 30 segundos –, a questão da simplificação, que eu acho que aqui está consensual, e da eficiência. Com a alíquota de 4%, ou seja, reduzindo a alíquota interestadual, é preciso criar uma câmara de compensação entre os Estados, e é preciso encontrar solução para crédito acumulado. Esse é um problema que já existe e que, inclusive, penaliza – como o Senador Armando Monteiro bem colocou – os exportadores e investidores. Esse problema vai ser potencializado. Apenas reduzir a interestadual e não encontrar solução para esse problema, nós vamos agravar. Acho que

a boa intenção é melhorar a competitividade, mas o resultado pode ser invertido.

A questão de créditos acumulados, em minha opinião pessoal, acho que é outra discussão longa, mas passa por securitização desses créditos, por se criar um mercado secundário, por reconhecer, emitir, e, hoje, não é um problema só de ICMS; aliás, o aumento de créditos acumulados, acho que no PIS e Cofins, a velocidade é maior do que a do ICMS. Acho até que era um momento oportuno para se encontrar uma solução para esses dois casos.

Vivemos numa situação meio... É difícil de explicar, para quem não é técnico, como a gente desonera e aumenta a carga tributária, porque não adianta reduzir o imposto, por exemplo,...

(*Soa a campainha*.)

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO – ...do óleo de soja, tirar o imposto do óleo de soja, só que, para produzir soja, preciso esmagar soja, preciso levar soja do campo para a fábrica e, se eu cobrar frete nesse caminho, coloquei imposto.

Na verdade, a maneira como fazemos a isenção pode até aumentar o preço e não reduzir, porque está tirando. Se o contribuinte for só exportador ou tiver feito pesados investimentos, a isenção aumenta o preço, aumenta a carga, é algo meio esquisito, mas vocês devem saber que anunciamos a isenção e várias empresas vêm para dentro do Congresso pedir para não acabar a isenção, por esse motivo.

Em suma, acho que há um campo fértil de debates com as autoridades fazendárias estaduais, com as autoridades fazendárias federais. O importante acho que é ter, a meu ver, dois grandes princípios a perseguir de uma maneira obstinada...

(*Soa a campainha*.)

O SR. JOSÉ ROBERTO RODRIGUES AFONSO – ...é aumentar o investimento no País, inclusive no curto prazo, e fazer desenvolvimento regional no médio e longo prazo, mas, com novos instrumentos, acho que as propostas aqui colocadas abrem possibilidade para isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao José Roberto Afonso.

Com a palavra, por cinco minutos, Bernard Appy.

O SR. BERNARD APPY – Bom, queria começar dizendo que concordo com o Nelson e o José Roberto, de que o efeito da guerra fiscal, hoje, é de perda de receita para os Estados. Na hora que todo mundo dá incentivo, do mais pobre ao mais rico Estado do País, o que acontece é que o conjunto dos Estados está perdendo receita. Tenho uma estimativa, não é precisa, de R$30 bilhões de perda de receita por ano dos Estados, em função dos incentivos. E é por isso que não sobe a receita, a arrecadação do ICMS, e ela cai em relação à carga tributária total do País. Isso, certamente, não contribui para reforçar o federalismo, isso atrapalha o federalismo.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – R$30 bilhões no total?

O SR. BERNARD APPY – Trinta bilhões no total. É um chute, é um chute qualificado, mas é um chute.

Segundo, se, nessa mudança, você conseguir – convalida o passado, o que já aconteceu no passado, obviamente, ninguém vai cobrar nada, acho que isso é fundamental –, mas, no que diz para frente, usar mais recurso federal e menos incentivo estadual, o efeito total para os Estados será um aumento de arrecadação; se não usar nada de incentivo estadual, são R$30 bilhões a mais de receita para os Estados, 10% de aumento da receita de ICMS para o conjunto dos Estados. É um ganho importante.

Acho que deveria estar colocado na mesa, que, a partir do momento que se usa mais recurso federal para fazer política de desenvolvimento regional e menos recurso estadual, menos recurso de ICMS, tem-se um ganho de arrecadação do ICMS que pode ser muito relevante, pode ajudar muito o reforço do papel dos Estados na Federação.

E aí, queria discutir um pouco essa questão de monopólio da União na concessão de incentivos. Na verdade, se você transferir recursos orçamentários para os Estados e eles puderem alocar da forma como quiserem, esses recursos podem ser alocados para construir uma estrada ou pode ser alocados no limite, para dar um incentivo para uma empresa, o Estado decide o que é melhor para o seu desenvolvimento. Você está dando instrumento para os Estados mais pobres fazerem políticas de desenvolvimento regional. Agora, óbvio, vou dar mais recurso *per capita*, pelo menos, para os Estados mais pobres e menos, ou nada, para os Estados mais ricos. É assim que se faz política de desenvolvimento regional no Brasil.

Então, está colocada a possibilidade de criar os instrumentos na mesa, é saber usar direito os instrumentos; e, aí, Senador Wellington, o que eu estava querendo dizer, qual é a proposta? A proposta é esta: transfere recursos para os Estados, sem vinculação, os Estados definem o que vão fazer com esses recursos, o que for melhor para eles. Talvez seja melhor construir uma estrada, não seja dar incentivo para uma empresa – em muitos casos é. E deixe-os usar. E isso vai dar poder para os Estados fazerem políticas de desenvolvimento regional, mas fazerem de um jeito em que eles se beneficiem e ninguém se prejudique e

o conjunto dos Estados, em cima disso, ainda ganha a receita. Acho que isso é uma coisa importante para se ter em vista. E aí eu queria colocar duas coisas. Uma é o seguinte: tem de haver o modelo de transferência de recursos para os Estados para fazer políticas de desenvolvimento regional, modelo de FDR é bom. E eu acho que ele não tem de ser temporário. Acho que tem de ser para sempre. O que ele tem de ser é calibrado periodicamente, em função das desigualdades regionais do País. A gente não pode congelá-lo, como fizeram com o FPE. Esse é um erro brutal, porque muda. O desenvolvimento regional muda ao longo das décadas. E não pode congelar aquele que existe hoje. Se em algum momento, lá no futuro, todos os Estados do Brasil tiverem exatamente o mesmo grau de desenvolvimento, não se precisará mais de recursos para política de desenvolvimento regional. Enquanto houver desequilíbrio, tem de ter. E tem de ser calibrado em função do tamanho desses desequilíbrios. Isso é muito importante. Acho que essa é uma questão que ajuda muito os Estados a se qualificarem.

Outra coisa são os incentivos que existem hoje. Aqui, para este caso, para as empresas que estão instaladas hoje, aí sim, eu acho que tem de haver alguma forma de garantir – pode ser com as diferenças entre as regiões – um pouco o retorno do investimento que elas pensaram. Mas esse tem de ser temporário. E tem de ser progressivamente substituído por um mecanismo de transferência de recursos para os Estados mais pobres. Porque, no começo, esse "dar para quem já recebe" não vai…

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARD APPY – …afetar só os mais pobres; vai pegar todo mundo, inclusive o Estado mais rico que dá incentivo. Acho que tem de ser num montante menor que para o Estado mais pobre, mas tem de dar alguma coisa que pelo menos preserve, não gere um desequilíbrio que inviabilize a empresa. Mas tem de ser temporário. No máximo 20 anos. No máximo! Que é o tempo em que as empresas fazem o cálculo. Para mais do que 20 anos, ninguém faz cálculo, está fora da conta das empresas; ninguém faz investimentos no Brasil olhando para mais de 20 anos.

Eu acho que eu essa é a questão mais importante. Concordo, quase que totalmente, com a proposta do Senador Armando Monteiro. A coisa do fundo de capitalização, quando fala em fundo 157 me dá calafrio. Eu não sei se… Sei lá. Precisaria entender melhor qual é o modelo. Mas, fora isso, concordo totalmente com a sua agenda.

E, simplesmente, termino aqui dizendo que o que nós estamos fazendo aqui é uma discussão técnica. Acho que para essa discussão que o Senado está fazendo, a discussão técnica, o apoio técnico nosso – principalmente dos Secretários de Fazenda – é fundamental. Mas acho que a decisão política devia tomar como base, primeiro, o que os Senadores querem no longo prazo: "Onde nós queremos chegar?" Eu sei que todo Senador defende seu Estado. Essa é a tendência natural. Mas, se em algum momento, conseguirem definir "o que queremos para o Brasil, não para o meu Estado, para o Brasil" e isso for a meta de longo prazo, vamos ver como fazer essa transição, sendo que nenhum Estado seja muito prejudicado no curto prazo. E aí, o apoio técnico certamente colaboraria para vocês fazerem essa transição.

Simplesmente, para terminar, falo que o que a gente está discutindo aqui não é sobre gerar prejuízo para nenhum Estado. É criar condição para o Brasil crescer mais. E, na hora em que o Brasil crescer mais, todo mundo, todos os Estados, sem exceção, vão ser beneficiados. Acho que essa é uma coisa muito importante de a gente ter em mente. Se a gente olha só para o nosso Estado, para a perda na margem que ele tem em relação ao Estado vizinho, e não olha o que o Brasil ganha como um todo, essa discussão vai ser uma discussão truncada, e, possivelmente, levará a resultados que não são os que o Brasil precisa.

Acho que era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço muito a contribuição do Sr. Bernard Appy, nesta audiência pública. Foi valiosa.

Antes de passar a palavra para o último orador, o último expositor, nosso Governador Germano Rigotto, devo lembrar aos senhores que a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos amanhã começa às 9 horas, porque vamos ter uma primeira parte deliberativa com 16 itens – sete projetos de lei e nove requerimentos. Há um pedido de vários Senadores para que a gente comece pelos requerimentos. Então, devo anunciar que amanhã, a pedido do Senador Cristovam Buarque e outros, nós devemos inverter e começar pelos requerimentos. Então, até as 10 horas da manhã, é essa primeira parte ordinária. Vamos ver o que vai dar para votar dos projetos. Quanto aos requerimentos, queremos votar todos amanhã, às 9 horas.

E o segundo ponto é que eu também quero começar no horário um debate com muitos expositores. Às 10 horas, voltamos ao debate do ICMS, com a presença de Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; Cláudio José Trinchão, Coordenador Nacional dos Secretários de Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); e vários secretários – Secretário de Fazenda do Maranhão, Amazonas, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso

do Sul, Minas Gerais e Paraná. Vai ser uma daquelas reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos longas.

Então, senhores, lembro que começaremos amanhã às 9 horas.

Encerrando esta audiência pública, nosso Governador Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Bem, há algumas considerações. Primeiro, uma saudação muito carinhosa ao Senador Pedro Simon, meu conterrâneo, meu Senador, e dizer da alegria de encontrá-lo aqui no Senado Federal, aquele que é sempre o nosso farol a nos dar uma luz, pela sua história e seu exemplo de vida, como congressista, como ex-Governador do Estado do Rio Grande do Sul, pela pessoa que é.

Senador Eduardo Suplicy, sua colocação sobre o trabalho que fizemos da renda mínima nada mais foi do que reconhecer uma ação sua e, principalmente, uma iniciativa sobre a qual não tenho a menor dúvida de que os resultados que temos aí, os programas de renda mínima, os programas todos, o Bolsa Família, têm tudo a ver com a sua luta, com o trabalho realizado por V. Exª durante tantos anos. Tive a oportunidade apenas de ser o Relator e de mostrar caminhos que significavam atacar a miséria absoluta e ter programas que poderiam ser exemplos para o mundo. Não tenho dúvidas de que sua luta deu resultados, de que está dando resultados.

Queria também dizer que não posso concordar, meus debatedores, não sei quem foi que disse, se foi o meu amigo José Roberto Afonso que colocou, no final da sua exposição, um gráfico mostrando...Foi você, José Roberto, que colocou a melhoria da renda por regiões? Quem foi que apresentou? Ah, foi o Guilherme. Por favor, Guilherme, Ministro, não foi a guerra fiscal que determinou aquele quadro! Se dissermos que a guerra fiscal determinou aquele quadro de migração, de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas, não vamos reconhecer que este Brasil cresceu de uma forma....A nossa história veio do litoral e o desenvolvimento foi entrando para o interior. Nós não vamos reconhecer que hoje regiões se desenvolvem em cima da logística que existe e que não existia naquela época, em cima de populações que têm poder de compra e que não existia há algum tempo. Por que o Senador Armando Monteiro e o Governador Eduardo Campos, uma Fiat se instalando lá? Qual será a razão? Serão que é pelo incentivo fiscal dado pelo Estado? Não, o Estado vizinho daria, qualquer Estado do Nordeste daria para a Fiat as mesmas condições. É porque lá tem o Porto de Suape, lá tem logística, neste momento, que permite exportação, que permite abastecer o Nordeste de veículos que são produzidos em Pernambuco.

Não é o incentivo fiscal que garante isso. Então, nós simplificarmos e colocarmos que essa migração tem a ver com guerra fiscal...Não tem a ver com guerra fiscal! Se em algum momento, Senador Luiz Henrique, o seu Estado cresceu em cima de um trabalho espetacular feito por V. Exª e por sua equipe, o processo de descentralização administrativa que aconteceu em Santa Catarina foi o grande fator para fazer com que Santa Catarina desse um salto de desenvolvimento, muito mais isso do que incentivo fiscal. Muito mais isso do que incentivo fiscal. É a visão de um governante que sentiu, na descentralização, um caminho para desenvolver o seu Estado.

Prezado Senador Ferraço, há algum tempo o incentivo fiscal poderia, sim, ser fator de levar desenvolvimento para regiões menos desenvolvidas. Hoje não é mais.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não concordo com V. Exª, mas esse é um outro debate. Se esse debate for aberto, nós poderemos falar sobre esse conflito e fazer um confronto de ideias, mas não concordo com nada do que V. Exª acaba de afirmar.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Eu sei, Senador Ferraço, que V. Exª não concorda. Só quero lhe dizer que temos fatores que levam o Espírito Santo a ter desenvolvimento. O Porto de Vitória é um porto que foi instrumentalizado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Quem levou a Ford para a Bahia?

O SR. GERMANO RIGOTTO – A Ford para a Bahia? A Bahia tinha necessidade e teve incentivo fiscal e tinha a necessidade de construir uma empresa, uma montadora...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tinha porto, tinha infraestrutura?

O SR. GERMANO RIGOTTO – Não, mas tinha necessidade de abastecer o Nordeste.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Como é que ACM levou a Ford para a Bahia?

O SR. GERMANO RIGOTTO – Senador Ferraço, só quero dizer...Não quero debater e dizer que discordo das posições de V. Exª, estou dizendo que simplificar dizendo que a distribuição do desenvolvimento tem a ver com a guerra fiscal....Não tem a ver com a guerra fiscal.

Segundo, Senador Ferraço, vamos lá. Temos um quadro onde, hoje, o Governo Federal diz que o desenvolvimento vai se basear no investimento em infraestrutura. O que o Governo Federal está dizendo? Se reconheceu tardiamente que tem de ter marcos regulatórios estáveis. E olha como demorou para reconhecer a necessidade desses marcos regulatórios estáveis! Quero lhe dizer que se nós continuarmos

com a situação que nós temos de insegurança jurídica determinada pela guerra fiscal, nós vamos continuar... E eu não estou dizendo, Senador Ferraço, que esse projeto do Governo é perfeito. É bem ao contrário, eu mostrei aqui que nós temos que ter certeza na questão do seguro receita, nós temos que ter certeza nas compensações, nós temos que ter certeza em fundos de desenvolvimento regional consistentes, robustos.

Eu não estou dizendo que esse projeto do Governo é o que eu apoio. Eu não tenho dúvida de que o Senado Federal vai ter condições de avançar nesse projeto e corrigir as imperfeições. Agora, eu não posso deixar de dizer que a guerra fiscal como está não pode ficar, e não é uma posição de alguém que esteve lá do lado do governo, inclusive participando da guerra fiscal, e dando incentivo fiscal, porque, se o jogo determina a necessidade de dar incentivo fiscal, tu tens que entrar no jogo.

Agora, o sistema precisa de aperfeiçoamentos, e eu não tenho a menor dúvida de que o Senado Federal terá condições de pegar essa proposta do Executivo – e eu quero lembrar que essa proposta não é do atual Governo; quando fui Presidente da Comissão de Reforma Tributária, na Câmara Federal, o Secretário Everardo Maciel defendia um ICMS com uma única legislação, com cinco faixas de alíquota, migrando da origem para o destino, para frear a guerra fiscal – governo anterior.

Então, na verdade, não é uma proposta que tem a ver com o Governo Dilma Rousseff, é uma proposta que tem a ver com uma discussão que vem de muito tempo, e que, se essa proposta tem imperfeições, como nós vimos aqui que tem, cabe com certeza ao Senado Federal fazer essas correções. Mas eu não posso dizer que guerra fiscal hoje seja fator de levar desenvolvimento para as regiões menos desenvolvidas, com todo o respeito a quem pensa diferente. Eu acho que isso se esgotou no momento em que os Estados mais fortes entraram pesadamente na guerra fiscal, e aí, eles inviabilizaram.

E mais, Srs. Senadores, nós temos a possibilidade de, com uma limitação à guerra fiscal, termos os Estados criando fundos de desenvolvimento próprios. Hoje, quando a receita do ICMS cai em cima dos incentivos fiscais, no momento em que tu diminuis o incentivo, tu tens condições de aumentar a tua arrecadação e criar um fundo de desenvolvimento do próprio Estado, e um fundo de desenvolvimento que pode fazer com que uma empresa receba um terreno, que uma empresa construa uma planta, ou que uma empresa tenha até retorno daquilo que contribuiu para o Estado, mas dentro de um fundo de desenvolvimento do próprio Estado, aprovado pela Assembleia Legislativa com muita transparência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Quero lembrar da Fiat, em Minas. O primeiro movimento de descentralização da indústria automobilística foi quando a Fiat foi para Minas, com o saudoso Governador Rondon Pacheco. Foi uma companhia de participação do Estado que foi constituída. Não foi com o ICMS que se fez a Fiat.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Senador Armando Monteiro, eu quero só dizer que – por favor, o carinho que eu tenho e o respeito que eu tenho pelo Senador Ricardo Ferraço – minha coisa aqui não foi de...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Foi apenas uma divergência, e mais nada. Imagina...

O SR. GERMANO RIGOTTO – Quando eu lhe citei, eu não lhe citei como se eu estivesse discordando de suas posições todas. Na verdade, as colocações que V. Exª fez têm procedência, têm procedência em tudo o que se colocou, inclusive com relação à Resolução nº 13, e os problemas que vieram pela Resolução nº 13, por falta de um debate.

Agora, o que eu estou dizendo é que essa guerra fiscal, se o Senado Federal, que é quem tem mais responsabilidade neste momento, não tiver a capacidade de fazer aquilo que o Presidente Lindbergh está começando a fazer, um grande debate envolvendo os Srs. Senadores e envolvendo os Estados...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – De fato, nós precisamos ter cuidado, porque o Senado piorou a Resolução nº 13. O Senado piorou a Resolução nº 13. Ela chegou de uma forma e saiu piorada. Portanto, a nossa tarefa aqui não é pequena, a meu juízo.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Bom, só para agradecer o convite, me colocar à disposição, Presidente, Senador Lindbergh, cumprimentá-lo e cumprimentar os Srs. Senadores membros da CAE, pelo trabalho que começam a fazer, que eu não tenho dúvidas, vai ter um grande resultado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias**.** Bloco/PT – RJ) – Quero agradecer muito a exposição do Governador Germano Rigotto. Acho que quem duvidava que audiências públicas às segundas-feiras não funcionavam...nós tivemos a passagem de 13 Senadores, nesta reunião. Acho que foi um debate muito importante. Começamos esse debate da reforma do ICMS. Eu quero agradecer muito aos Srs. Senadores que aqui estiveram, agradecer aos expositores. Muito obrigado pela contribuição.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião, lembrando que amanhã a reunião

da Comissão de Assuntos Econômicos começa às 9 horas.

Muito obrigado a todos os senhores.

(Iniciada às 18 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA QUARTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia doze de março do ano de dois mil e treze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Lindbergh Farias, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio do Amaral, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Walter Pinheiro, Anibal Diniz, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Sérgio Souza, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Kátia Abreu, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Waldemir Moka, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Alvaro Dias, José Agripino, Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento, e, ainda, dos Senadores Valdir Raupp, Ataídes Oliveira, Wellington Dias e Ruben Figueiró. Deixam de comparecer os Senadores Acir Gurgacz, Jader Barbalho, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de se encontrar em reuniões político-partidárias, Antonio Russo, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde, e João Ribeiro, tendo falta justificada em virtude de se encontrar licenciado para tratamento de saúde. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura das Atas da 2ª e da 3ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 8 de 2013 (Aviso nº 32/2013-BCB), de 27 de fevereiro de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de janeiro de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas; e Aviso nº 9 de 2013 (Aviso nº 64/GMF), de 28 de fevereiro de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2013, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, de acordo com o art. 89, IV, do Regimento Interno, declara vaga a posição de titular destinada ao bloco de apoio ao Governo, ocupada pela Senadora Marta Suplicy, na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, em razão de a Senadora ter se afastado do mandato para exercer o cargo de Ministra de Estado da Cultura. Informa, ainda, que está extinta a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, em virtude do término do seu prazo, de acordo com o art. 76, II, do Regimento Interno. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da primeira parte da pauta. **Item 1**– Projeto de Resolução do Senado nº 3 de 2013, não terminativo, de autoria do Senador Romero Jucá, que "altera dispositivo da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório favorável ao Projeto. Em 5/3/2013, foi concedida vista ao Senador Alvaro Dias. Em 11/3/2013 foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Alvaro Dias, contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 2**– Projeto de Lei do Senado nº 314 de 2012, não terminativo, de autoria do Senador Cidinho Santos, que "insere § 7º no art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, para incluir desconto em anuidade ou semestralidade escolar de nível superior, por disciplina não cursada ou cursada com aproveitamento", tendo como Relatora a Senadora Lúcia Vânia, que oferece relatório favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 3**– Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população", tendo como Relator o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório contrário ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 4**– Projeto de Lei do Senado nº 449 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Wilson Santiago, que "altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas

de aproveitamento de energia solar ou eólica", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezesseis votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 5**– Projeto de Lei da Câmara nº 159 de 2010, terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomano, que "altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezenove votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 6**– Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do imposto de renda os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados nos termos do art. 37, XVI, a e b, da Constituição Federal", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto por dezenove votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. **Item 7**– Projeto de Lei do Senado nº 707 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Alvaro Dias, que "altera o art. 37 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, para aumentar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido relativa às instituições a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991", tendo como Relator o Senador Vital do Rêgo, que oferece relatório pela prejudicialidade do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. **Item 8**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 1 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que "requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para debater a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior, bem como para discutir as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, com a presença da Senhora Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras". Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 1 de 2013-CAE. **Item 9**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 2 de 2013, de iniciativa da Senadora Ana Amélia, que "requer, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de ampliar a discussão, já iniciada nesta Comissão, a respeito das razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Rafael Marques de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT); representante da Força Sindical; Senhor Paulo Tigre – Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Cledorvino Belini – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Senhor Luiz Antônio Fleury Filho – Conselheiro Especial da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave); e Senhora Angela Crespo – jornalista especializada em consumo (Site Consumo em Pauta)". Anunciada a Matéria, usa da palavra a Senadora Ana Amélia, autora do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 2 de 2013-CAE. **Item 10**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 3 de 2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa e outros, que "requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, para, em audiência pública, debater 'a economia brasileira e oportunidades de investimento', bem como o Projeto de Resolução nº 1 de 2013, que trata da unificação do ICMS". Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Humberto Costa, autor do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 3 de 2013-CAE. **Item 11**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 4 de 2013, de iniciativa do Senador Eduardo Suplicy e outros, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de audiências públicas, sempre às segundas-feiras às 18h30, dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos e análises acerca do panorama da política econômica brasileira, e as perspectivas para a próxima década, priorizando os temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, autor do Requerimento, e Cyro Miranda. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 4 de 2013-CAE. **Item 12**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 5 de

2013, de iniciativa do Senador Alvaro Dias, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para, em audiência, prestar os devidos esclarecimentos sobre o uso da 'contabilidade criativa' com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012". Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Alvaro Dias, autor do Requerimento. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 5 de 2013-CAE. **Item 13**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 6 de 2013, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que "requer, nos termos regimentais, a inclusão dos economistas Sr. José Roberto Afonso e Sr. Mansueto Almeida no rol dos convidados para o ciclo de audiências públicas a serem realizadas às segundas-feiras". Anunciada a Matéria, colocada em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 6 de 2013-CAE. **Item 14**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 7 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 4 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Delfim Neto – Economista e ex-Ministro da Fazenda do Brasil; Sr. Guilherme Gomes Dias – Economista, ex-Secretário-Executivo e ex-Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Bernard Appy – Economista, ex-Secretário Executivo e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos – Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e Secretário da Fazenda do Maranhão; e Sr. Fernando Naves Blumenschein – Economista, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador na FGV Projetos". Anunciada a Matéria, colocada em votação, a Comissão aprova a prejudicialidade do Requerimento nº 7. **Item 15**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 8 de 2013, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em 4 de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros". Anunciada a Matéria, colocada em votação, a Comissão aprova a prejudicialidade do Requerimento nº 8. **Item 16**– Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 12 de 2013, de iniciativa do Senador Cristovam Buarque, que "requer, nos termos do artigo 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o artigo 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação no âmbito desta Comissão de Subcomissão Permanente para tratar de 'Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira'". Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cristovam Buarque, autor do Requerimento, Humberto Costa e Aloysio Nunes Ferreira. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 12 de 2013-CAE. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 13, 14, 15 e 16 de 2013. O Requerimento n° 13 de 2013, de iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, requer realização de audiência pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, de autoria do Executivo, e a Medida Provisória nº 599/2012, com os seguintes convidados: Governador do Estado do Amazonas, senhor Omar Aziz; Governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin; Governador do Estado da Bahia, senhor Jaques Wagner; Governador do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Tarso Genro; e Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor André Puccinelli. O Requerimento n° 14 de 2013, de iniciativa dos Senadores Humberto Costa e Lobão Filho, que requer a realização de audiência pública com o objetivo debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados. O Requerimento n° 15/2013, de iniciativa do Senador Humberto Costa, que requer seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia. O Requerimento n° 16/2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias, que requer sejam convidados os senhores Francisco Lopreato, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e Roberto Piscitelli, professor de Economia da Universidade de Brasília – UnB, para, em audiência pública, debater a dívida dos Estados e Municípios. Em seguida a Presidência passa para a segunda parte da pauta, Audiência Pública, com finalidade de instruir o Projeto de Resolução nº 1 de 2013 e discutir a Medida Provisória nº 599, de 2012, que tratam da unificação do ICMS, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9 de 2013, de iniciativa do Senador Lindbergh Farias e outros, tendo como expositores o Sr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o Sr. Cláudio José Trinchão Santos, Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda do Conselho Nacional de Política Fazendária e Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Maranhão, o Sr.

Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas, o Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Pernambuco, o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Ceará, o Sr. Jáder Rieffe Julianelli Afonso, Secretário de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, o Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima, Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, e o Sr. Luiz Carlos Hauly, Secretário de Estado da Fazenda do Estado do Paraná. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Cyro Miranda, Ana Amélia, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Waldemir Moka e Kátia Abreu. A Presidência concede a palavra, ainda, ao Sr. Andrea Sandro Calabi, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo, ao Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de Goiás, e ao Sr. Antonio Marcos Gavazzoni, Secretário da Fazenda do Estado de Santa Catarina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Srs. Senadores e Srªs Senadoras, alcançamos quórum.

Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 2ª e 3ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

Aviso do Banco Central do Brasil. Aviso nº 08, de 2013, de 27 de fevereiro de 2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei 9.069, de 95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de janeiro de 2013, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Aviso do Ministério da Fazenda. Aviso nº 09, de 2013, de 28 de fevereiro de 2013, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de janeiro de 2013.

Tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Subcomissões. De acordo com o art. 89, inciso IV, do Regimento Interno, declaro vaga a posição de titular destinada ao Bloco de Apoio ao Governo ocupada pela Senadora Marta Suplicy na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, em razão de a Senadora ter-se afastado do mandato para exercer o cargo de Ministra de Estado da Cultura.

Informo, ainda, que está extinta a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal em virtude do término do seu prazo, de acordo com o art. 76, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Srs. Senadores, vamos começar a pauta. Vamos dividir esta reunião de hoje...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Pela ordem, com a palavra, o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O autor da resolução, Senador Romero Jucá, ainda não chegou à Comissão. Eu pediria a V. Exª para inverter a pauta, começando pelo item 2, até a chegada do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, tendo em vista que vou ter que me ausentar daqui a poucos minutos, eu gostaria de saber se é possível votar um requerimento que fiz de criação de uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. É o item 16. Eu poderia começar com ele.

Esta Presidência já havia se comprometido com todos os Senadores a votar todos os requerimentos.

Eu começo pelo item 16 e, depois, volto ao primeiro item, que trata dos requerimentos, para que nós aprovemos todos os requerimentos aqui. Então, começaremos nossa pauta pelo item 16.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 12, DE 2013

Requer, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação no âmbito desta Comissão de Subcomissão Permanente para tratar de "Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira".

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Presidente, simplesmente para dizer que nós precisamos ter aqui um fórum que discuta o longo prazo. Nós ficamos muito prisioneiros do imediato. O Presidente Collor, na Comissão de Relações Exteriores, organizou uma série de trabalhos que visavam a pensar o longo prazo.

Aqui, eu sei – e quero lhe parabenizar – que reuniões estão sendo feitas a cada 15 dias, às segundas-feiras, para debater, para, mais que tudo, ouvir pessoas que vêm aqui falar sobre a economia geral. É muito bom.

Mas o que eu proponho é uma subcomissão permanente que envolva os Senadores na discussão do longo prazo. Cada medida que a gente toma em curto prazo tem consequências de longo prazo. E, às vezes, então, analisa isso. Esta é a minha proposta: que seja criada uma subcomissão que discuta as consequências de longo prazo de cada ação ou omissão que nós brasileiros estamos cometendo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está aberto para discussões.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Só queria levantar uma ponderação ao Senador Cristovam Buarque. Naturalmente que, se ele mantiver a sua proposta, eu o acompanharei e votarei pela criação dessa subcomissão, mas acho importante que nós possamos fazer uma reflexão.

Na semana passada, nós tivemos uma discussão na Comissão de Constituição e Justiça no sentido de haver um disciplinamento da realização de reuniões das comissões permanentes em relação às comissões temporárias, em relação às comissões mistas das medidas provisórias. E houve uma constatação geral de que a grande quantidade de comissões e subcomissões – aliás, é um projeto, é uma proposta de resolução do Senador Cyro Miranda – tem feito com que nós produzamos, inclusive, um certo esvaziamento das comissões permanentes.

Eu pondero a V. Exª se, em vez de nós criarmos uma subcomissão para tratar desse tema, não poderíamos esgotar essa pauta do Pacto Federativo, utilizar esses debates das segundas-feiras da própria Comissão de Assuntos Econômicos para debatermos esses temas mais estruturadores, as questões mais estruturadoras da economia brasileira.

Enfim, só uma ponderação que faço a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer que reconheço a parte da ponderação que diz respeito ao excesso de subcomissões e comissões. Quanto à substituição pelo grupo do Pacto Federativo, eu acho que não teria a mesma finalidade. Eu acompanhei todos os debates que o Presidente e Senador Collor fez na Comissão de Relações Exteriores, às segundas à tarde. De fato, traziam grandes debates, mas não envolviam os Senadores como deveria, não se votava nada. São seminários. Uma subcomissão vota, elabora relatórios, elabora propostas.

Então, eu gostaria de manter, mas, levando em conta a ponderação que eu disse que aceitaria, nós temos a subcomissão e, nas reformas que estão sendo feitas – e algumas talvez sejam fechadas no Senado inteiro –, nós teríamos essa e discutiríamos como mais uma, prontos a analisar a proposta do Senador Cyro e a refazer o conjunto de todas as comissões e subcomissões que precisamos fazer, mas tendo a nossa na mesa, para colocar no debate, na discussão.

Espero que o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mais algum Senador quer discutir a matéria?

Senador Cristovam, nós vamos colocar em votação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RS) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu queria apenas dar um depoimento, modesto depoimento, sobre o funcionamento de uma subcomissão que foi criada aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, no biênio passado.

Foram criadas duas subcomissões para atender exatamente àquela exigência constitucional, àquela competência que o Senado tem, em razão de uma reforma constitucional recente, de acompanhar, de verificar, no sistema tributário nacional, quais são as suas funcionalidades, desfuncionalidades, de avaliar periodicamente esse sistema etc.

Foi constituída uma subcomissão, várias pessoas, vários Senadores se interessaram. Na primeira reunião, houve um quórum bastante elevado, mas depois, exatamente em razão dessa absoluta irracionalidade que

marca a organização dos nossos trabalhos, em razão do fato de que o Senado só se reúne, nas suas comissões, de terça-feira a quinta-feira, o que aconteceu foi que a subcomissão foi se esvaziando e, a partir da terceira reunião, ficávamos só o Senador Dornelles e eu, passando vergonha, porque os convidados vinham, as pessoas vinham para falar perante uma subcomissão do Senado, e não havia ninguém para assistir.

Nós falávamos para a TV Senado. Isso foi o que aconteceu. Não sei se o Senador Dornelles tem algo a acrescentar a esse depoimento, mas isso é algo – o Dornelles tem algo a acrescentar – bastante constrangedor.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª falava da Subcomissão do Sistema Tributário Nacional?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

Então, eu fico preocupado, meu caro Cristovam, com a criação da subcomissão. Eu tenderia a me encaminhar para a sugestão do Senador Humberto Costa, que vai nesta linha: esgotado esse primeiro tema das questões federativas, nós fazermos no âmbito da Comissão, no seu conjunto, um debate sobre esses grandes temas estruturais da economia nacional, que V. Exª propõe.

Acho mais prudente e mais proveitoso, mais produtivo, na minha opinião. A experiência de subcomissão minha foi bastante frustrante, assim como é frustrante a minha experiência na subcomissão de matéria penal, criada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, que não funcionou. Não funcionou. Então, é isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, posso usar...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Veja bem, se vai ser uma subcomissão para debates com pessoas de fora, estou totalmente de acordo em que vai ser esvaziada completamente, como todas as outras. Mas a minha ideia é uma subcomissão para elaborar documentos, propostas nossas, com os Senadores e com a excelente Consultoria que o Senado tem.

No momento em que se exoneram impostos de um produto, quais são as consequências disso a longo prazo? Não precisa trazer gente aqui. De vez em quando se pode trazer, porque é muito frustrante realmente, e já vim aqui, sem ninguém. Mas imagino uma subcomissão para elaborar documentos, para trazer propostas, para que certos projetos que venham aqui passem por elas, se for o caso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Por um crivo mais aprofundado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Passar por um crivo que leve em conta o longo prazo. Essa é a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, mais algum Senador para discutir a matéria?

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Devo dizer, Senador Cristovam, que, aprovado esse requerimento, vou trazer, numa próxima reunião desta Comissão, a discussão em conjunto das subcomissões que vamos colocar em funcionamento.

Ontem foi publicada, no *Diário Oficial da União*, uma subcomissão, projeto do Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, regulamentando o art. 52, que trata da competência desta Comissão de Assuntos Econômicos para avaliar o Sistema Tributário Nacional.

Há uma regulamentação aqui muito detalhada e vou trazer para o debate na próxima reunião. Também temos que indicar os membros dessa Comissão sobre o Sistema Tributário Nacional e acho que seria interessante fazermos o encaminhamento conjunto das subcomissões que vão funcionar dentro desse espírito. Não adianta criarmos muitas subcomissões para dispersar o nosso trabalho. Talvez, no máximo, duas subcomissões.

Então, Senador Cristovam, está aprovado o requerimento. Mas faríamos a discussão do funcionamento dessas subcomissões em bloco.

Vamos aos requerimentos.

Com relação aos itens nº 8 e nº 9, a Senadora Ana Amélia pediu para colocá-los daqui a instantes, quando ela chegar ao plenário desta Comissão de Assuntos Econômicos.

Passemos ao item 10.

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 3, de 2013

Requer, nos termos do art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, para, em audiência pública, debater "a economia brasileira e oportunidades de investimento", bem como o Projeto de Resolução nº 1 de 2013, que trata da unificação do ICMS.

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Senador Humberto Costa, devo dizer que o Ministro já está convidado e a sua presença já está confirmada no dia 21, às 10 horas.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, já estando essa vinda confirmada, apenas aprovaríamos o requerimento por uma questão formal.

Mas entendo que será muito importante a vinda do Ministro Mantega, porque o debate econômico tem presidido a maior parte dos debates que o Senado vem travando no início deste ano. Não são raros os pronunciamentos que, de um lado, defendem a correção da política econômica adotada até agora, os resultados obtidos, e, de outro lado, aqueles que questionam os resultados que apresentam previsões pessimistas em relação ao desenvolvimento da economia no ano de 2013. Assim, nada melhor do que o próprio Ministro da Fazenda, que é o condutor e o formulador da política econômica no País, poder vir ao Senado explicar de viva voz o sentido das políticas que estão sendo implementadas e as expectativas que o próprio Governo apresenta.

Nesse sentido, peço a aprovação das Srªs e dos Srs. Senadores para esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em discussão.

Só queria registrar que V. Exª amplia. Na verdade, o Ministro além de vir discutir a Resolução nº 1, discutiria também a economia brasileira e a oportunidade de investimentos.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

Aprovado o requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 4, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam realizados ciclos de audiências públicas, sempre às segundas-feiras às 18h30, dentro de uma agenda específica de debates ao longo do biênio 2013/2014, com renomados especialistas que apresentem depoimentos e análises acerca do panorama da política econômica brasileira, e as perspectivas para a próxima década, priorizando os temas que influenciam a competitividade da economia, com ênfase no setor industrial, e a melhoria do ambiente institucional.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy e outros

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, diversos Senadores desta Comissão, como o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Armando Monteiro, V. Exª, o Senador Roberto Requião e ainda o Senador Delcídio do Amaral, nós todos contribuímos para que houvesse essa proposta no sentido de realizarmos uma sequência de audiências públicas com alguns dos maiores economistas e pensadores brasileiros, como Guido Mantega, Ana Amélia Camarano, Ana Maria Medeiros da Fonseca, 4. Antonio Delfim Neto, Antônio Prado, Armínio Fraga Neto, Bernardo Figueiredo, Carlos Alvares da Silva Campos Neto, Ciro Gomes, Clélio Campolina Diniz, Décio Munhoz, Edmar Lisboa Bacha, Eike Batista, Everton de Almeida Carvalho, Fernando Cardim de Carvalho, Fernando Rezende, Fernando Sarti, Fernando Siqueira, Ildo Sauer, João Pedro Stédile, João Sabóia, João Sicsú, Jorge Gerdau Johannpeter, José Carlos de Assis, José Eli da Veiga, José Luis Fiori, José Márcio Camargo, Julio Sérgio Gomes de Almeida, Kaizô Beltrão, Lena Lavinas, Luciano Coutinho, Luiz Alberto Neto, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Carlos Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luiz Pinguelli Rosa, Magda de Regina Maria Chambriard, Marcelo Côrtez Neri, Marcio Pochmann, Maria da Conceição Tavares, Maria das Graças Foster, Mariano Laplane, Mauricio Tolmasquim, Otaviano Canuto, Paul Singer, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Malan, Pérsio Arida, Ricardo Carneiro, Ricardo Paes de Barros, Roberto D'Araújo, Rubens Ricúpero, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Senadora Katia Abreu, Sergio Prado, Tânia Bacelar, Vagner Freitas de Moraes, Vicente Abate e Yoshiaki Nakano.

Portanto, são grandes economistas e pensadores brasileiros para aqui pensar sobre os diversos objetivos de política econômica, como compatibilizá-los de maneira a assegurar um desenvolvimento sustentável, uma maior competitividade da economia brasileira, assim como a construção de uma nação justa, levando em conta os principais objetivos da Presidenta Dilma Rousseff de erradicação da pobreza absoluta, elevação das oportunidades de empregos e aspectos demográficos.

Assim, Sr. Presidente, será uma maneira de ouvirmos o mais largo espectro de pensadores econômicos. Nas segundas-feiras, poderemos ter, com a forma já prevista e alternada com outras comissões, o debate do mais alto nível na Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Eduardo Suplicy, só queria registrar que já houve a primeira dessas audiências públicas que vão acontecer de 15 em 15 dias, alternados com a Comissão de Infraestrutura.

Queria registrar que, no dia de ontem, tivemos uma discussão com vários especialistas sobre reforma do ICMS e tivemos a presença de 13 Senadores na audiência pública desta segunda-feira. De forma que há uma preocupação grande de em vez de estabelecermos já um roteiro de audiências públicas de três meses com os nomes definidos, construirmos as agendas aos poucos, pois pode nos trazer a temas mais ligados à conjuntura, ao momento do debate. Vamos ter audiência pública no próximo dia 25, e apresentaremos a sugestão na próxima terça-feira dessa audiência do dia 25 e da outra audiência que será 15 dias depois. Quero apresentar, na próxima reunião, Senador Eduardo Suplicy, a proposta de duas ou três audiências neste próximo período.

Tem a palavra o Senador Cyro Miranda para discutir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Lindbergh, Presidente desta Comissão, volto a ter uma preocupação aqui quando V. Exª...É evidente que precisamos ouvir o Ministro Mantega, é da maior importância. Mas ao colocá-lo no dia 21, às 10 horas, V. Exª, no mínimo, esvazia duas outras comissões. Fiquei contente quando vi esse requerimento. Eu tinha entendido que as audiências públicas seriam nas segundas-feiras às 18h30. Então, teremos na segunda-feira a ordinária e a extraordinária, como V. Exª está fazendo hoje, e na quinta-feira, mais uma. Estamos ocupando o espaço das outras comissões três ou quatro vezes. Não seria possível que o Ministro Mantega também fosse ouvido às 18h30?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Na audiência pública de segunda-feira às 18h30, queremos fazer o debate com especialistas, com acadêmicos, com economistas. Não quero trazer nem governadores, nem secretários, nem ministros na segunda-feira. Estamos com prazo, porque estamos tentando votar o ICMS desde que assumi esta Presidência ainda neste mês, no dia 26.

Quero dizer aos senhores que vamos tentar, depois do mês de março, ficar com a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos às terças-feiras. Mas, como temos uma agenda, esta e a outra semana vão ser agendas muito corridas desta Comissão de Assuntos Econômicos. Mas digo a V. Exª, que é Presidente de outra Comissão, que esta é uma prática que nós não queremos estender. Queremos ficar nas reuniões ordinárias de terça-feira e nessas extraordinárias de 15 em 15 dias. Só para tranquilizar V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo com V. Exª. Só que eu acho que nós não devemos ter essa pressa. Esse assunto é muito complexo para que seja votado ainda este mês, Senador. Acho que ainda há um passo muito grande. Ao ouvirem os senhores governadores pelo menos de oito Estados da Federação terão uma surpresa. Este não é um assunto ainda que esteja maduro para que a gente vá para votação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Cyro Miranda, esta Casa tem que decidir. Nós perdemos prazo no Fundo de Participação dos Estados. Em todos os lugares, todo mundo trabalha com prazos e com metas.

Eu tenho certeza de que, ao colocar esse prazo, nós estamos mandando um recado para todos os secretários de que é para valer e que as negociações têm que acontecer mesmo.

Eu, como Presidente desta Comissão, tenho duas prerrogativas: distribuir relatorias e marcar a data de votação. Eu quero colocar a data de votação neste mês. Vou fazer todo o esforço possível para tentar votar neste mês, construir o consenso. E acho que há um tempo. Há um tempo para o debate de qualidade. Acho que se a gente não faz isso...

O Presidente Renan acertou também em colocar prazo para o FPE. Se tivéssemos feito isso na sessão legislativa passada, teríamos avançado nesse tema. Então, continuo firmando aqui minha posição, que é de tentar votar essa matéria do ICMS no dia 26 de março. Essas audiências servem para isto: para a gente ir construindo um consenso possível sobre a matéria. Mas temos tempo para debater esse tema, Senador.

Em votação o requerimento do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 5, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para, em audiência, prestar os devidos esclarecimentos sobre o uso da "contabilidade criativa"

com o propósito de alcançar a meta fiscal no ano de 2012.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Com a palavra, o autor do requerimento.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Presidente, eu creio que dispensamos até a discussão. Imagino haver consenso na Comissão para que venha o Ministro Mantega.

É um momento importante para esse debate. Há preocupações latentes na sociedade brasileira em relação aos destinos da nossa economia. Para muitos, o barco está à deriva.

O Governo se apresenta com segurança em relação ao futuro da economia do País, mas há, obviamente, contradições nas afirmações governistas. Há um choque de opiniões entre Ministro da Fazenda e Banco Central. Há o questionamento sobre a denominada contabilidade criativa, que foi idealizada ao final do ano passado e também do anterior, para escamotear, do meu ponto de vista, a realidade das finanças públicas no País.

Enfim, são questões de relevância, que devem ser colocadas, para que o Ministro tenha a oportunidade de esclarecer o País através desta Comissão.

Por esta razão, creio que é possível, neste caso, economizar oratória, porque há um consenso, um entendimento, entre todos os Senadores. É o que nós imaginamos que vai ocorrer agora, no momento do voto.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Ministro Mantega vem aqui no dia 21, Senador Alvaro Dias. Este passa a ser um dos objetos do convite do Ministro Mantega, e com certeza ele responderá a V. Exª.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 6, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, a inclusão dos economistas Sr. José Roberto Afonso e Sr. Mansueto Almeida no rol dos convidados para o ciclo de audiências públicas a serem realizadas às segundas-feiras.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

O Sr. José Roberto Afonso, inclusive, participou da audiência de ontem; Sr. Mansueto Almeida deve participar – esta Comissão já entrou em contato – em próximas audiências.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Os itens 14 e 15, eu tentei falar agora com o Senador Ricardo Ferraço, são requerimentos sobre a reforma do ICMS. Eu considero esses dois itens prejudicados. É sobre convocação de governadores. Nós já aprovamos aqui a pauta e a presença dos governadores na próxima semana e as sugestões de nomes para essa audiência pública que foi realizada no dia de ontem.

Então, eu considero esse item 14 e 15 prejudicados, mas a Secretaria da Mesa diz que nós temos de colocá-los em votação.

Vamos votar a declaração de prejudicialidade.

Os Senadores que concordam com essa declaração de prejudicialidade permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados tanto no item 14 quanto no item 15.

São os seguintes os itens prejudicados:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 7, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Antônio Delfim Neto – Economista e ex-Ministro da Fazenda do Brasil; Sr. Guilherme Gomes Dias – Economista, ex-Secretário-Executivo e ex-Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sr. Bernard Appy – Economista, ex-Secretário Executivo e ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda; Sr. Claudio José Trinchão Santos – Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e Secretário da Fazenda do Maranhão; e Sr. Fernando Naves Blumenschein – Economista, professor de economia da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador na FGV Projetos.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 8, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir as disposições propostas no Projeto de Resolução do Senado nº 1, apresentado em de fevereiro de 2013, em iniciativa do Poder Executivo, tendo como convidados os governadores de todos os Estados brasileiros.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Voltamos agora ao item 8.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 1, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para debater a política de desinvestimentos da Petrobras, que prevê a venda de ativos da companhia no exterior, bem como para discutir as causas do recente aumento do preço da gasolina no País, com a presença da Srª Maria das Graças Foster, Presidente da Petrobras.
Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra, a autora do requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, eu queria apenas reforçar que eu acho que é o momento de a Presidente da Petrobras vir aqui e prestar vários esclarecimentos.

Recentemente também a Justiça da Argentina tomou uma decisão. Também se quer saber se essa foi decisão unilateral, se foi o governo da Argentina que pressionou a uma decisão judicial da venda desses ativos ou como aconteceram essas operações. Então, é importante que a Presidente da Petrobras venha prestar esses esclarecimentos.

Essas são as justificativas deste requerimento que, espero, os colegas aprovem para que ela compareça aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão.(*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Último requerimento da pauta, item 9, também da Senadora Ana Amélia.

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 2, DE 2013

Requer, na forma do disposto nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de ampliar a discussão, já iniciada nesta Comissão, a respeito das razões para os altos preços dos veículos automotores no País e discutir medidas para a solução desse problema, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Rafael Marques de Oliveira – Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT); representante da Força Sindical; Senhor Paulo Tigre – Vice-Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Cledorvino Belini – Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); Senhor Luiz Antônio Fleury Filho – Conselheiro Especial da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave); e Senhora Angela Crespo – jornalista especializada em consumo (Site Consumo em Pauta).

Com a palavra, a autora do requerimento, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, nós tivemos, na realização deste debate, por intermédio de uma audiência pública aqui na CAE, uma repercussão impressionante a esse tema. Foram 60 mil acessos em quatro dias acerca dos debates sobre os preços cobrados pelos automóveis no Brasil que, comparativamente, são maiores do que os praticados nos países do Mercosul ou da América do Sul e muito maiores dos que os comparados com os nos Estados Unidos ou mesmo na Europa, com problema de índices de segurança baixo e outras questões que foram muito relevantes nesse debate.

Então, pensamos, porque não foi incluído naquela ocasião, incluir a indústria de autopeças que também sofreu e apresentou dados relevantes e preocupantes. Não foram incluídos os revendedores de automóveis que são um contingente que emprega 380 mil empregos diretos.

Então, penso que seja relevante continuar o debate para que não fique no vazio aquilo que se começou com tanto êxito no ano passado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos agora tentar, antes de começar a audiência pública, entrar nos terminativos. Nós estamos com quórum. Quero dizer que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu só gostaria... V. Exª acabou de.,.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou ler ao final.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Não, não. São os requerimentos que estariam prejudicados. Eu tenho um requerimento que a Mesa está considerando prejudicado, porque faz convite a alguns governadores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu vou ler agora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O senhor vai ler agora?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vou ler, vou ler. Vou fazer o seguinte. Assim que acabar, antes de começar a audiência pública, eu vou ler todos os requerimentos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A prática estabelecida nas Comissões é ler em uma reunião e votar na outra. Está bom?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então vamos ao item 4. Vamos aproveitar o quórum para os projetos terminativos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2011 – Terminativo –

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estabelecer redução do imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica.

Autoria: Senador Wilson Santiago

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do projeto

A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com parecer contrário ao projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, a Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos lá.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 449, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago, como a sua ementa bem explica, visa estabelecer redução de imposto de renda da pessoa física incidente sobre ganho de capital na alienação de imóveis que sejam dotados de equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar ou eólica. A benesse fiscal é promovida por meio de alteração da Lei nº 11.196, de novembro de 2005, também conhecida como Lei do Bem.

Mais especificamente, o objetivo do projeto é estimular o desenvolvimento e a aplicação, em residências, de tecnologias associadas às fontes alternativas de energia. O art. 40-A, acrescentado à referida Lei do Bem pelo art. 1º do PLS prevê redução do valor do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho de capital auferido na venda de residências dotadas de equipamento de aquecimento solar ou de energia eólica ou fotovoltaica.

Análise do projeto.

Vem em caráter terminativo e, sob a ótica constitucional, por se tratar de matéria tributária de competência da União, tem legitimidade da iniciativa parlamentar. Essa legitimidade encontra guarida nos arts. 24, 48, 61 e 153, todos da Constituição Federal.

No aspecto da juridicidade, igualmente, nenhum reparo temos a fazer.

No mérito, Sr. Presidente, concordamos com as conclusões do parecer aprovado na Comissão de Infraestrutura. O estímulo direto, por meio da redução do valor do imposto de renda sobre ganhos de capital na venda de residências dotadas de equipamento de aquecimento solar ou de energia eólica ou fotovoltaica, oferecido ao proprietário de imóvel para que faça os investimentos para tanto necessários, é insuficiente e ineficaz. Não obstante o benefício que a popularização dessas novas tecnologias traria para o País, temos a convicção de que o incentivo não seria relevante para a disseminação das novas fontes energéticas.

O incentivo, caso aprovado, alcançaria universo reduzido de contribuintes. Ainda assim, os poucos proprietários que já tenham investido em equipamentos e sistemas de aproveitamento de energia solar, eólica ou fotovoltaica só poderiam beneficiar-se no momento da venda do imóvel, o que nos leva a crer que o estímulo seria ineficaz no seu objetivo de disseminação dos novos sistemas.

Portanto, Sr. Presidente, com essa análise de que no mérito, é importante sim que a gente garanta incentivos fiscais para a geração de energia limpa no

País... Entretanto, da forma como está proposto aqui, nós consideramos que não teria muita eficácia. Portanto, por todas essas razões, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2011.

Lido o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Em votação.

Votação nominal.

Quem vota com a Relatora vota "não" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a Relatora, Sr. Presidente, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senadora Vanessa Grazziotin, voto conhecido, "não".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com a Relatora, ressaltando a importância do parecer dela. O mais aconselhável seria: desoneração tributária dos equipamentos e não como está no projeto. Voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – "Não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Não". Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Comissão rejeita o projeto com 16 votos NÃO.

Vamos ao item 5, que é terminativo também.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 159, DE 2010 – Terminativo –

Altera a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, para tornar obrigatório o seguro contra acidentes pessoais.

Autoria: Deputado Celso Russomanno

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer contrário ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr.Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em relação ao mérito deste projeto, concordamos com as restrições a ele apontadas pela CAS.

De fato, as empresas do setor elétrico já financiam o seguro contra acidentes do trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal. Isso se dá por intermédio da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho – SAT, regulada pelo art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Assim, para o financiamento da aposentadoria por invalidez e dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, as empresas produtoras de energia elétrica recolhem à Seguridade Social 3% sobre o total das remunerações pagas aos segurados. Ademais, às empresas também cabe garantir um ambiente de trabalho seguro, segundo exigências e fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego.

Assim, o que o PLS propõe é um seguro adicional a ser financiado por todas as empresas do setor elétrico. Com isso, impõe mais um ônus à já pesada folha de salários dessas empresas.

Num momento em que é fundamental para o País contar com uma infraestrutura eficiente e de baixo custo, passível de melhorar a competitividade externa das empresas brasileiras, tal sobrecarga sobre os salários dos empregados do setor elétrico não é bem-vinda.

Além disso, como muito bem argumentou o relator da matéria na CAS, ainda que seja verdadeira a premissa de que os empregados do setor elétrico desenvolvem atividade perigosa, não se pode olvidar que outros setores também apresentam altos riscos na execução de suas tarefas, como o da mineração, química, exploração de petróleo em plataformas em alto-mar, transporte urbano e rodoviário, combustíveis, construção civil, entre outros.

Na verdade, acidentes de trabalho podem ocorrer em qualquer ramo de atividade, independentemente de seu grau de risco específico.

Conclusão: o PLS fere o princípio da isonomia ao conceder seguro adicional contra acidentes pessoais somente à categoria dos empregados no setor elétrico, em detrimento de todas as outras que também exercem o seu labor aqui no nosso País.

Ressalte-se, ademais, que esse princípio é tão valioso que levou à recente aprovação do PLC nº 220, de 2009, convertido na Lei nº 12.740, de 08 de dezembro de 2012, e conseqüente revogação da própria Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, justamente a que é alterada no PLS aqui analisado.

Nesse contexto, cabe considerar que, em caso de instituição obrigatória de um seguro de vida adicional aos empregados do setor elétrico, a tendência seria a de que outras categorias de trabalhadores que hoje recebem o adicional de 30% sobre o salário também venham a ter direito ao mesmo seguro de vida adicional. Com isso, o impacto econômico e financeiro da proposição tende ainda a ser mais relevante, elevando consideravelmente os encargos trabalhistas das empresas que empregam esses trabalhadores. O resultado seria a diminuição da oferta de emprego nesses setores.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2010.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

A votação será nominal. Quem vota com o Relator vota "não" ao projeto.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vota "não".

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

O voto do Senador Lobão Filho é conhecido. É o Relator.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O voto é "não".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A Comissão rejeita o projeto, com 19 votos NÃO.

Passaremos ao item 7.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Exatamente esse, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Desculpem-me! Trata-se do item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2009 – Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para isentar do Imposto de Renda os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados nos termos do art. 37, XVI, "a" e "b", da Constituição Federal.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Observações: *1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CE.*

Com a palavra, o Relator, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei que relato é de autoria do Senador Crivella e visa a isentar do Imposto de Renda de Pessoa Física os rendimentos de professores pós-graduados, obtidos em escolas do ensino básico da rede pública, quando no exercício de cargos acumulados. A Constituição permite o acúmulo de dois cargos do professor.

Essa proposição também determina a possibilidade de dedução dos rendimentos provenientes da remuneração de professores que estejam nas mesmas condições, ou seja, sejam pós-graduados, no ensino básico da rede pública, quando os professores pós-graduados forem aposentados ou pensionistas e voltarem a dar aula. Então, a proposta é a de que os rendimentos obtidos no exercício dessa nova atribuição sejam isentos de Imposto de Renda.

Sr. Presidente, faço uma primeira ressalva, um primeiro reparo, do ponto de vista constitucional. Creio

que há uma inconstitucionalidade no projeto, uma vez que esse dispositivo contraria o art. 150, inciso II, da Constituição Federal. Esse dispositivo constitucional veda a instituição de *tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercidas* (*...*).

Mesmo que os propósitos sejam muito louváveis, a proposta, ao instituir tratamento mais benéfico para a categoria dos professores, em relação ao imposto de renda, mais especificamente para os servidores públicos e aposentados, fere o princípio da isonomia previsto no citado dispositivo constitucional.

No mérito, a proposição também merece ser questionada, *data venia* do entendimento da Comissão de Educação. Isso porque contraria uma das principais medidas hoje relacionadas à valorização da carreira docente, que é o estímulo à dedicação exclusiva, com contrato de 40 horas. A ideia por trás da dedicação exclusiva é o estreitamento dos laços do professor com a escola e seu respectivo projeto pedagógico – entende-se que os vínculos entre professores e a comunidade escolar podem adquirir maior qualidade se o professor volta suas atenções profissionais apenas para um estabelecimento de ensino.

Decerto, o sucesso da dedicação exclusiva depende de planos de carreira bem estruturados, com as correspondentes retribuições salariais. Todavia, o projeto em exame surge como mais um estímulo para que o professor divida seu ofício, suas atenções e sua dedicação entre diferentes escolas, o que dificultará, ainda mais, a construção de projetos pedagógicos consistentes que, efetivamente, estimulem o compromisso dos profissionais da educação. Por essas razões, voto pela rejeição do Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – A matéria está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto. Quem vota com o Relator vota "não".

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Com o Relator, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o Relator, Sr. Presidente, ressaltando, se me permite, que esses penduricalhos não se apresentam como razoáveis – o melhor seria majorarmos o salário do professor, diferentemente desses penduricalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem, Senador.

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, voto conhecido.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – "Não", com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Vital do Rêgo é também voto "não".

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Com o Relator, "não".

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Rejeitada a Comissão, com 18 votos NÃO.

Senhores, encerramos essa primeira parte da reunião, deixaremos os outros itens para a próxima reunião da CAE. Já pedi, para ganharmos tempo, que o nosso Secretário Executivo, Nelson Barbosa, o nosso Coordenador do Confaz, Cláudio José Trinchão, e os nossos Secretários já assumissem as suas posições. E só vou ler os requerimentos que serão votados, na outra semana, antes de começar essa audiência pública.

Só retificando, foram 19 votos NÃO nessa última votação.

Só vou ler esses últimos requerimentos que serão votados, na próxima reunião.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem, antes de V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Romero Jucá, com a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, na reunião anterior, tivemos um projeto de resolução a que foi dado vista. É um projeto de interesse de vários Estados, que diz respeito à questão da contratação de obras que foram excepcionalizadas para a Copa do Mundo e que, nesse projeto de resolução, será mantida a excepcionalização, mesmo não ficando pronta na Copa do Mundo, já que estão contratadas. Como é um assunto urgente, é um assunto que precisa ser equacionado de forma rápida, temos um quórum extremamente grande e a essa matéria já foi dado vista, foram contactados, inclusive, diversos Senadores e Senadoras, não sei se seria possível, ainda, votarmos, rapidamente, essa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador, o problema é o seguinte, queria votar, na próxima reunião, porque essa é uma matéria polêmica e há aqui o Senador José Agripino. Se existisse uma unidade, daria para colocá-la em votação agora. Eu prefiro, porque este é um tema – reforma do ICMS – muito... Nós estamos na presença de vários Secretários.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Nós votaremos, então, na próxima reunião, com garantia.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu coloco na pauta e começo por ela.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Está bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Só vou ler agora esses requerimentos, que serão votados na próxima semana.

REQUERIMENTO N° 13/2013

De iniciativa da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer realização de audiência pública para discutir o Projeto de Resolução do Senado nº 1 de 2013, de autoria do Executivo, e a Medida Provisória nº 599/2012, com os seguintes convidados: Governador do Estado do Amazonas, senhor Omar Aziz; Governador do Estado de São Paulo, senhor Geraldo Alckmin; Governador do Estado da Bahia, senhor Jaques Wagner; Governador do Estado do Rio Grande do Sul, senhor Tarso Genro; e Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor André Puccinelli.

Na próxima semana discutiremos, Senadora, mas já foi aprovado um requerimento nesse sentido.

REQUERIMENTO N° 14/2013

De iniciativa dos Senadores Humberto Costa e Lobão Filho, que requer a realização de audiência pública com o objetivo debater com a senhora Maria das Graças Foster, Presidenta da Petrobras, as perspectivas para o ano de 2013 no que se refere à produção, ao refino e à redução das importações de petróleo e derivados.
Autoria: Senador Humberto Costa.

REQUERIMENTO N° 15, DE 2013

De iniciativa do Senador Humberto Costa, que requer seja convidado o Diretor Presidente (CEO) da Vale S.A., senhor Murilo Ferreira, para, em audiência pública, debater o plano de investimentos da companhia.

A brasileira Vale S.A. é a segunda maior mineradora do mundo. Sua constituição acionária é composta por investidores públicos e privados, entre os quais o fundo de pensão Previ e o BNDESpar.

Reportagens recentes dos jornais Valor Econômico e Folha de São Paulo informam que a Vale S.A. decidiu reestruturar diversos projetos na área de fertilizantes (potássio), desfazer-se de 19 blocos de petróleo e reduzir sua participação em empresa fabricante de alumínio, além de vender sua participação em 31% na Log-In Logística Intermodal S/A.

Além de implicar a redução de investimentos em um momento em que o Brasil precisa investir, al-

gumas dessas decisões têm criado constrangimentos ao Governo brasileiro em suas relações com o governo argentino.

Dada a importância do tema, peço o apoio dos nobres pares para, em audiência pública, debater com o CEO da Vale S.A., Murilo Ferreira, o Plano de Investimentos da Companhia.

E, por último:

REQUERIMENTO N° 16, DE 2013

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados os senhores Francisco Lopreato, professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e Roberto Piscitelli, professor de Economia da Universidade de Brasília – UnB, para, em audiência pública, debater a dívida dos Estados e Municípios.

Quero dizer que, em relação a esse requerimento, Senador Armando Monteiro, a nossa ideia na audiência do dia 25 é discutir dívidas dos Estados. Eu apresentei aqui dois nomes. Nós vamos votar isso na próxima terça-feira. E esta Mesa está aberta a sugestões das Srªs e dos Srs. Senadores, para formarmos esse debate sobre a dívida pública, no próximo dia 25, naquela audiência das segundas-feiras.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, eu gostaria que constasse a minha subscrição no requerimento do Senador Humberto Costa, convocando a Presidenta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª será atendido.

Senhores, encerramos esta primeira parte da reunião. A Mesa cumprimenta a aniversariante do dia, nossa Senadora Lídice da Mata.

E vamos começar esta segunda parte da reunião, esta audiência pública, passando imediatamente a palavra para o Coordenador Nacional dos Secretários da Fazenda do Confaz, Sr. Cláudio José Trinchão Santos, pelo tempo de dez minutos.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – Bom dia a todos. Eu queria parabenizar o Senador Lindbergh pela iniciativa. Nós temos, realmente, que discutir o tema.

Senhores, a proposta que foi colocada pelo Governo Federal, que passa por uma proposta de resolução do Senado e pela Medida Provisória nº 599, nos traz uma discussão de grandes blocos. Nós temos realidades distintas entre as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e as Regiões Sul e Sudeste.

Todos nós aqui sabemos que, ao longo do tempo, a política de desenvolvimento regional praticada pelos Estados foi feita em cima de concessão de benefícios fiscais. É lógico que sabemos que ocorreram exageros nessa política de desenvolvimento. Mas é importante salientar que, na falta de uma política de desenvolvimento bem estruturada, que deveria ter sido iniciada 30 anos atrás, 40 anos atrás, esse era o único instrumento disponível para os Estados. E esse instrumento, ainda que distorcido, trouxe uma série de benefícios para os Estados dessas três regiões que eu citei, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Então, dizer que meramente a intitulada guerra fiscal foi totalmente danosa para o País, eu particularmente acho um discurso meio falacioso.

É lógico, nós precisamos reformar, rever o modelo do ICMS. É fundamental. Mas nós temos que fazer essa reestruturação do ICMS estruturada com uma política sólida, forte, embasada, de desenvolvimento regional.

A iniciativa do Governo Federal é louvável, tem sido a locomotiva nesse processo de transformação, mas não atende, digamos, os anseios da totalidade dos Estados. Particularmente, e ouvindo muitos dos secretários, houve uma frustração em relação ao valor destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional, especialmente no que diz respeito aos recursos oriundos do OGU –Orçamento Geral da União.

Política de desenvolvimento regional não se faz meramente com recursos, mas os recursos são importantes. Faz-se com infraestrutura, capacitação da mão de obra, linhas de crédito diferenciadas – e aí está contemplado na proposta –, talvez até uma política – que já vem sendo praticada, mas podemos avançar – do Governo Federal em relação aos tributos federais, IPI, PIS e Cofins, mas também se faz com recursos, para que esses Estados que correm o risco, a partir do momento de uma simetria quatro e quatro das alíquotas estaduais, possam ter ferramentas e instrumentos não só de manutenção como também de atração de novos investimentos.

Nós temos que analisar que vivemos em uma Federação e que as oportunidades devem, sim, ser disponibilizadas, oferecidas para todos os cidadãos que moram em qualquer Estado dessa Federação. Sabemos que os Estados que estão localizados nas regiões mais remotas ou economicamente mais pobres têm dificuldades. Primeiro, os custos operacionais são muito mais altos. O custo do frete, de levar um insumo da Região Sul, por exemplo, para o Norte ou Nordeste é enorme, e o custo de distribuição de um produto acabado, pior. E esses produtos industrializados, quando não consumidos na própria região, têm

uma agregação de valor muito alto, perdendo assim sua competitividade.

Então nós temos que discutir. Este é o momento, um momento importantíssimo para a Federação, e temos que achar um modelo em que haja uma desconcentração. Vem ocorrendo, sim, através da guerra fiscal, um modelo distorcido. Mas nós temos que ter a sabedoria de acharmos uma solução para a desconcentração. Não creio que meramente trazer para quatro e quatro, ou seja, em todas as operações interestaduais, 4%, seja o melhor modelo. E aqui eu falo como coordenador, mas também quero lembrar aos senhores que sou o Secretário de Estado do Maranhão.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sem exceção, entendem que deve haver, sim, uma assimetria das alíquotas. Isso, salvo engano, está fechado entre os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para que se possa ainda fazer algum tipo – logicamente controlado – de política tributária. Além disso, a partir do momento em que uma alíquota interestadual de 12%, que é a praticada hoje pelos Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, cai para 4%, enquanto nos Estados do Sul e do Sudeste de 7% vai para 4%, existe aí uma situação invertida. Os Estados mais pobres vão perder mais nas operações interestaduais. Quer dizer, isso está na contramão da lógica e tem que ser discutido de forma aprofundada.

Com relação ao tema, já antecipo que não há consenso dentro do Confaz. O Nelson aqui é testemunha – não é, Nelson? – de quantas tentativas nós fizemos ao longo dos últimos dois anos. Não há uniformidade também entre os governadores, certamente. E existe um impasse. Precisamos avançar, resolver a questão do ICMS, mas os Estados do Norte e do Nordeste, e têm lá suas razões bem embasadas, não querem a simetria absoluta das alíquotas.

Também relacionadas ao tema há matérias tramitando aqui no Congresso. Nós temos que pensar sobre a unanimidade do Confaz, que tem uma relação direta com tudo o que vamos falar aqui hoje. Existe uma dificuldade muito grande de implantar empreendimentos em determinadas regiões porque a unanimidade impõe uma situação de que o posicionamento de um Estado se sobrepõe aos demais 26. Torna-se difícil uma política de desenvolvimento regional em que a posição de um Estado se sobrepõe ao resto da Nação. Esse tema, ainda que não venha a ser totalmente discutido aqui, também é diretamente associado à discussão do ICMS, e deve, sim, ser repensado, para que possamos, logicamente, havendo dispositivos para que não deixe este ou aquele Estado exposto ou fragilizado em uma discussão, com algumas travas, alguns dispositivos de proteção, pensar no novo formato, inclusive do Confaz, no que diz respeito às votações dos benefícios fiscais através de convênios.

Em linhas gerais, é isso. Precisamos, pontuando, analisar a questão da alíquota interestadual – e a maioria dos Estados pensa na sua simetria –, que deve estar casada com fundos de desenvolvimento regional que permitam, sim, o desenvolvimento e a implantação de políticas de desenvolvimento em cada um desses Estados. É necessário, sim, pensar em infraestrutura como um todo, para que os Estados menos desenvolvidos possam ter competitividade. E precisamos, a reboque, pensar também e discutir, neste momento, não mais distante, mas paralelo à questão da alíquota interestadual. Então, o cenário, de modo geral, é esse.

Dentro do Confaz, esse tema vem sendo discutido já há alguns anos, com acirramento nos últimos meses. E simplesmente, vamos ser sinceros,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – ... não há consenso em nosso fórum de discussão dos Estados.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Cláudio José Trinchão Santos e passo a palavra para o Secretário de Estado de Fazenda do Amazonas, Sr. Afonso Lobo Moraes.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Inicialmente, o meu boa-tarde a todos. Saúdo o Sr. Presidente e os demais Senadores aqui presentes.

Na condição de representante da Região Norte, o Estado do Amazonas destaca que os Estados do Norte apoiam a reforma integralmente. É neste sentido a posição dos governadores: de que, realmente, a reforma é muito salutar para o País porque porá fim à guerra fiscal, trará estabilidade para os negócios e porá fim às atuais incertezas jurídicas dos incentivos fiscais do ICMS.

Entretanto, entendemos que no contexto da reforma, a exemplo do que já falou nosso coordenador Trinchão, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste deverão ter um tratamento diferenciado, a exemplo do que mantém hoje, a fim de possibilitar a atração de investimentos, para poder minimizar as desigualdades regionais que hoje nós temos no nosso País. Nesse sentido, é o que assegura a Constituição Federal, no seu art. 3º, que um dos princípios fundamentais da República será a correção das desigualdades regionais.

Como bem mencionou o nosso coordenador Trinchão, a posição do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste é no sentido de que seja mantida a assimetria hoje existente da alíquota de doze para sete e, no novo cenário, nós propomos que haja uma redução gradu-

al até chegar a sete, para as operações de remessa dos Estados pobres para os Estados mais desenvolvidos, por assim dizer, e alíquota de quatro dos mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, como bem mencionei.

Nas operações intrablocos, a proposta do Norte, a exemplo do Nordeste e Centro-Oeste, é que, no prazo de transição de três anos, cheguemos a quatro por cento.

Essa é a questão regional. Entretanto, há uma questão pontual do Estado do Amazonas, que, como os senhores sabem, tem uma situação muito singular, que é a questão do projeto Zona Franca de Manaus.

O Estado do Amazonas é o maior Estado da Federação, com um milhão e meio de quilômetros quadrados – maior do que o próprio Nordeste –, também possui a área mais preservada do País, sua vegetação é praticamente toda composta pela floresta tropical úmida, que compõe a Floresta Amazônica brasileira, que, por sua vez, é considerada patrimônio nacional.

Essa preservação que o Estado hoje detém foi obtida graças ao modelo Zona Franca de Manaus, que foi absolutamente fundamental, por ter sido um modelo que concentrou o seu desenvolvimento na cidade de Manaus e, portanto, possibilitou, a partir de uma indústria chamada limpa, o desenvolvimento do Estado, porque, ao tempo em que concentrou o desenvolvimento na cidade de Manaus, ele irradiou também recursos para atender às demandas sociais do próprio interior do Estado.

Essa renúncia econômica que o Estado do Amazonas fez em prol do Brasil somente foi possível, como mencionei, graças ao projeto Zona Franca de Manaus. Esse modelo está ancorado nas isenções do II e do IPI, no âmbito federal, e também conjugado com o incentivo do ICMS, que está amparado pela Lei Complementar 24, lei complementar esta que foi devidamente, digamos assim, aceita pelo STF como uma lei válida e atual.

Os incentivos existentes hoje no polo industrial de Manaus têm o seu processo produtivo devidamente definido por portaria do Ministério do Desenvolvimento, do MDIC e do MCT, destinam-se a possibilitar a produção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Então, só para recolocar: os incentivos são concedidos mediante processo produtivo e destinam-se a possibilitar a produção, no Brasil, de itens que jamais seriam fabricadas no nosso País se não fosse a existência desses.

É importante deixar claro que a Zona Franca não é um paraíso fiscal. Graças a ela, o Estado do Amazonas, sozinho, responde por mais de 60% da arrecadação da 2ª Região Fiscal, que é composta por todos os Estados da Região Norte, com exceção do Tocantins.

Os incentivos fiscais da Zona Franca estão perfeitamente alinhados com o que a Constituição Federal estabelece, que é de utilização dos incentivos fiscais como forma de correção das desigualdades regionais.

Já destacamos nosso apoio à reforma, mas é necessário entender que a efetivação dela sem levar em consideração as especificidades da Zona Franca trará danos que o próprio Confaz, o BID, o Ministério da Fazenda já identificaram que seria uma perda de mais de 80% na arrecadação das operações interestaduais.

O raciocínio de que o Fundo de Compensação de Perdas poderia, eventualmente, compensar o Estado por essa perda de arrecadação é incorreto, porque ele poderia até compensar a arrecadação, mas não compensaria os empregos e a atividade econômica.

Então, nesse sentido, entendemos que a iniciativa do Executivo de tratar a Zona Franca de forma diferenciada, mantendo suas vantagens comparativas, dando uma alíquota de 12% nas operações originárias dela, no nosso entendimento, foi bastante acertada.

Essa é a nossa posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Agradeço a Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas.

Antes de passar a palavra para o próximo, para o Secretário de Estado da Fazenda de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara, quero anunciar aqui a presença do Senador Mauro Benevides, ex-Presidente do Senado Federal, que nos prestigia. (*Palmas*.)

Senador Pastore também. (*Palmas.*)

Veio hoje aqui para uma missão nobre: acompanhar o filho na exposição do filho.

Quero dizer ao Senador Walter Pinheiro, que é Relator dessa medida provisória, que eu não o chamo à Mesa por motivos óbvios, mas V. Exª se sinta participando desta Mesa.

Passo a palavra agora ao Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco.

O SR. PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA – Bom dia, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, eu queria agradecer à Presidência da CAE pelo convite para estarmos hoje aqui para discutir a Medida Provisória nº 599, que trata de questões federativas importantes.

Nós, do Estado de Pernambuco, membros da Região Nordeste – estamos aqui hoje representando a Região Nordeste –, temos uma preocupação muito grande com esse tema, preocupação que vai além da questão exclusiva na discussão das alíquotas do ICMS, que é a questão federativa como um todo.

Viemos observando nos últimos anos, no País, que houve, realmente, uma diluição da autonomia dos Estados. O que os impostos representavam do PIB, em 1994, ou seja, há 20 anos, era 7,97% do PIB. Em 2010, esse valor já diminuiu para 7,65%. E, quanto às contribuições que não fazem parte do rateio federativo, elas passaram de 8,95% do PIB, em 1994, para 12,94% do PIB, em 2010, ou seja, um processo de aumento do nível de contribuições ante os impostos que são compartilhados com os Estados e os Municípios.

Isso enfraquece a Federação, isso enfraquece a autonomia dos Estados e isso é somado também a uma série de sistemas federais de incentivos que foram, ao longo do tempo também, tanto da década de 70, de 80, com muita força, perdendo força em 1990 e 2000, o que resultou, realmente, em um nível de guerra fiscal, que foi o instrumento que os Estados tiveram, principalmente os mais pobres ou em desenvolvimento, para conseguir algum tipo de atração de investimento, algum tipo de força que conseguisse fazer com que suas regiões, os seus Estados tivessem um mínimo de desenvolvimento.

No Nordeste, a desigualdade é muito grande. Em 1970, o PIB *per capita* do Nordeste representava 38,6% do PIB *per capita* do Brasil. Em 2010, ou seja, 30 anos depois, o PIB *per capita* do Nordeste é 48,56% do PIB *per capita* do Brasil. Ou seja, em 30 anos, subimos 10%. É muito? Pode até ser, mas se formos para a década de 60, o PIB *per capita* do Nordeste era de 46,8%, ou seja, em 40 anos retornamos ao que era em 1960. É um processo realmente de desigualdade que vem de muito tempo.

Estamos aqui hoje para falar da Medida Provisória nº 599 com uma posição muito clara, uma posição que já foi colocada pelo Coordenador do Confaz, o Secretário do Maranhão, Cláudio Trinchão, de apoio à redução das alíquotas interestaduais, um apoio inclusive de uma transição de dez anos, mas com a manutenção de certa assimetria, assimetria esta que os Estados do Nordeste, de o ano passado defendem, de 7,2%, mas que há uma ampla possibilidade de discussão e de aprofundamento para se chegar a outro patamar, mas desde que haja a assimetria. Isso para nós é um ponto fundamental e essencial no processo dessa discussão da Medida Provisória nº 599.

Quanto aos outros itens de que a medida provisória também trata, nós temos também algumas observações a fazer: primeiro, o Fundo de Compensação de Perdas de Arrecadação. Ele é, nesse processo, fundamental, já que se está mexendo com alíquotas de ICMS. Eu falo aqui pela Região Nordeste, mas como Secretário do Estado de Pernambuco, eu tenho muita tranqüilidade em dizer que a alíquota que vem se discutindo também de 7,4%, que é uma alíquota possível de se conversar, ela traz perdas para Pernambuco. A partir de 7,4%, Pernambuco já perde. Mas, mesmo assim, a gente entende que precisa se trabalhar em torno de um número nesse nível. O ideal seria 7,2%, mas o patamar de 7,4% seria possível. Mas os Estados que perdem teriam que ter. no âmbito da medida provisória, a garantia de recursos suficientes para a compensação de perdas. A medida provisória fala de R$8 bilhões; nós não sabemos. Nós temos ainda apenas cálculos preliminares quanto a isso. Então, é preciso que ela enfatize que há garantias e que as perdas serão devidamente compensadas, e não apenas no limite de R$8 bilhões.

Precisamos também garantir a correção dessas perdas, ou seja, que haja algum tipo de variação nominal, ano a ano, de correção desses valores em relação ao Fundo de Compensação.

Quanto ao Fundo de Desenvolvimento Regional, nós o temos como absolutamente necessário. A partir do momento em que se perde um atrativo que se tem hoje, com uma assimetria de 12,7% – um atrativo bem maior do que uma assimetria de 7,2% –, nós teríamos que ter instrumentos que falassem realmente de compensações, que falassem de desenvolvimento regional.

A União coloca também na sua medida provisória R$16 bilhões/amo em 20 anos para o Fundo de Desenvolvimento Regional, sendo que esses 75% seriam através de empréstimos e financiamentos, e os 25% através do Orçamento Geral da União. Nós achamos que esse percentual de 75% e 25% precisa ser, de alguma maneira, trabalhado e alterado. Entendemos que, inicialmente, os 75% e 25% poderiam ser um número a ser conversado, ou seja, 75% de OGU e 25% para empréstimos e financiamentos. Isso daria condições, num período ao longo dos anos, que os Estados, principalmente os mais pobres, tenham recursos efetivamente que possam criar uma infraestrutura para que haja uma possibilidade de atração de empresas dentro desses patamares. Ao longo de 20 anos se poderia rever isso, mas no início do processo do Fundo de Desenvolvimento Regional precisa ele ter um aporte maior e bem mais volumoso por parte do Orçamento Geral da União. E isso principalmente para os Estados que têm um nível de desenvolvimento mais baixo, e falo aí pelo Nordeste, em que grande parte dos Estados está nesse processo.

Então, Sr. Presidente, só para concluir, a gente entende o debate como válido, nós entendemos que a medida provisória avançou muito em discussões que já haviam sido feitas no âmbito do Confaz, chegamos a níveis de entendimento que, ao longo dos dois anos que eu participo das reuniões eu achava que não che-

garíamos, mas precisamos efetivamente ter um prazo de transição maior, um prazo de transição que garanta uma transição que seja gradual e que os Estados tenham condições de ir absorvendo aos poucos as suas perdas, que haja a devida compensação, que o Fundo de Desenvolvimento Regional tenha inicialmente um aporte maior da União. Só assim, a gente teria a garantia de que os investimentos vão chegar a todas as regiões do Estado, que haverá a possibilidade de os Estados terem atrativos para esses investimentos.

Isso vai garantir a geração de renda, de emprego, e que esse número, tão aquém ainda do necessário, de o Nordeste representar 48,56% do PIN *per capita* do Brasil, seja mudado e mudado num período bem mais curto do que vimos acompanhando atualmente. Ou seja, os nossos estudos mostram que, se o PIB do Nordeste crescer 1% por ano além do PIB nacional, nós teríamos 40 anos para chegar a um nível de igualdade; ou seja, 40 anos é muito tempo. A gente precisa encurtar esse tempo e encurtar, fazendo com que as regiões mais pobres tenham incentivos e tenham condições de se desenvolver de maneira que a Federação tenha um equilíbrio como um todo.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Paulo Henrique Saraiva Câmara, Secretário de Fazenda do Estado de Pernambuco.

Chamo o próximo, Secretário de Estado de Fazenda de Minas Gerais, Sr. Leonardo Maurício Colombini Lima.

Cito que está aqui no plenário desta reunião também o Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi; e o Secretário de Fazenda de Goiás também, Simão Cirineu.

O SR. LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA – Bom dia. Bom dia, Senador Lindbergh, em nome...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Um segundo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De Santa Catarina, Antonio Gavazzoni.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Registrado.

O senhor está com a palavra.

O SR. LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA – Bom dia, Senador.

Gostaria de, inicialmente, agradecer o convite de estar aqui presente e a oportunidade de debater este assunto que é importante realmente para a Federação.

Vou tentar detalhar. Logicamente, parece-me que vou ser uma voz dissonante aqui, porque o problema que nós defendemos, com certeza, é que tenhamos alíquotas simétricas. Nós achamos que a alíquota tem de chegar a um ponto de ser interestadual, igual para todos.

Por que isso?

São duas questões simples. Um Estado não pode conceder incentivo com prejuízo de outro Estado. Isso é quebra de federalismo. Eu acho que desenvolvimento econômico – e não somos contra isso e achamos que tem de existir – não pode ser feito em detrimento de receitas de outro Estado. Por isso, defendemos a alíquota simétrica; ou seja, ela deve chegar, num momento a 4%. Na proposta em discussão, inclusive, temos sugerido que ela seja feita em oito anos e não em 12, como está na proposta. A nossa proposta é de que ela, em 2021, já seja igual.

Essa é a primeira questão. Na verdade, à medida que se faz incentivo, quem está pagando a conta é o outro Estado. Então, achamos que não é justo.

A outra questão é a seguinte: à medida que há alíquotas diferenciadas, os Estados que ficam próximos uns dos outros vão servir sonegação fiscal. As notas fiscais das empresas, das indústrias vão começar a transitar de um Estado de alíquota menor para um de alíquota maior e vice-versa. Com isso, vai ser uma viagem para sonegação fiscal, que não é bom para todo o mundo. O que nós defendemos é uma alíquota idêntica dentro de um prazo de oito anos.

A outra questão que nós colocamos é o problema aqui do Amazonas. Com a questão de se manter a alíquota do Amazonas de 12% em detrimento dos outros Estados nós também não concordamos. Nós achamos que o Amazonas tem benefícios federais, e esses são importantes para o Amazonas. Que ela possa ter uma alíquota diferenciada, nós até concordamos, mas não 12%. Na verdade, não achamos que deveria. O Amazonas também deveria ter a mesma forma da alíquota nivelada com todos os outros Estados.

E, além disso, existe um equívoco na redação. Se você quer dar algum diferencial para o Amazonas, que sejam os produtos produzidos na Amazônia. Do jeito que ficou aqui, o Amazonas pode buscar produtos de outro Estado e vai mandar com 12%, não um produto que foi produzido. Então, nós precisamos ajustar a redação, Senador. A redação deixou muito em aberto. Teria que ser só para produtos fabricados. É o que a gente chama de PPB, produtos produzidos na Zona Franca.

A outra questão que eu colocaria dentro desse contexto é a questão também do Fundo de Desenvolvimento Regional. Eu acho que esse é realmente o instrumento, por isso que concordamos que seja criado um fundo desse, e é dessa forma que você vai trazer o desenvolvimento para as outras regiões.

Então, concordamos que se crie realmente um fundo de desenvolvimento regional, para que você elimine o problema da guerra fiscal em cima da alíquota interestadual de ICMS. Ela traz prejuízos para todo mundo, ela traz sonegação e traz despesas para um Estado em detrimento do outro.

Outra coisa: nós concordamos também que, no fundo de desenvolvimento, boa parte dele – aqui fala em 75%, em 25% – deveria ser orçamentário, sim. Porque, se você for trabalhar só com financiamento para as empresas, você vai ter mais dificuldades. Não sei se o número 75 e 25 é o número ideal, mas achamos que, pelo menos, deveria ser 50 e 50: 50% como orçamento; e 50% como financiamento.

Em linhas gerais, era isso, Senador, porque, na verdade, o assunto é muito complexo, a gente não consegue realmente esse acordo.

Eu só queria registrar mais outra questão: à medida que você vai fazer a redução das alíquotas de forma escalonada, nós também fizemos propostas, estamos propondo emendas de que também as alíquotas interblocos – principalmente no nosso caso, Sul e Sudeste – sejam escalonadas.

Isso traz um complicador muito forte se você já joga para 4% interbloco de imediato. Nós já achamos também que deveria ser escalonado no mesmo prazo que vão ser escalonadas as alíquotas interestaduais entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre Sul, Sudeste, e Norte, Nordeste. Essa também é uma questão que nós levantamos.

Em geral, é isso, Senador. Não vou gastar mais tempo, até porque outros vão falar, mas eu gostaria de registrar a nossa posição e a nossa preocupação: alíquota diferenciada é algo complicado para todos os Estados. É um Estado financiando o outro. E acho que isso não deve ser dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradecer ao Sr. Leonardo Mauricio Colombini Lima e agradecer a todos os Secretários de Fazenda pelo tempo. Acho que estão todos terminando antes do prazo de dez minutos. É muito mais fácil aqui controlar o tempo dos Secretários de Fazenda, Senador Eduardo Braga. São econômicos nas palavras, exatamente. (*Risos.*)

Chamo o próximo, o Sr. Carlos Mauro Benevides Filho, Secretário de Estado de Fazenda do Estado do Ceará.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Bom dia a todos.

Exmº Sr. Senador Lindbergh Farias, que preside com aprumo e acerto inexcedíveis esta comissão. Quero, em seu nome, saudar a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes. Mas me permitam também saudar um parlamentar já de muitos anos, que tem contribuído de maneira muito forte para o meu País e para o meu Estado do Ceará, e tenho o privilégio de tê-lo como pai, que foi Presidente desta Casa, Senador e, hoje, é Deputado Federal, Mauro Benevides, que acompanha aqui esta reunião.

Mas a minha vinda aqui hoje, Sr. Presidente, meu caro Ministro Nelson Barbosa, meus colegas e companheiros Secretários de Fazenda, não só os que estão nesta Mesa, mas os demais colegas que também abrilhantam este evento, eu vou aproveitar a oportunidade para tentar didaticamente explicar ao povo brasileiro o que é guerra fiscal, porque isso é um termo que não está entendido no Brasil.

Existe um processo de concentração industrial no Sul e Sudeste do País. Como havia ausência de uma política que contribuísse para essa desconcentração, os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, diferentemente de tributos federais, foram buscar no ICMS o argumento que faltava para poder retirar do Sul e Sudeste toda uma agregação tecnológica, todo um fato gerador de empregos que a indústria brasileira e o seu consequente desenvolvimento do comércio daí para frente precisavam chegar às demais regiões do País.

Então, guerra fiscal significa que os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste buscaram nas alíquotas interestaduais de ICMS, e naquela parte que fica para cada Estado, uma compensação – e eu já vou explicar que compensação é essa e por que isso foi eficiente e não ineficiente, Sr. Presidente, como muitas pessoas tentam colocar na análise econômica brasileira.

Para quem não sabe, uma mercadoria que vem do Sul e do Sudeste para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e para o Espírito Santo, vem com uma alíquota interestadual de 7%. Quando ela sai do Norte e Nordeste, fazendo o percurso inverso, ela vai com 12%, e fazia isso exatamente para dar um poder de competição a essas regiões pouco mais favoráveis, condições mais favoráveis do que aquelas que vinham de lá para cá.

Então, guerra fiscal significa o seguinte: como essa desconcentração não alcançava, o que os Estados passaram a fazer? Se a indústria que está lá fora vem para o meu Estado... Portanto, o ICMS era zero, o Estado não contava com valor absoluto dessa indústria. Então, quando a Grandene foi para o Estado do Ceará, ao chegar ao Estado do Ceará, pagou 25%, portanto, ela agregou receita, ela não diminuiu receita – é outra falácia que existe. Ela pode tirar receita de onde estava, portanto, no fator global, pode até ter um efeito não agregador no total, mas efeito de desconcentração é inequívoco, porque você agrega 25% de ICMS e você

difere 75%, a empresa pagando o retorno desse valor, incentivada a partir daí.

Como é isso? A empresa que está incentivada, se ela paga 4% ou 3% para dentro do Estado, ela remete na alíquota interestadual com 12%, portanto, ela se apropria de 9% ou de 8%, que são exatamente nada mais que a vantagem que é necessária, porque a indústria que está no Sul e vai para o Nordeste, primeiro, tem de ter o efeito logístico de trazer os insumos do Sul e Sudeste para a sua planta de produção. Feito o processo produtivo, ela tem de reenviar para o grande mercado consumidor, que também são o Sul e o Sudeste.

Portanto, essa logística, esse custo de transporte, você faz a conta. O empresário não deixa de fazer a conta. Ele não vai para o meu Estado em função do extraordinário governador que eu tenho, que é o Governador Cid Gomes, e já foi o Governador Tasso Jereissati, já foi o Governador Ciro Gomes, enfim. Vai porque fez uma conta de que pode ter uma vantagem comparativa se se instalar em uma região diferente.

A partir do momento, essa indústria que, hoje, paga 4%, manda com 12% e se apropria de 8%, de graça, em que houver igualdade de alíquotas em todo o País, acabou o estímulo que essa indústria tinha para poder estar fora do grande eixo consumidor brasileiro. Portanto, isso é um desastre para as três regiões. Portanto, é fundamental que uma simetria dessas alíquotas seja perpetuada.

Não existe nada de guerra. Isso, na realidade, foi cunhado por alguns setores da própria imprensa que, defendendo a concentração industrial, não compreendem a exata dimensão da expansão da arrecadação que gerou um dos Estados que fizeram isso, e o meu Estado é um deles.

Nesses últimos seis anos, por exemplo, nós saímos de uma média de investimento/ano de R$680 milhões para R$3 bilhões, com novas empresas, novas indústrias que foram agregadas.

Eu quero me permitir, aqui, discordar do meu brilhante Secretário de Minas Gerais, Leonardo: com esse ônus, quem arca é o Estado, que está liberando os 8% ou 9%.

Eu poderia estar recebendo esse valor e estou abrindo mão para gerar a tal da vantagem comparativa para que essa indústria se instalasse, efetivamente, no seu Estado.

Portanto, estranho raciocínio diferente e, aí, eu escuto: "Não, Prof. Mauro Filho, o senhor não está entendendo corretamente, não. Quando o senhor discutiu lá com seus alunos, na sala de aula, o senhor se esqueceu de falar que tem um fundo de desenvolvimento regional, que vai compensar os novos investimentos."

Ora, vejam só, raciocinem comigo: como é que uma empresa, hoje, instalada no meu Estado ou em algum Estado do Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, que, hoje, paga zero para ter o benefício – paga zero, manda com 12%, só paga 4% e se apropria, de graça, de 8% – vai, agora, pegar empréstimo por mais beneficiada que seja? Isso é conversa que não subsiste em qualquer análise mais aprofundada, isenta de paixão política, mas se deve restringir à análise absoluta técnica de comparação que devemos fazer entre as regiões brasileiras. Portanto, não pode sair de uma situação de isenção e, de uma hora para outra, tomar empréstimo. Não, mas é muito subsidiado. São 7% ao ano. Isso faz o desconto. A taxa de desconto vai dar tanto. Isso não resiste. E não precisa ser brilhante economista para compreender que essa vantagem precisa. E esta Casa vai, com certeza, manter essa diferenciação, até porque os Estados brasileiros...

Eu sei que o Ministro Nelson Barbosa, obviamente, nos dá toda a segurança, mas recursos orçamentários nunca foram segurança para qualquer pessoa. Hoje, você tem um Governo seguro, um Governo que cumpre compromissos. A partir de amanhã, ninguém sabe, até porque essa decisão é soberana da população brasileira. Recursos de fundos só são seguros quando são vinculatórios, quando independem da vontade do gestor do momento. Então, se quer fazer um fundo, então, defina: são 5% da arrecadação tal. Aí, sim, você gera, pelo menos, uma instituição segura para, daqui a 18, 20 anos, ter um determinado recurso alocado para fazer o fundo de desenvolvimento regional. Essa história de que está na lei, de que estão colocados lá 12 bilhões para fazer, daqui a cinco anos, vem outra lei para desfazer o valor que estava lá. Também não precisa ser muito brilhante para compreender isso, porque isso acontece no Brasil.

A Lei Kandir é um dos exemplos. Apesar de a União dizer que foi por período determinado – eu compreendo isso –, o fato é que hoje os Estados têm que pagar pela desoneração dos produtos que são exportados, portanto, do valor embutido de ICMS. Somente alguns Estados compensam esse valor, já que os Estados hoje desoneram aproximadamente R$28 bilhões/ano e recebem da União aproximadamente R$3 bilhões e 600 – portanto um valor muito menor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Eu já vou concluir, Sr. Presidente.

Para terminar, isso tem gerado insegurança jurídica muito forte. Esse assunto de diferença de alíquota precisa ser resolvido com a máxima urgência por

esta Casa. Afinal de contas, é competência exclusiva do Senado definir a alíquota interestadual.

Eu queria, portanto, para terminar, só lembrar e ponderar, porque, ontem, escutei muito alguns Senadores falarem sobre isso: nós precisamos urgentemente entrar com a desoneração de bens de capital. Está na hora de o setor privado se sentir estimulado para buscar novos equipamentos, investir no seu processo de produção, estimular a economia, que nós precisamos neste momento. E é um assunto que tem passado ao largo de todo esse processo. Espero contagiar também os Srs. Senadores em relação a essa questão.

Portanto, temos que manter essa diferenciação. É necessário, é indispensável e há uma razão técnica por que isso deve prevalecer.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Carlos Mauro Benevides Filho.

Só queria dizer aos expositores que não é o Presidente que aperta a campainha. Está programado ali: faltando um minuto, ela dispara automaticamente.

Vamos, agora, ao Secretário de Estado de Fazenda do Mato Grosso do Sul, Jáder Julianelli Afonso.

O SR. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Bom dia. Obrigado, Presidente Lindbergh, pela oportunidade. Ministro Nelson Barbosa e demais colegas.

Bom, a discussão, como foi bem colocado pelos colegas Trinchão, Paulo e Mauro, é muito maior do que nós podemos fazer, pensar em curto prazo. Eu gostaria até de salientar aos Srs. Senadores que envolve interesses, digamos, federativos muito relevantes, digamos até em termos de cláusulas pétreas, a sobrevivência da Federação.

Não se pode negar, como bem foi colocado hoje e até ontem, à exceção do ex-Governador Germano Rigotto, que a política de desenvolvimento regional praticada no Brasil ao longo de todos esses anos foi em cima da guerra fiscal.

A guerra fiscal é um termo pejorativo, porque tem essa noção de que há um prejuízo aos Estados que arcam com o crédito. Mas, como bem disse o colega Mauro, na verdade, quem deixa de receber aquele tributo é o Estado que está concedendo, em prol de ter uma vantagem comparativa e competitiva, de forma a instalar indústrias e empreendimentos em seu território.

Ontem mesmo nós recebemos um *e-mail* de um grupo de empresas, liderados, empresas grandes – até a Odebrecht está na assinatura –, que colocam que, dependendo do que for decidido, não há vantagem em ficarem nossos Estados, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, porque só o custo de logística varia entre 3% e 6%. Então, quando falamos numa equalização, numa unificação de alíquotas em 4%, nem esse custo mínimo de deslocamento, ou custo Brasil, de 6% nós conseguimos suprir.

Nós temos aqui dados que mostram que com essa política de incentivos, por mais que se queira dar a ela um aspecto de dano, como disse já o Ministro Nelson Barbosa, em termos de Federação, digamos, em termos de Nação, não há ganhos, mas, em termos de regionalização, há ganhos muito relevantes.

O Valor Adicionado Bruto da indústria de transformação, que é o que mede uma variável do PIB em termos de industrialização, no Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul, ele saiu de 1,044 bilhão para 4,376 bilhões de 2002 a 2010. O Mato Grosso saiu de 1,795 bilhão para 6,186 bilhões. Goiás saiu de 3,928 para 11,801.

Isso demonstra o quê? Que esses Estados ganharam em industrialização, eles se desenvolveram industrialmente. Então, isso se deve a quê? A essa diferença da alíquota, que foi muito bem pensada pelo constituinte em 1988 e, consequentemente, é o que estava na cabeça dos legisladores em 1989, quando da feitura da resolução do Senado em que houve essa diferença da alíquota. Porque a ideia é que, como eu já disse outra vez, a parte do tributo maior fique com o Estado menos desenvolvido e a menor com o Estado mais desenvolvido. Ou seja, essa ideia já foi de diminuir essa desigualdade regional.

Logicamente, os Estados menos desenvolvidos, sabiamente, viram que aquilo também poderia, em vias de benefício fiscal, ser outra vantagem competitiva, para que se atraíssem essas indústrias.

Mesmo com esses dados que passei para os senhores, se pegarmos São Paulo, que se diz o maior prejudicado, ele saiu de 93 bilhões, em 2002, para 219 bilhões, em 2010, de nível de industrialização. Ou seja, São Paulo não deixou de se industrializar porque essas outras indústrias foram para esses outros Estados. Então, esse é um dado importante para analisarmos quando se diz que a guerra está fazendo com que outros Estados envolvidos sejam prejudicados, de forma a virem a ter uma dificuldade financeira.

Também temos que analisar o seguinte. No caso, por exemplo, do Centro-Oeste e de outros Estados, nós somos muito penalizados pela Kandir, pelo FPE e por transferências constitucionais. Só o Mato Grosso do Sul é o antepenúltimo em transferências constitucionais e o penúltimo em FPE. Então, nós dependemos muito de ICMS. Por mais que esse ICMS seja desonerado, em parte, para atração das indústrias – não para a atividade comercial e demais, e sim para a atração de indústrias novas –, essa indústria está pagando alguma coisa. Por mais que você dê um benefício de um terço, dois terços, ela está pagando um terço. E se ela não viesse àquele Estado, nem esse um ter-

ço teria, porque esse Estado não teria essa receita. Então, tem que ser analisado isso. Além do benefício indireto que ela cria, em termos de emprego, renda e desenvolvimento industrial, econômico e, consequentemente, social, ela também está pagando ICMS. Ela não é desonerada totalmente.

Agora, como foi bem colocado, se existem desvios hoje na guerra fiscal, na concessão dos benefícios, nós temos de ajustar, mas isso não quer dizer que se tenha de unificar totalmente num prazo, como o Sul e o Sudeste defendem, curto, de forma a prejudicar esses Estados.

Só para colocar para os senhores, nos novos dados enviados ontem pelo Confaz, em cuja apuração há a participação do Ministério da Fazenda, hoje o Centro-Oeste teria... Com a alíquota unificada em 4%, Goiás perderia 2,5 bilhões, ou seja, 25% da sua receita de ICMS; Mato Grosso, 891 milhões, 15% da sua receita; e Mato Grosso do Sul, 1,8 bilhão, 33% da sua receita.

A proposta que os Estados do Sul, Norte, Nordeste e Centro-Oeste estão fazendo de 7% e 4% não é, Coordenador Trinchão, mesmo sendo já um avanço, acarreta perdas aos Estados. Nessa perda que passei, ela diminui em 40% apenas na 7% e 4%, ou seja, há perdas, só que em prol da discussão, em prol da Federação e da discussão nacional hoje. Na proposta do Governo Federal houve significativas melhoras, mas ainda precisa analisar esse ponto dos Estados Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mesmo assim nós, os Secretários, e os Governadores colocamos a posição de 7% e 4%. Só nisso vamos perder uma vantagem de cinco pontos percentuais de diferença hoje do 12% e 7%. Além disso, como disse, se as empresas têm um cálculo de 6%, os 7% estão muito próximos desses 6%. Então, qual o tipo de guerra fiscal que ainda pode ser praticado dessa forma, em 7% e 4%? É muito pequena.

Então, seria mais, realmente, para atrair alguma empresa que tenha um custo, alguma coisa, logística menor, uma que desloque menos – por exemplo, uma lá do Mato Grosso, que vai escoar a soja a dois mil quilômetros. Então, teria de ser alguma coisa... Ter-se-ia ainda um ganho pequeno, mas é uma forma de colaborar com a proposta da União.

Bem, outras preocupações estão na MP, que são referentes à compensação. Qual hoje... Como seria a compensação da forma como está escrita? A gente já passou para o Ministro Nelson Barbosa, que foi muito sensível, e à equipe dele. Estão analisando as divergências de interpretação, para melhorar a redação da MP em pontos que deram um duplo entendimento, mas também para avaliar como será feita essa... O valor efetivo. Hoje, os cálculos de perda são esses que passei. Para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste nós podemos depois disponibilizar.

Como será feita essa compensação? Então, lá fala em valor efetivo. Como se glosará? Pegar-se-ão todos os benefícios e se retirarão das notas eletrônicas – o que não corresponde a uma realidade? Por quê? Porque cada empresa pactuou com o Estado um tipo de benefício. Então, não é simplesmente pegar todas as notas eletrônicas e retirar o que está lá disposto na lei, dois terços, um terço. Cada empresa tem produtos que são incentivados e outros que não o são, operações que o são e outras que não o são. Então, na verdade, depende da apuração dessas empresas.

Outro ponto que nos preocupa é o FDR. Hoje, o Mato Grosso teria 431 milhões em 2017 de FDR; o Mato Grosso do Sul, 457 milhões; e Goiás, 560. É um valor muito pequeno para que se mantenham os atuais empreendimentos e se atraiam novos.

Ainda mais, com essa relação de 75 e 25, que estamos solicitando que sejam invertidos ou pelo menos de 50 e 50, porque senão se torna mais vantajoso a essa indústria pegar um recurso no próprio capital nacional ou exterior e continuar nas regiões desenvolvidas, Sul e Sudeste.

Então, o FDR tem de ser bem pensado. Nós temos uma proposta, que deveremos apresentar depois para os Senadores, tendo a sensibilidade do Ministério da Fazenda de que a Região Centro-Oeste tem de ser pensada também no FDR. Por quê? Porque ela tem um PIB alto em decorrência dos produtos semielaborados e primários que são exportados, que não acabam refletindo em arrecadação, em benefícios diretos. Eles são desonerados, a Kandir não ressarce. Ao mesmo tempo, ela tem uma população baixa. Isso desvia o índice. Então, nós temos proposta para que isso seja revisto.

Então, com esses pontos, nós temos colocar outros pontos. Por exemplo, a própria unanimidade, como já foi citado. Têm de ser aprovados os benefícios atuais irrestritamente, para que tenham vigência as regras novas. Tem de ser aprovada a PEC n 197, do comércio eletrônico, senão, com essa alíquota em 4%, vai-se facilitar a simulação e a criação de empresas só para venda desse tipo, acarretando-se sonegação e perda dos Estados. Então, tem de estar vinculada uma coisa à outra.

A outra coisa que colocamos é que as penalizações para quem não cumprir a regra daqui para frente devem ser efetivas. Hoje como está? Bloqueia o fundo de compensação e o fundo de desenvolvimento. Só que um Estado como São Paulo não tem perda e o fundo de desenvolvimento é 0,01% da receita. Portanto, qual seria a penalização? Uma regra em que todos devem ser iguais.

Essas são as preocupações dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para que os Srs. Senadores tenham a sensibilidade e o bom senso de analisar. Hoje, é a forma que temos de manter esses Estados em desenvolvimento, como mostrei em números, para que não voltemos a um *status quo* de 30 anos atrás.

Como eu disse ontem na audiência, o Sul e o Sudeste colocaram a escada que subiram e querem tirar para que os outros não subam. Acho que esse não deve ser o pensamento de uma Federação que quer uma uniformização entre as suas regiões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Sr. Jáder, Secretário de Fazenda do Mato Grosso do Sul.

E vamos ao último Secretário Estadual de Fazenda do Estado do Paraná, Sr. Luiz Carlos Hauly. Logo depois, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Sr. Ministro, Nelson Barbosa, Srªs e Srs. Senadores, colegas Secretários, assessores das Secretarias, assessores do Senado da República, o que nós, Senadores, Deputados, Secretários e brasileiros queremos? Que o Brasil cresça, prospere e se desenvolva. Mas, infelizmente, o modelo econômico e tributário brasileiro só faz o voo da galinha: sobe e desce. E na matriz dos problemas um dos itens mais importantes, não é o único, são as iniquidades do sistema tributário brasileiro: o mais perverso e o pior sistema tributário do mundo.

O Brasil é um país complexo. É complexo o sistema tributário federal, mas é muito mais complexo o sistema tributário dos Estados com ICMS. Não há no Brasil e no mundo um imposto mais complicado, mais difícil e mais iníquo do que o ICMS. Ele é cheio de brechas, é cheio de facilidades para alguns e durezas para outros. E ele faz parte dos impostos da base de consumo. Lembrando que há três bases de tributo: propriedade, renda e consumo.

O Brasil é o país que mais tributa o consumo no mundo. Por isso que tanto o Governo Federal no PIS, Cofins, no IPI, tanto o ICMS e o ISS, enfim, a dificuldade é muito grande e a insatisfação da população é maior. Agora, com a obrigatoriedade de por tudo na nota fiscal, estou morrendo de rir. Quero ver como vai ser essa nota fiscal. Vai ter que ter um anexo só para colocar todos os tributos incidentes sobre as mercadorias, bens e serviços.

Temos que pensar o Brasil. O Pacto Federativo é cantado em prosa e versa, mas na prática não existe. Não há nenhum gesto de mudança completa no Pacto Federativo e no sistema tributário. As tentativas são muitas e louváveis em todos os governos. Os governos anteriores tentaram e não conseguiram. E atualmente a reforma é fatiada. E de fatiado em fatiado essa situação vai perpetuar por mais 20 anos, porque essa transição não resolve o problema do País. Os Estados continuarão pobres, mendigando dinheiro para a União; continuarão oferecendo um péssimo serviço público, continuarão não investindo em estradas, portos, aeroportos, escolas e hospitais.

Proponho aos senhores... Estou ouvindo todos um pouco e vejo que a ansiedade não é só minha, mas de todas as senhoras e senhores que estão aqui.

A carga tributária do ICMS é a mesma desde 1968: 7,2%. Não mudou nos últimos 40 anos. Quem aumentou a carga tributária brasileira foi a União Federal. Não foram os Estados. Nós ficamos na mesma e agora é o roto brigando com o esfarrapado, os Estados brigando pela mesma proporção do PIB nesses 40 anos: 7,2%. Enquanto a União Federal saltou sua arrecadação para mais de 30% do PIB. É que a União Federal contempla uma renúncia fiscal que chega hoje a 170 bilhões. Metade do que os Estados arrecadam de ICMS está na renúncia federal, sendo que o Imposto de Renda, 74 bilhões, e o IPI, 25 bilhões. Só no ano 2013, de acordo com o que está no *site* da Receita Federal, no quadro obrigatório da lei orçamentária das renúncias fiscais. Nós concentramos a tributação no seletivo: energia, combustível, comunicação. E nos demos mal, porque a União manipulou o preço do combustível nos últimos dez anos e passamos a arrecadar muito menos. E havíamos trocado alíquotas de consumo de família diminuindo para 12%, no Paraná, para aumentar o petróleo e as telecomunicações. E nos demos mal, porque não interfere o aumento da Petrobras. Agora, interfere no sistema elétrico. Então, estamos com uma opção de pobreza tributária permanente, indigência. Aqui, o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste reagem contra o Sul e o Sudeste. Todos estamos encalacrados e muito mal.

À frente, por favor. O esvaziamento do ICMS com Confins, com o PIS é uma vergonha, invadiram o ICMS, ganharam uma base tributária, ampla. Foi invadida. A competição entre os Estados, uma coisa que qualquer país minimamente civilizado não faria isso. Pega o Canadá, no sistema tributário canadense de IVA, a província e a União se dividem na mesma alíquota, seis e pouco a União e seis e pouco o Estado. E quem cobra é a União, com a exceção de Quebéc, que é uma província independente, ela quem cobra e passa o dinheiro para a União.

Poderíamos construir na base de consumo algo mais inteligente, mais racional, em que a exportação e a importação tivessem uma só aduana, que não tivesse eu, o Paraná, com o crédito de ICM de expor-

tação, onde estou perdendo 20% de minha receita e o outro Estado ganha. Na guerra fiscal, como diz o Calabi, quando você dá o incentivo, quem paga é o outro Estado. Falo assim, quando o empresário chega a minha sala, passou pelo governador: aqui você vai ter tudo, enquanto a esculhambação no Brasil continuar, o Paraná vai dar tudo para o empresário ficar no Paraná. Eu faço isso, Santa Catarina faz, o Ceará faz, o Maranhão faz, e nós todos perdemos recursos e os empresários ficam dançando de Estado para Estado, aloca, desloca, realoca. E vocês sabem disso. Você, que é de Pernambuco, lá se falava isso há 25 anos, dos efeitos perversos da alocação e realocação de indústria. Eles vão aonde tem vantagem. Para qualquer paraíso fiscal no mundo, eles vão. Aqui, o ICMS arrecadou 330 bilhões no ano passado, mas ele tem carga para 400, 420. Demos dinheiro para algumas empresas e para as outras nada. Nada! Privilegiamos algumas em detrimento de outras. Quem vive e quem morre no Brasil é determinado pelo Estado e pela União. E todas as disfunções que temos.

Por favor, em frente. Só o caso do Paraná. O casuísmo da Constituição de 1988 no petróleo e na energia. O Paraná não tem petróleo, mas perdemos 6,5 da arrecadação, por não cobrar ICM da energia. Somos o maior produtor do País. As nossas terras mais férteis do mundo foram inundadas, não é Maggi, você que saiu daquela região.

Papel imprensa – o Paraná é o maior produtor do País, perde 1,5. Na Lei Kandir, perdemos 9,6. Digo a vocês, quando relatei a Lei Kandir, eu não tinha noção do impacto econômico, podia ter deixado essa alíquota pelo menos menor para cobrir esse rombo de 9,6. E é o mesmo nas perdas do industrializado, 11,9. Quando o Estado perde na Lei Kandir e na exportação industrializada, quem ganha? É a União, pois ela faz caixa, superávit na balança comercial. Possui quase 400 bilhões de dólares lá em Nova York, e nós temos de pagar juros de 14% ou 15% para a União da nossa dívida. Além de tudo, nos toma dinheiro.

Então, hoje, o Paraná perde 29%, quase 30%, do ICM... Só nisso! Não estou falando em "guerra fiscal", renúncia que o Estado dá internamente, Luiz Henrique. É uma loucura! Você governou o seu Estado e sabe se não cede para o empresário, ele vai embora. Não é isso o que nós fazemos hoje? Nós somos despachantes de luxo de grandes investidores.

Próximo.

Aqui, eu peguei o ICM *per capita* de 1998, 2 e 12. Quem mais evoluiu em ICMS nestes últimos 24 anos foram os Estados menores. De R$569,00, *per capita*, para R$1.712,00, sendo que, acima de 301%, todos os Estados. Os Estados que menos cresceram estão na outra prancha.

Por favor.

Minas cresceu menos que a média; Paraná, 260% – bem menor do que a média –, e São Paulo foi o que menos cresceu. O que significa isso? Por conta de... Claro, tem uma parte da evolução da civilização, do desenvolvimento dos Estados que é normal que o Norte e Nordeste evoluíssem e há um pouco de conteúdo dessa farra do vai para lá e vai para cá.

Próximo.

Disponibilidade do que se arrecadou no Estado, o que se recebeu de FPE mais imposto de renda. Então, há uma disfunção também. Mas eu quero mostrar o próximo.

Receita Disponível dos Estados, pode virar a página.

Aqui, a Drª Gedalva monta esse quadro há muitos anos, trata-se da receita corrente disponível, *per capita*, que cada orçamento do Estado tem no Brasil. A *per capita* média é R$2.101,00.

Quando você vê, no quadro da esquerda, todos os Estados menores estão abaixo de R$2.101,00. E você pode ver que estão ali o Paraná e Minas Gerais! E abaixo de Pernambuco, Goiás, do Rio Grande do Norte.

E os Estados que têm a *per capita*...

Qualquer federação vai olhar este quadro e falar: equalização! Por que um Estado tem per capita maior que a outra? É aqui que o roto ri do esfarrapado. Uma *per capita* maior, como é a do Norte do País, não significa muito, porque tem pouca população. Mas, em termo de justiça em qualquer federação no mundo, você teria de equalizar quem tem valores menores do que a média. Ter-se-ia de equalizar... Quem equaliza? O Governo Federal.

No Paraná, se tivesse R$2.101,00 de receita *per capita*, eu teria R$4,5 bilhões de receita por ano. Paraná estaria com sua situação, diria assim, "bonito no gibi." Imagine Maurinho aqui como estaria.

Em frente, por favor. Bem rápido.

É só um gráfico que vocês poderão...

Em frente.

As diferenças são graves de receitas *per capita*.

Em frente.

Olha, na minha opinião – eu já expressei isso –, quando há dois anos saí da Câmara, Pimentel, e fiz para o Confaz, eu achava que iríamos fazer a reforma do ICM e se acaba com a "guerra fiscal", faz-se a alíquota de estímulo, no menor percentual possível, buscando-se zero ou quatro. Nada disso aconteceu!

Na transição, só esse Fundo de Compensação de Desenvolvimento Regional vai ser de R$8 bilhões ao ano. Só o BNDES repassa R$156 – R$8 bilhões

para repartir para 27 Estados... E o Fundo de Perda de R$12 bilhões dá 3% de nossa receita.

Quer dizer, se a alíquota for para 4%, Paraná ganha um pouquinho. Mas, veja, eu não quero ganhar nem perder; quero o que é justo. Um sistema justo onde tem de haver equalização, onde quem tenha menos receita deve receber uma equalização. A começar pelo Orçamento que deveria ter incluído as transferências negociadas, não só as condicionais, em termo de satisfação das necessidades, conforme o IDH e conforme o PIB inverso dos Estados. Ora, vejam só – vá em frente por favor –, essa transição é a coisa mais maluca que eu já vi na minha vida, vai levar um mundo de anos e vamos manter as iniquidades. Se o Supremo Tribunal Federal votasse hoje o fim da guerra fiscal, nós teríamos que sentar, obrigatoriamente, e reescrever o ICMS. Eu proponho aos Senadores: larguem mão disso e vamos reescrever o ICMS, vamos reescrever o ICMS! Vamos, junto com o Governo Federal, fazer um sistema de IVA, não dá para ficar tapando o sol com a peneira.

Olha, quando eu pego o próprio Júlio César, que tem aquele caderno... Você pega o PIB, a população, ICM, orçamento e FPE e vê que as diferenças que existem podem ser equalizadas, não são tão distantes, Moka, não são. Você pode fazer...

Em frente por favor.

A saída da Zona Franca, a questão do gás do Mato Grosso do Sul: em caso de mudança, Vanessa, vai ter que mudar. Não dá para vocês ficarem com 12 e o País inteiro a 4. Se para nós, que produzimos energia, que é insumo básico, sai a zero, como é que pode, para passar um duto dentro de um Estado, cobrarem 12%? Não tem... É uma coisa maluca, é o jeitinho brasileiro o que vamos fazer.

Em frente, por favor.

Alíquotas interestaduais, as transições. Olhem, eu quero dizer o seguinte: não me satisfaz, não satisfaz o País, não satisfaz a economia, não satisfaz os empresários – a não ser aqueles que querem continuar a farra do boi. Estamos ficando velhos, nós não temos mais tempo para consertar o País. Digo à geração que está na Câmara, no Senado, nos governos: é hora de fazer mudança, não é hora de tapar buraco, não é hora de fazer remendo – remendo novo em calça velha não dá certo, isso está na Bíblia. Isso é um remendo e não vai dar certo, como a Resolução nº 13, que está trazendo tantos problemas. Por quê? Porque foi feito ali um tapa-buraco. É isso aí.

Então, gostaríamos de, racionalmente, com o Governo, sentar e reescrever. Vocês acham que em janeiro do ano que vem vai haver reforma? Resolvemos, o Senado resolveu, o Congresso... Resolveu nada! Vai continuar. Olhem, eu recebo quatro ou cinco grupos de empresários todos os dias, eles vêm para reclamar da Resolução nº 13, eles não sabem o que fazer. Eu respondo que também não sei, essa é a conversa, digo para irmos andando para ver se as abóboras vão se encaixando.

Vou parar por aqui. Agradeço e proponho reforma, gente! Reforma não é remendo, reforma não é remendo! Vamos reformar para o País crescer a 10% ao ano, como a China cresce ou os tigres asiáticos. Nós estamos crescendo a 0,9%, menos de 1%, porque o sistema tributário é o pilar da iniquidade brasileira: cobra dos pobres, não cobra dos ricos. O sistema tributário brasileiro é o que mais cobra impostos dos pobres no mundo – isso é, ainda, anticristão.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário Luiz Carlos Hauly e passo imediatamente a palavra para o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda Nelson Barbosa pelo prazo de 15 minutos.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Bom dia, Senador Lindbergh, pessoa por meio da qual cumprimento todos os Senadores e Senadoras aqui presentes, bom-dia aos Secretários de Fazenda aqui presentes, aos jornalistas e às demais pessoas presentes nesta audiência.

Aproveito esta oportunidade para responder um pouco o que foi colocado aqui e, principalmente, enfatizar alguns dos pontos que já surgiram no debate das propostas. As propostas chegaram ao Congresso Nacional no final do ano passado e desde então temos tido algumas conversas tanto no Confaz quanto com vários Parlamentares.

Em primeiro lugar, queria propor que discutíssemos o futuro. Foi colocado aqui pelo Jáder e pelo Mauro que a guerra fiscal... O que é a guerra fiscal? Concessão de incentivos por parte de um Estado sem a concordância do restante do Brasil, isso é a guerra fiscal. Conceder incentivos não é errado, conceder incentivos sem a concordância dos demais Estados é que caracteriza a guerra fiscal. Isso foi utilizado nos últimos anos por vários Estados, deu certo em vários Estados, promoveu o desenvolvimento. Começou até dentro do Sudeste. Não nos vamos esquecer, nos anos 70, de Minas e de São Paulo. O problema é que chegamos a um ponto em que ela se esgotou. Por isso, proponho que a gente discuta o futuro. Este aqui não é um tribunal da guerra fiscal. Esta é uma proposta de como a gente faz uma saída ordenada de algo que se esgotou.

Hoje, os benefícios do passado que não foram reconhecidos pelo Confaz estão sob contestação, seja via glosa por parte dos outros Estados, seja via ação de inconstitucionalidade no Supremo. Hoje, qualquer novo benefício que um Estado, eventualmente, conceder não

é seguro para a empresa. Então, foi nesse sentido que a guerra se esgotou. E ela começou a prejudicar o País. Em que sentido? Prejudica os investimentos já realizados – as empresas estão reavaliando se colocam mais recursos, se ampliam a capacidade de produção – e os novos investimentos. E, por último, mas não menos importante, começa a ameaçar a Federação.

É por isso que a Constituição colocou, na Lei do ICMS, nos anos 70, que o benefício de ICMS tem de passar pelo Confaz por unanimidade. Um Estado não pode dar benefício com ICMS de outro Estado sem a concordância desse outro Estado. Esse é o problema.

Então, o que a gente está sugerindo nessa proposta da União – este é um assunto eminentemente federativo, mas virou um assunto nacional, porque começou a prejudicar o desenvolvimento do País, atrasando investimentos, criando insegurança jurídica – é reduzir e unificar a alíquota interestadual; compensar os Estados que perderem arrecadação com o Fundo de Compensação de Receita; criar um mecanismo de desenvolvimento regional, para substituir o que foi o ICMS, que é o Fundo de Desenvolvimento Regional, uma nova fórmula de promover esses incentivos; e realizar um acordo de convalidação, para eliminar a incerteza jurídica no âmbito do Confaz. Cada proposta dessas tem o seu instrumento legislativo. Todos os itens estão encadeados. Com isso, há uma saída organizada. Essa é uma saída planejada da situação atual.

Por que alíquota interestadual? Esse é um ponto que já foi colocado aqui, é um grande ponto de debate. O ideal do ponto de vista econômico, se eu perguntar aos especialistas, é haver uma tributação toda concentrada no destino, e aí cada Estado tem a capacidade de fazer a sua tributação focada no consumidor. Porém, ainda é necessário haver uma alíquota na origem, seja para a preservação de um mecanismo de incentivo à produção por parte dos Estados, seja para a fiscalização.

Ao longo de todo esse debate, nós da União nos vimos na seguinte situação: de um lado, como ficou claro aqui, os Estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste pedem a convergência para alíquotas de 7% e 4%, mantendo uma diferenciação com prazo longo; de outro lado, os Estados do Sul e do Sudeste pedem uma transição para 4% o mais rápido possível. Isso já vem sendo debatido no Confaz há anos. Foram apresentados aqui vários argumentos em prol de cada posição. E tenho a certeza de que eles serão apresentados aos senhores pelos representantes de seus Estados.

O que a União procurou fazer foi propor um meio-termo. Estamos propondo uma transição de 4% em três anos na maioria das transações. Então, ela cai rapidamente para 4%. No caso em que a transação for das Regiões menos desenvolvidas, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, para o Sul e o Sudeste, propomos uma transição em 12 anos, tentando compatibilizar essas duas demandas. É uma transição que é rápida o suficiente em termos de volume de transações de ICMS do País, mas que preserva essa diferenciação para os Estados menos desenvolvidos por um prazo longo.

Quero esclarecer a proposta da União. Quando houver transação dentro do Sudeste, por exemplo, a alíquota cai de 12% para 4% em três anos. Quando há uma transação dentro do Nordeste, a alíquota cai de 12% para 4% em três anos. Quando a transação for do Sudeste para o Nordeste, a alíquota cai de 12% para 4% em três anos. A maior parte dos fluxos cai rapidamente, com a alíquota indo para 4% em três anos, como, por exemplo, foi proposto pelos Estados do Sudeste. Quando a transação for do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para o Sul e para o Sudeste, ela cairá para 4% em 12 anos. Então, é um sistema de duas velocidades, em que a maior parte das alíquotas cai rapidamente para 4%.

Aqui, já foi apresentada como é a queda. Há uma parada em 7% e 4% por cinco anos. Ou seja, em 2018, para na situação pedida pelo Norte, pelo Nordeste e pelo Centro-Oeste, ficando ali por cinco anos, e, depois, cai. A reforma se completa em termos de alíquota em 2025. É uma transição numa velocidade que nós achamos adequada e suficiente para que cada Estado se adapte gradualmente a essa nova realidade. Com essa velocidade, não vai mexer muito nos incentivos atualmente concedidos, não vai retirar investimentos que já existem em alguns Estados.

Em termos de volume, 48% das operações interestaduais do ICMS estão dentro das Regiões Sul e Sudeste; 11% das operações interestaduais de ICMS estão dentro das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Sul e o Sudeste mandam para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste 24% do total das operações; e 17% desse total vem no sentido contrário. Ou seja, de 83% do volume de transações interestaduais, pela proposta da União, a alíquota vai para 4% em três anos – de 83% vai para 4% em três anos. A transição é rápida. Naquelas transações dos Estados menos desenvolvidos para os Estados mais ricos, que é de 17% do valor total das transações, ela vai, em 12 anos.

Então, foi essa maneira, Srªs e Srs. Senadores, que procuramos compatibilizar o que é aparentemente incompatível, que é a demanda de uma parte do País por alíquota diferenciada para sempre e a demanda de outra parte do País em que a alíquota é igual agora. Nós fizemos uma alíquota que vai rápido para uma alíquota igual, na maior parte dos casos, e onde

há uma diferença de desenvolvimento maior, ela vai mais lentamente.

Por que reduzir para 4%? Primeiro, uma política. Os debates no Confaz indicaram 4% como consenso possível, lembrando que os especialistas propõem zero. Nós iniciamos essa discussão propondo 2%. A primeira resolução da guerra era de 2%. Depois de várias discussões com todos os Estados, chegou-se ao consenso de que 4% seria o piso ideal, porque ainda mantém uma capacidade de arrecadação dos Estados sobre a sua produção, mas diminui os problemas.

Com a alíquota de 4% vai diminuir a demanda que as empresas têm sobre os Estados. Como foi dito aqui por vários secretários, hoje, precisamos ter um jogo de soma negativa para os Estados. A empresa vai fazendo um leilão. Cada Estado, sozinho, não tem como vencer essa contestação. Você vai a um Estado e diz: "O outro Estado me deu isto. O que você vai me dar a mais?"; ao outro Estado: "O outro Estado me deu isto. O que você vai me dar a mais?". Todo mundo sozinho está baixando sua arrecadação e beneficiando mais as empresas. É necessário esse volume todo de benefícios? Tenho dúvidas. Eu acho que não. No caso da União, como tratamos da tributação como um todo, o que temos feito, na verdade, é desoneração para todo mundo. Por que a União pode desonerar mais que os Estados? Porque simplesmente ela não está sujeita a essa guerra fiscal fraticida. Nossa arrecadação vem crescendo, devido à formalização da economia, e isso possibilita que façamos desonerações, como acabamos de fazer. Nos Estados isso não é possível porque essa guerra fraticida, na verdade, diminui a base de arrecadação dos Estados. O ICMS hoje é 7% do PIB. Há 30 anos, era 7% do PIB. Os Estados, cada um por si, estão perdendo na guerra fiscal.

Quando você colocar a alíquota de 4%, isso diminui o espaço para as empresas pedirem benefícios, mas, obviamente, nós achamos que tem que haver benefício. Por isso é que existe o Fundo de Desenvolvimento Regional, de que vou falar depois. Mas essa alíquota de 4% dá uma organizada, diminui o incentivo à sonegação, melhora a fiscalização, cria espaço para o novo passo da reforma do ICMS, que não está contida nesta, mas naturalmente seria uma etapa seguinte, que é melhorar a devolução de créditos. Assim como há problemas de devolução de crédito para os Cofins, há grandes problemas de devolução de crédito para o ICMS, para exportação e para investimento. Quando você tem uma alíquota interestadual grande, é mais difícil, porque você pede crédito em um Estado, mas você pagou ICMS em outro Estado. Então, fica difícil fazer isso. Com uma alíquota menor, quando a arrecadação estiver mais concentrada no destino, vai facilitar a devolução de crédito, vai beneficiar o investimento, vai beneficiar a exportação e vai simplificar muito a administração tributária, por parte de todo mundo, das empresas e dos governos.

Como viabilizar essa transição? Apresentaram-nos dois problemas e nós propusemos duas maneiras de resolver esses dois problemas em separado. Como foi bem colocado aqui, existe o problema orçamentário. Alguns Estados perdem arrecadação quando baixam a alíquota. Para isso estamos propondo o Fundo de Compensação de Receita, para compensar os Estados que perderem receita. Isso resolve o problema orçamentário.

Há o problema econômico. Como também foi citado, algumas empresas, para se situarem em alguns Estados que estão mais longe ou que têm custo de logística maior, exigem algum incentivo. Para isso propusemos o Fundo de Desenvolvimento Regional. Um para resolver o problema orçamentário, outro para resolver o problema econômico.

O Fundo de Compensação de Receita. A maioria dos Estados terá ganho de arrecadação. As simulações do Confaz, que foram feitas pelo Ministério da Fazenda e pelos demais secretários, estão abertas aos Senadores para consulta, para saber qual é o impacto sobre cada Estado ao longo da transição. A maior parte dos Estados ganha: dos 27, 20 ganham receita ao longo da transição.

O que a União propõe? Para aqueles que perderem receita haverá um fundo de compensação de receita; elas serão realizadas de modo transparente, vai haver uma balança interestadual que o Ministério da Fazenda vai publicar – nós estamos propondo de três em três meses –, mostrando quanto um Estado vende para outro, quanto é o balanço interestadual e, com base nessa balança, vai se propor a compensação que vai na lei orçamentária anual, que vai ser acompanhada pelo Congresso Nacional.

O valor que a União propõe, na nossa simulação, cobre a expectativa de perda de receita dos Estados na transição. Para ilustrar isso, este aqui é o valor da simulação até 2025. Na proposta que a União fez, quanto seria a soma da perda dos Estados? A gente vê ali o caso do Amazonas, que não está, mas a gente botou, a gente fez como se valesse para todo mundo, só para a gente ter uma ideia de perda total.

O Amazonas: por que a gente deu tratamento especial ao Amazonas? Porque o ICMS é muito importante para a vantagem competitiva do Amazonas. Por isso que o Governo Federal deu. É um caso especial, atípico. Pode ver que a maior parte ali da perda corresponde ao Amazonas. E, em termos de logística,

há uma necessidade de complementar os incentivos federais com esse incentivo estadual.

Depois, citei o grupo dos Estados que se baseavam mais em incentivos às importações: Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás, que foi o objeto da resolução do ano passado. E nós estamos tratando caso a caso através de financiamentos, investimentos, abertura de linhas adicionais no BNDES, tentando melhorar a situação desses Estados. Tirando isso, o resto é aquela linha azul.

Então, quando levarmos em conta o que nós propusemos na resolução, que é trazer essas alíquotas para quatro, tratando como separado o caso do Amazonas e desconsiderando a guerra dos portos, o valor a ser ressarcido tende a ser baixo, tende a ser metade daquele total, tende a ser no máximo cinco a seis bilhões. Foi por isso que nós colocamos aquele teto de oito na medida provisória. Agora, isso tudo vai ser apurado de forma transparente, com base na nota fiscal eletrônica, num comitê de que participam representantes da União e dos Estados.

O outro ponto: o Fundo de Desenvolvimento Regional. O FDR é a nossa proposta para atender à demanda por parte dos próprios Estados de que o problema não é só orçamentário, o problema também é econômico. Se o ICMS vai perder espaço como instrumento de desenvolvimento regional – e aí eu repito: já perdeu, por conta da incerteza jurídica que hoje existe sobre esse instrumento –, é preciso haver outro instrumento de desenvolvimento regional para ajudar os Estados menos desenvolvidos. Então, esse foi um desenvolvimento regional. Nós consideramos que é um modo mais organizado e mais transparente. Existe um fundo, cada Estado tem uma cota – os 27 têm – e cada Estado aloca do jeito que achar melhor, mas presta contas ao Congresso Nacional, porque é um recurso público, é um recurso federal. Então, um Estado vendo com o outro está fazendo, vai dar mais poder aos Estados até no processo de barganha com as empresas. E vai levar a uma política de desenvolvimento regional mais racional e mais eficiente, por parte do setor público e também para as empresas.

Também atendendo à demanda por parte dos Estados, nós melhoramos a nossa proposta em relação a primeira versão. Nós ampliamos o prazo desse fundo de 16 para 20 anos e ampliamos o volume total de recursos, de 172 bilhões para 296 bilhões. Esse é o valor, vai de um a quatro bilhões em termos orçamentários e de três a doze bilhões em termos financeiros.

Sabemos que isso pode não ser suficiente para compensar algumas empresas dos benefícios que elas têm hoje. Mas nós achamos que alguns dos benefícios que elas têm hoje são excessivos e desnecessários. Eles só existem porque nós temos essa guerra fratricida em que fica um leilão para baixo, em que todos os Estados procuram cada um dar um incentivo maior e todo mundo perde. A gente acha que, se a gente tiver um sistema mais organizado e mais transparente, podem-se ter incentivos que justificam a localização das empresas em áreas menos desenvolvidas e, ainda assim, proporcionam um ganho de arrecadação para os Estados e um ganho de produção de emprego para o País como um todo.

O Fundo de Desenvolvimento Regional, como já foi colocado aqui, tem recursos primários e financeiros; os recursos financeiros podem ser utilizados para diferir a arrecadação de ICMS; vários Estados dão incentivos a empresas, diferindo a arrecadação. Por exemplo: "Esse ICMS que você tem que me pagar hoje, você me paga daqui a x anos." Pode-se dar um diferimento dessa arrecadação.

Os Estados terão autonomia para alocar os recursos, com prestação de contas ao Congresso Nacional. E o volume de recursos do FDR vai complementar as demais políticas de desenvolvimento regional por parte da União. O FDR não é a única política de desenvolvimento regional; ele é parte da política de desenvolvimento regional como um todo. Nós temos os fundos constitucionais: da Sudene, da Sudam, da Sudeco, recém-criada; nós temos as ações do Governo em termos de obras de infraestrutura, focadas principalmente nos corredores de transporte logístico nas regiões menos desenvolvidas; a política de transferência de renda da União, via Bolsa Família e via Previdência Social, beneficia mais os Estados menos desenvolvidos. Então, esse Fundo de Desenvolvimento Regional é uma peça de uma política maior, que reflete a preocupação do Governo Federal com o desenvolvimento regional.

Por fim, só para ressaltar, a proposta que a União está colocando para o Congresso Nacional é uma saída ordenada da guerra fiscal; é uma saída que propõe a criação de um novo modelo de desenvolvimento regional, que vai ser mais coordenado, transparente e organizado. Estamos vendo uma situação parecida com a questão do FPE, que tem uma saída ordenada e, depois, uma saída judicial.

A saída da União é uma saída ordenada. A proposta que nós mandamos para as senhoras e para os senhores reflete uma ampla discussão entre os vários setores, não só entre os governos, mas também com as empresas. E essa reforma do ICMS é uma parte dessa agenda federativa mais ampla, em que os senhores estão tratando aqui de parte dela, na questão do FPE, e que envolve também a dívida dos Estados, sobre a qual o Governo mandou um projeto de lei cuja tramitação começou pela Câmara dos Deputados.

Eu acho que o momento é agora. A proposta da União procurou estabelecer o consenso possível. Cada uma das partes tem que ceder, e nós procuramos atender às principais preocupações. É obviamente impossível atender a todas as preocupações, até porque elas são incompatíveis.

Mas, em relação a essa saída, nós temos certeza de que vai melhorar a situação do Brasil, eliminando a incerteza jurídica de hoje; vai propiciar um ganho de arrecadação a longo prazo para os Estados e vai melhorar o funcionamento da economia brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, e vamos abrir agora os debates para o Plenário.

O primeiro inscrito é o Senador Luiz Henrique. Nós temos mais de dez Senadores inscritos.

A Senadora Kátia Abreu está propondo bloco de quatro. Eu acho bom. Eu acho bom bloco de quatro e vou passar para o primeiro Senador, que é o Senador Luiz Henrique.

A Mesa vai ser tolerante no tempo, mas vou só marcar ali cinco minutos para que isso ajude a disciplinar. É claro que não vou cortar a palavra do Senador, mas eu queria que fossem marcados cinco minutos para o Senador Luiz Henrique.

Quem não se inscreveu, por favor! A lista tem: Senadores Luiz Henrique, Eduardo Suplicy, Ricardo Ferraço, Vanessa Grazziotin, Pedro Taques, Cyro Miranda, Blairo Maggi, Kátia Abreu, Ana Amélia.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente, Senador Lindbergh Farias; Srªs e Srs. Senadores; Srs. Secretários de Estado; Sr. Ministro Adjunto da Fazenda – assim posso chamá-lo –, evidentemente que a proposta de equalização das alíquotas do ICMS vai reduzir o combustível da guerra fiscal. Disso ninguém tem dúvida. Nós temos dúvida a respeito da não equivalência do prazo de equiparação.

Nós entendemos que todos os Estados deveriam ter o mesmo prazo. A manifestação, inclusive, aqui, do Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Antonio Gavazzoni, é de que o prazo de três anos vai produzir graves consequências no Estado de Santa Catariana e, certamente, em outros Estados da região.

A outra questão que queremos aqui destacar é a não inclusão no Fundo de Compensação das perdas decorrentes da Resolução nº 13. Só neste mês de fevereiro, Santa Catarina perdeu R$90 milhões na arrecadação do Imposto de Importação.

Mas o foco central dessa discussão deve ser um redesenho do Pacto Federativo, a busca da descentralização do País, descentralização da gestão, descentralização econômica, descentralização política, descentralização financeira. E nessa diretriz nós apresentamos um projeto para o qual eu queria pedir a máxima atenção dos Srs. Secretários e o apoio dos Estados, porque é fundamental para os Estados. Apresentamos a proposta de um programa de investimentos diretos, sem burocracia, que possa permitir ao País recuperar os níveis de crescimento que tinha anos atrás.

Que proposta é essa? Os Estados apresentariam ao Governo Federal um programa de investimentos em cinco áreas prioritárias: educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e inovação. Esse programa, discutido com o Governo Federal, guardaria harmonia nos investimentos em todo o País e seria executado em que base? Na base de 20%. O Ministro Dornelles defende 30%, mas 20% das prestações mensais da dívida consolidada a ser paga, que seriam aplicados diretamente pelos Estados nesse programa de infraestrutura, sem burocracia, sem passeio de dinheiro. Isso mais que o Fundo de Desenvolvimento Regional é que propiciaria aos Estados condições de investimentos que lhes dariam a potencialização maior para receber novos investimentos.

Vou me ater ao tempo, Sr. Presidente, e gostaria que refletissem sobre essa proposta. Entendo que ela é que pode começar a encaminhar o País para um novo Pacto Federativo para a descentralização da gestão e para a descentralização dos investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a todos os Secretários de Fazenda.

A meu juízo, todos aqui expressaram bem as preocupações de cada um, e pudemos notar as diferenças que há, sobretudo em relação às diferenças dos Estados do Sudeste com respeito aos Estados do Nordeste e Norte. Mas acho que o Secretário Executivo Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda, explicou muito bem a importância de se reformar o ICMS, das razões pelas quais a economia brasileira, para melhor se desenvolver e com maior dinamismo, precisa, de fato, reformar o ICMS, bem como caminharmos na direção da cota única de 4%, se possível. E é importante se pensar na melhor maneira e qual é o ritmo. Acho que, se fosse possível fazer isso em oito anos, seria bastante adequado. Eu gostaria de poder compreender um pouco melhor como será formado o Fundo de Compensação de Receitas. Aqui está que as transferências serão realizadas de modo transparente,

e o valor proposto pela União cobre a expectativa de perda de receita dos Estados na transição.

Agradeço se puder o Ministro Nelson Barbosa explicar um pouco mais aprofundadamente quais serão as origens de recursos do Fundo de Compensação de Receitas e como, de fato, será encaminhado aos diversos Estados como uma compensação pela perda da atual sistemática do ICMS.

Cumprimento a todos pela exposição feita.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente em exercício, Senador Cyro, Senador Lindbergh Farias, senhores secretários que nos honram aqui com suas presenças, trazendo valiosas contribuições; meu caro secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Nelson Barbosa, inegavelmente, todos nós partimos de uma premissa de que nosso País precisa evoluir desse ambiente para um ambiente de competição fiscal. Os excessos precisam e devem ser corrigidos. Competição fiscal é diferente, a meu juízo, de guerra fiscal. Nós não estamos inventando a competição fiscal. A competição fiscal existe entre regiões de países altamente desenvolvidos. O Mercado Comum Europeu pratica a competição fiscal. A Organização Mundial do Comércio é mediadora de limites para que os países possam participar de uma competição fiscal com limites, de forma equilibrada.

A questão central é por que os Estados brasileiros recorreram a esse ICMS que é apropriado na origem, na ausência e na falência de políticas nacionais de desenvolvimento regional. Nenhum Estado, nenhum governador vai por opção. Vai porque precisa ir; foi porque precisou ir, e as evidências técnicas, todas elas, sinalizam que o resultado dessa política fez bem ao País, fez bem aos nossos Estados. Quando nós consideramos a competição fiscal associada à Lei de Responsabilidade Fiscal, que impôs limites, as contas públicas dos Estados federados estão saudáveis; acho que mais saudáveis até do que as contas públicas do Governo Federal.

Os Estados, nesses anos passados, recuperaram sua capacidade de investimento. O ente federado Estado, hoje, investe mais do que o ente federado União.

Chama-me a atenção de certa forma, Sr. Presidente, esse preconceito. Quando a União faz competição fiscal, porque a União também faz guerra fiscal... Quando a União baixa uma medida provisória para criar um regime especial; para levar a Fiat para Pernambuco; ou quando a União faz uma medida especial, como o Repenec, que eu aplaudo, que é necessário. O mercado sozinho não faz essa desconcentração... Quando a União faz as necessárias desonerações, como tem feito recentemente no IPI, e é positivo que faça isso, os Estados pagam essa conta, porque isso bate diretamente no nosso FPE e bate no FPM dos Municípios, por ser esse um fundo composto por IR e por IPI. A União pode e vai continuar fazendo, e os Estados federados não poderão fazer mais.

Eu faço esse questionamento: por que esse preconceito? Por que insistir na tese de que, a partir de Brasília, vamos equacionar os grandes desafios do desenvolvimento regional? Fica evidente que em nosso País há vários países, com várias realidades, com vários contextos, e esses contextos precisam ser observados.

Esse modelo produziu resultados efetivos e positivos. A economia brasileira se desconcentrou nos últimos anos. Isso é um dado da realidade. O Secretário Mauro do Estado do Ceará trouxe ênfase, solidez e robustez na sua fala. Vamos trocar esse modelo para qual modelo? Vamos substituir esse modelo para um modelo pior ou um modelo melhor?

Eu lembro aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que a Resolução nº 13 foi debatida aqui como a panaceia dos problemas da exportação; e o Senado foi capaz de piorar a Resolução nº 13, tornando a Resolução nº 13 numa resolução absolutamente inaplicável. Já são centenas as liminares concedidas pelo Judiciário brasileiro impedindo que a Resolução nº 13 possa ser aplicada. Feita sob o propósito de proteger a indústria nacional, não o fez. Até porque nós sabemos que o terreno da boa vontade, o terreno da boa-fé é o céu, mas há uma realidade que precisa ser enfrentada, Sr. Presidente.

Todos nós estamos preocupados com a Súmula Vinculante nº 69 e precisamos oferecer uma resposta. Mas me parece que, antes de votarmos a resolução, o que nós precisamos é votar a lei complementar. Esses tempos não podem ser diferenciados, porque, se nós votarmos a resolução, para depois votarmos a MP, para depois votarmos a lei complementar que define como esses incentivos que foram concedidos nos últimos anos poderão ser consolidados... Fica claro, Sr. Presidente, que o tempo aqui é muito curto. Aliás, o tempo estabelecido para que nós possamos debater esse tema é um tempo muito curto. Eu estou associado ao esforço de V. Exª para que nós possamos votar isso aqui até o dia 19 e até o dia 26 em Plenário.

Sr. Presidente, com as manifestações dos nossos Secretários, fica claro que não houve acordo no Confaz. E quero me dirigir ao Secretário Trinchão, que é o coordenador do Confaz: porque o Governo diz que acordou com os Srs. Secretários, em nome dos Governos e dos Governadores, essa proposta que está

submetida aqui ao Senado Federal, que tem a responsabilidade de representar os Estados federados em suas compensações.

Por que não, meu caríssimo Nelson Barbosa, nós trabalharmos com duas alíquotas? Que, aliás, é a origem do ICMS que aí está, de 12 e 7, de 8 para 2, de 7 para 3. Enfim, uma equação negociada. Porque, se o Governo Federal quisesse combater a guerra fiscal, não criaria as exceções que criou. São graves as exceções e as deformações criadas. E elas vão se ampliar, porque o ICM interestadual de gás que foi feito só para Mato Grosso do Sul, amanhã mais quatro ou cinco Estados que vão produzir gás também vão ser beneficiados, o que poderá se traduzir numa manutenção de uma deformação.

Então, quero crer que nós vamos ter, Sr. Presidente, que debater um pouco mais este tema. Acho que nós precisamos, além do Confaz conversar com o Governo Federal, abrir uma linha de negociação com os Secretários de Fazenda. Nós precisamos saber em detalhe o que pensam os Secretários Estaduais de Fazenda, quais são esses consensos e essas convergências que estão sendo construídas nesse fórum, para que nós possamos ter aqui a responsabilidade e a consequência de colocar nosso voto num modelo que possa ser melhor.

Portanto, Sr. Presidente, essas são as minhas reflexões, as minhas preocupações com relação a esse que é um tema explosivo, Sr. Presidente. Explosivo porque não há convergência, não há unidade. Há disposição de fazer o enfrentamento do debate, mas eu fico receoso de que, no prazo estabelecido, com a escassez de tempo, nós possamos esclarecer todas essas questões, sob pena, Sr. Presidente, de, no futuro, nós sermos, como Senadores da República, responsabilizados por termos criado a Lei Kandir 2, o retorno, porque não há segurança de que essas compensações, porque não são vinculatórias, irão acontecer no prazo adequado.

Portanto, são muitas as questões, Sr. Presidente. Eu já encerro aqui, para socializar o acesso ao microfone, para que tantos colegas possam ter direito à voz, mas são muitas as questões que vão merecer, inclusive, reuniões, acho eu, administrativas da Comissão de Assuntos Econômicos, para que nós possamos fazer um debate detalhado sobre isso e construir, sob sua presidência, sob sua liderança, uma proposta que possa aperfeiçoar essa proposta que foi trazida à discussão na Comissão de Assuntos Econômicos.

Ninguém discute que temos de arrumar a casa, mas arrumar para melhor, arrumar para melhor, avançar, não retroceder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu agradeço as palavras do Senador Ricardo Ferraço.

Eu queria passar, imediatamente, para a última oradora inscrita desse bloco, Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes, eu queria registrar que já passaram por aqui, por esta audiência pública, 40 Senadores, um número bastante expressivo.

Registro, também, a presença do Deputado César Colnago, do PSDB do Espírito Santo, e do Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente, Senador Lindbergh, Dr. Nelson Barbosa.

Quero cumprimentar todos os secretários que aqui estão, obviamente, cumprimentando o Secretário do meu Estado, Secretário Afonso Lobo, e registro a presença e cumprimento, ao mesmo tempo, o Superintendente da Zona Franca de Manaus, Senador Lindbergh, Dr. Thomaz Nogueira, que aqui está, que já foi Secretário de Fazenda e, hoje, dirige a Zona Franca de Manaus.

Bom, o Senador que me antecedeu, Senador Ferraço, falou que estamos diante de uma bomba.

Nós não estamos diante de uma bomba, porque se fosse uma única bomba seria muito mais fácil desarmá-la. Nós estamos diante de muitas.

Aqui, estamos debatendo o ICMS hoje. O debate do FPE deve chegar ao plenário em breve, e é um outro tema explosivo, é um outro tema que mexe com todas as unidades da Federação.

Nós acabamos de votar, pela oitava vez, já perdi as contas – o Senador Lindbergh deve saber esse número muito mais de cor do que eu –, a lei que redistribui o direito, os recursos dos *royalties* do petróleo do pré-sal.

Nós estamos diante de poucos dias de um outro debate sobre a dívida dos Estados brasileiro, então, são problemas que precisamos não só debater, mas resolver.

Há quantos anos o Confaz discute a reforma tributária? Olha, que eu sou uma das mais novas e a nossa vantagem, aqui no Senado, é que eu posso dizer: "Aqui, eu sou uma das mais novas." Essa é a vantagem aqui no Senado, mas eu estou na Câmara desde 1999. Lá, nós começamos a... Eu cheguei lá e já estava esse debate sobre a mesa.

Então, é óbvio que é preciso debater e resolver, porque, como foi dito e o Dr. Nelson Barbosa creio que começou assim, não foi à toa, porque nós estamos diante de uma decisão judicial. Não há de haver mais

incentivos fiscais estaduais, à revelia do Confaz, que não aprovará nunca, porque lá é tudo por unanimidade.

E aí, nós vamos fazer o quê? Então, nós temos de optar: ou vamos ficar nessa realidade em que acabou o incentivo fiscal e estadual, ou vamos sentar à mesa e debater e ver quais são as saídas?

Eu acho que, diante das diferenças do Brasil, um país de 8,5 milhões de km2, não só com uma diferença social profunda, mas com uma profundíssima diferença regional... Até que as divergências não são muitas. Eu acho que elas são menores do que, de fato, são as diferenças reais do Brasil. Pena que o Deputado e Secretário Hauly saiu, mas ele mostra aqui que os Estados cuja renda *per capita* está crescendo mais são os do Norte e coloca o Acre em primeiro. É claro! Mas a renda *per capita* do Acre era de 100, enquanto na maioria dos Estados brasileiros já era de 600, 700.

Falam do Estado do Amazonas como se o Amazonas fosse o problema do Brasil, Secretário Leonardo. Eu descobri hoje: parece que o problema do Brasil é o Estado do Amazonas.

O Estado do Amazonas, há 46 anos, é exceção tributária do Brasil. Todo o País tem a sua. O Amazonas é exceção tributária do Brasil e fica lá na Região Norte, onde não há estrada para chegar. O senhor tente pegar um carro, um caminhão e chegar ao Amazonas. O senhor não vai chegar ao Amazonas, porque não temos estrada. Hoje, aquela região do País está mais ligada à América do Norte e aos países vizinhos do que ao Brasil. Então, nós precisamos nos preocupar com aquela região.

Então, quando se estabeleceu o modelo Zona Franca de Manaus, ainda na época dos militares, não foi só por uma questão econômica; foi por um projeto geopolítico. E reclamando de quê? De um Estado que representa 1,6% na economia do País – e só tem 1,6% graças aos incentivos fiscais; senão, nem isso teríamos –, numa região, porque não é só o Amazonas, mas também o Acre, Rondônia, Roraima e uma parte do Amapá, com 25% do Território nacional e que guarda em si a maior riqueza do Brasil. Dr. Leonardo, o senhor não tenha dúvida. Este é o futuro do Planeta e não só do Brasil: a floresta, que só tem os níveis de preservação que tem hoje, em grande parte, por conta da Zona Franca de Manaus. O Dr. Nelson sabe perfeitamente disso.

Se tratasse a Zona Franca igualmente, era acabar com qualquer incentivo, qualquer possibilidade de manter a exceção na Região Amazônica. Era acabar, mas essa decisão não pode ser tomada. Então, vamos manter as diferenças.

Eu fico feliz, por outro lado, porque mesmo o senhor, que foi muito crítico em relação à Zona Franca, disse: "Olha, 12% é demais.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vamos ver um número menor." Mas entende que precisa ser tratada com exceção, não é?

Quero concluir. Já tocou a campainha, e nós temos muitos, Dr. Nelson Barbosa. Eu também acho que os problemas que nós precisamos resolver são a consolidação não só da compensação, do fundo de compensação, mas também do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Eu, sinceramente, não apoio nenhuma criação de fundo que não seja sólido, porque o senhor passa, eu passo. Eu estou aqui agora; daqui a alguns anos, não sei mais se estarei. Agora, a lei tem que ficar. Eu acho que esse mecanismo é importante. Olha, nós recriamos, o Presidente Lula recriou a Sudam e a Sudene, que estavam extintas. Se o Governo fosse outro, teríamos de volta a Sudam e a Sudene? Não sei.

Então, acho que uma das questões que temos que mexer no meio do caminho é dar maior solidez a esses fundos, que, não tenho dúvida nenhuma, são fundos que virão para ficar. Exatamente por essa razão, não custa nada deixá-los de uma forma mais rígida e que dificulte mais qualquer tipo de manipulação.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – As perguntas, em sua maioria, foram dirigidas ao Secretário Nelson Barbosa.

Eu passo a palavra, primeiro, para ele e, depois, para o Cláudio José Trinchão, nosso Coordenador do Confaz.

O SR. NELSON BARBOSA – Vou tentar responder rapidamente. O Senador Luiz Henrique apresentou, na última audiência do Ministro Mantega nesta Comissão, um projeto sobre como lidar com a questão da dívida e relacionado a investimento. Desde então, nós da Fazenda estamos analisando. Ainda não temos uma interpretação jurídica sobre a pertinência se ele viola ou não a LRF. Esse é um assunto que o Ministro Mantega vai tratar na oportunidade da sua vinda a esta Casa e também no âmbito da tramitação desse PL, mas o projeto está sendo analisado com todo o detalhe e a atenção que ele merece, porque é uma proposta séria, uma proposta construtiva para a questão da dívida.

O Senador Suplicy perguntou qual a fonte dos recursos de compensação. A fonte orçamentária como um todo. As receitas primárias da União que vão ser a fonte de recursos do fundo de compensação de recei-

ta. A União vai abrir mão de parte das suas receitas e alocar nesse fundo temporariamente. E a metodologia desse fundo será a mais transparente possível. Vamos apurar e divulgar a balança interestadual entre as unidades da Federação. Num primeiro momento não será possível fazer isso por produto, mas vamos trabalhar para assim o fazê-lo a fim de que tenhamos um bom mapa de quais são as transações, quem está vendendo o que para quem e por quanto. E com base nesse levantamento será calculado quanto cada Estado perdeu e quanto será transferido no ano seguinte.

Como há uma diferença de tempo entre a apuração e o momento da transferência, esses valores serão corrigidos pelo crescimento da economia e pela inflação. Então, fonte primária e o mecanismo de cálculo e correção bem transparente.

O Senador Ferraço manifestou suas preocupações, que já tinham sido manifestadas para nós em outras ocasiões.

Só quero deixar claro, Senador, que em nenhum momento, nem eu nem que eu saiba o Ministro Mantega dissemos que essa proposta conta com o apoio do Confaz. Pelo contrário, o senhor pode ver em todas as intervenções que fiz aqui – e uma coisa que sempre tenho enfatizado – que o Confaz debateu enquanto pode, mas é impossível chegar a um consenso naquele órgão. Por isso é que colocamos essa proposta também para o Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos matar a cobra e mostrar o pau. Isso me foi dito pelo Líder do Governo, Senador Eduardo Braga, ou seja, que essa proposta é consequente de um entendimento no Confaz.

O SR. NELSON BARBOSA – É uma proposta que veio de várias sugestões do Confaz, mas que nós arbitramos, como coloquei aqui bem claramente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso.

O SR. NELSON BARBOSA – Nós sabemos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O Líder Eduardo Braga é um homem que goza de elevada reputação e credibilidade.

O SR. NELSON BARBOSA – Mas pode ter um ruído de comunicação nesse caso. Essa proposta reflete todas as ideias que foram apresentadas no Confaz. Mas o Confaz não chegou a um consenso sobre isso.

O senhor perguntou sobre a Resolução nº 13. Ela tem alguns problemas, mas não acho que é inaplicável. Há algumas demandas judiciais, mas na maioria dos casos ela está funcionando. Tem centenas, como é normal que isso aconteça. Vivemos em um sistema democrático. As pessoas vão procurar defender o que elas acham de direito no Judiciário e nós vamos trabalhar para não só derrubar essas liminares como também melhorar a sistemática.

Já propusemos um aperfeiçoamento da metodologia. Infelizmente, não foi possível aprová-la numa reunião virtual do Confaz. Mas será objeto da próxima reunião no dia 4 de abril, se não me engano, em Pernambuco, para dirimir esse problema.

A questão das duas alíquotas. Como já havia colocado, penso que uma alíquota simplifica mais o sistema, facilita a fiscalização e é possível compensar isso com as transferências via Fundo de Desenvolvimento Regional e as demais ações por parte do Governo Federal.

Como garantir o repasse, uma preocupação da Senadora Vanessa Grazziotin. Obviamente nós consideramos esse repasse como certo. A nossa ideia é que esse recurso seja uma transferência obrigatória da União e é por isso que fizemos o esforço de colocar aquele anexo, para prever, ao longo de todo o período, de quanto é o repasse, justamente para dar previsibilidade. Já que quando se coloca o repasse de forma genérica – o que acho que foi um caso da Lei Kandir –, ou seja, será repassado quanto for, não coloca um valor, não coloca um cronograma, isso torna aquele repasse incerto.

A nossa iniciativa de colocar um anexo à metodologia, como vai ser apurado, como vai ser corrigido, acho que dá segurança a esse repasse.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Nelson Barbosa.

Com a palavra o Sr. Cláudio José Trinchão Gomes.

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO GOMES – O que foi direcionado a mim, basicamente, foi o consenso. O cerne da questão dentro do Confaz é a alíquota. Mas não há consenso.

Existem dois blocos muito claros: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E o Espírito Santo tem aderência a esse bloco; e o dos demais Estados que defendem a tese de uma simetria plena de 4%. Isso está muito claro para nós. E que fique registrado: não há consenso. Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não admitem a simetria. Houve amplo debate e o Nelson reforçou aqui o posicionamento.

Com relação à Resolução nº 13, vou repetir alguns pontos. Estamos trabalhando para que na próxima reunião do Confaz sejam aprovadas algumas correções, algumas modificações do Ajuste SINIEF 19, que deverá solucionar parte significativa dos problemas.

Vamos tentar aperfeiçoar administrativa e tecnicamente a Resolução nº 13 sempre que for possível, mas as demandas são enormes. Há dúvidas tanto de um lado como de outro, nós do Fisco e o contribuinte. Sob meu ponto de vista pessoal como técnico, exis-

tem algumas imperfeições. Se administrativamente não resolvermos através de alterações na Resolução nº 13, poderemos pensar, mas lá na frente, em última instância, em propor algum tipo de ajuste na Resolução nº 13, em última situação.

Com relação a diferenças de alíquotas, existe também o entendimento unânime dos secretários de que o Fundo deve ser robustecido. Não tenho dúvidas quanto a isso, todos os secretários se manifestaram. Outro ponto fundamental que a Senadora Vanessa Grazziotin enfatizou é unânime também entre os secretários, é que exista uma previsão constitucional para o repasse por uma questão de segurança jurídica. Temos o Fundo de Exportação, que é sabido por todos que, nem de longe, atende às necessidades dos Estados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado. Nós temos mais cinco Senadores inscritos. O bloco estava sendo de quatro. A minha proposta é que façamos essa rodada de cinco Senadores, depois venha a Mesa, aí teremos o tempo para as últimas considerações dos secretários...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Sr. Presidente, posso comentar o argumento da Senadora Grazziotin em relação a que há muitos anos escuta que o Confaz está discutindo...Poderia em dois minutos somente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se forem dois minutos, tudo bem.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – E a razão é muito simples. O povo brasileiro tem suas regras alteradas através da sua Constituição por três quintos do Congresso Nacional. Portanto, todas as regras do País são modificadas com três quintos. O Confaz quer estar acima da Constituição brasileira, tem que ser mudado, alterado por unanimidade. Não compreendo. Acho que o Congresso poderia avaliar melhor essa questão e acabar de vez, porque o Confaz fluiria muito mais produtivamente, se essa agência..."Ah, não, porque o conflito federativo...". Ora, o conflito federativo é resolvido nesta Casa, por três quintos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Secretário, por que não o Confaz ser a nossa OMC, ser um instrumento de mediação desses conflitos?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Permita-me, Secretário. O projeto de lei complementar já prevê o estabelecimento do quórum de três quintos, mas prevê...

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Para o passado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – É para o passado. Temos que efetivar para o futuro, claramente. Até porque, como dizia Nélson Rodrigues, toda unanimidade é burra.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Retomando a lista de inscrição.

Hauly, por dois minutos, para retomarmos.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Um minuto. Se liberar, se acabar com a unanimidade do Confaz, meu amigos, poetas, seresteiros, enamorados, acabou o ICMS de vez. Os Estados abrem mão de receita com autorização do Confaz e sem autorização do Confaz. E na hora em que institucionalizar essa aberração que vivemos hoje, eu falo, não tem conserto ICM desse jeito. Vocês vão fazendo remendo, mas um remendo, vai acabar com a unanimidade e acabou...A hora em que acabar com a unanimidade vai acabar com o Confaz. A medida que São Paulo tomou agora de olhar crédito por crédito que está sendo concedido em benefício, vejo assim, nós vivemos uma situação muito dramática nos Estados. Perdemos receita porque queremos. Nós podemos resolver o ICMS nós mesmos. Não precisava de fundo federal nenhum. Com nosso próprio dinheiro da base tributária que é nossa. Aí ficamos pedindo esmola para o Governo Federal, em uma mendicância terrível. O ICM tem potencial, nós não tributamos porque não queremos, damos incentivo para as empresas porque queremos e deixamos passando apertado...Qual Estado que não tem aperto de caixa? Qual? Cite-me um Estado que não passou apertado o ano passado e o começo do ano. Então, estamos aqui fazendo a reforma de uma base tributária de 7% do PIB, que se cobrássemos ainda iria para 10% do PIB. Nós estamos em uma situação bastante dramática. O ICMS é a principal receita de nosso Estado e ele vai de mal a pior. Eu estou arrecadando bem, mas é muito longe daquilo que...Estruturalmente, estamos com as vinculações de um lado na despesa e a receita vulnerável que nem um queijo suíço.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Secretário Luiz Carlos Hauly.

Vamos para o último bloco de Senadores. O primeiro inscrito é o senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, senhores secretários, Srªs e Srs. Senadores, existe um adágio romano que lá no Estado de Mato Grosso foi convertido no seguinte: "Quando o pirão é pouco, o meu primeiro". Cada Estado está defendendo o seu aqui. Mas nós temos que nos recordar de que vivemos numa federação. Aqui somos representantes da Federação. Esta é uma Casa da Federação.

Esta modificação desta maneira que está sendo feita, concordo com o Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, é algo para inglês ver. Ele não disse essa expressão, mas ele disse que é um remendo.

Nós deveríamos, Sr. Presidente, debater assuntos de forma geral, não só esse remendo no tocante à unificação da alíquota. Teríamos que discutir em conjunto o FPE, o endividamento dos Estados, *royalties* do petróleo, *royalties* da mineração, porque sempre uma das unidades federadas sofrerá prejuízo, tendo em conta cada ponto deste que estamos debatendo aqui de forma separada.

E vejam que esse debate não é novo no mundo. A Federação americana surge com a batalha, a Guerra do Chá, em razão das alíquotas tributárias entre as colônias. A Guerra da Secessão surge não só em razão da escravidão, mas em decorrência dos estados do norte, mais industrializados, e dos estados do sul, com a monocultura. Esta é uma questão que não é nova no mundo, e nós estamos aqui, novamente, no mesmo debate a respeito da unificação da alíquota do ICMS.

O ideal seria que nós pudéssemos debater isso como um todo, e não fazendo um remendo, como sempre estamos fazendo aqui.

Muito bem, eu tenho algumas perguntas objetivas ao Sr. Secretário e Ministro Adjunto, como já falaram aqui, Nelson Barbosa.

Sr. Secretário, dizem que não haverá nenhum prejuízo na arrecadação para ninguém, para nenhum dos Estados. Eu represento, para minha honra, o Estado de Mato Grosso aqui e penso que esta dificuldade do Estado de Mato Grosso em concordar com a medida provisória é também a dificuldade da maioria dos Estados do Centro-Oeste. Dizem que não haverá prejuízo para nenhum dos Estados. Se não existirá prejuízo, por que o estabelecimento de um limite de R$8 bilhões para ressarcimento? Se não haverá prejuízo, nós não precisaríamos desse teto. Se existir prejuízo, esse teto deveria ser não teto, mas um piso. Por que o estabelecimento desse teto?

Uma segunda indagação. Por que o estabelecimento desse limite temporal de 20 anos, lá no art. 2º, § 1º? Por que 20 anos? Se os Estados não terão prejuízo, é a mesma coisa, não precisamos do estabelecimento de 20 anos. Por que, na medida provisória, não se encontra "enquanto perdurarem as perdas de arrecadação mencionadas"? Isso seria possível? Por que o limite temporal de 20 anos?

Outra indagação, Dr. Nelson Barbosa. Nós estamos falando aqui que o Fundo de Desenvolvimento seria um instrumento para alavancar e cumprir o que está escrito no art. 3º da Constituição da República, para supostamente transformar as economias menos desenvolvidas. Um desses exemplos é o Estado de Mato Grosso. Muito bem, oferecem-se, em média, R$11 bilhões ao ano até 2033, para empréstimos no Fundo, com o sugestivo detalhe, Sr. Presidente, de começar com apenas R$3 bilhões em 2014. É isso, Sr. Secretário? Três bilhões, em 2014, para aplicação direta pelos Estados. A pergunta que eu faço daqui a pouco é a seguinte. Só nos atuais Fundos Constitucionais de Financiamento nós temos R$5,3 bilhões no Fundo do Centro-Oeste, R$11,5 bilhões no Fundo do Nordeste, R$2,9 bilhões no Fundo da Região Norte. Somando isto, dá quase R$20 bilhões – R$19,7 bilhões. Este valor não seria pouco, estabelecido na medida provisória, se nós concordarmos com ele? Este valor não seria pouco? Este valor adicional é menor do que já existe em aplicação hoje. Isso seria muito pouco. Os Estados estão querendo mais. Existiria aqui uma capacidade fiscal da União para fazer isso? Será que a União teria essa capacidade fiscal?

Vamos só lembrar o seguinte. Recentemente, o BNDES liberou R$2 bilhões para uma empresa. O jornal *Valor Econômico* levantou, no dia 1º de março deste ano, que as empresas do grupo EBX receberam do BNDES R$10 bilhões – receberam, desde 2005, R$10 bilhões. Continuo: em fevereiro deste ano aprovamos aqui no Congresso um projeto de lei de conversão, oriundo da MP nº 581, que é justo e cria – uma aspiração de todos nós do Centro-Oeste – o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste. Mas o projeto trazia um contrabando na autorização, um contrabando legislativo, que concede empréstimos de R$20 bilhões para a Caixa Econômica e o Banco do Brasil. E continuo, Sr. Presidente: esses valores da medida provisória não são valores irrisórios para esse Fundo? Isso se nós concordarmos com a criação desse fundo com a aprovação da medida provisória.

Eu vejo, Sr. Presidente, que nós teríamos que debater aqui o todo, não a parte. Nós estamos incorrendo aqui no mesmo erro: Estados vão perder e os Senadores aqui vão ter que defender os interesses dos seus Estados. Nós somos representantes dos Estados, mas somos Senadores da República, o consenso aqui não existirá. Não existe unanimidade no Senado da República como existe no Confaz – unanimidade, aliás, que é uma farsa; unanimidade com mais de um só matando o outro. Imaginem isso na Câmara dos Deputados, onde as bancadas são diversas... Não estou me referindo à resolução, mas à MP.

Então, são essas as indagações. Cumprimento todos os Secretários pela defesa da lógica, porque a matemática e a economia não fogem à racionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques.

O próximo inscrito é o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, quero saudar a Mesa nas pessoas do Dr. Nelson Barbosa, Secretário Executivo do Ministério da

Fazenda, do Dr. Cláudio Trinchão e do meu Secretário de Estado de Goiás, Dr. Simão Cirineu, que aqui está presente e para quem eu depois gostaria, se possível, que o senhor passasse a palavra. O Secretário Simão Cirineu já foi Secretário do Maranhão, de Minas Gerais e, agora, de Goiás, ele conhece todas as realidades. Então, eu acho que seria muito proveitoso ouvi-lo se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passou por todas as regiões.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente, e é oriundo do Banco Central. Então, o senhor veja que nós estamos muito bem servidos. Eu acho que a palavra do professor Simão vai ser muito importante.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Ele poderia se chamar Paulo, porque viajou por diversos lugares. Paulo era Saulo, tal como ele é Simão ou Pedro...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas antes da convenção o que prevaleceu foi a espada...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, os Estados emergentes estão com alguns problemas: piso dos professores, que tem de ser resolvido, mas não há caixa; juros da dívida pública, que variam de 14% a 19%; contribuição do FPE; redução da conta de energia; cesta básica em alguns Estados, que, como no meu, tem um peso importantíssimo; a Cide foi extinta; aumento do Super Simples. Todas elas são justas, não estou reclamando, mas quero dizer que são componentes de um problema seriíssimo nesses Estados emergentes.

O senhor sabe que quem mais deveria agradecer pela chamada guerra fiscal são pelo menos dois Estados: São Paulo e Minas. Nas décadas de 50, 60, 70 e 80, o grande êxito no Nordeste era ir para São Paulo em busca de emprego. Isso gerava para São Paulo e para Minas grandes problemas sociais, imensos problemas sociais. Não se tinha... Era o grande bolsão do Centro-Oeste, Norte e Nordeste. O que fizeram os governos federais de uma época para cá? Pensaram nos recursos das bolsas: nós temos que socorrer a pobreza, nós temos que eliminar a pobreza. Mas a melhor maneira de eliminar a pobreza é dar dignidade ao povo, é dar-lhe emprego. E como é que se dá emprego nas regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas? Atraindo as empresas. E por que as empresas vão atrás desses incentivos, por que há esses leilões? Porque a carga tributária é insuportável, nós batemos recordes todos os anos, todos os meses de arrecadação. Ninguém aguenta mais. Então, também para eles, isso é uma fuga, é uma necessidade. Foram criadas as diferenças de alíquotas para fazer frente a esse socorro, só que isso existe ainda.

Existe aqui um consenso. Dentre as diferenças, o consenso é um só: esse regime que está sendo apresentado, essa discussão que nos está sendo apresentada não serve para ninguém, nem para os Estados como São Paulo, Minas e Paraná, então, nós temos obrigação, não podemos cometer o crime de decretar a falência de muitos Estados.

É uma obrigação do Senado. Ora, falaram-me aqui que a unanimidade acaba com o Confaz. Gente, a unanimidade nem para mudar a Constituição é necessária. Como é que ela no Confaz...

Então, como vamos fazer? Nós vamos pedir agora ao Governo Federal que passe por um Confaz, para dar isenção do PIS/Cofins, etc. e tal. Também não vai conseguir.

Dr. Nelson, o Senador Ferraço tem um projeto que eu relatei aqui na Casa, que passou na Infra-Estrutura, que não era terminativo e que vem para cá. Ele dá três quintos ao Confaz, mas tem uma forma inteligente. Tem de ter por regiões. Não pode haver, não haverá blocos unidos; se o Norte e o Nordeste se unirem ao Centro-Oeste, não vão derrotar o Sul e Sudeste, porque precisam de um representante também. Então, é uma coisa que é exequível.

Tenho essa grande preocupação, porque, quando o Secretário Jader me mostrou aqui um dado que nós perdemos... O Estado de Goiás perde 27%. Quem, dos Srs. Secretários de Fazenda, pode perder hoje 5% da sua receita – 5%, não 27% –?

Nós estamos falando de um fundo. Primeiro, acho que esse fundo é insuficiente. Ter 3 bilhões ou 4 bilhões a fundo perdido, isso não vai resolver o problema de ninguém. Agora, quando esse fundo estiver maturado, Dr. Nelson, é um fundo dos Governos estaduais – não é isso? – para poder incentivar, a guerra continuará. O Estado de Goiás vai chegar a uma empresa e dizer: "Olha, eu te dou essa infraestrutura para...". O outro vai falar assim: "Não, mas eu tenho dinheiro aqui também e te dou mais isso". Continuamos na mesma. Não é por aí.

Acho que nós temos de repensar. Neste ano tem de ser repensado, sim, porque há uma súmula vinculante que provavelmente pode acabar até com o incentivo da Zona Franca de Manaus. É justo isso? Por que existe a Zona Franca de Manaus? A Senadora Grazziotin explicou. É um problema geoeconômico. É a única maneira que tínhamos, senão ficava um Estado totalmente isolado.

Então, as diferenças regionais de pobreza têm de ser resolvidas de outra maneira. Eu deixo aqui essa reflexão. Pensem muito bem na unanimidade do

Confaz. Não é salutar. Estão aqui os Secretários que concorda. O balanço... O Secretário Trinchão está me dizendo isso. Agora, se não existe essa unanimidade, como, Presidente Lindbergh, como vamos votar isso no dia 26 de março?

Não existe condição. Isso é um atropelo. Nós vamos cometer, talvez, um dos maiores erros que esta Casa pode cometer. "Ah, já foi discutido muito." Não, não foi. No ano passado, foi-se empurrando com a barriga. As discussões começaram realmente neste ano.

Então, peço... Ainda é cedo para votar. E nós precisamos arrumar uma saída. Não vai contentar a todos, com certeza. Eu acho que tem de haver as duas alíquotas. Tudo bem, vamos perder? Vamos. Perde o Centro-Oeste como um todo, mas a colocamos para 7%, para 4%. Por que não haver duas alíquotas? Tivemos a vida inteira. Não é problema. Isso é para corrigir as desigualdades. E o tempo de maturação precisa ser maior. Um dia vamos sentar, e os Secretários vão dizer assim: "Olha, o País está realmente quase igualitário, nós não precisamos mais disso".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Lindbergh Farias, Srs. Secretários todos. Já foram cumprimentados, eu renovo os cumprimentos e falo com o Secretário Nelson Barbosa.

Secretário, retomo uma questão levantada pela Senadora Vanessa Grazziotin relativa à questão da segurança da compensação que está prevista na sua exposição para os Estados que vão perder receita com o ICMS, com esse novo sistema, porque sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que é exportador. Lá nos anos 70, foi criado um mecanismo de incentivar as exportações. O Estado que era exportador deixou de arrecadar ICM; posteriormente veio a Lei Kandir, e o Estado até hoje tem dinheiro a receber que não é pago, que não é devolvido. Então, isso dá para um Estado como o Rio Grande esse temor de não ter essa compensação. Além do mais, na votação do FPE, que é uma fonte renda para os Estados, o Estado do Rio Grande do Sul perderá também. Vai perder também... Então, são pontos a serem considerados e que vão impactar.

Ontem, o Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, do Governo do Sr. Tarso Genro, anunciou preocupação com o déficit que está tendo em caixa o Estado do Rio Grande do Sul hoje. O Secretário do Paraná também falou do descompasso entre a receita. Mesmo os Estados que têm uma economia... O Rio Grande terá uma safra agrícola de 13 milhões de toneladas, mas isso não vai assegurar aumento de receita.

Eu queria voltar, Secretário Nelson Barbosa, a essas dúvidas e perguntar a V. Exª sobre a questão que o Senador Luiz Henrique Levantou – que o senhor foi muito elegante, politicamente –, quando disse que a matéria vai ser... Mas eu queria uma forma assim, digamos, objetiva, mesmo que o senhor não entre no mérito, mas veja a questão da viabilidade de compatibilizar um projeto que é criativo, para não dizer talentoso, mas criativo para resolver o problema para o Governo Federal com relação à renegociação das dívidas dos Estados com a União. Alguns Estados encontraram outros mecanismos de fazer troca de empréstimos com o Banco Mundial e fizeram algumas operações nesse sentido.

Mas eu queria, basicamente, saber desse processo porque imagino que V. Exª e o Ministro Guido Mantega já tenham tido, digamos, um exame mais aprofundado dele.

Muito obrigada, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço à Senadora Ana Amélia. Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, eu agradeço V. Exª e aos demais secretários, tendo em vista que o Secretário da Fazenda de São Paulo, Andrea Calabi, está aqui presente e, quem sabe, pudesse, pelo menos, ter uma breve palavra como os demais para também colocar o ponto de vista do Estado de São Paulo que foi, por vezes, comentado. Então, seria uma questão de equidade.

Agradeço, Sr. Presidente, se isso for possível.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Olha, depois de encerrada intervenção dos Senadores, irei acolher o pedido de V. Exª e do Senador Cyro Miranda, quando abrirei cinco minutos para o Secretário de Fazenda Andrea Calabi e para o Secretário de Goiás, Simão Cirineu, e reduzir o tempo dos Secretários de cinco para três minutos nessas considerações finais.

Eu acho que é importante a opinião de outros Estados.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria que o Secretário da Fazenda de Santa Catarina, Gavazzoni, também tivesse a oportunidade de se pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Se ficarmos nesses três, porque não há mais condições... Mas eu acho que importante...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para não abrir mão do tempo e poder ajudar os outros a falar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu acho que é importante escutar a opi-

nião de outros Estados. A gente faz aqui o esforço de reduzir o tempo dos outros secretários...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senador Lindbergh, na realidade, até porque seria um... Óbvio que ouvir é uma boa contribuição. Natural que cada um pleiteie a participação de seu secretário – o da Bahia está aqui também.

Então, eu proporia até outro encaminhamento, se V. Exª concordar. Esses Secretários, inclusive os que representam fortes na economia, principalmente o Estado de São Paulo, que tem um peso neste debate, que nós pudéssemos fazer uma segunda rodada aqui na CAE, que poderá ser programada para outro dia que não necessariamente para este dia.

Não seria no segundo semestre, Senador Moka, mas, inclusive, no segundo tempo, na parte da tarde, poderá ser amanhã, na quinta. Então, portanto, a gente teria condições, até pela importância do tema, de não esgotar só ouvindo... E este é um tema difícil de esgotar com uma audiência pública. Eu estou, inclusive, aqui desde o início ouvindo – até na condição de Relator da MP – diversos posicionamentos. Seria importante que a gente pudesse ouvir outra leva de secretários, já que, inclusive, ficou firmado que não há consenso no Confaz e que seria importante que esses Estados de regiões diferentes pudessem se expressar aqui, não em cinco minutos, porque ficaria já ao final de uma audiência pública destas como um comentário *en passant* quando, na realidade, nós poderíamos, inclusive, aproveitar a experiência de secretários como o Simão, que teve a oportunidade de passar em vários Estados, e o peso de outros Estados.

Seria importante se desse para encaixar. Eu sei do esforço de V. Exª para esse calendário. Mas todos nós sabemos que, se pudéssemos auscultar o máximo, há possibilidade inclusive de diminuir... Essa nossa agonia com o tempo é muito maior do que efetivamente marcar o tempo sem uma devida ausculta.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senador Walter Pinheiro, V. Exª foi meu Líder, mas, neste caso, fizemos uma divisão entre secretários e governadores. Há o caso, por exemplo, do Secretário Andrea Calabi, de São Paulo, que tem sempre contribuído com esta Comissão de Assuntos Econômicos. Nós não o tínhamos chamado inicialmente porque o Governador de São Paulo virá na próxima audiência pública.

De forma que eu queria encaminhar desta forma se V. Exª me permitisse: que nós abríssemos daqui a pouco aqui para a fala de mais três secretários – acho que fica bastante representativo da diversidade nacional – e voltássemos para a Mesa. Depois analisaríamos com calma outras audiências públicas, mas eu não queria, neste momento, já abrir para novas audiências públicas.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, sem querer contrariar a decisão de V. Exª, gostaria de concordar com o Senador Walter. Eu, o Senador Maggi e o Senador Jayme fizemos um requerimento para que o Secretário de Fazenda do Estado de Mato Grosso também fosse ouvido. Então, nessa segunda leva de secretários...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª sabe que eu convidei diretamente o Governador do Mato Grosso, Silval Barbosa, para estar aqui?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ele mandou uma comunicação junto com o Governador Marconi Perillo – ele era o convidado –, mas para que o André Puccinelli o representasse na próxima audiência, mas o convidado foi o do Mato Grosso. Os convidados eram o Secretário de Mato Grosso do Sul e o Governador de Mato Grosso. Agora, eu não posso fazer nada se o Governador declina em nome de outro representante da região.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me, Sr. Presidente. Concordo inteiramente com V. Exª, agora, essa não vinda do Governador de Mato Grosso não retira a legitimidade dos Senadores de solicitarem...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro. Quando o requerimento chegar, vamos avaliar, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, estive aqui pacientemente ouvindo todos os secretários e o nosso Secretário Nelson Barbosa, que, com muita tranquilidade, apresentou as informações, os dados. Acho que é esta a atitude do governo central: de ter muita paciência com os entes federados.

Eu estou nessa discussão há mais de vinte anos. Há pouco tempo me perguntaram – no começo, lá atrás, vinte anos atrás – sobre as isenções praticadas pelo então Governador Tasso Jereissati, que estava dando isenções que iam a 75%. Como não sou governador, talvez possa dizer isto: eu daria 100% e não 75%.

Há pouco tempo, há alguns meses, chegou aqui uma grande empresa, uma grande companhia indiana chamada Suzlon. Ela foi ao meu gabinete para buscar confirmar, entre os Senadores que faziam parte de um movimento em defesa das energias renováveis

no Brasil, alternativas – hoje podemos dizer energias complementares –, se nós iríamos manter o regime de leilões para essas energias. Eu disse que iríamos e responderam, então, que iriam colocar uma fábrica no Brasil. Perguntei onde – Andrea você deve me desculpar –, e ele respondeu que seria em São Paulo. Disse, então, que só haveria leilão se a fábrica fosse para o Nordeste.

Claro que era brincadeira, porque os leilões não dependiam do Nordeste, era uma decisão do governo central, do Presidente Lula na época, que garantiu a continuidade dos leilões. Mas o resultado é que a fábrica está sendo instalada no Nordeste e por uma única condição: nós pudemos manejar o ICMS dentro do que nós pudemos tratar como uma concorrência e não como guerra – a titulação de guerra é a forma preconceituosa de tratar o tema. Trata-se como guerra... Imaginem, esses caras agora querem guerrear! Daqui a pouco a guerra vai ser tratada como terror, e existe uma lei antiterror sendo tratada aqui no Congresso Nacional, meu caro Secretário Nelson Barbosa. Daqui a pouco os cearenses poderão ser enquadrados como terroristas por estarem utilizando o ICMS para atacar não os mais frágeis, mas os mais fortes, os mais poderosos da nossa Nação.

Então, essa é uma questão federativa das mais difíceis. Se quiséssemos piorar o quadro de insegurança jurídica, poderíamos também entrar com ADI, no Supremo Tribunal Federal, tratando dessa unanimidade do Confaz. Se a Constituição é alterada por três quintos, por que o Confaz tem que ter unanimidade? Alguém poderia – mais uma ADI, mais uma insegurança jurídica seria posta no caminho. E digo, a empresa de aerogeradores foi para o Nordeste no meio do tiroteio da insegurança jurídica. Mesmo assim, ela apostou e foi para o Nordeste, está se instalando no Nordeste.

É um grande empreendimento para a nossa região. Nós geramos, atraímos centenas de empresas do nosso País e de fora do Brasil, geramos milhares de empregos, porque este é o problema, é o fator gerador de empregos para a nossa região.

Então, o zelo nosso aqui tem de ser grande, grande, não tem que ter açodamento de dia 26, de dia 23, de dia 24. Sinceramente, vamos tirar isso da frente! Vamos tirar esse negócio de que a medida provisória é que vai ser a solução e a dádiva. Não é assim e não vai ser possível ser feito assim. Como o Senador Pedro Taques levantou agora, representa o Estado do Mato Grosso; nós representamos o Estado do Ceará. Então, nós vamos defender, sim, o interesse da nossa região e do nosso Estado. Não há como, não há como. Eu assisti a isso, meu caro Secretário, Nelson Barbosa, eu, no Ceará, e posso dizer, todos esses Estados do Nordeste assistiram a isso. Quer dizer, um incremento pequeno. O incremento do nosso PIB é pequeno, eu posso dizer, porque sair de 1,90 para 2,15, para 2,04, é pequeno. Mas olha, para nós, tem um peso... Você imagine o Estado do Ceará ter hoje 3 bilhões para investimento, é um esforço grande, e nós só fizemos esse esforço porque contamos com esse instrumento. Ou seja, ele não foi, sinceramente, negativo para a nossa região, não foi. A estatística tem uma escola, uma brincadeira, não vou nem dizer, porque pode ser que os estatísticos fiquem zangados, com o problema das estatísticas e dos números. São muito bons e a gente pode utilizar de todo jeito.

O Mauro Filho está rindo ali porque a escola da estatística era lá também no curso de economia. Uma estava colada na outra. E a piada girava ali na escola, mas ela não foi, quer dizer, o ICMS não foi um instrumento manejado de forma inadequada e negativa para a nossa região. E digo, sinceramente: os Estados maiores, mais fortes economicamente não tiveram esse prejuízo. Não tiveram. E ele não será um impossibilitador do crescimento do PIB brasileiro. Sinceramente, eu não vejo dessa forma. Fico preocupado no sentido de que pode estar sendo feita uma espécie de terrorismo contra as nossas regiões. Assim como foi feito há muitos e muitos anos com a Sudene, com o sucateamento da Sudene, e até hoje ela não conseguiu se soerguer, não conseguiu, nem a Sudam conseguiu, mesmo a gente criando agora o instrumento adequado para o Centro-Oeste. Essas outras não conseguiram ainda se soerguerem.

Vários mecanismos de incentivos são dados ou oferecidos ao Nordeste como coisa de coitadinhos e não como grande projeto de desenvolvimento, de o Governo Federal chegar e dizer o seguinte: todo o setor de automotivos vai para o Nordeste durante os próximos 50 anos. O.k. Aí, já dispomos, agora temos uma política diferente, mas não vai ser assim, porque parece que o setor automotivo está localizado em uma região do País. Ou todo o setor calçadista, ou todo o setor de confecção, vamos escolher um setor avançado tecnologicamente e um outro, um intensivo em mão de obra, para atrair para as nossas regiões. Muda a face da região. Mas não é assim que acontece, não, companheiros. Se não tivermos instrumentos nos nossos Estados para que possamos manejar positivamente; não é agressivamente, é positivamente, nas nossas regiões...

Vejo nesse sentido, por isso considero que não dá para marcar para votar amanhã, porque, se amanhã nós formos votar, essa medida provisória não passará, porque ela não tem condições, porque ela não responde hoje, a não ser que o nosso Relator, ouvindo aqui de

forma aberta, de coração aberto para as nossas regiões, modificar substantivamente a medida provisória, meu caro Senador.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Tem resolução antes disso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tudo bem, mas não passa, porque a medida provisória é uma resposta à resolução. Se não for dado um sinal de que há outro mecanismo, outros instrumentos que permitam votar a resolução, não tem resolução, porque essa cabe a nós resolvermos. Esse é o problema crucial que estamos vivenciando em relação às questões das regiões, e, querendo ou não, o Brasil é unitário, mas as regiões existem e os problemas e as diferenças são grandes, muito grandes ainda hoje. É por isso que o tema está aqui na nossa mesa.

Estou querendo até agradecer ao nosso Presidente, que acolheu a vinda do nosso Secretário Mauro Filho, num debate na semana passada. Acho que a tranquilidade da discussão da Mesa está sendo muito positiva, primeiro porque é esclarecedora. Estava-se dando essa ideia de que tinha unanimidade do Confaz e que tinha resolvido, mas não. Houve arbitragem do Governo Federal que, usando da sua prerrogativa, tomou uma decisão. Acho que isso é muito importante para esclarecer os Secretários, nós mesmos, o distinto público, que estava com a ideia de que estávamos aqui batendo cabeça. Não! Houve uma arbitragem necessária que entendeu a União, mas o debate está posto em nossas mãos e vamos decidir. Está ali o Relator com a mão no queixo pensativo de como vai nos ajudar a sair dessa. Não vai ser fácil, mas pode ser que ele obre esse milagre aqui para nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Último Senador inscrito, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quando o Senador Inácio Arruda quis transferir todo o polo automobilístico para a região do Nordeste, a reação não foi muito de satisfação.

Sr. Presidente, vou ser objetivo e breve.

Quero fazer uma saudação a todos os Secretários e faço em nome desse jovem Secretário da Fazenda do nosso Estado, que tem contribuído muito para que o Mato Grosso do Sul, que é, em termos de transferências constitucionais, o antepenúltimo da Federação. Nós, do Centro-Oeste, temos essa história de que o PIB de vocês, o *per capita* é muito alto. A impressão que temos é que para o Centro-Oeste não precisa de nada, é um negócio assim...

Quero louvar também, Sr. Presidente, e acho que esse debate é talvez o mais difícil. Secretário Nelson Barbosa, percebo a intenção do Governo e a proposta aqui, mas é assim mesmo. O Confaz discutiu, discutiu e vai chegar a um momento em que vão ter que sentar os Governadores com cada Secretário para fazer uma agenda mais política – permita, Sr. Presidente – para que possamos chegar aqui minimamente acordado, porque o que eu vi hoje aqui me dá impressão, salvo melhor juízo, que não tem condição política nenhuma para aprovar essa matéria, nenhuma. Eu diria que é quase que um dissenso total.

Começaria dizendo que a proposta do projeto do Senador Luiz Henrique é uma proposta que deveria ser colocada como compensação. A iniciativa do projeto de transformar parte do que os Estados pagam em juros para a União em investimentos, em infraestrutura é o início de uma discussão que pode realmente estabelecer um consenso. Consenso absoluto nós não vamos ter, mas, quando houver uma discussão mais política e compensações... E temos que lembrar que alguns Governadores, como é o caso do Mato Grosso do Sul, estão até deixando o Governo de Estado. A rigor, ele não teria nem o porquê de tanta preocupação, mas estamos falando dos nossos Estados e aqui representamos os nossos Estados.

Ainda há pouco, o Senador Inácio falou que não vai evidentemente concordar com isso, que não tem a menor condição. Sei do talento, da habilidade e da capacidade política do Senador Walter Pinheiro. O semblante dele é de desânimo, porque ele está vendo, assim como eu, a dificuldade que foi esse debate. Mas eu quero crer – e aí, diferentemente de alguns que colocaram aqui –, eu acho que nós temos que apostar, sim, nós precisamos resolver isso. Aí, é diferente. Apostar que tudo vai ser mil maravilhas, não, mas algumas coisas, eu acho – aí o Cristiano tem coordenado isso – que mais uma rodada, e me permito, com a presença dos governadores, para que a gente possa estabelecer, realmente, politicamente, alguns acordos, e aí, chegar aqui, Senador Lindbergh, com a matéria um pouco mais avançada. Nesse momento, eu digo a V. Exª – parece que ficou claro –, nós não temos a menor condição de votarmos.

Só para terminar, o meu Estado, Mato Grosso do Sul – me corrijam –, nós perdemos 33% da nossa receita. Como é que nós podemos concordar com isso? Não há como. É absolutamente... Não há como fazer isso. Agora, eu sou um daqueles que quer avançar. Acho que nós temos como ajudar, e acho que a presença dos governadores, junto com os secretários, em algum momento, pode estabelecer, não um consenso absoluto, mas alguma coisa que fosse um pouco mais próxima, que é estabelecer aqui condições políticas

para que a gente pudesse votar a matéria. Sem dúvida nenhuma, é importante, o País precisa disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, antes de passar para o Senador Walter Pinheiro, como Relator, ele vai fazer a última intervenção, eu devo avisar, Senador Moka, Senador Inácio Arruda, senhores secretários, nós vamos colocar essa reforma nesse semestre para votar. Estou falando isso porque é hora de acelerar as negociações. Os senhores têm que ficar em Brasília, têm que conversar, reunião no Ministério da Fazenda.

Eu não vou aqui abrir mão de prazos. Nós não podemos abrir mão de prazos. Estou convencido, senhores, que o FPE não foi votado aqui porque não estabelecemos prazos, é como se houvesse todo o tempo do mundo. Nós vamos ter prazos, e por ter prazos, eu tenho certeza que as negociações têm que se acelerar. Não saiam os senhores daqui achando que esse presidente vai tirar esse assunto da pauta. Não. Nós vamos colocar para votar, com o consenso que existir. Então, os senhores têm que acelerar o processo de negociação, com o Relator, Senador Walter Pinheiro, com o Relator Delcídio Amaral.

Ao contrário de alguns que estão completamente pessimistas, eu acredito muito na possibilidade de construção do consenso em cima de alguns pontos aqui, em cima de um debate. Amanhã todos os governadores estarão aqui com o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, a presença do Ministro Mantega, aqui. Temos a discussão da dívida. O Senador Luiz Henrique adianta uma proposição, que eu sei, é preciso a posição do Ministério, que é uma posição que agrada a muitos governadores, a questão de liberar uma parte do comprometimento da receita corrente líquida.

Deixa só eu acabar essa minha intervenção. Temos o Fundo de Participação dos Estados, e a gente sabe, temos um prazo de cinco meses. Temos o ICMS. Eu acredito que é possível a constituição desse acordo. Agora, é preciso que os governadores, os secretários entendam que têm que se dedicar, nesses 15 dias, a um profundo processo de negociação. E V. Exª tem razão, Senador Ricardo Ferraço, quando fala, eu acho que nós aqui temos que fazer isto também, reuniões administrativas, reuniões de Senadores com secretários, para ajudar também na costura desse consenso.

Agora, esse sinal, eu quero passar aqui para todos os senhores, é hora de acelerar as negociações. Aqui não é hora de marcar data de votação, é hora de acelerar essas discussões, porque eu creio que o Senado Federal e o Congresso Nacional têm que sair desse impasse federativo. O que a gente viveu dos *royalties,* todos nós Estados brasileiros, foi terrível para todos os Estados brasileiros.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não se preocupe, Presidente. V. Exª faz o calendário e nós votamos.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, mas essa é a minha função como Presidente. V. Exª pode querer me derrotar. A minha função, eu disse aqui no começo. Presidente tem duas funções apenas aqui: distribuir relatorias e colocar projetos na pauta de votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Presidente.

O fato de pautar não significa que vai aprovar, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Claro, Senador. Eu só queria que os senhores entendessem o espírito dessa decisão nossa aqui. Eu acho que há caminho para a gente conseguir construir consenso, e o apelo que eu faço aqui para os senhores secretários é que concentrassem esses 15 dias num amplo processo de negociação, porque eu acredito que a gente vá avançar.

Senador Ricardo Ferraço, rapidamente, e Senador Walter Pinheiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Valendo-me dessa comunicação de V. Exª, todos nós também nos ressentimos muito de o Congresso brasileiro ser uma Casa que parece não ter prazo. E temos que ter prazo. Muito bem. Então vamos trabalhar com prazo.

Foi colocado aqui, de "a" a "z", que nós não concordamos com a alíquota única. Todos falaram isso. Seria uma boa oportunidade para o Dr. Nelson Barbosa aproveitar para expressar o que pensa o Governo em relação a manter os dois níveis de alíquota. Já que V. Exª quer avançar e quer tornar pragmáticos os debates, vamos torná-los pragmáticos, vamos fazê-los avançar. Esse é o momento. Podemos ficar aqui até quatro, cinco, seis da tarde, sem problema. Agora, precisamos que o Secretário, em nome do Governo, fale aquilo que ele ouviu dos pontos de vistas objetivos e concretos. Não há como o Brasil se resumir à Av. Paulista! Nós precisamos de dois níveis de alíquota. As evidências técnicas e científicas dizem que isso produziu desconcentração da economia. Nós precisamos de segurança do fundo constitucional, do fundo de desenvolvimento regional, porque não há.

Sabemos da seriedade da reputação do nosso querido Nelson Barbosa, um técnico de primeira qualidade, mas, amanhã, por decisão soberana do povo brasileiro, poderemos ter outro governo que poderá

tomar outra decisão, e, então, a Lei Kandir é dois, é o retorno.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos prazo também, mas queremos segurança, e essa segurança não está clara. Não há certeza em relação a esse espaço, porque, na vida pública, as coisas são impessoais. Nós passamos. Nós passamos. Nós passaremos. O Dr. Nelson Barbosa, seguramente, também vai passar. Os nossos acordos não podem ser pessoais. Então, essa é uma boa oportunidade para que nós possamos focar nesses pontos que são os pontos de conflito.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

O Senador Walter Pinheiro é o último como relator.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, quero dizer, na linha desse debate – e até ouvi muito, viu, Ricardo? – e longe do desânimo levantado por Moka, que eu aprendi com o meu pai, que não era economista, era ferroviário, o seguinte: "O difícil a gente faz logo; o impossível demora um pouco.". Então, não dá para ter desânimo, mas dá para ter exatamente esse desafio.

Esse é o momento em que o Senado, também, não pode voltar ao velho debate e dizer que nós só vamos resolver essas coisas se juntarmos tudo, até porque, ao longo desses 20 anos, desde a Câmara dos Deputados, o discurso que norteou a nossa intervenção foi o discurso de que nós só faríamos se fizéssemos tudo junto – a tal da reforma tributária – e chegamos à conclusão de que é impossível, exatamente por essa disparidade. Aqui, desde 2011, no Senado, nos optamos por pegar pontos e ir tocando de uma forma bem direta. Com trauma ou sem trauma, avançamos no ICMS importação, mas avançamos com o compromisso de o Governo colocar também os outros pontos na Ordem do Dia. Isso era necessário para que a gente pudesse andar. Dentre eles, por exemplo, o que dialoga com a proposta do Senador Luiz Henrique: a questão da dívida dos Estados, que é um elemento central, que é um elemento que resolve o problema, inclusive, dos investimentos em cada Estado; resolve um problema de caixa, resolve um problema financeiro; resolve um problema imediato, mesmo aqueles que vão embora. Mas resolve agora isso, Moka. Isso não é um negócio para o futuro. É diferente de uma atitude econômica para uma atitude financeira. Os Estados desembolsam. Então, se a gente mexe, determinando o novo índice para essa dívida – e, obviamente, quebrando – e resolve qual é o tamanho desse desembolso ou diminui esse tamanho permitindo outro tipo de investimento, a gente avança.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite um aparte rápido?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Simplesmente se transformam 20% de transferência de dinheiro para a União em investimento direto no Estado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Isso não é qualquer coisa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Os Estados pagariam ao Governo Federal em investimentos em cinco áreas: infraestrutura, segurança, saúde, educação e inovação. Ele escolhe em quem aplicar, de acordo com a sua realidade, e submete. O Governo Federal aprova porque o dinheiro é dele. Assim, se estabelece esse dispêndio de 20% como pagamento feito na forma de um programa de investimento direto, sem burocracia, sem passeio de dinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Isso. Então, por exemplo, não só...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Vou permitir.

Não só há bom ânimo como há inclusive já iniciativa. Não só V. Exª, mas o próprio Governo encaminhou um projeto para a Câmara dos Deputados. Estamos com essas duas outras frentes, Senador Moka, caminhando. O que nos cabe agora, e é um pouco do que dissemos ao Senador Luiz Henrique na semana passada, é tentar colocar aqui o nosso projetinho para andar, sem nenhuma competitividade com a Câmara. Mas a gente aproveitaria isso para...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu faria um apelo ao Presidente para pautá-lo para próxima terça-feira.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ...fazer, inclusive, como um elemento impulsionador dessas outras medidas, da chamada busca do outro ponto de consenso, e tentaríamos ver como você entraria para compensação.

Deixe-me só colocar uma coisa aqui que penso que dialoga com V. Exª, Senador Ricardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É para contribuir com V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Diga.

O SR. RICARDO FERRAÇO – A questão é relevante e tem sido levantada pelo Senador Luiz Henrique com apoio do Presidente Lindbergh. Ela tem a ver com a questão fiscal, não tem a ver com o dinamismo das nossas economias. São questões diferentes.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Deixe-me concluir para dialogar com V. Exª. Quero que a Mesa fale.

Um dos elementos que penso que entra fatalmente nessa disputa ou nessa chamada busca de espaço, para nós encaixarmos algo que dialogue com a chamada compensação, é a possibilidade de conversar com o Governo, de conversar com diversos Estados sobre qual é a medida que podemos adotar, por exemplo, para aqueles que, inclusive, já se instalaram se beneficiando desse benefício fiscal. Quando esse gatilho passaria a funcionar ou até que medida poderíamos retardar isso para um processo de chegada desses Estados nesse contexto de unificação?

Por isso, Senador Lindbergh, concordo com V. Exª. Temos de dar passos. Temos uma resolução que antecede a medida provisória. Ela é, inclusive, o mecanismo de viabilidade para tentar, inclusive, resolver os problemas compensatórios na medida provisória, mas eu preciso do *start*. Por isso, insisti nessa possibilidade de, mesmo sem perder o seu cronograma, acelerar o nosso passo, aumentando essa nossa capacidade de exercitar, de dialogar, de buscar alternativas, tentando, em paralelo, encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – V. Exª tem razão. Vou marcar algumas reuniões administrativas, nossas, internas, de Senadores, para conversarmos. Isso pode ser muito importante. A partir dessas conversas, vamos tentar avançar: ligar para Governadores, Secretários, para o Secretário Executivo Nelson Barbosa, para o Ministro Mantega. Acho que esse é um caminho.

Passo a palavra, agora, por cinco minutos, para o Secretário de Estado da Fazenda de Goiás, Sr. Simão Cirineu.

O SR. SIMÃO CIRINEU – Boa tarde, Srs. membros da Mesa, Presidente da CAE, Srs. Senadores.

Eu acho que esse processo de dialogo que se alongou no Confaz e que não teve um desfecho geral teve pelo menos muitas contribuições.

Eu acho que o Ministério da Fazenda, acertadamente, fez a proposta final, porque nós não chegaríamos nunca a um consenso. Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem 7 e 4 para manter o diferencial de alíquota que lhes permite competir em melhores condições com Sul e Sudeste. Isso é importante para esses Estados e acho que não considera que a guerra fiscal vá continuar. Para não continuar a guerra fiscal, ele detém no próprio Fundo de Desenvolvimento: aquele que continuar com guerra fiscal não receberá recursos do Fundo de Desenvolvimento. Então, há as proibições que são necessárias para que não se continue a guerra fiscal.

Por outro lado, verificamos que esta proposta teve muito da contribuição de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando, no último Confaz, nós colocamos na mesa a alíquota interestadual da Região Sul-Sudeste e a alíquota interestadual da Região Norte-Nordeste e Centro-Oeste, unificando-as em três anos apenas. Eu acho que até São Paulo, que gostaria que fossem talvez 4 ou 5 anos, ainda não percebeu a importância de estarmos fazendo isso em 3 anos. Eu acho que isso vai gerar insegurança por simulações e por outros tipos de coisas. Talvez esses 3 anos sejam muito rápidos e não o que era necessário. Como diz o Dr. Nelson Barbosa, ficaram à revelia os incentivos de 17% apenas, dos 100%, claramente na sua apresentação. Isso nos diz que há 17% apenas ainda competindo, mas isso vai acabar, porque vamos ter o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Eu gostaria de pedir aqui, para haver um consenso melhor, que esse fundo fosse melhorado na questão a fundo perdido, porque os Estados teriam mais condições de fazer uma competição leal, com recursos do fundo. E, se nós tivéssemos ainda alguma redução de PIS e Cofins nessa batalha, nós teríamos uma política de desenvolvimento regional mais arrojada e mais eficiente. Por outro lado, criticamos o limite de 8 bilhões do Fundo de Compensação. Eu tenho certeza de que os cálculos, Dr. Nelson Barbosa, estão corretos. Não devem chegar a 8 bilhões, mas isso traz uma insegurança muito importante para aqueles Estados que perdem mais. São Paulo vai perder se ficar em 7% e 4%; Goiás vai perder, mesmo ficando em 7% e 4%; Mato Grosso vai perder se ficar em 7% e 4% também, mas ele minora as perdas e ele tem que ser aberto e não com prazo definido, porque senão haverá uma sensação de insegurança a todos.

Nós acreditamos que as propostas que o Ministério da Fazenda trouxe são eficientes, mas elas geram essa insegurança, porque todos têm medo da perda. E quando há um prazo de 20 anos para perdas, todos ficam inseguros. Então, é preciso fazer isso... Outras questões menores, como de redação. O gás de Mato Grosso antes era 7% e 4%, na medida está 12%...

(*Soa a campainha*.)

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – ... pior do que estava. Outras questões de PIB, não se sabe se é PIB real ou nominal, é nominal. Então, isso é questão de acerto. O Ministério da Fazenda já trata disso a contento. A questão do Amazonas, aí sim, é um problema, porque várias empresas vão fazer simulação com o Amazonas, aí não sei como resolver isso, talvez reduzindo um pouco a alíquota ou não, não deixar em 12%, deixar em 7%.

Algumas questões devem ser combinadas, porque tenho certeza de que num prazo curto, não tão longo,

não tão curto quanto se quer e nem tão longo como se deseja, nós possamos chegar ao consenso final.

Era isso, com a experiência que tenho de várias áreas, eu não posso falar por uma ou por outra aqui, porque eu já enfrentei várias delas, mas eu acho que o consenso é possível...

(*Soa a campainha*.)

O SR. SIMÃO CIRINEU DIAS – Eu acho que é o momento de chegarmos ao desfecho final desse consenso e não acho impossível. A questão da dívida é uma outra questão que leva governos a quererem uma redução do comprometimento. Existem sete Estados que têm alíquota de 15% da Receita Líquida Real e, por acaso, são os Estados mais pobres. Isso não é compatível com o que se deseja nesses Estados. É certo que naquele momento, quando isso foi fixado, aqueles Estados tinham maior dívida e não tinham certeza se iriam pagar. Mas hoje, esses Estados reduziram muito sua dívida e tenho certeza de que vão pagar, mesmo com um comprometimento menor de Receita Líquida Real.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Queria passar para o Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Andrea Calabi, depois para a nossa Senadora.

O SR. ANDREA SANDRO CALABI – Obrigado. Cumprimento o Presidente da CAE, Senador Lindbergh Farias. Cumprimento as Srªs e os Srs. Senadores, meus colegas Secretários, senhoras e senhores.

Eu queria fazer quatro pontos breves, se o Simão também puder participar. Primeiro, por que alíquota única? Segundo, se o Confaz tem consenso. Terceiro, qual é a questão de unanimidade. E, por fim, qual situação nacional que temos de perdas de competitividade e, concomitantemente, necessidade de maior desenvolvimento regional? Alíquota única simplesmente pelo fato de que a Constituição manda a um Estado, no sistema do ICMS, um raro crédito cobrado por outro Estado.

E assim todos têm unanimidade na decisão de acatar os 4%. Quer o outro Estado cobre 4%, quer cobre 2% ou zero. Tanto faz, vêm 4% e todos têm disposição de cobrar 4%. Já 7% é diferente. Alguém pode dar um incentivo de 5% e esse fato já é muito forte e não obriga o Estado a honrar aquele incentivo.

A questão é que o incentivo é pago pelo Estado destinatário. E não pelo remetente. O exemplo mais claro é dado num primeiro momento pela exportação. Um Estado que manda uma mercadoria para São Paulo com 12% e que tem um incentivo, digamos, de 75% dos 12%, de 9%, vem para São Paulo, industrializa e exporta e a empresa cobra os 12% em São Paulo, em *cash*. O crédito é cobrado no Estado de destino.

Assim, uma empresa que normalmente opera vem com um crédito declarado falso que o Estado de destino é obrigado a pagar. Uma alíquota única de 4% é a alíquota que todos concordariam em receber, qualquer que fosse a decisão do Estado remetente. Ninguém impede o Estado de dar um incentivo que desejar. Alíquota pode não ser um crédito outorgado; basta uma redução de base de cálculo ou uma isenção de tal forma que incentivo seja explícito na nota fiscal reconhecido e ele é legítimo. O Estado tem todo direito de abrir mão da sua renúncia fiscal.

O direito que o Estado não tem é de ameaçar a autonomia do outro Estado. A questão da unanimidade é uma cláusula pétrea da Constituição porque é uma cláusula de manutenção da federação.

Eu peguei aqui o Ives Gandra Martins, que é um jurista de primeira ordem, e peço que incorpore, se possível, à sessão um parecer dele sobre unanimidade de Estados e distritos. Ele diz justamente isto: a unanimidade decorre da autonomia dos Estados. Autonomia dos Estados é bancada por oxigênio do ICMS. E, portanto, ninguém tem o direito de ameaçar essa autonomia. Nem um outro Estado pode comandar os recursos de um terceiro Estado.

A quebra de unanimidade representaria o fato de que alguns conjuntos de Estados seriam capazes de comandar – de fato comandar – o caixa de São Paulo, digamos. O que é reconhecidamente inaceitável. Autonomia de cada Estado e a federação são cláusula pétrea, leia-se Ives Gandra Martins como exemplo.

Assim, a questão da alíquota única é simplesmente porque ela é aceita por todos, qualquer que seja a decisão.

E o incentivo que alguém quiser dar é livre ao empresário na forma de redução de base de cálculo e isenção.

Em segundo lugar, então, se o Confaz tem um consenso, desde logo há uma questão de unanimidade, nós percebemos. E a unanimidade não é a questão simplória se é burra ou se há uma mudança de constituição por maioria absoluta ou por maioria qualificada, algumas outras ações e por que há unanimidade.

É fácil entender a questão da unanimidade, como eu expliquei, é fácil aprofundá-la. Nesse sentido é que o consenso do Confaz sempre foi respeitado. É nesse sentido, aliás, que, recentemente, em 16 ADIs votadas, relatadas por cinco ministros, votadas por unanimidade no Supremo, o Supremo reconheceu a inconstitucionalidade de incentivos dados sem o Confaz.

Trabalhamos bastante no Confaz um consenso. Acho que foi meritório o trabalho, o Trinchão sempre

positivo, até um certo momento em que, na verdade, se tornou mais Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e, assim, adotou as teses. E, como tal, inclusive, há uma questão quanto à representação, se é regional ou se é global. Perdemos em três casos fundamentalmente.

Houve, em relação ao consenso que estava sendo trabalhado no Confaz, uma extensão não avisada e inesperada de cinco anos na trajetória de 74 nas propostas que o Governo Federal mandou ao Congresso. O custo de 74 é muito elevado para alguns Estados. Vamos entender o seguinte: se há algum limite para compensação, mais apoio ao desenvolvimento regional, quanto mais caro for o Fundo de Compensação, menor o volume de recursos que o Governo Federal dedicará ao Fundo de Desenvolvimento Regional. Quanto mais barato for o Fundo de Compensação, mais elevados são os recursos que o Governo Federal, sob essa premissa de algum limite orçamentário, seja de fonte orçamentária seja de crédito, se houver um limite global, e evidentemente eu acho que há, quanto mais barato for a compensação, maior é o volume de recursos de desenvolvimento regional. Isso não está pensado. A extensão de cinco anos encarece o Fundo de Compensações para além dos R$8 bilhões previstos e, portanto, reduz o volume de recursos para o desenvolvimento regional de forma estranhamente não percebida em geral.

A segunda questão que temos pendente contra o consenso é do Amazonas. Manter 12% com todos os outros Estados a 4%, esqueçam. O volume a menos de produtos ou sistemas em que o custo de transporte é proibitivo vai todo para lá ou se criam simulações de saída a 4% para poder voltar com o crédito de 12%. É insuportável, é inesperado, não estava previsto, nunca foi discutido, assim como a extensão dos 12% para o gás da Bolívia, que pode respeitar a característica que tem, não estendê-lo para todo o gás, seja o que for produzido pelo Espírito Santo, ou pelo Rio, ou mesmo por São Paulo. Então a extensão por mais cinco anos com suas consequências...

O Amazonas, nós temos que ver. Acho que algum Senador, não sei se foi o Senador Luiz Henrique, fez a soma dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste em R$20 bilhões. A página de renúncia fiscal do Governo Federal, chamada Despesas Tributárias, está no Orçamento-Geral da União – aliás infelizmente ainda não aprovado –, diz que o primeiro grande item de renúncia fiscal federal é o Simples Nacional. Trinta bilhões de reais ao ano de renúncia fiscal que direta ou indiretamente suporta R$20 milhões de emprego, algo do tipo R$1.500,00 por emprego. O segundo maior é a Suframa, R$20 bilhões para algo mais de cem mil empregos, portanto, algo da ordem de R$200 mil por emprego gerado. Então, a mobilização de fundos federais em programas corretos de desenvolvimento regional é correta, é conhecida e tem que ser eventualmente melhor utilizada.

Finalizando, Sr. Presidente, é claro que há necessidade de se ter uma visão de conjunto. Nós estamos na pauta com o ICMS dos portos, ajuste da Resolução nº 13, o FPE, comércio eletrônico, *royalties,* a redução a 4%, a questão da unanimidade, dívidas e falta um bom plano nacional de desenvolvimento regional forte, parrudo, que evidentemente dê melhor condição.

O Governador Alckmin, eu sempre insisto e ele repete, defende que uma trajetória estável de crescimento econômico do Estado de São Paulo depende da existência de uma trajetória estável de crescimento econômico nacional. A segurança ou insegurança da base de São Paulo depende de uma redução de disparidades inter-regionais de renda. Há um grande reconhecimento por parte do Governador Alckmin. Portanto, é uma questão que está afetando essa discussão toda a base de competitividade nacional. Nós estamos perdendo condições de ganhar a economia de escala, organização nacional, apoiar o desenvolvimento regional sem construirmos melhor o consenso que vimos construindo.

Eu sou muito positivo, junto com o Simão, sobre a capacidade que temos em conjunto de construir as soluções em que estamos bastante adiantados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Secretário Andrea Calabi.

Passo aqui para a Senadora Kátia Abreu, que estava inscrita e vai ser, agora, sim, a última Senadora a falar.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada pela presença de todos os participantes dessa audiência pública tão importante para o Brasil, uma discussão antiga, mas que chegou ao ponto de não poder esperar mais.

Com relação, Sr. Nelson Barbosa, nosso Secretário Executivo, tenho duas visões que preciso considerar. Como Senadora do Tocantins, as perdas que meu Estado terá com essas modificações.

Realmente os incentivos fiscais são importantes para a atração de empresas. Feliz ou infelizmente esse é um instrumento que ainda temos. Mas acredito ainda que, paralelamente a essas discussões das compensações, do tamanho do fundo, das proporcionalidades do fundo, que também acredito que, pelo menos, 50% a 50% seria mais justo, o grande problemas dos nossos Governadores, especialmente do meu, é o recurso do dia a dia, é o custeio. O Governo, confesso, tem oferecido oportunidades de financiamento, de parcerias, mas

ainda tem a contrapartida. Estamos tendo dificuldades de, até com a contrapartida, por mais boa vontade que possamos ter, cumprir com a folha de pagamentos, e cada governo que passa sempre tem a folha no seu teto máximo de compromisso constitucional. Então, essas questões são sérias.

Estou vendo meu Estado passar por grandes dificuldades, inclusive na área de saúde, para abastecer os hospitais. Mesmo a União tendo financiado pelo BNDES hospitais novos, mesmo eu levando com emenda de Bancada hospital novo para o Tocantins, na região de Gurupi, é preciso do custeio do dia a dia, em que as coisas se complicam.

Tenho certeza de que não será por conta desses fundos de compensação que deixaremos de votar uma das matérias mais importantes para esse País.

Agora, vamos para o outro lado que é o desenvolvimento do País como um todo, olhar o Brasil por inteiro.

Principalmente nos últimos 10 anos, há uma palavra que é unanimidade: competitividade. O Brasil precisa ser competitivo. Está se tornando até uma frase enjoativa porque vai se repetindo, repetindo e as coisas praticamente não aconteciam. Estamos vendo sinais importantes em direção a essa competitividade. Estamos assistindo às concessões; aos leilões, que deverão sair espero que com muita rapidez, das rodovias, ferrovias e hidrovias; à MP dos Portos, que tenho prazer e o privilégio de defender e de ter ajudado a construir, que vai abrir definitivamente os portos brasileiros à iniciativa privada, ajudar nessa competitividade; à desoneração de folha, as seis confederações tiveram uma reunião de três horas com o Ministro Mantega sobre a importância da desoneração de folha, de aprovar o projeto de lei da terceirização da mão de obra.

O ICMS não pode ser visto como uma coisa isolada. Estamos em uma guerra, em uma guerra santa, em uma guerra sem sangue, em uma guerra a favor da competitividade. Quando se fala do ICMS sozinho, até parece que ele vai ser o salvador único da pátria. Não! Ele é um dos piores motivos da falta de competitividade, mas outras coisas estão acontecendo.

Não podemos fazer um prédio novo com elevador velho. Não adianta fazer as reforma, não adianta avançarmos como estamos tentando avançar, o Congresso Nacional, o Governo, independentemente de oposição... Quantos da oposição desta Casa apoiam a MP dos Portos, em uma questão suprapartidária, a favor da competitividade! Então, esse elevador velho não pode atrapalhar o prédio moderno, e esse elevador velho é o ICMS.

Estou dizendo isso originária e eleita por um Estado pobre, que precisa, sim, das suas compensações. Meu Estado precisa disso para sobreviver, independentemente de o ICMS já estar passando por sérias dificuldades pela queda nas arrecadações, das isenções que foram necessárias por causa da crise – e o Brasil é um conjunto, e não coisas isoladas.

Queria destacar a importância, nesse conjunto, Dr. Nelson Barbosa, de que o que vai trazer a competitividade para o Tocantins, além de recursos, são também parques tecnológicos, que vão trazer inovação e tecnologia. Principalmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste nós quase não encontramos esses parques tecnológicos. Ah! Mas porque não existe a indústria. A indústria não vai porque não tem inovação.

Se você visitar, hoje, as zonas econômicas da China, que lá em Deng Xiaoping foram instaladas com imposto praticamente zero, hoje os impostos já retornaram e o mais importante para essas ZEEs não são mais os impostos, mas a tecnologia, a inovação, os parques tecnológicos dentro desses lugares e a logística, uma logística eficiente e eficaz que faz a diferença e suplanta até a dificuldade da carga tributária.

Mas eu queria entrar diretamente num dos setores mais importantes que represento: a agropecuária. Pouca gente no Brasil sabe – a maioria dos brasileiros tem mais o que fazer: cuidar das suas vidas – que para que eu exporte a soja para qualquer parte do mundo, o ICMS é zero. Se eu quiser processar essa soja no Brasil, enlatar e processar, vou vendê-la e exportá-la com imposto de ICMS que vai variar de 7% a 12%. Agora, quando o preço da soja ou desses produtos são fixados em nível internacional, ninguém quer saber se no Brasil tem ICMS, PIS, Cofins; se os nossos portos são uma lástima. Na hora em que os preços são fixados, eles querem saber de competitividade; é um salve-se quem puder e é a guerra fiscal ao contrário, no mundo inteiro. E o Brasil é um País exportador. Nós precisamos abastecer o mundo. E se nós temos algum orgulho neste País, entre tantas outras coisas, é a nossa eficiência, a nossa eficácia em produzir alimentos.

É um contrassenso quando vejo na imprensa as pessoas dizerem que o Brasil só vende *commodities*. A Senadora Ana Amélia, que é uma especialista na área, por conta do seu Estado do Rio Grande do Sul, sabe que nós não podemos exportar produto processado porque não temos competitividade. Então, ninguém acredita que isso é possível. Para exportar soja em grãos é zero e para exportar óleo de soja chega a 12%. Então, como eu não vou exportar *commodities*? Eu só posso exportar *commodities*! Porque o que tiver para vender, neste País, a China e a Ásia querem comprar tudo.

Então, eu também acho muita graça quando falam que é preciso diversificar a pauta para a China, pois nós só exportamos soja e carne; um pouco de carne.

Soja e metais. Eu queria que alguém apresentasse aqui volume de produto que tenhamos para exportar para a China. Infelizmente, não temos, porque se abrirem-se as portas, os chineses querem tudo. Nós não temos produto para exportar. Então, a pauta não é diversificada por isso: falta de produto.

Nós somos um grande consumidor. O Brasil é um grande mercado consumidor. Então, eu apelo para os colegas, para esta Comissão, para o Senado, o Congresso. É intenção de todo mundo. Nós precisamos corrigir o ICMS com urgência, sob pena de o País sofrer e ser penalizado cada vez mais, pela falta de competitividade e insegurança jurídica.

Os insumos agropecuários são isentos de ICMS, mas por conta de um convênio que todo ano deve ser renovado e ninguém sabe se o será. É sempre uma surpresa. O Piauí não aderiu ao convênio, por exemplo. Então, o Sul do Piauí, que hoje é uma grande fronteira agrícola no País, não tem essa prerrogativa. Isso precisa ser fixado.

A carga tributária média mundial da agropecuária, do agronegócio é 5%; no Brasil são 19%. Quer dizer, como nós vamos ganhar dos Estados Unidos, da Argentina, da Europa, para exportar para a Ásia? Estou falando Ásia, mas é o mundo inteiro! A Ásia é o grande mercado consumidor hoje, além da distância. Nós temos uma distância física imensa que precisa ser compensada com a competitividade interna, com estradas, ferrovias, hidrovias, portos modernos, excesso de energia sendo distribuída; e a carga tributária. Então, eu não sei como. Nós precisamos fazer essa mágica pelo Brasil. E tenho certeza de que o Governo não vai deixar de fazer as compensações, pelas questões da dívida dos Estados. O meu Estado, por exemplo, não deve, mas a maioria dos Estados deve e tem uma dívida terrível, monstruosa. E podem também ser uma questão de compensação muito importante essas dívidas.

Eu encerro pedindo ao nosso Vice-Ministro que considere outra coisa importante, em nome da produtividade e da competitividade: Receita Federal. Nós precisamos desburocratizar e democratizar a Receita Federal. A democracia chegou no Brasil inteiro, menos na Receita. Ela não conhece essa palavra. Ela é unilateral. E eu já tentei diálogo, protocolei projeto de lei de defesa do contribuinte e não há meios de negociação.

Eu tenho certeza de que, com o empenho da Presidente, da Fazenda e de todos os órgãos de Governo... não estou falando em redução de carga, estou falando de desburocratização e de democracia, direito à defesa que todo contribuinte precisa ter neste País. Isso faz parte da nossa competitividade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Agora, vamos para a rodada final. Passo a palavra ao Secretário de Fazenda de Santa Catarina, Antonio Marcos.

Queria pedir, Antonio Carlos, que cumprisse o prazo e agradeço. Todos nós, Senadores, agradecemos, pois já passamos das 14h. Estamos perto das 14h.

O SR. ANTONIO CARLOS GAVAZZONI – Quero cumprimentá-lo, Senador Lindbergh Farias e todos os Srs. Senadores e Senadoras, os colegas Secretários de Fazenda que participam deste evento.

Desde o dia de ontem, ouvindo as defesas dos posicionamentos de cada um dos palestrantes e das pessoas que aqui se manifestaram, eu resumo na seguinte frase: as posições que aqui foram colocadas são legitimamente contraditórias em alguns pontos. E aí o equilíbrio desta Casa, do Senado, para conseguir formatar uma proposta ou encontrar, melhor dizendo, o ponto de equilíbrio entre os interesses de todos os Estados.

A proposta tem méritos e eles foram muito bem destacados aqui ao longo desses dois dias, mas ela também traz alguns riscos. E é sobre esse risco que nós precisamos tomar alguns cuidados. Nós precisamos meditar sobre eles e discutir um pouco mais sobre eles.

O primeiro deles, no caso de Santa Catarina, é a perda efetiva da arrecadação. O nosso Estado tem uma balança superavitária. O nosso Estado é industrial, produz e manda produtos para o Brasil todo. Dados que foram cruzados através de nota fiscal eletrônica, pela nossa Secretaria, mas confirmados no Confaz também e muito próximos dos dados do Ministério da Fazenda, mostram a nossa perda em algo em torno de 1,5 bilhões a 2 bilhões por ano. Esse é o risco.

E como compensá-lo? O Governo propõe uma medida, bastante inteligente, mas talvez não seja suficiente. Esse é um risco sobre o qual precisamos meditar.

O próximo – e eu acho que ele é bem significativo, não foi dito aqui ao longo das manifestações – é o seguinte: com uma alíquota uniforme ou reduzida, nós teremos internamente nos nossos Estados a pressão para redução do ICM dos nossos insumos, já que muitos dos insumos são trazidos de fora do nosso Estado, mas também são produzidos dentro de Santa Catarina. Essa pressão muito provavelmente vai acarretar em uma redução de alíquotas e em perda de arrecadação.

Para ser muito breve, queria destacar o seguinte ponto: ao tempo em que Santa Catarina se preocupa com o Brasil – e aqui o Senador Luiz Henrique é a prova mais viva disso, quando seus projetos dizem respeito a todos os Estados do Brasil e não somente a Santa Catarina –, Santa Catarina também se preocupa com

os seus brasileiros. E eu vou dar um exemplo bem prático de um efeito que não está medido, mas que me parece que é um risco bastante real. O agronegócio, no Brasil, tem o DNA catarinense, ele nasceu em Santa Catarina. Ele corresponde, no nosso Estado, ma minha região, a região oeste de Santa Catarina, a 24% do PIB catarinense. E a arrecadação desse setor em Santa Catarina é de apenas 0,4%.

A participação na formação da nossa arrecadação é quase nula, porque é um setor historicamente incentivado, já que nos dias de hoje talvez o agronegócio não devesse estar mais em Santa Catarina.

Mas lá nós temos brasileiros, lá nós temos catarinenses e nós temos toda uma cadeia industrial formada a partir disso que, quando a potência dos benefícios fiscais catarinenses perdem significado perante o Brasil talvez aquela planta ou aquela cadeia toda levante e vá para seu destino natural nos dias de hoje. No passado era Santa Catarina e talvez hoje não seja mais.

Os Secretários de Fazenda que aqui se encontram, tenho certeza, v vivem o mesmo dilema – muito foi dito. Várias indústrias, vários setores levantam suas plantas e vão para outros Estados do Brasil. E mais do que isso, vão para o Peru. Nos últimos dois meses, recebi vários empresários mostrando não só interesse, mas já a iniciativa de levar suas plantas industriais para fora do Brasil. Então, os riscos que aqui foram rapidamente destacados me parece que mereçam uma atenção bastante grande do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Antonio Marcos.

Passo imediatamente para o Coordenador Nacional dos Secretários de Fazenda, Cláudio José Trinchão, pelo prazo de três minutos**.**

O SR. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS – Bem, a questão das alíquotas interestaduais, vou contar a evolução histórica.

Os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste sempre apregoaram que deveria ser o destino puro, ou seja, a tributação plena no destino. Isso estamos discutindo a muitos anos atrás. Houve uma evolução, através das cartas amplamente divulgadas na imprensa, as cartas dos governadores, para sete e dois. Em uma tentativa de conciliação, evoluindo para sete e quatro e mais recentemente sete e quatro e 4% entre nós, Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Eu diria, percepção pessoal, isso até comentei com o Nelson há algum tempo, que sete e quatro é o número político, é o número do acordo. É uma percepção pessoal. Nem tanto nem tampouco. Nem quatro e quatro nem sete e dois. Sete e quatro. E esta é uma Casa de conciliação. Vinte dos 27 Estados têm essa posição, isso representa 74% dos Estados da Federação.

Com relação aos fundos, um ponto que é de consenso comum – olha que é algo difícil entre os Estados – é que eles devem ser constitucionais. Existe uma questão de lapso temporal que requer velocidade a aprovação dos fundos e deve ser concomitante com os demais temas. Mas se há unanimidade dos Estados nesse entendimento seja na compensação do Fundo de Desenvolvimento – e aí requer um aprofundamento quanto à questão dos valores –, será que não conseguiríamos aprová-lo, em um lapso temporal, casado com as demais propostas? Porque o que fica no ar é insegurança. Todos nós somos vítimas de um modelo, não é Mauro? Da questão da exportação, da Lei Kandir. E, como se diz, gato escaldado tem medo de água fria. Então, eu acho que a constitucionalização dos fundos é de boa medida.

Dentro desse contexto, e nem poderia ser diferente, e consta inclusive da proposta do Governo Federal, nós temos que passar segurança jurídica. A insegurança está instaurada. Nós precisamos prever, e está inclusive contemplada na proposta de lei complementar do Governo Federal, a convalidação do passado. Mas também precisamos repensar um modelo que não deixe vulnerável qualquer Estado da Federação na questão da unanimidade. Isso tem que ser repensado. Não podemos permitir que um único Estado imponha aos demais 26 uma posição. Eu frequento o Confaz há aproximadamente sete, oito anos e presenciei situações, cá entre nós, ridículas – ridículas! –, que perduraram... Muitas situações – não sei se o Simão ainda está aqui, os mais antigos, o Mauro ainda está aqui –, nós levamos 2 anos sem aprovar nada no Confaz, absolutamente nada, proposição extrema de um único secretário, que impôs: "Eu só aprovo qualquer proposta se fizerem o que eu quiser." Que democracia é essa? Foram 2 anos perdidos dentro do Confaz.

Então, a proposta do Governo Federal de estabelecer três quintos das unidades federadas e um salvaguarda – não estou dizendo que esse é o modelo correto –, de um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões pode ser um modelo. Pode ser até que não seja esse o modelo. Mas nós temos que repensar, é algo que nós temos que enfrentar. Nós não podemos fragilizar, por exemplo, que todos os Estados se voltem contra São Paulo; não podemos permitir isso. Mas também não podemos permitir que o Maranhão vete o interesse dos outros 26 Estados. Que democracia é essa? Onde estamos?

Então, senhores, essas são as minhas posições finais. Acho que dei alguns indicativos aqui para um acordo, dei a percepção ou até, digamos, os quoruns de cada ponto que foi colocado aqui. Acho que tem solução. Agora, requer flexibilidade de todas as partes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito bem. Agradeço ao Coordenador do Confaz, Claudio Trinchão, dizendo que ele vai estar novamente na próxima quinta-feira, às 10h, em audiência conjunta da CAE, CCJ e CDR, para discutir fundo de participação dos Estados, junto com o Senador Walter Pinheiro.

Passo para o próximo inscrito, Secretário Afonso Lobo Moraes, Secretário de Estado do Amazonas, por 3 minutos.

O SR. AFONSO LOBO MORAES – Só para reafirmar, Sr. Presidente, a posição do Norte de manter a proposta de assimetria de alíquotas de 7% e 4%, conforme já foi mencionado.

Para finalizar, quero dizer para o nosso querido Secretário Andrea Calabi, com quem já tive oportunidade de falar, de reiterar, que a questão da Zona Franca de Manaus não pode ser analisada só apenas sob a ótica do emprego. Existem outras variáveis que também deve ser colocada nessa análise, como, por exemplo, a questão ambiental, a questão geopolítica. Qual é preço para se manter aquele floresta em pé? Qual o preço que pagamos? A renúncia econômica que fizemos em prol do Brasil tem que ser avaliada também. Isso tem o mérito da Zona Franca de Manaus.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Secretário.

Passo agora para o Secretário Paulo Henrique, Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco.

Registro aqui a presença do Deputado Sandro Mabel.

O Secretário com a palavra.

O SR. PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA – Senador, agradecendo o convite, gostaria também de reafirmar o que foi dito aqui anteriormente, colocando o que foi dito agora há pouco pelo nosso coordenador Claudio Trinchão em relação à questão do consenso.

Sabemos da dificuldade, mas sabemos também do avanço que foi da proposta discutida entre os Estados do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte para chegarmos ao 74. Acho que foi um exercício de diálogo muito grande, um esforço de convencer nossos Governadores da possibilidade de aceitar essa proposta, da viabilidade de ela ser do consenso, mas ela é limite realmente da nossa região para a discussão no âmbito dessas alíquotas.

Então, queria reafirmar aqui que é importante para nós o diferencial. Isso vai garantir que os investimentos continuem no Estado, que haja atratividade das empresas e que haja realmente uma possibilidade de desenvolvimento igual da nossa Federação.

Agradeço a todos o convite. O Estado de Pernambuco se coloca também à disposição da CAE para debates futuros.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Sr. Paulo Henrique.

Passo agora a palavra para o Secretário da Fazenda de Minas Gerais, Leonardo Colombini Lima.

O SR. LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA – Obrigado, Senador.

Queria só reforçar algumas posições. Primeiro, fiquei preocupado porque a Senadora Vanessa Grazziotin disse que eu parecia que estava contra o Amazonas. Queria reforçar que não é isso. Só disse que, primeiro, existe um problema de erro de redação que acho que precisa ser acertado. O que queremos é dar incentivo para a Zona Franca de Manaus, mas realmente lá está dito que todo produto que vier de lá terá 12%. Então, é preciso um acerto.

Não acho que 12% seja considerado. Acho que dá para se trabalhar em uma hipótese de 7% para os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus.

Não sou contra. Só acho que está exagerado. Lá está colocando como tudo. Tem que ser para produtos fabricados na Zona Franca. Na verdade, não é um problema só para Minas Gerais, mas para todos os outros Estados, inclusive os vizinhos.

Reforcei que hoje realmente existe um incentivo, os incentivos federais são muito consideráveis e que o ICMS seria só um complemento. Agora, realmente, aí tem um problema na redação que é o problema do gás. Eu acho que o gás a 12% também fere inclusive a Resolução nº 13, porque na Resolução nº 13 se fez a redução do gás importado e se está deixando, nessa resolução, 12% para o gás normal.

Eu diria até que nós, em Minas Gerais, estamos descobrindo muito gás e daqui a pouco estaremos exportando gás para os outros Estados, mas acho que não pode ser alíquota de 12% para o gás também. Esse eu gostaria de registrar. Então, precisamos acertar aquela redação do § 2º, parece-me, da resolução.

A outra questão que se coloca – e vou reforçar o que o Calabi disse – o que a gente discute no Confaz e fala é que quando você dá o incentivo e manda o crédito para o Estado que está comprando a sua mercadoria, isso gera um crédito para as empresas; e os Estados que recebem esse crédito não conseguem pagar essa conta. Não tem condições! Não aguentam esse crédito. É assim que funciona.

A nota fiscal vem com o crédito de 12% para uma alíquota que você sabe que foi zero, 2%, 1%. Mas ela vem com 12%. A empresa se aproveita desse crédito e nós temos que conceder esse crédito. Essa é a diferença.

Agora, se os Estados querem fazer benefício internamente, nós não somos contra e nem vamos deixar de aprovar, só que isso deve vir destacado na nota: eu, efetivamente, cobrei o ICMS de tanto. Aí, sim, o benefício está sendo concedido por aquele Estado de origem. Desculpe. Onde o Estado é produtor. Ele está transferindo para o Estado de origem o crédito do ICMS. Essa é a grande discussão. Por isso, a gente coloca que para uma alíquota de 4% não teria problema que ele sempre mandasse a nota com os 4%. Daria para nós absorvermos esse crédito. Essa é a grande discussão.

Agora, só para encerrar, acho que na verdade – já foi dito aqui por muitos – não dá para tratar do ICMS individualmente, meu caro Ministro. Nós temos de resolver o problema da recomposição do FPE. Essa questão da dívida, que pode realmente ser outro benefício que cobrirá as perdas de alguns Estados; a redução do comprometimento que não foi colocado no projeto de lei; o próprio problema do comércio eletrônico, que dará ganhos para os outros Estados. E aí, outros assuntos que também interessam para o federalismo.

Eu cito aqui, rapidamente – porque me lembro –, o Simples Nacional, quando se discute acabar com a substituição tributária. Isso, para nós, é um desastre. Isso precisa ser resolvido.

A própria PEC nº 51/12, que está em tramitação, que cria a DRE, que também seria um fato importante para os Estados. O que eu digo é o seguinte: nós precisamos tratar isso dentro de um bolo. Se serão 7% ou 4% é uma discussão que precisamos continuar fazendo. Os 4% são o ideal em algum momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Passo, agora, para o Secretário de Estado, da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, Carlos Mauro Benevides Filho.

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, colegas, o primeiro ponto e a exposição do Senador Inácio Arruda, do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Cyro Miranda foram muito claras ao afirmar que não existe razão técnica que justifique a unificação da alíquota. Não existe! Porque se você deseja desconcentrar a indústria brasileira, você tem que ter uma vantagem comparativa para que essas empresas deixem de olhar onde estão os insumos, onde está o mercado consumidor, porque senão não vai, uma questão meramente numérica, a não ser que isso vá discutir uma questão política em que Estado a ou b não queiram perder essa desconcentração. Aí é outra discussão. Mas, tecnicamente, ela não virá para nenhuma outra região se não houver essa diferenciação.

Portanto, unificação de alíquota é impossível de acontecer. Eu acho que isso ficou claro em relação a essa questão. E estranho o argumento – e vou usar aqui e debater com o Secretário Leonardo e o Secretário Calab – de que se a empresa não tem benefício, ela manda com 12% e São Paulo cobra 6%. Está tudo bem. Agora, eu digo que dos 12% que você está mandando, 8% ficam para você. Quem está absorvendo somos nós Estados, que estamos dando o benefício, não é terceiro que está recebendo. Isso não existe.

Na matemática tributária, se ela não tem benefício, raciocinem. Empresa sem benefício manda com 12% e São Paulo cobra 6%, para fazer o diferencial de 18%. Ponto. Se essa mesma empresa tiver um benefício no meu Estado, por exemplo, ela continua mandando com 12%, não alterou nada! Simplesmente eu estou dizendo que você, em vez de me dar 12%. Para mim, Ceará, você fica para poder, no caso, vir para cá, permanecer aqui, o que, aliás, é uma segunda preocupação relevante.

Aqui, nesta comissão, Sr. Presidente, nós não discutimos nada do que vai acontecer com as empresas que já estão instaladas, que hoje pagam 4% e mandam com 12% e, a partir de amanhã, pagam 4% e vão mandar com 4%. Isso desapareceu. Elas foram contratadas e têm 10 anos de contratos para se estabelecerem. Nós vamos ignorar isso? Então, vamos quebrar tudo o que foi pactuado daqui para lá?

E o mais grave: o setor têxtil, por exemplo, com o qual nós estamos tendo a preocupação e é importante no meu Estado, mesmo com redução de carga não está ficando mais nem no Nordeste, está indo para o Peru, o Texas, a Jamaica, a China, está indo embora! A carga tributária é muito elevada.

Então, essa conversa de que nós estamos abrindo mão de imposto precisa ser melhor pensada. Eu estou aumentando receita. Posso estar diminuindo em outro canto, porque estou sendo mais competitivo. Mas nessa história de que esse modelo já exauriu, é preciso saber: exauriu para quem? Nós precisamos realmente compreender melhor essa questão.

E repito: geramos, com essa questão, uma instabilidade para as empresas que já estão instaladas, porque nada desse fundo é tratado para as empresas hoje existentes. Nós estamos falando de investimento futuro, que vai acontecer. E o mais grave: estamos falando de um fundo que é empréstimo. Não pode! Como é que uma empresa hoje se apropria de graça e aí vai ter um fundo – no Brasil, agora, tudo é fundo; cria-se um fundo que funciona por 5 anos e depois não funciona mais nada?

O que tem de acontecer, no Brasil, é o que os países desenvolvidos conseguiram fazer: que se faça

uma política transparente. Como? PIS e Cofins, no Sul e Sudeste, é 9,5%. Para quem se instalar no Norte, é 2%; para quem se instalar no Nordeste, é 3,5%, e deixa o empresário decidir, fazer o cálculo da sua taxa interna de retorno e definir onde o capital dele vai ser empregado.

É assim que se faz no mundo inteiro, é assim que se faz na teoria econômica, e não estarão criando arranjos muitas vezes complicados até de entender. Aliás, é isto: essa insegurança, essa não clareza tem travado o investimento privado acontecendo no Brasil. E está aí, dentre outras razões, obviamente, o crescimento de 0,9%. Ainda bem que o meu Estado cresceu 3,6%, em 2012, exatamente nesse processo de transformação que estamos fazendo. E vamos lutar veementemente, procurando sensibilizar cada uma das Srªs e dos Srs. Senadores, para ver se esse diferencial de alíquota tem de existir, se é 9%, 5%, 7%, 4%. Mas essa igualdade, com certeza, não poderá acontecer.

E sobre as dívidas, para terminar – falo isso à vontade, porque o meu Estado já pagou –, antecipei os pagamentos da Lei nº 9.496. Já não devo mais, nessa lei, a dívida, buscando, portanto, sobrar dinheiro para investimento com essa política industrial que estamos fazendo. Mas realmente...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO – ...temos de ter cautela, porque a União não pode ter uma diferença entre o que ela capta e o que ela cobra dos Estados, como estava acontecendo. Ela agora está igualando e eu acho que isso é importante na nossa economia.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao eloquente Secretário Carlos Mauro Benevides Filho. Senador Inácio Arruda, é uma característica do Ceará e da Paraíba os bons tribunos, grandes oradores.

Eu passo para o Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul, Jáder Julianelli.

O SR. JÁDER RIEFFE JULIANELLI AFONSO – Bom, Srs. Senadores, já no encerramento, eu fico até às vezes admirado quando os colegas, Secretários dos Estados ricos, falam como se fosse uma facilidade ou uma equidade de federação.

Que federação é essa em que você tem o PIB industrial, *per capita*, do Paraná em 20 mil; São Paulo, 30 mil; o Maranhão em 6 mil e o Piauí em 7 mil? Quanto ao valor adicionado, que é o que eu disse, da indústria de transformação, que demonstra a industrialização, somando as três Regiões – Norte, Nordeste e Centro-Oeste –, nós temos 97 bilhões; e o Sul e o Sudeste ainda têm 424 bilhões.

Então, como vamos falar em igualdade, em uma simples regressão de alíquota para 4%, em 5 anos, tendo essa uniformidade de federação – digamos assim? Então, nós temos de pensar nisso. Não é tão simples.

São Paulo arrecadou 78 bilhões, em 2009, de ICMS; e arrecadou 102 bilhões no ano passado. Então, realmente, as indústrias de São Paulo todas estão indo embora para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós temos de pensar nisso.

Muitas federações fizeram o quê? Para o interior, onde foi desbravado posteriormente, e criaram – a própria União criou – incentivos para que as indústrias, os empreendimentos se instalassem nesses locais.

Por que agora, em se tratando de Brasil, onde justamente reclamamos, quando o Brasil está tentando ser competitivo internacionalmente, que a China, os Estados Unidos, todos tentam barrar? Por que fazer isto internamente: quem é rico barrar o desenvolvimento dos menos desenvolvidos? Os mais desenvolvidos, os menos desenvolvidos. E não, ao invés disso, ajudar para que todos esses tenham esse desenvolvimento, já que nem tiveram a sorte de, em três décadas, ter benefícios do governo militar, como São Paulo, para a industrialização, nem tiveram a sorte de estar em locais onde o escoamento para o exterior ou escoamento para o polo consumidor é muito mais fácil? Então, temos de pensar nisso.

O Senador Inácio perguntou da unanimidade do Confaz. A unanimidade no Confaz foi feita numa época de regime de exceção, em que o governo militar e o governo de São Paulo queriam que nada mudasse, e ficou assim. Eu discordo da opinião de que, se quebrar a unanimidade, o Confaz não vai funcionar. Aí é que o Confaz vai funcionar de verdade. O que o Confaz faz hoje? Normas técnicas e, quando chega um benefício, se não atende ao interesse de um Estado, não se faz. Aí, sim, vamos fazer uma política de desenvolvimento em cima de benefícios com o acordo da Federação, entre os Estados.

O Senador perguntou se existia alguma ADI, alguma ação. Existe uma DPF, sim, do Distrito Federal. Então, seria interessante dar conhecimento dela aos Senadores. Houve a participação de vários Estados, inclusive o nosso. Essa DPF é uma aula de direito tributário quanto à unanimidade. Ela trata de uma visão da unanimidade dos que estão sendo atingidos, não uma visão da unanimidade daquele que está sendo protegido pela unanimidade.

Eu também gostaria de fazer uma solicitação aos senhores. Eu acho que o maior tema aqui, Senador Walter, é a cautela. O senhor foi bem quando falou isso.

Até o STF está postergando a modulação da sua decisão da inconstitucionalidade, porque ele sabe que trata de um tema basilar da estrutura federativa, do Pacto Federativo brasileiro. Se até o STF está postergando isso, por que nós iríamos decidir isso de uma forma tão abrupta ou sem discussões?

Logicamente, defendendo o Mato Grosso do Sul, no caso, o Governo Federal foi muito sábio. Primeiro, na proposta, em que houve um alongamento – ainda não é o ideal, porque nós queremos 74 – do período, porque, como disse o Secretário Mauro, respeita os contratos já estabelecidos com as empresas, que já fizeram seus investimentos, seus planos de investimento e de retorno do investimento e do lucro, prevendo aquele período. Então, nós não poderíamos quebrar isso. Também o Governo Federal foi sensível, quando excetuou o gás, porque o gás não surgiu de repente, como falaram. O gás está desde a Resolução nº 13, porque, tal como a Zona Franca de Manaus, ele é estrutural para o Brasil. Hoje, se é que não se sabe, 62% do gás consumido no Brasil pelas indústrias ou pelas termoelétricas, que acabam suprindo o sistema de energia, vêm da Bolívia e passam pelo Mato Grosso do Sul. Foram 9 bilhões de investimentos do Governo do Estado e da Petrobras, para que se criasse a importação do gás. Eis por que o gás ser excetuado. Não há benefício fiscal em cima dele, não há concorrência, e, além de tudo, ele ainda representa 15% da arrecadação do Mato Grosso do Sul.

Seria isso, Senadores.

Obrigado pela disposição.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado ao Secretário.

O último Secretário inscrito, Luiz Carlos Hauly, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, senhoras e senhores, Estado não faz política de desenvolvimento econômico; quem faz é o Governo Federal. O ICMS não se presta a esse papel – não deve e está fazendo erradamente, equivocadamente.

Nenhum país tributa o outro. Quando vem um produto da China, dos Estados Unidos, vem a zero; quando eu mando para qualquer país, é a zero. Essa é a política internacional. O Brasil, infelizmente, com 27 unidades federadas, não tem, na sua fronteira, alíquota zero. Deveria ser cada

Alíquota zero. Deveria ser cada povo tributa sua população. Então, me desculpem, tudo que aprendi nesses 40 anos deve estar errado. Eu tributo o meu povo do Paraná, e ele vive dos... Ah, ele é mais pobre! Perfeitamente. No mundo inteiro, as federações, quando um Estado é mais pobre do que o outro, o Governo Federal equaliza. Chama-se equalização. O Governo entra com o orçamento, põe o dinheiro, faz política setorial, pode reduzir o PIS/Cofins, mas não o ICMS.

Aliás, nessa modalidade, se o Banco Central, ele que faz todo o controle dos bancos... Ora, quem controla o ICMS deveria ser a lei, não o Confaz. Há outro grande erro, o da unanimidade. Se quebrar a unanimidade você vai ter um Banco Central permitindo que os Estados deem dinheiro para as empresas. Dinheiro, estou falando de dinheiro: bilhões e bilhões. Quando você autoriza que o Confaz autorize que a empresa receba R$1 bilhão, você recebe R$500 milhões. Ora, estamos falando de dinheiro. Com o fim dos bancos estaduais, a política no País passou a ser dar dinheiro do povo para as empresas. Eles entram nisso e nós entramos, porque a regra é essa. Nós dançamos o baile de acordo com a música. Mas, se não tiver, eles também não vão dançar o baile, vamos dançar só a música da preferência nacional.

O Estado brasileiro, equivocadamente, a Federação brasileira faz o que não deve fazer. Por isso, não tem competitividade. Sai do Paraná, vai para o Mato Grosso, vai para a Bolívia, vai para o Peru, volta para o Rio Grande do Sul, é a mesma empresa. Ao longo de 20, 30 anos, para nós, tem empresa de um século. Nós somos passivos. Reforma, sim; gambiarra, não! A alíquota menor mantém a guerra, o incentivo, mas diminui. Se a alíquota for 4%, você quer doar o seu dinheiro para o outro, você doa seus 4%. Mas não deveria nem ser 4%, deveria ser zero. São Paulo, que é o maior produtor, deveria viver com a renda dele.

Agora, tenho outro dado final. O Norte do País e o Centro-Oeste, na *per capita*, com exceção de Goiás e do Pará, não tem nada a ver com essa... O Pará, sim, e Goiás, sim, que são mais pobres, os outros, não. As *per capita* dos outros Estados, do Norte e do Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte são muito maiores do que a do Paraná, que é considerado um Estado rico e desenvolvido.

Então, o Sul e o Sudeste têm 71,8% do PIB e 63,4% do orçamento nacional dos Estados. Nós temos 56% da população e 70% do ICMS, e só 15% do FPE. Então, o FPE, que deveria ser distribuído para todos, acabou sendo um fator de equalização. Na negociação de 1988, foi assim. Aqui, tratando o ICMS separado, parece que é um monstro, mas não é. Vejam, o Supremo deve fazer o que nós, o Confaz e o Congresso, não fizemos: acabar com a guerra fiscal lá. Aqui, do jeito que está indo, você vai ter o fim da guerra fiscal em prestações de longo prazo.

Eu concordo e aceito que tem que haver uma transição para os atuais benefícios. Não fizemos data de corte. A alíquota a 4%, a manutenção da unanimidade do Confaz é um passo para que você possa co-

meçar a melhorar as coisas, porque, se não for assim, não vai resolver o problema.

Então, eu digo assim: o Governo está bem intencionado, mas ele tem um problema político. Começa a pressão de 20 governadores, imaginem! No Sul e no Sudeste, com exceção do Espírito Santo e de Santa Catarina, nós queremos a reforma, porque sabemos que todos estão perdendo. Todos, vocês, nós, a empresa brasileira perde. Por isso que o PIB é tão baixo. Pode fazer mágica do que quiser. Se conserta o ICMS, conserta-se a metade do problema da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Agradeço ao Secretário Luiz Carlos Hauly.

Vamos agora ao Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

O SR. NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO – Obrigado, Senador. Eu vou procurar responder aos principais pontos que foram levantados por vários Senadores.

A primeira questão é a unanimidade. Nós consideramos a manutenção da unanimidade no Confaz essencial. Como nós estamos falando, esse é um fórum em que os Estados decidem sobre repartição de receita entre eles. Ainda que isso tenha sido – como o Jáder colocou – criado durante o regime militar, é bom lembrar que na União Europeia, que por acaso também tem 27 membros, as decisões sobre tributação também só são aprovadas por unanimidade. Então, quando você tem uma federação, isso é necessário. Isso força até que as pessoas discutam mais e elaborem uma proposta de maior consenso.

Nos Estados Unidos, que são outra grande federação, não há esse problema, porque não há tributação na origem. Toda tributação é no destino. É como o Dr. Hauly falou. E aí, cada Estado decide sobre como vai tributar os seus residentes.

Na Organização Mundial do Comércio, você não pode dar um tratamento diferenciado para um país só, a não ser que seja um acordo bilateral, ou a não ser que seja um acordo de uma zona comercial. Do contrário, há aquela cláusula da nação mais favorecida. Se você dá um incentivo tributário para um determinado produto, tem de ser para todos os países do mundo.

Então, a unanimidade do Confaz não é nenhuma jabuticaba. A unanimidade do Confaz reflete a necessidade de que um assunto complexo como esse, em que o Estado ao legislar pode afetar a arrecadação de outro Estado, requeira a unanimidade. É por isso que, nas propostas que eventualmente foram discutidas, inclusive naquela Comissão que foi criada pelo Senado, os especialistas no tema recomendaram: pode acabar com a unanimidade do Confaz? Pode, quando a alíquota interestadual for menor. Quando a alíquota for 4% – é um pouco o que São Paulo colocou, um pouco o que Minas colocou – aí não há grande problema dos outros Estados reconhecerem os incentivos dados pelos seus pares sem afetar suas finanças. Então, a nossa resposta a isso é: enquanto essa alíquota for de 12%… A alíquota média do ICMS no Brasil é de 18%; quando ela é de 12%, significa que 12% ficam no Estado onde se produziu, 6% ficam no Estado onde se vendeu. Enquanto você tiver esse poder sobre 12%, isso é muito grande e requer a unanimidade do Confaz. Quando for menor – e é para isso que a gente está trabalhando – aí eu acho que se podem adotar uns critérios mais flexíveis de unanimidade, talvez na linha do que a gente propôs.

O segundo ponto é o valor do fundo. Nós colocamos um limite no valor do Fundo de Compensação de Receitas baseado nas simulações que fizemos. Considerando tudo, se a gente considerasse como se todas as transações interestaduais, como se todo valor da nota fiscal fosse efetivamente arrecadado por cada Estado, daria um valor de 15 bilhões. Na prática não é isso. Então, a gente colocou um valor menor do que isso, porque é a perda provável. E, também lembrando que a União vai compensar os Estados, mas a União também tem outras obrigações. A União que arca com os benefícios sociais, a União que faz a Previdência Social, a União que tem toda a questão de defesa e planejamento do Brasil, política comercial… Então, é necessário ter uma previsibilidade, também, nessas transferências. Mas, obviamente, já há sugestões sobre isso, sobre como corrigir esse limite, ou como calcular essas compensações, que nós já estamos discutindo para aprimorar essa proposta.

Quanto aos 20 anos, eu acho que é um prazo necessário. Nós não queremos também congelar a situação atual eternamente. A ideia é que, à medida que o ICMS cai para uma alíquota menor, vai haver uma transição, e, depois, a receita de todos vai aumentar, porque isso vai ter um efeito muito positivo na competitividade e na eficiência da economia brasileira em 20 anos.

O ICMS não vai cair para 4% no ano que vem. É daqui a 13 anos. Treze anos! Quantos mandatos de Presidente e governador? Há tempo para se planejar, para se adequar, e há auxílio financeiro da União para fazer essa travessia. E esses ganhos de eficiência, que eu vou mencionar mais ao final, vão mais do que gerar, mais do que compensar essas perdas momentâneas.

A questão do valor financeiro. Novamente, as perdas que nós calculamos máximas, se tudo fosse como está escrito: 15 bilhões. Nós estamos botando até 8 no Fundo de Compensação Regional e 16 no

Fundo de Desenvolvimento Regional. Por que financeiro? Porque, financeiro, a União pode colocar mais. Se for recurso orçamentário ou AGU, nós não podemos colocar tanto. Mas, se for recursos financeiros, nós podemos colocar mais. Por isso, no caso do BNDES, que é um recurso financeiro, nós emprestamos mais. Se fosse uma transferência primária, a gente não poderia ter colocado aqueles recursos do BNDES para incentivar o investimento.

O recurso financeiro também dá mais transparência e dá comprometimento do outro lado. A empresa vai tomar um recurso, vai pagar uma taxa menor, mas aquilo vai voltar, ainda que subsidiado, para o Governo e vai girar. O incentivo que está sendo pago, o incentivo de ontem, pagando os juros para esse fundo, vai financiar o incentivo do outro ano.

Quanto à questão da segurança de compensação, a nossa proposta é de que esses recursos não sejam contingenciáveis. Isso pode ser colocado na redação da lei. Aí é uma questão de conversa. Em todas as posições que manifestamos – tanto o Confaz, como o próprio Ministro Mantega, quando veio aqui –, a União não trabalha com a ideia de que esses recursos são contingenciáveis. É como se fosse uma transferência obrigatória. É uma questão legislativa para se saber como se coloca isso na lei para dar segurança. E eu reforço. Não basta só a garantia escrita no texto de que ele não é contingenciável. É muito importante a previsibilidade. É isso que garante que ele também não seja contingenciável, porque assim é possível adaptar-se. Se ele se tornar imprevisível, será difícil.

Foi colocado que a guerra fiscal pode continuar com os recursos dos Fundos de Desenvolvimento Regional. Aí não é guerra fiscal, porque é um recurso aprovado pelo Congresso Nacional, é um recurso aprovado pela população brasileira com regras definidas para todos, e cada Estado tem a autonomia de alocar o seu próprio recurso. Na verdade, muda-se o instrumento, e não é mais um instrumento, uma medida que permite um Estado prejudicar o outro. É um recurso que a União vai colocar. Se o Estado do Ceará resolver colocar esse recurso de um jeito, ele não está prejudicando o Estado do Piauí, porque o recurso é do Ceará. Na verdade, não vai afetar em nada a arrecadação do Piauí. Então, a guerra não continua com o FDR. Essa política, digamos assim, de que o ganho de um necessariamente é a perda de outro não se aplica quando se trata de Fundos de Desenvolvimento Regional.

Vários Senadores colocaram que essa proposta poderia ser apenas parcial ou um remendo, e eu quero reenfatizar que essa proposta é parte de uma estratégia mais geral. Eu acho que o Brasil hoje adquiriu uma maturidade democrática suficiente, e várias questões não podem ser decididas de uma vez só. Elas requerem o seu debate para que caminhem na velocidade necessária.

Para lembrar, nós avançamos na questão da Resolução nº 13 com os incentivos das importações. Obviamente, essa matéria está sendo refinada, aperfeiçoada, mas já foi um passo.

Nós sinalizamos com a questão do comércio eletrônico. Aprovamos aqui nesta Casa e, depois, no plenário do Senado uma proposta de comércio eletrônico, que está aguardando votação na Câmara. Esperamos que isso seja votado o mais rápido possível. Então, nós vamos transmitir isso também às Lideranças da Câmara.

Nós nos propusemos, na sequência, a mandar uma proposta para dar uma saída organizada à questão do ICMS. Essa é a proposta que nós mandamos.

A União tem feito uma estratégia, e cada passo tem sido cumprido. No final do ano passado, o Ministro Mantega também manifestou que iria mandar uma lei reduzindo a taxa de juros das dívidas estaduais. Isso foi feito. Então, essa proposta faz parte de uma estratégia maior, e cada assunto segue com a sua própria velocidade.

Por que 4%? Como já foi colocado aqui, o percentual de 4% diminui o espaço para a disputa fiscal e faz com que os incentivos possam ser reconhecidos por todos os Estados sem maiores problemas. Vai acabar a incerteza jurídica. A economia vai funcionar melhor. Vai diminuir a acumulação de créditos em exportação e em investimento. Hoje, como foi colocado por alguns secretários, paga-se ICMS em um Estado, mas pedem para recebê-lo em outro, com uma alíquota menor. Isso fica mais fácil e há uma melhor fiscalização.

Como a Senadora Kátia Abreu colocou, há a questão da competitividade. O ideal é zero – eu também acho que o ideal é zero. O ideal é um sistema parecido com o que há hoje nos Estados Unidos. Porém, isso não é uma coisa que se faz rapidamente. E, refletindo nessas discussões do Confaz, em que não houve consenso, estamos propondo 4% como uma solução intermediária.

O ICMS hoje, junto com o PIS/Cofins, é um dos principais entraves tributários à competitividade. O PIS/Cofins só depende da União. Nós estamos trabalhando gradualmente para resolver isso, para melhorar a devolução de créditos e aumentar a eficiência do sistema. O outro tributo indireto que prejudica a competitividade do Brasil é o ICMS.

Quero só dar alguns exemplos.

A senhora apontou muito bem a questão da soja. Ao se exportar o grão, o percentual é zero. No entanto, quando o grão é vendido e vai para outro Estado, para

moer, para fazer farelo, para fazer óleo, são 12%. Então, isso desestimula a exportação do produto processado.

Fertilizante. Todos os Estados, numa lógica correta do seu ponto de vista, dão isenção de ICMS – a maior parte – para fertilizante importado. Mas, para o fertilizante que vem de outro Estado, cobra-se alíquota interestadual. Então, desestimula-se o desenvolvimento da indústria de fertilizantes no Brasil.

Terceiro caso: etanol. A tributação do diesel e da gasolina é toda no destino. O etanol tem alíquota interestadual e tem tributação diferenciada, é por isso que o etanol também não se generaliza, ele é muito concentrado ali, em São Paulo, Paraná, não se generaliza. No momento em que você passa com a alíquota interestadual mais alta e tem alíquota diferenciada, o etanol, às vezes, é viável em São Paulo, mas não é viável em Minas, não é viável no Rio. Também o problema de ICMS.

Então, nessa questão de ICMS ou alíquota de 4%, a nossa posição, Senador Ricardo Ferraço, é de 4% não só porque a gente acha que seja uma questão de política e está gerando uma incerteza jurídica, mas também porque do ponto de vista de eficiência econômica é melhor. A economia vai funcionar melhor com 4%, vai melhorar o investimento, a exportação; e a União vai aportar os recursos necessários para fazer essa transição. Nós estamos dispostos a aportar esses recursos e construir essa transição que é em 12, 13 anos, não é amanhã.

E aí um ponto, como bem depois colocou o Hauly, mas acabou passando despercebido porque são tantas coisas. E as empresas de hoje? E quem já está lá hoje com o benefício, como o Mauro colocou? Está mandando com 12% e ficando com 4%? Para isso que também está sendo discutido, mas não foi colocado aqui, o acordo de convalidação, porque o acordo de convalidação vai dizer... vai dar uma remissão nos débitos antigos e validar tudo o que está sendo feito hoje. Então, na verdade, essas regras vão ser para frente. Nós vamos validar quem já está...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos colocar na MP, então.

O SR. NELSON BARBOSA – Não sei se é assunto de MP.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Porque, se puder, a gente já resolve agora.

O SR. NELSON BARBOSA – Esse é um ponto de deliberação de convênio do Confaz, nós discutimos muito isso. Estava até discutindo outro dia com os Senadores se o acordo de convalidação pode ser feito via lei. No passado, nos anos 80, o que a lei fez foi reduzir o quórum do Confaz para aprovar um acordo desse naquele ano. Então, foi isso que nós fizemos aqui, mas esse acordo de convalidação resolve para trás, ele meio que equaliza. O que tem hoje está garantido, e aí, para frente, você vai ter essas novas regras, como a transição para 4%. Então, isso acho também.

Peço desculpas porque só apareceu no final, mas é um ponto que, como é uma coisa que a gente discute só no Confaz, não está na resolução nem na MP, não apareceu aqui, mas atende a essa preocupação dos pontos que foram apontados.

Por fim, essa é uma proposta que a União tem a obrigação de mandar. Nós temos uma disputa jurídica que vai na sua velocidade, e a União, com um tema nacional como esse, tem que apresentar uma proposta de solução. Sabemos que essa proposta não atende a todos os pedidos, mas nós achamos que é um meio termo possível. Pode ser aprimorado? Pode, tem pontos de redação que nós estamos aprimorando, tem pontos que envolvem mais recursos, que envolvem espaço fiscal, aí esses têm que ser melhor discutidos. Nós colocamos ali o que a União pode fazer, dentro dos nossos limites, dentro do que é responsável.

E a questão da dívida – sei que a Senadora Ana Amélia pediu uma resposta mais objetiva a isso – nós estamos analisando. O Ministro Mantega vai ter reuniões sobre isso. Eu prefiro que ele traga essa posição na próxima reunião, quando vier aqui.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Ministro, e as duas alíquotas?

O SR. NELSON BARBOSA – Como eu coloquei, nós achamos que é melhor 4% por essas questões de eficiência para melhorar o funcionamento da economia. Nós compensamos com o Fundo de Desenvolvimento Regional a necessidade de alíquota diferenciada por parte de outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Senhores, quero agradecer a todos que estão aqui desde 9h da manhã – são 14h45.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, lembrando que quinta-feira, 14, às 10h, haverá reunião conjunta da CAE, CCJ e CDR para a instrução dos projetos que tratam do FPE. Essa reunião vai ser na sala da CCJ.

Encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 44 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 12, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 11H30, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e cinquenta minutos, do dia trinta de junho de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Lindbergh Farias,** reúne-se a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Rodrigo Rollemberg. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 7ª Reunião, que é dada por aprovada. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, atendendo aos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2011-CASDEF, de autoria deste Presidente, para debater a pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores: Simone Aparecida Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Secretaria Nacional de Assistência Social), Representante da Secretária Extraordinária de Combate à Fome – MDS, Ana Fonseca; Moisés Bauer, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE; Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – RIADIS; e a Deputada Federal Rosinha da Adefal, da Associação dos Deficientes Físicos de Alagoas – ADEFAL. A Presidência registra presença da Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Maria José de Freitas; da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Alagoas, Vanda Lustosa; e do Representante do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, Marcos Bandeira. Usa da palavra o Senador Lindbergh Farias, Presidente da CASDEF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Lindbergh Farias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Lindbergh Farias,** Presidente da CASDEF.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, Casdef, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 7ª Reunião de 2011.

Os Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, atendendo aos Requerimentos nºs 5 e 6, de 2011, da Casdef, de autoria desta Presidência, para debater a pessoa com deficiência no Plano Brasil sem Miséria.

Convido à mesa nossas ilustres oradoras: Simone Aparecida Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social, representante da Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Fonseca.

Muito obrigado pela presença, Drª Simone.

Regina Atalla, Presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias – Riadis.

Está chegando, daqui a pouco, o Presidente do Conade, Moisés Bauer.

O sentido desta reunião é fazer, daqui, uma reunião de trabalho mesmo, Drª Simone e Regina, fazer uma reunião de trabalho mesmo, bem objetiva.

Nós estamos numa série de discussões com vários Ministérios do Governo Federal, a partir de uma conversa com a própria Presidenta Dilma Rousseff, para tentar construir uma pauta e decisões por parte do Governo Federal em relação a vários assuntos da pessoa com deficiência. Tive uma reunião com a Presidenta, tive uma reunião com a Ministra Gleisi, e vários Ministérios estão trabalhando na construção dessa pauta. Quero até dizer que estive também com a Ministra, na discussão, na segunda-feira passada, conversando com a Ministra sobre algumas sugestões relativas à inclusão produtiva, ao Pronatec. Hoje, estive também com o Ministro da Educação – estou só compartilhando, aqui –, que está preparando uma série de ações relativas ao Pronatec, que eu acho que podem ser muito importantes.

Então, nós estamos, neste momento, com muitas discussões.

Nesta Comissão, aqui, a gente se propôs, desde o início, a não ficar preso apenas ao debate legislativo, de apresentação de proposições legislativas, mas a se aproximar do fazer cumprir, do ajudar a fazer, do juntar as partes. Isso está acontecendo. Então, o importante, neste debate, é que surjam propostas concretas para que a gente possa afunilar.

Eu espero muito, nós estamos tentando trabalhar essa pauta com a Presidenta Dilma para agosto, o mais tardar setembro, porque tem muita coisa que está ali, perto de ser revolvida, e falta juntar as partes para resolver.

O exemplo mais claro é a questão do BPC e da pensão por morte, que vai sair, pessoal, vai sair, porque a gente sabe que esse é um problema concreto.

Muita gente tem medo de assumir uma posição no mercado de trabalho e perder o seu benefício. A mesma coisa com a pensão por morte. Com deficiência intelectual, tem muito... Síndrome de Down, pessoas que arrumam um emprego ali e dizem: "Se eu assumir esse emprego, vou perder a pensão por morte dos pais".

Esse é um tipo de questão que está muito bem desenvolvida, está avançada. O Ministério do Desenvolvimento Social está, já, trabalhando em cima de minutas. Tem minutas prontas e nós vamos conseguir avançar. E tem muitas outras, mas eu não quero, aqui, me estender.

Vou falar só de uma mais: tecnologia assistiva, que, na verdade, é um termo novo, mas são equipamentos os mais variados possíveis, desde cadeiras superincrementadas até brinquedos, até uma colher. Então, uma linha de financiamento em relação à tecnologia assistiva.

Também, a dificuldade que a gente está tendo na formulação é como colocar, também, recursos públicos diretos para um programa como esse, porque quando a gente cai no mundo real, nos Municípios, o que a gente vê é que existe uma procura muito grande, principalmente da população mais pobre... A gente vê, inclusive, políticos clientelistas que existem. A discussão é dar uma cadeira de rodas, dar isso... Tinha que ter uma política pública que garantisse isso.

Então, é esse o sentimento de início de reunião. Acho que a gente vai avançar, vai conseguir construir uma pauta. Não vamos resolver todos os problemas, mas essa pauta, com a Presidenta, é a seguinte: tentar resolver coisas que estão ali, que não são resolvidas por detalhes. Acho que está muito bem encaminhado, e está havendo um trabalho conjunto de vários ministérios, coordenados pela Ministra Gleisi Hoffmann. Então, o que a gente conseguir avançar aqui vai ser utilizado e vai trazer subsídio para a gente nessas negociações.

Vou passar a palavra já para a nossa convidada, Drª Simone, que representa o Ministério do Desenvolvimento Social.

A SRª SIMONE APARECIDA ALBUQUERQUE – Bom dia a todos, a todas!

Quero, em nome do nosso Ministério, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em nome da nossa Ministra, Tereza Campello, e em nome da nossa Secretária Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza, Ana Fonseca, agradecer muito; agradecer ao Senador Lindbergh pelo convite e oportunidade ímpar, dada ao nosso Ministério, de poder estar aqui, com um público tão seleto, num debate tão importante não só para o Ministério, mas, principalmente, para as pessoas com deficiência, pobres, do nosso País.

Quero também cumprimentar Regina Atalla, Presidente Da Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoa com Deficiência e suas Famílias.

Primeiro, quero dizer que chegamos a um estágio de organização de políticas públicas no Brasil cujos resultados são muito importantes, principalmente porque são políticas cuja origem nasce da reivindicação do movimento popular no Brasil. E, no caso, aqui, vamos nos referir, especificamente, ao Movimento das Pessoas com Deficiência.

Não sei se os senhores e as senhoras sabem, mas a única emenda popular que entrou na Constituição de 1988 foi exatamente a emenda que diz respeito às pessoas com deficiência, relativa ao BPC. Foi o movimento que mais arrecadou emendas populares no Brasil inteiro. E, por essa força, o BPC entra, porque o movimento sabia – principalmente o movimento liderado pelas famílias das pessoas com deficiência – da importância de ter uma cobertura de proteção de renda para pessoas que têm vulnerabilidades que se acumulam. Isso é muito importante para a gente entender. Estamos falando o quê? De pessoas com deficiência, cuja renda *per capita* é inferior a ¼ do salário mínimo, cujas famílias não têm condições de se manter nem de ser mantidas. Além da vulnerabilidade da pobreza e da vulnerabilidade da deficiência, vão se acoplando outras vulnerabilidades de criança, de adolescente, de jovem, de idoso. Quer dizer, estamos falando de um público cuja vulnerabilidade, de fato, merece toda a atenção e especificidade do Estado brasileiro.

Nesse sentido, os dados também são contundentes do resultado das políticas de transferência de renda no Brasil. O Bolsa Família é responsável pela redução de 13% da desigualdade social no Brasil, 3% de redução da pobreza e 19% da extrema pobreza.

Só o BPC é responsável por 12% de redução da desigualdade social, 7% da redução da pobreza – isto é muito importante – e, também, 7% responsável pela redução da extrema pobreza.

Estou querendo dizer para os senhores e senhoras que, se não fosse o BPC, hoje, teríamos, no Brasil, sem dúvida alguma, um número não desprezível, um número em torno de 3 milhões, 478 mil e 245 pessoas que estariam aí em situação de abandono e pobreza no Brasil.

Eu gostaria de começar daqui.

Isso é importante? É. Mas só isso basta? Não. Por isso que o Plano Brasil sem Miséria vem para dar outro salto para conquistarmos novos resultados de diminuição da extrema pobreza no Brasil. Em que sentido? No caso das pessoas com deficiência, todos os estudiosos de transferência de renda do mundo inteiro afirmam que, sem dúvida alguma, o BPC tem uma boa focalização. O que significa isso? Significa que ele consegue chegar aonde estão as pessoas que necessitam do benefício. Não por acaso, porque temos entidades, tem os movimentos, tem os trabalhadores da área da própria assistência social que têm o compromisso grande com esses usuários. Portanto, são também responsáveis por mediar o acesso ao direito à renda das pessoas com deficiência. Então, isso é importante.

Mas o Plano Brasil sem Miséria pretende ainda localizar aqueles que não acessam ainda o benefício. Mas, no caso do Brasil sem Miséria, em relação às pessoas com deficiência, no caso do BPC, para os deficientes pobres, talvez esse não seja o maior impacto. O maior impacto vai ser, sem dúvida nenhuma, na geração de oportunidades para o serviço público, para os serviços da assistência social, serviços socioassistenciais, serviços da educação, serviços da saúde, porque esse é um grande problema que afeta as pessoas com deficiência. Veja, por exemplo, que, hoje, 60% das crianças e adolescentes que recebem o benefício de prestação continuada, e que deveriam estar na escola, 60% não estão. Então, temos um problema de adequação das políticas públicas para garantir acesso às pessoas mais pobres e, é lógico, às pessoas mais pobres com deficiência.

Outra questão importante é o outro lado, quer dizer, o Plano Brasil sem Miséria também vai poder identificar com mais clareza as necessidades das pessoas pobres com deficiência. Necessidades que todos que militam e trabalham nessa área sabem que muitas delas são individualizadas, são uma a uma. Exemplo aqui foi dado pelo Senador Lindbergh na questão da tecnologia assistiva. Muitas delas são individuais, particulares, uma a uma, e, com certeza, os serviços públicos têm o dever de responder por elas.

No caso da pessoa com deficiência e a geração de oportunidades junto ao mercado de trabalho, o Ministério do Desenvolvimento Social, como já citou aqui o próprio Senador... Tem uns dois anos que essa pauta vem sendo colocada pelo Ministério. Desde a mudança do BPC, mudança através de decreto, foi colocado um artigo, no decreto, que diz que a pessoa que recebe o BPC pode retornar ao benefício depois de ter acessado o mercado de trabalho. Qual é o problema hoje? O problema é que ele volta para a fila, de novo. Então, tem de passar por tudo, de novo.

Então, na lógica da proteção, fica como? Você tem uma cobertura de proteção de renda, que é o BPC; depois, você pode ter uma renda previdenciária, que é o trabalho, mas, se você ficar descoberto da renda previdenciária, você tem de voltar por todo o ciclo de acesso ao BPC, que todos sabem ser um percurso bastante complexo. Ter de começar tudo de novo e se submeter a ficar sem proteção, essa é a questão.

Não adianta também... E a discussão do BPC tem de ser bem colocada. Não quer dizer que as pessoas com deficiência, elas... "Ah, elas recebem um salário mínimo do Benefício Assistencial e não querem ter acesso ao mercado de trabalho!" Não é isso! Todos sabem disso, não é? Tem problemas no mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho é seletivo: ele quer o deficiente mais normalzinho, ou o que estiver mais próximo da normalidade da considerada lucratividade do mercado. Todos nós sabemos disso! Mesmo nós, deficientes, que temos curso superior, que temos especialização, temos muitas dificuldades de acessar o mercado de trabalho. Nós não estamos falando deste público aqui. Nós estamos falando de pessoas com deficiência que não tiveram acesso e não têm acesso à educação, nós estamos falando de pessoas com deficiência que não têm tecnologia assistiva nem para sair de casa, para se comunicar, nós estamos falando de pessoas com deficiência, cuja fragilidade de proteção das famílias interfere – e muito – no destino de suas próprias vidas.

Então, é preciso de fato que seja constituído um sistema de proteção social para as pessoas com deficiência pobres .

Nós estamos providenciando e vamos transformar em lei, também, essa possibilidade de proteção sem perda dela, ou seja: tem BPC, entra no mercado de trabalho, tem carteira assinada; se perder, também terá BPC, de novo. Para que as pessoas tenham, de fato, condições de inserção no mercado de trabalho. Então, essa é uma discussão e uma... Não é mais uma

discussão... Tem uma proposta concreta e, rapidamente, nós vamos anunciar essa possibilidade.

Por outro lado, quem tem acompanhado, também coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, a implantação do SUS no Brasil... Semana que vem vai ser sancionada – nós vamos festejar com todo mundo – pela nossa Presidenta. É também uma conquista da área, da sociedade brasileira. O PL/SUS vem implantando o Sistema Único de Assistência Social, ele vem consolidar essa implantação que a gente vem fazendo.

Nós já implantamos tudo? Não. Tem uma parte, que é o Conselho Nacional... E aí eu queria também informar aos Senadores e aos presentes – muitos dos que estão aqui acompanham a discussão do Conselho Nacional – que o Conselho Nacional tem um grupo de trabalho que pretende finalizar, em agosto, Senador, e está discutindo duas coisas que estão na Lei Orgânica de Assistência Social e que não foram regulamentadas até hoje. Uma delas é o quê? O que é habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência na área de assistência social. Porque, até hoje, a própria área de assistência social considerou a habilitação e reabilitação muito na lógica médica. O que nós estamos discutindo hoje? Que habilitação e reabilitação para a assistência social – e que deve ser implementada pelo SUS – tem que ser uma habilitação e reabilitação que possibilite a inclusão das pessoas com deficiência, mas na lógica da convivência familiar e comunitária. Isso significa concretamente o quê? Que nós temos de pensar em tecnologias assistivas na área da assistência social que garantam a convivência na comunidade e na família das pessoas com deficiência. Quem tem acompanhado a implantação do SUS pelo Brasil sabe que nosso serviço de convivência já tem vários exemplos de tecnologias assistivas na área de assistência social, para que as crianças possam ter o direito de brincar com suas famílias, para que os adolescentes tenham o direito e a possibilidade também de convivência comunitária.

Então, a discussão da habilitação e reabilitação na lógica da convivência familiar e comunitária é uma tendência que está sendo discutida pelo Conselho Nacional. E aí, junto, há outro artigo também não regulamentado até hoje, mas que está lá como direito das pessoas com deficiência, que é a promoção da inclusão ao mercado de trabalho da pessoa com deficiência. Está na LOAS, todos os senhores e as senhoras que têm mais tempo nessa área sabem, e não foi regulamentado até hoje.

Então, acho que todas essas atitudes coordenadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome são, sem dúvida, possibilidades que vão avançar ainda mais a política para a pessoa com deficiência. Principalmente, é claro, para a pessoa com deficiência e pobre.

Eu quero finalizar a minha primeira participação aqui dizendo que é extremamente importante colocar na pauta política a realidade e as necessidades das pessoas com deficiência pobres no Brasil. Por quê? Nós conseguimos colocar na pauta as questões das pessoas com deficiência? Conseguimos, sem dúvida nenhuma. Elas estão colocadas na pauta. Mas eu sinto, pela própria militância histórica que tenho na área da ciência social e na área das pessoas com deficiência, que nós ainda não colocamos na pauta política, com decisão, com precisão, a questão das pessoas em situação de pobreza. Por isso esse plano é tão importante, ele coloca na agenda política. Mas é preciso colocar na agenda política para dar visibilidade às necessidades das pessoas com deficiência. E, por isso, eu quero aplaudir o senhor por esta iniciativa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Lindbergh Farias. PT – RJ) – Obrigado, Simone. *(Palmas.)*

Eu vou passar a palavra para a Regina Atalla, Presidente do Riadis, que vai fazer a sua fala. Depois, se chegar o Moisés Bauer, presidente do Conade, passo a ele imediatamente a palavra.

A SRª REGINA ATALLA – Boa tarde a todos! Eu queria agradecer ao Senador Lindbergh o convite e, ao mesmo tempo, parabenizá-lo pela relevância e pela oportunidade.

Quero cumprimentar a nossa colega do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por sua exposição em relação à situação de pessoas com deficiência em extrema pobreza.

Eu montei uma palestra e vou fazer uma breve introdução sobre o que é o último tratado de direitos internacionais, que tem rigor de norma constitucional em nosso País. Vou falar um pouco sobre indicadores sociais de pessoas com deficiência e pobreza, um pouco do programa Brasil sem Miséria, BPC, BPC na Escola, e as propostas concretas para incluir.

Então, vamos lá!

Próximo.

Esse é o logo – acho que não há ninguém cego aqui, eu não preciso descrever a imagem – da nossa rede.

Próximo.

A nossa rede foi fundada em 2002, na Venezuela. Nós estamos em 18 países. Nós somos 60 organizações nacionais filiadas. Representamos todas as áreas de deficiência e tivemos a oportunidade de ser um participante ativo no processo de elaboração da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que consideramos a nossa bíblia.

Próximo.

Essa convenção é aprovada a partir desta resolução da ONU, de 2001, que foi a Resolução nº 56.168.

Próximo.

O que dizia essa resolução? Que era preciso criar um tratado temático de direitos humanos para reconhecer os direitos das pessoas com deficiência. E aí foi estabelecido um comitê especial, com todos os membros da ONU – e nessa época não tínhamos nem certeza de que iria haver convenção –, para examinar a possibilidade dessa convenção.

Próximo.

O que dizia? Qual era o propósito geral dessa convenção? Uma convenção internacional, ampla, integral, para promover e proteger os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência. E ela seria baseada no enfoque holístico, considerando a esfera do desenvolvimento social e direitos humanos da não discriminação.

Isso é uma novidade, porque, geralmente, nos tratados de direitos humanos, você tem uma proteção muito grande na área de direitos humanos e uma parte, talvez mais fraca, talvez inexistente, na área do desenvolvimento social. A Convenção das Pessoas com Deficiência traz essa novidade.

Próximo.

Como é que funcionou? Foi criado esse comitê especial, e era aberto a todos os membros e observadores, todas as agências – como Unicef. Enfim, as organizações internacionais dos direitos humanos participaram. Havia um presidente e duas reuniões anuais de trabalho. A primeira foi em agosto de 2002 e a última em 2006.

Eu conto para vocês que esse foi o tratado mais rapidamente aprovado na história das Nações Unidas. Para vocês terem ideia, a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas – que nem é um tratado, é um pacto, não tem poder vinculante – levou vinte anos na ONU para ser concluída. Então, esse tema eu acho que trazia toda uma urgência e um atraso que resultou na celeridade do processo. Em quatro anos, nós temos a Convenção Internacional de Pessoas com Deficiência.

Próximo.

E o que se discutiu, esse tempo todo, na Convenção? O que chamamos de mudança de paradigma, que é esse modelo social e que está no preâmbulo da Convenção, sobre os direitos das pessoas com deficiência, que diz que a deficiência é um conceito em evolução que resulta da interação entre pessoas com deficiência e barreiras devido a atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas em igualdade aos demais cidadãos. E o modelo inclusivo que também está escrito nessa Convenção muda a ótica. A sociedade tem que promover mudanças para incluir as pessoas com deficiência. E não como na época da integração, em que você tinha o quê? Um exemplo muito simples: havia uma reunião em um primeiro andar, um lugar de escadas, e era considerado aceitável carregar a pessoa na cadeira de rodas. Hoje, isso não é mais aceitável. Tem que ter elevador, tem que ter uma tecnologia em que a pessoa possa chegar por seus próprios meios.

Próximo.

O conceito de modelo social está em oposição ao modelo médico. E isso é importantíssimo, porque o modelo médico, esse modelo tradicional, inclusive, foi o responsável por grande parte do sofrimento e do atraso das pessoas com deficiência, porque tratou o tema como objeto de lástima e de caridade. Enfim, uma visão subestimativa da pessoa com deficiência, pois dizia que ela era incapaz. Foi um modelo marcado por um forte assistencialismo, que tirava a ação da pessoa com deficiência, que não era considerada sujeito de direitos, mas era definida como doente ou inválida, o que resultou num modelo altamente incapacitante e excludente.

Próximo.

Bom, na Convenção, havia uma discussão muito interessante que dizia o seguinte: estamos criando um novo tratado, mas estamos criando novos direitos? A maioria achou que não, que não se tratava de criar mais direitos. Mas eu discordo. Concordo em parte com o que está ali, porque diz que não se tratava de criar novos direitos e, sim, de reconhecer o contexto social da deficiência, sua especificidade, conceber um arcabouço legal capaz de conferir materialidade a um conjunto de direitos fundamentais negados às pessoas com deficiência em igualdade aos demais. Mas eu acho que tem um direito novo que a Convenção fala, que é a acessibilidade. Se você fizer um exame da legislação, esse conceito começa a aparecer nos últimos dez, quinze anos. Isso é uma novidade. Então, eu acho que ela traz e concretiza e materializa e fortifica a questão da acessibilidade como um direito novo.

Próximo.

Esta é uma foto do último dia de negociação dessa convenção, que foi a 8ª Sessão. Aqui temos, no final, uma sala oval. Só de pessoas com deficiência, se inscreveram oitocentos líderes do mundo inteiro. E aconteceu um fenômeno muito interessante, porque os delegados oficiais dos países – e a maioria dos países da ONU participou desse processo –, no final, os especialistas eram os militantes da sociedade civil, que traziam todo o conhecimento e uma vivência que os próprios delegados oficiais dos países não tinham. Então, houve algumas exceções, em que a delegação de algum Estado era a pessoa com deficiência. Então,

tinha uma propriedade. Tanto que o Embaixador Don MacKay, da Nova Zelândia, que presidiu as últimas sessões, diz o seguinte: "70% do conteúdo dessa Convenção nós devemos à participação e à colaboração da sociedade civil".

Próximo.

Qual é a situação de adesão? Esse também é o tratado de direitos humanos que mais rapidamente recebeu adesões no mundo inteiro. Nós temos praticamente, em três anos de adesão, 101 países ratificados; 61 ratificaram o protocolo facultativo, que é a ferramenta para os países poderem, por exemplo, apresentar denúncias e para as pessoas, individualmente, também poderem apresentar denúncias. É o caso do Brasil, que assinou o protocolo. É uma proteção muito importante.

Nós temos um comitê de monitoramento, que foi ampliado de 12 para 18 membros. A maioria são pessoas com deficiência – isso é muito interessante também –, pessoas muito preparadas. E os Estados que completaram dois anos de ratificação, que não é o caso do Brasil, começam a apresentar os seus informes ao comitê de monitoramento.

E informo a vocês, adicionalmente, que a Riadis, a nossa rede que está no Brasil aqui – também temos, no momento, quatro organizações nacionais filiadas –, nós estamos no curso de um processo para fazer um informe alternativo da sociedade civil e vamos, junto com o Governo, depois que o Governo apresentar, fazer as nossas observações, as nossas críticas sobre esse primeiro informe, que, infelizmente, é muito declaratório e pouco informativo no sentido de quais foram os impactos desse primeiro período de aplicação da Convenção. A gente espera que, com isso, possa ajudar a acelerar a aplicação.

Vamos lá.

Vamos chegar agora à questão dessa população que tem um perfil extremamente preocupante em relação à pobreza e à exclusão. Isso aí vai mudar. A gente tem um dado mais à frente, que vocês vão ver. Nessa época em que a gente estava reunido, calculava-se... Isto era um número da Organização Mundial de Saúde, que diz que 10% da população mundial têm alguma deficiência. Então, calculava-se: 650 milhões de pessoas, 80% dessa população vivem em países em desenvolvimento. Então, há uma associação entre menor desenvolvimento e menor deficiência. E essa população está entre os mais pobres dos mais pobres e vivencia severa exclusão.

Próximo.

Qual a relação entre pobreza e deficiência? Por isso, quero mais uma vez parabenizar o Senador e a presença do MDS aqui, no sentido de não ser mais aceitável, no século XXI, que o Governo faça um programa de eliminação da pobreza extrema e não mencione as pessoas com deficiência, que são o público alvo mais preocupante em relação a essas ações.

Então, o que dizem os estudiosos sobre a relação entre pobreza e deficiência? Que existe uma relação mutuamente reforçadora. Dessa relação resulta que, além de serem particularmente vulneráveis à exclusão, as pessoas pobres são pobres em quantidade. Dizem que as pessoas com deficiência são pobres em quantidade desproporcional e que, entre as pessoas pobres, a deficiência é desproporcionalmente alta. E é assim em todos os países.

Próximo.

A deficiência no mundo: 650 millhões, já se sabe. Esse número vai ser atualizado. Foi uma surpresa para a gente: 100 milhões de pessoas adquiriram uma deficiência por causa da desnutrição; 400 milhões vivem nos países pobres; e 80% das crianças com deficiência vivem nos países em desenvolvimento ou nos países do sul global.

Próximo.

Alguns dados da América Latina e Caribe: entre 80 e 90 milhões. Agora, com esse novo relatório da OMS, isso vai mudar muito. Cerca de 82% das pessoas com deficiência são pobres. Você não encontra esse indicador em nenhum outro grupo social vulnerável.

Então, isso tem que ficar muito estabelecido para a política nacional, para os programas de desenvolvimento. E esse é outro desafio que a gente tem. Como a gente muda isso? Acabou a época de você fazer programas setoriais específicos. A gente tem que ser incluído no desenvolvimento geral. E se a gente não tiver mencionado, não tiver esse foco da pessoa com deficiência em todos os programas de desenvolvimento, a gente não vai conseguir mudar essa situação de grande exclusão e pobreza.

A gente sabe que esse público é imenso, 82% de pobreza, e uma pesquisa recente – não sei se se mantém o conhecimento dessa pesquisa –, encomendada pela MDF há uns três ou quatro anos, diz o seguinte: um familiar que cuida de uma pessoa com deficiência severa investe 10 horas diárias nesse trabalho. Se ele investe 10 horas diárias nesse trabalho, não pode ir ao mercado de trabalho, nem tem a proteção social. Acho que há um vácuo na lei que tem de ser coberto. Além do BPC. O BPC é o quê? É dirigido para a necessidade da deficiência. E o familiar... A deficiência empobrece a família também, porque tem gastos adicionais.

O próximo.

Educação. Somente 20% a 30% de crianças com deficiência estão na escola. Isso é um número que me envergonha, que me choca, todas as vezes em que tenho de falar sobre esse assunto da educação, porque

acho que a educação é a primeira política pública, em concomitância com a saúde, que pode, enfim, fornecer a qualquer cidadão a possibilidade de desenvolver suas habilidades, de expandir seu conhecimento, de ter habilidades profissionais, de dar conta de ser um adulto que possa sobreviver com dignidade.

Inclusive, uma informação para vocês: duas organizações internacionais dos direitos humanos, no ano passado, entraram com uma ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com uma queixa contra todos os países da América Latina pela ausência de crianças e jovens com deficiência na escola.

A gente vai acompanhar essa queixa à Corte Interamericana. É a corte do Sistema Internacional dos Direitos Humanos que tem, como eu diria, resultados muito concretos, mais do que as outras cortes do sistema europeu ou do sistema asiático e africano. Resulta em sanções para os países. Há diversos casos em que o Brasil foi julgado culpado. O caso Damião, não sei se vocês conheceram. Uma pessoa com deficiência mental que morreu numa instituição. A família voltou para vê-lo, depois de um final de semana, e ele morreu. Aí o Estado brasileiro foi culpado por... Enfim, era responsável por essa pessoa.

A questão da educação das crianças com deficiência ninguém diz que é simples. É uma questão complexa, porque depende de causas múltiplas. Ela depende da falta de transporte e de infraestrutura acessível, da ausência de professores, da falta de recursos pedagógicos e de apoio às famílias. Então, é um conjunto de medidas que têm de ter uma coordenação simultânea, e a gente não está muito acostumado a isso. E tem de começar a fazer uma política multissetorial.

Próximo.

Trabalho. De 80% a 90% das pessoas na América Latina estão desempregadas. Esse é outro indicador que não se encontra em outro lugar. E, quando elas estão empregadas, recebem as funções mais desmoralizadas e os salários mais baixos, inclusive em função da baixa escolaridade.

Na Argentina, um dado interessante, mais de 90% estão fora do mercado de trabalho.

Próximo.

Saúde na América Latina. A maior parte das pessoas com deficiência não tem acesso ao serviço de saúde e não dispõe de acesso às instalações. Calcula a OMS que, nos países em desenvolvimento, 90% das pessoas com deficiência não têm acesso à saúde. Esse é um número também chocante.

Se os Senadores me derem a oportunidade, gostaria de falar, em outra oportunidade, de um capítulo: por que o SUS foi um fracasso para as pessoas com deficiência. Por que ocorre isso? Por que as pessoas não conseguem ser atendidas no sistema básico de saúde? Por que, para tratar de um dente, tem-se de ir para um sistema altamente complexo, que não existe na maioria das cidades brasileiras, e a pessoa com deficiência não consegue acesso ao tratamento, como outras?

Ocorre também, na área de saúde, que as pessoas com deficiência geralmente são rejeitadas pelos planos privados de saúde.

A minha organização fez uma reunião de diretoria, há 15 dias, em Quito, Equador. A pessoa com deficiência, quando viaja... Fico muito preocupada de o nosso financiador internacional... A gente tem um recurso para o seguro, porque, se acontece alguma coisa com a pessoa, a gente, enfim, quer cuidar. E, aí, pasmem: queriam cobrar o dobro do seguro para nós, pessoas com deficiência. Eu falei: não, meu filho, a gente não vai fazer seguro com você.

É uma atitude discriminatória que não é só no Brasil. Na América Latina, a gente tem esse problema muito sério.

Próximo: impacto da deficiência. Algumas projeções no mundo sobre como vai ocorrer isso nos próximos anos. A gente calcula, fazendo uma média, que seriam 27 milhões esses 14,5%, 15%, mas a gente tem cerca de 25 milhões de pessoas com deficiência no Brasil. Considerando que a família brasileira tem de quatro a cinco membros, esse tema envolve mais de cem milhões de pessoas. Ninguém venha me dizer que sou uma minoria. Isso não é minoria. Enfim, é mais da metade da população brasileira.

Há outra projeção demográfica que diz que, nos próximos 30 anos, o percentual de pessoas com deficiência nos países em desenvolvimento vai aumentar 120%. E, nos países do norte, 40%. O principal motivo desse aumento vai ser o envelhecimento do perfil da população mundial, aliado ao aumento do recrudescimento de causas externas, violência, que já alcançou... Era a terça ou quarta, hoje é a segunda causa. E o grau de severidade. Nos países mais pobres, deficiências moderadas são agravadas pela falta de recursos básicos.

Vocês devem conhecer pessoas com a deficiência chamada paralisia cerebral. Dependendo da ocorrência, geralmente as pessoas têm o intelecto completamente preservado. Mas ocorre, por exemplo, temos um caso na Bahia – esse caso me arrepia – numa cidade do interior, denunciado ao Ministério Público estadual, uma jovem com 19 anos de idade, com paralisia cerebral, que vivia em companhia da sua avó, muito pobre, para variar. Essa denúncia chegou ao Ministério Público porque essa jovem nunca teve um atendimento de saúde. Então, resulta que, na parali-

sia cerebral, você precisa de fisioterapia para que os membros não enrijeçam em posição incorreta. Então, você olhava para essa menina, era um fio, magra, com os membros todos deformados.

Outra coisa também que acontece com pessoas com paralisia cerebral: às vezes, precisam colocar uma válvula para ajudar na deglutição, porque têm dificuldade. A denúncia que a gente recebeu foi de que essa menina não conseguia dormir porque ela tinha todos os dentes da boca podres, porque a avó, idosa, não conseguia fazer a assepsia bucal como deveria ser.

Gente, onde nós estamos? O vizinho, o prefeito, o secretário de saúde não tomou conhecimento desse caso gravíssimo. Essa, infelizmente, é a realidade da maioria das pessoas com deficiência que a gente não vê, que estão escondidas, enfim, nas suas casas e segregadas, sem acesso nenhum aos serviços e aos direitos fundamentais.

Próximo. Vou tentar acelerar.

E aí perguntaram: "Temos tantos tratados aí, tratado dos direitos das crianças, tratado dos direitos das mulheres, enfim, migrantes, por que mais um tratado?". E, aí, o presidente responde que as pessoas com deficiências formam a maior minoria do mundo, empurrada para as margens da sociedade durante demasiado tempo, com resultados devastadores para a imensa maioria, fato que não admite mais a omissão e o desconhecimento do Estado e da sociedade. Essa Convenção representa apenas um passo para começar a mudar. A gente sabe que nada vai acontecer da noite para o dia e que não se faz milagre, mas a gente tem que tomar pé.

Eu queria fazer uma sugestão, Senador, muito breve. Embora essa Convenção seja um único tratado de direitos humanos com *status* de norma constitucional, ninguém conhece. Os juízes continuam julgando à revelia, internando pessoas com deficiência. Há pessoas com deficiência, Moisés, aqui mesmo... Há vários casos no Rio Grande do Sul de pessoas cegas que fizeram concurso para o Judiciário – isto é mais grave – e foram rejeitadas, foram, enfim, excluídas, depois de passarem na prova, como todo mundo, porque tinham deficiência, eram deficientes visuais, eram cegas. Isso é um absurdo, gente!

Então, a minha proposta é a seguinte – e Ricardo Tadeu, meu amigo, que é desembargador, já fez essa proposta também –, que, em todos os livros em que se publique a Constituição, publique-se também a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, porque ela é um texto constitucional. Acho que isso pode ser feito, enfim, no futuro.

Próximo.

Bom, aí temos uma grande novidade: no dia 9 de junho, depois de 30 anos... A Organização Mundial de Saúde desenvolveu esse estudo durante dois ou três anos – se não me engano, esse estudo tem mais de 400 páginas –, um estudo mundial sobre a deficiência. E aí mudou... Aquele número, de 650 milhões, mudou radicalmente. Ela afirma que há mais de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo! Olhem só que loucura: um bilhão de pessoas com deficiência! É muito desafio pela frente.

Próximo, por favor.

E quem faz o prólogo, a introdução desse informe mundial é Stephen Hawking. E eu queria a permissão de vocês para ler três fragmentos da fala de Stephen Hawking, apresentando esse relatório mundial.

Ele diz o seguinte:

A deficiência não deveria ser um obstáculo para o êxito. Eu mesmo tenho sofrido uma neuropatia motora grave durante praticamente toda minha vida adulta e nem por isso deixei de desenvolver uma destacada carreira profissional como astrofísico e de ter uma feliz vida familiar.

Ao ler informe mundial sobre deficiência, muitos aspectos evocaram a minha própria experiência. Eu pude me beneficiar de um acesso a atenção médica de primeira classe e dependo de uma equipe de assistentes pessoais que fazem possível que eu viva e trabalhe com comodidade e dignidade.

Minha casa e o meu lugar de trabalho foram adaptados para que me resultem acessíveis. Especialistas em computação me apoiam com um sistema de comunicação assistida e um sintetizador de voz, o qual me permite preparar conferências, informes e comunicar-me com diversas audiências em todo o mundo.

Entretanto, eu sou consciente de que tive muita sorte. De diferentes modos, tive muita sorte. Meu êxito na Física teórica me assegurou o apoio necessário para viver uma vida digna de ser vivida.

De fato, temos o dever moral de eliminarmos os obstáculos à participação e investir fundos e conhecimentos suficientes para liberar o imenso potencial das pessoas com deficiência. Os governos do mundo não podem mais seguir ignorando as centenas de milhões de pessoas com deficiência a quem se nega o acesso à saúde, à reabilitação, à educação e ao emprego, e aqueles a quem nunca se oferece a oportunidade de brilhar.

Esse foi um trecho, que me comove muito, do Stephen Hawking.

Faço o seguinte comentário: se o Stephen Hawking tivesse nascido no Brasil, o mundo tinha perdido toda essa contribuição da Astrofísica, porque ele teria morrido; não teria sobrevivido, porque a deficiência

dele é seriíssima, ele precisa de uma série de aportes, como ele diz, de primeira classe, e é uma contribuição ao mundo. É um gênio! Quem poderia prescindir dessa contribuição?

Bom, agora vamos ao programa Brasil Sem Miséria. Vou acelerar.

Não sei se vocês já conheceram o programa Brasil Sem Miséria. Enfim, o objetivo maior é elevar a renda e as condições de bem-estar das famílias. É dirigido às famílias extremamente pobres. Calcula-se um percentual de 16,2 milhões de brasileiros, se não me engano, em situação de extrema pobreza.

Próximo. Vou tentar correr aqui...

As ações do plano são estas: transferência de renda, acesso a serviços públicos na área de educação, saúde, assistência social, saneamento, energia elétrica e inclusão produtiva. Esse conjunto de ações, em parceria com Estados, Municípios, empresas públicas, Governo Federal... Eu quero só fazer um comentário: é um programa com tantos parceiros e tantas iniciativas que tem uma possibilidade de alta qualidade de isso dar certo, porque há muita gente envolvida, há muito recurso envolvido. Se tiver uma boa coordenação, acho que poderá ser muito bem sucedido.

Próximo.

Ele prevê uma estratégia de busca ativa dessas famílias, porque são famílias que até o Bolsa Família não conseguiu alcançar ainda. Enfim, a estratégia é que sejam montadas as equipes para localizá-las e cadastrá-las nos programas. Serão identificados serviços, necessidade de criar novas ações, mutirões, palestras. Se vocês quiserem, poderei deixar esta palestra disponível para todo mundo.

Próximo.

Vamos ver qual é o perfil desse programa. Vejam que número impressionante: quase 60% dessa população estão no Nordeste, sendo que, do total de brasileiros, 1 em cada 4 está no campo. São pessoas que vivem no campo em extrema pobreza. Cinquenta e um por cento têm até 19 anos de idade, o que indica política para educação, saúde, assistência social; 40% têm até 14 anos de idade; 71% são negros, que é a definição do IBGE, pretos e pardos; e 26% são analfabetos, com 15 anos ou mais.

Vamos adiante.

Qual a relação entre o plano Brasil Sem Miséria e as pessoas com deficiência? Há estudos fidedignos do Banco Mundial, de universidades, que dizem que há um alto percentual de pessoas com deficiência em situações de extrema pobreza. É necessário incluir no plano, de forma prioritária, ações dirigidas à população com deficiência em extrema pobreza.

Próximo.

Acho muito oportuno, quero parabenizar o Senador e louvar a presença do MDS, mas ainda me pergunto por que as pessoas são invisíveis às políticas públicas, por que esse plano foi elaborado sem mencionar as pessoas com deficiência, que comprovadamente sabemos que vivem em situações de extrema miséria. Antes tarde do que nunca, muito oportuno, mas é uma pergunta que temos de nos fazer. Por que essa política e esse plano? Têm as suas bases na articulação, em apoio simultâneo, de diversos programas sociais, como vocês viram, na área de saúde, educação, segurança, alimentar, trabalho. O BPC foi ignorado. O BPC é a política mais antiga, é a primeira política de transferência de renda deste País.

E outro detalhe. O objetivo maior do plano é incluir as pessoas no Bolsa Família. O Bolsa Família, se não me engano, será expandido para cinco pessoas, a R$32 por pessoa. Um salário mínimo é muito maior. Resolveria o problema da pobreza extrema das pessoas com deficiência. Então, isso é uma coisa óbvia. A gente vai passar aqui – e não foi mencionado – o programa BPC na escola. Vamos ver.

Próximo.

Já sabem, vou pular isto: o BPC é a garantia de um salário mínimo. Como disse a Simone, foi a primeira emenda popular, com mais de um milhão de assinaturas, que consta na nossa Constituição. O papel do MDS é articular políticas intersetoriais e intergovernamentais de atenção a pessoas com deficiência e a idosos.

Próximo.

Vamos falar um pouco das falhas do BPC. Espero, de forma muito respeitosa, que seja uma critica construtiva. Tem a negação do direito – e isso acontece principalmente em cidades menores: pessoas em situação de pobreza, pessoas com deficiência na família, que lhes é negado o BPC. O médico diz que não precisa, a assistente social diz: "Não, você volta..." E nega o direito a essa pessoa.

Eu não sei como funciona, mas tenho curiosidade, porque alguns Municípios têm um limite de cobertura de famílias. Por exemplo, 50 famílias. Se tiver 100 mil famílias com pessoas com deficiência, o MDS não dá conta de fazer a cobertura necessária, mesmo que a população exista. Então, este é um problema, situação de pobreza e cobertura insuficiente. E nem sempre a renda é revertida em benefício das pessoas com deficiência. Precisamos pensar algumas coisas acessórias. Sabemos de casos de famílias muito pobres, em situação familiar de desagregação, de muita dificuldade, que a pessoa usa o BPC para beber, para jogar. E a pessoa com deficiência fica inteiramente à mercê de uma ação dessas, sem uma proteção. Eu acho que o programa precisa evoluir um pouco e ter essa proteção.

E a condicionalidade do trabalho, como a gente já disse, ela funciona como mecanismo de exclusão laboral. E aí eu cito, mais uma vez, o Ricardo Tadeu, que diz o seguinte: "Eu gostaria que o Brasil chegasse a esse plano ideal de fazer do BPC uma renda suplementar permanente". Enquanto houvesse essa situação de pobreza, que esse benefício da proteção social fosse concedido. Por quê? Porque a deficiência implica gastos adicionais. Então, isso sempre vai existir, e é preciso que se aperfeiçoe.

E aí, também, outra coisa que resultou, e com isso eu até fico feliz, porque eu tive uma pequena contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Regina, sua fala está sendo fantástica, quero anunciar a todos, inclusive, que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado. O problema é que vamos ter que acabar aqui, hoje, impreterivelmente às 13 horas e 5 minutos. Nós temos mais 20 minutos só!

A SRª REGINA ATALLA – Então, mais três minutos só para mostrar as propostas. Perdão!

Então, há um elevado número de jovens e crianças fora da escola.

Próximo.

E aí nós temos o programa BPC na Escola. Ao reconhecer esse elevado número de crianças na escola que recebiam o BPC, dissemos: "Não, a gente tem de tomar uma iniciativa. Temos de tomar, enfim, uma providência!" E aí foi criado o Programa do Acesso e Permanência na Escola, que tem como prioridade crianças de 0 a 18 anos.

Próximo.

E, aí, qual é a situação desse programa, que é muito interessante? Todos os Estados aderiram. São 2.633 Municípios e 232 mil beneficiários.

Eu queria chamar a atenção de vocês para esse próximo dado, que confirma esse dado internacional. A Simone disse que era de 60%, mas é de quase 70%: 68% do total desses beneficiados estão fora da escola – isso é um absurdo, gente! – e 28,32% estão na escola. Esses são dados de junho de 2010, do próprio programa. Vamos lá: 71,67% estão fora da escola.

Vamos agora às propostas!

Então, qual é a primeira coisa que tem de fazer o Programa Brasil sem Miséria? Incluir, na busca ativa, perguntas para identificar pessoas com deficiência. Aí, eu queria dizer o seguinte: que essa cobertura, Senador, tem de ser entre as famílias, a população de rua, que o programa já cita, e abrigos, outra população altamente invisível e discriminada. Então, é uma sugestão também de que essa população seja alcançada.

Próximo.

Após essa identificação, a primeira coisa é que já há o direito adquirido, que é o BPC. Então, orientar para o requerimento e o recebimento do BPC. Isso já vai dar um salto à renda familiar de zero para R$545,00 por mês. Isso é uma diferença enorme! E a articulação com o Programa BPC na Escola, para assegurar essa permanência.

Próximo. São mais dois só.

Outra coisa de que se precisa também, como o Senador disse, é a educação profissional, que é altamente necessária. Nós temos uma rede, Senador – sou funcionária do Ministério da Educação, já trabalhei na rede de universidades e escolas técnicas e conheço bem essa rede –, e a nossa rede devia dar o exemplo. Se eu fizer um exame, acho que não vou encontrar 70 pessoas matriculadas no ensino profissional. E é um ensino de alta qualidade, de primeira qualidade esse ensino profissional. Então, é preciso reverter isso e tem de incluí-lo, porque há uma vertente no programa tratando disso.

A outra coisa é estimular a adesão das empresas ao cumprimento da Lei do Jovem Aprendiz, pela qual a gente já traz muita gente para trabalhar nas próprias empresas, e fazer essa profissionalização aí.

Mais dois e acabo. Vamos lá!

Moradia. Assegurar a acessibilidade ao Programa Minha Casa Minha Vida. Como o Rosinha sabe, é uma luta, não é, Rosinha? A gente conseguiu incluir, mas quando chega ao detalhe, a gente sempre é esquecido. E, aí, a gente tem de sempre correr atrás do prejuízo. E também promover e oferecer assistência técnica e soluções simples para melhorar condições de acessibilidade e de moradia às pessoas com deficiência em extrema pobreza.

Imaginem, sei lá, um lugar rural. Tem de haver e existem mil soluções, e soluções simples e baratas, para tornar mais acessível e mais digna essa moradia. E acho que isso deve ser incluído no programa.

Próximo. Acho que é o último.

Incluir, na área de saúde, a assistência permanente e supervisionada do Programa Saúde da Família, que também está no programa, assegurando assistência integral e reabilitação, e ampliar o fornecimento de órteses e próteses. Eu não quero mais viajar e ver, no interior do Rio e da Bahia, pessoas com alguma deficiência motora se arrastando no chão porque não conseguem uma cadeira de rodas.

O próximo.

Aí uma conclusão e um alerta, ao mesmo tempo. Com isto eu termino. Tendo em vista a grande magnitude do contingente de pessoas com deficiência – dentro desses 16 milhões de pessoas, eu não me arrisco a dizer o número, porque a gente não tem estatística,

mas eu acho que pode chegar de 40% a 60% desse contingente –, é imperativo que ações dirigidas a esses grupos sejam implementadas, sob pena de fracasso dos esforços de eliminar a pobreza extrema no nosso País, diante da magnitude numérica que as pessoas com deficiência representam nesse universo.

Está aí o meu *e-mail*, meu nome, e nada sobre as pessoas com deficiência.

Às pessoas com deficiência, muito obrigada. Desculpem-me por ter excedido o tempo. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Regina! Foram ótimas tanto a exposição da Simone como a sua.

Só para citar, Moisés Bauer, nossa Deputada, Presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, Rosinha da Adefal, que está presente também, esta reunião, para as pessoas que estão nos assistindo, é para discutir as pessoas com deficiência no programa Brasil Sem Miséria.

Presidente Moisés Bauer, eu estive, há um mês, numa viagem com a Presidenta Dilma e conversamos longamente sobre o assunto pessoa com deficiência. Ela determinou – só para citar para as pessoas, porque toda vez que a gente está em audiência transmitida pela TV Senado constitui-se uma rede de militantes que trabalham com a causa –, ela determinou, no mesmo dia, à Ministra Gleisi discutir uma pauta, que não vai resolver todos os problemas. Mas eu disse para ela que tinha muitas coisas que eram simples de serem resolvidas. É como se fosse uma primeira rodada de decisões da Presidente. Ela pediu... A Ministra Gleisi me chamou lá e disse o seguinte: "Ajuda a gente. Diz o que pode ser feito de forma simples".

A gente levantou algumas sugestões, e essas sugestões estão nos Ministérios...

Eu estive, na segunda-feira passada, com a Ministra Tereza Campello, que está completamente aberta. A discussão era como fazer. Estive hoje com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, também. Todos os ministérios estão trabalhando.

Então, volto a dizer que a ideia não é resolver tudo, mas é uma rodada, Deputada Rosinha, para que a gente consiga, até agosto, nos pontos mais simples, a gente conseguir avançar.

Então, é por isso que a esta reunião a gente tem que trazer, ao final... Vamos ter que encerrar às 15h05... O Moisés vai falar cinco minutos, a Rosinha também... Nós não vamos ter as conclusões aqui, mas eu queria, depois, que esta reunião, Regina, tivesse um encaminhamento prático, concreto.

Inclusive, quero citar a presença, que para nós é muito importante, – ela foi atender a uma ligação, mas está assistindo ao debate desde o começo –, da Secretária Maria José de Freitas, da Secretaria de Benefícios Continuados do MDS, que está trabalhando lá nessa busca do que fazer.

Eu queria citar, também, a presença do Marcos Bandeira, Conselheiro Governamental do Conade; do Fernando Cotta, nosso coordenador da Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do GDF; de Márcia Melo, do Departamento de Comunicação e Divulgação da Secretaria de Direitos Humanos; de Fabiana Gadelha, da Federação Nacional de Associações de Síndrome de Down; do Dr. Roberto John, Coordenador-Geral de Promoção de Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério do Desenvolvimento, que vamos chamar, em breve, para participar dessas nossas audiências.

Eu queria, concretamente, antes de passar para o Presidente da Conade, Moisés Bauer, falar sobre alguns pontos que estamos discutindo aqui.

Primeiro, inclusão produtiva, que é uma frente do Brasil Sem Miséria.

Nisso nós estamos andando, no Pronatec, porque não tinha nada específico no Pronatec que falasse sobre pessoa com deficiência.

A gente sabe, pelas discussões todas que tivemos aqui sobre inclusão no mercado de trabalho, dos números da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego. De 42 milhões de empregos com carteira assinada, só temos 289 mil trabalhadores com deficiência. Isso significa 0,6%, quando nós temos a estimativa de 10% da população brasileira – vou trabalhar pelos números internacionais.

E aqui, no debate que tivemos sobre quotas, as pessoas diziam sempre: "Ah, tem um problema, que é qualificação profissional". A gente sabe que não é só isso. Mas, neste momento aqui, nós temos que colocar no Pronatec.

Hoje, estive com o Ministro da Educação. Estão elaborando... E a discussão é, nesse anúncio da Presidenta Dilma, ter um ponto específico: Pronatec e pessoa com deficiência. Bolsas específicas para pessoa com deficiência. Essa é uma parte que me preocupa menos, porque está encaminhada, vai sair. O que me preocupa mais é o que a gente tem que tentar costurar novas sugestões. Por exemplo: intermediação de mão de obra, que é um ponto central do Programa Brasil Sem Miséria. E tem uma prioridade lógica, porque vai ter uma série de ações do Governo para tentar focar beneficiários do Bolsa Família e pessoas em idades de 18 a 65 anos. A gente tem que mexer aqui e tem que colocar um critério de prioridade expressa para pessoa com deficiência.

A SRª REGINA ATALLA *(Intervenção fora do microfone.)* – Como jovem aprendiz, que não tem limite de idade para pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Mas, quanto a essa sugestão, Regina, precisamos da ajuda de todo mundo aqui, para pensar e encaminhar. A Ministra está completamente aberta para essas sugestões. A gente tem que conseguir fazer isso com brevidade.

Tecnologia assistiva. Para quem está nos assistindo, quando escutei pela primeira vez esse termo, perguntei o que era isso. É todo equipamento, desde uma cadeira de rodas superincrementada, como já falei, até uma colher especial, maçanetas, brinquedos... Com a minha filha, sabe a dificuldade que a gente está tendo agora? Brinquedos que auxiliem a estimular as pessoas. Então, vai ter um plano do Governo em relação a tecnologia assistiva. E tem uma coisa, por exemplo, que vai ser fantástica: um catálogo de produtos de tecnologia assistiva. Isso é no Ministério de Ciência e Tecnologia. O Ministro Mercadante está tratando disso.

Há vários outros pontos: financiamento a crédito bem baratinho para as pessoas comprarem equipamentos; estímulo às empresas. Essa é uma parte que está bem desenvolvida. Só falta uma coisa no debate que estamos fazendo. Sabem o quê? As pessoas muito pobres, que não vão ter condições de pegar um financiamento, como vão fazer? E tem um problema com o crédito, que a gente tem que ver: como organizar isso para, lá no Município, na ponta, acontecer? Isso, a gente tem que teorizar, dar sugestões. Não é simples.

Mas eu estou convencido de que esse programa, que é sensacional, de tecnologia assistiva, tem que chegar principalmente às pessoas mais pobres. Mas cabe à gente dar uma sugestão bem concreta. A gente tem que dar sugestão concreta, porque esses programas têm funcionado muito quando se trata de transferência de renda direta. Num caso desses, como criar uma rede dessas?

Então, o que estou pedindo aqui, na verdade, é a ajuda de vocês todos para tentar construir algo com velocidade. O que a gente não conseguir construir agora com velocidade nós vamos continuar a luta. E estamos com essa abertura com a Presidenta, que está querendo, sensibilizada com o tema, ter uma política cada vez mais clara. A acessibilidade do Minha Casa, Minha Vida tem que estar nisso.

Eu não quero me alongar mais, mas nós precisamos muito disso. Precisamos saber concretamente das coisas para resolver. Hoje, vou viajar para o Rio de Janeiro com o Ministro da Saúde, o Ministro Padilha. Eu queria, sinceramente, aqui, saber mais o que reivindicar para o Padilha. Eu queria saber mais: "Ministro, isso, isso e isso", mais objetivamente. Eu sei que tem problemas – você falou muito bem – de órteses e próteses que não funcionam adequadamente pelo País afora.

Eu disse que tínhamos que ser breves, acabei sendo muito longo. Mas eu queria situar esse contexto.

Vou passar para o Presidente Moisés Bauer.

Nós não vamos resolver tudo nessas comissões, mas a gente tem que estar agora numa espécie de trabalho permanente, principalmente tendo em vista a abertura, por parte do Governo, dos diversos ministérios, para construirmos essa pauta.

Presidente Moisés Bauer.

O SR. MOISÉS BAUER – Muito obrigado. Muito bom dia ao Senador Lindbergh. Eu o cumprimento pela iniciativa de mais esta audiência pública. Cumprimento Regina Atalla, Simone Albuquerque, Deputada Rosinha e outros parlamentares que estão presentes a esta audiência.

Senador, com o exíguo tempo que temos para falar, eu gostaria de pontuar aqui, primeiramente, a nossa satisfação e nossa alegria em tê-lo como interlocutor da causa das pessoas com deficiência, porque a oportunidade que o senhor teve e tem de estar com os Ministros e com a Presidenta Dilma, falando do nosso tema e das nossas demandas, para nós, é fundamental. Precisamos pautar cada vez mais na agenda do Governo Federal o que diz respeito às pessoas com deficiência.

Mais especificamente, no Programa Brasil Sem Miséria, eu gostaria aqui de registrar, primeiramente, uma breve reflexão. A própria convenção da ONU que traz este conceito de pessoa com deficiência, tirando da própria pessoa o entendimento de deficiência e levando para o meio, para a sociedade, dá muito claramente a importância de trabalharmos com as pessoas com deficiência que estão na linha de pobreza, ou abaixo da linha de pobreza. O que costumo dizer e refletir é que a deficiência, por si só, já é motivo de grandes dificuldades para a inclusão social da pessoa. A pobreza, também por si só, é fator de grande dificuldade da inclusão social dessas pessoas também. Quando somamos pobreza com deficiência, aí, a dificuldade é multiplicada – não digo nem dobrada, mas multiplicada.

Eu costumo refletir, Senador, senhoras e senhores, ainda nessa linha do conceito que tira a deficiência da pessoa e passa para o meio ambiente, para a sociedade, trazido pela convenção, que, em verdade, o mais difícil – vou falar muito particularmente no meu caso, a cegueira – é ser cego sem dinheiro que ser cego propriamente dito. Se eu sou cego e tenho condições de ter todas as tecnologias assistivas ao meu alcance, toda uma estrutura pessoal, com motorista ou

condições de pegar um táxi que seja e pessoas para me prestar auxílios em algumas tarefas domésticas ou até em algumas outras tarefas realmente profissionais, a minha cegueira praticamente inexiste. Agora, se sou um cego que não tenho condição de trabalhar, que não tenho oportunidade de estudar, que não tenho condição de ter sequer uma bengala para eu poder caminhar sozinho, aí, realmente, a desgraça é muito grande. Então, é importante termos no programa Brasil Sem Miséria a atenção específica para o público com deficiência, porque realmente a pobreza é muito mais acentuada, muito mais aguda, muito mais dificultada, quando, junto dela, está uma situação de deficiência, não só para a própria pessoa com deficiência, como para toda a família que está em volta.

Como sugestão – eu acho que todas as já apresentadas aqui pela Regina e as reflexões do próprio Senador são excelentes –, vou trazer algo muito simples, pois é nessa linha que o Senador gosta de trabalhar, como já conhecemos. Eu penso que os próprios centros de referência, que serão estruturados pelo programa, deverão se preocupar com questões mínimas de acessibilidade: informações e orientações em braile ou em outro meio acessível para pessoas com deficiência visual e até mesmo intelectual; pessoas capacitadas para um atendimento em Libras e com uma formação humanitária, realmente, para compreender toda a delicadeza de muitas situações de miséria e deficiência; ambientes, realmente, nesses centros de referência, garantindo a acessibilidade, para que pessoas com deficiência que possam se locomover e ir até esses lugares sejam atendidas dignamente.

São sugestões muito simples e que já vão fazer muita diferença, com toda a certeza.

Dado o adiantado da hora, vou ficar por aqui, com essas palavras, com essas pequenas considerações. Quero dizer, Senador e todos os presentes, que somos parceiros para compor essa rede de militantes. O Conade, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, está à disposição desta Casa, da Presidenta Dilma e de todos os seus ministérios que, inclusive, compõem o Conade para fazer esse debate e aperfeiçoar esse programa no que diz respeito à pessoa com deficiência.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Presidente Moisés Bauer.

Como eu falei, esta reunião vai ser uma reunião que não vai ter uma conclusão objetiva aqui. Queremos que saiam sugestões.

Eu citei a presença da Secretária Maria José de Freitas. Tem de se agradecer muito a sua presença aqui, pois é muito importante. Ela está ali escutando. É uma pessoa que está trabalhando nessa equipe sobre sugestões de inclusão de temas da pessoa com deficiência no Brasil Sem Miséria. Eu acho muito importante a presença dela. E o combinado aqui é que, depois, vamos sair com propostas concretas a serem encaminhadas para o Ministério de Desenvolvimento Social.

Vou passar aqui, para encerrar, por isso peço desculpas porque esta Comissão tinha que encerrar seus trabalhos às 13h05, para a nossa Presidente da Frente Parlamentar da Pessoa com Deficiência, Rosinha da Adefal, pedindo desculpas a todos por não ter uma nova rodada de debates, mas, por compromissos assumidos aqui, vamos ter que encerrar, não há jeito.

Então, passo a palavra para a nossa Presidente da Frente Parlamentar, esta brava Deputada Rosinha da Adefal.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Moisés, sobrou um minuto seu. Vou ter seis...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Vamos estourar um pouco esse tempo.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Bom, gente, boa tarde, já, a todos!

Primeiro, eu gostaria de cumprimentar todos os que compõem a Mesa aqui, na pessoa de Regina Atalla, uma amiga, companheira e grande batalhadora desse movimento, graças a Deus uma referência já para o mundo; cumprimento a Drª Vanda Lustosa, Presidente do TRT de Alagoas, é a minha chefa, porque sou funcionária de lá, do TRT, e ela veio hoje. Está muito mais do que envolvida com as questões da pessoa com deficiência e veio hoje prestigiar e conhecer mais do que já conhece, porque vai lançar o programa de acessibilidade. É o primeiro órgão público a lançar esse programa em Alagoas, e ela está todo dia quase em contato com a gente para fazermos esse trabalho bem orientado para que a coisa realmente dê certo, promover a acessibilidade nos órgãos públicos, uma vez que a gente já extrapolou o prazo do decreto da acessibilidade e poucos o têm cumprido.

Parabenizo Lindbergh, que tem sido mais do que uma voz neste Senado, graças a Deus! Porque não é só falar, falar. Ele, além de falar, tem feito muito. Nessa aproximação que ele tem com a Presidenta Dilma, com os ministros, com certeza, estamos também um pouco presentes nisso sempre, nas conversas e nas ações.

Parabéns, Lindbergh, pela atuação! Dou graças a Deus por ter você aqui para fazermos a dobradinha. Sei que tem outros também muito envolvidos, outros Senadores, como Wellington Dias, Paulo Paim, Cristovam Buarque e outros que fazem parte desta Comissão, Ana Rita, enfim. Mas você tem sido, realmente, a linha de frente de todas essas discussões, e tão bem você colocou as questões que já foram e as que

ainda vão ser discutidas, que você está fazendo esse intercâmbio com o Ministro. A gente já fez algumas sugestões; algumas coisas a gente também já discutiu lá e vai discutir na Câmara. Estou aqui representando os Deputados que fazem parte da Frente, que é mista. Lindbergh está mais do que envolvido nisso tudo.

Eu só acrescentaria mais duas coisas que estão dentro do que você já falou da tecnologia assistiva. A questão da audiodescrição, de que a gente já teve, graças a Deus, a portaria, que começou a ser colocada em prática, embora eu saiba que está muito longe do que a nossa realidade precisa, mas já começou e a gente já tem o que festejar. E aí estou vendo aqui Marcos Bandeira, que é representante da comunidade surda oralizada. A gente também tem uma discussão sobre esse tema a ser feita na Comissão de Seguridade Social e na Comissão de Direitos Humanos da Câmara. A gente sabe que esse público tem tantas demandas que precisam ser respeitadas e que a gente ainda não discutiu isso aqui, no Congresso Nacional.

À comunidade surda, lá na Câmara, a minha bandeira é que a gente consiga ampliar o número de intérpretes. Parece que, aqui, o Senado já saiu na frente. A gente precisa correr isso lá na Câmara. Sabemos que, sem os intérpretes, vai ser impossível que a gente consiga fazer da Libras uma prática em nosso País.

Cheguei atrasada porque estava num evento da OAB sobre a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, extremamente importante. Acho que outro grande problema que nós temos é com relação à lei pegar ou não pegar. A gente tem uma porção de leis. Somos referência inclusive para os Estados Unidos, para essa região da Ibero-América, mas, na prática, sabemos que a realidade não condiz com o que está na teoria. Por quê? Na minha visão, uma das razões, Drª Vanda, é que os operadores do Direito não conhecem a legislação da pessoa com deficiência. Não se discute isso nem nas universidades.

Outro tema para a gente levar, Lindbergh, para o Ministro Haddad. As universidades, principalmente de Direito, não discutem. Eu sou formada em Direito há dez anos. Durante todo o curso, a única discussão que eu fiz foi quando estudei Direito Constitucional. Não tinha como passar por cima dos artigos específicos que nos asseguram os direitos. E mais nada.

Os operadores do Direito desconhecem a legislação e quando têm um caso a aplicam da maneira mais errada possível. E vou levar para um extremo bem complicado, que é a questão da interdição das pessoas com deficiência intelectual, que têm uma vida social plenamente produtiva, muitas já estão formadas no nível superior, trabalham, são casadas, têm filhos, mas não...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Ah, meu Deus, um minuto! Mas não conseguem... (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Fique tranquila!

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – ...ter todos os seus direitos civis assegurados.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Quero dizer que é automático, não fui eu que apertei a campainha, não

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Está bom, está bom, está bom!

Vou terminar.

Então, foi muito importante. A gente precisa fazer mais discussões. É mais um ponto que... De repente, a gente vê como a gente faz um seminário, mais na frente, com os operadores do Direito, para que eles tenham mais conhecimento sobre a legislação específica e, principalmente, sobre a Constituição e a nova emenda que nós temos, que é a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.

Também estive hoje com o Ministro Haddad, Lindbergh, levando a ele um requerimento, porque sei que é uma prerrogativa ministerial, para que no ensino fundamental já se faça a discussão e todos os encaminhamentos com relação à acessibilidade e à inclusão da pessoa com deficiência, não como uma matéria específica – se a gente conseguir isso, melhor ainda –, mas que essa discussão já aconteça desde o ensino fundamental. E há um projeto de lei tramitando na Casa, embora eu saiba que ele pode se adiantar com isso, o Ministro, e foi uma das colocações nossas.

Por fim – agora, realmente, para terminar –, eu não escutei a fala de Simone, mas as falas de Regina e de Moisés foram muito completas com relação ao plano. Eu fui ao lançamento do plano e essa foi a primeira pergunta que eu me fiz como cidadã, como pessoa com deficiência, não como Deputada: e onde estamos nós em todo esse plano se hoje a maioria das pessoas com deficiência vivem... Sabemos que a maior dificuldade não é a nossa limitação física, visual, enfim, mas sim a falta de recursos para ter uma vida de qualidade, a questão financeira e a questão social.

Então, assino embaixo das sugestões que Regina colocou ali. Acho que a gente até precisa fazer mais discussões como essa, mas esse foi um grande início, Lindbergh. Mais uma vez você está de parabéns por trazer esse tema para a Casa, para que os outros Senadores, o Congresso de uma forma geral desperte para esses planos nacionais.

Agora, a nova onda é fazer com que se pense... Dizem que é assim: as Olimpíadas estão sendo pensadas só como Olimpíadas. Não se fala mais em Parao-

limpíadas. "Não, porque está dentro do mesmo pacote. Não precisa dividir." E assim tem sido com muitas outras coisas no nosso Governo que têm sido pensadas.

Parece que ia haver algumas diretorias específicas relacionadas à pessoa com deficiência. Nessa nova estrutura de governo, têm sido suprimidas. É uma coisa para a qual a gente precisa atentar, Senador, porque a gente sabe que temas específicos têm que ser discutidos na sua especificidade. As diferenças têm que ser respeitadas. Então, não se pode pensar nas Olimpíadas sem falar nas Paraolimpíadas e em todas as especificidades que o tema tem. Não dá para se pensar em erradicação da pobreza, da miséria nem de tudo o que assola o nosso País sem se falar nas pessoas com deficiência de uma forma muito específica.

Então, deixo aqui essa mensagem, mais uma vez parabenizando pela iniciativa. A pauta do Lindbergh até o final do ano é grande, todo mês nós teremos uma reuniãozinha dessas. Reuniãozinha na maneira de dizer, porque para a gente é uma grande reunião, um momento muito importante. E estamos fazendo a dobradinha lá na Câmara, discutindo mais ou menos as mesmas coisas, porque precisamos realmente estar bem afinados, Câmara e Senado, nessa questão da legislação, da fiscalização e da aplicabilidade das nossas leis.

Muito obrigada e até a próxima. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Deputada.

Eu vou, nas próximas reuniões, estabelecer esse horário de 11h30 às 14h, porque hoje foi muito corrido aqui. As falas de volta da Simone e da Regina seriam fundamentais.

Quero dizer aqui que o espírito... Tem uma coisa que me angustia muito neste Senado Federal: ficamos nos debates, como se não tivéssemos conexão com o mundo real. Discute-se um bocado de coisas e tudo bem. Depois, todo mundo vai embora. Depois, discute-se novamente. O fundamental é que isso não ocorra aqui.

A gente quer que dessa reunião, Melissa – falo olhando para Melissa, que é minha assessora, responsável por essa discussão em meu gabinete –, que isto aqui não se perca.

A presença, volto a dizer, da Secretária Maria José de Freitas – não é, Simone? –, como também a sua, são muito importantes. É bom ver um órgão do Governo aqui, escutando, tentando ouvir sugestões.

A Ministra Tereza Campello está dentro disto aqui. Vamos colocar a parte... Vamos fazer as alterações que precisam ser feitas. Temos, de fato, este momento novo. Volto a dizer que não vamos resolver tudo, mas temos que resolver o que dá para resolver agora, até agosto.

Precisamos muito dos subsídios de vocês. Precisamos muito! Quem conhece o problema é quem vive, quem está ali...

Sei, por exemplo, de uma coisa simples – para encerrar, aqui –, uma coisa simples, uma questão de saúde: Fernando Cotta, teve uma sessão do movimento autista linda, aqui, no Senado, na segunda-feira. Tem um problema na questão do autismo que é o seguinte: tem que ter um diagnóstico precoce; portanto, tem de ser instituído um protocolo pelo Ministério da Saúde com algumas informações que sejam disseminadas para todos os profissionais de saúde. Com a Síndrome de Down, um protocolo também. Infelizmente, ainda há criança com Down que morre porque o profissional da ponta não sabe que tem que fazer o exame cardíaco. São coisas que são tão simples! Esses protocolos têm que sair.

Então, esta reunião, este nosso debate não acaba. Temos que transportá-lo agora para o texto, para mexer concretamente na legislação, para tentarmos resolver esses problemas das pessoas com deficiência mais pobres, porque tudo isso nos angustia.

Uma criança que é estimulada não tem limite, mas vemos a dificuldade de pessoas que não conseguem... Há uma injustiça muito grande, principalmente com as pessoas com deficiência mais pobres.

Quero encerrar lendo aqui a pauta da nossa Comissão. Teremos uma audiência pública por mês. A próxima, agora em julho, será a "Inclusão da Audiodescrição nos Programas de Emissoras de TV Digital". É a próxima. Em agosto, teremos "Fomento à Tecnologia Assistiva e o pacote de ações do Ministério de Ciência e Tecnologia". Se for anunciado antes, mudamos essa aqui, mas ela é uma das que queremos fazer em agosto. Em setembro, "A Saúde da Pessoa com Deficiência, Adoção de Protocolos de Saúde, Acessibilidade a Equipamentos Médicos, Formação de Equipes de Saúde Multidisciplinares". A quinta, "Educação da Pessoa com Deficiência", toda a discussão da Meta-4, do PNE, do Programa de Acesso ao Ensino Técnico, os casos concretos do índice do IBC. Será em outubro; Em novembro, "Acessibilidade e Vida Independente da Pessoa com Deficiência" (Copa, Olimpíadas, Políticas de Mobilidade Urbana, Programa Minha Casa, Minha Vida). Em dezembro, será o sétimo: "O Esporte para a Pessoa com Deficiência, do Incentivo ao Iniciante ao Atleta de Alto Rendimento".

A gente quer fazer uma publicação, no final do ano, de todos esses debates e tudo o que avançou.

Vou passar para a Rosinha para encerrar, mas, antes, quero citar aqui a presença dos representantes da Feneis, do Messias e da Marta. Um abraço!

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Você falou que a próxima audiência será sobre a audiodescrição. Já temos aprovado um requerimento, na Comissão de Direitos Humanos, sobre a questão da audiodescrição também, e temos um projeto de um seminário conjunto da Frente do Direito à Comunicação – porque isso, com certeza, não tem como não passar por essa discussão de direito à comunicação – e da Frente em Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Eu queria lhe propor de a gente ver se amplia e faz uma grande discussão sobre o tema: fazer, em vez de uma audiência, um grande seminário.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ótimo!

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Nesse mesmo período, a gente fazer, Frente e Casdef, um seminário sobre a audiodescrição.

A gente já tem um projeto pré-elaborado e aí... Com a Melissa, graças a Deus, a gente já tem uma interlocução muito boa. Eu vou lhe dizer: é uma jóia! Eu queria ter uma Melissa também.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – O pessoal está discutindo que quem manda aqui é a Melissa. (*Risos*.)

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – É, não é? (*Risos*.)

Desculpa, mas é uma jóia mesmo.

Então, era só essa proposta.

Depois, é a gente amadurecer a ideia e fazer realmente essa discussão de uma forma bem mais ampliada. A gente tem algumas sugestões até de fazer a visitação, nas duas Casas, com audiodescrição e sem audiodescrição, para que as pessoas entendam a diferença e a importância dessa tecnologia.

Tem também um projeto de lei, que daqui a pouco você vai ter que defender aqui, no Senado, que a gente protocolou para a mudança da lei do FGTS, para que a gente possa fazer o saque para comprar tecnologias assistivas e órteses e próteses de uma forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Então, vem cá, essa é uma sugestão concreta, viu?

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – É. Já está tramitando na Câmara e, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Ao mesmo tempo que estiver tramitando na Câmara, passa aqui...

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Você já pode adiantar lá.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – ...para ir conversar com o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A SRª ROSINHA DA ADEFAL – Isso. Perfeito!

Era só isso. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado a todos, a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 20 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 9, DE 2005-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, SALA Nº 9, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e um minutos, do dia vinte e nove de setembro de dois mil e onze na Sala Senador Florestan Fernandes, Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Ana Rita, reúne-se a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença dos Senadores Wellington Dias e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais membros. Registra presença o Senado Eduardo Suplicy. A Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para discutir sobre a "responsabilidade sanitária", em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2011-CASSAUDE, de iniciativa dos Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa, com a presença dos seguintes oradores: Fernando Aith, Professor Doutor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e Sueli Gandolfi Dallari, Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Justificaram ausência o Senhor Jairo Bisol, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde – AMPASA e as Senhoras Maria Célia Delduque e Sílvia Badim Marques, Coordenadoras do Programa de Direito Sanitário – PRODISA, da Fundação Oswaldo Cruz/Brasília. **EXTRAPAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011-CASSAUDE.** *Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater a situação da Saúde Suplementar no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Agencia Nacional de Saúde – ANS; Representante da Associação Brasilei-*

ra de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE; Representante da Associação Nacional do Ministério Publico do Consumidor – MPcon. **Autoria:** Senador Humberto Costa e Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. Usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente Eventual, Senadora Ana Rita, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita,** Presidente Eventual da CASSAUDE.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (Cassaude) da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião de 2011.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam sentados (*Pausa*.)

Aprovada a referida Ata.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para discutir sobre a responsabilidade sanitária, em atendimento ao Requerimento nº 03, de 2011, da Cassaude, de iniciativa do Senador Eduardo Amorim e desta Presidência. Na verdade, é da Presidência da Subcomissão de Saúde, Senador Humberto Costa.

Convido à Mesa nossos ilustres oradores de hoje: Fernando Aith, Professor Doutor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP); e Sueli Gandolfi Dallari, Professora Doutora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Sejam bem-vindos! Obrigada pela presença.

Os convidados farão suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu já me inscrevo, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O Senador Eduardo Suplicy é o primeiro inscrito, então. Após a fala dos dois oradores, a palavra será concedida ao Senador Eduardo Suplicy.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Concedo, então, a palavra à Srª Sueli Gandolfi Dallari, para que faça sua exposição. Serão 10 minutos ou 15 minutos, Professora? Podem ser 15 minutos?

A SRª SUELI GANDOLFI DALLARI – Sim. Vou ser rápida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Se precisar de mais tempo, Professora, abriremos um espaço maior. Então, num primeiro momento, eu lhe concedo a palavra por 15 minutos. Se houver necessidade, ampliaremos o prazo.

Passaremos a palavra à Professora Sueli, mas, de antemão, queremos agradecer, em nome da Cassaude, em nome do Senador Humberto Costa, a presença dos senhores aqui hoje. Com certeza, hoje, os senhores trarão para nós uma grande contribuição.

Professora, a palavra está com a senhora pelo prazo de 15 minutos.

A SRª SUELI GANDOLFI DALLARI – Bom dia!

Quero agradecer-lhes o convite, a oportunidade que me foi dada de discutir um projeto que considero bastante importante, e o interesse dos Srs. Senadores pela matéria.

Tratando, então, desse projeto de lei sobre a responsabilidade sanitária, parece-me que alguns pontos são importantes. Vamos falar em 15 minutos. Então, vamos fixar alguns pontos.

O primeiro ponto fundamental é que é preciso entender que, hoje, o direito não se reduz à lei. Falar isso em uma Casa de leis parece até muito atrevido. Mas acho que é fundamental que entendamos que a lei é um pedaço importante do processo de realização do direito e que o processo de realização de todo e qualquer direito na sociedade contemporânea, mas, sobretudo, dos direitos sociais é um processo complexo, que envolve, necessariamente – insisto nisso –, a participação popular. Hoje, não podemos pensar na execução, na realização de um direito sem que exista a participação popular. E falo de qualquer direito social e muito mais do direito à saúde, que está expressamente garantido na Constituição. É importante a participação popular, que vai esclarecer a lei, juntando o conceito e o conteúdo à interpretação de justiça que a sociedade local tem. Então, ela vai juntar aquela lei feita formalmente aqui à compreensão do que é justo, do que é o ideal, do que é bom para a saúde – que é caso de que estamos tratando – em nível local.

Para mim, essa compreensão – para mim, isso é inescapável, porque não consigo realmente imaginar um direito que não seja assim, especialmente um direito social – exige o que, tecnicamente, chamamos de uma procedimentalização do direito. Vamos avaliando a realização do direito passo a passo: o primeiro passo é a feitura da lei; depois, vem a aplicação da lei,

que será discutida no Conselho para formar política pública e que será feita pelo Executivo. Todos esses passos que envolvem a participação popular devem ser procedimentalizados. Portanto, esses passos da procedimentalização precisam ficar claros.

Outro ponto que me parece importante é a questão do federalismo.

Vivemos em um Estado Federal. Eu sou francamente federalista. Acho que basta ser realista para saber que temos de ser federalistas, dado o tamanho do território, a variedade de culturas, de situações, de climas. Todos esses aspectos falam a favor de uma organização, do respeito ao federalismo.

Na saúde, isso é mais importante ainda. É preciso que o conteúdo de saúde respeite essas condições, pois tem a ver com clima, com organização física das cidades, e tudo isso precisa ser respeitado.

Então, o federalismo é bom, mas é um complicador, porque quero um federalismo para a saúde em que os três níveis de governo sejam responsáveis. Isso é fundamental. Estou absolutamente convencida de que é preciso haver responsabilidade do Município, do Estado, do Governo e da União pela saúde, e essas responsabilidades não podem ser decididas em detalhes *a priori*. É muito difícil! Se eu resolver tudo isso *a priori*, vou esquecer o federalismo, vou esquecer as características regionais, que precisam ser respeitadas.

Então, considero muito bom, excelente, o que foi feito por nossa Constituição, quando estabelece que a saúde seja de responsabilidade dos três níveis da esfera federativa, e é competência comum cuidar da saúde. Os três níveis são responsáveis por cuidar da saúde.

Como há a possibilidade de dilatar um pouco o prazo, quero contar a discussão que vivi logo após a aprovação da Constituição. Meus colegas da área da saúde diziam: "Mas, professora, isso vai ser muito ruim, porque, se os três são responsáveis, ninguém é responsável. Ou vão brigar, porque os três querem fazer a mesma coisa, ou vão esquecer isso. Um vai dizer que não faz por que é da competência do outro. Vai ser muito ruim". E eu disse: "Como povo, acho que essa foi a melhor coisa que foi feita, porque quero poder escolher aquele a quem vou reclamar".

As situações são muito diferentes. Se vivo em São Paulo, posso reclamar muita coisa do prefeito, e ele terá competência, terá condições materiais para me responder. Mas, certamente, se vivo em um Município do interior do Amazonas, as condições para responder do prefeito são diferentes das do prefeito de São Paulo. Talvez, lá eu precise reclamar para o Governador ou, então, para o Presidente, como no caso de programas de fixação de médicos, pois, em determinados Municípios, só se consegue fazer isso com a participação do Governo Federal.

Isso é muito bom, mas como vamos resolver isso de maneira prática? Acredito que o pessoal da saúde foi muito criativo e conseguiu algo muito inteligente; eu não conseguiria imaginar, idealmente, uma estrutura melhor. Municípios, Estados e Governo Federal reúnem-se, sentam-se ao redor da mesa, para decidir como cuidar da saúde da população. Fizeram isso por intermédio de comissões intergestores tripartites, no caso federal, e de comissões bipartites, no caso dos Estados, de forma perfeitamente constitucional, perfeitamente ajustada ao conteúdo do direito contemporâneo, porque os três irão resolver conforme a Constituição, que determina que os três sejam responsáveis. Então, os três sentam e discutem o que cada um irá fazer. Essa decisão é aprovada pelo respectivo Conselho, pelo Conselho Estadual de Saúde ou pelo Conselho Nacional de Saúde, com a participação popular. Assim, resolve-se tanto a procedimentalização quanto o problema do federalismo, em uma organização muito bem pensada.

Mas o que está acontecendo na prática? Criou-se isso, e as pessoas acreditam que têm direito à saúde e reclamam disso até no Judiciário. Mas o Judiciário tem dificuldades para trabalhar com essas comissões intergestores, porque suas decisões – agora, não mais – andaram sendo até secretas. Para saber o que tinha sido pactuado, tínhamos de buscar na gaveta da mesa onde tinha ocorrido a reunião. Era muito difícil, e o juiz tinha, naturalmente, dificuldade de aceitar aquilo como norma jurídica.

Por isso, vejo com muito bons olhos esse projeto de lei que esclarece a questão das competências das comissões intergestores, que, por sinal, acabou sendo esclarecida em uma lei anterior, durante a tramitação. Mas, de todo modo, vejo que é importante, no conteúdo global do projeto, esclarecer a competência e o funcionamento das comissões intergestores, o que exige a participação do Conselho. Isso cobre todo o campo que eu estava colocando como os primeiros e principais problemas do tema.

Noto que, no projeto, há alguns pontos que deveriam ser, no meu entender, mais bem discutidos. Por quê? Porque estou preocupada com a eficácia do direito. Quero um direito realizável, não quero um direito que se afirme. Acho que o pior desserviço que alguém pode fazer ao direito é colocar na lei algo que não seja exigível, que não seja factível, pois isso desmoraliza. Não acho que seja bom colocar na lei algo que se pense que seja bom, porque se quer, mas que não seja possível realizar. Não sei se isso é bom. Acho que, como política para o Judiciário, isso é muito ruim.

Não é que não seja bom; é muito ruim, porque é desmoralizante para o povo, politicamente.

Então, esse é um problema. Por que é um problema? Porque estamos falando de saúde, que é um conceito complexo. Não estou falando de medicamento. E, mesmo que eu estivesse falando só de medicamento, acho que é importante lembrar a complexidade do tema. São muitos os fatores determinantes do estado de saúde de uma população e de uma pessoa mesmo, individualmente.

Já está acabando meu tempo, mas vou contar uma historinha rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vou dar-lhe mais 15 minutos.

A SRª SUELI GANDOLFI DALLARI – Quando comecei a trabalhar na saúde pública, meus colegas diziam assim... Estou falando de algo que havia antes da Constituição, antes do SUS, mas acho que essa situação ainda existe no Brasil, infelizmente. E ainda é fácil de imaginá-la, infelizmente.

Imaginemos uma população que vive em uma favela, onde passa esgoto a céu aberto, o que existe em várias cidades do País. A população vive na beirada desse esgoto a céu aberto. Uma mãe vai com sua filha para um posto de saúde, e se constata que a menina está com uma verminose. O médico receita um remedinho que mata o bichinho, o verme. O remédio é eficiente, é seguro, vai matar o bichinho. Dali a quinze dias, essa mãe volta ao médico com a mesma menina e com o mesmo verme. Pode-se dizer: então, o medicamento não adiantou? Não mata o verme? Não! Ele matou o verme, mas ela o pegou de novo, ela está com outro verme.

Então, vejam que não adianta o remédio. Não dá para pensar em saúde pensando no remédio eficaz, mesmo nesses casos em que a gente está pensando individualmente. Em uma relação de causa e efeito, a situação poderia ser deturpada por essa visão, pela conclusão de que o remédio não mata o verme, o que não é verdade. Então, essa relação de causa e efeito não é linear em saúde, muito menos em relação à saúde da população. O governante mais bem intencionado que queira diminuir a mortalidade infantil terá muita dificuldade para fazer isso nos seus quatro anos de gestão, porque isso não depende exclusivamente de causas que são controláveis pela gestão. Acho que é muito importante que isso fique claro.

De fato, essa é a maior crítica que faço a uma das questões que aparecem neste anteprojeto. Por quê? Porque, se saúde é tudo isso – e tenho medo de uma lei que contenha pontos inaplicáveis, que construa uma mística do direito, que vai fazer com que a população desacredite do direito –, não posso exigir que, na lei, haja coisas que não são exigíveis e realizáveis.

Então, nesse sentido, já terminando minha exposição, eu queria chamar a atenção para o que está previsto no art. 38-C. Há um errinho de datilografia, e não sei se já foi corrigido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Professora, fique à vontade. Nós ampliamos o seu tempo. A senhora dispõe ainda de mais 13 minutos. Fique à vontade.

A SRª SUELI GANDOLFI DALLARI – Está ótimo! Obrigada.

Temos de tomar cuidado... Deixe-me ver onde está o erro. Não está aqui. Bom, vou falar pela ordem, então.

O art. 38-C diz que "são responsabilidades dos gestores do SUS nas esferas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em seus respectivos âmbitos". E se enumera aquilo que digo que é a boa procedimentalização. É ótimo! Ele tem de aplicar! Se pactuamos que é esse tanto que tem de ser aplicado, ele tem de aplicar, então, esse tanto que está pactuado, ele tem de estruturar o Fundo de Saúde, ele tem de elaborar o Plano de Saúde. Todas as obrigações me parecem perfeitamente exigíveis. Não vejo qualquer problema em relação a essas. Tem de estruturar, tem de prover condições de funcionamento do Conselho de Saúde. São coisas muito razoáveis que podem, no meu entender, ser exigidas. Não há problema.

Chegamos ao Item 8: "Ofertar rede de atenção à saúde, própria ou contratada, suficiente às necessidades da população em seu território ou pactuar regionalmente". O que é suficiente? Quais são as necessidades? O que é uma rede suficiente? Quem vai definir isso? Essa é uma questão que, parece-me, está colocada aí para não conseguirmos cobrar, para não ser efetuada e para desmoralizar a população. Isso me incomoda muito. Sou contra a obrigação de haver rede de atenção? Não, de jeito nenhum! Mas isso não vai pode ser exigido dessa maneira; ela vai ser exigida no plano. Então, quando digo no plano qual é a rede que nós, com esse orçamento, nessa comissão intergestores, achamos que tem de ser feita, vamos por tudo isso no plano, e isso é aprovado, pactuado, e aí exijo o cumprimento do plano, exijo que ele faça o que está escrito no plano. Aí isso me parece perfeitamente razoável. Mas abrir deste tamanho para dizer o que é suficiente? Quem vai dizer o que é suficiente?

Quais são as necessidades de saúde? Será que o País tem condições de atender a todas as necessidades de saúde de sua população? Será que existe um país no mundo que tem condições de atender a todas as necessidades de saúde de suas populações? Eu não acredito nisso. Por quê? Porque as necessidades

de saúde – vários estudiosos já trabalharam com isso – são crescentes. Conforme se desenvolve o país, aumenta o número de necessidades. Conforme aumenta a oferta, aumenta a necessidade, sofistica a necessidade. As necessidades são infinitamente crescentes. Já aprendemos isto teoricamente: as necessidades de saúde são infinitamente crescentes.

Então, parece-me que isso é algo irrealizável, mas tirar essa menção daqui não vai fazer com que isso não seja exigível – isto é importante –, porque ele continua exigível no plano, na aplicação do recurso, no pacto que vai ser feito na comissão, na comissão de intergestores que vai ser aprovada pelo Conselho.

Então, não vejo problema; pelo contrário, acho que ele vai ser mais exigível, vai ser mais legitimamente exigível, porque ali vai ser dito qual é a necessidade que deve ser cumprida. E aí posso ser responsabilizado se não cumprir aquela responsabilidade. Então, parece-me que isso não diminui a responsabilidade do gestor de modo algum.

Acho boa a formalização. Acho que deve ser reforçada e elogiada essa ideia da formalização dos pactos com publicidade. Isso deve ser acessível, inclusive, para o juiz, para que o juiz entenda que aquilo é lei e faz parte do direito como execução da lei importantíssima. Isso serve para a consecução do direito, que nasceu da lei. É isso que me parece importante nos tempos de hoje.

Consequentemente, vamos precisar cuidar disso. Na minha versão, acho que há um errinho de construção de linguagem, quando define no art. 38-I as infrações administrativas. No *caput*, é dito: "São infrações administrativas do gestor deixar de...". No art. 10, está dito: "...deixar de impedir acesso às informações financeiras". Precisamos consertar isso.

A outra questão é relativa às responsabilidades. Trata-se do art. 11, que entendo que precisa ser modificado. É preciso tomar cuidado, porque estou classificando como infração administrativa exatamente aquilo que está no art. 38-C, e o que está no art. 38-C, VIII, parece-me, não deveria exigível.

No mesmo sentido, eu queria fazer a última reflexão em relação ao art. 38-K, I, que define crime de responsabilidade sanitária "deixar de prestar, de forma satisfatória, os serviços básicos de saúde estabelecidos no § 2º do art. 198 da Constituição e legislação complementar". Acho que isso é exigível pela procedimentalização. Ele nunca será exigível escrito dessa maneira. Escrito dessa maneira, isso é incobrável. Se procedimentalizo e digo o que cada um tem de fazer para que todos os serviços básicos sejam prestados, se digo o quanto tem de ser passado do orçamento, se digo qual é a responsabilidade de cada um, quem vai contratar, quem vai construir, tudo isso é exigível. Mas, assim, como o juiz vai dizer que era aquele o serviço básico estabelecido e que é essa a qualidade? Temos de pensar na realização do direito, e essa qualidade, essa definição vai exigir a participação popular, de novo.

Quando falo das comissões intergestores, que exigem aprovação do pacto pelos conselhos de saúde, estou dizendo que exigem a participação popular. Quero chamar a atenção para a participação popular garantindo o direito justo, a execução da lei de forma justa. Então, não vejo outra possibilidade a não ser essa. De novo, acho que isso é muito bom, que isso vai ser obedecido, porque o povo vai dizer qual é o serviço básico e qual é a qualidade. E isso é que é bom no tempo de hoje.

Eu lhes agradeço. Era isso que eu queria propor inicialmente. Fico completamente à disposição para as discussões aqui e em qualquer momento que eu puder ajudar. Considero que esta foi uma iniciativa importante, que deve ajudar muito na realização do direito à saúde no Brasil.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Agradecemos à Professora Sueli Gandolfi Dallari.

Eu gostaria de dizer, professora, que o Sistema Único de Saúde foi construído, realmente, há muito tempo e tem dado certo. Mas concordo plenamente com as reflexões que a senhora faz. Na verdade, a cada dia que passa, o mundo contemporâneo nos vai desafiando a aperfeiçoar e a qualificar aquilo que vamos construindo, e o Sistema Único de Saúde tem sido uma grande inspiração para que criemos outro sistemas, como é o caso do Sistema Único de Assistência Social.

Na verdade, a reflexão que a senhora nos traz é extremamente gratificante, porque nos indica a necessidade de fortalecermos, de fato, de forma bastante enfática, a participação popular. Existem os vários instrumentos, os conselhos nos três níveis, as conferências, mas ainda precisamos avançar mais. O que a senhora nos traz, realmente, enriquece muito o projeto e também nossas reflexões no Senado.

Para quem nos acompanha, quero dizer que esse debate que a professora nos traz faz com que repensemos muitas práticas e com que, na verdade, possamos qualificar melhor esse debate a partir dos territórios, a partir das realidades, também definindo, com muita clareza, quais são as competências de todos, inclusive da própria sociedade, para que haja uma fiscalização eficiente, senão haverá mais uma legislação, e não será possível implementar determinados dispositivos se eles não estiverem suficientemente claros e não puderem ser implementados.

Quero aqui agradecer à Professora.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Aith, para que faça sua exposição.

Quero ser justa. Tínhamos definido 15 minutos, mas, realmente, 15 minutos é muito pouco. Então, vamos conceder 30 minutos para o Professor. Pode ser? E eu o aviso 10 minutos antes de acabar o tempo.

O SR. FERNANDO AITH – Bom dia a todos!

Antes de iniciar minhas reflexões, quero parabenizar a Comissão pela audiência pública; e o Senador Humberto Costa, pela iniciativa. Essas discussões são sempre muita proveitosas para aproximar um pouco o que se produz nesta Casa Legislativa com, primeiro, o que há de conhecimento dentro da universidade e, principalmente, com o que há de conhecimento sobre as questões que tramitam aqui na sociedade em geral. Então, esse é o tipo de encontro que deveria ser feito muitas vezes. Fico muito feliz que essa seja uma possibilidade no Senado.

Para discutir a questão da responsabilidade sanitária, eu, antes de entrar especificamente nesse projeto de lei, faço algumas reflexões importantes sobre o que é responsabilidade e sobre o porquê desse termo novo de responsabilidade sanitária.

Responsabilidade no direito é um dos conceitos e uma das questões mais reguladas e trabalhadas desde o direito romano. Então, já há muita coisa produzida sobre responsabilidade. Quando falamos em responsabilidade, estamos falando no dever de alguém relacionado, num Estado de direito, a uma imposição legal. A responsabilidade, no Estado de direito, passa a ser, principalmente, uma responsabilidade fundada num dever legal.

Esses deveres da sociedade para com a saúde estão estabelecidos não só na Constituição, mas também em diversas leis, que precisam dialogar. E falo em termos de responsabilidade com relação à saúde, porque, para mim, responsabilidade sanitária é isto: responsabilidade com relação à saúde ou responsabilidade com relação à efetivação do direito à saúde no País.

Quero começar, lembrando que essa responsabilidade sanitária não é exclusiva de gestor nem de Estado. Isso foi, inclusive, expressamente previsto na Lei nº 8.080, quando fala que o dever do Estado para efetivar o direito à saúde não exclui o dos indivíduos, o da família, o das empresas e o da sociedade. Isso significa dizer que, quando penso em responsabilidade sanitária, um enfoque exclusivamente no gestor me parece uma parte do todo; enfim, é a isso que esse projeto se propõe.

Vou discutir mais a fundo isso, mas acho que, como preliminar, é importante destacar que a Constituição, quando fala em dever do Estado, não está falando só em Poder Executivo, mas se está referindo também ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário. Todos os Poderes estatais têm responsabilidade sanitária, e essa responsabilidade, muitas vezes, é negligenciada nos Poderes estatais, que não o Executivo.

O que dizer de uma emenda constitucional que pede uma lei complementar aprovada em 2000? Agora, em 2011, acabou de chegar a esta Casa o projeto de lei complementar para regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, mas isso me parece ser uma típica irresponsabilidade sanitária de um dos Poderes do Estado, que é o Poder Legislativo. Inicialmente, eu queria dizer isso.

Quando falamos em responsabilidade sanitária, é impossível pensarmos na efetivação do direito à saúde sem considerar o dever dos indivíduos de respeito às leis, às leis sanitárias, inclusive; o dever da família de cuidar das suas crianças, de cuidar dos idosos; o dever das empresas, num campo que é um dos mais consolidados na área da saúde, que é a saúde do trabalhador. A quantidade de acidentes de trabalho que existem no Brasil ainda está num limite inaceitável. Aqui, há a responsabilidade das empresas, que tem responsabilidade sanitária com a saúde de seu empregado. E há a responsabilidade da sociedade, que foi muito bem aqui mostrada pela Professora Sueli e que não só é uma responsabilidade de participar da vida política do País na construção desse Sistema Único de Saúde, que estamos construindo, mas também uma responsabilidade de participação efetiva nos canais abertos de participação, como, por exemplo, este que estamos vivenciando agora. Então, os deveres são amplos não só do Estado – e, quando me refiro ao Estado, são os três Poderes, não só o Executivo –, mas também do indivíduo, da família, da empresa e da sociedade.

Por que responsabilidade sanitária? É uma novidade. O que existe classicamente é a responsabilidade administrativa para as chamadas infrações administrativas ou infrações sanitárias. Então, num primeiro momento, quando penso em responsabilidade sanitária, quando ouço essa expressão, vem-me a ideia de infrações sanitárias, que seriam aquelas da Lei nº 6.437, mas, quando vemos o teor, é outra coisa.

Então, as infrações sanitárias estão na Lei nº 6.437 e são de uma lei de 1977, que ainda tem um valor muito grande. Mas não há como negar que é uma lei que necessitaria ser revista. Essa lei que define as infrações sanitárias no País está defasada, inclusive porque foi feita antes de o Sistema Único de Saúde ser criado neste País. Essa lei não dialoga com a questão federativa, não dialoga com os novos deveres sanitários que existem no País, não dialoga com vários dis-

positivos constitucionais de defesa da saúde, embora haja um conjunto de dispositivos infracionais que nos garante uma aplicação até eficaz. Não é por outra razão que, até hoje, essa lei é vigente e é muito utilizada, inclusive, por Municípios, não só no âmbito federal.

Então, essas infrações administrativas, que são sanitárias, são infrações específicas que geram multas, advertências, fechamento de estabelecimentos. Elas podem atingir, por exemplo, o indivíduo que eventualmente não colabora com o Programa Nacional de Controle da Dengue, que não deixa o fiscal da dengue entrar na sua casa, o agente epidemiológico. Esse indivíduo está cometendo uma infração, porque não cumprir determinação de uma autoridade sanitária – isto está na Lei nº 6.437 – é uma infração sanitária. A responsabilização desse indivíduo existe hoje? Muito pouco. Aliás, dentro do Programa Nacional de Controle da Dengue, por exemplo, essa não é uma das opções.

Aqui, quero chamar a atenção, especificamente, para o fato de que há um conjunto de infrações administrativas ligadas ao direito à saúde bastante profícuo até, mas há um grande problema de aplicação e até de compreensão da extensão disso sobre todos os agentes responsáveis pela construção da saúde no País.

Outro tipo de responsabilidade clássica é a penal. Implica crime não observar certas normas relacionadas à saúde. Inclusive, no nosso Código Penal, existe o capítulo "Dos crimes contra a saúde pública". Com relação à saúde, isso não deixa de ser responsabilidade sanitária muito forte.

O projeto de lei que está em discussão foca e define, quando vai tratar dos crimes, crime de responsabilidade, remetendo-nos à lei dos crimes de responsabilidade de 1950. Sinceramente, não sei se seria essa a melhor opção legislativa. Será que estamos falando de crime de responsabilidade, efetivamente, desses gestores? Talvez, se eu quiser incluir o chefe do Poder Executivo como responsável, essa possa ser uma opção interessante, mas não a única. Talvez, pudéssemos pensar em novas opções de criminalização de atividades individuais ou coletivas que violem o direito à saúde, como, por exemplo, esses novos crimes de conluios, que fazem o Estado gastar, depois, muito dinheiro relacionado não só a superfaturamento na compra de medicamentos e insumos de saúde, mas principalmente à inserção de certos medicamentos dentro das listas dos protocolos terapêuticos que não necessariamente têm necessidade disso. No Estado de São Paulo, já foram identificadas algumas quadrilhas especializadas nisso, que envolvem advogado, gente do Poder Executivo, gente do Poder Judiciário. Quer dizer, criminalizar esse tipo de acerto para burlar a efetivação do direito à saúde, talvez, seja também uma opção de responsabilidade sanitária que não está contemplada. Mas me parece que a opção do projeto é a responsabilização.

Então, estou falando tudo isso para ver como o projeto está delimitado na tentativa de responsabilizar o gestor. E essa é uma parte pequenininha do que considero ser responsabilidade sanitária. Além disso, há também responsabilidades civis ligadas ao dever de reparação patrimonial por eventuais danos causados em decorrência de violação do direito à saúde e responsabilidades disciplinares de cada profissão associada ao direito à saúde, que tem de agir de acordo com seus códigos deontológicos, com os códigos de ética, e, se assim, não age, deve ser punida.

Parece-me que, no Brasil, especialmente, uma das nossas grandes fragilidades no campo da responsabilidade – é claro que a melhoria legislativa é fundamental – é a aplicação da lei. É um pouco o que a Professora Sueli estava comentando: é preciso dar eficácia a essa legislação. Ainda há uma aplicação muito incipiente em termos de responsabilidade no Brasil, não só em termos de responsabilidade do indivíduo ou das empresas, como citei, mas, principalmente, em termos de responsabilidade dos gestores, pela má gestão política das políticas públicas relacionadas à saúde.

Então, a responsabilidade sanitária implicaria maior responsabilização dos gestores, dos entes estatais responsáveis pela implementação da política pública, que me parece ser o enfoque dessa lei. A responsabilidade sanitária envolve responsabilização dos indivíduos e das empresas.

Para pensar a responsabilidade sanitária de forma mais concreta, alguns caminhos estão dados dentro do nosso atual estágio do Estado democrático de direito brasileiro, como o fortalecimento dos órgãos e instituições de controle, inclusive do Poder Legislativo como um poder de controle da política pública, que é algo de que, às vezes, parece-me, os parlamentares também se esquecem. Além da função de legislar, uma das funções primordiais do Congresso Nacional, das Casas legislativas, é fiscalizar o Poder Executivo. E essa fiscalização nem sempre é feita. Quando é feita, a fiscalização não tem grandes consequências de responsabilização. Então, passa por esta Casa também o dever de melhorar sua fiscalização sobre esses gestores. Não basta jogar para o Poder Judiciário essa função de fiscalizar, até porque, quando isso chega ao Poder Judiciário, a coisa já desandou de vez. O Poder Legislativo ainda tem a perspectiva e a possibilidade de cuidar da política pública na raiz, evitando os danos à saúde que podem advir de má gestão de política pública.

Outro canal – não estou citando os órgãos e instituições de controle, só lembro os principais –, além do Poder Legislativo, pelos Tribunais de Contas, principalmente, é o Ministério Público, os conselhos e as conferências.

Este é um ano de Conferência Nacional de Saúde. É um ano importante até para pautar a ideia de responsabilidade sanitária dentro da Conferência Nacional de Saúde e como é que a sociedade brasileira, então, pode melhorar sua participação no controle.

Concordo, em gênero, número e grau, com a Professora Sueli, quando aponta que a responsabilidade sanitária só será uma realidade quando houver o controle social, não só com a melhoria das possibilidades procedimentais e legais existentes de controle, mas também com a melhoria da capacitação da nossa sociedade para exigir seus direitos, com a melhoria da capacitação do indivíduo, para saber que a saúde é um direito e que o Estado é obrigado a garanti-lo na forma definida pela Constituição e pela legislação complementar. Essa capacitação da sociedade não passa só pelos conselhos e conferências, mas pelo que chamamos de fatores e condicionantes sociais e determinantes da saúde, como a educação. Não dá para se falar em melhoria sem pensar nisso. A Professora Sueli citou o saneamento básico, e quero falar da educação, porque, sem educação, também é muito difícil, por exemplo, efetivar um programa como o da dengue. Como vamos erradicar a dengue no Brasil sem a participação e a colaboração do indivíduo? É impossível, porque o mosquito está dentro de casa. Ou o indivíduo cuida de eliminar o mosquito que está dentro da sua casa, ou o mosquito vai existir ali e manter a dengue no Brasil.

Então, o Estado também tem de perceber – e daí vem a preocupação com a ideia do satisfatório – que uma política eficaz de saúde depende da colaboração e participação da sociedade, o que só será possível e eficaz quando o Estado convencer a sociedade, com argumentos sólidos, de que aquela ação, aquela conduta é a melhor não só para o coletivo, mas para o indivíduo; quando o Estado convencer aquele cidadão de que o agente epidemiológico tem de entrar na casa, para proteger não só o bairro, mas também a família daquele cidadão, que pode pegar dengue e morrer. É preciso, por exemplo, convencer a empresa de que, ao respeitar os direitos do trabalhador, ela estará melhorando a própria produtividade, e assim por diante.

Finalmente, quero dizer que há algo no Brasil que, infelizmente, tem muito que melhorar, que é a efetiva punição dos responsáveis. Há um grande e grave problema de efetivar as leis que existem, não só no campo penal, mas, principalmente, no campo administrativo. Como eu estava contando, o cidadão que não cumpre uma determinação de autoridade sanitária está cometendo uma infração administrativa, prevista na Lei nº 6.437, mas isso jamais é instrumento utilizado para a responsabilização do indivíduo.

Do mesmo modo, entrando no projeto de lei especificamente, quando penso na responsabilização do gestor de saúde, como posso responsabilizar esse gestor? Acho que um dos grandes acertos desse projeto de lei é a ideia do plano com metas e indicadores claros. Para mim, inegavelmente, esse é um avanço que vem ao encontro da procedimentalização como evolução do nosso Estado democrático. O gestor não mais vai ficar preso às suas vãs promessas durante o período eleitoral, pois, quando assumir a gestão que ganhou do Poder Executivo, terá de fazer um plano, prevendo metas e indicadores de aferição, observando a atual taxa de mortalidade infantil, aonde se quer chegar e como chegar, verificando as ações que vai perpetrar e o orçamento que vai prever etc. São planos. O Brasil ainda não sabe fazer bons planos e muito menos planos que sejam cobráveis, planos que possamos exigir, inclusive, judicialmente ou via Poder Legislativo. Por que não? Se o gestor se comprometeu com um plano de metas, com indicadores claros, e não o cumpriu, aí, sim, acho que a responsabilidade sanitária tem todo sentido, fica aferível; o satisfatório é obtido dentro do próprio plano que o gestor tiver feito. Este é um grande acerto. A ideia do plano como instrumento de controle da gestão da política pública de saúde é uma ideia em que temos de avançar.

Lembro que a saúde tem e sempre teve uma tradição de planificação. Se olharmos a regulamentação da saúde hoje, Nob, Noas etc., veremos que tudo é feito com base em planos de saúde, mas esses planos não têm essa capacidade de provocar uma efetiva punição do gestor que não cumpriu o plano. Nesse caso, uma lei dessas poderá colaborar, poderá impor essa efetiva punição. Aqui, fala-se em infrações administrativas do gestor, em infrações que seriam penais, mas focalizadas nos crimes de responsabilidade.

Há mais duas questões que eu queria discutir. Já estou terminando.

O primeiro ponto diz respeito às infrações administrativas. Eu também tinha anotado as correções que devem ser feitas, como a da expressão "deixar de", do *caput*, que não dialoga com alguns dos incisos. Mas o que me chamou a atenção, principalmente, foram as sanções previstas, como advertência. Que gestor vai ter medo disso? Que gestor vai respeitar a necessidade de cumprir o plano dele por que vai ser advertido? E será advertido por quem? Será advertido pelo juiz? Qual a eficácia disso? Realmente, não consigo visua-

lizar. Quando falo em efetiva punição, quero dizer que é efetiva punição. Quem não cumpriu um determinado dever tem de sofrer as consequências administrativas, penais, civis ou disciplinares disso. E as consequências não podem ser advertências.

Por exemplo, está dito aqui que apresentar ao Conselho de Saúde o plano de saúde ou relatório de gestão é um dever forte do gestor. Se ele não apresenta isso, ele vai ser punido com advertência. Pode-se dizer: "Mas há a multa também a ser recolhida". Mas multa é pena pecuniária. Já que essa é uma lei, por que não prevê perda de direitos políticos? Enfim, podemos pensar o que quisermos na elaboração de uma lei. E estou falando em punição de um gestor inepto, porque ele se comprometeu, por um plano, a fazer alguma coisa que ele não fez. E, se ele não souber me justificar por que não fez, ele tem de ser punido. Sinto muito.

A gente tem uma complacência muito grande com erros no Brasil. E, enquanto isso acontecer, falar em responsabilidade é jogar palavra ao vento. Responsabilização é responsabilização. Quanto a essa multa, também não fica muito claro que tipo de sanção seria essa. E também isso me parece muito frágil, falando das sanções administrativas do gestor, que, para mim, não parecem sanções administrativas. Deixar de apresentar relatório de gestão, deixar de encaminhar plano ao conselho, para mim, essa é uma responsabilização mais grave, e, nesse caso, seria preciso mais do que uma simples sanção administrativa de advertência. Talvez, fosse o caso até de criminalizar isso como crime de responsabilidade ou penal, conforme avançar a evolução desse projeto.

Outra crítica é feita à ideia dos crimes de responsabilidade. Não vou explorar cada um dos incisos, há uns muito bons, outros que merecem ser discutidos. Mas me refiro, principalmente, a essa associação do crime de responsabilidade sanitária à lei de responsabilidade dos crimes de responsabilidade de 1950, que não funciona. Se essa lei funcionasse, não estaríamos aqui pensando tanto em como responsabilizar o gestor, porque já haveria uma lei que faria isso. Se estou fazendo uma lei, por que vou me referir a uma lei que é de 1950? Por que não pensar agora em novas formas, em novas punições para esses crimes que são novos também dentro do Sistema Único de Saúde, que nem sequer era imaginado em 1950? Em 1950, lembrando, a saúde não era sequer um direito. Então, aqueles crimes de responsabilidade estão associados a crimes muito mais relacionados à corrupção ou a um enfraquecimento político do gestor do que à má gestão. Acho que dá para evoluir um pouco. Não sei se foi uma boa opção legislativa vincular crimes de responsabilidade sanitária a essa lei de 1950. Talvez, refletir um pouco sobre isso possa melhorar bastante a qualidade do projeto.

Terminando, eu o considero um projeto de extrema relevância para a efetivação do direito à saúde no Brasil. Temos de melhorar muito nossa capacidade de responsabilização não só de gestores, mas também de todos aqueles responsáveis por efetivar o direito à saúde e que, de alguma forma, não contribuem como deveriam contribuir. É um projeto de grande mérito, em que há muitos pontos positivos. Alguns pontos serão revistos com a aprovação da lei que alterou a Lei nº 8.080, que acho que é a Lei nº 12.401, que já previu a comissão intergestores. Talvez, essa parte do projeto precise de uma correção de redação.

Era o que eu tinha a dizer. Estou à disposição.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Professor Fernando. Brilhantes contribuições nos trouxeram aqui os dois Professores.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, Senador Eduardo Suplicy, para que possa se posicionar e fazer perguntas aos nossos expositores.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidenta Senadora Ana Rita, quero cumprimentá-la pela iniciativa desta Comissão, juntamente com Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa, para que pudessem os Professores Fernando Aith e Sueli Gandolfi Dallari aqui expor sobre a responsabilidade sanitária. Cumprimento ambos pelas exposições, que deixaram bastante clara a relevância desse novo projeto de lei do Senador Humberto Costa, que, tendo sido Ministro da Saúde, tem conhecimento bastante aprofundado dessas questões.

Avalio como muito significativas as proposições e argumentações da Professora Sueli Gandolfi Dallari, que destaca a importância do federalismo e a necessidade de bem se definirem as responsabilidades de uma boa coordenação nos três níveis de governo, União, Estados e Municípios, sempre considerando as características regionais, mas destacando, sobretudo – e o Professor Fernando Aith está de pleno acordo –, a relevância de haver instrumentos de participação popular.

A legislação presente prevê, conforme o Professor Fernando Aith destacou, os Conselhos Municipais de Saúde, bem como a realização da Conferência Nacional de Saúde. Essa Conferência é realizada a cada dois anos?

O SR. FERNANDO AITH – Será realizada em novembro próximo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essa Conferência é realizada de quatro em quatro anos e envolve os três níveis de governo.

Avalio que avançamos muito, desde a Constituição, no estabelecimento do Sistema Único de Saúde, mas há uma heterogeneidade na sua qualidade bastante diferente nas diversas regiões do Brasil. Mesmo em cada nível de gestão, há diferenças acentuadas.

Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade, já que ambos são do Município de São Paulo, para podermos ilustrar com algumas questões como anda o Sistema de Saúde na maior metrópole brasileira, que é São Paulo. Às vezes, ouço algumas ponderações, como, por exemplo, a de que, no Município de São Paulo, durante gestões como a da Prefeita Luiza Erundina e a da Prefeita Marta Suplicy, houve certa intenção de se dar maior responsabilidade ao Poder Público municipal, relacionando-o àquilo que fazem o Governo estadual e o Governo da União. Mas, nas gestões mais recentes, dos Prefeitos José Serra e Gilberto Kassab, muito se confiou nas organizações de saúde privadas, atuando sob a coordenação do Poder Público municipal. Não conheço tão bem o funcionamento, por exemplo, no Espírito Santo, e a Senadora Ana Rita poderá nos dizer. Mas, em São Paulo, ambos avaliam que os conselhos municipais de saúde estão atendendo bem as suas finalidades? Como se dá, por exemplo, hoje, em São Paulo, a qualidade do convite à população para que sejam eleitos os representantes nos conselhos municipais?

Tenho percorrido muitos diretórios zonais, como, por exemplo, o do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, e vejo, em cada uma dessas reuniões, algumas pessoas dizerem: "Nós somos candidatos ao Conselho Municipal de Saúde e queremos aqui nos posicionar". Há uma forma razoavelmente adequada de se fazer isso? Haveria algum modo de estimular essa participação popular? Aqueles que são membros de conselhos gestores, atualmente, na prática, têm cumprido bem sua missão?

Vamos supor que essas organizações privadas de saúde não estejam atendendo tão bem àqueles objetivos aqui colocados como responsabilidades do Poder Público. Mas, se o Poder Público delega parte das funções que precisa exercer a um segmento privado – e, pelo que observo na lei, inclusive na anterior, de 1990, está previsto que o Poder Público pode ter parceria com organizações privadas de saúde –, em que medida os conselhos municipais exercem a efetiva função de chamar a atenção do Prefeito ou do Governador se, porventura, aquelas responsabilidades não estão sendo bem atendidas?

Acho que será importante que avancemos nessas questões.

Eu gostaria de dizer que recebi a informação, há pouco, pela assessoria, de que, infelizmente, o Senador Humberto Costa não poderá chegar à reunião em tempo. O Senador pediu que, além das observações feitas oralmente, os convidados encaminhassem, se assim avaliassem como próprio, por escrito, as sugestões de modificação do projeto de lei. O Senador lhe agradece muito se isso puder ser feito, porque ambos destacaram alguns pontos importantes. É claro que isso, pelas notas taquigráficas, vai chegar ao Senador Humberto Costa, mas ele agradece se puderem também encaminhar por escrito suas recomendações.

Estou de pleno acordo com as observações de ambos de que é importante melhorar a definição do que sejam os crimes de responsabilidade e que aquilo que está previsto na lei seja algo factível. É claro que, dado o grau de desenvolvimento da economia brasileira, dos recursos que temos à disposição, talvez, não possamos exigir um grau de assistência de saúde para a população brasileira hoje tal como existe nos países escandinavos, mas avançamos muito em relação ao que havia há dez. Então, é necessário, conforme a Professora Sueli Dallari mencionou, que o que está expresso na lei seja efetivamente factível.

Felizmente, pude ver aprovado no Congresso Nacional, por unanimidade, o projeto de lei que institui a renda básica de cidadania, que, quando instituída, terá grande impacto sobre a saúde dos brasileiros. O Senador Relator da proposta, Francelino Pereira, em 2002, disse-me: "Eduardo, que tal você aceitar um parágrafo que diga que a renda básica de cidadania será instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados?". Eu avaliei que era a forma de o projeto ser aprovado. Aceitei, e assim o projeto foi aprovado. Quando isso vai acontecer? Espero que possa acontecer o quanto antes. Estou estimulando, inclusive, os prefeitos, os governadores, para que, em seus respectivos Municípios e Estados, em colaboração com a União, promovam as ações que venham a tornar isso uma realidade. Quando a lei aprovada no Congresso foi à sanção do Presidente, o então Ministro Antônio Palocci, disse ao Presidente Lula que, como seria instituída por etapa, a lei era factível e que ele poderia sancioná-la. Felizmente, ele a sancionou.

Tendo em conta sua preocupação, prezada Professora Sueli, isso precisa estar bem definido na lei, para que tudo que seja razoável, de bom senso, seja factível. É muito importante que os próprios membros dos conselhos municipais de saúde estejam atentos ao que é possível, viável, em relação aos recursos de cada municipalidade, com o apoio dos governos estaduais e da União.

Voltando ao caso de São Paulo, quero dizer que algumas de nossas instituições de saúde – ambos as conhecem muito bem – são do melhor nível interna-

cional. Em São Paulo, há, por exemplo, o Hospital das Clínicas, o Incor, o Hospital Albert Einstein, o Hospital Sírio-Libanês – cito dois hospitais públicos e dois privados –, que têm uma excelência de serviços de saúde. Mas, na mesma cidade, encontramos, às vezes, postos de saúde ou alguns hospitais da rede pública estadual e municipal que ainda funcionam com bastante precariedade. Então, como avançar no sentido de haver maior homogeneidade de qualidade no atendimento e responsabilidade da saúde pública?

Enfim, quero cumprimentar ambos.

Deixo aqui essas reflexões.

Daqui a instantes, terei de pedir licença para ouvir o Ministro da Defesa, que deve ter iniciado sua exposição, às 10h30, na sala da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Vou, então, passar a palavra aos nossos convidados.

Em seguida, também quero me posicionar.

Concedo a palavra à Professora Sueli.

A SRª SUELI GANDOLFI DALLARI – Sei que o tempo agora realmente é curto.

Quero agradecer a manifestação ao eminente Senador do meu Estado, que nos honrou com sua atenção neste momento.

Tentando ser bastante sintética, o que está acontecendo em relação ao Conselho Municipal de Saúde e aos conselhos gestores na cidade de São Paulo?

Como disse o Professor Fernando, para participar desse processo, precisamos ser educados. Não é fácil participar. Estou falando numa Casa em que as pessoas sabem como é difícil a participação política, em que o cotidiano busca estimular a participação política. Costumo dizer aos meus alunos que tenho muito dó do político bem-intencionado, do político que, efetivamente, quer ser um representante, porque ele tem muita dificuldade em saber o que o povo quer. Isso não é fácil. O povo não discute. Então, é difícil o político conseguir absorver o que o povo quer, porque, por várias razões, a sociedade contemporânea perdeu essa possibilidade de discussão. Cheguei a ver o povo, às seis horas da tarde, sair para a rua e por uma cadeira na porta de casa – víamos isso por onde andávamos, nas estradas por este País afora –, para ver o que estava acontecendo, para conversar com o vizinho, para discutir a vida da cidade. O que é política? É a discussão da vida da cidade. Mas a gente foi perdendo isso. Então, isso é difícil também para o lado da saúde. Isso vai se refletir no lado da saúde.

Então, existem, sim, dificuldades de educação, dificuldades culturais, para favorecer a participação popular. Entretanto, preciso dar um testemunho sobre algo que cresceu muito: teoricamente, digo que isso é muito difícil, mas existem conselhos que funcionam muito bem. Há conselhos que são falsos, mas muitos funcionam muito bem. E tenho orgulho de dizer que promovemos, neste País, vários cursos de educação política na formação desses conselheiros. São vinte, são trinta pessoas? Sim, mas são vinte ou trinta pessoas que aprenderam como funciona a Administração Pública e que serão melhores cidadãos, porque sabem como isso funciona. Isso é fundamental. Então, sou francamente favorável à manutenção dessas instituições.

São Paulo, como sabemos, viveu um problema muito complicado, e essa é até uma das razões, imagino, para aparecer, na responsabilidade, nesse projeto, em algum momento, que é preciso dar condições para que o Conselho funcione. Em São Paulo, aconteceu de o Conselho não ter sede, não ter lugar para se reunir, não ter telefone. Isso ocorreu no Conselho Municipal de Saúde. Na disputa com o gestor, o gestor, então, tira os mecanismos de sobrevivência do Conselho. Isso quer dizer o quê? Que o Conselho é importante, pois, se o gestor se preocupa até em impedir o Conselho de funcionar, é porque ele pode funcionar, a instituição pode funcionar.

Então, isso acontece. Acho que a situação de São Paulo é mais difícil. Pela minha experiência, pelo que conheço por este Brasil afora, em São Paulo e nas grandes metrópoles, é mais difícil trabalhar com a participação popular, porque são grandes questões, e mobilizar aquela cidade inteira é coisa difícil. Vai dar para mobilizar nos regionais, dividindo a cidade, nos conselhos gestores das unidades.

É importante separar: uma coisa é o conselho gestor da unidade, a prestação do serviço de saúde, a assistência à saúde, que, eu diria, é quase a assistência médica; outra coisa é pensar a saúde como um todo. Quando falei de saneamento e quando o Professor Fernando falou de educação, da dengue, da verminose, nós falamos de questões de saúde mais amplas do que a assistência à saúde. Não se vai resolver no hospital a questão do mosquito nem a questão do parasita, da verminose.

Então, é importante o conselho gestor, mas muito mais importantes são os conselhos de saúde políticos, que têm de ser muito mais valorizados e que devem ser regionais em São Paulo e nas grandes metrópoles. Deveria haver esses conselhos de saúde. Isso seria importante. Então, é preciso haver um conselho de saúde em determinadas regiões. Acho até que formar um conselho só em toda a região Sul seria pouco. Tínhamos de dividir um pouquinho mais a cidade, para voltar a fazer valer esse direito, para descobrir o que

é justo naquela situação, para poder descobrir o que é ideal, o que é adequado, qual é o serviço satisfatório. E, só assim, com a participação popular direta, vamos chegar lá. É o que eu acho.

Não sei se respondi à sua pergunta, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Presidente Ana Rita, antes até que o Professor Fernando Aith complete as respostas, dizer que, tendo em conta as observações da responsabilidade de nós fiscalizarmos o Executivo, mas havendo os conselhos gestores e a Conferência Nacional de Saúde, fiquei pensando que, talvez, a convite de um ou outro ou de ambos, um dia, eu pudesse ir a uma reunião do conselho gestor de alguma das regiões de São Paulo, para verificar como o conselho está funcionando e se o conselho está cumprindo seu objetivo de responsabilidade sanitária, para ouvi-los também nas suas limitações e para verificar como isso poderá ser mais bem realizado.

Então, quero me oferecer para, em algum momento – é preciso ver se é compatível com nossas responsabilidades aqui –, um dia, comparecer a esses conselhos, para conhecer como eles funcionam e para saber quais as limitações existentes hoje na minha cidade.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Concedo a palavra o Professor Fernando.

O SR. FERNANDO AITH – Agradeço a atenção e os comentários ao Senador.

Com relação aos conselhos, a única complementação que eu faria ao que disse a Professora Sueli é que um dos grandes temas de estudo, hoje, é verificar a legitimidade – é um dos pontos que o senhor mostrou – dos representantes da sociedade nesses conselhos. Embora esses conselhos sejam considerados conselhos da sociedade, a forma de nomeação dos conselheiros ainda é feita de cima para baixo. São pouquíssimas as experiências em que esses conselheiros são eleitos de forma democrática, aberta, em eleições abertas. Geralmente, é o gestor que nomeia determinadas instituições que ele julga serem representativas no campo da saúde, e essas instituições indicam o representante do conselho.

Então, começa aí uma possível reflexão sobre a legitimidade dos conselheiros. Hoje, há conselheiros profissionais. Em alguns conselhos de saúde, há conselheiros de saúde com vinte anos de profissão. Ele é mais gestor do que o gestor, com os vícios que isso provoca, sem a relação com o corpo social que ele deveria lá representar. Esse é um dos pontos de que a Lei nº 8.142, que regula os conselhos e as conferências, não cuidou bem. Eventualmente, um aperfeiçoamento dessa Lei, para trabalhar a legitimidade democrática desses conselheiros, fortaleceria os conselhos.

Outro ponto dos conselhos de que acho que vale à pena tratar é que, muitas vezes, e até por causa da Lei nº 8.142, embora o conselho seja considerado deliberativo, as decisões deliberativas do conselho dependem de homologação do gestor, que nem sempre homologa, principalmente se a deliberação for contrária ao seu interesse. Então, é um controle social não tão efetivo muitas vezes, e aí o gestor usa das estratégias de não dar os meios materiais. Esse comentário é sobre o conselho.

Mas eu queria, rapidamente, aproveitar para falar da questão das organizações sociais. Essa estratégia de execução de serviços públicos de saúde está sendo adotada não só no Município de São Paulo, vale dizer, mas está sendo adotada de norte a sul no Brasil. Não importa o partido político que ocupe a gestão, estão terceirizando para organizações sociais ou associações privadas a prestação do serviço público, o que dificulta o controle, porque, em primeiro lugar, há uma falta de controle do próprio Executivo com o contratado dele, e, em segundo lugar, o conselho e a sociedade ficam mais distantes ainda de saber quem está prestando o serviço, o quanto se está gastando. Então, esse ponto da terceirização do serviço pelas OSs provoca um problema.

Era isso que eu tinha para comentar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Essa é a dificuldade.

Querida Presidente, vou pedir licença para me despedir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Já estamos caminhando para o encerramento, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas ainda serão feitas as ponderações de V. Exª. Vou pedir licença, porque tenho de estar no Ministério da Defesa. Perdão!

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Senador.

No final, eu teria algumas questões a levantar, mas, em função do tempo, quero dizer apenas que, para esta audiência pública de hoje, embora não houvesse aqui uma grande representação de Senadores, vocês trouxeram uma contribuição enorme. Aqui, já houve momentos de debate com relação à saúde, e, em outros momentos, já fizemos esse debate sobre o papel dos conselhos, sobre a questão da participação popular, mas vocês trouxeram a esta audiência de hoje elementos novos, reflexões novas. E acredito que, em outro momento, se for possível, vocês estarão aqui novamente, para que possamos aprofundar essas questões.

Acredito muito que a possibilidade oferecida pelo Senador Humberto Costa, ao trazer um projeto de lei para ser debatido aqui, é de fundamental importância. É importante que haja o debate antecipado dos projetos a serem apresentados ao Legislativo, sejam eles executados em nível municipal, estadual ou federal. É importante que seja feito esse debate antes de o projeto começar a tramitar aqui, para que ele possa ser enriquecido com as contribuições dadas pelas pessoas que vivem a situação no dia a dia, que estão no cotidiano das reflexões, dos debates em torno de questões essenciais, como é o caso da saúde.

Acredito que o Senador Humberto Costa ficará muito feliz, muito satisfeito, embora não tenha tido oportunidade de estar aqui hoje, em função de outras demandas, com as contribuições que vocês trouxeram.

Quero reforçar o encaminhamento dado pelo Senador Eduardo Suplicy, para, na medida do possível, vocês nos enviarem, por escrito, as suas contribuições.

Fiquei muito satisfeita, inclusive, com o que ouvi sobre o papel do Legislativo. Essa é uma questão que também me angustia muito. Nós somos legisladores, somos representantes da população brasileira no Senado, temos a tarefa e a obrigação de legislar em defesa dos interesses da maioria da população, mas, muitas vezes, também nos deparamos com muitas dificuldades. E, com esse debate, poderemos aprofundar o papel do Legislativo. A nossa função é a de legislar e, muito mais do que isso, é a de fiscalizar. A fiscalização é o grande desafio para o legislador e também para a própria sociedade. Muitas vezes, as condições não são as mais adequadas. E também precisamos avançar naquilo que disse o Professor Fernando, ou seja, nos instrumentos de punição.

A população, realmente, está cansada de ser mal atendida nas unidades de saúde, de não conseguir a tempo seu tratamento médico. Recentemente, vimos, pelo noticiário, que uma mãe, já nos últimos meses de gravidez, perdeu o seu bebê e, em função da dificuldade de ser atendida e da demora, também faleceu. Como fica essa situação? Essa mãe morre, a família perde um ente querido, que, possivelmente, também deixou outros filhos. Qual é a punição? O que se vai fazer?

Então, é importante fazer esse debate.

Outra questão que o professor levanta é o papel da educação, da educação ambiental, da educação sanitária. São temas que precisamos também aprofundar.

Venho do Estado do Espírito Santo e trabalhei, durante um período, antes de chegar aqui, na Prefeitura Municipal de Vitória, e um dos grandes dilemas nossos era como avançar na educação ambiental. Não é suficiente apenas fazer a coleta seletiva, não é suficiente apenas dar uma destinação aos resíduos sólidos, não é suficiente apenas organizar os catadores de material reciclado, mas, mais do que nunca, é preciso trabalhar outra consciência na nossa população, o que é tarefa do Poder Público e também da sociedade, das famílias.

Professor, também gostei muito de sua fala quando disse que a responsabilidade sanitária é de todos os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, e também da família, da sociedade, das empresas. Portanto, é uma responsabilidade coletiva.

A Professora Sueli levanta a questão do federalismo. Considero isso extremamente importante, porque, ao pensar as políticas públicas em âmbito nacional hoje, não podemos perder de vista as realidades regionais. Então, pensar a saúde no Município de São Paulo é muito diferente de pensar a saúde, por exemplo, no interior do Amazonas. O nível de exigência em São Paulo, no Rio, no Espírito Santo é diferente dos níveis de exigência de algumas outras cidades do Nordeste ou do Norte ou, enfim, do interior do nosso País. Então, é preciso pensar tudo isso. Vocês trazem essa reflexão, que, para mim, foi muito importante. É um tema que precisamos, cada dia mais, aprofundar.

Nessas rápidas palavras, quero agradecer-lhes muito pela participação, em nome do Senador Humberto Costa, que, com certeza, depois, vai receber as notas taquigráficas e a gravação desta audiência pública. Mas não é a mesma coisa que estar presente aqui, ouvindo-os e podendo fazer perguntas. Mas, em nome dele e também em nome do Senador Eduardo Amorim, que foi um dos que assinaram o requerimento desta audiência pública, agradeço muito a vocês pela presença.

Antes de finalizar, quero aqui colocar em votação, extrapauta, um item que é de decisão não terminativa. É um requerimento da Cassaude constante do Item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 8, DE 2011 – CASSAUDE
– Não Terminativo –

Nos termos do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública destinada a debater a situação da Saúde Suplementar no Brasil, com a presença dos seguintes convidados:

Representante da Agencia Nacional de Saúde – ANS;

Representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE;

Representante da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS;

Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE;
Representante da Associação Nacional do Ministério Publico do Consumidor – MPcon.
Autoria: Senador Humberto Costa e Senadora Ana Rita.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (*Pausa.*)

Na verdade, alguns Senadores não se fazem presentes aqui fisicamente, mas vários Senadores passaram por aqui anteriormente e assinaram a lista de presença. Então, pelo Regimento, é possível aprovarmos esse Requerimento, que é uma decisão não terminativa.

Então, consideramos aprovado o Requerimento. Assim, o encaminhamos para a Secretaria da Mesa para os devidos encaminhamentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 03 minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 8ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS (CASFGTS), CRIADA POR MEIO DO RAS Nº 4/2012-CAS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS QUINZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e quarenta e sete minutos, do dia dezessete de outubro de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Cyro Miranda,** reúne-se a Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**,** com a presença da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Paulo Paim, José Pimentel e Wellington Dias. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à designação de nova Relatoria da Subcomissão e a outros assuntos. A Presidência comunica a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais, do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga o prazo de funcionamento desta Subcomissão até o término da terceira Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. O Senador Cyro Miranda designa o Senador José Pimentel como Relator da Subcomissão Temporária – CASFGTS. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Amélia e os Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e dois minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das Notas Taquigráficas. – Senador **Cyro Miranda,** Presidente da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Em primeiro lugar, eu quero pedir desculpas aos nobres Senadores, mas eu era responsável pela relatoria de um projeto do Senador Ferraço sobre Estados que têm algum tipo de incentivo que acaba com a unanimidade do Confaz. Esse projeto era da maior importância porque ele ainda segue para mais uma comissão. E eu peço muitas desculpas, porque nós tínhamos aprazado esse horário, mas não sabíamos que iam pautar para hoje. Então, me perdoem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Foi aprovado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Interessa-me.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Declaro aberta a 8ª Reunião da Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A presente reunião destina-se à designação de relator desta Subcomissão e ajustes dos calendários dos demais assuntos. Comunico que, na reunião da Comissão de Assuntos Sociais realizada na manhã de hoje, foi aprovado o requerimento de prorrogação dos trabalhos desta Subcomissão até o final da próxima sessão legislativa ordinária, ou seja, até o final de 2013.

Senador Paim e Senadora Amélia, por quê? É realmente complexo. Nós temos ainda muitos caminhos. Não podemos atropelar e deixar de ouvir V. Exªs, que prestaram um grande serviço, já fazendo uma primeira reunião no Rio Grande do Sul. Nós temos que fazer no

Centro-Oeste; temos que ir ao Norte e ao Nordeste. Eu vou sugerir que esta Comissão se reúna – aliás, já está sugerido – junto ao Dieese. Nós não podemos ter pressa num projeto de tal complexidade, para que não cometamos enganos ou para que os enganos cometidos não sejam maiores, sejam pequenos, porque não vai dar para contentar a todos.

Com isso, abre-nos agora um tempo maior para que possamos... Até porque nós fomos, Senador Paim, prejudicados um pouco por esse calendário eleitoral. E agora, vem o fim do ano, a pauta está acumulada. Nós vamos ter aí várias medidas provisórias de vários projetos que vão ser aprovadas ainda este ano. Então, nós vamos ter um pouquinho mais de calma.

Senador Paim, nós queríamos fazer uma mudança aqui e não conseguimos porque nós fomos eleitos, eu e V. Exª, para Presidência e Vice-Presidência. Então, o Líder do seu partido indica como sugestão – e eu quero fazer isso de forma colegiada, de uma forma bem aberta; não sou eu que vou indicar – o Senador José Pimentel no lugar da Senadora Marta Suplicy, que assumiu a titularidade do Ministério da Cultura.

Então, eu gostaria de saber se há esse entendimento, se precisamos discutir, se querem fazer algum tipo de modificação, principalmente a minha cara e querida Senadora Ana Amélia. Gostaria de ouvi-los.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente Cyro Miranda, caro colega e amigo Paulo Paim, sobre a escolha do Senador Pimentel, eu penso que está em ótimas mãos. O Ministro tem uma grande experiência nisso, foi Ministro da Previdência Social. E não é só a questão do direito do trabalhador com o Fundo de Garantia, mas a remuneração do Fundo, as condições de saque, aquele momento em que foi permitido usar o Fundo de Garantia ou parte dele para aplicar em ações da Petrobras ou do Banco do Brasil e todos os temas relacionados a essa questão, que foi uma grande conquista dos trabalhadores brasileiros. Então, esse debate foi muito produtivo.

Agradeço a V. Exª a referência da iniciativa do Senador Paim e minha de ter feito lá em Porto Alegre. Agradeço de novo a colaboração que a Federasul e as entidades sindicais de empregadores e de trabalhadores tiveram naquele evento. Foi extremamente produtivo. Nós saímos de lá com uma visão muito clara sobre as proposições e sobre a posição especialmente dos trabalhadores em relação àquelas mudanças relacionadas à redução da contribuição patronal por conta da idade. À medida que vai aumentando a idade e a permanência do trabalhador na empresa, cai a contribuição no Fundo. Então, isso teve rejeição lá e recusa, eu diria, por maioria significativa, porque acha que isso pode impedir.

Evidentemente, isso é um tema que pode variar, porque, se você está num momento de bom desenvolvimento econômico, há lugar para todos. Aí, o sol nasceu para todos. Então, há para os que já estão e para os jovens que estão entrando.

Mas percebi uma preocupação com relação a isso.

Nos demais, os temas da questão do saque, da questão da remuneração, para que seja preservado o fundo como patrimônio dos trabalhadores. E também esse retorno, porque o dinheiro é usado para habitação, é usado para saneamento. Então, é para se ter a garantia de que esse patrimônio continue, digamos, sólido e que não se dissolva no ar, porque temos experiências aí dramáticas, como agora discutimos o Aerus. Embora seja uma outra linha de área social em que o Senador Paim tem atuado muito fortemente, temos que ter cuidado para que esse patrimônio não se disperse e para que não haja nenhum comprometimento e nenhum risco para ele.

Então, por isso, concordo plenamente com a indicação do Senador Pimentel e estou aí para ajudar no que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Gostaria de ouvir o Senador Paim, extremamente comprometido com este projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, eu estou muito tranquilo para falar do tema, porque, inclusive, eu já havia falado com V. Exª que, numa reunião da bancada, a bancada tinha reivindicado que ficasse no campo do PT. Naturalmente, ao colocar essa proposta, eu diria que a bancada olhou para mim, naturalmente por ser da Comissão. Eu confesso que disse a eles e disse a V. Exª que, para mim, estava de bom alcance se o suplente da Senadora, no caso o que a fosse substituir, assumisse a relatoria. Nós já estamos fazendo o trabalho, eu e a Senadora Ana Amélia. Ainda hoje de manhã, eu falei na Comissão de Assuntos Sociais que esse relatório não é de um relator, não é do Pimentel, não é do Paim, não é da Ana Amélia, não é do Cyro Miranda. Ou da Marta. É um trabalho que nós vamos fazer coletivamente. Esse cidadão vai assinar simplesmente aquilo que nós haveremos de construir mediante um grande entendimento.

Eu diria até que V. Exª acabou, com essa indicação, atendendo ao pedido da bancada, porque a bancada tinha tomado essa decisão. Não era o meu nome, não. A bancada já tinha tomado essa decisão. E eu confesso que eu mesmo sugeri – fui eu que sugeri – que fosse o suplente. Se fosse ficar na bancada, que seria até justo, porque, primeiro, como disse a Senadora, me permita que eu avance nesse sentido, o Senador Pimentel é Líder do Governo. Ele vai ter muito mais facilidade do que eu, e a própria Senado-

ra, e de V. Exª de, de dentro do Governo, defender e mesmo marcar audiências, se necessário for, para que argumentemos junto aos Ministros essa mudança que acaba tendo impacto no planejamento, lá com o Mantega, enfim, na Previdência. Em todas as áreas acaba tendo... Principalmente, na Caixa Econômica Federal, que resiste muito a qualquer mudança nesse sentido.

Então, eu fico tranquilo, como está a Senadora Ana Amélia, como está V. Exª. Foi uma decisão sábia de V. Exª quando indica o ex-Ministro e hoje Líder do Governo Senador Pimentel. E nós faremos a nossa parte. Claro, nós vamos insistir muito na questão da remuneração, porque eu senti, lá em Porto Alegre, que o que mais o trabalhador quer é a remuneração, pelo menos que acompanhe a poupança. Isso foi o que eu senti. Foi o apelo número um. Se eu posso aplicar um dinheiro meu na poupança, se o empresário pode, por que o trabalhador não pode, um dinheiro que é seu, aplicar na poupança? E a poupança já é um fundo que é aplicado no campo social, principalmente o que é resultado das aplicações na Caixa e no Banco do Brasil.

Então, nós estamos no caminho correto. E espero que construamos esse grande entendimento.

Mais uma vez, cumprimento V. Exª pela iniciativa e pela decisão tomada ao indicar o Ministro Pimentel, hoje Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Senador Paim.

Eu, inclusive, gostaria, em princípio, que fosse ou V. Exª ou a Senadora Ana Amélia. E, para atender, então, o partido, eu pensei em V. Exª. E falei: estamos em casa. Mas aí nós tínhamos um problema nosso, pois fomos eleitos para esses cargos. Então, teríamos que renunciar, fazer nova eleição. Com isso, então... Porque o nosso intuito é um só: é atingirmos o objetivo. Para nós, não importa quem vai estar no momento, desde que todos nós estejamos envolvidos nesse projeto e como relatores. E concordo plenamente com os trabalhadores, porque o que nos motivou, principalmente a nós três e à Senadora Marta, foi o rendimento. Esse foi o estopim. Esse é o número um. Daí, nós começamos a levantar os problemas. Como levantar o rendimento? Aí, pode ser com eficiência de gestão, com a Caixa cobrando menos, fazendo isso diferentemente etc e tal.

V. Exª tem toda razão. Se eu tenho a liberdade de pegar o meu dinheiro e colocá-lo na poupança, por que o trabalhador, com um dinheiro que é dele, aquilo é justo... Ninguém está fazendo nenhum favor para ele. Ele trabalhou para aquilo. A Constituição lhe garante. E ele não pode, então, aplicar, não pode dizer como ele quer melhorar a sua renda.

Então, eu acho que esse é o preceito primordial para nós.

A Senadora Ana Amélia gostaria de dizer mais alguma coisa?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas dizer o seguinte: o senhor, como Senador da oposição, fica muito bem situado nas bases governistas. O senhor, como Senador de oposição, fica muito bem situado na base governista.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu, graças a Deus, não tenho...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Estou brincando. Estou fazendo esse registro, porque aqui nós temos uma convivência de uma harmonia tão grande e temos o senso da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Nós não estamos disputando beleza e nem vaidade com ninguém. Nós queremos cumprir uma missão importante que atenda o interesse social dos trabalhadores.

Como disse o Senador Paim, o relatório não é de uma pessoa. É da Subcomissão que trata do Fundo de Garantia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Mas uma das pessoas que mais me impressionou quando cheguei a esta Casa foi o Senador Paim, pela sua atitude republicana. É um Senador do Partido dos Trabalhadores, mas várias e várias vezes flexibiliza e entende. Então, isso é uma aula para a gente. Eu acho que a partir do momento em que ocupamos as nossas cadeiras aqui...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E por que o senhor acha que ele está no Senado até agora?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois é. E vai continuar galgando. Quem sabe nós também vamos vê-lo no Governo do Rio Grande do Sul?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas a candidata é ela.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Sim. Mas nós temos uma vida para isso, Senador Paim. O mundo não vai acabar nos próximos 4 anos. Alguém preconizou isso e está preso. Que ia acabar no final de semana passado.

Eu, então, designo, com a aquiescência de todos nós, por unanimidade, o Senador José Pimentel para Relator da Subcomissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy.

Também gostaria de agendarmos a nossa próxima reunião, em comum acordo. Agora, nós temos uma flexibilização maior, a partir de novembro, para que montemos o calendário do que precisamos para finalizar. Eu acredito que vamos entrar em 2013, Se-

nador Paim, ainda fazendo algumas excursões. Não adianta fazer nada no afogadilho se nós podemos ir até o meio do ano com este projeto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Inclusive, ano que vem, por uma questão regimental, eu não sou Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Vou poder me dedicar muito mais à sua Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Eu fico contente, mas lá eles vão ficar muito tristes, porque V. Exª tem dado àquela Comissão um dinamismo que eu nunca vi. É de segunda a sexta, de noite. A CDH é uma coisa impressionante aqui. Audiência pública. Ouve todos. Com isso, tem conseguido muitas vitórias importantes, como, inclusive, a última. Eu acho que as vagas na universidade foi uma luta particularmente de V. Exª, dadas as audiências públicas, que trouxeram... Eu não acreditava no começo. Depois, no final, fui convencido por tantas assertivas que V. Exª fez.

Bom, eu vou deixar a reunião ainda em aberto, porque, regimentalmente, eu teria que ouvir o nosso Relator, que está a caminho. Mas eu posso encerrar a reunião, deixando para a próxima reunião o pronunciamento do nosso Relator José Pimentel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e oportunamente marcaremos, então, a próxima reunião durante o mês de novembro.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Parabéns, Presidente.

(Iniciada às 15 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 2minutos.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, CRIADA POR MEIO DO REQUERIMENTO Nº 11, DE 2009-CAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Paulo Paim,** reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, com a presença dos Senadores Casildo Maldaner e Vicentinho Alves. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença a Senadora Ana Amélia e o Deputado Federal Alessandro Molon. A Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se a tratar da "Situação dos trabalhadores do setor aéreo e Fundo de Pensão AERUS", em atendimento ao Requerimento nº 40, de 2012-CAS, de iniciativa desta Presidência, com a presença dos seguintes oradores: Francis Bicca, Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto – Advocacia-Geral da União – AGU (representante de: Luís Inácio Lucena Adams); Graziella Baggio, Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Celso Klafke, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil – FENTAC/CUT; Arturo Spadale, Diretor Administrativo Financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Dagomar Alécio Anhê, Coordenador-Geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC; Coronel Aviador Frederico Alberto Marcondes Felipe, Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA, Representante do Ministério da Defesa – MD; Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Luiz Sérgio de Almeida Dias, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeronautas ;e Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Justifica ausência o Senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia e o Deputado Federal Alessandro Molon. Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim,** Presidente da CASEMP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 5ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o fundo de pensão Aerus, em atendimento ao Requerimento nº 40, de iniciativa desta Presidência.

Antes de convidar nossos painelistas para fazer parte da Mesa, vou fazer uma pequena introdução para que todos aqueles que estão assistindo pelo sistema de comunicação do Senado, pelos canais alternativos, saibam qual é o objetivo desta reunião.

Meus amigos, minha amigas, hoje, aqui, na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vamos debater a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o fundo Aerus. No dia 13 de março, realizamos audiência pública com o mesmo objetivo, principalmente no caso do fundo Aerus. Hoje, pouco mais de dois meses após a reunião, vamos debater, discutir, dialogar, para saber como andam as negociações que apontam soluções às demandas dos aposentados e pensionistas dos participantes do fundo Aerus.

Informo, mais uma vez, que há mais de uma década estamos tentando encontrar uma solução para o Aerus, com reuniões na AGU, na Casa Civil, no Supremo Tribunal Federal, no Ministério da Previdência. Eu mesmo estive com a Presidenta Dilma ainda quando candidata, quando ela foi ao Rio Grande, e dialogamos. Ela me disse: "Paim, agora não tem espaço para eu levar esse tema ao Presidente Lula; depois, vamos analisá-lo." Reuni-me com ela no Colégio Rosário, em Porto Alegre, e o Celso, se não me engano, estava junto. Acho que a Graziella também. É uma luta que vocês vêm travando de forma heroica há mais de uma década. Nós, aqui dentro do Congresso, há mais de uma década, estamos fazendo a nossa parte. A Graziella tem sido um porta-voz direto de vocês aqui dentro. Como líder sindical liberada, ela está há mais tempo conosco. Nós, que temos compromisso com essa causa, temos feito o discurso, eu diria, quase toda semana, ao longo desses dez anos. E não somente eu. O Senador Alvaro Dias, a Senadora Ana Amélia, o Senador Zambiasi, todos sempre tocam nesse tema. Lembro-me do Senador Flávio Arns, quantas e quantas vezes ele foi à tribuna. Quase todos os dias há discursos na tribuna.

Estamos todos com o mesmo objetivo: buscar uma solução. Sabemos que morreram em torno de 700. No último documento que eu recebi, eram 686, se não me engano. Em torno de 700 já faleceram.

Eu queria também destacar que, em todo esse trabalho que estamos fazendo, a postura de vocês, que lutam por essa causa, tem sido elogiada. Em todos os Estados em que viajo fazendo palestras, sempre alguém do Aerus está se manifestando de forma diplomática, só lembrando que essa luta continua viva e permanente.

Enfim, na nossa audiência anterior onde foi tratado o tema, foi feita uma homenagem ao inesquecível e querido advogado Castagna Maia, que faleceu sem ver a solução do caso Aerus. Inclusive, recebi uma carta muito bonita da esposa dele, relatando os fatos e o carinho que ele tinha por todos nós que travamos essa batalha. Na última reunião, o Dr. Manoel Lucena, diretor de fiscalização da Superintendência Nacional da Previdência Complementar, disse que o processo estava em negociação, que a negociação estava em curso e que, até o final de maio, provavelmente, teríamos uma solução para o caso. Por isso, marcamos esta reunião com o mesmo objetivo.

Estamos defendendo uma solução definitiva para esses mais de 20 mil companheiros e companheiras. A nossa expectativa é que o impasse termine, que se possam tranquilizar os aposentados, os trabalhadores, suas famílias.

Sobre a situação dos trabalhadores do setor aéreo, quero lembrar que a Agência Nacional da Aviação Civil... Quero dizer que este documento que estou lendo teve a assessoria da Graziella. Se tiver tido alguma imperfeição na digitação, Graziella, você corrige na sua fala, porque não sou especialista na área, consequentemente alguém tem de me assessorar nesse sentido.

Sobre a situação dos trabalhadores do setor aéreo, quero lembrar que a Agência Nacional da Aviação Civil acatou proposta de empresas aéreas de reduzir o número de comissários a bordo de aeronaves civis brasileiras com até 150 assentos. O objetivo é a redução de custos. A própria segurança de voo foi colocada em risco, o que preocupa a todos nós, induzindo passageiros sem treinamento e condicionamento a serem responsáveis, por exemplo, pela abertura de portas em caso de emergência.

Em decorrência da disputa do mercado e das tentativas de redução de custos, as empresas estão fazendo ações que afrontam com a própria dignidade do transporte aéreo.

Hoje, vamos discutir maneiras para que se respondam às demandas dos aposentados e dos trabalhadores do setor, defender o mercado de trabalho dos atuais aeronautas, além de impedir possíveis prejuízos aos trabalhadores e aos usuários do transporte.

Com essa pequena introdução, vamos formatar, agora, a nossa Mesa para, em seguida, iniciarmos nossos trabalhos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Paulo Paim, queria cumprimentá-lo pela iniciativa da Casemp, que é uma subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, para que as pessoas entendam qual é a natureza e o limite do trabalho. V. Exª, que está aqui no segundo mandato, com muito empenho nas questões previdenciárias, trabalhistas e sindicais, defendendo sempre o interesse dos mais fracos, já havia se envolvido, em data anterior, pessoalmente, diretamente, com dedicação, no caso da solução Aerus/Varig.

Naquele momento, eu era jornalista e tinha uma coluna no jornal *Zero Hora*, em Porto Alegre, e por ter sido a Varig uma empresa nascida no Rio Grande do Sul e com as raízes no nosso Estado, eu tinha sempre uma atenção permanente nessa questão. Entre idas e vindas, cheguei ao Senado e continuo dando prioridade, porque penso que é um direito, não é nenhum benefício, o que os aposentados do fundo Aerus estão recebendo. Eles pagaram por isso. Então, não é justo que o Governo se omita em uma decisão que diz respeito a direitos dos trabalhadores do fundo Aerus, uma aposentadoria complementar, que era regida por uma secretaria vinculada ao Ministério da Previdência, que fiscalizava os fundos de pensão. Não houve a fiscalização adequada, a empresa faliu. Na recomposição, não houve uma atenção prioritária para o caso específico do Aerus, e o debate continua na Justiça, com a Ministra Cármen Lúcia, agora também presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

Eu estive com V. Exª e o Senador Alvaro Dias em uma audiência, no ano passado, com a Ministra, em que ela argumentou as razões pela demora desse processo que se alonga há mais de seis anos. Felizmente, a Ministra Cármen Lúcia, que nos disse naquela ocasião que daria prioridade em função de todos os eventos, inclusive os fatais, com mais de 600 beneficiados que já morreram sem ver resgatado um direito líquido e certo, quando assumiu a presidência, declarou à imprensa que dois temas tiravam-lhe o sono. Um, ela já julgou no Supremo Tribunal Federal, as reservas indígenas do sul da Bahia; o outro é o caso Aerus. Espero que a Ministra, brevemente, pare de perder o sono, julgando favoravelmente esse caso.

Semana sim, semana também, V. Exª, eu, Senador Alvaro Dias e outros Parlamentares temos reclamado, porque o limite do Parlamento é esse, por isso a palavra parlamento. Não podemos interferir, apenas apelar à Ministra Cármen Lúcia para que ela apresse esse julgamento, porque as pessoas, com razão, já estão impacientes. Até o advogado de defesa, Castagna Maia, que V. Exª bem mencionou – eu estava aqui no dia da homenagem – faleceu sem ver cumprida sua missão de defensor dessa justa causa. Então, o nosso limite é esse.

Às vezes, recebemos mensagens de membros do Movimento Acordo Já, Aerus, são milhares de pessoas, as famílias. E aí está a parte bonita. Uma é a mobilização que não cessa, apesar dos dissabores, das frustrações, dos desentendimentos, pela esperança de ver resgatado esse direito. Essa mobilização, portanto, é saudável sob todos os aspectos. Meia dúzia vai à Cinelândia, no Rio de Janeiro, e nos mostram a foto de meia dúzia de pessoas com uma camiseta defendendo Acordo Já ou a causa Aerus/Varig. Então, temos que explicar para essas pessoas que o nosso limite é este, é isto que fez V. Exª ao falar com a Presidente Dilma Rousseff, é o que falamos aqui na tribuna permanentemente. Quando estivemos diante do próprio Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, em uma cerimônia do Senado, também cobramos dele a preferência nesse julgamento, embora o relator da matéria, a quem é distribuído um processo dessa natureza, é que tem a responsabilidade maior.

Então, é todo o nosso esforço, Senador Paim, e a todos os dirigentes que estão cuidando dessa matéria, não falta de nós nenhum tipo de prioridade ou de atenção específica. Ontem, li a carta da comissária Angel Nunes, que veio acompanhada de uma correspondência de Waldo Deveza, um dos membros desse movimento. Apesar das palavras, às vezes, um pouco duras, encaminhamos, falamos, porque esse é o nosso dever.

Então, com esta minha manifestação, quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exª e, em segundo lugar, dizer a todos que estão vinculados a essa luta que não vamos deixar de dar o apoio e vamos continuar acreditando que o melhor é o entendimento entre as partes. Que a Ministra Cármen Lúcia faça esse julgamento o mais breve possível, porque as pessoas estão perdendo a paciência, o que é perfeitamente compreensível, dada a gravidade da situação. Muitas pessoas estão passando necessidades, com filhos doentes, como relatou a Angel Nunes, e é preciso uma esperança. O Governo Federal, que é parte nesse processo, por ter falhado, se omitido na fiscalização da Secretaria de Previdência Complementar, agora tem a responsabilidade de atuar com mais firmeza nesse procedimento. Acredito que a Presidenta Dilma, que tem sempre uma preocupação social, também atenda aos apelos do Congresso Nacional e, particularmente, do Senado, em relação a essa matéria. Cumprimento V. Exª. Como disse, não faço parte desta Subcomissão, Senador Paim, mas não poderia deixar de vir aqui.

Agora, queria lhe informar, sou membro da Comissão de Assuntos Econômicos, e o Ministro Guido Mantega está chegando para uma audiência às 9h30, então queria pedir desculpas, dar essa explicação e reafirmar de estar com V. Exª. Gostaria também de, após a audiência, conversar no plenário. V. Exª pode me passar o que foi decidido aqui e ter-me como uma operária nessa causa.

Obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza, vou contar com V. Exª.

Queria ainda informar a todos que o Advogado-Geral da União não estará presente, mas me telefonou ontem. Também o Ministro substituto Fernando me ligou. Mas estará conosco o representante deles para acompanhar todo o processo.

Vamos formatar a Mesa. Conforme a conversa que tive com o Ministro da AGU, eu queria convidar o Chefe de Gabinete, Francis Bicca. Fiz o seguinte entendimento com o Ministro: você se senta à mesa e acompanha todos os trabalhos. Eu conversei com o Ministro, que foi muito diplomático. Depois, vou dizer o que ele me disse. O seu papel aqui é fundamental: você ouvirá todos e transmitirá tudo para o Ministro. Queria convidá-lo para fazer parte da Mesa, com uma salva de palmas. O Ministro me ligou, e podem saber que a presença do Chefe de Gabinete Francis Bicca é importante nesta audiência pública. Queria que ele sentasse, escolhesse o lugar e ficasse bem à vontade. Em seguida, chamo a Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio, que tem cumprido um papel fundamental. Convido também o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, Celso Klafke, que tem sido um militante aqui também. Foram tantas reuniões, tantas audiências públicas, que temos uma esperança muito grande de, mesmo antes da decisão do Supremo, construir um acordo para se resolver esse impasse. Convido o Diretor Administrativo-Financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Arturo Spadale... Como são duas mesas, sei que o Diretor vai entender: Dr. Arturo, V. Sª está na segunda mesa. Se aceitar minhas desculpas, V. Sª retornará na segunda mesa. Nesta mesa agora, tenho que chamar o coordenador-geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), Dagomar Alécio Anhê. Dessa mesa, são esses. Temos mais outros três convidados para a segunda mesa.

Quero dizer para vocês que, em primeiro lugar, nós nunca deixamos de acreditar e vocês também nunca deixaram de acreditar, por isso estão aqui. Não teriam nem vindo se fosse para mais uma audiência, só para falarmos, falarmos e não encaminharmos nada. Não tenho autoridade nenhuma neste momento, nem o direito de anunciar nada, mas, pelas conversas que tenho mantido muito sigilosas, mas conversas de informação, a possibilidade do acordo existe. Isto é que quero dizer, que a possibilidade do acordo existe. Nossos convidados é que vão falar. Sei que a AGU está fazendo um esforço enorme nesse sentido. Tem ainda um ou outro obstáculo, mas a possibilidade existe. Enfim, vou calar a boca, para não falar demais, porque se eu falar demais não ajudo neste momento.

De imediato, passo a palavra para a Graziella, Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, que pode dar uma situada para nós todos. No fim, vou dar o encaminhamento, se assim me permitirem, pela importância do telefonema que recebi ontem da Advocacia-Geral da União, do gabinete do Ministro. Foi importante para mim aquele telefonema. Eu estava presidindo os trabalhos do Senado quando ele me ligou, justificou, ficou meia hora me explicando por que não viria aqui hoje, porque estava viajando para outro compromisso assumido, mas, na conversa com ele, acho que avançaram algumas coisas mínimas que seriam importantes de serem ditas após esta reunião. Graziella, por favor.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bom dia a todos, bom dia, Presidente, Senador Paulo Paim, bom dia demais Senadores e todos os companheiros aqui presentes. Queria aproveitar para registrar a presença do Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Comandante Gelson Dagmar Fochesato, e também a presença da Presidenta do Sindicato Nacional dos Aeroviários e os demais companheiros dos Estados, o Carlos Henke, o Ari, Zoroastro, Vera, Alzira, Sílvio Araújo e demais diretores do sindicato.

Senador, mais uma vez, nós estamos aqui e, no início deste ano, fizemos uma relação de assuntos que seriam a nossa agenda de 2012. Por conta disso, quero voltar a agradecer a sua iniciativa, porque é isso que nos move. É isso que nos move diante dessa questão tão grande e com tantos desdobramentos envolvendo mais de 20 mil pessoas.

Acho importante, inclusive, o Snea estar presente e – não sei vou me identificar corretamente – o próprio Ministério da Defesa, através de algum representante do Cenipa, porque o assunto é de tamanha gravidade que, atualmente, acaba envolvendo todas as pessoas que, inclusive, estão voando, devido à gravidade do assunto.

Só vou fazer aqui uma pequena retrospectiva a respeito do número de pessoas que temos envolvidas nesse processo, Senador Paim, porque considero importante e reconheço todo o esforço desta Casa e, prin-

cipalmente, desta Comissão, através da sua pessoa, da Senadora Ana Amélia, do Senador Alvaro Dias e dos demais Senadores, mas, realmente, é extremamente dramático o quadro que hoje esses trabalhadores do setor aéreo têm vivido.

Tenho dito que o setor ainda é perseguido, o setor ainda tem crises violentas, e nós estamos entrando em outra crise agora do setor aéreo. Conclamo as autoridades a esta Casa para, definitivamente, buscarmos uma solução que dê sustentabilidade para o setor aéreo, porque é inaceitável o setor ter tantas oscilações envolvendo milhares de pessoas e famílias, como foi o caso, especificamente... Aqui, às vezes, a gente, por vício, acaba confundindo todos os participantes, mas a gente tem uma boa parcela de trabalhadores oriunda do Aeros também, Senador, o que é outro problema, porque, em função da circunstância jurídica do processo, ele está um pouco mais contemplado, os participantes, pelo menos os aposentados, de algumas situações, mas ainda não está resolvido, em função da Justiça e da vara empresarial e de falências do Estado de São Paulo.

Mas, além desses participantes do Aeros, que hoje estão em torno de quase 3,5 mil, considerando os aposentados e os ativos, que também tiveram suas reservas todas confiscadas, nós temos aí em torno de, aproximadamente, 9 mil aposentados, mais pensionistas do Aeros, além de mais, aproximadamente, 10 mil trabalhadores que faziam parte do fundo através de outras patrocinadoras, que é o caso da Rio Sul, da Nordeste, da Transbrasil, da Sata, funcionários da Fundação Ruben Berta e de várias outras patrocinadoras que nós temos no fundo. E hoje, o que a gente pode assistir é a todos esses trabalhadores abandonados a uma decisão, a qual poderia vir a garantir a manutenção dos seus benefícios, depois de longos 20, 25 anos de contribuição.

Nós temos aqui, inclusive, alguns trabalhadores que, de certa forma, em função da sua patrocinadora, conseguiram, até pela existência da patrocinadora, conseguiram a transferência. Então, esta semana que passou foi uma semana bastante rica para os trabalhadores da VEM/TAP – são quase 2,5 mil participantes –, que, por a patrocinadora ainda existir, pediu saída do fundo Aerus, retirada de administração. E nós, depois de dois longos anos de discussão, Senador – árdua, porque era uma parcela significativa dos participantes correndo o risco de perder todas as suas reservas e as suas contribuições –, conseguimos, de certa forma, fazer com que a TAP mantivesse essa assistência da previdência complementar a todos os trabalhadores e, inclusive, aos futuros trabalhadores, através da administração da Petros. Foi um passo bastante significativo, porque, daquele universo de quase 20 mil pessoas de dentro do Aerus, eu poderia dizer para o senhor que 2,5 mil nós já salvamos; faltam os demais.

E nós não vamos desistir nunca, Senador, porque, apesar de, em várias oportunidades, em diversas audiências em que aqui estivemos... E audiências calorosas, não é, Senador? Confesso que, às vezes, revejo as audiências e fico até preocupada com o calor da discussão de tudo o que aconteceu aqui. Mas eu acho que foi extremamente importante, como também considero que esta audiência de hoje é bastante pertinente, porque entendo que tudo o que nós plantamos nós vamos colher. Nós estamos lutando, há seis anos, e o Senador é testemunha, porque luta junto com a gente, inclusive a Senadora Ana Amélia e alguns companheiros que, por um acaso, são do outro lado e que estão na Mesa, que é a própria AGU, e a própria Previc, que nós conhecemos de longas datas e sabem o quanto lutamos. E nós sabemos o quanto eles são importantes neste momento, e sempre o foram, para dar continuidade a essa possibilidade de a gente salvar todos os demais participantes do fundo.

Então, eu gostaria muito de agradecer a todos. E quero dizer que também tenho bastante confiança de que estamos na reta final, Senador. Talvez não possamos, assim, declarar vários caminhos que estão sendo perseguidos. E aí, de antemão, pedimos desculpas e também pedimos o entendimento de todos os participantes do fundo, dos dirigentes sindicais, dos dirigentes patronais, das autoridades, porque a nossa ansiedade é muito grande, mas temos a responsabilidade, como tivemos, durante todos esses anos, de conduzir com todo o respeito esse processo. E, sim, entendemos que a decisão política de se buscar a solução imediata é o caminho mais curto que nós temos, mas, sem sombra de dúvida, a decisão judicial também é de extrema importância, caso nesse caminho não consigamos atingir o objetivo. Mas, de qualquer forma, é um caminho mais longo, e isso precisa ser deixado muito claro.

Julgar a ação de defasagem tarifária não é, única e exclusivamente, a solução. A nossa preocupação é o quanto demora uma execução dessa ação, sabe, Senador? Porque, lamentavelmente, nós não podemos contar com o prazo que nós gostaríamos junto à Justiça brasileira, e isso nos preocupa sobremaneira, porque significa, definitivamente, a sobrevivência daqueles companheiros que estão, efetivamente, no momento, e durante esses 16 anos, passando uma dificuldade. E eu diria que, além da dificuldade financeira, emocional, a perda da dignidade eu acho que é a coisa mais forte desse processo. Porque o setor aéreo é um setor extremamente diferenciado dos demais setores, apesar de sermos todos trabalhadores, pois é um setor que

exige uma formação, que exige um comportamento, que exige um perfil que você constrói durante anos de luta. E eles construíram não só isso, como construíram o seu futuro, e hoje vivem essa situação, totalmente desamparados de uma decisão.

Quero lembrar também, Senador, que nós também temos uma ação que corre na 14ª, da qual o Dr. Maia era patrono. E aí é que eu acho importante a gente ter claro, pelo menos aos participantes desta Mesa, que o objetivo dos sindicatos todos é fazer com que a União se sensibilize e traga para este acordo todas as ações que estão em curso. Acho que isso é muito importante para, definitivamente, a gente encerrar, e não empurrar com a barriga.

Então, quando falamos aqui da ação de defasagem tarifária, estamos falando, única e exclusivamente, dos participantes dos planos da Varig. E os sindicatos, com toda a responsabilidade, vêm a público, inclusive através do Judiciário, solicitar às autoridades que tragam para a Mesa todas as ações que estão em curso, para que a gente possa buscar a solução para todos os participantes desse fundo, que envolve em torno de 20 patrocinadoras. Isso não significa dizer que as patrocinadoras não vão pagar suas dívidas, e, sim, significa dizer antecipar uma solução para aqueles beneficiários poderem fazer jus àquilo que é de direito.

Então, faço um apelo aqui ao Francis e ao Dagomar, que estão bastante envolvidos, de longa data, no assunto, e com boa intenção, de que esse esforço concentrado, destes últimos dias, Senador, em que há vontade, efetivamente, de trazer a solução, se concentre nessa possibilidade, porque os sindicatos possuem ação, essas ações... Nós estamos dispostos a negociar essas ações, a partir do momento em que haja, por parte dos negociadores, o entendimento da necessidade de resolvermos o problema como um todo, porque resolvê-lo parcialmente é fazer de uma parcela refém de mais alguns anos, o que a gente não gostaria que acontecesse, em função até de todo o trabalho executado até o momento.

Estou à disposição para qualquer esclarecimento. Agradeço a todos, mais uma vez, em especial ao Senador Paim.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a líder Graziella Baggio, Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Informo a todos que esta nossa audiência foi aprovada na comissão principal, que é a de Assuntos Sociais, mas a minha Comissão é que trata da questão de trabalho e previdência. Por isso é que está sob a minha Presidência, e com apoio total do Senador Jayme Campos, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Tanto é que estamos ao vivo para todo o Brasil, pela www.senado.gov.br, TV, canal 3; e também pelo canal digital de Brasília, para Brasília, no canal 51.3.

Eu queria também dizer para vocês, rapidamente, por questão de justiça, do trabalho – quem é gaúcho sabe – que também fez o Senador Zambiasi. O Senador Zambiasi sempre esteve conosco, nessa linha de frente. Agora, não está mais como Senador, por opção. E o Senador Simon sempre me tem dado todo o apoio. O Simon sempre me diz o seguinte: Paim, negocie, vá lá, participe, e pode falar em meu nome. Então, quero fazer esse registro de que o Senador Simon também tem contribuído muito com a sua força política, porque é um Senador muito respeitado, nessa questão que estamos hoje aqui debatendo.

Quero, antes de passar para o Celso, dizer que há alguns companheiros que mandam alguns *e-mails* para nós, mensagens – para nós todos, Senadores – muito fortes, muito contundentes. Quero dizer a eles, que estão assistindo, com certeza, agora, à TV Senado, que a gente respeita e a gente entende. Só não respondo, porque, às vezes, eu fico meio bravo na hora também, e a gente não pode responder com o fígado; tem que responder com a alma, com o coração e com a mente. Então, às vezes, não respondo, quando o cara é muito pesado, assim, joga contra todos, aí não separa os que estão trabalhando pela causa e aqueles que não estão dando bola. Mas quero dizer para eles, que estão assistindo, que eu os entendo. Eu estaria tão revoltado quanto eles. Eu acho que eu faria até, algumas vezes, algo nesse sentido, de uma indignação total. Assim como muitos vêm aqui, fazem elogios pelo trabalho de nós todos, não só meu, e eu recebo com carinho, também entendo a indignação de alguns. E eles fiquem tranquilos. Só não respondo porque é uma forma até de respeitar o desabafo deles em relação aos Senadores e Deputados, até ao Executivo e ao Judiciário. Eu entendo. E repito: se eu estivesse no lugar deles, também estaria chamando uns e outros de "santo" para cima, assim como acho elegante e bonito aqueles que estão militando pela causa e sabem aqueles que estão, efetivamente, na linha de frente, junto com eles, que sempre apoiando. Esse apoio de vocês é que faz com que a gente esteja sempre dialogando com todos os setores do Governo e em uma audiência importante como esta, a que o Brasil está assistindo, o Executivo está assistindo, e o Judiciário está assistindo, com certeza absoluta.

Com essa rápida fala, de um comentário aqui, passo a palavra para esse militante das causas sociais

de todo o Brasil, um grande líder, como a Graziella, que é o Celso Klafke, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac/CUT), para suas considerações, como fez tantas outras vezes.

O SR. CELSO KLAFKE – Obrigado.

Fiz tantas vezes, mas continuo sem aprender a ligar o botãozinho.

Bom dia a todas, bom dia a todos, e uma saudação, como não poderia deixar de ser, ao Senador Paim, que mais uma vez coloca o seu trabalho, aqui na Comissão de Direitos Humanos, à disposição do Aerus, até porque a gente sabe, Paim, que manter essa questão do Aerus em pauta é muito importante para nós.

Eu também gostaria de fazer uma saudação à Senadora Ana Amélia, que esteve aqui e justificou a sua ausência. Quando ela chegou ao Senado, tive a oportunidade de conversar com ela, e ela me falou que tinha aquela audiência importante com o Ministro Mantega. Mas é importante ressaltar a importância do trabalho que a Senadora Ana Amélia, antes, como jornalista, e agora, como Senadora, tem feito sempre em defesa dos trabalhadores do setor aéreo e, em especial, em relação ao Aerus.

Eu até gostaria e começar a minha fala indo um pouquinho nessa questão de eventuais críticas que têm sido feitas. Quanto às críticas, eu concordo, Senador Paim, que, pela gravidade da situação, pelo drama, qualquer reação é considerada. A questão é que essa reação, vamos dizer assim, deveria ser canalizada não para a Senadora Ana Amélia, que, ontem ainda, como fez muitas e muitas vezes, foi à tribuna mais uma vez defender. Há muitos Senadores que nunca falaram disso, nunca trataram disso, e daí ficam fazendo críticas logo a quem trabalha, como a Senadora Ana Amélia, como você, Paim, e tal.

Eu gostaria até de ressaltar que, em relação à questão, por exemplo, do movimento sindical, é parecido também. Aquelas pessoas que estão mais na linha de frente, nessa questão do Aerus – e eu queria citar, especificamente, aqui, a Graziella, mas também a Graziella, antes, já citou a presença importante do presidente Fochesato, dos Aeronautas, e da Selma, presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Infelizmente, há outras representações sindicais que poderiam também se empenhar mais. E essas representações sindicais não vêm se somar a essa luta e saem de longo liso. Na verdade, saem de longo liso. E as críticas vêm para quem está mais aqui na linha de frente, tentando uma solução. Mas a vida é assim mesmo. E, mais uma vez, a gente está aqui e em um momento extremamente importante.

Eu gostaria de... Já falei isso da última vez e vou repetir agora: apesar da importância dessas nossas discussões aqui, eu, com todo o respeito, gostaria que fosse a última vez que eu viesse aqui falar do tema. Porque eu gostaria de falar, justamente, de uma questão tão importante para nós do Aerus, para nós que estamos vivendo esse problema, que é a questão do tempo.

Tenho dois materiais na mão aqui, que a gente usou na nossa última discussão que tivemos aqui. Um é o material que a gente usou naquela homenagem bonita que a gente fez ao Dr. Castagna Maia, de que "a Justiça não pode mais esperar". Isso foi em 13 de março. E, naquela audiência, houve uma declaração importante do representante da Previc que estava aqui naquele momento – e que nós repercutimos, no próximo boletim lá no meu sindicato em Porto Alegre –, em que ele dizia o seguinte: "A Aerus deve ter uma solução até abril", disse o diretor da Previc, naquele momento ali, em que estava aqui representando na Mesa.

Infelizmente, abriu passou, a gente está em maio, e ainda não temos uma definição. E a gente poderia dizer assim: mas abril foi ontem, hoje é maio. Mas a verdade é que não estamos falando de um mês; estamos falando de seis anos. E a gente está falando que, nesses seis anos – e o Senador Paim citou isso no início da sua fala –, já nos deixaram mais de 600 companheiros do Aerus, que faleceram sem ver uma solução para esse problema. Então, o tempo é uma questão fundamental para nós agora.

E daí eu vou, mais ou menos... Eu não queria repetir muito, mas, infelizmente, fiquei para falar depois da Graziella, daí acontece isso. A questão de que o acordo que a gente vem buscando e que há sinalizações de que está prestes a ser efetivado, ele é, sim, a melhor solução, e a gente sabe disso. Nós sabemos disso. O problema é que, por mais que as informações, de um lado e de outro, apontem para a possibilidade do acordo, o fato é que o tempo vai passando, e o acordo não sai. E nós estamos ficando sem tempo, porque as reservas matemáticas, lá no Aerus, estão se esgotando a cada momento. Por mais que as pessoas que estejam lá na gestão do Aerus façam o possível para ir jogando um pouquinho para frente – e a gente sabe do esforço que está sendo feito para isso –, a verdade é que temos que ter uma solução para isso.

Por isso, eu queria dizer que o despacho da Ministra Cármen Lúcia foi importante, sim, porque ela coloca a seguinte questão: estou pronta para julgar, o julgamento está pronto, então, quem acha que o acordo é importante e que é a melhor solução, vamos lá, mexa-se e faça o acordo, senão, vou ter que julgar. E eu concordo com essa posição. Acho que temos que ter um tempo para ter essa solução, porque... Tem

que haver uma decisão em relação a isso. O acordo é a melhor solução, todos sabemos disso. Mas, se o acordo não for possível, que seja dito isso logo, que haja uma definição. Daí, vamos para o julgamento, e vamos confiar no STF, vamos confiar na Justiça, vamos confiar na Ministra Cármen Lúcia. A gente sabe, a Graziella já falou disso aqui também, que também lá haverá problemas. Mesmo que o julgamento seja favorável a nós, há problemas, depois, para efetivar, concretizar o pagamento da sentença. Enfim, a verdade é que se persegue esse acordo há muito tempo.

Eu até queria aqui deixar registrado que muitas das críticas que se fazem à Ministra Cármen Lúcia são injustas, porque o fato de ela estar com esse processo há tanto tempo foi também porque foi solicitado que ela aguardasse uma possibilidade de acordo. Isso foi dito para ela e tal, enfim. Então, tem gente que fala: mas a Ministra demora tanto tempo para julgar! Não; ela fez o trabalho dela, a gente sabe disso, a gente vem acompanhando. Só que, como todos nós sabemos que a possibilidade de acordo é a melhor neste momento... O problema é que a gente pensa assim: bem, todos queremos o acordo, mas nos falta informação. Que acordo é esse? Como vai ser isso? A verdade é que a gente tem tido muito pouca informação concreta sobre essas questões. A gente sabe – temos tido notícia, e as notícias são confirmadas – que, enfim, os Ministérios, as pessoas envolvidas, a AGU, a própria Cármen Lúcia, o Juiz Ayoub têm se envolvido nessas discussões, mas a verdade é que... E, daí, é uma questão assim: quando os representantes dos trabalhadores do Aerus – sejam as comissões, os sindicatos, seja lá quem – serão chamados para que também tenham acesso a essas questões do acordo? Porque, se é um acordo, pressupõe-se que as partes aceitem os termos do acordo, mas que termos são esses? Que tipo de acordo está sendo proposto? Esse é um problema, também, que eu visualizo que temos que insistir para que quem está fazendo essa discussão também abra essa discussão para que possamos analisar que tipo de acordo está sendo proposto.

E a questão do tempo. Eu insisto nisso, que o acordo é a melhor saída, mas temos que ter um tempo para que isso seja definido, porque essa indefinição está, literalmente, matando os participantes do Aerus. E estamos falando de um grupo já de certa idade, a grande maioria com doenças graves, e que não pode mais esperar.

Então, acho que a gente tantas vezes, Paim, veio fazer essa discussão aqui, que, na verdade, a gente fica pensando assim: já falamos tanto sobre o problema, sobre como ele aconteceu, como ele foi, de quem é a responsabilidade, que a gente não tem muito mais para falar sobre a questão do Aerus, em si, mas só da questão da expectativa que temos de que um acordo possa ser feito.

Nós continuamos, sim, acreditando, mas queremos que haja uma definição rápida. Se o acordo vai ser feito, que se diga: vai ser feito, o prazo é esse, e tal. Se, infelizmente, todo o nosso esforço, Paim, nessa questão da possibilidade de acordo for em vão, que seja definido isso também para que a gente possa fazer uma solicitação, formalizar, para que a Ministra Cármen Lúcia coloque em julgamento, de uma vez, para que a gente tenha uma solução via STF. Porque o que não podemos é esperar, indefinidamente, por uma solução que nunca vem, apesar de todo o nosso esforço, do seu esforço, do esforço da Senadora Ana Amélia e de tantos outros, e tal.

Não quero me alongar muito. Acho que o principal seria isso. Temos que cobrar, continuar cobrando dos atores principais dessa questão do Aerus que se manifestem e tenham uma posição em relação a isso, seja ela qual for. Queremos, sim, que seja uma posição favorável; queremos, sim, que o acordo seja feito; queremos, sim, uma solução, o mais rápido possível, para o Aerus. Mas queremos uma definição para isso, porque o tempo está sendo muito cruel com todos os participantes do Aerus, e a gente não pode mais esperar.

Era isso, Paim.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. O Celso é o Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil.

Quero falar, Celso, quanto à crítica que muitas vezes fazem. Esses dias, por exemplo – não vou dizer qual é a revista, porque hoje está muito comum bater na revista; a revista bate para cá, para lá –, a revista reclamou, no seu *blog*, porque fui à tribuna e falei sobre o direito dos trabalhadores, falei dos aposentados e falei dos discriminados. Ela disse: como um Senador da República vai à tribuna só para defender trabalhador, velho e discriminado? Eu ia pedir direito de resposta à revista? Eu me senti elogiado! Eu me senti como se tivessem feito um elogio para mim, porque tratei de três temas em 40 minutos. Aí, fui criticado.

Por que digo isso, Celso? Isso se vê em qualquer instituto de pesquisa. O candidato que está lá com quase zero por cento, a rejeição a ele também é zero por cento, porque ele é desconhecido, ninguém sabe quem é, de onde veio, apareceu de repente como candidato. Vai ver que o índice de aceitação dele, a rejeição é menor. E aquele que mais se destacou, mais trabalhou, mais fez e que está, digamos, com 70%, vai ver que ele tem um índice de rejeição, digamos, de 15, de 20, muito maior do que aquele que é desconhecido.

Porque, como se diz, quem está na luta, quem está na chuva é para se molhar. E a gente se molha com alegria, porque água é bom; tanto se defende o Planeta, a natureza. Queremos a rejeição do Código Florestal que temos aí por quê? Por causa disso. Então, quem está mais na linha de frente é natural que vá sofrer também mais crítica.

Então, sintam-se contemplados, quando vocês recebem alguma crítica, e não pensem que eu não recebo também, no meu gabinete. Eu devo ser o Senador que mais recebe correspondência aqui no Congresso, porque atuo em diversas áreas e tenho um apelo popular muito forte. Mas não pensem vocês também que não recebo umas bombas, de vez em quando. Eu digo: deleta; deleta e respeita a opinião dele. Só deleta. Faz parte. Então, sintam que o trabalho de vocês é fundamental.

E a sua fala eu também entendi. O ideal é o acordo, e, em última instância, o julgamento será feito. Tenho esperança de que o acordo ainda aconteça.

Mas, vamos lá.

Agora, passamos a palavra ao coordenador-geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, Dr. Dagomar Alécio Anhê.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Bom dia a todos.

Senador, a Previc agradece o convite para, mais uma vez, participar da audiência. E o Dr. José Maria Rabelo pediu que eu fosse portador de um pedido de desculpas pelo não comparecimento dele, que se dá por conta das reuniões da diretoria colegiada, que são marcadas para todas as terças-feiras.

Infelizmente, da última reunião ocorrida, basicamente não se avançou nada. A busca maior é por conta do acordo, que, logicamente, é a melhor solução, tendo em vista que um eventual julgamento da questão vai arrastar durante muito tempo principalmente a solução financeira, que é o mais urgente da questão. As tratativas estão em curso, mas não há qualquer resultado ainda da questão.

Já foi falada aqui também a questão do tempo. Ele é muito importante, porque, infelizmente, as notícias que estão vindo não são boas. Os Planos de Benefício I da Varig e da Transbrasil só têm recursos disponíveis até outubro. Os Planos II da Varig e da Transbrasil ainda têm um pouco mais de sobrevida, mas a questão principal é justamente o Plano I.

Dentro disso aí, a possibilidade de um acordo é extremamente viável e urgente, para que possa solucionar a situação dos beneficiários. Só para que constem os números existentes em março na entidade, os Planos Varig I e II necessitam de um aporte de recursos para liquidar todos os seus compromissos com os participantes ativos, com os participantes aposentados, com as pensionistas. Ele necessita de R$5,7 bilhões, para que isso possa ser equacionado.

Os dois planos da Transbrasil necessitam de R$422 milhões. E para os demais planos, somados a esses dois, para ser equacionado definitivamente o Aerus, é necessário R$6,3 bilhões. Dentro disso...

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Ou seja, mais 200 milhões.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Mais 200 em relação ao quê, Graziella?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Ao Plano I e II, 5,7; 422...

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Ah, você fala 200 o saldo?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – É.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – É alguma coisa em torno disso aí. Eu fiz uma soma geral, e chega a R$6,3 bilhões. Isso, em março. Nós já estamos no mês de maio. Então, com certeza, esse valor deve ter aumentado um pouco.

Embora tenha havido a fala do Manoel Lucena, dizendo que até maio o acordo estaria viabilizado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Provavelmente.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Mesmo dentro dessa possibilidade do provavelmente, Senador, a questão toda não passa pela Previc. Ela não é o órgão que vai fazer o acordo. Ele tem de ser feito nas esferas judiciais. Como a Graziella já citou, depende do Sindicato Nacional dos Aeronautas, por conta da ação; depende do Aerus, por conta da terceira fonte; depende da própria Varig, por conta da defasagem tarifária.

Todas essas ações, no bojo, vão resultar num eventual acordo, que é o que se está buscando.

Nós, Previc, só vamos entrar na questão toda com mais profundidade quando o acordo, se eventualmente for viabilizado, for implantado no Aerus. O interventor que nomeamos lá vai dar cumprimento ao acordo que foi realizado. Já disse e volto a frisar, embora a Senadora tenha citado a questão de julgamento da ação de defasagem tarifária: não vemos como uma solução devido ao fato de que vai se arrastar, durante muito tempo, o julgamento. Logicamente, em sendo favorável a vocês, a tendência é a de uma longa espera. Infelizmente, ela vai matar mais um punhado de gente.

Vemos, lá na Previc, como positiva essa busca do acordo, pois é a única forma de realmente minimizar as agruras que os aposentados e pensionistas estão passando. Entendemos, lá na Previc, mais uma vez, que nós vamos ser responsáveis pela questão, quando

tivermos de implementar as medidas que forem tomadas dentro do acordo através do interventor que está lá.

É isso, Senador.

Obrigado pela oportunidade, embora eu não tenha acrescentado grande coisa. Isso se deve ao fato de não ter tido muito avanço desde a última reunião. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dagomar, que, com muita tranquilidade, com muita simplicidade, mas com muita verdade, relata os fatos e qual é o papel da Previc.

Como já falaram os três, deixem-me fazer um rápido comentário. Quero ouvir a opinião de vocês também.

Na minha fala rápida, ontem, com o Advogado-Geral da União, ele me disse o seguinte: "Paim, eu não posso ir, mas você está acompanhando e as pessoas sabem que há um processo de busca de entendimento". Ele disse: "O que você poderia"... Não é bem que ele disse que eu poderia, eu sugeri e ele concordou, mediante uma entrada que ele me deu, que, como ele não pôde vir, marcássemos uma reunião na AGU e discutíssemos quem iria, antes ainda do fim deste mês. Então, eu proporia, se vocês concordarem – e o Dr. Frances fica sendo o nosso porta-voz, foi uma conversa que eu tive com ele –, termos uma reunião na semana que vem na AGU – quem sabe até nessa linha, Celso, que também falou, para ter mais informações sobre a possibilidade do acordo, sobre para aonde estamos indo, enfim, sobre em que estágio pode estar. Além disso, claro, poderemos, depois dessa conversa, nos dirigir ou não à Justiça pedindo que se agilize o próprio julgamento. Ou não. Mas acho que o primeiro passo seria esta reunião. Se vocês concordarem, eu me coloco à disposição. Na semana que vem, eu viajo na quinta, mas tento, antes da quinta, na terça, na quarta ou mesmo na quinta de manhã, transferindo para tarde o meu voo, fazermos uma conversar na AGU, para termos um quadro mais claro do processo, para sabermos como está o processo, como está a perspectiva desse acordo. E se não houver mesmo... Eu acredito que vai haver. Eu apenas quero tranquilizá-lo no seguinte sentido: não que eu esteja prometendo que o acordo vá acontecer, mas eu sinto que há uma boa vontade política, pela primeira vez, eu diria, no campo do Executivo, de buscar uma solução. Até aí, eu poderia dar esse depoimento. Faríamos essa reunião na semana que vem para ouvir um pouco a AGU, sem prejuízo, claro, do que está no Supremo. O que está no Supremo está no Supremo. Se houver acordo, pelo que diz a própria Ministra Relatora, ela colabora. Se não houver acordo, que se agilize a votação.

Eu diria para vocês aqui, para que não retornem para suas casas mais preocupados que quando chegaram, que eu tenho um entendimento, pessoal. Eu acho que, dificilmente... Se construirmos um acordo, é o ideal, é bom, mas, se tiver uma decisão da Justiça, eu acho que não vai ter muita protelação, não, para o pagamento. Eu acho que, com a decisão tomada no Supremo, se houver vontade política, pelo que estou sentindo por parte do Executivo, se caminharmos para esse campo, eu acho que a Presidenta manda pagar. Eu não falo pela Presidenta, estou dando o meu entendimento aqui, porque houve todo um movimento e o que mais ouvi é que se precisava de um conforto legal para atender ao Aerus, tanto que eu entrei com um projeto de lei e vocês estão a par do projeto de lei com que entrei – o Projeto 147 –, já aprovado numa comissão e foi para outra, que visa criar o tal do conforto legal. Se o projeto do conforto legal teve alguns obstáculos... O que me diziam: "O ideal é que o Supremo, então, decida, porque, com o Supremo decidindo, está criado o conforto legal". O Supremo mandou pagar, acabou. Então, não há mais desculpa nenhuma para que o pagamento não seja feito. Então, eu diria que, com certa... Eu não sei se sou muito otimista, mas, olhando para além da floresta – como dizia um amigo meu: "olhe além da floresta, mas olhe o povo que habita a floresta também" –, buscando o horizonte, estamos talvez no melhor momento dessa batalha que travamos há anos e anos.

Isso vem desde os governos anteriores. Se houve falcatrua, se não houve controle, já foi lá nos governos anteriores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lá nos governos anteriores. Isso não desculpa o nosso Governo. Se houve falcatrua e nós reconhecemos que alguém desviou, aí, é o Estado, não importa se mudou o governo. A responsabilidade é do Estado de um erro cometido pelo governo. Por isso, eu acho que vem lá de trás, passou pelo governo Lula e tenho muita esperança de que, no Governo da Presidenta Dilma, nós resolvamos essa questão de uma vez por todas, criando o conforto legal, como prevê o Supremo, ou via acordo, porque, se houver um amplo acordo, todo mundo sabe que fecharemos o acordo e, consequentemente, a questão estará resolvida. Eu estou me lembrando do meu tempo de sindicalista. Eu era chamado muitas vezes para firmar um acordo coletivo entre as partes, e cada um cedia um pouco.

Eu queria dar, mais uma vez aqui, meus cumprimentos aos lutadores dessa causa tão bonita como é a do Aerus e dizer que Deus nos ilumine e que todo o universo conspire para que resolvamos essa questão o mais rápido possível.

Comprometo-me a marcar para a semana que vem uma reunião na AGU pela abertura que me deu o próprio Advogado-Geral da União, que me disse: "Pode dizer lá que, se necessário for, já que eu não pude ir, marcaremos uma reunião para detalhar um pouco mais para onde estamos indo e qual são as possibilidades que existem". O.k., pessoal? Então, uma salva de palmas a todos os lutadores da AGU, do Aerus, do Governo e da nossa Previc, que também está aqui, colocando-se inteiramente à disposição para operar, uma vez que o acordo seja efetivado. *(Palmas.)*

Uma coisa é certa, pessoal: falta de dinheiro não é! Vocês podem ter certeza absoluta. Falta de dinheiro não é! Não vou eu levantar aqui dados e números. Não é por causa de cinco bilhões, não, que alguém está preocupado. Não é isso. A questão toda é construirmos um entendimento, um caminho dentro da campo da legalidade, seja no acordo, seja no Supremo.

Neste momento, eu convidaria os meus amigos a retornarem ao plenário. Peço ao Francis Bicca que, se puder retornar ao plenário e continuar aqui, fique na primeira fila; Celso também retorna; Graziella também retorna; e o nosso representante da Previc, Dagomar, também retorna.

Neste momento, chamamos, conforme acordo feito, Graziella, o Gelson Fochesato, Presidente do Sindicato dos Aeronautas; o Luiz Sergio de Almeida Dias, do Sindicato Nacional dos Aeronautas; eu já havia convidado e, com as minhas desculpas, novamente, o Arturo Spadale, Diretor Financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, e o Coronel Aviador Frederico Alberto Marcondes Felipe, Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, representando o Ministério da Defesa.

Registramos a presença do Deputado Federal Molon, que já esteve conosco por diversas vezes, sempre na linha de atender e defender os interesses dos trabalhadores, dos aposentados, do nosso povo, da nossa gente, principalmente do Aerus.

Molon, se quiseres sentar na primeira fila, tu terás direito à palavra no momento que assim entenderes, para falar desse tema. A Graziella me dizia que, lá na Câmara, és um dos principais defensores dessa causa. Uma salva de palmas para o nosso Deputado. *(Palmas.)*

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Pessoal, eu queria agradecer a todos aqui presentes e ao Molon, que chegou agora. Ele é um grande entusiasta da nossa questão do Aerus também.

Não queria deixar de registrar aqui a presença do Comandante Tomaz, Presidente da Associação dos Aposentados da Transbrasil junto ao Aerus; e também do nosso companheiro Guedes, de São Paulo, um participante do Aerus que, em todas as atividades de que ele participa, ele registra a sua indignação em relação à situação vivida pelo Aerus. Toda vez que fazemos uma audiência aqui, ele faz um grande esforço para estar presente, não é, Guedes? E ficamos muito contentes porque ele vem representando o grupo de São Paulo e, de certa forma, mantém acesa a chama entre nós também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Graziella. *(Palmas.)*

Todos os convidados da segunda Mesa já estão conosco.

Vamos combinar quem iniciará a fala. Quero dizer também que, depois, no encerramento, todos os painelistas terão direito à palavra novamente, viu, Graziella? Inclusive vocês. Todos terão direito à palavra no encerramento dos trabalhos para falar sobre os dois temas de que aqui tratamos.

Vamos iniciar por quem a fala?

Graziella, você que ajudou a montar a Mesa, podemos iniciar a fala por quem?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Pelo Comandante Fochesato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Comandante Fochesato, sobrou para o senhor.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Bom dia a todos os presentes. Paim, muito obrigado pela sua gentileza em nos convidar para este debate que vem a afetar seriamente a segurança de voo nos voos das aeronaves brasileiras.

Como a Graziella falou no começo, é incrível: nós estamos aqui na aviação, eu, pelo menos, há 46 anos, e a gente não passa três anos sem problemas na área. Sempre temos problema, sempre há empresa quebrando, sempre há alguma coisa acontecendo, e tudo por falta de uma política séria para o transporte aéreo.

Vamos ao ponto em questão: essa política nova autorizada pela Agência Nacional de Aviação Civil para reduzir de quatro para três comissários em aeronaves de até 150 assentos.

A gente questiona firmemente a prática lesiva ao usuário do transporte aéreo, bem como a afronta à saúde dos trabalhadores na aviação civil, notadamente, nesse caso, aos comissários e às comissárias de bordo.

É lesivo ao usuário, porque o expõe a riscos inerentes ao transporte aéreo nos dias atuais, Paim, primeiramente, em relação às interferências ilícitas que são atos terroristas, que nós, nos nossos *briefings,* antes de fazer o voo, detalhadamente discutimos em caso de haver uma interferência ilícita numa aeronave de um sequestro ou qualquer coisa nesse sentido. Ao se reduzir um comissário, reduz-se a vigilância interna

dentro do avião, porque o comissário, ao transitar ali dentro, percebe passageiros suspeitos e nos ajuda a achar uma solução para o problema. Isso ocorre num momento em que o País está-se aproximando de dois eventos internacionais importantes, em que o afluxo de estrangeiros será muito alto. Se o Estado brasileiro está preocupado com a segurança nesses dois eventos importantes, a Anac vai na contramão da história: ela minimiza a segurança, reduz a segurança. Então, é um contrassenso, quer dizer: o Estado brasileiro está-se preparando para que, nesses dois eventos internacionais, haja uma fiscalização rigorosa para evitar qualquer atentado que venha a manchar a imagem do Brasil, mas a Agência Nacional de Aviação tem o desplante de inverter o caminho da discussão, reduzindo um homem que ajuda nessa vigilância.

Outro problema que está em aberto, que a Agência não explicou e nem as empresas aéreas explicaram, é o procedimento para a contenção de passageiros inconvenientes, aquele passageiro que pode entrar embriagado, aquele passageiro que resolve discutir com os passageiros ou com a própria tripulação. Existe um procedimento na aviação comercial, Paim: são necessários quatro comissários para conter um passageiro agressivo. A Anac reduz para três esse número, não diz como se faz isso e as empresas aéreas também não mostraram nenhum treinamento novo. Então, a contenção de passageiro inconveniente fica à mercê agora da sorte. Espera-se que, nos voos de aeronaves brasileiras, não haja passageiro que venha a criar problemas a bordo, porque, se isso ocorrer, haverá uma falha na contenção desse passageiro com certeza absoluta, e os comissários sabem disso. Quando o passageiro é inconveniente, ele realmente atrapalha e põe em risco a segurança de voo.

O treinamento para evacuação de passageiros com três comissários. As aeronaves têm quatro portas. Agora, com três comissários, uma porta ficará desguarnecida. Então, a recomendação da Agência e das empresas é perguntar ao passageiro se ele está preparado para abrir aquela porta.

O que nós observamos hoje na aviação, graças à redução das tarifas, é que entram passageiros a bordo que não sabem ler, não sabem nem abrir porta de banheiro, não sabem usar o banheiro – e os comissários são testemunhas disso. E vai-se perguntar a esse passageiro se ele tem condições de abrir a porta. Se as duas primeiras fileiras forem dessas pessoas simples, vai ter que haver um remanejamento de passageiros dentro da aeronave, até achar alguém que diga: "Eu tenho condições de abrir a porta." Então, é realmente uma irresponsabilidade.

Eu acho que a Agência Nacional de Aviação Civil e talvez os diretores das empresas atuais nunca vivenciaram uma evacuação real de emergência. O treinamento é realizado no hangar da empresa com funcionários que sabem que vão fazer um treinamento, com comissários já preparados pela empresa para aquele treinamento, e já aconteceram casos de se fazer duas, três ou quatro vezes a simulação para que a Anac libere a empresa aérea. Então, num fato real, numa evacuação real de emergência, quando todo mundo é pego de surpresa, principalmente quando há fogo e fumaça densa – num acidente aéreo, essa possibilidade é muito grande –, temos certeza de que pessoas irão falecer, porque só quem teve experiência em evacuação real de emergência sabe o pânico que se estabelece dentro de uma aeronave. Na hora em que é anunciado pelos emissários iniciar uma evacuação, há um verdadeiro estouro da boiada. Eu vivi isso e sei como é. As pessoas perdem o controle. Abrem as janelas para sair por elas sem se dar conta de que lado podem sair, porque não se pode abrir uma janela onde há fogo, onde há fumaça, senão vai piorar a situação. Na hora do pânico, esses passageiros, com certeza absoluta, não saberão escolher o lado certo, muito menos abrir a porta.

Fica um comissário somente, de acordo com esse treinamento – aliás, nem sei se houve treinamento, de repente, o Sergio Dias vai nos dizer aqui – fica somente um comissário na porta dianteira e dois comissários na porta traseira, o que é um pouco incoerente, na minha visão, porque, no momento do pânico, a tendências das pessoas é sair para a frente, e não voltar atrás. Então, com apenas um comissário na frente para controlar a grande massa de passageiros que irá para cima deles, não tenho dúvidas de que, conforme a situação, esse comissário, tão logo abra a porta, será jogado para fora da aeronave pelos passageiros em pânico, porque as pessoas querem sair, e não importa quem está à frente. Então, já começa com um erro primário, na minha visão: se é para ter três, que sejam dois à frente e um lá atrás, mas, enfim, cabe à empresa aérea definir esse treinamento e à própria Agência que, até agora, pelo visto, faz um treinamento equivocado, na minha visão.

Já houve casos de passageiros, em evacuações de emergência não tão graves, abrirem a janela de emergência, saírem asa afora e pular lá da ponta da asa. Não usam o *flap*, a superfície da aeronave para ajudar a sair. Saem asa afora, caem lá de cima e quebram as pernas.

E isso sem contar o que acontece com os nossos pilotos, porque, havendo só um comissário lá na frente, não sei se ele vai ter tempo para assistir aos

pilotos, porque, no treinamento, na necessidade, havendo um acidente, cabe ao comissário que está na frente verificar a situação dos pilotos que estão lá na cabine, possivelmente machucados, trancados, presos nas ferragens. Com certeza, nós vamos morrer. Talvez a Agência não se preocupe com os pilotos, não é? Danem-se os pilotos lá na cabine, porque não vai ter ninguém para ajudá-los se for preciso, porque o comissário, esse sozinho, não vai mais ter condições nem de voltar à aeronave, porque vai ser jogado para fora dela.

Falei do crime contra o usuário do transporte aéreo e agora vou mostrar o lado dos comissários. Hoje nós temos dados no Cemal, e a Anac tem conhecimento deles, que comprovam ser altíssimo o número de comissários que se afastam de voos por problemas psicológicos. O número é muito alto. O comissário tem uma tendência maior de sofrer esses problemas do que o piloto. Nem o Cemal sabe explicar o porquê. Então, com três comissários a bordo, a situação se torna mais crítica e, com certeza, esses índices de afastamento por problemas psicológicos nos comissários aumentará.

É também um dado do Cemal – para quem não sabe, o Cemal é o Centro de Medicina Aereoespacial, que libera os pilotos e os comissários para o voo através de um certificado de capacidade física – que os comissários têm um número muito alto de problemas de coluna, porque suas tarefas são pesadas, há muito movimento: levanta e abaixa, levanta e abaixa. Então, com três comissários, com certeza, vai aumentar muito mais esse problema para os comissários. Também acho que a Agência não pensou nisso; pensou só no lucro das empresas aéreas e não no ser humano passageiro e no ser humano comissário.

Querer comparar, nessa regra, nessa proposta, à Europa e aos Estados Unidos, dizendo que lá é assim, é também uma brincadeira, porque o europeu, acostumado com várias guerras, ele se preocupa com segurança, e o americano também, que se envolve em guerras, também. Aqui no Brasil, somos um povo pacífico. Dificilmente, e a gente observa isso nos voos, os passageiros olham aquelas folhas. Eles não leem as recomendações de emergência. Os americanos leem, os europeus leem, porque eles estão acostumados a se preocupar com segurança. Aqui não.

Então, antes de a Agência fazer essas modificações, deveria primeiro analisar seriamente a situação da cultura do passageiro brasileiro, analisar seriamente a situação de saúde dos comissários e fazer, se for necessário realmente, um programa muito claro e correto para as evacuações de emergência.

Era o que eu tinha para o momento, Senador Paim. Eu encerro aqui, porque essa é a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Meus cumprimentos ao Presidente do Sindicato dos Aeronautas, Sr. Gelson Fochesato, que cita aqui uma série de preocupações, entre elas, de que nós vamos ter um fluxo muito maior de movimento nos aeroportos a partir desses dois eventos que, de fato, serão megaeventos, Copa e Olimpíadas, com a redução, em resumo, da segurança.

Vamos ao nosso debate.

Passamos a palavra, neste momento, ao Diretor Administrativo-Financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Sr. Arturo Spadale.

O SR. ARTURO SPADALE – Bom dia, Senador; bom dia, senhoras e senhores.

Agradeço o convite para participar desta audiência e inicio pedindo desculpas, dizendo que o nosso Presidente não pôde estar presente por compromissos já agendados anteriormente em outro Estado, por isso não teve como estar presente neste momento.

O convite que recebemos falava do tema Aerus e da situação dos empregados como um todo. Não estava naquele convite o assunto específico desse comissário a menos. E é uma coisa que eu sinto, até porque gostaria de ter aqui comigo alguém mais experiente na área, o nosso Diretor Técnico do Sindicato, que é a pessoa ideal para falar do tema, pois poderia fazer um debate mais técnico sobre o assunto.

Sinto também não estar presente aqui a Anac, porque é o nosso órgão regulamentador e eles poderiam justificar de forma melhor o porquê dessa decisão.

O que nós sabemos internamente, pelo nosso trabalho diário lá, é que, primeiro, essa é uma legislação que existe praticamente no mundo todo. Como o comandante citou, os Estados Unidos têm problemas de segurança de voo, problemas de segurança de ataques terroristas e tudo. E nos Estados Unidos, a presença de três comissários em aviões que têm até 150 passageiros é o que é adotado. Então, se os Estados Unidos, tão preocupados com a questão de segurança, adotam esse critério, me parece que esse é um critério certo, entende?

Além do mais, conversando com o meu diretor técnico, que é um especialista nessa área – antes de vir aqui, trocamos algumas ideias sobre esse tema –, ele disse que não há perigo. A posição das empresas é de que não há perigo na segurança de voo quanto ao fato de, numa aeronave de até 150 passageiros, haver só três comissários.

A atitude que as empresas tomaram com relação a essa redução tem a ver com a problemática da, como é citado, – entre aspas – "crise da aviação". A crise da aviação é consequência de uma situação econômica que as empresas vêm vivenciando. Por exemplo, no

fim do ano passado – tivemos agora, no começo do ano, o resultado das nossas maiores empresas –, nossas duas maiores empresas tiveram prejuízos de mais de R$1 bilhão. Isso leva, claro, à obrigação de as empresas tomarem medidas internas de adequação das suas linhas e dos seus voos para que consigam ter um resultado mais positivo. Assim, se buscam todos os meios possíveis para fazer uma redução de custo. Como existe essa política mundial, praticamente todos os países adotam essa política, uma das nossas empresas a está adotando e com base no que a própria Anac permite. A Anac foi consultada antes e concordou com esse posicionamento da empresa de trabalhar com apenas três comissários.

Além disso, palavras um pouco fortes do comandante, de que há uma situação de preocupação dos tripulantes, uma situação psicológica, abalada por isso. Ontem mesmo, estivemos em São Paulo; o sindicato tem acompanhado o movimento dessa empresa, em particular. E tivemos um acordo ontem, em São Paulo, de como serão feitas as demissões de alguns comissários, face a essa economia que vai necessária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é a empresa? Só por curiosidade.

O SR. ARTURO SPADALE – A GOL. No caso, estamos falando da GOL, que é a empresa que pediu essa redução de comissários e, em função disso, o Ministério Público de São Paulo ontem nos chamou e tivemos uma audiência, na parte da manhã, em que foi colocado que o que estava acontecendo quanto à redução do quadro de trabalho era uma interpretação diferente entre empresa e sindicato, dentro de uma cláusula. O nosso relacionamento todo é consequência de uma convenção coletiva que é firmada anualmente, e tem algumas cláusulas como esta, que deixam dúvida quanto à sua redação.

Como houve essa dúvida na redação, o Ministério Público de São Paulo nos chamou, nós conversamos, e ontem já foi feito um acordo nesse particular, no sentido de que vai haver uma revisão do conteúdo dessa cláusula para que ela fique mais clara, totalmente esclarecida para ser usada daqui para frente. Mas, de qualquer forma, estavam presentes vários comandantes, inclusive da própria empresa, um grupo de mais de quinze comandantes. Estava presente o Sindicato dos Aeronautas, não na presença do Comandante Fochesato, mas de outros diretores, e houve um acordo já para pacificar este momento em que está havendo essa redução.

Então, não vem ao caso dizer que está havendo um problema de segurança de voo etc., porque não é o que está acontecendo.

Estava presente também na reunião o próprio diretor de operações dessa empresa, que afirmou, categoricamente, que não tem problema de segurança de voo.

Não é o espaço para eu discutir tecnicamente aqui se está certo, se está errado, mas nós, sindicatos, o nosso relacionamento entre empresa e empregados é feito através da relação intersindical. Nós, nesse fórum sindical nosso, entre as partes, temos reuniões bimestrais agendadas para tratar justamente desse assunto. Até foi pedido por nossa parte o adiamento da última reunião bimestral que seria feita, em que um dos questionamentos era esse; o Sindicato dos Aeronautas nos passou um ofício solicitando alguns esclarecimentos quanto a temas relacionados aos aeronautas. Nós precisávamos de um tempo maior e, até por causa dessa movimentação toda que está acontecendo, nós adiamos, mas já estamos com uma reunião agendada para o dia 12 de junho, quando vamos discutir, entre outros temas, esse tema especificamente.

Ontem, na reunião no Ministério Público do Trabalho, foi dito que, nessa reunião que vamos ter no dia 12 com os sindicatos todos, inclusive o dos aeronautas, vamos tratar especificamente desse assunto lá também.

Então, para mim fica difícil entrar na parte técnica porque não sou comandante; há uma área de segurança no sindicato, segurança de voo, que poderia estar presente aqui e esclarecer melhor, mas, infelizmente, o documento que nos foi encaminhado não tratava especificamente desse tema; genericamente, falava mais do Aerus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas vai ter uma reunião, pelo que o senhor fala, com as entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores para debater esse tema na semana que vem.

O SR. ARTURO SPADALE – Não, no dia 12 de junho, estaremos sentados juntos.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Senador...

O SR. ARTURO SPADALE – Só para encerrar, quanto à questão do Aerus, já foi muito bem colocado aqui por todos, temos acompanhado muito, sentimos muito tudo que vem acontecendo. Não era nosso interesse... Claro que as empresas gostariam de ter um mecanismo que melhorasse a aposentadoria do seu empregado, que não saísse só com o INSS, mas com um rendimento melhor. Infelizmente, o quadro que se passou já é passado e foi mais do que exposto aqui. Nós concordamos e nos colocamos à disposição. Se em alguma coisa pudermos ajudar, colocamo-nos à disposição para ajudar esta Comissão.

Agradeço. Não tenho mais o que falar, até por não ser um profissional da área e gostaria até, se houvesse um momento ou oportunidade para isso,

de trazer o nosso especialista na área para debater o assunto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Traremos. Teremos a oportunidade.

Muito bem. Esse foi o Diretor Administrativo-Financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Arturo Spadale, que deu aqui a sua opinião sobre o tema e fez o contraponto sobre algumas informações do Comandante Gelson.

A senhora pediu a palavra pela ordem ou aparte?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Eu queria registrar, Senadores e demais componentes da Mesa, para não ficar um mal-entendido. Pode ser até que o título da audiência não efetivamente objetivou a redução, mas claro que o problema é muito mais amplo e o próprio Arturo acabou colocando aqui. Eu só queria esclarecer uma questão que considero de extrema importância. O nosso objetivo aqui não é discutir critérios de demissão e sim evitar a demissão. E a reunião de ontem com o Ministério Público do Trabalho, lamentavelmente, foi necessária; foi uma intervenção do Ministério Público do Trabalho porque a empresa manifestou que não iria cumprir a convenção coletiva tal qual existe há 20 anos.

Digo isso, Arturo, porque participamos das reuniões anteriores, pelo menos o Comandante Fochesato, eu discuti um pouco com a empresa sobre isso, e ela discorda do texto. Ela tem outro entendimento. A sugestão de mudar é questão salarial, é questão de convenção coletiva, é negociação. Isso nós vamos pensar lá na frente, mas a reunião objetivou que a empresa cumprisse aquilo que diz a cláusula 9ª da Convenção Coletiva. De qualquer forma, a questão da redução de comissários e a segurança de voo, entendo que são assuntos extremamente diferentes daquilo que foi tratado no Ministério Público, porque a empresa hoje... Ela e outras erraram a estratégia no ano passado. Isso é um fato. Fizeram uma guerra tarifária enorme que redundou em um bilhão de prejuízos. De duas empresas só, um bi em um ano. E, agora, vão ter que recuperar o tempo perdido. E, a partir disso, vêm os prejuízos não só para os trabalhadores, como para os usuários e também com caminho para a segurança de voo, que eu gostaria até que o Cenipa antecedesse.

Mas eu gostaria de sugerir, Senador, se o senhor nos permitir, nós fizemos duas gravações, para que haja, por parte daqueles que estão nos assistindo e para os demais participantes desta audiência, um entendimento maior, porque às vezes as pessoas não percebem muito bem o que querem. Eu não sei, eu nem sabia que tinha quatro comissários e agora se reduziu, o que é uma emergência, como aconteceu, o que vai acontecer... Então, são dois vídeos, se o senhor permitir, talvez até um pouco antes da fala do Cenipa mesmo a respeito do assunto, para dar uma visão melhor do que pensam os usuários e o que significa isso. Talvez, se depois os demais quiserem contribuir com a discussão, mas acho que é importante, até para o Arturo entender o nosso objetivo. Porque não estamos aqui para discutir critérios de demissão. Tem que cumprir a convenção. Nós não queremos é demissão. Até rimou, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra o Sr. Arturo.

O SR. ARTURO SPADALE – Só complementando o que eu já havia dito; talvez, eu não tenha sido claro.

A empresa ontem fechou um acordo, entendendo a cláusula como o sindicato entende, da mesma forma. Então, vai ser cumprido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ARTURO SPADALE – Não, exato. Mas eu digo que esse desentendimento foi ajustado e, vamos dizer, era uma questão de entendimento das partes, diferente, mas já foi sanado e inclusive constou em ata ontem que a empresa vai cumprir a cláusula 9ª, exatamente como está a redação, tempo de empresa.

Só mais uma coisa. Quanto à questão que a Graziella colocou, dos prejuízos das empresas, a aviação comercial é muito sensível a muitos fatores externos a ela. O primeiro, que hoje é o maior contribuinte do maior custo das empresas, é o combustível, cujo preço está subindo. Então, não é só uma questão administrativa ou de concorrência entre as empresas, nada disso. Mas vários outros fatores levaram a prejuízos grandes. Há o câmbio, que é muito importante para a empresa aérea, e o câmbio está subindo; há o problema do combustível, que hoje representa mais de 35% dos custos da empresa e que está subindo. Então, tudo isso é que levou a esse grande prejuízo.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – A guerra tarifária foi maior, foi predatória.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Olha, neste momento, até para distensionar, embora não esteja tão tenso, a pedido, então, da Graziella, vamos passar um pequeno vídeo que a Graziella trouxe para atualizar os nossos telespectadores da TV Senado.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Temos mais três minutos.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Feito.

Vamos voltar então aos nossos convidados, passando de imediato a palavra ao Sr. Luiz Sergio de Almeida Dias, que é do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

O SR. LUIZ SERGIO DE ALMEIDA DIAS – Bom dia a todas e a todos, cumprimento especial ao Senador Paim, agradecendo-o pelo convite, na sua pessoa cumprimento os demais componentes da Mesa.

Ficou mais fácil agora. Pelo menos conseguimos uniformizar um pouco para aqueles que não são tripulantes, ou que não vivenciam a comunidade de aeronautas e aeroviários entenderem um pouco qual é o nosso dilema.

Eu, como tripulante, nestes últimos 28 dias fico um pouco mais à vontade para tentar trazer à tona essa discussão. Sobre o que foi falado anteriormente, Senador, sobre esse comportamento que acabamos de assistir nos filmes, eu queria enfocar dois aspectos, especificamente.

O primeiro é o aspecto que podemos chamar de técnico, e o outro, que também já foi abordado anteriormente, é a questão cultural.

A questão técnica. Para um comissário chegar ao ponto de conseguir fazer a evacuação da aeronave num evento catástrofe, como são conhecidos os acidentes aeronáuticos, ele tem que pelo menos passar por um treinamento de uns 120 dias. Para fazer aquele tipo de operação com uma porta ou mesmo fazer com que os passageiros sobrevivam a esse evento catástrofe. Faz parte do treinamento. Ou seja, dar condições para que os passageiros sobrevivam após acidente catástrofe como esse.

Temos os exemplos do rio Hudson, do próprio último grande acidente no Japão, em que a atuação dos comissários fez com que sobrevivessem a esses eventos. Então, o aspecto técnico é esse. Dedicamos algumas horas para esse treinamento. É necessário um condicionamento para isso e para que essas pessoas possam atuar tecnicamente com relativo sucesso.

O outro aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é o cultural. Como foi dito aqui mesmo, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, os cidadãos são habituados a frequentar, em escolas, questões de segurança. Ou seja, é internalizada, culturalmente, a questão da segurança, diferentemente dos nossos passageiros, dos brasileiros, de uma forma geral.

E o que está muito no imaginário, que percebemos nesse vídeo, é que quando acontece um acidente não há muito o que fazer. Eu acho que isso também ter que ser muito desmistificado. Pelo contrário, temos o treinamento justamente necessário para que consigamos sobreviver a um acidente como é um acidente aeronáutico nessas proporções.

Quero chamar a atenção para esse tipo de coisa que se está fazendo, ou seja: economia em detrimento de segurança é muito sério. Nós já pagamos um preço alto por isso no passado. É um exemplo clássico quando a economia ficou como questão maior do que a segurança. Lembramos do acidente do MK, da Varig, quando foram retirados os *kits* de sobrevivência, por serem pesados demais nas aeronaves. Foram retirados esses *kits*, porque o Rádio Beacon fazia com que aqueles sobreviventes, ou aquela possível aeronave desaparecida, pudessem ser localizados em menos de 24 horas. Com isso, então, foram retirados os *kits* sobrevivência. Ou seja, por questão de economia de combustível, dos custos da aeronave, se priorizou a questão econômica, em detrimento da segurança e me parece que se está fazendo coisa semelhante aqui, ou seja, por conta de economia... Porque há um *link*. É óbvio que, quando você retira um comissário a bordo, há a questão social aí, o desemprego aumenta, a gente vai ter um número maior desses tripulantes desempregados e numa função vital dentro de uma condição como essa que é a questão de segurança de voo.

Então, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, e obviamente com os demais sindicatos, se coadunam nessa voz em termos de alerta em relação ao que está acontecendo: retirar um tripulante desse que antes trabalhava por uma porta em nível de piso numa condição como essa é extremamente temário. Então, com isso, fica aqui o nosso alerta para que coisas como essa, ou seja, a questão econômica não possa se sobrepor a uma questão de segurança.

Era o que eu teria para acrescentar à fala do Comandante Fochesato e estou aí à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Luiz Sergio de Almeida Dias, que fala em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas, demonstrando a sua preocupação entre a segurança e o econômico. As vidas é que estão em jogo, conforme a avaliação que ele fez.

Agora passamos para o Chefe da Divisão de Aviação Civil do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, representante do Ministério da Defesa, Coronel Aviador Frederico Alberto Marcondes Felipe.

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Senador Paulo Paim, bom dia. Bom dia a todos os presentes.

Gostaria de agradecer a oportunidade de comparecer aqui nesta manhã para participar da discussão desse tema.

Inicialmente, eu gostaria de esclarecer, então, a todos os presentes o papel do Cenipa. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos atua nas atividades de investigação e prevenção de

acidentes. Então, quando ocorre um acidente aeronáutico, o Cenipa atua no sentido de realizar a investigação desse acidente com a finalidade única de prevenir novas ocorrências. Então, nós atuamos em conformidade com o anexo 13, a Convenção de Aviação Civil Internacional da Icao – Organização da Aviação Civil Internacional, visando prevenir novas ocorrências.

Na área da prevenção de acidentes, nós temos atividades ligadas principalmente à criação de uma cultura de segurança de voo e à disseminação da cultura de segurança de voo, através de cursos, de palestras e de outras atividades.

Em relação a esse assunto que está sendo colocado aqui da quantidade de comissários a bordo, esse tema faz parte das atividades de regulação da aviação civil e é um assunto de competência da Agência Nacional de Aviação Civil, da Anac, e acredito que a Agência seria a melhor indicada para esclarecer, então, o processo que foi realizado, porque as empresas aéreas são sujeitas a um processo de certificação. Esse processo de certificação envolve o cumprimento de vários requisitos que visam justamente garantir a segurança de voo, através do cumprimento desses requisitos. Então, eu acredito que a Agência seria a melhor indicada para esclarecer como isso foi feito, qual foi o processo de certificação, como os requisitos foram atendidos. Realmente é uma atividade que é de competência da Anac, e acredito que seria a organização mais indicada para prestar os esclarecimentos necessários.

Então, agradeço a oportunidade e me coloco à disposição.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Coronel Aviador Frederico Alberto Marcondes Felipe, que se colocou à disposição, falou da importância do Cenipa e disse que a Anac seria o órgão mais indicado para esse debate, algo que nós podemos encaminhar.

Mas, neste momento, nós vamos abrir a palavra não só aos painelistas, mas também a um ou outro dos nossos convidados para assistir a este painel, e já tem uma pessoa inscrita aqui, uma senhora, Selma Balbino, que é Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários. V. Sª dispõe de cinco minutos, e, em seguida, eu passo para os outros convidados.

A SRª SELMA BALBINO – Muito bom dia a todos. Parabenizo o Senador Paulo Paim, principalmente pela iniciativa de estar acolhendo esse pedido dos trabalhadores da aviação.

Eu estava atentamente, aqui, ouvindo o companheiro Fochesato e agora o companheiro Sergio Dias, e gostaria de dizer que o que está acontecendo com os companheiros aeronautas, especificamente com os comissários, já vem ocorrendo com os aeroviários de maneira muito forte: a tentativa das empresas em reduzir custo, cortando postos de trabalho. Em relação aos aeroviários, fica mais difícil de o público usuário perceber, porque se dá de maneira sutil e muito perigosa.

Onde isso ocorre de maneira mais concreta? Vou começar falando sobre uma função que tem extrema importância na segurança de voo, a dos companheiros mecânicos de manutenção de aeronave.

Estão fazendo com os mecânicos o que fizeram com os comissários: na medida em que as empresas não contratam, o profissional dobra a sua jornada na pista, e isso compromete a qualidade do seu serviço.

Todas as duas categorias são regulamentadas, por isso, são categorias diferenciadas.

Assim como a regulamentação profissional dos aeronautas diz que eles só podem voar – pousar e decolar – determinados voos, a nossa, a do aeroviário, diz que o trabalhador aeroviário de pista só pode trabalhar seis horas; no máximo, pode ter duas horas extras, e não pode ser permanente, todos os dias, para que o cansaço e a fadiga não comprometam a sua capacidade técnica.

As empresas aéreas vêm constantemente... Temos inúmeras denúncias no Ministério Público do Trabalho, que é lento para investigar e que muitas vezes é enganado pelas empresas, porque elas diluem as dobras dos trabalhadores em horas extras no mês para disfarçar a dobra de jornada na pista. Esse é um dos profissionais que, hoje, vem sendo mais sacrificado dentro da aviação.

Vale lembrar que, junto com os aeronautas, os aeroviários são responsáveis pela segurança de voo. Na medida em que esses trabalhadores vêm sendo sacrificados com as suas dobras de jornada, com a não contratação de mão de obra, para economizar, estamos colocando em risco uma das aviações que já foi uma das mais seguras do mundo. É só vermos o número de acidentes ano passado: ficou em torno de 160 acidentes com vítimas no Brasil, principalmente na aviação, digamos, executiva, que é a que tem mais acidentes.

Mas temos inúmeros incidentes que não vêm a público e que são comprometedores. Só nesses quatro primeiros meses do ano, estamos com quase 60, mostrando para nós que chegaremos ao final do ano com um número maior de acidentes do que o do ano passado. E culpo a Agência Nacional de Aviação, que vem flexibilizando as leis, que vem se portando de maneira unilateral, sem discutir com os atores mais importantes, que são aqueles que conhecem firmemente a

aviação e que sabem, com certeza, dar contribuições para melhorar.

Então, as duas categorias estão sob o ataque permanente das empresas aéreas, por ganância. Não conseguem fazer política de economia, travaram uma guerra tarifária fratricida nos últimos dois anos, e a consequência do que o representante patronal disse ainda há pouco, dos milhões de prejuízo, é em função da sua incompetência administrativa de ter visão... E a contrapartida é economizar em cima dos trabalhadores, diminuindo a contratação e fazendo, no caso dos aeronautas, diminuindo... No dia que eles puderam, eles vão diminuir também os pilotos. Se nós deixarmos, se nós não reagirmos, qualquer dia eles vão colocar um computador para sair daqui de Brasília e ir a Nova York, do Galeão a Paris, e assim consecutivamente. É muito importante que essa audiência tenha o peso necessário para que possamos reagir a partir de agora e dar um basta nessas contradições. A Anac anda elaborando lei e esse não é o papel, o papel dela é fiscalizar.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Só para que todos tomem ciência, nós convidamos a Anac, e a resposta que a Anac deu está aqui, vou ler para vocês, para que fique bem claro. Pelo que percebo, devemos ter outra audiência com a presença da Anac.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Paulo Paim

[...]

Senhor Presidente,

Referimo-nos ao Ofício nº 35/2012 – Presidência/Casemp, de 16/05/2012, por intermédio do qual Vossa Excelência convida o Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, Diretor-Presidente desta Agência, para participar de audiência pública, a ser realizada no dia 22 [hoje], [...] no Senado Federal, com a finalidade de debater a "Situação dos trabalhadores do setor aéreo e o Fundo de Pensões 'Aerus'".

[Resumo.] De ordem do Diretor-Presidente, informo a V. Exª que o assunto não constitui matéria de apreciação da Anac, por não se enquadrar no âmbito de suas competências, ainda que as condições de trabalho do pessoal da aviação civil seja objeto de regulação e acompanhamento desta Agência. Ressaltamos ainda que compromissos anteriormente agendados, como a Reunião de Diretoria que acontece todas as terças-feiras na Agência, impedem o comparecimento do representante no referido evento.

Tudo bem que há reunião da diretoria, essa é uma justificativa da não presença, mas, pelo que ouvi de quase todos os convidados aqui, é procedente sim, então, nós vamos marcar outra audiência para que a Anac se posicione sobre os temas aqui falados, principalmente sobre a situação dos trabalhadores do setor.

Graziella, por favor.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – A minha sugestão, Senador, se houver essa possibilidade de convocar a Anac, a gente convoque também o Cenipa. Por que eu acho importante? Como bem o Coronel citou, o Cenipa é um órgão de prevenção e investigação. E o que queremos é prevenir. Por que estamos dizendo isso? Vou citar um exemplo, Senador, porque acho importante, a gente não tem noção. Assistimos aos depoimentos aqui, e a gente fica: mas será que o passageiro sabe bem o que é isso? É bem aquela confusão, acho que foi meio satirizado, mas é para impactar mesmo, porque a questão é muito séria, e aí a gente precisa dar um pouco de som, de vida àquilo que você está querendo apresentar.

Na verdade, por exemplo, se a gente tiver um pouso, nós tivemos uma situação de um acidente em São Paulo, MX, não sei se o Coronel lembra, já faz alguns anos, uns 30 anos, mais ou menos, na pista de Congonhas. Ele pousou, quebrou, bateu o motor na pista, começou a pegar fogo. Uma pessoa abriu a porta traseira do avião; na verdade era tudo o que não poderia ser feito naquele momento, porque o fogo vinha da turbina, entrou pela porta traseira e a primeira coisa a explodir foram as garrafas de oxigênio, que estão dentro do avião para atender aos passageiros, em caso terapêutico ou de alguma emergência. Então, um passageiro abrir uma porta que não pode ser aberta, é matar todo mundo. A gente chama a atenção, principalmente do nosso companheiro que eu sei que viaja todas as semanas, o Deputado Molon.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai usar a palavra em seguida.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – O Senador Lindbergh Farias, que outro dia questionou: "Graziella, um absurdo, eu vim do Rio para cá, me puseram na primeira poltrona"... Claro, há algumas preferências dos passageiros, e algumas empresas estão se aproveitando disso, as primeiras poltronas são chamadas de *confort*, você paga a mais, porque ela é mais larga, em compensação, você é obrigado a salvar todas as pessoas, porque ele chega lá no passageiro sentado na primeira poltrona, o comissário, e diz: "Se houver alguma emergência eu, que estou aqui na frente", a comissária, sozinha, "eu abro essa porta e o senhor vai abrir aquela". Agora, o usuário não sabe qual porta ele pode abrir, ele não tem o treinamento, o condicio-

namento, a orientação como nós precisamos ter. E aí eu vejo que o Cenipa é de suma importância.

Eu sei que tem aí um mau ambiente entre o Cenipa e a Anac. Agora, eu quero entender o Cenipa mais do que tudo, eu não gostaria que existisse investigação de acidente, eu gostaria que existisse prevenção de acidente. E o que estamos sugerindo é prevenção. Por que eu estou dizendo isso, Senador? Porque muitas empresas, nós falamos aqui especificamente da GOL, que aplicou a modalidade de redução de comissários neste momento, mas teve empresa que foi junto até a Justiça falar em nome da Anac para ter uma certificação de um avião para voar com menos um comissário, que foi a empresa Azul. São quatro portas e lá, desde o início, só voam três comissários. A TAM já foi autorizada com a redução de comissários sim, em alguns equipamentos. E a WebJet também, ou seja, isso não está restrito só para uma, a questão é séria, é importante, nós temos que prevenir por todos os aspectos que foram citados.

Volto a dizer, a Agência nos parece extremamente simpática às demandas das empresas, quando, na verdade, ela teria que regular e fiscalizar. A gente detecta que a Agência não fiscaliza, permite o descumprimento da regulamentação profissional do aeronauta e ainda atende aos pedidos que as empresas fazem, em busca de redução de despesas, o que é lamentável, Senador.

Com toda essa política de crescimento, com toda a necessidade de maior número de empregos, maior segurança em tudo o que estamos fazendo pelos eventos que possivelmente teremos e tudo o mais, no entanto estamos andando para trás no lugar de andar para frente. Esse é o meu entendimento.

Rogo ao Cenipa – rogo ao Cenipa! – que traga uma sugestão coerente, até para que a gente possa prevenir acidentes, como já ocorreram no passado, em abrir porta quando tem fogo e não pode, foi usuário que abriu; abrir porta quando cai no rio Amazonas, e o passageiro abriu a porta lá atrás, a água entrou e matou trinta passageiros, os que estavam na frente se salvaram, porque um usuário, sem saber, em pânico, sem treinamento, sem condicionamento, o que ele quer? A vontade dele é sair de lá, ele não vê onde, não vê como, ele abre, porque abre mesmo, não consegue tentar evitar, caso não haja alguém com capacidade.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Graziella.

Passamos, de imediato, ao Deputado Federal Molon, que eu já havia anunciado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Obrigado, Senador.

Antes de mais nada, aguardei a apresentação dos membros desta Mesa para não interromper a ordem dos trabalhos, mas a minha manifestação vai ser sobre o caso Aerus. Antes, porém, eu quero cumprimentar V. Exª não só pela realização dessa audiência pública, mas pelo compromisso de V. Exª com essa causa, com a causa dos trabalhadores e pensionistas do Aerus, dos ex-trabalhadores da Varig e também com essa causa da segurança na aviação.

Eu não conheço a fundo o assunto aqui apresentado, tomei conhecimento em detalhes nesta manhã – refiro-me à segunda Mesa –, mas penso que qualquer economia feita por empresa aérea não pode atingir o campo da segurança. Qualquer redução de custo no serviço no bordo não pode, em hipótese alguma, colocar em risco a segurança de quem está viajando. Parece-me que qualquer economia nessa área é temerária e deve ser rejeitada pelo Congresso Nacional, pela Anac e pelas autoridades do setor.

Senador, quero apenas me colocar à disposição de V. Exª. Pelo que soube aqui, não pude acompanhar desde o início essa audiência pública, pelo que me consta o encaminhamento foi um pedido de audiência à Advocacia-Geral da União. Quero me colocar à disposição de V. Exª, se for do desejo de V. Exª, para acompanhá-lo na audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já está convidado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PT – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Eu acompanho esse caso há muitos anos. No ano passado, os pensionistas do Aerus tinham a expectativa de que até o Natal se resolveria essa situação dos milhares de trabalhadores que há anos são humilhados com a falta das suas pensões, esquecidos pela falta de um acordo e que se encontram, muitos, em situação de extrema penúria. Cerca de seiscentos já morreram e outros milhares não têm dinheiro para comprar remédios, justamente na fase das suas vidas – e V. Exª sabe disso, V. Exª é um defensor dos aposentados –, justamente numa fase da vida em que os recursos são mais necessários para tratamentos de saúde. Justamente nessa fase, as pessoas que trabalharam a vida inteira e contribuíram a vida inteira para ter uma aposentadoria minimamente digna estão morrendo na miséria.

Então, quero me colocar à disposição de V. Exª para acompanhá-lo na audiência da AGU. Ano passado, já participei de algumas reuniões sobre o caso Aerus e infelizmente chegamos a mais um Natal, ano passado, sem que isso fosse resolvido.

Agora, já são seis anos da decretação da liquidação do Aerus, 12 de abril de 2006, passamos já para

abril de 2012. Não é possível que se termine mais um ano sem que se chegue a esse acordo, quando, infelizmente, para a nossa tristeza, o Governo Federal teve responsabilidade sobre isso por conta de sua omissão na fiscalização da saúde financeira do Aerus.

Portanto, nada mais justo que o Governo faça a sua parte também em defesa da dignidade da vida de quem contribuiu, de quem acreditou no Estado brasileiro. É dever da União, e eu quero estar junto de V. Exª na luta por justiça nesse caso.

Muito obrigado e parabéns pela dedicação de V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço, Deputado Federal Molon.

Cumprimento V. Exª, que tem vindo ao Senado por diversas vezes com temas de interesse dos trabalhadores, dos aposentados, dos pensionistas, dos deficientes, e V. Exª é um aliado, com certeza, não nosso, mas dos trabalhadores, de todo o nosso povo, tão sofrido. Mais uma vez o seu depoimento vai nesse sentido.

Marcaram uma reunião que o próprio Advogado-Geral da União propôs. V. Exª receberá o convite desta Comissão.

Vamos abrir a palavra ao Plenário.

Pergunto se um dos nossos painelistas ou convidados... Só peço que use o microfone e cite seu nome.

O SR. CARLOS HENKE – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu o conheço de muitos anos, mas peço que ele mesmo se identifique.

O SR. CARLOS HENKE – Bom dia a todos. Meu nome é Carlos Henke. Eu sou um participante do Aerus, um aposentado, e eu queria só complementar algumas coisas que já foram ditas, inclusive pela Celso.

Uma coisa que precisa ficar muito clara, que o pessoal fala muito, é o seguinte: nós fomos os únicos a cumprir a nossa parte no contrato, nós, os participantes, e hoje estamos "pagando o pato" por termos feito tudo como deveria ter sido feito. Nós falamos aqui em seis anos. Eu estava conversando com o Celso há pouco: não são seis anos, são mais de 2.200 dias. Imaginem acordar a cada dia e lembrar de que a sua pensão ainda não voltou, que não tem dinheiro, não só para medicamentos, está faltando dinheiro também para comida. Tem gente que recebe R$60 e tem gente que não recebe nada. Então, isso é muito grave. A gente já tinha feito um material e eu gostaria de ler. Diz o seguinte:

Seis anos, 2.200 dias. É muito tempo quando, aos olhos de uma criança, é uma vida pela frente, mas aos de um idoso é uma melancólica contagem regressiva. Se perde o que se havia conquistado para ter uma terceira idade digna. Faça um exercício e reduza seus vencimentos em 92% e mantenha plano de saúde, medicamentos e alimentação. Se perde qualidade de vida. Se perde a confiança nas instituições. Se perdem os companheiros de luta: desde 12 de abril de 2006, data da intervenção, o número de óbitos aumentou em 20% [o número de óbitos aumentou, depois da intervenção, em 20%]. Se perde a dignidade, mas não se perde a esperança nem a vontade de lutar por dias melhores. A demora de uma solução nos leva a refletir: os idosos são realmente respeitados neste País?

Era isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Carlos.

Confesso, Carlos, que esses dias fui à tribuna e li uma correspondência que recebi pelas redes sociais – e recebo toda hora. E a mesma pessoa me questionou na Rádio Guaíba. Eu disse na tribuna: "Olha, eu ouvi, respondi e disse que falaria da tribuna do Senado." E falei, porque ela me mandou, inclusive, disse que ia ficar controlando e ficou controlando. A pergunta que ela faz foi: "Por que, Senador Paim", e eu faço parte deste Governo, "por que o teu Governo não gosta de idosos velhos e aposentados?". É uma frase forte. Me calou fundo quando eu a ouvi na Rádio Guaíba. E eu vim e disse que eu iria repetir aqui na tribuna do Senado, e eu repeti, e repeti pela força da frase. Por que o meu Governo, de que eu faço parte, responde ao interesse de todos os setores, mas não responde ao interesse dos idosos, dos velhos e dos aposentados? E claro que eu disse para ela que eu acredito na sensibilidade, na mesma linha da carta que você disse, e eu tenho muita esperança de que a gente possa atender a esse setor, porque o nosso Governo ainda não atendeu.

E eu espero que agora o caso do Aerus, que está mais próximo, seja a primeira demonstração de que o Governo de que eu faço parte tem compromisso com os idosos.

É claro que, na mesma linha – e o Molon sabe mais do que ninguém porque é militante também – que a gente possa acabar com o fator previdenciário, que é um assalto ao bolso dos mais pobres. Só pega os mais pobres, os altos salários não pega, inclusive nós aqui, não pega. Quem é do Executivo, Legislativo e Judiciário, não pega.

Eu tenho essa esperança ainda de ter uma política para os aposentados que contemplaria, com uma política dos aposentados, o próprio Aerus, que não tem uma política.

Por isso que eu entendi a firmeza da carta que você aqui leu e, se você me der uma cópia, eu vou

ler também lá da tribuna do Senado, na primeira hora quando iniciar os trabalhos da tarde.

Meus cumprimentos àqueles que elaboraram a carta. (*Palmas.*)

A palavra está em aberto ainda.

O SR. ZOROASTRO FERREIRA LIMA FILHO – Meu amigo, Dr. Paim, já estamos acostumados a estar sempre nas manifestações, sempre presente aqui. Mais uma vez, estava sentadinho naquela mesa de lá, e o senhor me incentivou: "Lute, continue lutando." Continuo lutando. Hoje, um grupo nosso aqui, pouquíssimos na realidade, fomos obrigados a levantar 3 horas da manhã para pegar um avião às 6 horas para poder chegar aqui em tempo, para chegar aqui e, mais uma vez, eu vou retornar com saudades. Infelizmente, não resolveu nada. Vi papo, conversa; vai me perdoar. No Rio, o que está se passando lá no Rio, principalmente, Paim? Desculpe-me, Senador Paim. O que está se passando lá? O pessoal está desesperado. Então sai... Os senhores recebem muitas cartas que não deveriam nem ter sido escritas, porém, eles estão num desespero total. Eles já não sabem mais o que fazer. Eles estão numa esperança única: acordo. Acordo. Cadê o acordo? Será que vai ficar mais... Quanto tempo nós vamos ficar esperando esse tal acordo?

Não tem acordo! Para mim, o senhor vai me perdoar, eu não acredito mais que vai haver acordo, porque está uma coisa fácil: o Aerus, através do interventor lá... Vai me desculpar, mas eu abro o jogo mesmo, eu não tenho papas na língua. O Aerus está soltando, está para soltar agora, mais uma vez, que foi estendido às merrecas que eles estão nos pagando... Porque o Plano I recebe merreca, porque 80% do que nós teríamos direito nós não recebemos. Então, é em torno de 8% que nós estamos recebendo; 80% seria o desconto. Oito por cento.

E agora ele resolveu soltar, ainda não soltou a circular, mas vai soltar uma circular dizendo que conseguiu mais dinheiro para prorrogar o nosso sofrimento. Nós não queremos sofrimento, nós queremos o que é nosso. Viver hoje com 8% é uma desgraça. O INSS, que nós pagamos 20 salários, ficou reduzido... Eu vou citar o meu exemplo, o meu caso: paguei a vida inteira 20 salários. Aposentei-me com 12,5 salários. Consegui aposentar porque não quiseram pagar os 20 e nem me devolveram nada. Agora o que aconteceu mais? Estou reduzido a 5 por causa desse famigerado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fator.

O SR. ZOROASTRO FERREIRA LIMA FILHO – Fator de previdência que nos cortou. Vai demorar um pouquinho e eu estarei ganhando um salário mínimo. Trinta e oito anos de trabalho para ganhar um salário mínimo. Eu não podia contar com o INSS, porque nós ganhávamos bem mais, saíamos perdendo grande parte. E agora? Como é que nós ficamos? Acreditamos, pagamos nesse fundo de pensão Aerus. Por más administrações, nós é que vamos pagar o pato? Porque nós sempre cumprimos. Está certo o que o Carlos falou. O Carlos falou certíssimo. Nós estamos sendo os mais sacrificados. A troco de quê? Vou voltar então, mais uma vez para lá: "Pessoal, nada feito. Promessa está lá, acordo; mas não saiu."

Era isso o que eu queria dizer. É um desabafo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E fez bem; fez bem.

Alguns dos nossos convidados querem usar a palavra? Se não, vamos para as considerações finais.

Comandante Gelson?

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Quero agradecer a oportunidade, mas voltar a insistir no assunto da gravidade de uma evacuação real, de emergência, com fogo e fumaça: pessoas irão perder a vida. Este é o ponto que o Cenipa tem que trabalhar: prevenção.

Eu tive uma situação de emergência real em que a gente orientou os passageiros a descer pela escada traseira de uma aeronave, o 727.

Uma senhora desesperada abriu as janelas de emergência, saiu pela asa afora, pulou pela ponta da asa e quebrou as duas pernas. Aí a tripulação é que passou a ser responsabilizada pela evacuação.

Então, o passageiro sofre, se machuca e vai até morrer queimado, e no fundo, de repente, é capaz até que a Justiça culpe as tripulações pela sua ineficiência.

Então, tem que ficar claro para o Cenipa, para a Agência Nacional, que está sendo irresponsável. Eu falo com clareza: irresponsável, porque isso foi feito atabalhoadamente para interesse das empresas. Então, isso tem que ficar registrado aqui, e que esse sindicato irá responsabilizar a Anac se por ventura, em curto espaço de tempo, em médio espaço de tempo ou no futuro, pessoas vierem a morrer numa evacuação por fogo e fumaça.

Só quem viu sabe como é complicado e difícil. Ninguém da Agência viu isso. Ninguém dessas empresas aéreas atuais viveu uma evacuação de emergência nessas condições.

Então, é um alerta sério que eu faço para o Congresso Nacional, para o Cenipa e para a sociedade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Vamos agradecer aos sinais do Comandante Gelson.

Diretor Arturo com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. ARTURO SPADALE – Quero agradecer também o convite de ter participado aqui desta audiência e colocar que nós não tivemos chance de trazer a pessoa ideal para estar falando do assunto. Então, eu gostaria que, numa outra oportunidade, pudéssemos trazer as pessoas, vamos dizer, adequadas para discutir esse tema. Nos colocamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já fica convidado, porque teremos um encontro com a Anac, e os senhores serão convidados. Daí manda então essa pessoa que o senhor entende mais adequada para o debate. O.k.?

A gente agradece, e cumprimento a V. Exª também.

Passamos a palavra de imediato ao Luiz Sergio de Almeida Dias.

O SR. LUIZ SERGIO DE ALMEIDA DIAS – Senador, de fato, agradeço a oportunidade para que a gente esteja num espaço como este, tendo a condição de que alguém nos ouça, ouça a voz do trabalhador na representação dos seus sindicatos e federações. Obviamente, o comandante Fochesato tem toda a razão quanto a essa preocupação e até no fato de responsabilizar a Agência por conta de um ato extremamente antidemocrático de não compactuar com os trabalhadores, ou pelo menos não buscar o diálogo com os trabalhadores; simplesmente, ouvido um dos lados, que seria no caso as empresas, ceder a esses apelos empresariais, em detrimento... Por questões econômicas, nós vemos aí a situação de segurança bastante comprometida nesse aspecto.

Então, Senador, quero reforçar de fato essa necessidade de a gente voltar a fazer uma discussão, colocar a Agência numa mesma Mesa nisso aí. Obviamente, o Cenipa, com a questão da prevenção, deve estar junto conosco e tentar, pelo menos, sensibilizar a Agência para o erro que ela está cometendo numa situação como essa... Eu acho que todos nós ganhamos, público, usuário e tripulantes de uma forma geral.

Então, mais uma vez, obrigado pela oportunidade e um bom dia a todos aí. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Luiz Sergio Dias, do Sindicato Nacional.

Agora o Coronel Aviador Frederico Alberto, coma palavra para as suas considerações finais.

O SR. FREDERICO ALBERTO MARCONDES FELIPE – Gostaria de agradecer, Senador Paulo Paim, pela oportunidade de estar aqui nesta manhã.

Quero dizer que o Cenipa está pronto para colaborar com as discussões sempre e só enfatizar que a prevenção de acidentes aeronáuticos é uma responsabilidade de todos, de acordo, inclusive, com a Lei nº 7.565, o Código Brasileiro de Aeronáutica, que estabelece que é uma responsabilidade de todos. E o Cenipa vai estar sempre pronto para colaborar, dentro das suas competências, para auxiliar na prevenção de acidentes aeronáuticos no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Coronel Frederico, pelo Cenipa.

Ao Francis Bicca, Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, eu quero agradecer. Conforme acordo que firmamos, ele esteve conosco durante toda a nossa audiência, do início ao fim, e levará para aquele órgão o que aqui foi discutido.

Passo a palavra, neste momento, ao coordenador geral de Regimes Especiais da Superintendência Nacional da Previdência, Dr. Dagomar.

O SR. DAGOMAR ALÉCIO ANHÊ – Senador, somente para parabenizá-lo pela luta, agradecer o convite e deixar bem claro que a Previc está pronta. Se eventual acordo for firmado, nós estamos prontos para implementá-lo, na forma em que for pactuado.

Uma boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Dagomar, que bota a Previc à disposição do acordo firmado para dar os encaminhamentos finais.

Passo a palavra ao Celso, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil para as suas considerações finais.

O SR. CELSO KLAFKE – Eu também gostaria de, mais uma vez, Senador Paim, agradecer este espaço privilegiado que nós, trabalhadores do setor aéreo, do Aerus, enfim, temos tido aqui no Senado.

Quero falar da importância que este espaço aqui nos proporciona. Eu queria também falar da qualidade desse debate que houve aqui. Foi muito interessante ouvir todas as falas e apresentações. Quero dizer que, contando os desabafos aí, que são importantes, eu continuo otimista, vamos chegar a um bom termo nessa questão do Aerus e vamos continuar perseguindo esse acordo. E esperamos a audiência da próxima semana para ir junto à AGU e conversar sobre esse assunto.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Celso, líder sindical da federação nacional da entidade.

Passamos a palavra, para suas últimas considerações, à Graziella, que é Diretora de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Senador, mais uma vez, a todos os presentes, àqueles que estão nos assistindo e que estão ansiosos por uma notícia, eu

insisto... Estou olhando aqui a AGU na minha frente, a Previc, aqui com 20 graus aqui de diferença, e eu confesso, Senador, que eu estou como o senhor. Eu continuo otimista. E eu tenho certeza que eles não vão nos decepcionar.

E eu quero pedir para os que estão nos assistindo um pouco mais de tranquilidade, confiar um pouco neste momento que nós estamos vivendo, que é um momento bastante importante e um momento bastante crítico, seja qual for a saída para essa questão do Aerus. Nós não temos medo. Se vier o acordo, ótimo. Se tivermos que ir para a Justiça, ótimo também. Nós não temos nenhum receio. A gente quer é uma solução rápida.

Então, eu faço um apelo aos aqui presentes que tenham condições de intervir, de acelerar, principalmente a AGU e a Previc, que o façam. Com certeza, farão mais do que 20, 30, 40 mil pessoas felizes, porque tem todos os seus desdobramentos, seus familiares e tudo. E talvez, Coronel, faça a aviação mais segura também, não é? Porque é voltar a acreditar nas instituições, até a questão do Aerus nos fará acreditar nas instituições, caso esse assunto vier a ser resolvido rapidamente.

De qualquer forma, quero estar aqui comemorando, Senador. Acho que, diferentemente do Celso, eu quero voltar aqui para a gente comemorar o acordo, sim, e fazer uma audiência de comemoração.

Primeiro, a gente comemora e depois a gente chama a Anac.

Eu queria dar meio centímetro da minha despedida para o comandante Tomaz, que chegou um pouquinho atrasado. Ele tem também toda a base dele preocupadíssima, porque toda esta nossa discussão a gente fala só de Varig, não é, Dagomar? Mas nós estamos extremamente empenhados porque temos uma massa significativa na empresa, também com todos os problemas de todos os participantes da Varig. Não posso deixar de lembrar também o nosso empenho na busca de uma solução para o Aeros da Vasp, pelo qual temos que nos empenhar um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Comandante Tomaz.

O SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ – Bom dia a todos.

Senador, eu gostaria de agradecer. Hoje, de certa forma, estou um pouco emocionado porque acabei de perder um irmão e vim para cá, por isso cheguei atrasado.

Eu queria cumprimentar o Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deputado Alessandro Molon

O SR. FRANCISCO JOSÉ TOMAZ – ... que está engajado nessa luta por ser jovem. Muito obrigado, Deputado. Fiquei muito impressionado com o seu pronunciamento, ajudando aí o nosso Senador Paulo Paim, que vem nessa luta já há muito tempo: seis anos não são seis dias.

Hoje, eu diria que os assistidos do Aerus estão mais desassistidos do que assistidos, mas, quem sabe, a gente chegará a uma solução paliativa, de um bom termo, para que amenize a dor desses desassistidos.

Era só isso.

Realmente, muito obrigado, Paulo Paim e a todos.

Era só isso que eu tinha para falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Selma.

A SRª SELMA BALBINO – Eu só complementaria. Neste momento, eu acredito que só uma coisa é capaz de acelerar esse acordo: pressão política, que nós todos nos empenhemos para que, através da pressão política, nós possamos sensibilizar o Governo, a Presidente Dilma, que será a responsável, acho que decisivamente, para que esse acordo seja homologado. Então, todas as pressões políticas que a gente puder fazer, já que há o conforto necessário, dado através do Senador Paulo Paim, através da lei que tramitou aqui no Senado, para que o Governo possa fazer o acordo e não ter nenhum problema político por trás disso, posterior, acho que as pressões políticas têm que se intensificar. Nós, com certeza, se formos unidos nessa pressão política, aceleraremos esse acordo para que seja resolvido definitivamente o problema dos assistidos e dos demais trabalhadores da Varig.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim e demais Senadores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Selma.

Deixe-me só concluir, rapidamente.

Foram, na verdade, dois encaminhamentos: um, faremos outra reunião para discutir a questão dos funcionários das empresas aéreas e a questão, naturalmente, das demissões, com a presença da Anac, ou da redução de quadro, conforme previsto aí, pelo que foi dito, principalmente de quatro para três; e a segunda questão é essa nossa reunião na AGU, que foi-me feita, digamos, a indicação pelo próprio Ministro. Faríamos uma conversa lá e tentaríamos fazer já na semana que vem para que se encerre esse assunto durante o mês de maio.

E, por fim, é só agradecer a presença de todos, tanto os painelistas como os nossos convidados.

Eu continuo dizendo que sou um otimista, vou na linha do que a maioria falou aqui, mesmo aquele senhor que falou – e teve que dar entrevista agora ali fora – que saiu de casa, se não me engano, às três

da manhã para pegar o voo para chegar aqui. Tenho muita esperança de que essa luta dele não vai ser vã, nem a de vocês todos que se deslocam quando são convidados.

Lá, no meu Rio Grande, quando chego, sempre, em qualquer atividade que tenha, está lá o pessoal do Aerus presente, marcando a sua posição e lembrando sempre a causa. Calculem os senhores que, se todos nós estivéssemos desanimados, esta reunião não existiria, não haveria perspectiva nenhuma, sequer de construir um acordo, ou talvez nós tivéssemos dito já, porque teríamos desanimado: "Ah, lá no Supremo, não vai dar em nada mesmo, nós vamos perder mesmo", mas não é isso. Estou vendo ali: "SOS Supremo Tribunal Federal. Acordo Aerus já!". É isso que mantém viva essa chama que ilumina o caminho de todos nós. E que bom vê-los aqui, vocês todos, mesmo protestando, mesmo questionando: "Será que é só mais uma reunião?". Mas vieram, porque, no fundo, acreditam que é possível e sabem que a Justiça está do lado de vocês, senão vocês não estariam aqui. Mesmo aquele que protesta, mesmo aquele que xinga Senadores e Deputados, é porque ele está acreditando que, com aquela xingação dele, vai gerar uma reação positiva. Então, no fundo, ele também acredita.

Então, vamos sair daqui com essa esperança, com esse otimismo. Que a luta de vocês e de tantos que já morreram, mais de seiscentos, não seja vã. Que haja o acordo; vamos ouvir o Supremo. E que a gente consiga resolver isso e, como disse aqui o Molon – permita-me, Molon, usar um termo seu –, que a gente não chegue no Natal de novo dizendo: "Olha, não deu outra vez e vamos começar de novo a pensar no Natal do ano que vem." Que este Natal seja um Natal efetivamente de festa, de alegria, e que os nossos companheiros, trabalhadores aposentados e pensionistas, vejam a sua pequena solicitação... Porque é pequena: "Só devolvam aquilo que nós temos de direito porque pagamos." O. k.?

Um abraço a todos.

Encerrada a audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013.

Às onze horas e doze minutos do dia doze de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ana Amélia, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Randolfe Rodrigues, Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Vital do Rêgo, Luiz Henrique, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Cyro Miranda, Paulo Bauer e Magno Malta. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação do relator. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2011 – Complementar**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despesas com cultura não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira". O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira e o parecer favorável é aprovado. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui o exercício social da profissão para garantir

emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É aprovado o Requerimento nº 2/2013-CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira, para realização de Audiência Pública de instrução do presente projeto (ver Item 11). A matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 11: Requerimento nº 2/13-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ataídes Oliveira, que requerem "... Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão". O Requerimento é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 3/13-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Vital do Rêgo, que requerem "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto para ouvirmos a professora Jonilda Alves e seus alunos". O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador João Vicente Claudino, requer, oralmente, a inclusão extra-pauta do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2008, o que é aprovado **(ver Extra-Pauta: Item 14)**. Neste momento, a presidência esclarece ao plenário que, por decisão desta Comissão, aprovada no ano de 2011, os projetos de natureza autorizativa ficariam sobrestados até o pronunciamento final da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre sua constitucionalidade, porém, como a deliberação do PLS 195, de 2008, ocorreu em data anterior à decisão supracitada e se encontrava em turno suplementar, o projeto se encontra apto a ser incluído em pauta. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 14: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador José Nery ao **Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Esperantina, Estado do Piauí". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 15: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Convido os Senhores Senadores para o lançamento da 14º edição da revista Em Discussão! sobre o tema Educação: Salto de qualidade é urgente, a ser realizado no próximo dia 19 de março, às 18 horas, no hall de entrada da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal. O evento será organizado por esta Comissão em parceria com a Secretaria Especial de Comunicação Social. Informo que o convite será posteriormente enviado ao gabinete dos Senhores Senadores, por meio eletrônico". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Presidente da CAPES, Jorge Almeida Guimarães, e do Representante da UNESCO no Brasil, Lucien Muñoz, para o Seminário Internacional 'Educação Comparada e Novas Abordagens na Formação Docente' e para o lançamento do livro 'Educação comparada: panorama internacional e perspectiva', a serem realizados no próximo dia 19 de março, quarta-feira, das 8h30 às 18h30, no Auditório do edifício-sede da CPES, Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Brasília/DF". A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 4: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2012; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011; Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011 e Item 12: Requerimento, de autoria do Senador João Capiberibe**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a **Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia**, encerra a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTA (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a sua aprovação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Nós temos uma pauta de votações hoje e eu queria convidar a Senadora Maria do Carmo Alves para a leitura do seu relatório.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2009
– Terminativo –

Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimentos escolares de educação básica.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Se V. Exª preferir, Senadora, pode ir direto à análise da matéria e em seguida ao voto.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco/DEM – SE) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria se enquadra entre aquelas passíveis de apreciação pela CE, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual a ela compete opinar sobre o mérito de proposições que envolvam, entre outros assuntos, normas gerais sobre educação e outros temas correlatos. No presente caso, por ser a única Comissão a examinar a matéria, deve a CE pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa empregada.

Constava dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e vigente até o início de 2011, a previsão de elaboração, para todos os níveis da educação básica, de padrões mínimos nacionais de infraestrutura compatíveis com as realidades regionais, incluindo, entre outros itens, a edificação, iluminação, insolação e ventilação apropriadas, espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar, além de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos.

O PNE 2001-2011 também condicionava a autorização, a construção e o funcionamento de escolas de educação básica ao cumprimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

Não obstante, levantamentos sobre a situação das escolas brasileiras de educação básica revelam a existência, até hoje, de estabelecimentos de ensino funcionando em condições extremamente precárias.

Tal constatação nos induz a concluir que a recomendação do PNE acima mencionada não estava sendo observada pelos entes federados responsáveis pela autorização, credenciamento e supervisão dos estabelecimentos de seu sistema de ensino, conforme preconizado nos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação, conhecida como LDB.

Nesse contexto, julgamos adequada e oportuna a iniciativa do Senador Cristovam Buarque de fazer constar em lei as exigências acima mencionadas. Acreditamos que essa medida poderá conferir maior grau de efetividade aos esforços de construção de um sistema escolar eficiente, capaz de garantir aos estudantes brasileiros uma educação de qualidade, conforme determina nossa Constituição Federal.

Assim, quanto ao mérito, somos completamente favoráveis à iniciativa do autor da proposição.

A nosso ver, contudo, a atribuição de competência ao MEC – para definir condições civis mínimas de construção e equipamentos – e os impedimentos de reeleição e de candidatura previstos no art. 2º da proposição são passíveis de questionamento quanto à constitucionalidade e à juridicidade.

Isso porque, de acordo com o art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal, "compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos". A propósito, cabe reforçar, consoante informação anteriormente apresentada, que o MEC já tem definidos os critérios mínimos para o ensino fundamental.

No que tange aos casos de inelegibilidade, vale lembrar que estão hoje especificados na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, não podendo, portanto, ser modificados mediante projeto de lei ordinária, sob pena de perverter a hierarquia estabelecida para as normas legais.

Quanto à técnica legislativa, salientamos que a edição de norma "avulsa" para tratar de temas já abordados em diplomas legais vigentes afronta a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, devendo, por isso mesmo, ser evitada.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, na forma da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 525, DE 2009

Altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para condicionar a criação de escolas de educação básica ao cumprimento das

condições nacionais mínimas de funcionamento definidas pela União.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 2º:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

.....

§1º A autorização de que trata o inciso IV ficará condicionada à comprovação de atendimento às condições nacionais mínimas de funcionamento definidas pela União.

..... (NR)

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte §1º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 2º:

Art.11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

.....

§1º A autorização de que trata o inciso IV ficará condicionada à comprovação de atendimento às condições nacionais mínimas de funcionamento definidas pela União.

..... (*NR*)

Era o que tinha a dizer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senadora Maria do Carmo Alves.

Coloco em discussão o Projeto de Lei do Senado nº 525, que acabou de ser relatado pela Senadora Maria do Carmo Alves, com substitutivo ao projeto original do Senador Cristovam Buarque. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos sobrestar a discussão da matéria, porque é uma matéria terminativa na Comissão e não temos quórum para as matérias terminativas.

Então, fica sobrestada a discussão e a votação para a próxima reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O senhor tem a relatoria do Item 1, do Item 2 e do Item 3. Como o Item 3 não é terminativo, Senador, sugiro, então, que V. Exª, aproveitando o quórum regimental, vá para o Item 3 e depois para o Item 4.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Srª Presidente, vou pedir a V. Exª a retirada de pauta do Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2012.

Esse projeto determina que os trabalhos acadêmicos de conclusão de curso terão caráter público, no prazo estipulado nos regimentos das instituições de ensino.

Eu leio o projeto de uma determinada ótica. Agora me surge uma dúvida a respeito da compatibilidade entre este projeto de lei e as normas jurídicas que regem os direitos autorais no Brasil.

Então, eu peço...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...a retirada de pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...a retirada de pauta para um reexame da matéria, sob essa ótica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É muito prudente a sua iniciativa, Senador.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O mérito é incontestável, mas eu queria ter certeza de que ele não colide com os princípios da legislação que rege os direitos autorais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Trata-se do:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 199, DE 2012
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para dispor sobre o caráter público dos trabalhos acadêmicos de conclusão de curso na educação superior.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O Senador Aloysio Nunes Ferreira pede a retirada de pauta para um exame melhor da matéria...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...desse aspecto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – ...sobre os aspectos constitucionais, para harmonizá-la com a legislação em vigor, porque pode haver conflito legal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, eu agradeço V. Exª.

Está retirado de pauta, a pedido do Relator.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 20, de 2011
Complementar
– Não Terminativo –

Altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com o objetivo de determinar que as despe-

sas com cultura não sejam objeto de limitação de empenho e movimentação financeira.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

O Senador Aloysio Nunes Ferreira está com a palavra como relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Vou direto à análise, Srª Presidente, Srs. Senadores.

A cultura, todos nós sabemos que, apesar de ser, de certo ponto de vista metafísico, quase a alma da Nação, expressão da sua diversidade, a criatividade do seu povo, também, hoje em dia, cada vez mais, tem uma dimensão econômica considerável. Nós sabemos todos o que representa para a vida de um país a economia criativa. Apesar disso, ela costuma ser, quando tratada pela ótica dos governos e das prioridades orçamentárias, sempre relegada a um plano muito, muito, muito inferior às demais funções do governo, ainda mais quando essas verbas minguadas são contigenciadas, o que leva à interrupção de projetos culturais importantes, montagem de equipes, enfim.

Por essa razão, a Senadora Lídice da Mata propõe que o orçamento da cultura não seja contigenciado e que seja também, ao lado dela, excepcionado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Considero relevante, importante e o meu voto é favorável, e não é porque a autora, a Senadora Lídice da Mata, seja a aniversariante do dia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não é um presente para ela, não.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, é porque acho que o projeto é bom mesmo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Por convicção, no mérito da matéria.

Em discussão o Projeto de Lei do Senado Federal nº 20, que acaba de ser relatado pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira e que trata de não haver contingenciamento das despesas ou dos investimentos, e prefiro chamar de investimentos com cultura, ou seja, que não sejam objeto de limitação, de empenho e de movimentação financeira.

Queria apenas aduzir, Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, além da questão da economia criativa, que tem tudo a ver com a questão de cultura, um país como o Brasil, num Ministério que tem um dos menores orçamentos, também a sua colega Ministra da Cultura gostará da aprovação disso, não por ela, porque os Ministros passam, são passageiros – é nossa colega, com todo o respeito –, mas pela instituição e pelas políticas públicas para a área de cultura. Queria cumprimentá-lo pelo relatório.

Como não é um tema terminativo, o quórum é suficiente para deliberarmos.

Então, os Senadores e as Senadoras que concordam com a relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira sobre esse Projeto da Senadora Lídice da Mata permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o Projeto.

Será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos e, posteriormente, para o plenário.

Temos matérias incluídas na pauta, a maioria delas são terminativas, Portanto, exigem quórum para as deliberações. Vamos, então, fazer uma seleção dos não terminativos, para ver se podemos... Há uma discussão, também na Comissão de Infraestrutura, sobre a questão do Estatuto da Juventude. O Relator desse Item 6, não terminativo, é o Senador Paulo Paim. A outra matéria é terminativa. O Item 7 é terminativo; o Item 8 é terminativo; o Item 9 é terminativo; o Item 10 é terminativo. O Item 11 são requerimentos, e os autores também, da mesma forma como prevê o Regimento Interno, não estão presentes, para fazer a defesa do seu requerimento. Em função disso, ficam também sobrestados os requerimentos e as matérias terminativas para a próxima reunião desta Comissão.

São as seguintes as matérias sobrestadas:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 168, DE 2012 – Não Terminativo –

Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas
Observações: *1– Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais*

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2011 – Terminativo –

Inscreve o nome de Sóror JOANA ANGÉLICA DE JESUS, no Livro dos Heróis da Pátria.
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Observações:
1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas
2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/11/12, 20/11/12, 04/12/12 e 05/03/13

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2011 – Terminativo –

Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará.
Autoria: Deputada Gorete Pereira
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria constou na pauta da reunião do dia 05/03/12
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2011 – Terminativo –

Denomina Rodovia Procurador Haroldo Fernandes Duarte o trecho da Rodovia BR-101/RJ, entre o bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, e a cidade de Parati, no Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Deputado Valdemar Costa Neto
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Favorável
Observações:
1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 13/11/12, 04/12/12 e 05/03/13
2– Matéria a ser votada em bloco

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 260, DE 2011 – Terminativo –

Denomina a Escola Técnica Federal localizada na cidade de Porto Nacional – Tocantins de Senador Antônio Luiz Maya.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Pela rejeição
Observações:
1– Na reunião de 13/11/12, a matéria foi lida e iniciada a discussão

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) –

ITEM 15

COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Convido os Senhores Senadores para o lançamento da 14º edição da revista Em Discussão! sobre o tema Educação: Salto de qualidade é urgente, a ser realizado no próximo dia 19 de março, às 18 horas, no hall de entrada da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal. Informo que o convite será posteriormente enviado ao gabinete dos Senhores

Senadores, por meio eletrônico.

A matéria vai ao arquivo.

É até bom mostrar. É muito bonita a capa da revista *Em Discussão*, que será lançada. Aliás, cabe registrar aqui o empenho, o talento e a efetiva dedicação que a equipe da Secretaria de Imprensa do Senado e os editores desta revista têm tido: foi discutida a questão ambiental com a Rio+20, fizeram uma edição especial para isso; fizeram uma edição especial sobre o Código Florestal; fizeram uma edição especial sobre acidentes de motos, na Comissão de Assuntos Sociais, de grande repercussão, que lançamos, inclusive, em Porto Alegre; também foi feito um balanço das questões da área social; e, agora, essa matéria *Salto de qualidade é urgente*, colocando todos os aspectos relacionados ao problema da educação no nosso País, do ponto de vista dos Municípios, dos Estados e também da União como questão federativa e nacional.

Está feito o convite.

COMUNICADO: *Comunico aos Senhores* (*as*) *Senadores* (*as*) *o recebimento de convite do Presidente da CAPES, Jorge Almeida Guimarães, e do Representante da UNESCO no Brasil, Lucien Muñoz, para o Seminário Internacional "Educação Comparada e Novas Abordagens na Formação Docente" e para o lançamento do livro "Educação comparada: panorama internacional e perspectiva", a ser realizado no próximo dia 19 de março, quarta-feira, das 8h30 às 18h30, no Auditório do edifício-sede da CPES, Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Brasília/DF.*

Os gabinetes vão receber o convite por via eletrônica.

Com a palavra o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Srª Presidente Ana Amélia, o requerimento constante do Item 11, de autoria do nosso brilhante Senador Paulo Paim, quero subscrevê-lo para que ele seja votado, Senadora: "Com fundamento no art. 93, inciso I, do Regimento Interno, requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei nº 168, de 2012. Os convidados serão enviados posteriormente (...)".

Quero subscrever esse requerimento do meu par Paulo Paim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nesse aspecto, como V. Exª está subscrevendo, então, o requerimento do Senador Paulo Paim, que tem apoio do Senador Ataídes Oliveira...

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 168, de 2012. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Esse projeto, para que se entenda, institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em Medicina que obtiverem seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.

A autoria é do Senador Cristovam Buarque, e agora, então, o projeto será submetido a uma audiência pública, que é o requerimento do Senador Paulo Paim e do Senador Ataídes Oliveira.

Os senhores... Aqui é bom porque, como no teatro – nós temos o ponto no teatro –, a gente tem o Secretário da Comissão, que, aliás, é muito eficiente, o Júlio Linhares. Então, eu queria submeter à apreciação dos senhores.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado e sobrestada, até a realização da audiência pública, dessa matéria e do projeto.

Queria também que os Srs. Senadores encaminhassem à Secretaria a relação dos participantes e convidados para essa audiência pública.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Como bem diz o ponto não eletrônico, físico e competente, que V. Exª tem à disposição, como todos nós temos na Casa – esta Casa é diferenciada pela competência da assessoria que nós temos –, eu acabei de subscrever o último item de pauta, o Item 13, e vim apressadamente. Eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos, até na companhia de V. Exª, quando V. Exª saiu para presidir estes trabalhos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Temos que nos virar nos trinta, não é, Senador?

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – É verdade.

Mas vim, inicialmente, para agradecer ao Senador João Capiberibe pela oportuna e diligente possibilidade e iniciativa de trazer aqui a Prof. Jonilda Alves e cinco campeões de matemática do meu Estado.

Presidente, ontem, eu tive, na companhia do Senador Ataídes, a oportunidade de falar sobre a nossa precária situação da seca que assola o nosso Estado. O Senador Ataídes foi de uma solidariedade muito grande. Falava-se muito sobre o Sertão da Paraíba, sobre a obra da transposição, que nós fomos acompanhar. Mas, hoje, nós vimos falar de alegria, porque, nesse mesmo Sertão, na cidade de Paulista, uma professora com um dom certamente divino consegue fazer da matemática, do bicho-papão do meu tempo de escola...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Do nosso tempo!

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – ...do nosso tempo de escola, algo prazeroso para os seus alunos. De tão prazeroso que é, lá, no Sertão da Paraíba, na cidade de Paulista, esses alunos conseguem concorrer em olimpíadas e vêm, ao longo dos anos, tanto em nível municipal quanto em nível esta-

dual e internacional, conseguindo medalhas importantíssimas.

Eu quero ler este requerimento, na íntegra, até em homenagem ao Senador Capiberibe, a quem agradeço, em nome do meu Estado, a oportunidade para distinguir esses professores e esses alunos.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO Nº 3, DE 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto para ouvirmos a professora Jonilda Alves e seus alunos.

No dia 03 de dezembro de 2012, a imprensa brasileira divulgou a notícia de que, no Sertão da Paraíba, em Paulista, cidade de 11 mil habitantes, os alunos de duas escolas públicas conquistaram dez medalhas, sendo cinco de ouro, na Olimpíada Brasileira de Matemática.

Em 2005, essa cidade recebeu menção honrosa na Olimpíada Brasileira das Escolas Públicas. Desde então, a cidade conquistou prêmios em todas as edições das olimpíadas de matemática, sendo os ganhadores alunos da professora Jonilda Alves.

Como se trata de um feito inesperado, tratando-se de uma pequena cidade no sertão nordestino, sem infraestrutura educacional, onde as aulas noturnas acontecem na casa da professora, e, ainda assim, tendo aquela cidade desbancado escolas tradicionais de grandes centros urbanos, requeiro audiência pública para que os membros desta Comissão possam conhecer detalhes dessa façanha e os métodos de aprendizagem empregados.

Finalmente, como se trata de exemplo a ser seguido pelo Brasil inteiro, sugiro sejam convidados:

1. Professora Jonilda Alves;

2. Os dez alunos medalhistas; e

3. Representantes do Ministério da Educação, estes para aprenderem a didática fantástica dessa professora.

Autoria: Senador João Capiberibe

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está em votação o requerimento do Senador Vital do Rêgo, que o subscreve e o faz com grande senso, não apenas para apoiar uma iniciativa, mas para exaltar, sobretudo, as virtudes dessa professora, que, vindo aqui, poderá ser um grande exemplo, estimulador até, para outros professores de matemática. E os alunos dirão como é fácil aprender essa matéria que quebra tabus também.

Queria cumprimentar a iniciativa do Senador João Capiberibe e a sua iniciativa, endossando esse apoio, porque, como V. Exª disse, são as contradições: um Estado com problemas graves – pobreza, seca, dificuldades –, e aí sobressai essa virtude maravilhosa da Prof. Jonilda Alves.

Imagino que o Senado, junto com o MEC, devam custear a vinda desses alunos e dessa professora como prêmio ao mérito que têm de mostrar o valor quando se quer e se dedicam a uma causa.

Cumprimentos ao Senador.

Coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Cumprimentos ao Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco/PMDB – PB) – Agradeço a V. Exª. Agradeço aos nossos pares.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Eu queria solicitar a inclusão extraordinária em pauta do PLS nº 195, de 2008, que aguarda a votação do turno suplementar. Já houve a primeira votação. Como já é um projeto de 2008, eu gostaria de solicitar essa inclusão em pauta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu submeto a inclusão da matéria como item extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão extrapauta.

É o seguinte o item incluído extrapauta:

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 2008

– Terminativo –

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Esperantina, Estado do Piauí.

Autoria: Senador João Vicente Claudino

Relatoria: Senador José Nery (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ataídes Oliveira

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido

Observações:

1– O substitutivo de autoria do Senador José Nery ao PLS 195/2008 foi aprovado na reunião do dia 14/12/2010;

2 – Não foram oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão. A matéria é dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal;

3 – Por decisão desta Comissão, aprovada no ano de 2011, os projetos autorizativos estão sobrestados até o pronunciamento final da CCJ sobre sua constitucionalidade.

Como a presente matéria foi deliberada em data anterior à decisão supracitada e se encontrava em turno suplementar, foi possível apreciá-la dentro dos preceitos regimentais;)

Com a palavra, o Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – É um projeto autorizativo para que o Governo possa incluir no Plano de Investimentos a criação de novos Institutos Federais no Estado do Piauí, os IFEPs, na cidade de Esperantina, que é uma cidade-pólo do norte do Estado do Piauí, com tantas carências de ensino técnico. É uma cidade importante para o desenvolvimento do Estado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Caro Senador João Claudino, de fato, esse é um Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2008, como disse V. Exª, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Esperantina, no Estado do Piauí, seu Estado.

A autoria do Substitutivo é do ex-Senador José Nery. A autoria do PLS nº 195, de 2008, é de V. Exª, Senador João Vicente Claudino. A relatoria é do Senador José Nery e o relatório é favorável, na forma do Substitutivo oferecido.

Como resultado de consulta deste colegiado à Comissão de Constituição e Justiça sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa no ano de 2011, esta Comissão decidiu aguardar sua manifestação final, sobrestando os projetos de caráter autorizativo.

A presente matéria foi deliberada em 14 de dezembro de 2010, antes da referida consulta, estando, portanto, apta a ser apreciada.

Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo. A matéria é dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Designo o Senador Ataídes Oliveira Relator *ad hoc* da referida matéria.

Não havendo mais nada a constar e aprovada a nossa pauta, dou por encerrada a presente reunião e já definitivamente consagrado o Projeto de sua autoria, Senador João Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco/PTB – PI) – Agradeço, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimentos ao Piauí, que ganha mais uma unidade importante de ensino.

Está encerrada a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2013.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezenove de março de dois mil e treze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, Roberto Requião, Ana Amélia, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, João Vicente Claudino, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Lúcia Vânia e Ataídes Oliveira, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Armando Monteiro, Magno Malta e João Ribeiro. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência passa à leitura dos comunicados. **Item 13: Comunicados da Presidência**: **Comunicado 1**: "Convido os Senhores Senadores para o lançamento da 14º edição da revista Em Discussão! sobre o tema Educação: Salto de qualidade é urgente, a ser realizado no dia de hoje, às 18 horas, no hall de entrada da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal. Informo que o convite foi enviado ao gabinete dos Senhores Senadores, por meio eletrônico". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2**: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para a Semana do Desenvolvimento Regional, fruto da parceria do Minis-

tério com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a ser realizada de 18 a 22 de março, no Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, em Brasília – DF. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa", **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é pela aprovação do PLS nº 332, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS nº 134, de 2010, que tramita em conjunto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 8: Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Gorete Pereira, que "Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é pela aprovação do projeto. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 11: Requerimento nº 4/13-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Capiberibe, que requer "Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, na qualidade de relator, Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto para discutir o PLS 189/2012, autoria do Senador Cristovam Buarque, que 'estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles'. Para discutir o assunto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades: 1. Representante do Ministério da Educação; 2. Prof. Célio Cunha – Doutor em Educação e Consultor da UNESCO; 3. Dr. Gustavo Ioschpe – Economista especialista em educação da Rede Globo de Televisão; 4. Dr. Ophir Cavalcante – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e 5. Representante do Programa Educação para Todos". O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2012, fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete ao Plenário proposta que tem como escopo a discussão e posterior aprovação de novos procedimentos para os trabalhos da Comissão. A proposta é aprovada por unanimidade e autuada como **Decisão da Comissão nº 3** nos seguintes termos: "Conforme deliberação unânime dos membros deste Colegiado, ficam aprovadas as seguintes alterações nos procedimentos adotados por esta Comissão: I – Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campus e campi universitários e outros locais públicos, serão agrupados em pautas únicas semestrais para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea 'c' da Decisão nº 1-CE, em estrita obediência aos dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal; II – Ficam revogados os incisos I e II da Decisão nº 2-CE; III – A Presidência designará relator "ad hoc" para as proposições que constarem da pauta por duas sessões, consecutivas ou não, sem a presença do relator". Logo após, a Presidência retoma a deliberação da Pauta. **Item 4: Ofício "S" nº 25, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Autoridade Pública Olímpica – APO, que "Apresenta, na forma da lei, o relatório desenvolvido pela APO no primeiro semestre de 2012, bem como indica as ações programadas para o segundo semestre de 2012". A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer favorável, pelo conhecimento do relatório e seu posterior encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ângela Portela, que "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional". O relator designado é o Senador Luiz Henrique e o parecer é favorável. A matéria é retirada de pauta, atendendo à solicitação da autora. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011; Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2010; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2011; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2011 e Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às onze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – SENADOR **CYRO MIRANDA**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovada.

Comunicado.

Convido os Srs. Senadores para o lançamento da 14ª edição da Revista *Em Discussão* sobre o tema: "Educação: salto de qualidade é urgente", a ser realizada no dia 19, hoje, às 18 horas, no *hall* de entrada da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

Informo que o convite foi enviado aos gabinetes dos Srs. Senadores e Senadoras por meio eletrônico.

A matéria vai para arquivo. (*Pausa.*)

Eu peço empenho, Senador Paim, não mais do que 15, 20 minutos, hoje, às 18 horas, porque é muito importante para esta Comissão, até por que foi escolhida.

Então, da mesma maneira, Senadora Maria do Carmo, eu gostaria muito de contar com a presença, não mais do que 15 minutos, para lançarmos essa revista.

Eu agradeço a presença de todos.

A matéria, então, vai para o arquivo.

Temos também outro comunicado:

Comunico às Srªs e aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Exmo Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho, para a Semana do Desenvolvimento Regional, fruto de parceria do Ministério com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a ser realizada de 18 a 22 de março, no Centro de Eventos e Convenções Brasil XXI, em Brasília.

Os Senadores que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão.

A matéria vai para arquivo. (*Pausa.*)

Como nós não temos quórum qualificado para os terminativos, nós vamos iniciar pela leitura e passamos, em primeiro lugar, para o item 3.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2009 – Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 134, de 2010 – Terminativo -

Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício.

Autoria: Senador Marconi Perillo

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório*:* Favorável ao PLS nº 332, de 2009, com a emenda oferecida, e pela rejeição do PLS nº 134, de 2010, que tramita em conjunto

Observações:

1– Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para a emenda

2– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04/12/12, 05/03/13 e 12/03/13

A Relatoria é do nobre Senador Paulo Paim, que é favorável ao presente projeto.

Com a palavra, o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Senadores e Senadoras, eu passo à leitura do relatório.

Relatório.

Submetem-se ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, e o PLS nº 134, de 2010, do Senador Marconi Perillo, que tramitam em conjunto em decorrência do Requerimento nº 728, de 2010.

O PLS nº 332, de 2009, tem por escopo incluir entre os beneficiários da Bolsa Atleta os técnicos dos esportistas atendidos pelo programa. Em seu art. 1º, o projeto acrescenta os §4º e §5º ao art. 1º da lei que institui o referido programa (Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004), para permitir a concessão de gratifi-

cação aos técnicos de atletas beneficiados, no valor correspondente a 10% do valor pago a cada esportista contemplado.

Para habilitação do técnico à concessão do benefício, exigem-se não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoa jurídica, pública ou privada, nem salário de entidade de prática do esporte.

O PLS nº 134, de 2010, do Senador Marconi Perillo, altera a mesma lei para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício, propondo que recebam o auxílio aqueles classificados até a 10ª colocação em cada uma das quatro categorias previstas pelo programa, em vez dos ranqueados até o 3º lugar, como previsto atualmente.

Ambos preveem a entrada em vigência da lei proposta na data de sua publicação.

As proposições, que têm decisão terminativa nesta Comissão, não receberam emendas no prazo regimental.

Análise.

Em tramitação conjunta e para exame terminativo, os PLS nº 332, de 2009, e nº 134, de 2010, chegam a esta Comissão, nos termos do art. 102, combinado com o art. 91, I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Julgamos louvável a iniciativa de incluir os técnicos esportivos no rol de beneficiários da Bolsa Atleta. Se, de início, a lei que criou a Bolsa Atleta surgiu como um mecanismo de garantia de estabilidade ao praticante do esporte de alto rendimento, a fim de que pudesse se dedicar prioritariamente ao treinamento esportivo, também é positiva a extensão dessa segurança aos técnicos.

É indiscutível, Sr. Presidente, a importância do técnico para o aprimoramento do esportista, visando, assim, à obtenção de níveis de desempenho motor compatíveis com a prática do esporte de competição e de alto rendimento, é o conjunto da dedicação do atleta e do técnico que fará com que seja alcançada uma alta *perfomance* esportiva.

A inclusão do técnico entre os beneficiários do programa Bolsa Atleta representa, pois, um grande incentivo para que esse profissional atue com o objetivo de que os atletas, por ele treinados, alcancem melhores *performances*. O aumento de vagas para os beneficiários também é extremamente louvável e só vem a contribuir para o desenvolvimento do esporte nacional.

Contudo, as alterações contidas na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, com relação ao programa Bolsa Atleta, já ampliam, sem dúvida, o universo de atletas beneficiados, criando novas categorias e aumentando o número de contemplados nas já existentes, bem como aumentando o valor das bolsas, como estratégia de investimento e planejamento para os futuros eventos esportivos no Brasil.

Por essas razões, opinamos pelo não acolhimento do PLS nº 134, de 2010.

Com relação ao PLS nº 332, de 2009, entendemos serem necessárias alterações, de modo a conferir eficácia à condução operacional da medida que julgamos merecedora de acolhida por esta Comissão. Com esta redigida, tendo em conta as alterações trazidas pela Lei nº 12.395, de 2011, a proposição garante ao técnico uma gratificação correspondente a 10% do valor pago ao atleta por ele treinado, sem exigências mais rígidas para a habilitação ou qualquer limitação ao número de atletas vinculados ao mesmo técnico.

Isso dificulta a fiscalização da concessão dessa gratificação. É necessário que esse ponto seja corrigido, exigindo-se que o vínculo do técnico com o atleta tenha um histórico de, no mínimo, um ano, antes de se solicitar o benefício, para que se evite o oportunismo.

Além disso, consideramos que essa ligação técnico-atleta, uma vez desfeita, deve extinguir automaticamente a concessão do benefício.

Entendemos, então, Sr. Presidente, oportuna, ainda, a cobrança da formação qualificada dos técnicos por meio da exigência do diploma superior em Educação Física. Julgamos, também, que a limitação do número de atletas é necessária para que se evite a criação de uma mentalidade, em nada benéfica ao esporte, de aumento de quantidade de esportistas a serem treinados, em detrimento da melhoria da qualificação dos mesmos. Daí, sugerimos, então, o estabelecimento de um máximo de dez atletas por técnico.

Ademais, é necessário atualizar no PLS nº 332, de 2009, a numeração dos dispositivos a serem acrescidos à Lei 10.891, de 2004, em razão das modificações posteriormente introduzidas naquele diploma legal pela Lei nº 12.395, de 2011.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade do projeto que queremos ver aprovado, e consideramo-lo escrito sob boa técnica legislativa.

Voto.

Ante o exposto, o nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, com a seguinte emenda.

Vamos diretamente à Emenda:

EMENDA Nº – CE
(ao Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, a seguinte redação:

"**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

'**Art. 1º**.....

.....

.....

.....

§ 6º Os técnicos dos atletas beneficiados pela Bolsa-Atleta farão jus a 10% (dez por cento) do valor do benefício recebido por seus atletas, enquanto existir vínculo com estes, podendo acumular até dez bolsas.

§ 7º Para receber o benefício expresso no § 6º deste artigo, o técnico não poderá receber salário de entidade de prática desportiva e deverá possuir diploma de Bacharel em Educação Física, bem como já estar vinculado ao atleta beneficiado por pelo menos um ano.' "(NR)

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paim.

A matéria está em discussão.

Entendo, Senador Paim, que a rejeição não foi ao projeto, mas, sim, foi aprovado por antiguidade o projeto do Senador Expedito Júnior.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente. É o respeito à antiguidade que prezo muito também.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito. Eu vou deixar a discussão ainda em aberto, como não temos quórum qualificado, para encerrá-la depois, quando tivermos a votação.

Aproveitando ainda o Senador Paim, temos mais um terminativo para ser lido por V. Exª.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, de 2011 – Terminativo -

Denomina Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará.

Autoria: Deputada Gorete Pereira

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável

Observações:

1– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 06/11/12, 13/11/12, 05/03/13 e 12/03/13

2– Matéria a ser votada em bloco

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos então ao relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, da Deputada Gorete Pereira, propõe para que passe a ser denominado Açude Deputado Francisco Diógenes Nogueira o atualmente chamado Açude Figueiredo, localizado no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará.

Em sua justificação, a Deputada Gorete Pereira invoca a biografia do engenheiro agrônomo e ex-Deputado Francisco Diógenes Nogueira. Natural de Jaguaribe, no Ceará, Nogueira ingressou na política na década de 40, ao ser eleito pela primeira vez para a prefeitura municipal de Jaguaribe, cargo que ocuparia em 1954. Logo em seguida, em 1958, foi eleito deputado estadual e reeleito por mais quatro mandatos (1962, 1974, 1978 e 1982, respectivamente), exercendo essa função até 1986. Diógenes Nogueira exerceu ainda o cargo de Secretário de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará, em 1962. Segundo a parlamentar cearense, o homenageado teve sua atuação marcada por ações em prol do desenvolvimento da agricultura cearense, contribuindo assim para a superação das dificuldades e problemas do setor.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída para apreciação conclusiva às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos dos arts. 24, inciso II, e 54, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, onde mereceu aprovação.

No Senado Federal, esse PLC nº 86, de 2011, foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que sobre ele dará parecer terminativo.

A ele não foram apresentadas emendas.

Análise.

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se sobre homenagens cívicas, situação em que se enquadra o PLC nº 86, de 2011.

O assim chamado Açude Figueiredo é considerado como sendo o maior dos novos reservatórios na região do Médio Jaguaribe, no Ceará, com capacidade de 520 milhões de metros cúbicos de água, inundando uma área de 4.985 hectares, sendo considerado o quinto maior do Estado em volume. Para a construção da barragem, estão em processo de desapropriação 9.631 hectares de terras localizadas em Alto Santo. Uma vez pronto, o açude propiciará atividades na área de piscicultura, cujo potencial de produção pode atingir cerca de 15 mil quilos/dia de pescado, gerando 750 empregos diretos e 3.500 indiretos.

Outro aproveitamento do açude será a irrigação de 8.000 hectares do vale, potencializando uma produção anual de 480 toneladas de frutas diversas, como banana, melão e melancia. Conforme estimativas do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,

seu potencial é o de gerar 16.000 empregos diretos e 80.000 indiretos.

Entendemos que, no mérito, a proposição deve ser acolhida, não havendo contra ela nenhum óbice de natureza regimental, jurídica, constitucional ou técnico-legislativa.

Portanto, considerando o mérito, a adequação regimental, a juridicidade, a constitucionalidade e a boa técnica legislativa, o voto só poderia ser pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2011 (Projeto de Lei nº 5.759, de 2009).

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

O Projeto de Lei da Câmara está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica sobrestada essa discussão, pois a matéria é terminativa.

Passo a palavra, agora, relativa ao item 11, ao nobre Senador João Capiberibe, para a leitura do seu requerimento, de 2013, que pede uma audiência pública.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, antes de ler o meu requerimento, quero fazer uma solicitação.

Eu e o Senador Vital do Rêgo assinamos um requerimento, que foi aprovado já aqui, na Comissão, para ouvirmos a Profª Jonilda Alves e seus alunos, lá de Paulista, na Paraíba, por uma razão muito simples – é um exemplo maravilhoso, fantástico –, eles ganharam 10 medalhas nas Olimpíadas de Matemática, sendo 5 delas de ouro. E sabemos que temos graves problemas na qualidade da educação no nosso País.

Então, queremos aprender como foi que essa professora conseguiu esse feito extraordinário, numa cidade pequena, no sertão da Paraíba, com 11 mil habitantes. Queria ver se conseguimos marcar com antecedência, porque as coisas boas temos que mostrar logo, não é? Então, pediria que...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Só fazendo um aparte. Foi aprovado, na semana passada, o requerimento, e já estamos providenciando a vinda, que tem prioridade, até porque vai ser um exemplo para o Brasil. Uma região de uma carência extrema, uma escola pública que não é das notáveis e uma professora consegue esse feito. Acho que, inclusive, esse exemplo vai auxiliar as demais escolas públicas. Então, V. Exª tem toda a razão, e vamos dar prioridade.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – E vamos ver se fazemos a cobertura com a TV Senado e Rádio Senado, para que mostrem para o Brasil todo esse grande feito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito, perfeito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Agora, vamos ao requerimento.

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº , DE 2013

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, na qualidade de Relator, audiência pública, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discutir o PLS nº 189/2012, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas de seus filhos para acompanhamento do desempenho deles".

Para discutir o assunto, sugerimos sejam convidadas as seguintes autoridades:

1. Representante do Ministério da Educação;

2. Prof. Célio Cunha – Doutor em Educação e Consultor da Unesco;

3. Dr. Gustavo Ioschpe – Economista especialista em educação da Rede Globo de Televisão;

4. Dr. Ophir Cavalcante – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; e

5. Representante do Programa Educação para Todos.

Autoria: Senador João Capiberibe

Observações:

1– Aprovado o requerimento, a matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública

Sr. Presidente, já tivemos uma discussão aqui, no ano passado, sobre esse projeto do Senador Cristovam, e decidimos aprofundar um pouco mais, buscar um pouco mais de informação, e ver qual seria a repercussão. E, para isso, estamos sugerindo que se convide um representante do Ministério da Educação; o Prof. Célio Cunha, Doutor em educação e Consultor da Unesco; assim como o Dr. Gustavo Ioschpe, economista especializado em educação da Rede Globo de Televisão; o Presidente da OAB, o Dr. Ophir Cavalcante; e o Representante do Programa Educação para Todos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Hoje, temos que mudar aqui.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Agora, mudou.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Vamos colocar o Presidente da...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – O Presidente da OAB.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Perfeito.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Para que possamos analisar, com mais profundidade, e ver se conseguimos um denominador comum e um consenso sobre esse projeto do Senador Cristovam Buarque, porque tenho convicção de que o que ele quer é o melhor para a educação de nosso País e também é exatamente o que queremos.

Era isso, Sr. Presidente.a

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

O Requerimento está em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, aprovado o Requerimento.

A matéria fica sobrestada, na Comissão, até a realização da audiência pública.

Enquanto, ainda, aguardamos dois Senadores, que têm um relato, gostaria de submeter aos nobres pares. Esta Presidência sugere as seguintes alterações dos procedimentos adotados por esta Comissão:

1º. Os projetos que instituem datas comemorativas e que tratam de denominações de rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, *campus*, *campus* universitário e outros locais públicos serão agrupados em pautas únicas semestrais, para deliberação, guardadas as prerrogativas já definidas pela alínea "c" da Decisão nº 1, desta Comissão, em estrita obediência ao dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal.

2º. A revogação dos incisos I e II da Decisão nº 2 da CE.

3º. A designação do Relator *ad hoc*, para as proposições que constarem de pauta por duas sessões consecutivas ou não, sem a presença do Relator.

Está em discussão. (*Pausa*.)

Como não há ninguém que queira discutir, vamos aprovar pelos Srs. Senadores presentes.

Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia que hoje está se desdobrando aqui e teve uma pauta extensa aqui na CAS.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E ainda continua. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Passamos ao Item 4.

ITEM 4

OFICIO "S" Nº 25, de 2012
– Não Terminativo -

Apresenta, na forma da lei, o relatório desenvolvido pela APO no primeiro semestre de 2012, bem como indica as ações programadas para o segundo semestre de 2012.

Autoria: Autoridade Pública Olímpica – APO

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pelo conhecimento das informações e aprovação da matéria

Observações:

1– A matéria será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Autoridade Pública Olímpica tem por objetivo coordenar a participação da União, do Estado do Rio de Janeiro, do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização do Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, especialmente no que tange ao cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico e Internacional (COI).

Esse relatório apresenta a estrutura interna dessa entidade detalhando as atividades envolvidas por cada um dos seus órgãos. Pela leitura do texto, observou-se o cumprimento pleno de suas funções em relevantes reuniões com o Comitê Olímpico Internacional, Paralímpico Internacional, bem como com os governos federal, estadual e municipal.

Com relação ao relatório anterior, consideramos apenas que faltou o detalhamento orçamentário previsto para 2012 e o orçamento executado no primeiro semestre do ano. Acreditamos que essa falha não invalida o relatório, mas deve ser corrigida nos próximos relatórios de atividades devido à importância de que a população e esta Casa do Congresso Nacional saibam como está sendo gerido o dinheiro público encaminhado àquela autarquia.

Assim, diante do exposto, manifesto-me no sentido de que esta Comissão tome conhecimento das informações contidas no relatório de atividades da autoridade pública olímpica referente ao primeiro semestre de 2012 e delibere pela aprovação da matéria que seguirá para conhecimento e apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, conforme despacho.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Está em discussão a matéria relatada pela Senadora. (*Pausa.*)

Como não temos ninguém para discutir, a matéria está aprovada e será encaminhada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de pedir para retirar de pauta o item 2, que é um projeto de minha autoria e que o Relator é o Senador Luiz Henrique. Nós já conversamos e resolvemos retirar de pauta para que possamos aprofundar melhor os estudos sobre a importância desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Acabo de receber também uma informação do Senador Luiz Henrique que, conforme entendimento com a Senadora Angela Portela, solicita também a retirada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me, na mesma orientação da Senadora.

Fiz a leitura do Item 3, agora mesmo o representante do Governo quer que eu ajuste uma redação. Embora eu tenha feito a leitura, eu pediria para retirar de pauta. Com esse ajuste de redação, além da votação, vamos garantir a sanção.

Então, eu peço a V. Exª que retire, a pedido do Relator. Eu fiz a leitura, mas posso fazer a revisão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – V. Exª será atendido na forma do Regimento. Será retirado, conforme solicitação também da autora Angela Portela e do Relator. E também a relatoria do item 3, que V. Exª acabou de relatar, será retirado.

Já foi comunicado a todos os gabinetes de V. Exªs que o Ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que viria aqui amanhã, teve um compromisso inadiável de viagem e pediu que fosse mudada essa data. E a data que nós oferecermos ele virá. Como a próxima semana é uma semana muito curta, nós vamos deixá-lo para logo após a Semana Santa.

Nada mais tendo a tratar, agradecendo a presença dos nobres Senadores, encerramos a presente reunião.

Quero registrar a presença do Presidente eterno da Comissão de Educação, por quem tenho uma admiração muito grande. Na minha posse, tive a oportunidade de ressaltar o seu trabalho, que espelho nesta Comissão. O Senador Benedito Lira é testemunha ocular.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião e convoco para a próxima terça-feira, no mesmo horário, às 11 horas.

Muito obrigado a V. Exªs.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 40 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN, PAULO DAVIM, RODRIGO ROLLEMBERG e EDUARDO BRAGA.** Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **WALDEMIR MOKA e VITAL DO RÊGO**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa a apreciação da pauta, que é destinada à eleição do Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto, são eleitos Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **PAULO DAVIM** e Vice-Presidente o Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** com quatro votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente em exercício da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 24/08/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente da Água da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente, mediante escrutínio secreto.

Conforme acordo entre as lideranças, é apresentada chapa única de candidatos composta pelo Senador Paulo Davim, para o cargo de Presidente, e pelo Senador Rodrigo Rollemberg, para o cargo de Vice-Presidente.

Para a votação, chamarei à mesa os Senadores pelo nome.

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Havendo quatro votos, os quatro Senadores já votaram. Solicito que a urna seja aberta. *(Pausa.)*

Senador Paulo Davim teve quatro votos. Senador Rodrigo Rollemberg, quatro votos. Portanto, são o Presidente e o Vice-Presidente da Subcomissão da Água.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

ATA DA 3ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA POR MEIO DO RMA N° 20, DE 2010, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 2011, ÀS 14h30, QUARTA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e doze minutos do dia quinze de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 15, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores FLEXA RIBEIRO, DELCÍDIO DO AMARAL, IVO CASSOL e PEDRO TAQUES. Deixam de comparecer os Senhores Senadores JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, VALDIR RAUPP E PAULO DAVIM. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade ao Plano de Trabalho aprovado pela Subcomissão, "destinada a discutir o estado atual de implementação e obras nos sítios principais e nos municípios impactados, e do atendimento às demandas expressas no rol de condicionantes da licença prévia da usina hidrelétrica de Belo Monte". Comparecem os seguintes convidados: Carlos Nascimento, Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia; e Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do IBAMA. Após a explanação dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO e DELCÍDIO DO AMARAL. Os convidados respondem aos questionamentos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia. – Senador *FLEXA RIBEIRO*, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA DA REUNIÃO DE 15/06/2011

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54 ªLegislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de obter informações sobre o estado atual de implementação das obras do atendimento das condicionantes da licença prévia da Usina de Belo Monte.

Antes de dar início à audiência, quero justificar a não presença do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral, que, em face das coincidências de agenda das reuniões e das audiências do Senado Federal, agora participa de uma audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos, que ele preside, e da Comissão de Infraestrutura, aqui ao lado, na sala 13, que trata de um assunto bastante importante: a reversão das usinas de geração de energia em função do término do prazo de concessão de alguma delas. É um assunto que vai trazer uma grande discussão e pode acarretar uma diminuição dos investimentos em nível de geração de energia pela iniciativa privada, se não houver um consenso na questão da reversão do patrimônio.

O Senador Delcídio do Amaral está, neste instante, nessa Comissão, mas daqui a alguns momentos estará conosco aqui em nossa audiência pública, que, como eu disse, tem o objetivo de retomarmos o trabalho que foi interrompido pelo fim da legislatura

passada com a Subcomissão de Acompanhamento da Implantação da Usina de Belo Monte no Estado do Pará

Hoje temos como convidados a esta reunião o Dr. Carlos Nascimento, Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia; Dr. Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do Ibama e Dr. Nicias Ribeiro, Secretário Extraordinário para Assunto de Energia do Governo do Estado do Pará.

Peço aos Senadores Pedro Taques e Ivo Cassol que conduzam os nossos convidados até a Mesa dos trabalhos. (*Pausa.*)

Quero justificar e lamentar a ausência do Deputado Nicias Ribeiro, que é um *expert* no assunto de energia, em especial de Belo Monte, que ocupa hoje a função de Secretário Extraordinário para Assunto de Energia do Estado do Pará, mas que lamentavelmente não pôde estar aqui no dia de hoje. Não faltará oportunidade para que ele possa vir até aqui. De qualquer maneira, lamentamos não termos aqui um representante do Governo do meu Estado, onde o projeto será implantado. Tenho certeza absoluta de que é do maior interesse do Governador Simão Jatene acompanhar os trabalhos da Subcomissão do Senado Federal, da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor com relação ao cumprimento de todas as condicionantes para que possamos ter, ao final, porque esse é o propósito tanto do Governo Federal, quanto dos empreendedores privados, quanto do Consórcio Norte Energia, o projeto de Belo Monte servindo de exemplo ao mundo, que é possível, sim, implantar um projeto dessa magnitude na Amazônia, sendo ele corretamente implantado tendo em vista tanto a sustentabilidade ambiental quanto a justiça social.

Agradeço a presença dos nossos convidados: Dr. Carlos Nascimento, paraense. Deus escreve certo por linhas tortas: Ele colocou para presidir o consórcio, neste momento em que o Estado do Pará participa da geração de energia para atender o Brasil, um paraense com a competência reconhecida por todos no setor energético. Já foi Presidente da Eletronorte, da Celpa, quando era estatal no Estado do Pará, tem um conhecimento profundo e, hoje, preside o Consórcio Norte Energia. Isso, Dr. Carlos, nos dá uma segurança extra de que todos aqueles compromissos do Ibama – e também agradeço a presença do Dr. Thomaz Toledo – que geram insegurança, eu diria assim, por falta de atendimento em projetos anteriores, que, no passado, não garantem a credibilidade do presente, tenho certeza absoluta de que o Dr. Carlos e os investidores irão cumprir todas aquelas condicionantes em paralelo com a execução do projeto. E eu tenho dito, Dr. Carlos, que não há necessidade de países outros ou organizações que são internacionais possam vir opinar sobre a questão da implantação de Belo Monte, porque, se houver qualquer desvio daquilo que foi acordado e acertado com relação às ações mitigadoras, o Senado Federal, por meio da Subcomissão, será o primeiro a solicitar a suspensão dos trabalhos de Belo Monte.

Nós todos somos brasileiros e queremos e sabemos da importância da implantação do projeto para o nosso País e também da necessidade do atendimento das ações mitigadoras que irão impactar aquela região, os Municípios e a população que serão atingidos pelo projeto.

Eu, como disse, agradecendo a presença dos nossos convidados, passo a palavra ao Dr. Carlos Nascimento... Não sei, por uma questão de economia processual, Dr. Carlos, poderemos ouvir primeiro o Ibama, para, depois, ouvirmos o consórcio, porque aí, Senador Ivo, nós teremos, talvez já na fala do Presidente, algumas explicações a respeito das dúvidas que ainda persistem com relação ao "licenciamento condicionado", vamos usar assim, da licença de instalação de Belo Monte.

Então, passo primeiro, com a concordância do Dr. Carlos Nascimento, a palavra ao Dr. Thomaz Toledo, do Ibama.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Boa tarde, Exmº Sr. Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta Subcomissão de acompanhamento das obras de Belo Monte; boa tarde ao Exmº Senador Ivo Cassol e aos demais Senadores presentes a esta reunião; Dr. Carlos Nascimento, Presidente da Norte Energia, demais integrantes desta reunião. Em nome do Presidente do Ibama, assim como na última reunião desta Subcomissão, gostaria de pedir desculpas pelo nosso presidente por não estar presente, pois tinha outros compromissos para esta tarde e me designou, assim como foi feito na última reunião.

Em relação à licença de instalação para o empreendimento de Belo Monte, ela foi emitida no último dia 1º de junho, como todos acompanharam; o Ibama emitiu a Licença de Instalação nº 795, em favor do projeto de Belo Monte. A emissão dessa licença culminou num processo de discussão amplo, muito bem detalhado tecnicamente. Todos os programas ambientais que serão implementados pela Norte Energia, como concessionária desse projeto, para os senhores terem noção, o Projeto Básico Ambiental de Belo Monte é o maior projeto básico ambiental que o Ibama já avaliou e aprovou. É um projeto que envolve mais de 100 projetos ambientais, mais de 100 medidas ambientais. Esse documento que foi elaborado, denominado Projeto Básico Ambiental, é um documento técnico de mais de 2.500 páginas.

Então, ao longo de mais de seis meses, nós, o Ibama, juntamente com consultores contratados pela empresa Norte Energia e representantes do consórcio, fizemos a discussão técnica desse Projeto Básico Ambiental, uma ampla discussão técnica. Lançamos mão de ferramentas, a fim de otimizar esse tempo de análise, considerando o volume de informações técnicas que compunham essa etapa do processo, então, realizamos seminários técnicos, com gravação de reuniões e atas deliberativas imediatamente ao término das reuniões. Isso possibilitou à gente ganhar muito tempo na evolução desses programas ambientais, para que a gente pudesse, então, alcançar agora, no dia 1º de junho, a adequação desses programas ambientais, de modo a possibilitar a emissão da licença de instalação.

Quanto a um processo de licenciamento de instalação, faz parte de todo processo de licenciamento de instalação o Ibama fazer a avaliação tanto desse Projeto Básico Ambiental quanto do atendimento das condicionantes ambientais definidas pela licença prévia.

Os senhores sabem que, para empreendimentos de grande vulto, que têm potencial de causar significativo impacto ambiental, o licenciamento desses projetos demanda a apresentação de um estudo de impacto ambiental, o famoso EIA/Rima.

O estudo de impacto ambiental de Belo Monte também é um estudo de impacto ambiental de extrema qualidade. É um dos melhores estudos de impacto ambiental que a gente já enfrentou lá no Ibama, e por isso ele chegou a detalhar tão a fundo as questões técnicas, o que acabou levando à proposição dessas mais de 100 medidas ambientais para controle e mitigação dos impactos.

Então, o Projeto Básico Ambiental é desenvolvido em cima das propostas apresentadas no estudo de impacto ambiental e em cima das condicionantes definidas pelo órgão ambiental na oportunidade da emissão da licença prévia.

A avaliação do Ibama para a emissão dessa Licença de Instalação 795 foi de que houve o atendimento dessas condicionantes definidas pela licença prévia na medida adequada para o início das obras. O Ibama já tinha autorizado o início da instalação de algumas estruturas iniciais, numa licença de instalação ainda em janeiro, no final do mês de janeiro.

Bom, acho que essas são as informações iniciais. Fico à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Bastante econômico o pronunciamento do Dr. Thomaz Toledo para uma questão de tamanha magnitude.

Eu pediria ao Dr. Toledo, se puder, encaminhar à Subcomissão o teor da licença de instalação que foi concedida, com as condicionantes que lá foram definidas.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Presidente.

Quero parabenizar, cumprimentar, também, o Presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento, e também cumprimentar o Thomaz Toledo pela exposição.

Como é do conhecimento de vocês, eu fui Governador, por dois mandatos, do Estado de Rondônia e, hoje, o Estado de Rondônia está propiciando para o Brasil duas grandes usinas.

Todo mundo é conhecedor dos problemas ambientais que aconteceram.

Eu almocei, agora há pouquinho, com a Presidente Dilma, nossa Presidente, que tem conduzido o Brasil com pulso firme, especialmente nessa questão energética, e, ao mesmo tempo, eu ouvi o nosso representante do Ibama, que é o coordenador de licenciamento, Thomaz Toledo, colocando a autorização para a construção.

Eu gostaria que esta Comissão e também o Ibama... Fui recebido pelo Presidente do Ibama, Dr. Kurtz, se não estou enganado, há poucos dias, e coloquei uma preocupação que vivi no Estado de Rondônia. Ao mesmo tempo em que deram autorização para a construção das usinas de Jirau e de Santo Antônio – o Ibama, naquela época, não estava sob o comando de vocês, mas sob o comando de outras pessoas –, não deram continuidade a outros licenciamentos que fazem parte do empreendimento.

Um exemplo: a supressão e a extração da madeira. E aí teve alguém que não conhece a causa e, no ano passado, na hora de liberar a madeira para poder ser industrializada, falava em criar um polo moveleiro. A supressão já estava em pleno vapor, e havia mais de um milhão de metros cúbicos já "explanados". Resultado: apodrecer apodreceu, no canteiro de obra das duas usinas. E isso não é culpa dos empreendedores. Infelizmente, é culpa da legislação. Apodreceram mais de um milhão de metros cúbicos de madeira. Muitas madeiras de qualidade, boas, que poderiam ter sido usadas na construção civil, na indústria, na fabricação de móveis e esquadrias; e outra parte apodreceu porque o custo benefício para tirar de lá para levar para outro lugar, infelizmente, para Rondônia, ficava na contramão.

O que eu já quero colocar aqui, para que o Dr. Thomaz leve junto à Coordenação de Licenciamento? Que autorize junto com a autorização de construção. E é importante, Dr. Carlos, isso. Já também a licença da supressão e do aproveitamento das madeiras de qualidade, porque a supressão... E quero deixar bem

claro aqui: a defesa que faço é para poder agregar valor e gerar emprego.

O consórcio, quando vai fazer uma obra de usina, ele vai lá para fazer a obra. Se ele tiver que desmatar um hectare, ou dez hectares, ou vinte hectares, ou tiver que aproveitar a madeira ou não aproveitar, isso não é problema do consórcio. É problema do governo do Estado e dos órgãos ambientais.

Então, com conhecimento de causa, Thomaz, eu gostaria que vocês já levassem a solicitação desta Comissão, com o Vice-Presidente da Comissão de Belo Monte, para que os erros que aconteceram em Rondônia não se repitam no Pará, nessa obra ou em outras obras que vão ser construídas. Que para a supressão e para a extração de madeira saia a licença junto, andando junto. Por exemplo, no Pará, sei que se aproveitam muito os resíduos para fazer o carvão, para se usar na siderúrgica. Já não é o caso de Rondônia. E, se se deixar para a última hora, não se dá conta de aproveitar a madeira que vai saindo. Apodreceu a madeira! E todo mundo sabe que 70%, 80% da matéria-prima da madeira, dentro dessas áreas para se fazer a supressão... São madeiras que apodrecem com 90 a seis meses no tempo das águas.

Então, já coloco aqui, como sugestão, a indicação desta Subcomissão, no sentido de que o Ibama urgentemente trabalha já também para viabilizar a autorização da Norte Energia para poder retirar essas madeiras, tanto a madeira boa quanto também os resíduos. E, se vocês, se o Ibama não fizer isso, com certeza vão continuar os desmatamentos ilegais, como em tantos lugares do Brasil tem acontecido. E, se começar a liberar em seguida, com certeza, vai-se poder aproveitar e abastecer não só o Estado do Pará, mas o Estado de Minas, que é um dos maiores polos siderúrgicos do Brasil.

Então, é a sugestão que já coloco na mesa. Como já tenho a experiência vivida no Estado de Rondônia, não quero que isso se repita.

Agora, liberou lá, para se retirar a madeira, mas boa parte já apodreceu. Então, a madeira que se está retirando este ano dá para aproveitar. Só que a que se tirou no ano passado, infelizmente, nem para adubo serve, porque ainda não tem como... Naquele local, dá, mas precisava ter sido levada para outro local para se poder aproveitar. E não deu para aproveitar nada.

Então, Thomaz, é só uma participação, para que a gente possa agregar mais valor, mais mão de obra, menos impacto ambiental e menos destruição da mata nativa nossa sem os depredadores utilizarem isso.

Então, por gentileza, eu gostaria que você levasse isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Ivo Cassol.

Vamos dar sequência aos pronunciamentos dos nossos convidados. Depois, faremos os questionamentos e as respostas.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Nascimento, Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Boa tarde a todos. Boa tarde a S. Exª Senador Flexa Ribeiro, Presidente desta Subcomissão.

Exmº Sr. Senador Ivo Cassol; colegas de diretoria da Norte Energia, Engenheiros Luiz Fernando Rufato e Antonio Coimbra, respectivamente Diretor de Engenharia e Diretor de Gestão Ambiental; colegas do Ministério de Minas e Energia; jornalistas; Dr. Ivan, nosso ex-colega na Eletronorte e agora prestando serviços, continuando a prestar bons serviços aqui, no Senado Federal, Belo Monte é um grande divisor de águas.

Tivemos, no passado, muitos empreendimentos hidroelétricos implantados na Amazônia. Tivemos o caso de Tucuruí, que é a maior, que é o ícone. Tivemos Balbina e Samuel. Tivemos Curuá-Una, no Pará, que é uma das primeiras. E tivemos também Coaracy Nunes, no Amapá, usinas muito pequenas, na faixa de 30MW.

Ao longo de todos esses anos, o País vem aprimorando suas técnicas e o setor elétrico brasileiro, sempre procurando utilizar as técnicas mais avançadas de construção desses empreendimentos, levando em conta todas as questões sociais e ambientais no entorno desses empreendimentos.

Muitas vezes, ouvimos críticas a um ou a outro empreendimento. Nesses avanços que o nosso País vem tendo, muitas vezes, as regiões onde são implantados esses empreendimentos não têm infraestrutura; na realidade, a infraestrutura é muito precária. E o que esses empreendimentos têm feito é levar nova condição de vida para um número grande de brasileiros.

Sabemos que, em qualquer empreendimento, ao se mexer na terra, naquele local, podem existir alguns micro-organismos muito importantes e que podem vir a ser destruídos. Mas o que se procura, cada vez mais, com o avanço da ciência e da tecnologia, é estudar exaustivamente tudo aquilo que se conhece em termos científicos e procurar dar uma resposta para essas questões.

E assim, mais uma vez, procurou-se fazer nesse empreendimento de Belo Monte. É um orgulho extraordinário para um país poder implantar um empreendimento desses, levando em conta todas as condições exaustivas que foram levantadas por um grande número de engenheiros, biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos, corroborando aqui a qualidade dos estudos a que se referiu o Dr. Thomaz.

É claro que esses avanços também são resultado daquelas exigências que a nossa legislação evoluiu e da capacitação dos técnicos que existem nos vários órgãos que têm de nos dar as anuências para que possamos implantar esses empreendimentos.

Sabemos da importância de Belo Monte para o País. Sabemos o que representa uma energia barata que o nosso País venha a ter no futuro e que vai movimentar as nossas indústrias, o nosso comércio. Isso vai trazer uma competitividade muito grande para o nosso País. E a maioria dos países do mundo primeiro esgotou a sua fonte hidrelétrica para depois fazer uso de outros tipos de fonte.

Hoje, não se encontram, no mundo desenvolvido, fábricas desses equipamentos como nós encontramos no Brasil, porque, aqui, nós temos um potencial extraordinário de quase 260 mil megawatts, dos quais um terço somente nós estamos aproveitando.

É claro que o desenvolvimento do País sempre se deu da região costeira para o interior, e as regiões mais desenvolvidas do País, as regiões Sudeste e Sul, tiveram os primeiros aproveitamentos hidroelétricos numa época em que se podiam construir usinas com grandes reservatórios, usinas que podiam acumular água para vários anos e, com isso, garantir um abastecimento bastante seguro. Hoje, estamos trabalhando num outro tipo de região, que é a região amazônica, cuja topografia, em muitos locais, não é tão favorável como a dos empreendimentos que fizemos na região Sudeste.

Belo Monte ainda é uma dessas dádivas da natureza, porque tem um desnível de aproximadamente 90 metros. Isso é uma dádiva que o nosso País tem e que não podia ser desperdiçada, tinha que ser utilizada economicamente, em benefício da nossa sociedade. Mas isso não pode ser feito sem que uma série de medidas, tanto de cunho social quanto de cunho ambiental e de proteção daquelas sociedades indígenas que estão naquela região, não fossem atentadas e, para cada uma delas, tivesse um programa de mitigação para que a gente pudesse fazer um empreendimento, do qual todos nós, brasileiros, venhamos a nos orgulhar.

Essa é a disposição de todos os nossos acionistas. É uma tradição que o setor elétrico brasileiro vem, há longas décadas, imprimindo e, à medida que o avanço da nossa sociedade nos impõe uma legislação com maior conhecimento científico, esse conhecimento científico deve ser usado em benefício do próprio País, e isso foi feito com relação à Belo Monte.

Essas mais de cem mil páginas de trabalho e discussões com uma metodologia inovadora, que conjuntamente foi possível criar para que esse projeto pudesse ser analisado em todos os seus aspectos, realmente é um trabalho que traz um orgulho para todos aqueles que tiveram o privilégio de participar até este momento da implantação desse empreendimento.

Temos a certeza de que nós já temos uma maturidade muito grande. Existem na área desse empreendimento 11 Municípios. Para apoio desses Municípios, o próprio Governo resolveu criar um plano de atendimento a grandes questões sociais. Na gênese desse plano, que se chama Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu, envolvendo 11 Municípios, numa região onde hoje vivem aproximadamente 340 mil pessoas, encontra-se uma região que tem muitas deficiências. E esse empreendimento vai poder levar um programa de quase mil novas ligações de um novo Programa Luz para Todos, de eletrificação para aquela região; um programa de saúde que, no próximo dia 28, será iniciado, de combate à malária, um programa que precisava ser feito, mas que, por uma série de circunstâncias, não pôde ser realizado na magnitude do que a Norte Energia está propiciando para aquela região. Levar a educação, o saneamento para regiões que hoje não dispõem nem de 2%, todas essas ações não se dão como naquele seriado "Jeannie é Um Gênio"; nós não temos essa capacidade. Temos que fazer um projeto, temos que ouvir as comunidades, as suas aspirações, temos que dialogar com as prefeituras, com as comunidades e com os políticos da área. E, com isso tudo, foi possível construir uma série de entendimentos que propiciaram nós chegarmos até aqui.

Sabemos que ainda haverá muitos desafios, e muitas questões de cunho social talvez não tenhamos conseguido captar. Mas, no próximo dia 17, nós teremos a segunda reunião do Plano de Desenvolvimento Regional, quando será apresentado o seu regimento, e pessoas de governos e da sociedade civil organizada vão poder se manifestar a respeito da condução do assunto.

Em um programa que vai acompanhar o empreendimento de Belo Monte, um empreendedor colocou à disposição R$500 milhões. Esses R$500 milhões vão ser disponibilizados em duas etapas: R$250 milhões nos primeiros dez anos e os outros R$250 milhões nos dez anos posteriores. Isso para que se ganhe maturidade com as questões que serão necessárias. E este programa PDRS Xingu vai contar a partir das solicitações que forem aprovadas pelo seu comitê gestor, com recursos do próprio Orçamento da União, para o desenvolvimento daquela região, que foi uma região de fronteira e com muitas dificuldades, muitas dificuldades para o seu desenvolvimento. E nós, da Norte Energia, por intermédio dos nossos acionistas, seremos um ente a mais para colaborar com o desenvolvimento de toda aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Dr. Carlos Nascimento e digo a V. Sª que as dúvidas persistem, mas vamos tentar esclarecê-las nos questionamentos.

Quero também agradecer a presença dos diretores do Consórcio Norte Energia, que aqui acompanham o seu presidente, os nossos consultores do Senado. Questiono o Senador Ivo Cassol se deseja fazer alguma indagação a respeito das exposições, além do que V. Exª já fez quando usou da palavra o Dr. Thomaz Toledo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com certeza. Quero desejar ao Presidente da Norte Energia, Dr. Carlos Nascimento, sucesso nesse empreendimento. Todo mundo sabe e tem conhecimento que, infelizmente, nós temos muitas organizações, muitas ONGs que, na verdade, são contra obras relevantes para o País. Esta Comissão e a nossa Comissão do Meio Ambiente têm conhecimento disso, especialmente na nova modelagem dada a esse empreendimento pela Norte Energia e autorizada pelo Ibama. No modelo do passado, o impacto ambiental era muito grande. O empreendimento de hoje é diferente. E vocês estão de parabéns, Senador Flexa Ribeiro, pela riqueza que o Pará tem. A riqueza que temos no rio Madeira é muito grande, tanto a construção da usina Santo Antônio quanto a de Jirau, que está a todo vapor. O rio Madeira, nos próximos dias, de 27 de junho a 5 de julho, será fechado para passar nas comportas. Fiz o convite para a nossa Presidente Dilma, ela que criou, nacionalmente, esse novo modelo para participação do leilão público, pelas dificuldades da burocracia que o sistema acaba impondo.

Mas, ao mesmo tempo, quero dizer que, pelo conhecimento que tenho da área, como executivo, pelos dois empreendimentos que estão sendo construídos em Rondônia e como Vice-Presidente desta Comissão, eu quero contribuir para que aquilo que não foi 100% no nosso Estado seja 100% no Pará e também no Mato Grosso, para que venha uma grande obra, de mais de mil *megawatts* pela frente, que são vários empreendimentos que estão por aí. E esta Comissão, que hoje é direcionada diretamente para Belo Monte, tenho certeza de que vai poder contribuir muito para as outras regiões.

E mesmo aqueles que são contra essas obras não deixam de tomar uma água gelada, não deixam de tomar uma cervejinha gelada, não deixam de pedir um gelinho de coco, que é feito com a energia gerada por projetos como esses. Eles não deixam de assistir ao joguinho deles, do Flamengo ou do Corinthians ou de tantos outros times do Brasil afora, mas muitas vezes ficam boquejando para que nós não aproveitemos essas riquezas naturais.

Há poucos dias, assistimos, tristemente, o que aconteceu no Japão, com as usinas nucleares. Hoje os países estão se levantando e trabalhando contra essas usinas. A Alemanha já está com um programa para acabar com as usinas nucleares até 2025. Mas, ao mesmo tempo, temos Angra 1 e Angra 2, e estão querendo fazer a terceira usina aqui.

Eu disse, pouco tempo atrás, que o carioca é um povo muito corajoso, por fazer essas usinas praticamente dentro da cidade – Angra dos Reis é dentro do polo turístico do Rio de Janeiro. Muitas vezes, esses mesmos que são contra tudo e contra todos não são contra as usinas nucleares.

Uma certeza vocês podem ter: por mais que nós preservemos – e o Ibama está aqui para isso, o Ministério do Meio Ambiente também – a questão ambiental, o homem é tão inteligente, como o senhor disse há pouco, que, em lugares onde se vai fazer a obra, "vai causar impacto aos microorganismos ou aos peixes, aos bagres no rio Madeira, ou às pererecas no Pará", de um lado e de outro. Mas, da mesma maneira que o homem é inteligente, ele até hoje soube dinamizar as ações e compensar esses pequenos impactos em todas as áreas. O que nós não podemos, de maneira nenhuma, Sr. Presidente, é ser escravo da nossa própria riqueza. O que nós não podemos é aceitar imposições goela abaixo de pessoas que, infelizmente, estão sendo pagas por alguém que não tem interesse em que o País seja um dos melhores do mundo, que o Brasil seja um dos países mais ricos do mundo. Nós temos potencial para isso, temos capacidade para isso, temos tecnologia para isso, temos terras para isso. Estamos aí discutindo o Código Florestal e há muita gente querendo tratar os produtores do Brasil como bandidos, quando, na verdade, temos que andar, ambientalistas e produtores, lado a lado, como irmãos, como uma família, e não tratando os produtores como bandidos, tratando esses empreendimentos como se fossem uma destruição do País. Na verdade, nós temos que aglutinar, trazer esses esforços e a boa vontade dos dois lados e dar segurança jurídica para que se possa construir.

Lá, na usina do Madeira, quantos processos abriram contra o presidente do Ibama, contra ex-diretores do Ibama. Eu sei que muita gente faz discurso, em âmbito nacional, numa sala com ar condicionado aqui em Brasília. Eu disse até, Thomaz, que, se nós tivéssemos que punir alguém que cometeu erro, se nós tivéssemos que prender alguém que, nesses anos todos, acabou cometendo algum erro, especialmente no setor produtivo, o primeiro que teríamos que prender seria a ex-Ministra Marina Silva. Prender. Por quê?

Porque ela foi Ministra, só discursava para as câmeras, só falava para a mídia. Ela passou de seis a sete anos como Ministra e não levou nenhum carrinho de mão para o meu Estado. Para lá, ela não levou uma bicicleta, não deu uma Cibalena para ajudar a cuidar da preservação. Esse pessoal vem fazer discurso contra usinas, contra isso, contra aquilo, mas bem que gosta de uma mordomia. Bem que ela gosta de andar bonitinha e arrumada, com o algodão que é produzido pelo desmatamento.

Está aqui outro exemplo de que falamos hoje: nós temos a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. É uma rodovia federal. Na década de 70, eu era caminhoneiro e puxava banana de Porto Velho para vender em Manaus. Eu saía de manhã e, à noite, eu chegava lá. Hoje não há mais estrada; ela está acabada e, para poder fazer, para conseguir autorização, é um deus nos acuda. E essa mesma ministra foi contra o tempo inteiro. Mas, graças a Deus, o Presidente Lula viu a tempo, lá atrás, e deu-lhe o passaporte de ida e não deu a passagem de volta. E, com isso, o Ibama conseguiu crescer, os técnicos conseguiram fazer um trabalho e, ao mesmo tempo, pudemos preservar, cuidar da questão ambiental.

Devemos continuar as riquezas naturais que temos. E não serão países, como os Estados Unidos ou os da Europa, que, depois de fazerem o que fizeram, agora vão quer que nós sejamos exemplo. Nós não queremos ser exemplos para eles; nós queremos ser exemplo para os nossos filhos.

Portanto, estou de acordo. Continuem trabalhando. Por isso, pactuo para que esta Comissão pegue modelos de todo o Brasil, da região Norte, do rio Madeira e o que tiver dado certo, que se amplie mais ainda, e os que não deram certo, que não foram 100%, que nós melhoremos ainda mais. E quem ganha com isso é o povo do Pará e o povo do Brasil. Para isso, precisamos de outra situação, Sr. Presidente.

É importante o que vou falar agora para o povo da região amazônica, de Rondônia e do Pará. Nós, Rondônia e Pará, somos grandes produtores de energia. E, sendo grandes produtores de energia, hoje o Pará, a partir de agora, começa a gerar emprego e renda. Mas isso é passageiro, porque, daqui a pouco, terminam as obras. E aí a energia vai ser comandada, se for facilitado, lá em Copacabana, de frente para o mar, por meio da informática que nós temos hoje. E na atual legislação que temos, sabe o que vai ficar para o Pará, Flexa Ribeiro? Desculpe-me a expressão, mas vai ficar uma banana para o Pará, como vai ficar uma banana para Rondônia. Os empregos se vão.

Porto Velho hoje já está sentindo na pele o índice de desemprego, por mais que, nacionalmente, não tenha havido um índice muito grande. Já começaram a diminuir os dois consórcios, pelo avançado da obra, e é para isso que temos que nos preparar nesta Casa, nesta Comissão, na Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização. Devemos preparar uma legislação para que a nossa Presidente do Brasil e o Senado aprovem uma compensação, ou com o ICMS verde ou qualquer alternativa. Portanto, conclamo o povo do Pará, sob o seu comando, Flexa, para que, antes de terminarem as obras de Belo Monte, antes de terminarem as obras de Santo Antônio e de Jirau, que a legislação já esteja em vigor, porque, depois dessas obras prontas, infelizmente, ninguém vai dar bola nem atenção para o grito que nós vamos dar. Então, eu queria apenas reforçar isso. Parece que não tem nada a ver uma coisa com a outra, mas no fundo tem tudo a ver.

Dizem que quem vai falar serão os *royalties,* mas eles são muito pequenos, pelo ICMS que pode dar, pela fatura que se vai ter. E aí, para quem fica? Apenas para os Estados que vão consumir energia: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. É tudo muito bom aqui, porque aqui todo mundo fala da Amazônia, mas ninguém dá um *help* para preservar a Amazônia. Eu quero ver se os políticos dessa região têm coragem de colocar a mão no bolso e dizer: "Já que há uma fatia extra, vamos dar uma parte para o Estado do Pará, vamos dar uma parte para o Estado de Tocantins, vamos dar uma parte para Mato Grosso, vamos dar uma parte para Rondônia". Para os Estados que, na verdade, eles deveriam beneficiar.

Conte conosco, Dr. Carlos, para que nós possamos dar agilidade e dar condições para que esse empreendimento aconteça o quanto antes, porque o Brasil está crescendo e a tendência é crescer mais ainda e, sem energia, isso não vai acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço, Senador Ivo Cassol.

Quero saudar, também, os técnicos do Ministério de Minas e Energia, que tem como Ministro o nosso colega Senador Edison Lobão. Ainda na semana passada, estive com ele, tratando de outra questão, que é a questão do novo marco regulatório da mineração, que também diz respeito e tem grande importância para o meu Estado do Pará.

Eu vou, na sequência do Senador Ivo Cassol, fazer alguns questionamentos e passarei a palavra para os nossos convidados, para que possam responder em conjunto, pois daqui a pouco, às 4h, vamos ter a Ordem do Dia, embora eu espere que não comece às 4h.

Eu perguntaria ao representante do Ibama... Foi-nos passada a cópia da Licença de Instalação nº 795/2011, de que eu já tinha conhecimento através

do *Diário Oficial*, e aqui eu queria fazer alguns questionamentos, algumas solicitações, para que o Ibama pudesse atender à Subcomissão de Implantação de Belo Monte.

Como primeira solicitação, eu pediria ao representante do Ibama, Dr. Thomaz Toledo, que encaminhasse à Comissão todo o processo de licenciamento da usina de Belo Monte, naquilo que diz respeito à questão da licença de instalação e, em especial, estou vendo aqui, no item 2 da licença, às condicionantes específicas. Aqui diz "implementar os programas e projetos inseridos nos planos elencados abaixo, em acordo com o conteúdo e cronograma aprovado por este Ibama".

Então, eu pediria, também, que fossem enviados à Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente esses programas e projetos que estão elencados, da letra "a" até a letra "n", para que possamos dar conhecimento aos Srs. Senadores membros da Subcomissão e membros da Comissão de Meio Ambiente, e à área técnica de consultoria do Senado, para que possa, também, debruçar-se sobre a documentação.

Eu verifico, e gostaria de saber a posição do Ibama, porque temos discutido... E agora, como bem colocou o Senador Ivo Cassol, depois do lamentável acidente que ocorreu no Japão, com a usina nuclear, o mundo inteiro se mostrou preocupado em dar sequência à instalação de novas usinas ou mesmo daquelas que já estavam programadas. Alguns, ou talvez a maioria ou todos, suspenderam-nas, até para uma reavaliação, para, depois da reavaliação, dar continuidade ao programa.

A Alemanha, por exemplo, tomou como decisão suspender e não mais fazer a geração de energia pelo processo nuclear, tal é o risco que acontece.

Como o Ibama se comporta em relação a licenciamento de usinas nucleares no País?

A comissão de Parlamentares que esteve em visita a Angra III se mostrou estupefata com relação à falta de segurança para a população do local, inclusive quanto à questão de programas de atendimento de emergências, em qualquer acidente que possa ocorrer – e esperamos que isso não ocorra.

Então, o Ibama cria uma série de dificuldades, impedindo a ampliação da geração hídrica no País, e o meu Estado, desses 200 e tantos mil megas de que o Dr. Carlos Nascimento falou, já temos levantados pela Eletronorte algo em torno de 80 mil mega possíveis de geração, incluindo Belo Monte, no Estado do Pará, fora os outros Estados da região amazônica. Então vamos ter não só a implantação de Belo Monte, mas deveremos ter – e o Ibama vai ser ouvido sobre isso – a implantação de outros projetos quase que em paralelo, como a hidrelétrica de Marabá, a hidrelétrica de Santa Isabel, mais à frente, São Luiz do Tapajós. Ou seja, são projetos que vão vir para efeito de licenciamento do Ibama. Então, gostaria de saber como o Ibama enxerga a questão da energia nuclear *versus* energia hídrica, com relação ao levantamento.

Vejo também que essa licença era uma licença de instalação precária. Não sei como – e também faço a pergunta ao Dr. Carlos Nascimento – o consórcio empreendedor pode ter segurança em dar início ao projeto e, a qualquer momento, ele ser suspenso, em função das condicionantes ou das imposições feitas pelo Ibama na licença de instalação 795.

Verifico aqui pela leitura que algumas obras não foram ainda licenciadas pelo Ibama. Umas delas me traz uma preocupação muito grande e também faria a pergunta ao Dr. Thomaz: por que essa licença não foi concedida? E, ao Dr. Carlos, como ele vai fazer a implantação, se é que estou entendendo o texto da licença, sem que isso possa ser feito?

Aqui estão as condições de validade. Copiaram duas páginas numa só folha, então a gente tem que saber onde a coisa se encontra. Item 2.4 do item 2, que diz respeito às condicionantes específicas.

Aqui no Item 2.4 está dito o seguinte: "Estão bloqueadas e dependerão de avaliação e aprovação expressa da diretoria de licenciamento ambiental..." V. Sª não é o diretor. Se fosse já poderia diretamente ter a resposta. "... a execução das atividades de implantação e melhoria relativas aos travessões (...)" Acesso ao porto é a primeira indagação. Quer dizer, o acesso ao porto não está liberado. Como vai iniciar a coisa se o acesso ao porto, o Ibama não liberou? É aquela história de se liberar para você fazer uma viagem e não dar a passagem. Quero saber se é isso que estou lendo. Você está autorizado a viajar, de ônibus ou de avião, mas não tem a passagem ainda para fazer a viagem.

Então, duas delas são importantes: o acesso ao porto, que me parece que não está liberado, e a outra tão importante quanto, as linhas de transmissão para suprimento dos canteiros, que também não estão liberadas. Como vai alimentar de energia a obra para que ela possa, ao final, produzir energia para o Brasil?

Esses dois itens me parecem fundamentais, e, não estando concedidos nessa licença, eu não vejo – daí a pergunta ao Dr. Carlos – como as obras poderão ter início.

Aqui também, no item "d", verifica-se que não há liberação para a exploração de jazidas e as atividades de bota-fora. Isso é importante, mas não é tão crucial quanto a questão do porto, por onde têm que chegar os insumos, e das linhas de transmissão para atender aos canteiros. Senão, não haverá capacidade de geração.

Ao Dr. Carlos, eu pediria também que pudesse encaminhar à Subcomissão cópias dos contratos firmados entre o consórcio Norte Energia e o consórcio construtor, além do ato de constituição do consórcio Norte Energia, para que nós possamos, no Senado Federal, ter pleno conhecimento de quem está compondo o consórcio empreendedor e, em sequência, quem compõe o consórcio construtor e qual a relação, qual o valor contratado entre a Norte Energia e o consórcio construtor.

V. Sª disse, há pouco, e pela mídia nós temos conhecimento disso, que, independente do valor necessário para a implantação do projeto, estimado hoje em torno de R$25 bilhões – começamos com R$19 bilhões e estamos já em R$25 bilhões –, a mídia tem divulgado que serão alocados recursos da ordem de R$5 bilhões para atender exatamente as necessidades dos Municípios impactados pelo projeto, que estão em torno do sítio onde ele será implantado, na questão de saneamento, de saúde, de segurança, de infraestrutura. Eu gostaria que V. Sª esclarecesse se esses R$5 bilhões serão recursos do Tesouro, da União, ou do consórcio empreendedor.

Faço essa pergunta, porque, há pouco, V. Sª disse que R$500 milhões serão aplicados pelo consórcio empreendedor, sendo R$250 milhões nos primeiros dez anos e R$250 milhões nos dez anos subsequentes. Quero saber se faltou um zero ou dois zeros nesse valor, porque mudamos de R$5 bilhões para R$500 milhões. Nós temos R$4,5 bilhões que viraram gasparzinho. Então a gente precisa saber onde eles serão aplicados.

Preocupa-me também, Dr. Carlos Nascimento, algo que V. Sª disse há pouco. O PDRS tem um conselho gestor. Nesse conselho gestor estão...

Quero saudar agora a presença do nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral. Este sim é um conhecedor do setor, ex-Ministro das Minas e Energia, barrageiro, como os senhores da área chamam. Ele tem uma história enraizada no Estado do Pará, porque nos ajudou a construir Tucuruí desde o início. Ele mesmo confessa e pede perdão pelos pecados que cometeu quando implantou Tucuruí e diz a todos nós aqui que não cometerá esses mesmos pecados. Espero que nem outros. Os que foram cometidos em Tucuruí não serão mais cometidos em Belo Monte.

Para nós, Dr. Carlos, Dr. Thomaz, Senador Ivo Cassol, é uma segurança maior na implantação de Belo Monte, não só para a Subcomissão de acompanhamento, para a Comissão de Meio Ambiente, para o Senado Federal, para o Estado do Pará, que ele, se não é, será cidadão do Estado do Pará, por encaminhamento da assembleia, isso já está providenciado, porque ele vai nos defender dos "malefícios" que poderiam advir, mas que ele já prometeu, como eu disse, não permitirá cometer os mesmos pecados.

Continuando, Senador Delcídio, estou fazendo alguns questionamentos e já passo a palavra a V. Exª.

Foi criado pelo Governo Federal um conselho de acompanhamento, chamado Plano de Desenvolvimento Regional do Xingu. Nesse conselho, têm assento os órgãos federais, estaduais, municipais e a sociedade organizada. Esqueceram o Senado Federal, esqueceram o Congresso Nacional.

Desde já, vamos pedir à secretaria, Senador Delcídio, que nós pudéssemos encaminhar à Presidenta Dilma uma solicitação para que o Senado e a Câmara pudessem também ter assento nesse conselho, para que nós acompanhássemos, por dentro, os entendimentos com relação à implantação do conselho. O Senado representando os Estados e a Câmara representando a sociedade. É um esquecimento que, espero, ainda possa ser corrigido com o entendimento. Ainda há pouco, o Senador Cassol disse que almoçava com a Presidenta Dilma. Então, o Senador Cassol, o Senador Delcídio poderão levar e defender esse pleito da Subcomissão para que o Congresso tenha assento no PDR do Xingu.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – V. Exª também está convidado para o almoço com a Presidenta Dilma.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O convite é seu, quando for dela... *(Risos.)*

Vamos continuar.

O Senador Delcídio tem uma veia bastante irônica.

Mas, como eu dizia, aí V. Sª colocou algo que me deixou preocupado. Esses R$500 milhões virão de receita orçamentária da União. Entendi dessa forma. Então vamos esclarecer. Se vêm recursos da União para fazer essas ações, vamos esquecer, porque, Senador Delcídio, não vão chegar, não vão chegar. Aí vou ter que me colocar do lado daqueles que duvidam de que essas ações serão efetivamente realizadas. Espero ter escutado de forma incorreta.

Perguntaria ao Dr. Carlos: na composição do consórcio Norte Energia, qual a participação da União? Quando falo União, eu me refiro à Eletrobras, aos fundos de pensão. Qual o total de participação acionária no consórcio Norte Energia e quanto ficou para os empreendedores privados fazer a relação disso? E quando foi o financiamento do empreendimento, ou seja, quais os recursos que serão investidos pelos empreendedores privados de receita própria deles, quais os recursos que serão financiados para o empreendimento e quais os recursos que serão alocados por esses parceiros do consórcio que são entes da Federação brasileira.

Em princípio, seriam esses os questionamentos iniciais. Há também a solicitação dos documentos que já o fiz.

Passo a palavra ao nosso Relator, Senador Delcídio do Amaral que, mesmo sem ouvir as exposições dos nossos convidados tenho certeza absoluta de que ele já está bem a par dos procedimentos que estão avançados com relação a Belo Monte, e fará as suas indagações.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Primeiro, quero cumprimentar o Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Subcomissão de Belo Monte, não tenho dúvida nenhuma que esta Subcomissão, ao longo da implementação de Belo Monte vai ser uma Subcomissão importantíssima para discutir um projeto fundamental para o Brasil, fundamental para a Amazônia, especialmente para o nosso querido Pará, nos próximos anos.

Fico feliz em estar aqui com o Senador Flexa e também com o Dr. Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do Ibama, e com o meu amigo Nascimento, que hoje é Presidente do consórcio Norte Energia. Um homem muito competente, nós trabalhamos juntos como diretores da Eletronorte, é uma pessoa muito qualificada, é do setor de energia e também empresário. Portanto, não tenho dúvidas de que esse projeto está em boas mãos. Ele, além de ser da região, é um homem competente, engenheiro competente.

Cumprimento o Rufato em nome de toda a equipe da Eletronorte e do consórcio. Acho que, talvez, o Rufato não tenha cometido tantos pecados quanto eu na Amazônia, mas nós trabalhamos juntos em Tucuruí, é um excelente engenheiro também. Cumprimento também o Senador Ivo Cassol. Quero pedir desculpas, porque hoje, coincidentemente, estamos com um problema sério aqui no Senado de comissão, subcomissão, comissão especial, audiência pública, e não pude estar presente. Eu fiz um requerimento para discutirmos as concessões, que é um assunto que preocupa todo o setor de energia elétrica, Nascimento sabe muito bem o que isso representa, e coincidiu com a reunião da Subcomissão de Belo Monte a audiência pública. E o que é pior: é uma audiência pública de duas Comissões – da CAE e da CI. E eu sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e o requerimento é meu. Eu não podia sair de lá, apesar das pressões do Senador e Presidente Flexa Ribeiro, eu não tinha condições de sair de lá por essas razões todas, mesmo sendo Relator da Subcomissão de Belo Monte, por isso cheguei agora.

Primeiro queria colocar as minhas posições pessoais sobre Belo Monte. Conheci Belo Monte quando ela se chamava Kararaô, Rufato lembra disso. Nós íamos a Tucuruí para dar sustentação, Nascimento era diretor da Eletronorte, para as equipes que estavam estudando Kararaô e Babaquara. Eram dois projetos com reservatórios gigantescos de 2.000km^2. Estávamos fazendo Tucuruí, que, felizmente, os reflexos de Tucuruí para aquilo que diziam foram muito menores, mas aí foi um misto de competência, de sorte, porque um projeto daquele tamanho na Amazônia e sendo pioneiro é um desafio incomparável. A Amazônia também teve outros projetos, como Balbina, que nós lembramos bem, Samuel. Balbina é um projeto muito polêmico no rio Uatumã, no Amazonas, perto de Presidente Figueiredo. Eu acompanhei a evolução desses projetos. Belo Monte, sem dúvida nenhuma, Dr. Thomaz, Coordenador de Licenciamento, é muito melhor do que qualquer outro projeto já implantado na Amazônia. Nós aprendemos muito não só sob o pondo de vista tecnológico, sob o ponto de vista de logística, mas especialmente sob o pondo de vista ambiental. A evolução das usinas na Amazônia, pelo menos o que se percebe, é que vamos trabalhar com usinas a fio d'água, exatamente pelas experiências que tivemos em usinas hidroelétrica na Amazônia, e Belo Monte é nessa linha. O projeto foi aperfeiçoado de tal maneira que praticamente o reservatório é a calha do rio Xingu.

Eu estava conversando, outro dia, com o Nascimento e o Senador Flexa sobre essa polêmica toda de Belo Monte. Primeiro, parabenizo o Ibama pela maneira competente, séria, rigorosa, firme com que conduziu esse licenciamento. Temos uma expectativa muito boa com o Ibama com essa nova direção. Não estou criticando os outros. Mas essa nova direção é composta de pessoas que, sem dúvida nenhuma, compreende bem o seu papel com o meio ambiente, com a sustentabilidade, com o desenvolvimento do Brasil. Não é fácil agregar tudo isso. Criticar é tranquilo, mas ter esse compromisso ambiental de sustentabilidade, compromisso social e de desenvolvimento econômico também não é fácil. É uma tarefa para poucos. E eu não poderia deixar de destacar a seriedade com que foi desenvolvido esse projeto de licenciamento ambiental de Belo Monte.

Aproveitando que o Dr. Thomaz Toledo está aqui presente, eu gostaria de perguntar o seguinte. Hoje eu não sei se o licenciamento foi mais complicado ou se o cumprimento dos compromissos assumidos e o acompanhamento vão ser muito mais difíceis. É evidente que Belo Monte, dentro dessa nova conceituação, vai levar investimento na infraestrutura dos Municípios, saneamento, uma série de atitudes mitigatórias. Dentro de um conceito muito diferente de outros empreendimentos que foram feitos na Amazônia e eventualmente em outras regiões do País. Não é só na Amazônia.

Então, quais são os desafios que temos pela frente, no que se refere aos compromissos assumidos, fruto das exigências do licenciamento ambiental? Evidentemente, que aqui não dá para falar de tudo, mas pelo menos naqueles pontos que preocupam mais o Ibama e que vão exigir mais do Nascimento na presidência do consórcio.

Outra questão é se há, em função do Projeto Belo Monte, interferência ou não nas etnias indígenas que vivem lá. Ouvi o Presidente Flexa fazer uma série de considerações com relação ao consórcio, aos investimentos, o que é financiado. Não vou entrar nesse ponto para não ser repetitivo, mas eu queria perguntar para o Nascimento sobre o projeto de engenharia. Muito se fala que Belo Monte vai custar muito mais do que aquilo que se diz; em Belo Monte, o canal de adução vai ser maior do que o canal do Panamá; não temos muita convicção, não foram feitos estudos geológicos suficientes para trazer segurança com relação ao projeto. Ou seja, existem questionamentos vários no que se refere aos dados consolidados ou aos parâmetros consolidados para a implantação do projeto civil e, evidentemente, por tabela, o projeto eletromecânico.

Então, eu queria ouvir um pouco, aproveitando esta oportunidade, o que há de real nisso? Os estudos trazem... Isso de Belo Monte é a mesma coisa que está acontecendo com o trem-bala. Eu não quero misturar trem-bala com Belo Monte, pelo amor de Deus! Porque há sempre um questionamento assim: mas o projeto é suficiente? O projeto consegue dar, consegue definir nitidamente os parâmetros para ficar dentro do orçamento que se imagina para Belo Monte? Portanto, eu acho fundamental aproveitar esta oportunidade, aproveitar a presença do Nascimento aqui para esclarecer isso, porque muitas coisas são ditas e acabam virando verdade, quando a realidade é outra. Então, um pouco é saber dos projetos de engenharia. Quer dizer, qual a segurança que os projetos de engenheira nos transmitem para que, efetivamente, nós tenhamos segurança com relação ao orçamento de Belo Monte?

Por último – aí é mais um registro meu, de alguém que viveu lá na Amazônia –, eu já assisti a esse filme em preto e branco. Ou seja, tudo isso que estamos vendo é, naturalmente, o que circunda um projeto estruturante, um projeto tão importante para o País como o projeto de Belo Monte. Acho que hoje o Brasil está muito mais qualificado, está muito mais preparado, pela sua experiência, para desenvolver um projeto de Belo Monte, que, no meu ponto de vista, talvez seja o projeto mais importante hoje em desenvolvimento não só no País, Ivo, mas um dos projetos mais importantes na área de energia do mundo. Acho que só consigo vislumbrar a Três Gargantas lá no Yang-Tsé, na China, que tive oportunidade de conhecer logo no início da implantação. Portanto, é um projeto fundamental. Eu me surpreendo quando vejo pessoas comentarem: como se faz uma usina de 11 mil *megawatts* para gerar cinco mil? O projeto de Belo Monte não pode ser analisado sob o ponto de vista isolado. O projeto de Belo Monte tem que ser analisado sob o ponto de vista de sistema interligado. Portanto, a energia de Belo Monte se reveste de uma importância crucial para o País.

Ao mesmo tempo, Senador Flexa, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que, agora, nós entramos numa... Nós estávamos aguardando, Dr. Thomaz Toledo, o licenciamento, até porque, como o licenciamento era um momento muito delicado do projeto de Belo Monte, então, nós procuramos adiar muitas audiências públicas, inclusive de visita ao *site*, para evidentemente ultrapassar essa fase, que é crucial para o projeto, mas, daqui para frente, com certeza, nós seremos, sem dúvida alguma, como disse o Senador Flexa, protagonistas nesse projeto e queremos estar muito juntos aqui e colocar o Senado Federal à disposição para se fazerem esses debates e esclarecer muitas questões que estão aí no ar. Ou, então, começam a repetir tantas vezes que uma mentira vira verdade.

Um dos objetivos desta Subcomissão é eliminar, de uma vez por todas, essas dúvidas ou, eventualmente, informações inadequadas. Nós vemos o tamanho do movimento. Até a OEA entrou nesta questão de Belo Monte, porque, quer queira, quer não, costumam dizer que isso aí é discurso de conservador, é discurso da direita, quando, na verdade, é um discurso do País, é um discurso do Brasil. Muita gente joga contra uma matriz energética com o perfil da matriz energética brasileira renovável. Que me desculpem alguns, mas nós temos 48% da energia renovável quando a média no mundo é 17% ou 18%. E não se iludam, porque muita gente não quer isso e usa um discurso muito bonito, ambientalista, quando, na verdade, o interesse é comercial. E, por mais puros que sejam muitos que defendem o meio ambiente – e muitos têm essa personalidade, há muita gente que usa o discurso ambiental para fazer outras coisas, que normalmente facilitam a vida de alguém –, eles não estão aqui no Brasil e não veem a realidade dura que nós enfrentamos e o desafio considerável que nós temos de transformar o Brasil num país cidadão, num país onde todos tenham oportunidades, tenham saúde, tenham educação e tenham futuro, acima de tudo.

Portanto, Senador Flexa, mais uma vez pedindo desculpas pelo meu atraso, eu queria só fazer essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao nosso Relator, Senador Delcídio

Amaral, e vou passar aqui aos nossos convidados. Mas, antes, eu queria só complementar uma pergunta ao Dr. Carlos Nascimento.

Nós temos tido conhecimento de desistências de várias empresas que faziam parte do consórcio vencedor do leilão. Eu queira que V. Sª pudesse informar se esse movimento já foi totalmente absorvido, ou seja, se as empresas que colocaram a sua intenção de sair já saíram ou se ainda existem possibilidades de desistência de outros empreendedores que participaram do leilão.

Com a palavra, o nosso convidado Dr. Thomaz Toledo, Coordenador de Licenciamento do Ibama.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Obrigado, Sr. Presidente, eu queria, antes de iniciar meus esclarecimentos, agradecer a manifestação do Senador Delcídio Amaral. Eu faço parte do quadro técnico do Ibama. E, até avançando em relação às perguntas que questionaram sobre a discussão de matriz energética no País e também sobre políticas de desenvolvimento da Amazônia, eu acho que nós avançamos, adquirimos uma maturidade maior no licenciamento ambiental em termos de reduzir as polêmicas. Para o licenciamento ambiental, são carregadas várias polêmicas, principalmente aquela sobre qual opção de matriz energética é melhor do ponto de vista ambiental. O meu ponto de vista particular é que não temos opção de abrir mão de nenhuma. Teremos que trabalhar com todas. O que podemos fazer, nesse momento, é priorizar aquelas para as quais dispomos de tecnologias mais adequadas do ponto de vista ambiental. Então, hoje conseguimos instalar essas tecnologias com o menor impacto ambiental. Mas certamente passaremos pela necessidade de utilizar todas essas matrizes que estão colocadas.

Mas eu acho que nós também avançamos lá no licenciamento ambiental em definir a missão dessa ferramenta específica relacionada à política ambiental, que é de unicamente reduzir os impactos ambientais relacionados àquela obra.

Por exemplo, o senhor mencionou a questão indígena, que até a OEA entrou, na realidade a Comissão de Direitos Humanos entrou colocando na realidade o posicionamento pessoal de um dos conselheiros em relação ao projeto. Realmente são colocados no licenciamento ambiental diversos interesses, mas o papel do Ibama no licenciamento ambiental é garantir a redução dos impactos ambientais daquele empreendimento. O papel é objetivamente é esse. Esse é o nosso trabalho, e nós estamos focados nesse trabalho. Acho que por aí passa o amadurecimento da aplicação dessa ferramenta.

Com relação ao questionamento feito pelo Senador Ivo Cassol, o Senador colocou com muita propriedade que, no passado, a supressão de vegetação na área do futuro reservatório foi uma condição que nós evoluímos no licenciamento ambiental como uma medida para mitigação de impacto sobre a qualidade da água. Essa vegetação que é alagada entra em decomposição e leva uma queda na qualidade da água do futuro reservatório. Então, os estudos indicaram por uma dessas alternativas, que é a supressão dessa vegetação.

Então, agora, nas usinas mais recentes, principalmente essas usinas na região amazônica, a gente constatou que já uma necessidade em se prever, tendo em vista essa supressão de vegetação, o não desperdício desse recurso natural, o recurso madeireiro. Portanto, que seja dado um aproveitamento econômico para essa madeira. Essa é uma exigência do licenciamento ambiental, embora ainda caibam aperfeiçoamentos. Certamente é uma exigência que passará nesse processo de Belo Monte também, tendo em vista que terá uma supressão de vegetação significativa principalmente no reservatório intermediário, que fica hoje em região de terra firme. Lá haverá uma supressão mais significativa de vegetação e certamente haverá essa preocupação até para potencializar impactos econômicos na região em relação ao uso dessa madeira pelo polo madeireiro.

Então, acolhemos a sugestão do Senador, e certamente esse assunto será tratado quando da definição da supressão de vegetação nesse licenciamento, que não é uma coisa que será tão de imediato com o início das obras, uma vez que está prevista nesse licenciamento a elaboração de dois estudos complementares, um inventário florestal mais preciso e até uma própria modelagem de qualidade da água para saber qual o quantitativo de vegetação é necessário suprimir.

Nós temos também estudos de especialistas em ictiofauna, especialistas em peixes, que nos dizem que não é interessante fazer a supressão total da madeira na área que será alagada, mas deve haver um equilíbrio para que haja um pouco de madeira para a vida, para a manutenção da vida dos peixes, da fauna aquática. Então, essa modelagem de qualidade da água vai nos apontar qual será, então, a magnitude da supressão de vegetação.

Em relação aos questionamentos apresentados pelo Senador Flexa Ribeiro, o primeiro questionamento que o Senador nos apresenta é em relação a licenciamento das usinas nucleares, a qual o posicionamento do Ibama em relação a essa opção da matriz. Como eu abordei no início, o Ibama licencia todas as matrizes energéticas. Nós temos licenciamento no Ibama de usinas térmicas a carvão, usinas térmicas a gás. Apesar de ser uma competência mais dos órgãos estaduais

de meio ambiente, temos alguns pedidos de licença para parques eólicos e temos pedidos de licença para usinas nucleares. Por definição da Constituição, é uma competência do Ibama fazer o licenciamento ambiental dessas instalações.

Agora, as usinas nucleares atendem a um regime próprio, peculiar de licenciamento. Os projetos precisam de autorização do Congresso Nacional para avançarem, após a Constituição de 88. E o Ibama divide responsabilidades com a CNEN, a Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ao Ibama fica o encargo das questões relacionadas aos impactos ambientais, impacto sobre fauna, programas de educação ambiental, que têm que ser realizados na região, a questão das rotas de fuga em relação a possíveis acidentes. Mas as questões de segurança e os planos de emergência são avaliados sobretudo pela CNEN, que é o órgão responsável por essa matéria, mas também com participação do Ibama.

A minha posição pessoal já manifestei. Acho que, no futuro, não vamos ter esse privilégio de abrir mão da usina nuclear também. Teremos que integrar essa alternativa à nossa matriz. Agora, claro que a autoridade para se manifestar sobre a matriz energética é a Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), empresa pública que se debruça justamente sobre o Plano Decenal de Energia e qual a contribuição de cada uma das opções na nossa matriz.

Em relação ao questionamento feito pelo Senador quanto à eventual precariedade dessa licença de instalação, uma vez que no próprio corpo da licença está previsto que o Ibama pode, mediante constatação de danos ambientais significativos, suspender essa licença, essa é uma praxe de toda licença ambiental. A licença ambiental não estabelece um salvo-conduto para aquele empreendedor...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Permita, Dr. Toledo.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Não é sobre esse aspecto. Eu entendo que toda licença, se o consórcio autorizado não cumpri-la, estará suspensa. Até aí não há dúvida. A minha indagação é em relação às condicionantes que aqui foram aqui colocadas, como eu fiz referência, a não liberar o porto, a não liberar a linha de transmissão para o canteiro. Alguns itens que são fundamentais para o início da obra não foram autorizados. Como fazer? Vamos ouvir do Dr. Carlos se há condições de a obra ser iniciada, sem que isso tenha sido liberado pelo Ibama. Não com relação à suspensão. A suspensão é um direito que o Ibama tem se não for cumprido aquilo que for prescrito.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Perfeitamente. Quanto ao questionamento mais sério em relação aos bloqueios que o Ibama realizou ao emitir essa licença de instalação, é importante até esclarecer que esses bloqueios são temporários. Todas essas estruturas estão previstas nesse licenciamento ambiental e estão documentadas no processo de licenciamento ambiental desde o estudo de impacto ambiental. São estruturas previstas, relacionadas a esse projeto, desde o estudo de impacto ambiental. São estruturas que já foram aprovadas pela licença prévia emitida pelo Ibama em 2010 e, agora, nessa fase de instalação, a Norte Energia apresentou todos os programas ambientais. Então, são estruturas que também estão contempladas por esses programas ambientais, porém ainda ficaram pendentes algumas documentações, que são aquelas especificadas no próprio corpo dessa condicionante.

Por exemplo, em relação a essa linha de transmissão, apesar de o Ibama já avaliar todos os programas ambientais relacionados à instalação dessa linha de transmissão, ainda ficou pendente a apresentação, por parte da Norte Energia, do projeto executivo, do traçado definitivo dessa linha de transmissão. É uma questão que julgamos importante para que o Ibama acompanhe, durante a implementação da linha de transmissão, se efetivamente o traçado proposto está sendo cumprido e se os programas ambientais estão sendo aplicados em cima daquele traçado. São estruturas que serão liberadas, à medida que a Norte Energia apresentar essas pendências formais que foram apontadas na condicionante.

Claro que o Dr. Nascimento vai abordar essa questão em seguida, mas nós, dentro das discussões do projeto básico ambiental, trabalhamos em cima do cronograma de obras da usina de Belo Monte. Belo Monte é uma obra peculiar porque tem diversas frentes de obra – mais de 40. Inúmeros diques serão construídos na região dos canais intermediários. Haverá uma frente de obra destinada às escavações do canal de derivação. Haverá uma frente de obra específica para a construção da barragem do sítio Pimental. A própria mobilização dessas diversas frentes de obra tem um cronograma previsto pela Norte Energia. Esses bloqueios poderão ser superados e atendidos por parte da Norte Energia, de forma que a obra, como um todo, possa ser implementada dentro do cronograma previsto.

Quanto às estruturas relacionadas pelo Senador em relação ao acesso ao porto, ficou faltando a definição do traçado do acesso ao porto. São quatro linhas de transmissão relacionadas a esse projeto. Não há a preocupação imediata de atender aos canteiros de obras porque o canteiro pioneiro está previsto já nos estudos ambientais. Eles serão supridos por unidades

geradoras. A Norte Energia que me corrija, mas, se não me engano, em questão de 30 dias eles conseguem nos apresentar essa documentação, até porque nós já temos informações de que são documentos que já foram apresentados para a Aneel.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Dr. Toledo, só uma curiosidade, e do nosso Relator também. Eu acho estranho. O Pará é exportador de energia. Nós vamos fazer o atendimento do canteiro com geração térmica?

O SR. THOMAZ TOLEDO – Canteiro pioneiro, Senador. Isso é questão de...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Pode ser pioneiro, pré-pioneiro, ou seja lá qual for ele. Pergunto ao Ibama, que é o defensor da questão ambiental: o que polui mais? A geração térmica ou fazer a linha de transmissão para atender a necessidade do canteiro? Acho isso de uma... não sei, Senador Delcídio, mas vou usar um termo que acho que nem existe no vocabulário: absurdez.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, só um detalhe. O problema, ao que me consta, quanto custa puxar uma linha lá para o sítio onde está o projeto. Com Tucuruí foi a mesma coisa. Tucuruí, na verdade, era alimentada por gerador a *diesel* e tinha dois grupos auxiliares. A previsão era entrar com os dois grupos auxiliares antes da casa de força principal, para o grupo auxiliar suprir de energia o canteiro. Inclusive até fizeram as turbinas de inox. Como ia operar em condições piores, era uma turbina especial exatamente para atender o serviço auxiliar. E não conseguimos. Então o Ibama, no estudo, está considerando isso, porque é absolutamente, sob o ponto de vista econômico, inviável levar uma alimentação do sistema interligado para atender esse canteiro inicial, como foi dito pelo Dr. Thomaz Toledo. Pelo menos esse é o meu entendimento.

O SR. THOMAZ TOLEDO – Até aqui, Senador, a gente entra naquela discussão sobre quem vem antes, o ovo ou a galinha, mas inevitavelmente, a gente precisa instalar um canteiro pioneiro, que vai, inclusive, se debruçar sobre a instalação dessa linha de transmissão. Então, por mais curto que seja o período, é necessário prever alguma forma de suprimento de energia para esse canteiro de obras pioneiro. Então, por isso há essa previsão, dentro dos estudos ambientais.

Eu acho que eram essas as questões a serem apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu agradeço ao Dr. Toledo e pediria ao Dr. Carlos que desse as suas respostas da forma mais breve possível, porque já começou a Ordem do Dia e temos votação nominal.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Exmº Sr. Presidente, Exmº Sr. Senador Ivo Cassol e Exmº Senador Cassol e Exmº Senador Delcídio, amigo querido de longas datas. Está aqui também o Dr. Alexandre Barras, Diretor de Relações Institucionais da Andrade Gutierrez, que é a líder do nosso consórcio.

Eu queria agradecer ao Senador Ivo Cassol por todas as contribuições que nos deu aqui, com a sua experiência de governador e, agora, aqui no Senado Federal; ao Presidente desta Comissão, engenheiro como nós, e que há muitos anos vem lutando pelo desenvolvimento do nosso País, pelas sugestões recebidas; em especial, ao Relator desta nossa Comissão, também engenheiro e hoje Senador, que operou a nossa usina de Tucuruí durante muitos anos, com brilhantismo, galgou todas as posições no setor elétrico brasileiro e agora, também com brilhantismo, exerce o honroso cargo de Senador da República.

No empreendimento hidrelétrico, às vezes, nós nos referimos a um tempo e, sem pensar, na evolução do nosso País. Tenho escutado, às vezes, muitas críticas que se faz, por exemplo, à Usina de Balbina, lá no Estado do Amazonas. A Usina de Balbina foi feita num período em que o País tinha uma dependência extrema de petróleo. Nós tivemos duas crises de petróleo, a de 73 e a de 79, muito sérias. Praticamente todas as nossas divisas eram para consumo de petróleo. Eu e o hoje Senador Delcídio tivemos que receber o Presidente do Citibank, que, na época, era o maior credor da dívida externa brasileira.

A Usina de Balbina propiciou também aprendizado para todos nós. Com a implantação daquela usina, a Eletronorte, à época, protegeu uma comunidade indígena que se tornou modelo para o Governo brasileiro, que foi a comunidade Waimiri-Atroari, que na época estava em decadência e hoje tem mais de 1.500 membros com saúde e com educação, o que foi propiciado por um programa de uma empresa de energia elétrica. Outra particularidade daquela época é que os convênios para demarcar a reserva Waimiri-Atroari...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Com licença, Dr. Carlos. Regimentalmente, teremos que suspender a audiência e a reunião da Comissão em função da Ordem do Dia. Eu pediria que V. Sª pudesse ir direto aos questionamentos, pois inclusive já está aberto o painel para votação nominal.

O SR. CARLOS NASCIMENTO – Bem, então, com relação aos R$500 milhões, trata-se de dinheiro do empreendedor, não é dinheiro que ainda tenha que ser alocado pelo Orçamento do Governo, nada disso. É dinheiro do empreendedor. O empreendedor colocou R$500 milhões em duas etapas: metade nos

primeiros dez anos e a segunda metade nos dez anos subsequentes.

Com relação ao projeto de engenharia, ele passou, dentro do que chamamos de "estudo de viabilidade técnica e econômica", por um projeto básico, "projeto básico consolidado", como chamamos, e o construtor está realizando o projeto executivo do empreendimento. Realmente, é um empreendimento grandioso, do ponto de vista de engenharia. É um empreendimento magnífico.

Com relação aos sócios, eu diria que temos três tipos de sócios: aqueles sócios que são as empresas do grupo Eletrobras, liderados pela Eletronorte, com uma participação de 19,98%, que foi a empresa que, desde a gênese, estudou esse empreendimento; a Eletrobras propriamente dita, que tem 15%; e a Chesf, que também tem 15%.

Aí temos um conjunto de instituições, que chamamos de institucionais, em que estão: a Norte Energia, que agora está mudando de nome para Consórcio Belo Monte Participações; a Desenvix, que também está mudando de nome, já passou para Caixa FIP Cevix; uma empresa de energia também, chamada JMalucelli; a Petros, que é o Fundo de Pensão dos Funcionários da Petrobras; e a Funcef, dos Funcionários da Caixa Econômica Federal. Esse bloco todo aqui constitui 27,75% do empreendimento.

Temos um conjunto chamado de autoprodutores, em que estão a Vale do Rio Doce, agora entrando no lugar da Gaia, com 9%, e a Sinobras, que é uma siderúrgica instalada em Marabá, no Estado do Pará, com 1%.

Temos um conjunto de construtoras que perfazem 12,27%. Nessas construtoras, temos a Cetenco, a JMalucelli, a Galvão, a Mendes Júnior, a Contern, a OAS, a Queiroz Galvão e a Serveng. Essas empresas, então, têm 12,27%.

Existe, do outro lado, um consórcio construtor. Desse consórcio construtor, fazem parte empresas que são sócias, construtoras que são sócias e três construtoras que não são sócias do empreendimento, mas que, pela sua expertise e capacidade, mostrada pelos empreendimentos que já construíram no nosso País, inclusive na área hidrelétrica, também foram chamadas para compor o consórcio construtor. São a Andrade Gutierrez, que tem 18% de participação; a Camargo e a Norberto, que têm 16%; a OAS e a Queiroz Galvão, com 11,5%; a Galvão Engenharia e a Contern, que têm 10%; a Cetenco, com 2%; a Serveng, com 3%; e a JMalucelli Construtora, com 2%.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Dr. Carlos Nascimento, vou ter que pedir desculpas a V. Sª. Fomos informados pelo Presidente do Senador de que a votação nominal está com o painel aberto, quando, regimentalmente, temos de suspender a reunião. Vou pedir a V. Sª que possa encaminhar à secretaria da Subcomissão, por escrito, as respostas das indagações que lhe foram feitas.

Quero agradecer a presença dos nossos convidados, o Dr. Thomaz Toledo e o Dr. Carlos Nascimento. Vamos dar prosseguimento ao plano de trabalho do nosso Relator, o Senador Delcídio do Amaral, que foi aprovado pela Subcomissão. Faremos, ainda no mês de junho, uma nova audiência pública com outros convidados e, depois, iremos ao sítio, quando teremos a companhia do Dr. Carlos Nascimento e também do Dr. Thomaz, representando o Ibama, na visita que faremos a Belo Monte, em Vitória do Xingu, em Altamira, em Anapu, onde houver a intervenção do projeto.

Peço desculpas novamente, mas somos obrigados, regimentalmente, a suspender a nossa audiência pública.

Muito obrigado e até a próxima audiência pública, que será marcada para o mês de junho ainda.

(Levanta-se a reunião às 17 horas.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20

ATA DA 6ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, CRIADA PELO RMA nº 25, DE 2011, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO DA CMAGUA (DESIGNADA PARA AS 15h30, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e onze, na Sala nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício do Senhor Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável a ser realizada no Rio de Janeiro, neste ano. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG, EDUARDO BRAGA, PAULO DAVIM e VANESSA GRA-**

ZZIOTIN. Deixam de comparecer os demais membros titulares. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e passa a apreciação da pauta, que é destinada à eleição do Presidente da Subcomissão. Em escrutínio secreto é eleito como Presidente da Subcomissão o Senhor Senador **CRISTOVAM BUARQUE,** com cinco votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia. – Senador **RODRIGO ROLLEMBERG,** Presidente em exercício da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 24/08/2011

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Subcomissão da Rio+20 da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Esta reunião destina-se à eleição do Presidente e do Vice-Presidente, mediante escrutínio secreto.

Conforme acordo entre as lideranças, é apresentada chapa única de candidatos composta pelo Senador Cristovam Buarque, para o cargo de Presidente.

Senador Jorge Viana*. (Pausa.)*

Senador Paulo Davim. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Já havendo votado quatro Senadores, declaro encerrada a votação e peço para contar os votos.

(Procede-se à apuração.)

Com cinco votos favoráveis, o Senador Cristovam foi eleito Presidente da Subcomissão da Rio+20.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 05, DE 2006, QUE, "NOS TERMOS DO ARTIGO 73 DO REGIMENTO INTERNO REQUER SEJA CRIADA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, A SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA A MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS, DESTINADA A TRATAR DE ASSUNTOS DE SEU INTERESSE", DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 12 HORAS E VINTE E CINCO MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e vinte e cinco minutos do dia onze de agosto de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos senhores Senadores **Francisco Dornelles** e **Luiz Henrique,** reúne-se a Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, com a Presença dos Senhores Senadores **Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Marcelo Crivella, Ana Amélia** e **Pedro Simon.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a Reunião informando que a mesma destina-se à instalação dos trabalhos e à eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, para o biênio 2011/2012. O Presidente, Senador **Francisco Dornelles**, inicia o processo de votação, chamando nominalmente os Senadores para exercerem o direito ao voto. O Senador **Jorge Viana** é designado para, como escrutinador, proceder à apuração dos votos. O Presidente encerra o processo de votação e proclama o resultado, que elege o Senador **Luiz Henrique** como Presidente e o Senador **Marcelo Crivella** como Vice-Presidente da Subcomissão, com quatro votos "SIM". O Senador **Luiz Henrique** assume a Presidência e faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas da presente reunião. – Senador **FRANCISCO DORNELLES**, Presidente (art. 88 e 73, § 1º do RISF).

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Subcomissão Permanente para Modernização e Reparelhamento das Forças Armadas da 2ª Sessão Legislativa Ordinária.

A presente reunião tem como finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2011/2012.

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, Senador Luiz Henrique; para Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

Sobre a mesa, encontra-se á disposição das Srªs e Srs. Senadores, as cédulas de votação devidamente rubricadas, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação.

Senador Blairo Maggi.

Senador Luiz Henrique.

Senador Pedro Simon.

Senadora Ana Amélia.

Senador Jorge Viana.

Senador Marcelo Crivella.

(Procede-se à votação.)

Encerrada a votação.

Convido os Sr. Senador Jorge Viana para servir com escrutinador.

Passa-se à apuração.

Foi verificado o seguinte resultado: para Presidente, Senador Luiz Henrique; para Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

Foram quatro votos SIM; não houve votos NÃO e não houve abstenção.

Convido o Presidente eleito, Senador Luiz Henrique, a ocupar o seu lugar à mesa e, em seguida, usar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Francisco Dornelles pela presidência desta reunião da Subcomissão. Proponho aos membros da Subcomissão que a primeira reunião a ser realizada marque a presença do Ministro Chefe do Estado maior das Forças Armadas e dos Chefes das Forças, para começarmos, a partir daí, obtendo deles um diagnóstico, um trabalho de formatação da política de reaparelhamento das Forças Armadas.

Agradeço a todos. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 28 minutos.)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, CRIADA POR MEIO DO RQS (CRE) Nº 2, DE 2009, QUE "REQUER, NOS TERMOS DO ART. 73 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL A EXTINÇÃO DA SUBCOMISSÃO DA AMAZÔNIA, CRIADA NO ANO DE 2003 PELO REQUERIMENTO Nº 6, DE 2003, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES E DEFESA NACIONAL E, EM SUBSTITUIÇÃO A ESTA, A CRIAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA, COMPOSTA DE SETE MEMBROS TITULARES E IGUAL NÚMERO DE SUPLENTES", DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta minutos do dia 10 de julho de 2012, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti,** reúne-se a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, com a Presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Blairo Maggi, Valdir Raupp, Ana Amélia, Aloysio Nunes Ferreira, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Souza e Randolfe Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos. **Item 1 – Minuta de Projeto de Lei do Senado**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que *"institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da faixa de Fronteira".* Resultado: Aprovada a Minuta de Projeto de Lei do Senado, que vai a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para prosseguimento da tramitação. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Subcomissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **MOZARILDO CAVALCANTI,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. Bloco/PTB – RR) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à Subcomissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião administrativa tem por finalidade apresentar e discutir a minuta de anteprojeto de lei que institui a Política Nacional de Defesa e de De-

senvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, elaborado a partir do ciclo de palestras e debates desta Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, realizado no decorrer dos anos de 2010 e 2011, estabelecido pelo Requerimento nº 1, de 2011 – CREPAFF, de autoria desta Presidência, aprovado em 03 de maio de 2011.

Foram realizadas 20 reuniões em 2011, sendo 13 delas destinadas a audiências públicas, onde tivemos a participação de 47 autoridades e convidados, debatendo os seguintes temas: fronteiras e segurança nacional; desenvolvimento econômico e social da faixa de fronteira; infraestrutura da faixa de fronteira; questão indígena e fundiária na faixa de fronteira; relações internacionais com os países da faixa de fronteira.

O projeto, na sua íntegra, foi encaminhado aos Srs. Senadores; portanto, dispenso a leitura do mesmo, mas, em resumo, quero dizer que esse projeto visa estabelecer uma política nacional de desenvolvimento destas regiões, Amazônia e faixa de fronteira, embora grande parte da faixa de fronteira, para ser mais exato, 11 mil quilômetros, esteja justamente na Amazônia.

Então, essa política passará a ser, portanto, uma política de Estado e não uma política de Governo, como tem sido até aqui. Essas duas regiões não têm uma lei, não têm um plano permanente para o seu desenvolvimento. E, buscando, portanto, casar o binômio desenvolvimento e defesa, nós procuramos desenvolver esse projeto de maneira que, partindo desta Subcomissão, criada, eu diria, quase que especificamente para cuidar dessas duas regiões importantíssimas para a defesa, mas também muito importante para o desenvolvimento, é que fizemos esse projeto, que hoje submeto à deliberação dos Srs. Senadores.

Srs. Senadores, encontra-se em discussão o projeto. Aqueles que queiram discutir, está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto o projeto à votação.

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, fico muito satisfeito de ver a aprovação deste... Na verdade, passa a ser um anteprojeto desta Subcomissão, que vai, inicialmente, para a Comissão de Relações Exteriores, a que esta Subcomissão é subordinada, onde deverá ser apreciado como projeto, então, de autoria desta Subcomissão.

Espero que a Comissão de Relações Exteriores possa aprová-lo, se não mais neste semestre, mas logo no início do próximo semestre, de forma que, até o final do ano, possamos ter esse projeto aprovado pelo menos no Senado e ir para a Câmara dos Deputados. E possamos, no ano que vem, tê-lo finalmente aprovado, porque tenho certeza de que, na Câmara dos Deputados, também... Interessa, entendo, ao Estado brasileiro, portanto ao Governo, que haja realmente uma política e é uma política que define a participação tanto dos órgãos federais, seja os órgãos de desenvolvimento, como os órgãos de defesa, como também a atuação dos governos estaduais e municipais, de forma que poderemos ter de forma definitiva um plano para de fato desenvolver essas regiões.

Não havendo, portanto, quem queira se manifestar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA – CI

SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO – CISPEL

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE ELETROBRAS – CISPEL, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

Às quinze horas e um minuto do dia dezesseis de maio de dois mil e doze, no Plenário nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Jayme Campos**, Presidente em exercício da Subcomissão, nos termos do artigo 88, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, inicia-se a reunião de instalação da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição – CISPEL. Presente os Senhores Senadores membros da Subcomissão **Ivo Cassol, Sérgio Petecão, Wellington Dias, Ciro Nogueira e Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a Reunião. O Presidente comunica que o Senador Ivo Cassol e o Senador Jayme Campos, foram indicados para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. É aberta a votação para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. Após a votação, é designado escrutinador o Senador Wellington Dias. O Presidente comunica que, em escrutínio secreto, fica eleito, Presidente da Subcomissão, o Senador Ivo Cassol, e, Vice-Presidente, o Senador Jayme Campos, com 3 (três) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. Às quinze horas e cinco minutos, o Senhor Senador Ivo Cassol assume a Presidência da Subcomissão e faz considerações acerca dos objetivos desta. Usam a palavra os Senhores Senadores Wellington Dias, Jayme Campos,

Valdir Raupp e Sérgio Petecão. O Presidente, Senador Ivo Cassol, designa o Senador Sérgio Petecão como Relator da Subcomissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobrás Distribuição – CISPEL, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador Jayme Campos,** Presidente eventual (art. 88, §3º, do RISF).

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades da Eletrobras da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: para Presidente, Senador Ivo Cassol; para Vice-Presidente, Senador Jayme Campos.

Declaro aberto o processo de votação, que será feito em escrutínio secreto, e informo às Srªs e aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas para serem preenchidas pelo votante, após chamada nominal, obedecendo às composições partidárias.

Convido o Senador Ivo Cassol a depositar o seu voto. *(Pausa.)*

Convido o valoroso e gigante Governador do Estado do Piauí, Senador Wellington Dias, a depositar o seu voto. *(Pausa.)*

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Altamente secreto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/ DEM – MT) – Secretíssimo.

Encerrada a votação.

Convido o Sr. Senador Wellington Dias para funcionar como escrutinador, a fim de que possamos proceder à apuração dos votos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, apurados três votos para o Presidente, Senador Ivo Cassol, e três votos para o Vice-Presidente, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Wellington Dias.

Vou proclamar o resultado da apuração.

Para Presidente, Senador Ivo Cassol, e para Vice-Presidente, Senador Jayme Campos.

Convido o Senador Ivo Cassol a ocupar a Presidência desta Subcomissão.

Antes de encerrarmos a reunião, vou deixar que o novo Presidente faça a convocação.

Por favor, Senador Ivo Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Eu quero aqui cumprimentar os nobres colegas Senadores: o Senador e ex-Governador Wellington Dias, do Estado do Piauí, e também o Senador Jayme Campos, Vice-Presidente desta Subcomissão.

Esta Subcomissão vai acompanhar e, ao mesmo tempo, dinamizar as ações das seis empresas que compõem o sistema Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste.

O Estado de Rondônia está proporcionando – eu vi ontem a propaganda da Santo Antônio Energia na Rede Globo, aqui em Brasília – a energia de que o Brasil precisa, embora o País tenha muita dificuldade de resolver o problema energético em Rondônia. A situação não é diferente no Estado do Amazonas, que tem como representantes vários Senadores parceiros nossos, nem é diferente no Estado do Acre, representado pelos Senadores Jorge Viana, Petecão e Anibal Diniz.

Na verdade, nós buscaremos, com esta Subcomissão, dar suporte para que as empresas deficitárias possam ter sucesso. Todo mundo sabe que o novo sistema implantado pela Eletrobras é gerido do Rio de Janeiro por seis empresas que compõem esse bloco.

Vão fazer parte comigo desta Subcomissão o Senador do Acre, Jorge Viana; a Senadora Vanessa Grazziotin, do Amazonas; o Senador Wellington Dias, como falei há pouco, do Piauí; o Senador Sérgio Petecão, do Acre; o Jayme Campos, que, apesar de ser de um Estado vizinho que não conta com o Sistema Eletrobras, é um Senador e um ex-Governador com experiência e muito vai contribuir como Vice-Presidente desta Subcomissão; e também o Senador Cyro Nogueira, que é de Alagoas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Não. O Ciro Nogueira...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Piauí.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Do Piauí? Não, não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O Cyro é de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – O Ciro Nogueira, que faz parte da Subcomissão, é de Alagoas.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Não. Ah, está bem. Desculpem-me.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – V. Exª está confundindo com o Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Está certo. Eu que estou trocando aqui. Ele é do Piauí também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Veja que há maioria já de piauienses.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Ele é do seu Estado do Piauí. Eu estou trocando aqui com o meu parceiro Benedito de Lira, que é do PP também, mas de Alagoas. Você tem razão. Já está corrigido o erro.

Outro integrante desta Subcomissão é o Senador Valdir Raupp, que também é de Rondônia.

Portanto, eu agradeço aos nobres colegas que me conduziram à Presidência desta Subcomissão.

Nós queremos facilitar os trabalhos. Senador Wellington, nós somos muito cobrados nas nossas bases, especialmente o senhor, eu, Jorge Viana, Eduardo Braga, Senadores que passaram pelo Poder Executivo e que hoje estão no Poder Legislativo. Antes, nós dizíamos que o Governo Federal e a bancada federal precisavam solucionar o problema. Agora, nós temos essa missão, sob pena de sermos vítimas do próprio sistema. Então, o que nós queremos, o que nós buscamos, na verdade, é que o sistema que a Eletrobras está implantando tenha sucesso. Nós não queremos, de maneira alguma, nesta Subcomissão, inviabilizar o trabalho. No entanto, é importante que, nos Estados, o Sistema Eletrobras tenha condições, na verdade, de atender às demandas existentes.

Hoje, há muitas situações críticas. Cito um exemplo no Estado de Rondônia: a cidade de Ouro Preto encontra-se no escuro. Por intermédio das minhas negociações e também do Senador Raupp com o Presidente da empresa, Sr. Madureira, conseguimos tirar do pacote para que desse prioridade. Ouro Preto é uma cidade que está com todo o sistema enforcado. A cidade de Itapuã está do mesmo jeito; a grande região de Ariquemes está do mesmo jeito; a região de Vilhena está do mesmo jeito. Mas há outras regiões que são prioridade. Então, onde houver essas situações nós queremos trabalhar em conjunto, para que possamos...

Registro a presença do Senador Ciro, que faz parte também desta Subcomissão – é uma alegria tê-lo aqui conosco – e é do Estado do ex-Governador Wellington Dias, Piauí. Ciro Nogueira também é do Piauí e do nosso Partido.

Portanto, vou deixar para a próxima...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Pois não.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Pedi a palavra, primeiro, para parabenizar V. Exª, Senador Ivo Cassol, que também tem a experiência de Governador, e o Senador Jayme Campos, que tem a mesma experiência de Governador.

É um prazer muito grande tê-lo aqui presidindo os trabalhos. Certamente, esta Subcomissão terá um relevante papel para dar soluções a esses Estados em que as empresas distribuidoras continuam federalizadas, e a gestão está centralizada no Rio. Embora tenha havido um primeiro passo, a solução ainda está longe daquilo que desejamos.

Certamente contem aqui com o nosso modesto apoio e trabalho para viabilizarmos soluções de interesse do nosso povo.

Muito obrigado.

Parabéns!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Com certeza, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente desta Subcomissão, valoroso companheiro Senador Ivo Cassol; prezado amigo membro desta Comissão, Senador Wellington Dias, eu serei breve. Apenas quero manifestar a minha alegria e o meu contentamento de participar desta Subcomissão, também com a prerrogativa de Vice-Presidente.

Acho que é muito importante discutirmos, Senador Wellington, a questão do setor elétrico brasileiro, sobretudo porque estamos agora diante da renovação das concessões, uma matéria pertinente que também deve ser discutida aqui. Nessa renovação de concessão, nós não temos, em hipótese alguma, que poupar ninguém de recolher naturalmente ao Erário público brasileiro a sua contribuição, sobretudo pagar a quem de direito. Por que digo isso? V. Exªs sabem que a energia elétrica brasileira é uma das mais caras do Planeta. Sendo assim, numa renovação como essa, nós poderemos, com certeza, baixar a tarifa em razão do recolhimento das concessões que vai ser feito doravante, a partir de 2014.

É fundamental também discutirmos outro ponto nesta Comissão, Senador Wellington, meu caro Presidente Ivo Cassol. Hoje há um grave problema nos rios brasileiros, com a exploração dessa riqueza natural que Deus nos deu em virtude da implantação das usinas hidrelétricas. Atualmente, esse potencial está sendo mal aproveitado. Quando se implanta uma usina hi-

drelétrica no leito dos rios – refiro-me particularmente aos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós no meu Estado do Mato Grosso ou à própria hidrovia que se pretende construir em Araguaia-Tocantins –, nós temos que exigir a construção de eclusas. Eu vejo uma possibilidade.

O que alega o setor? O Ministro Edison Lobão esteve aqui dizendo: "Olha, como vão ser construídas algumas eclusas, nós vamos onerar, ou seja, as tarifas vão ter que subir".

Senador Wellington, eu acho que seria suficiente aplicar esse dinheiro das novas concessões que serão renovadas na construção dessas eclusas para reduzirmos a questão tarifária, o que é fundamental.

Há outro aspecto altamente importante que torna positiva a implantação desta Subcomissão. Quando se fala em distribuição, não tenho dúvida alguma de que Mato Grosso, hoje, se não for igual a Rondônia, está chegando perto. Nós estamos implantando mais de quinze usinas hidrelétricas, algumas no leito dos rios Juruena, Teles Pires e Tapajós. As primeiras cinco usinas vão atingir mais de dois milhões de *quilowatts* ou dois mil *megawatts*, chegando perto das usinas de Madeira e de Santo Antônio.

Sabem o que acontece em Mato Grosso hoje, por incrível que pareça? Eu tenho visitado alguns Municípios. O povo não me pede muito. Sabe o que pediram na cidade chamada Arenápolis, na região do médio norte? Que eu lutasse com a empresa Rede, concessionária da distribuição no Estado de Mato Grosso, para conseguir viabilizar, ou seja, aumentar a carga de distribuição a fim de fossem implantados na região laticínios, indústrias etc. Eu disse: "Eu não posso acreditar". Confesso que eu não sabia que lá havia deficiência. Vou à região sul do Estado, em Guiratinga, e percebo que ocorre a mesma coisa. Em Campo Verde não foi possível implantar um frigorífico de abate de frango porque há problema de energia. Eu não estou entendendo. Mato Grosso está exportando energia, mas dentro do Estado não temos energia.

Então, nós temos que discutir o assunto aqui, meu Presidente Ivo Cassol. É fundamental darmos uma resposta à sociedade, sobretudo para justificar a Subcomissão.

Acho que essas considerações que estou fazendo são muito importantes na discussão que pretendemos fazer aqui.

No mais, desejo sucesso e felicidades. Que faça um trabalho bom e proativo em favor do povo brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Obrigado, Senador Jayme Campos. É verdade.

Eu também quero agradecer a presença de outro membro que faz parte da Subcomissão e é Presidente Nacional do PMDB, Senador por Rondônia e ex-Governador de Rondônia, Valdir Raupp.

Só para fortalecer seus comentários e, depois, fazer o encerramento, Senador Jayme Campos, ressalto que esta Subcomissão também vai acompanhar especialmente as multas que, por falta de investimento nas seis empresas deficitárias, são aplicadas em cima da concessionária. As concessionárias fazem o chamado TAC e, depois, não cumprem, mas elas têm que pagar à Aneel.

No Estado de Rondônia, pelas informações que eu tenho, ultrapassa a casa dos R$40 milhões a multa paga. Com certeza absoluta, esses R$40 milhões, Senador Jayme e Senador Valdir Raupp, nós poderíamos ter investido na distribuição de energia com qualidade nos bairros de Porto Velho, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena, Cacoal, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto. Muitas vezes, não há essa distribuição por falta de planejamento, por falta de recurso. Além de se aplicarem pela metade os recursos que foram pactuados com a Aneel, ainda é preciso pagar multa. Portanto, só no Estado de Rondônia, foram tirados dos cofres da Ceron mais de R$40 milhões. Para nós, esse é um motivo de tristeza, mas nós queremos contribuir para que esse sistema da Eletrobrás possa estar mais próximo de toda a situação.

Também é uma alegria contarmos com a presença entre nós do Senador Petecão e também do Senador Raupp.

O Senador Raupp, que também quer usar a palavra, foi Governador do Estado de Rondônia e hoje é Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria apenas, Presidente, fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Com a palavra V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Qual vai ser a área de atuação desta Subcomissão?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Esta Subcomissão vai trabalhar com as seis empresas deficitárias que estão no Sistema Eletrobras, organizadas por um sistema novo que a Eletrobras implantou, comandado do Rio de Janeiro, nos demais Estados.

Então, nós vamos listar nestes Estados – Acre, Rondônia, Amazonas, Piauí, Alagoas – as dificuldades existentes e apresentá-las para o Presidente que comanda essas seis empresas e para os diretores e, ao mesmo tempo, avaliar se a gestão deles está à altura do que nós da Amazônia e do Nordeste merecemos. De repente, esse novo modelo não está sendo realizado a contento não por má vontade de algum diretor, de maneira alguma, mas pela sua grandeza e pela gestão que deve ser feita.

Vamos imaginar o seguinte: no caso do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica, se o Presidente, o Vice-Presidente e os diretores estivessem em Brasília, mas no Estado de Rondônia e no resto do Brasil não houvesse superintendentes, não houvesse gerentes, como seria, na verdade, a gestão? O que nós queremos é contribuir. O objetivo desta Subcomissão, Senador Raupp, é contribuir para que Estados como Rondônia, Amazonas, Acre possam eliminar as dificuldades existentes, além de aproximar os diretores de cada Estado da Aneel, com as demandas que eles têm.

Por exemplo, no Estado de Rondônia – tenho um dado na minha mão –, nos últimos cinco anos, de todo o orçamento da Ceron, só foram aplicados 37%; o restante foi devolvido. O que faltou, na verdade? Faltou planejamento, faltou execução.

Nós enfrentamos uma situação grave na cidade de Ouro Preto, onde foi feita uma audiência pública há poucos dias – meu pai estava lá me representando, com o Deputado Carlos Magno, e havia mais autoridades. Ouro Preto está no escuro! O sistema está caindo toda semana; o cabo está arrebentando. Não houve investimento não por falta de dinheiro, mas por falta de gestão.

A situação em Itapuã não é diferente, Senador Raupp, da que estamos vivendo. Foi colocado, lá atrás, um cabo para-raios. Daquele tempo para cá, Itapuã está implodindo, e o povo está ficando no escuro.

Agora, vamos à região de Ariquemes. A Ceron, no Estado de Rondônia, fez um compromisso com a cooperativa de Ariquemes que está explorando a cassiterita. Eles fizeram investimentos de mais de R$20 milhões, e a Ceron deveria ter levado uma nova linha para lá. Esse acordo ficou pactuado há três anos, quando eu ainda era Governador do Estado de Rondônia. Resultado: a Ceron não conseguiu fazer essa rede. Eles fizeram esse investimento, o britador está montado, assim como toda a estrutura do garimpo dessa cooperativa, mas há a possibilidade até de quebrar todo mundo lá dentro.

Então, esta Subcomissão, na verdade, vem ao encontro de mostrar à diretoria da Eletrobras essas necessidades, essas deficiências existentes em relação ao sistema dessas empresas. No Acre – está aqui o Petecão –, também sei que existe essa dificuldade.

Na verdade, Senador Raupp, nós vamos fornecer a energia de que o Brasil está precisando no momento, mas nós não estamos tendo energia para nós mesmos. Isso ocorre não por falta de dinheiro, mas por falta só de gestão. Não é culpa da atual diretoria que está aí hoje, porque o Diretor Madureira assumiu há poucos meses, mas nós temos condições, o Senado e a Subcomissão, de diminuir a distância, tirar os entraves e trazer sugestões para que possamos otimizar esse sistema que está dando muito prejuízo para a União, embora haja muitos que podem dar lucro. Então, é preciso apenas diminuir. Essa é a minha ideia.

Senador Petecão com a palavra.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Eu queria também saudar o Senador Ivo Cassol e parabenizá-lo pela iniciativa de ter tomado a frente para que pudéssemos instalar hoje esta Subcomissão.

O relato que o senhor acaba de fazer a respeito da situação de Rondônia não é diferente também do que ocorre no meu Estado. Eu não consigo entender essa situação. Nós que vivemos na Amazônia passamos por muita dificuldade e precisamos muito dessa energia, até para que possamos atrair indústrias, empresas que queiram investir na nossa região, gerar emprego e renda.

No meu Estado, eu conversava com um empresário que fazia exatamente essa mesma reclamação que o senhor está fazendo. Hoje, lá no Acre, nós não temos a quem nos dirigir. Você não tem a quem fazer uma reclamação. Você tem que se dirigir ao Rio de Janeiro. Já pensou?

Então, eu acho que o grande objetivo desta nossa Subcomissão é mostrar às pessoas que estão lá no Rio de Janeiro e que administram essas empresas que isso não está correto. O tratamento que tem que ser dado a uma região como a nossa, à região amazônica não deve permitir qualquer tipo de privilégio, mas tem que ser diferenciado. Nós precisamos fazer desta Subcomissão um instrumento que possa ajudar. Acho que o grande objetivo aqui é ajudar a Eletrobras, as empresas envolvidas na área a diminuir o sofrimento principalmente dos meus irmãos acrianos. Tenho certeza de que a situação da população do Acre não é diferente da do povo de Rondônia.

Então, eu quero parabenizar V. Exª e também o Senador Raupp. Estou à disposição para que possamos fazer esse trabalho conjuntamente.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Obrigado, Senador Petecão.

Aproveitando este momento, eu gostaria de nomear o Senador Petecão Relator desta Subcomissão para colaborar com os trabalhos. Convidei o Senador Raupp e também outros Senadores – tanto o Jorge Viana como o Wellington Dias –, mas todos estão sobrecarregados. Nós temos essa missão. O Senador Raupp propôs nos ajudar mesmo não sendo Presidente nem Vice-Presidente nem Relator. Gostaria de contar com a anuência de V. Exª em assumir a relatoria dos nossos trabalhos, para que possamos ajudar o povo do Acre, de Rondônia, do Amazonas,

de Alagoas e do Piauí, especialmente em relação à dificuldade dessa gestão.

Nós vamos fazer um trabalho de aproximação para que possa haver um resultado positivo em todas as ações e para que nós não percamos os recursos que estão no orçamento do Governo Federal, que são poucos e tão difíceis. Se formos levantar os dados nos demais Estados, verificaremos não são diferentes dos de Rondônia.

Portanto, gostaria de nomear, a partir deste instante – se o Senador Raupp também concordar –, o Petecão como Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu tenho certeza de que ele não vai deixar a peteca cair.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Ivo Cassol, eu sinceramente me sinto lisonjeado pelo convite, aqui apoiado pelo Senador Raupp. Acho que é uma responsabilidade muito grande. Eu preciso, e muito, desse apoio do Senador Raupp e dos demais Senadores que fazem parte desta Comissão.

Eu acho que nós temos que trabalhar em conjunto, independentemente de quem seja o Relator, o Presidente. É importante termos esse espírito de corpo, de conjunto, para que, se Deus quiser, possamos realizar um bom trabalho.

Então, aceito o convite.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/ PP – RO) – Obrigado.

Com certeza, Senador Petecão – V. Exª já está segurando a peteca, não é, Senador Raupp? –, a diretoria da Eletrobras – o Presidente da Eletrobras e o Presidente das seis empresas deficitárias, Marcos Madureira, que se encontra em viagem no exterior – também vai dar suporte a esta Subcomissão para que possamos contribuir e ajudar na gestão dos resultados que eles estão implantando à frente dessas empresas.

Com certeza, uma vez que a própria Presidente Dilma tem conhecimento dessa área, nós poderemos contar também com o Palácio.

Nós podemos encerrar os trabalhos por ora, mas daremos continuidade na próxima semana.

Portanto, fica encerrada a reunião desta Subcomissão Permanente para o Acompanhamento das Atividades do Sistema Eletrobras Distribuição dessas seis empresas.

Um abraço!

Obrigado.

Que Deus abençoe todo mundo!

(Iniciada às 15 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 1ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2013.

Às quinze horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e treze, na Sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual do Senador **IVO CASSOL**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, KÁTIA ABREU, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, ÂNGELA PORTELA, JOÃO DURVAL, VALDIR RAUPP, ALOYSIO NUNES FERREIRA, FLEXA RIBEIRO E FRANCISCO DORNELLES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Acir Gurgacz, Rodrigo Rollemberg, Clésio Andrade, Casildo Maldaner, Gim e Antonio Carlos Rodrigues. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior (37ª Reunião Extraordinária da CRA, realizada no dia 18 de dezembro de 2012), que é dada como aprovada. O Senhor Presidente eventual, Senador Ivo Cassol, informa que a presente reunião se destina à instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA para o biênio 2013/2014, nos termos do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal – RISF. Procedida à votação, por aclamação, os Senadores **Benedito de Lira** e **Acir Gurgacz** são eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da CRA, respectivamente. O Senador Ivo Cassol passa a presidência da Comissão ao Senador Benedito de Lira, que em seu pronunciamento agradece a honra com que foi distinguido pelos seus pares para presidir tão importante Colegiado e tece considerações acerca da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Fazem uso da palavra, os seguintes Senadores(as): Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Ana Amélia, Cyro Miranda, Kátia Abreu e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra

das notas taquigráficas. – SENADOR **IVO CASSOL,** Presidente eventual da CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RR) – Srªs e Srs. Senadores, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à instalação e à eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2013/2014, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Passamos à eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Consulto a Comissão, tendo em vista haver somente uma chapa, se podemos eleger os candidatos por aclamação, conforme foi realizada pela CCJ, CAE e CAS, e também hoje pela Comissão do Meio Ambiente e Fiscalização, na qual foi eleito Presidente o Senador Blairo Maggi.

Comunico o recebimento do Ofício nº 67, de 2013, datado de 26 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, o qual informa a indicação do Senador Benedito de Lira (PP – AL) para Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 25/2013, datado de 27 de fevereiro do corrente, subscrito pelo Senador Wellington Dias, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, o qual indica o Senador Acir Gurgacz Vice-Presidente da CRA.

Dessa forma, informo que os candidatos a Presidente e Vice-Presidente são: para Presidente, Senador Benedito de Lira; para Vice-Presidente, Senador Acir Gurgacz.

Consulto a Comissão, tendo em vista ter somente uma chapa, se podemos eleger os candidatos por aclamação, conforme já foi realizado em outras comissões.

Todos concordam? *(Pausa.)*

Portanto, aprovado por aclamação, da mesma forma como feito na CCJ, na CAS, na CE e também na Comissão de Meio Ambiente.

Dessa forma, foram eleitos, por aclamação, o Senador Benedito de Lira para Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e o Senador Acir Gurgacz para Vice-Presidente.

Convido o Presidente eleito para tomar lugar à Mesa como Presidente, para já fazer o seu pronunciamento*. (Palmas.)*

Passo os trabalhos da Casa para o mais novo Presidente desta Comissão, eleito por aclamação.

Um abraço e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Comunico aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras que aqui se encontram que o Senador Acir Gurgacz não se encontra na Casa. Por essa razão, não ocupa sua posição aqui na Mesa.

Srªs e Srs. Senadores, demais pessoas que aqui presentes, imprensa, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos companheiros a deferência com relação a nossa eleição para presidir a Comissão de Agricultura nesse biênio.

Queria cumprimentar o meu querido companheiro, Senador Francisco Dornelles, Presidente e Líder do meu Partido, pela indicação do meu nome, dentro da proporcionalidade dos partidos com representação nesta Casa, para que a gente pudesse, representando o Partido e numa relação com a Liderança do Bloco, na pessoa do meu querido amigo, Senador Eunício, que representa a Liderança do PMDB e do Bloco que nós compomos nesta Casa.

Mas eu gostaria de fazer algumas considerações com relação à Comissão de Agricultura, que reputo uma das mais importantes Comissões da Casa. Primeiro, porque ela tem uma missão muito importante para este País: cuidar, orientar, reivindicar e assessorar, ao mesmo tempo cobrando das autoridades constituídas, do Governo, políticas públicas para o setor primário, para a agricultura, que tem sido responsável pelo equilíbrio da balança comercial no nosso País, apesar de todas as dificuldades, e é a grande alavanca do desenvolvimento nacional.

Nós temos muitos gargalos na agricultura. É preciso haver um esforço muito grande de todos que vão compor esta Comissão para que a gente possa ajudar a agricultura e o agronegócio nacional.

Recentemente, o Congresso Nacional aprovou, para a pecuária brasileira, um projeto de lei que estabelece ou cria os genéricos para produtos veterinários. No próprio texto da lei existe um artigo que estabelece que o Ministério da Agricultura é o responsável pela regulamentação e, automaticamente, por colocar em prática. Isso ocorreu em julho de 2012, e já estamos chegando a março de 2013 e não temos notícia de que tenha havido qualquer tipo de procedimento com relação a essa ação do Ministério da Agricultura.

Esta Comissão logicamente há de engendrar esforços para cobrar ações no que diz respeito à prática, porque isso vai ajudar, sem dúvida nenhuma, a pecuária nacional.

Outra iniciativa que a agricultura brasileira reclama é com relação ao embarque e desembarque de pro-

dutos agrícolas. Ontem, fiquei assustado, aliás, hoje, quando, na posse do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, ouvi um depoimento do Senador Sérgio de que temos pagado um preço muito caro, Senadora Ana Amélia, no embarque e desembarque de produtos oriundos da agricultura. Os navios chegam aqui e levam 60 dias para carregar e descarregar.

Tive informação hoje, Raupp, de que a China, por exemplo, que estava com uma programação de comprar nove navios de soja brasileira, foi comprar nos Estados Unidos. Por quê? Porque, aqui, leva-se uma média de 40 a 60 dias para fazer o carregamento. Isso realmente é custo e é exatamente por isso que nós não temos capacidade competitiva com o mercado internacional, por conta exatamente desse tipo de gargalo que nós temos, infelizmente, nos portos e no segmento rodoviário.

Por exemplo, é inadmissível, aliás, é uma das coisas por que tenho lutado muito no Ministério das Cidades, que é exatamente, estranharmos muito, mas, infelizmente, convivemos com essa situação num País de dimensão como o Brasil, que é terem acabado com a ferrovia. Então, toda a produção nacional é transportada para os portos nas carrocerias de caminhões. Isso realmente demanda custo e é exatamente por isso que o custo Brasil é absolutamente muito alto.

Então, é uma das ações sobre as quais teremos de conversar na Comissão de Agricultura com os órgãos que têm essa responsabilidade.

Há outro setor neste País que vai precisar de todos nós, de um trabalho especial, diferenciado, que é o setor sucroalcooleiro, que, em outras épocas, tinha uma importância fundamental. Hoje é um setor praticamente quebrado, sucateado. Eu digo isso e cito como exemplo o meu Estado, Alagoas, que, num passado não muito distante, teve sua economia pautada em cima da do açúcar e do álcool.

O parque industrial açucareiro de Alagoas era de 40 usinas. Hoje, Presidente Dornelles, está reduzida a menos de 30 usinas; as demais fecharam as portas, travaram tudo e as que hoje sobrevivem, sobrevivem com dificuldades, Raupp, não pagando ao fornecedor, não pagando ao produtor, não pagando a ninguém, praticamente. E não existe uma política do Ministério da Agricultura, do Governo com relação às ações para atender o setor sucroalcooleiro.

Lá atrás, existia o incentivo a título de subsídio para os produtores de cana do Nordeste em relação aos produtores de cana do Sudeste, que tem uma diferença enorme de terra, clima, precipitação pluvial diferente do nordeste brasileiro. Então, havia essa política de subsídio. Acabou, porque se colocou na cabeça que isso era dar dinheiro ao usineiro. E hoje as usinas vivem em função da capacidade de produção dos pequenos produtores de cana do Nordeste brasileiro.

Há uma disposição no sentido de que a medida provisória que tramita no Congresso Nacional, a 587, se proponha a uma emenda para dar de R$5,00 a R$10,00 por tonelada de cana para os pequenos produtores – até 10 mil toneladas. E isso está realmente dando uma mão de obra muito grande para que o Governo absorva essa capacidade de melhor atender a demanda daqueles que produzem, que geram empregos, que geram renda neste País.

Há um incremento considerável para atender à indústria automobilística, mais de R$6 bilhões o Governo mobilizou, no ano passado, para atender a esse setor. Para quê? Para preservar emprego. Mas a indústria sucroalcooleira brasileira também precisa dessa ação. Dou como parâmetro o meu Estado, que é o menor do Brasil, mas que hoje emprega, nessa atividade, mais de 200 mil trabalhadores.

Na proporção em que fecham as usinas, eles correm para as grandes cidades, para viverem debaixo de uma ponte, morando em casa de lona preta ou então em favelas. Isso, realmente, exige de nós uma atenção toda especial. E teremos que tratar esse setor com o carinho que tem sido tratado outros setores produtivos do nosso País.

Então, para que isso possa acontecer, é preciso que haja, na verdade, vontade política do Governo, para que o Ministério da Agricultura tenha política agrícola. Infelizmente, eu não sei o que está acontecendo, mas o Ministério não está tendo a visão que tinha há muito tempo. Então, é preciso que haja essa concentração de esforços e de interesse por parte desta Comissão, que é de fundamental importância para o crescimento, o desenvolvimento e o equilíbrio da balança comercial do nosso País.

Precisamos dar uma atenção especial para saber como está a pecuária nacional; como está se desenvolvendo a pecuária nacional, como está se comportando, para evitar que determinados grupos possam deter o monopólio dessa atividade, para não trazer dificuldades para aqueles que são criadores, infelizmente, no Brasil.

Outra ação que tem que ser desenvolvida por esta Comissão, para cobrar das autoridades constituídas, Raupp, é exatamente como está a aftosa no Brasil. Como é que nós vamos cuidar com especialidade no nordeste brasileiro, que precisa ficar livre, com vacinação, para podermos ter competitividade em comércio internacional. E isso demanda tempo. À proporção que se toma a decisão, e isso estava previsto para este ano, fevereiro, a fim de que os Estados do Nordeste, que estavam em fase de sorologia pudessem ter a

liberação do Ministério, barreiras livres de aftosa por meio da vacinação. Não aconteceu agora em fevereiro. Provavelmente, nós teremos mais um ano de perda, aguardando que isso possa ser definido pela OIT.

Então, é uma das ações que nós teremos que, imediatamente, cobrar do Ministério, chamar os responsáveis para esta Comissão ou irmos ao Ministério e procurar saber o que está acontecendo e qual é a data prevista para que haja essa liberação.

Portanto, são diversos assuntos importantes que temos para tratar na Comissão. E eu tenho certeza absoluta de que os Senadores e Senadoras que compõem a Comissão, todos têm uma direção com relação à atividade agropecuária do nosso País, que precisa aumentar a sua capacidade de produção, aumentar a sua capacidade de comercialização e melhorar a balança comercial.

Ao encerrar as minhas manifestações, neste primeiro momento, eu gostaria de, mais uma vez, conclamar os meus companheiros que compõem a Comissão para que possamos realmente dar visibilidade ao trabalho que será exercido aqui e desenvolvido por todos.

Agradeço a confiança dos meus colegas. Aqui vocês não têm um Presidente. Vocês terão um operário para continuar brigando, lutando pelas coisas boas do País. Se nós tivermos um norte com relação a essas ações, tenho certeza absoluta de que vamos encontrar o caminho e ajudar o Ministério da Agricultura, o Governo e os segmentos que trabalham e precisam continuar com o seu emprego nessa atividade agropecuária nacional, que reputo da maior importância, porque vivemos num País que tem a maior área agricultável do mundo, por isso também tem de ser o maior produtor de grãos, o maior produtor de carne, o maior produtor de açúcar, o maior produtor de álcool do mundo.

Eu não concebo – permitam-me dizer isso a V. Exªs, Senador Dornelles, V. Exª que é o professor de economia de todos nós –, eu não posso conceber que um País como o nosso tenha que importar etanol dos Estados Unidos, que fazem etanol de milho, enquanto fazemos da cana-de-açúcar. E não temos capacidade de produção para atender à demanda.

Por essas razões eu queria, mais uma vez, agradecer a todos, especialmente às pessoas do Ministério da Agricultura que aqui vieram, na pessoa do Dr. Jardim, ao pessoal da Embrapa que está aqui representando esse órgão e à assessoria das comissões.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp. Depois, Dornelles e a minha querida Senadora Ana Amélia.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Benedito de Lira, Srªs e Srs. Senadores, estou muito feliz, porque vejo que V. Exª está preparadíssimo para assumir esse posto de Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, que tão bem foi presidida pelo colega do meu Estado, Senador Acir Gurgacz, que está em missão no exterior, por isso não se encontra presente neste momento para transmitir o cargo a V. Exª – os Senadores Acir e Moka. O Senador Acir, hoje, ocupando o cargo de Vice-Presidente, após deixar a Presidência desta Comissão, num gesto de grandeza até. E o Senador Moka, que era o Vice-Presidente desta Comissão e que agora vai ser presidida por V. Exª e tendo como Vice o Senador Acir Gurgacz.

Coincidentemente hoje, na posse do também alagoano – Alagoas está muito forte nas comissões; hoje tivemos a primeira reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, presidida pelo Senador Fernando Collor, também alagoano, que é tão diligente quanto V. Exª.

Pelo que nos discutimos hoje na Comissão de Infraestrutura, vejo que os objetivos vêm a calhar com o programa desta Comissão. Porque não basta apenas produzir; o Brasil pode ser o maior produtor de grãos do mundo, – espero que isso aconteça num futuro não muito distante –, mas de nada adianta ser também um dos maiores produtores de grãos do mundo se nós não tivermos infraestrutura em transporte, armazenamento, de portos com capacidade para escoar essa produção.

Eu não sabia, V. Exª, aqui, deu um dado muito importante, que a China, que é o maior comprador de soja do Brasil, já começa a ter dificuldade por causa do transporte. E ainda tem gente contra essa medida provisória dos portos, que vem reformular toda a estrutura portuária do País. Há muito tempo que o Congresso Nacional, o Senado Federal, os empresários, os produtores, todo mundo vem reclamando dessa logística de transporte no nosso País, seja ela do transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e também dos nossos portos.

Então, parabenizo V. Exª pela posse e pelo programa que V. Exª vai implantar nesta Comissão, que vem ao encontro dos programas da Comissão de Infraestrutura. Acho que a Comissão de Agricultura do Senado Federal com a Comissão de Infraestrutura podem fazer um trabalho muito importante orientando, auxiliando os nossos Ministérios, tanto o dos Transportes, como também o Ministério da Agricultura para que tudo possa melhorar em nosso País.

Parabéns, em nome do meu Partido, somos do mesmo Bloco do nosso Líder Eunício Oliveira e do nosso Presidente Renan Calheiros.

Parabenizo e apoio integralmente V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado ao Senador Raupp.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Benedito de Lira, quero cumprimentar a Comissão de Agricultura por sua presença na Presidência nesta Casa, por sua competência, pelo seu conhecimento profundo da matéria. Estou certo de que V. Exª fará um grande trabalho na Presidência da Comissão de Agricultura.

Como Presidente do Partido Progressista, eu fico orgulhoso de ver o Partido presente em cargo de tanta relevância, de tanta importância.

Muito sucesso para o senhor!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Dornelles, Presidente do meu Partido e Líder da nossa Bancada.

Concedo a palavra à eminente Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, recebi a agradável missão do nosso Líder Francisco Dornelles de estar aqui. Cheguei aqui às 14h10, testemunha aqui o Marcello, nosso Secretário da Comissão. A Câmara realiza também um debate, um amigo do Senador Dornelles, que é o Romário, um seminário muito importante, que trata de doenças raras. Eu era convidada e, enquanto o quórum se fazia aqui, fui a esse encontro, que era realmente muito importante.

Estou aqui agora apenas para ratificar a alegria de ver uma escolha por aclamação numa Comissão muito importante. Sou do Rio Grande do Sul e V. Exª sublinhou muito a questão do setor sucroalcooleiro da Região Nordeste, em particular, da sua Alagoas. Mas eu, que sou do Rio Grande, tenho lá os mesmos problemas.

Eu queria também me associar às manifestações do Senador Valdir Raupp sobre a questão da logística e da relevância desse projeto da medida provisória dos portos para exatamente dar competitividade ao setor. Hoje, o agricultor é produtivo, mas não é competitivo e a competição vem por falhas na chamada logística, que é deficitária no Brasil e, além de deficitária, é cara, meu caro Presidente, Benedito de Lira.

Estou, então, renovando os cumprimentos a V. Exª. Vamos trabalhar. O senhor tem um desafio enorme, porque seu antecessor, Senador Acir Gurgacz, de Rondônia, foi um zeloso Presidente, criou um espaço para debate às sextas-feiras muito relevante. É exatamente por isso que peço a providência de V. Exª, porque elas retardaram a instalação das comissões temáticas e já, desde o ano passado, havia um requerimento na Comissão para realização de uma audiência pública no dia 8 de março – é o Dia Internacional da Mulher, mas esse não é o motivo –, para discutir exatamente logística para o agronegócio por ocasião da Expointer, da Expodireto Cotrijal, que é a feira de negócios do setor agropecuário mais importante do País, não estou puxando brasa para o assado como gaúcha, lá em Não-Me-Toque, comandada pela Cotrijal, que é uma das cooperativas mais importantes do Alto Vale do Jacuí.

Então, queria que V. Exª, aproveitando a sua posse e os cumprimentos, tomasse as providências administrativas para que essa audiência não tenha nenhum problema na sua realização, porque ela terá transmissão ao vivo da TV Senado. A TV Bandeirantes vai fazer parceria com a TV Senado para transmissão direta lá de Não-Me-Toque para todo o Brasil. Um debate, um tema que interessa muito, até me razão da medida provisória dos portos, que muito bem referiu o Senador Valdir Raupp, da sua relevância e importância para a modernização e para a competitividade do Brasil. Comparativamente, hoje estava vendo que os preços do frete subiram assustadoramente, de 20% a 70% em alguns casos. Isso é inadmissível no século XXI e para um país que quer ser protagonista e ter competitividade na produção do agronegócio.

Obrigada, Presidente.

Queria seu apoio também em relação à audiência do dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Agradeço à nobre Senadora Ana Amélia.

V. Exª fique tranquila de que não haverá solução de continuidade dos trabalhos da Comissão. Muito pelo contrário. Os Senadores que compõem esta Comissão estão comprometidos com o setor. É evidente que – chamou muita atenção V. Exª – quando a gente substitui alguém que não faz nada é uma maravilha; agora quando substitui alguém que teve êxito e foi competente, eu tenho certeza do que fez o Senador Acir – eu que participei da Comissão – e vamos trabalhar em conjunto e fazer com que as coisas possam acontecer.

Eu queria, antes de conceder a palavra ao meu querido amigo Senador Cyro Miranda, cumprimentar aqui o presidente da Federação dos Produtores Agrícolas do meu Estado, meu querido amigo. Por incrível que pareça, Kátia, foi meu colega lá, me ensinou muito. Eu hoje ainda sei alguma coisa, tenho o título de bacharel em Direito, porque foi ele quem me ensinou a chegar lá. Então eu queria cumprimentar o Álvaro.

Muito obrigado pela presença.

Quero cumprimentar S. Exª a nossa Presidente nacional da Confederação Nacional da Agricultura, minha querida Senadora Kátia Abreu.

Concedo a palavra ao eminente Senador, líder de Goiás, meu querido Cyro Miranda.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Benedito de Lira. Em meu nome e em nome do meu Partido, Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB, nós queremos dizer da nossa satisfação em tê-lo como presidente desta Comissão.

Sabemos que não é fácil, como disse V. Exª, substituir alguém que foi extremamente operante, um Senador como o Acir que se dedicou, mas capacidade não lhe falta. Tenho certeza de que o senhor vai dar continuidade e ainda vai fazer muito mais.

Venho de um Estado agrícola, agropecuário; preciso demais desta Comissão. Sou parceiro e fico contente porque V. Exª conhece os problemas do Norte e do Nordeste, do agricultor, conhece o problema da pecuária, são problemas diferentes dos problemas do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, mas são problemas também.

Quero me irmanar, associar-me às palavras de todos os companheiros, e quando nesta Comissão vejo a Senadora Kátia Abreu, a Senadora Ana Amélia, entre outros, tenho a certeza de que o senhor vai ter êxito, porque é essa unidade que vai fazer com que esta Comissão continua dando o respaldo necessário para a agricultura brasileira, que ainda carece de tanta atenção.

Muito obrigado.

Que Deus o abençoe1

Felicidades!

E conte com este seu amigo em todos os momentos.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, Cyro. Sei que V. Exª é um predestinado no que faz.

Vou conceder a palavra à nossa querida amiga Presidenta da Confederação Nacional da Agricultura.

Com a palavra, Kátia Abreu.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

Quero me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Está inscrito.

A SRª KATIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cheguei um pouco atrasada. Sabia da tranquilidade da sua eleição, da unanimidade entre os colegas, mas fiz questão de vir para também saudá-lo e dizer da nossa alegria de tê-lo à frente da nossa Comissão.

No ano passado, infelizmente, fiquei como suplente na Comissão porque o Senador Petecão fez questão de ficar na titularidade. E eu gostei de ele querer a Comissão de Agricultura. Então, sempre quando um Senador que não é ligado à área se interessa pela agricultura a gente sempre deve ceder para incorporar e ter um time maior, um time agro maior do que temos hoje. Mas, agora ele vai ser Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura, e eu volto para a minha Comissão de Agricultura, com muito prazer e alegria, principalmente conduzida por V. Exª, lá de Alagoas, produtor rural, pecuarista, criador de gado PO, conhece o que é pecuária, faz pecuária de qualidade, de seleção, sabe o quanto a inovação e a tecnologia são importantes para o Brasil.

Quero saudar também o seu presidente, da Federação da Agricultura do seu Estado, o Álvaro, que está aqui conosco – fez questão de vir comigo lhe dar esse abraço –, cumprimentar todos os colegas, e dizer que não só como Senadora, como sua colega, mas a Confederação, a CNA está muito contente com a sua eleição e quer colocar todos os nossos técnicos e todas as nossas possibilidades, eu mesma à sua disposição, à disposição da Comissão e de todos os colegas que estão aqui, para que nós possamos fazer uma boa parceria e ajudar naquilo que for preciso, orientação, técnica, tudo o que for preciso e que a Comissão precisar e puder, nós estamos prontos para servir. Acho que a união faz a força e o agro tem sido cada vez maior justamente por esta união, pela ampliação da equipe desse time, que tem feito com que o agro se destaque tanto em todo o Brasil.

A Comissão de Agricultura da Câmara, a Comissão de Agricultura do Senado, as duas Frentes – a do Cooperativismo e a da Agricultura –, a OCB, o CNA, a sociedade rural, todas as associações de produção do País são da maior importância nesse sentido, para que a nossa Comissão tenha um grande desempenho.

Temos excelentes Senadores nesta Comissão, todos conhecedores e dedicados à causa. E eu tenho certeza de que a *performance* desta Comissão, assim como foi com o Acir Gurgacz, também com V. Exª vai dar orgulho para o mundo rural e para todo o Brasil.

Eu gostaria de destacar também a questão da MP dos portos, que é da maior importância para o agro. O Brasil inteiro sabe que a atividade agropecuária é a maior exportadora do Brasil, é o único setor superavitário na balança, em termos de importação e exportação, e nós é que sofremos mais nos portos do País. Portanto, essa MP vem tentar evitar um caos.

Como disse a Senadora Ana Amélia há pouco, nós já estamos vivendo – a imprensa noticiou amplamente ontem e anteontem – o aumento dos custos do frete. Isso já é um caminho para uma dificuldade e um caos. Então, em relação a todas as iniciativas do Governo Federal que vierem a ser propositivas, no sentido de trazer produtividade e competitividade ao Brasil, eu acho que, de forma suprapartidária, todo o Congresso Nacional precisa apostar nessa iniciativa e apoiar. E porto é um dos pontos e dos maiores gargalos que a produção agropecuária e outros setores têm.

Portanto, eu acho, Sr. Presidente, que a Comissão de Agricultura tinha um papel muito importante junto à Comissão Mista. Eu não sei se do ponto de vista regimental é permitido, mas que as audiências públicas pudessem ser conjuntas com a Comissão Mista. Não sei se existe um rito diferente, mas a Comissão de Agricultura precisa e deve estar acompanhando de perto os processos e o andamento desta Comissão que vai avaliar essa medida provisória. Nada impede também que nós possamos fazer audiências públicas separadas, mas, estando junto, acho que teria maior produtividade.

Então, parabéns, felicidades!

Conte comigo, com todos nós e com todo o mundo rural.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Obrigado, minha querida Senadora Kátia.

Não tenha dúvida disso, a Comissão vai ter que trabalhar de mãos dadas com os órgãos diretivos da agricultura brasileira e, com especialidade, sob o comando de V. Exª a Confederação Nacional da Agricultura. Eu quero fazer ver que essa é a minha disposição.

Antes, logo que se cogitou que eu poderia vir para esta Comissão, eu telefonei para o meu presidente e perguntei a ele o que ele achava, se era interessante ou não era interessante para o setor. E ele, imediatamente, sem pestanejar, disse: "Me assuma logo isso!". Quando ele pensava que dependia só de mim, mas dependia de uma série de conversas aqui, que aconteceram naturalmente.

Como último orador inscrito, eu tenho uma alegria muito grande, Inclusive antes de consolidar a minha presença na Comissão, eu o consultei e disse-lhe que esta Comissão não abriria mão da presença dele como membro efetivo, porque ele tem dado uma contribuição extraordinária para a pecuária brasileira, o maior criador de bovino de qualidade do Mato Grosso, que é S. Exª o meu querido Senador Jayme Campos.

Com a palavra S. Exª.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Meu caro amigo Senador Benedito de Lira e demais Senadores e Senadoras, eu quero, nesta oportunidade, também manifestar o meu apoio a V. Exª, não só em meu nome como em nome do meu Partido, sobretudo como homem do campo.

Sei que V. Exª vai conduzir os trabalhos desta Comissão da melhor forma, sobretudo de forma democrática, principalmente trazendo para esta Comissão debates de caráter nacional. E, certamente, nós poderemos contribuir com boas políticas públicas desta Comissão para o homem do campo brasileiro.

Na verdade, aqui já foi manifestada, através dos Senadores e Senadoras, a opinião de cada um em relação à questão da logística e de outras políticas públicas relativas à nossa agricultura, pecuária, não só para o grande, médio e pequeno. Portanto, esta Comissão tem um papel preponderante, tendo em vista que o Brasil, hoje, sem sombra de dúvida, é um grande País produtor. Hoje estamos ultrapassando os Estados Unidos da América, que é um dos maiores produtores de soja. Hoje o Brasil já avançou e está em primeiro lugar no mundo na produção de soja.

Quanto à questão da proteína animal ou bovina, porque hoje somos o País que tem o maior rebanho bovino do planeta com mais de 200 milhões de cabeça, na avicultura, na suinocultura e assim por diante.

Quero crer que V. Exª, por quem tenho maior admiração por ser um alagoano corajoso, mas, acima de tudo, independente – até tenho acompanhado a sua determinação –, poderemos fazer um bom trabalho. A Comissão não pode também ficar refém do Poder Executivo, não se manifestar, fazer o contraditório em relação às políticas do próprio Governo Federal. Temos que ter um mínimo de independência e cobrar, naturalmente, atitudes que possam, de fato, ser um somatório em relação ao atendimento àqueles que produzem e constroem a grandeza no Brasil.

Aqui, particularmente, um dos assuntos mais citados, tanto pela Senadora Ana Amélia quanto por outros Senadores, é a questão da logística, Senador Benedito de Lira. Eu venho de um Estado que, hoje, é o maior produtor de soja do Brasil, além do milho, do algodão, etc., e que tem o maior rebanho brasileiro. Temos quase 30 milhões de cabeças, mais precisamente 29 milhões; 133 mil cabeças, segundo os últimos dados estatísticos fornecidos pelo Indea – Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso

Lamentavelmente, os investimentos no setor de infraestrutura têm sido muito poucos. Temos pagado muito caro, Senador Benedito de Lira. Tivemos, neste ano, uma supersafra. Todavia, o que se percebe é que não adianta o produtor ser competente, eficiente da porteira para dentro se da porteira para fora não temos meio de transportar nossa produção. O que se percebe é que as nossas estradas, as nossas rodovias federais

estão totalmente deterioradas, não temos uma política intermodal, não só no Mato Grosso como no Brasil, não temos um transporte ferroviário, hidroviário através de nossos rios, para termos um transporte mais barato.

O que percebo e que me deixa mais triste e indignado ao mesmo tempo é que não vejo nenhuma perspectiva, Senador Benedito de Lira. Quase pouco ou nada está sendo realizado. No meu Estado particularmente, pode-se escolher em quais estradas o sujeito quer morrer pelo fato de que agora, na época da safra, quadruplica o número de caminhões nas rodovias, que estão esburacadas.

Como disse aqui a Senadora Kátia Abreu ao se referir ao preço do inflados do transporte, no Mato Grosso chega-se ao cúmulo de subir, nessa época do ano, de 60% a 70% o transporte por tonelada. Na verdade, tem de ser cobrado mais caro. O cidadão ganha, hoje, o transportador, o pobre, o coitado do caminhoneiro, aquele que transporta as nossas riquezas, aquele que, se pode perceber, em sua maioria almoça a janta, quase nada. Dá mal e parcamente para pagar suas dividas, porque, fazer o transporte da produção por uma estrada toda esburacada, deteriorada, se o caminhão furar um pneu, ele ter de trabalhar praticamente mais 30 dias para pagar aquele pneu, que custa de R$2 a R$3 mil. Isso quando fura só um. Às vezes, pode chegar a furar até três pneus, ou quebrar um jogo de feixe de molas etc.. Portanto, esse coitado tem que cobrar mais caro, até por questões de sobrevivência.

Aqui nesta Comissão, meu caro Presidente, temos que convocar alguns órgãos do Governo Federal, não somente porque aqui é a Comissão de Infraestrutura, mas tem muito a ver com infraestrutura pelo fato de que o agronegócio brasileiro está contribuindo. Hoje, a balança comercial que aí está é graças ao agronegócio. Se o agronegócio não estivesse produzindo não teríamos a balança comercial que temos, ela estaria mais negativa.

O PIB cresceu 1% mal e parcamente graças ao agronegócio, porque a indústria e comércio não está dando retorno, ou seja, está contribuindo pouco ou nada com a balança comercial.

Então, espero de V. Exª, porque tratamos aqui de assuntos inerentes a esta Comissão e outros setores importantes, como é o caso da ampliação de reservas indígenas, temos que tomar providência, meu caro Presidente Benedito de Lira. Aqui no Brasil virou

O Brasil virou um escárnio, Senadora Ana Amélia! Os senhores acompanharam, há poucos dias, o que aconteceu em Mato Grosso, quando uma comunidade com 40 anos de existência – 40 anos, Senador Benedito de Lira! – foram despejados, sob a ameaça de metralhadora, no cassetete, com a Força Nacional, Polícia Federal, helicóptero do Exército Nacional, etc., etc., sem nenhum direito a indenização. Foram sete mil pessoas – só alunos em um colégio lá, havia 700 crianças! Produtores que ali produziam, dando alegria, porque era uma produção sustentável, com grande tecnologia agrícola, e o Governo foi lá e os despejou da terra que eles compraram e pela qual pagaram, mas realmente não foram donos.

Então, esses assuntos V. Exª também tem que tratar aqui. Falo isso porque Mato Grosso, hoje, já está praticamente definido com mais 45 ampliações de reservas indígenas. E eu pergunto a V. Exª onde vamos parar?

E nós vamos exigir desta Comissão – com todo o respeito que tenho a V. Exª e aos demais pares – debates aqui dentro, sobretudo, pedir para exercitarmos o que foi definido pelo Supremo Tribunal Federal, quando da definição e ampliação da reserva indígena lá no Estado de Roraima, Raposa Serra do Sol. Ali há um despacho do Ministro Carlos Alberto Direito, que Deus já levou, dizendo que qualquer ampliação de reserva indígena terá que, naturalmente, estar fundamentada ou ter alguma coisa que, de fato, daria garantia. Caso contrário, nós temos que trazer essa responsabilidade para o Congresso Nacional, senão, nós vamos ter sérios problemas, como nós tivemos há poucos dias na Bahia. Cidadãos que tinham escrituras há 60 anos foram despejados. No Mato Grosso isso é quase uma constante.

Daí eu pedir a V. Exª, como homem corajoso, determinado e, sobretudo, independente, que tragamos também esse debate para esta Comissão, para nós não prejudicarmos ainda mais o homem do campo mais do que já está sendo prejudicado.

E eu falo isso porque, hoje, a imprensa do Mato Grosso está anunciando que mais três Municípios poderão sumir do mapa: Brasnorte, Comodoro e o próprio Sapezal, terra do ex-Governador e atual Senador Blairo Maggi. Todos vão sumir do mapa pelo fato da ampliação da área indígena lá. São cidades altamente produtoras, com respeito ao meio ambiente e tudo, de forma sustentável. Portanto, quero crer que aqui será um palanque, ou seja, uma tribuna para defendermos e, sobretudo, acharmos também solução.

Em relação à medida provisória dos portos há a necessidade de ser aprovada; nós temos que abrir o Brasil, caso contrário o Governo é impotente, está engessado; é porto, é estrada, é ferrovia, é hidrovia.

E hoje me chamou muito a atenção, eu vi nos jornais, dizendo que o Governo vai aplicar R$500 bilhões em recursos públicos federais com o empresariado privado para ferrovias e para estradas. Eu confesso que não acredito. Já estou careca de ouvir isso. Estou com

62 anos. Já fui três vezes Prefeito, Governador, hoje sou Senador e estou careca de ouvir essa conversa e, lamentavelmente, nada acontecer.

De forma que eu estou aqui para parabenizar V. Exª e dizer que conte comigo!

Quero, aqui, repetir o que dizia o meu saudoso tio para nunca desmentir as coisas que são boas; sempre diga que é verdade. Refiro-me a V. Exª quando disse que eu sou um dos maiores criadores de gado do Mato Grosso. Isso é bom, porque dá crédito para a gente lá no Estado junto aos bancos e onde você vai comprar, mas sou um pequeno produtor rural, mas com respeito ao meio ambiente, aos trabalhadores que trabalham comigo. Nós temos cinco propriedades no Estado e, além do rebanho bovino, agora iniciamos na área de soja, etc. Portanto, fazemos daquelas propriedades modelos. Hoje estamos fazendo a maior recuperação de APP do Brasil em uma de nossas propriedades, inclusive está servindo de modelo para a Universidade Federal. Nossas propriedades são modelos pelo fato de os trabalhadores serem respeitados e terem participação, naturalmente, naquilo que a propriedade lucra no fim do ano.

Assim, quero agradecer a V. Exª e, sobretudo, dizer que conte comigo, Senador Benedito de Lira.

Desejo sucesso e felicidade junto com o Acir Gurgacz, que será o seu Vice, parece-me, se não me falhe a memória, nesta Comissão.

Parabéns!

Que Deus abençoe V. Exª nessa nova missão que tem pela frente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, nobre Senador Jayme Campos.

Eu comungo perfeitamente com seus argumentos. Na verdade, acho que não temos uma população indígena no Brasil para a ocupação do território que tem sido colocado à sua disposição. Nada contra o índio. Pelo contrário. Precisamos dar a ele um tratamento digno, com dignidade.

Mas há uma coisa que, na verdade, o senhor tem razão: em alguns momentos, propriedades produtivas, à proporção que passam a ser reservas indígenas, elas perdem a sua capacidade de produção. Até porque eles não têm os instrumentos na mão, nem os insumos para tocar aquela propriedade que outros grupos tocaram.

Mas, fique certo de que nesta Comissão não haverá restrição em tratar seja qual for o assunto em benefício deste País. Quando tratamos aqui dos mais diversos assuntos que dizem respeito à agricultura, não é contra nem a favor de ninguém, mas, sim, a favor do Brasil.

E, lógico, o Governo precisa ouvir o que esta Comissão vai decidir, o que esta Casa decide. É importante essa relação harmônica entre os Poderes Legislativo e Executivo. Os assuntos que são tratados aqui não são contra ninguém. Muito pelo contrário. Eu faço parte, o meu partido, da base de sustentação do Governo, mas os assuntos que nós vamos tratar aqui não são contra o Governo. Muito pelo contrário. É pedir ao Governo que se engaje; é pedir ao Governo que faça mais. Porque, em determinados momentos, nobres Senadores e Senadora Ana Amélia, do que se precisa neste País não é exatamente de um projeto de Governo, porque, muitas vezes, o Governo atual está fazendo um projeto tal e qual, mas que para o governo de amanhã não interessa. Nós precisamos ter projetos de Estado. O Estado brasileiro precisa ter projetos permanentes, nobre Senador João Durval. Governos entram e saem, mas o projeto de Estado permanece. E é exatamente do que nós precisamos.

Nós temos, por exemplo, um gargalo terrível, desde a época que o Brasil é Brasil. A Região Nordeste, por exemplo, que é uma Região de solos extraordinários, mas falta tudo para ter a capacidade de produção que têm outros territórios neste País. Por quê? Porque para lá, infelizmente, nunca foi feita uma política, um projeto de Estado. Caso houvesse sido feito as pessoas não estariam tomando água de barreiro ou água de caminhão-pipa. Isso não pode existir mais na era em que nós estamos vivendo! Animais morrendo – como se mata mosca –, porque não tem uma gota d'água para beber.

Então, evitaríamos esse tipo de coisa se, por acaso, tivéssemos um projeto de Estado. Acabar com a seca, você não pode acabar, mas você pode ter instrumentos para conviver com ela. Então, é disso que esta Comissão também vai tratar, ou seja, iremos tratar de assuntos de interesse de todas as regiões e, com especialidade, de interesse deste País.

Então, não havendo mais oradores inscritos, eu gostaria de agradecer aos companheiros, agradecer às pessoas que aqui vieram.

Dizer aqui ao meu querido amigo e chefe de gabinete do ministro da Agricultura que nós teremos de fazer um trabalho, uma parceria entre a Comissão de Agricultura, o Ministério da Agricultura e os órgãos a ela vinculados – Embrapa, CNA, associações de produtores, enfim, todos os segmentos que tenham interesse na produção do País, nós teremos interesse de ter essa convivência.

E, ao encerrar esta reunião, agradeço mais uma vez e convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a primeira reunião ordinária da nossa Comissão, às 8 horas e 30 minutos do próximo dia 7 de março.

Está encerrada esta reunião.
Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 11 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 2ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE MARÇO DE 2013.

Às oito horas e trinta minutos do dia sete de março de dois mil e treze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **BENEDITO DE LIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **ACIR GURGACZ, CLÉSIO ANDRADE, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, RUBEN FIGUEIRÓ, JAYME CAMPOS, LUIZ HENRIQUE, FLEXA RIBEIRO, BLAIRO MAGGI E WALDEMIR MOKA**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Kátia Abreu, Gim e Antonio Carlos Rodrigues. O Senador Antonio Russo entrou de licença por 180 dias, a partir de 22.01.2013, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Benedito de Lira, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Não Terminativo – EMENTA:** Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 214, de 2012. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator, Senador Cyro Miranda, para reexame**. O Senador Benedito de Lira, às oito horas e trinta e cinco minutos, passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, em razão de ser o relator do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, conforme disposto no art. 89, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2**: **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2012 – Não Terminativo – EMENTA:** Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, uréia pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal). **Autoria:** Senador Assis Gurgacz. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 319, de 2012, com a Emenda nº 1 apresentada pela Senadora Ana Amélia. **Observações: 1.** Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. **2.** Em 16/10/2012, a Senadora Ana Amélia apresenta a Emenda nº 1. **3.** A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Benedito de Lira, os Senadores Ana Amélia, Acir Gurgacz e Blairo Maggi fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório do Senador Benedito de Lira. **Resultado: Aprovado o Relatorio do Senador Benedito de Lira, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 319, de 2012, com a Emenda nº 1-CRA**. O Senador Acir Gurgacz, às oito horas e quarenta e cinco minutos, devolve a Presidência ao Senador Benedito de Lira. **ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, de 2013** – **ASSUNTO:** Requer que sejam realizados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Ciclos de Palestras, Debates, Seminários e Painéis ao longo do biênio 2013/2014. Estes eventos, que fizeram parte das atividades da CRA no biênio 2011/2012, terão como objetivo trazer renomados especialistas para apresentar depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar e sistema tributário, bem como questões relacionadas à reforma agrária. Os eventos serão realizados às sextas-feiras, às 14h, na sala das Comissões. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Jayme Campos, Ruben Figueiró, Waldemir Moka, Blairo Maggi e Flexa Ribeiro fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, de 2013** – **ASSUNTO:** Requer a realização de seminário do Ciclo de Palestras e Debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, por ocasião da Expodireto Cotrijal 2013 – Feira Internacional, a realizar-se em 8/3/2013, às 14 horas, na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul, com o seguinte tema: O Papel da Logística no Crescimento da Produção Agrícola Brasileira. O evento reú-

ne produtores rurais de todo o país, além de propiciar, com todas as cadeias produtivas, debates entre fornecedores de insumos, instituições financeiras e agricultores. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **EXTRAPAUTA: ITEM 5: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, de 2013** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater os problemas que afetam a logística das exportações agrícolas do Brasil, com a presença do Ministro Antônio Delfim Netto. **Autoria:** Senador Benedito de Lira. No encaminhamento, o Senador Waldemir Moka faz uso da palavra para tecer comentário sobre o assunto e sugere que o convite seja estendido ao ex-ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado o Requerimento, com o adendo sugerido pelo Senador Waldemir Moka, para convidar o ex-ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **ITEM 6: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, de 2013** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 90, inciso III e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública com a finalidade de discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações estaduais e confederação nacional e o restabelecimento do cadastro especial de colônia de pescadores no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro e outros. No encaminhamento, os Senadores Flexa Ribeiro e Acir Gurgacz fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado**. **Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, de 2013** – **ASSUNTO:** Requeiro a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, a realizar-se dia 22/03/2013, sexta-feira, às 14 horas, para debater o conceito de ruralidade no Brasil no projeto desenvolvido pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), que objetiva a construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil e implicações para as políticas públicas, abordando 4 componentes principais: (I) análise das concepções de ruralidade, seus alcances e limitações, no Brasil e em 8 países da América Latina e Europa; (II) formulação e validação no campo de propostas de tipologias dos espaços rurais no Brasil; (III) análise das implicações e impactos de uma releitura do rural e suas tipologias nas políticas públicas de desenvolvimento rural e (IV) elaboração de subsídios técnicos e institucionais para a realização de iniciativas semelhantes em outros países da América Latina. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão**. **ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, de 2013** – **ASSUNTO:** Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença do Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, bem como do Presidente da FUNAI. **Autoria:** Senador Benedito de Lira e outros. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Jayme Campos, Ruben Figueiró, Waldemir Moka, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Sérgio Souza e Luiz Henrique fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR BENEDITO DE LIRA,** PRESIDENTE DA CRA.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento de Aviso nº 1.626/2012, datado de 5 de dezembro de 2012, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente

do Tribunal de Contas da União, no qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 026.131/2011-0, que trata de auditoria com objetivo de avaliar o cumprimento, no período de 2000 a 2010, do disposto no art. 42, incisos I e II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determina sejam aplicados pela União os recursos destinados à irrigação nos 25 anos seguintes à promulgação da Carta Magna: 25% na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Informo o recebimento do Aviso nº 1.634/2012, datado de 5 de dezembro de 2012, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 015.211/2011-8, que trata da auditoria operacional realizada na ação de estoques públicos, inserido na Política de Garantia de Preços Mínimos, do Programa de Abastecimento Agroalimentar. Cabe informar que tal política é implementada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Os avisos recebidos serão encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa para leitura e atuação e, posteriormente, retorna a esta Comissão para a devida distribuição e análise.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2012 – Não Terminativo -

Institui Política de Desenvolvimento Sustentável do Cerrado.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 214, de 2012.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR.

2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto, e será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

3. O projeto constou da pauta da 37ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 18/12/2012.

Foi retirado de pauta, porque o Relator ainda não se encontra.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, de 2012 – Não Terminativo -

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, uréia pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal).

Autoria: Senador Assis Gurgacz

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 319, de 2012, com a Emenda nº 1 apresentada pela Senadora Ana Amélia.

Observações:

1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

2. Em 16/10/2012, a Senadora Ana Amélia apresenta a Emenda nº 1.

3. A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Convido S. Exª o Senador Acir, para assumir a Presidência, porque eu sou o Relator da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não tive oportunidade de estar presente na eleição e na posse de V. Exª, Presidente Benedito de Lira, e aproveito a oportunidade para desejar um bom trabalho e uma administração excepcional, o que tenho certeza de que o senhor fará, à frente desta Comissão que é tão importante para a agricultura brasileira.

Agradeço também os pares por terem me conduzido como Vice-Presidente desta Comissão.

Com a palavra o Relator, Senador Benedito de Lira, para proferir o seu relatório referente ao item 2.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, do Senador Assis Gurgacz, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, uréia pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal).

Por designação do Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal, cumpre-nos relatar o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 319, de 2012, do Senador Assis Gurgacz, que reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes na importação e na venda no mercado interno de ácido fosfórico, ureia

pecuária e fosfato dicálcico (suplementos minerais para uso animal).

O Projeto é composto de três artigos. O art. 1º propõe a redução a zero, até 2018, da Cofins incidente na importação e na venda no mercado interno desses suplementos minerais para uso animal.

Vou para a análise do projeto, Sr. Presidente.

Os incisos VI e XI do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal atribui à CRA a competência para opinar sobre proposições que tratem de comercialização e fiscalização de produtos e insumos, além da tributação da atividade rural.

O nobre autor da proposição, Senador Assis Gurgacz, bem ressaltou que os suplementos minerais utilizados na pecuária brasileira, como o ácido fosfórico, o fosfato dicálcico e a uréia pecuária, apresentaram elevação acelerada em seus preços nos últimos anos.

Ademais, a questão dos suplementos minerais tem aspectos comerciais que merecem atenção, pois, enquanto a ureia agrícola, por exemplo, é isenta de PIS/Cofins desde a edição da Lei nº 10.925, de 2004, o mesmo insumo, quando utilizado na pecuária, permanece onerado, o que provoca grave fardo para os produtores pecuários brasileiros.

A ilustre Senadora Ana Amélia, em sintonia com os sérios problemas vividos por esses produtores, observa, na Emenda nº 1 – CRA, que os ganhos seriam muito pequenos para o setor lácteo, uma vez que o suplemento mineral representa 4,47% do Custo Operacional Efetivo (COE) do leite, sendo que a ração concentrada corresponde a 43,45% do COE em propriedades leiteiras eficientes.

Em face dessa situação, a Senadora propõe, além da redução do ácido fosfórico, da uréia pecuária e do fosfato dicálcico, a redução a zero da alíquota do PIS/Cofins também para a ração concentrada de ruminantes. Propõe também que não seja fixado termo final para a redução proposta.

A séria crise econômica por que passa o mundo, com fortes reflexos na pecuária nacional, nos recomendaria a adoção de políticas de desoneração fiscal, sobretudo no setor primário. Nesse sentido, entendemos que a proposta do Senador Assis Gurgacz, aprimorada pela iniciativa de emenda da Senadora Ana Amélia, vai ao encontro desse modelo, inclusive para eliminação do prazo final da concessão tributária de que trata o projeto. Assim, no mérito, entendemos oportuna a proposição com o acatamento da emenda oferecida.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, com o acatamento da Emenda nº 1 – CRA.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Relator, Senador Benedito de Lira.

O Relator, Senador Benedito de Lira, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2012, com a Emenda nº 1, apresentada pela Senadora Ana Amélia.

Em discussão.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria tão somente, Presidente Acir Gurgacz, agradecer ao Relator, o nosso Presidente Benedito de Lira, por ter acolhido esta emenda, que tem, digamos, um fator fundamental, especialmente para o setor da produção leiteira. O aumento e o desenvolvimento de bacias leiteiras, importantes em todas as regiões brasileiras, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, em vários outros Estados, têm representado um fator fundamental de desenvolvimento.

Então, hoje, considerando os nossos sérios problemas com os gargalos na logística – e temos aqui n exemplos, como Mato Grosso, do Senador Blairo e do Senador Jayme Campos, Mato Grosso do Sul, do Senador Ruben Figueiró, e também Rondônia e Alagoas, onde andei lá pela 364, Senador Acir, eu sei o que é isso –, estamos tentando, aqui no Senado, construir algumas medidas que venham atenuar, pelo menos, no que cabe à nossa responsabilidade, que venham a reduzir os custos, especialmente de insumos, tão importante como é a questão da composição da ração usada na pecuária.

Então, eu queria agradecer o relatório do Senador Benedito, acolhendo essa emenda.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Também agradeço ao nobre Relator Benedito de Lira, pelo seu brilhante relatório, acatando emenda da Senadora Ana Amélia.

Entendo que este projeto é importante para os nossos produtores com relação à pecuária e também à bacia leiteira, que tem uma influência muito grande na economia dos Estados, principalmente lá no nosso Estado de Rondônia e creio que no Estado do Rio Grande do Sul também – mas em Rondônia tem uma influência muito grande na economia do nosso Estado.

Portanto, é um projeto importante e cabe realmente a nós estar atentos para que possamos ajudar os nossos produtores, principalmente os pequenos agricultores, porque são eles os maiores produtores de leite do nosso País.

Senadora Ana Amélia, por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria só corrigir uma injustiça: fazer referência à iniciativa do autor, o nosso Senador Assis Gurgacz.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Bom dia, Sr. Presidente.

Bom dia, Sr. Vice-Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores.

Primeiro, parabéns, pelo horário: às 8h30, tocou a campainha e começou a reunião dos tiradores de leite aqui – eu brincava com o Senador Jayme que os tiradores de leite estão ficando poucos aqui, não é? *(Risos.)*

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Ainda bem que os poucos que estão aqui são realmente verdadeiros tiradores de leite. *(Risos.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Nós somos os tiradores de leite; o Senador Jayme é aquele que busca a vaca, mais cedo ainda. *(Risos.)*

Bem, eu gostaria de cumprimentar o Senador Assis pela iniciativa do projeto. Acho que o mérito não se discute, ele é importante. Esse setor da economia agrícola, que são os que tiram leite, aqueles que fazem essa atividade, que é uma atividade de muito sacrifício, sempre levantando muito cedo – nas regiões onde tem frio, sempre com muito frio, na geada, na neve às vezes. E a atividade deles tem que permanecer, porque nós que moramos nas cidades não sabemos e não queremos saber de onde é que está saindo o leite. Acha que nasce dentro daquela caixinha ali e quanto mais bonitinha a caixinha parece que mais bonita é a vaca. Então, o pessoal não sabe mais de onde está vindo o leite, quem tira e o sofrimento que é. E nós temos que trabalhar, sim, para a redução dos custos dessa atividade, e um deles é o que está sendo proposto nessa lei, que prevê a redução da carga tributária.

Então, quero me manifestar aqui pela aprovação e cumprimentar o Senador Assis pela iniciativa, por ter olhado para este lado. Como eu já disse, é um setor importante da economia, emprega milhares e milhares de pessoas e, normalmente, em 95% dos casos, são de micro e pequenos produtores rurais os que fazem essa atividade.

Portanto, parabéns, Senador. E eu quero aqui já declarar que vou votar favorável à aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Continua em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Retorno a Presidência ao Senador Benedito de Lira.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Acir.

Apenas para complementar essa discussão, eu conversava aqui com o Senador Acir o seguinte: a atividade leiteira neste País parece ser uma atividade criminosa, porque o sujeito, o pequeno e o médio produtor, o criador, o tirador de leite... Os insumos estão na atmosfera. À proporção que ele tira o leite, vai vender o seu produto. Quanto custa um litro de leite para o produtor? É uma coisa praticamente insignificante! Se levarmos em consideração, por exemplo, um copo de água de 200ml e um litro de leite, a diferença é estúpida.

É preciso que a Comissão se debruce sobre esse problema, para que a gente possa encontrar o caminho de facilitar, inclusive com essas ações, projeto dessa natureza, para dar isenções de tributos.

Item 3.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Sr, Presidente, mas o senhor fez...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – O senhor fez um comparativo com um copo de água. Se o senhor fizer o comparativo com uma latinha de cerveja, a dose aumenta, não é? Aí a coisa é bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Não tenho a menor dúvida. E tem uma coisa menor ainda: um cafezinho pequeno.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Você chega em qualquer parte deste Brasil, num restaurante, num bar, ou no aeroporto, pede um café pequeno... Um dia desses, eu me assustei. Mas é o mercado, infelizmente.

Com a palavra V. Exª.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Eu gostaria de dar apenas um testemunho. Evidentemente, sou integralmente favorável ao projeto do Senador Assis Gurgacz, mas eu gostaria de dizer que sou um ex-produtor de leite, decepcionadíssimo com a atividade. Lá na minha propriedade, cheguei a produzir dois mil litros de leite/dia, leite tipo B. O preço que me pagavam, à época, é o mesmo de hoje. Imagine quanto de prejuízo têm tido os atuais produtores!

Se não dermos os estímulos que o projeto está preconizando, evidentemente será uma atividade que vai falecer brevemente. E é preferível produzir água a

leite. É uma triste realidade. É o testemunho que posso dar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito obrigado, Senador Ruben Figueiró.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para mais uma correção.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu farei.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Então, por favor, Senador Blairo.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Desculpe, Senador Acir. É que eu fiquei aqui elogiando o Acir, e depois a Senadora Ana Amélia me chamou a atenção. O autor do projeto é o Assis Gurgacz, o pai do Acir, que passou por aqui como Senador, ficou aqui quatro meses aqui como Senador, fez um projeto bom, meritório, e nós estamos aprovando hoje. Como o Sr. Assis é meu amigo pessoal também, era amigo de meu pai – meu pai já é falecido, mas eles eram amigos do tempo em que chegaram na região oeste do Paraná, há mais de 50, 60 anos, então, eu quero aqui render homenagem ao Sr. Assis Gurgacz, o pai do Acir, que é o autor do projeto, e cumprimentá-lo, mandar-lhe um abraço, ele que está lá em Cascavel, com toda certeza. Está chegando aqui. Desculpe, Acir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas eu também estava no mesmo raciocínio de V. Exª, encaminhando o projeto como se fosse ele o autor. Quero cumprimentar também o genitor do meu querido Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pela deferência, Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Mas V. Exª pediu a palavra para fazer essa correção?

Então, vamos dar sequência a nossa pauta.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2013

Requer, nos termos regimentais do Senado Federal, que sejam realizados pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ciclos de palestras, debates, seminários e painéis ao longo do biênio 2013/2014. *Estes eventos, que fizeram parte das atividades da CRA no biênio 2011/2012, terão como objetivo trazer renomados especialistas para apresentar depoimentos, análises e informações acerca do panorama da agropecuária brasileira, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente, segurança alimentar e sistema tributário, bem como questões relacionadas à reforma agrária. Os eventos serão realizados às sextas-feiras, às 14h, na sala das Comissões.*

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Concedo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao longo do ano 2011/2012, nós introduzimos nesta Comissão, juntamente com os demais Senadores, esta modalidade de ciclo de palestras e debates, para discutir os temas importantes relativos à agricultura, à pecuária, enfim, a tudo aquilo que envolve o nosso trabalho aqui, nesta Comissão. Entendo que seria importante se nós continuássemos este trabalho que foi feito pelos Senadores e Senadoras que atuam nesta Comissão, fazendo palestras e ciclos de debates aqui, nesta Comissão, e também em outros locais, em outras cidades e em outros Estados, assim como foram feitos. Entendo que é muito importante para a agricultura brasileira e nos ajuda a desenvolver o nosso trabalho aqui da Comissão de Agricultura do Senado.

Portanto, peço aos meus pares que nos acompanhem, aprovando esse requerimento, para que possamos continuar esse trabalho que foi muito bem feito por todos os Senadores, pela Senadora Ana Amélia, que também sempre esteve muito presente conosco.

Agradeço pela atenção dos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Apresentada a justificação do requerimento, submeto-o a votação.

Os Srs. Senadores...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Jayme Campos, para encaminhar a votação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Perfeito, para encaminhar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Acir Gurgacz está propondo que esta Comissão continue aqueles ciclos de debate que havia até então, durante a sua presidência, em 2011/2012.

Entretanto, uma sugestão que quero propor, naturalmente com a devida vênia e respeito ao Senador Acir Gurgacz, é que esses ciclos de debate não se concentrem apenas aqui no Senado. É evidente que reconheço que o Senador Acir Gurgacz promoveu al-

gumas audiências fora da Casa, muitas, mas seria de bom alvitre que também, Senador, nós atingíssemos alguns Estados mais da Federação, sobretudo aqueles Estados produtores. Pelo fato de que todos os dias surgem assuntos pertinentes ao campo brasileiro, acho que é fundamental que esta Comissão possa ser mais descentralizada, principalmente em dias que sejam compatíveis com as agendas de todos nós, Senadores, e assim vamos levar a presença da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, se possível, aos quatro cantos deste País.

Isso porque muitas pessoas, muitos produtores, aqueles que constroem a agricultura, a pecuária, no campo brasileiro, estão distantes das informações. Todavia, surgem todos os dias, imagino, assuntos para discutirmos nesta Comissão, e muitos não têm acesso a essas discussões.

Então, seria, a título de sugestão, que V. Exª levasse a presença da Comissão também ao interior do Brasil; particularmente, eu gostaria de ter, daqui a pouco, a presença da Comissão de Meio Ambiente, capitaneada e presidida pelo Blairo, em relação, Senador Blairo Maggi, para discutirmos a questão das reservas indígenas que estão surgindo todos os dias também no Brasil, e cabe a esta Comissão discutir essa matéria, como disse, na semana passada, em reunião aqui, em que discutimos esse assunto que está sendo pernicioso a uma grande parte do Brasil, sobretudo nós que temos um Estado hoje, que, lamentavelmente, tem um número de hectares disponibilizado para os povos indígenas, e a perspectiva de aumento é muito grande. Ou seja, hoje temos já anunciada a ampliação de em torno de 50 ou 60, até hoje não está definido – uns falam 47; outros, 60 –, já chegou ao cúmulo absurdo de se falar até em 75 ampliações no Mato Grosso. Da mesma forma, o Mato Grosso do Sul tem esse problema, a Bahia, Rondônia.

A título de sugestão, espero que V. Exª realmente descentralize os trabalhos desta Comissão, visitando, por meio das audiências públicas, com os segmentos da sociedade, sobretudo as entidades vinculadas à agricultura e à pecuária.

Essa é a minha sugestão.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – V. Exª tocou num assunto que realmente é muito importante a esta pauta. Logicamente que iremos fazer aqui um trabalho, conversar com todos os companheiros para que possamos efetivar isso. Descentralizar esta Comissão é mais do que importante, levá-la à opinião pública.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar a votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, quero, primeiro, registrar que essa iniciativa do Senador Acir permitiu um acesso direto dos produtores rurais e do cidadão urbano à discussão dos temas relacionados à produção de alimentos. Falo alimentos porque é mais fácil de compreender a questão e a natureza da atividade agropecuária em nosso País, que, hoje, é um dos líderes mundiais nesse setor.

Eu tomei a iniciativa, aproveitando o espaço criado pelo Senador, conforme o Senador Jayme Campos aqui muito bem argumentou, e realizei no Rio Grande do Sul quatro audiências públicas às sextas-feiras à tarde, que foi o espaço aberto. Porque, nesse horário, Presidente Benedito de Lira, a TV Senado disponibiliza uma transmissão direta, ao vivo, com a participação dos interessados. Então, isso foi de grande valia. Fizemos uma; o Senador Jayme Campos levantou a questão indígena; uma das audiências realizadas na Assembleia Legislativa do Rio Grande Sul reunião quase 1.500 pessoas, não somente indígenas, indígenas, quilombolas e pequenos produtores. Então, foi de alta valia.

Fizemos duas audiências públicas na Expointer, em Esteio, que é uma das grandes feiras do agronegócio, discutindo o Código Florestal. Primeiro a lei, com o Relator Luiz Henrique e o Senador Jorge Viana; depois, a regulamentação.

Agora no ano passado, discutimos na Expodireto, que está sendo realizada em Não-Me-Toque, a questão relacionada ao seguro agrícola, que é um grande tema, mais precisamente seguro de renda para os agricultores quando há a incidência de um problema climático ou de uma perda, de seca, ou de excesso ou de granizo.

Amanhã, vamos discutir, lá na Expodireto, nesse mesmo espaço – V. Exª já deu apoio, permitiu a infraestrutura necessária, com a assessoria da Comissão e mais os contatos com a TV Senado –, portanto, amanhã vamos realizar à tarde, a partir das 14 horas até às 16 horas, com a transmissão da TV Senado, uma audiência pública para tratar dos dilemas da logística, das deficiências da logística no Brasil inteiro.

Então, aproveitamos os espaços de eventos como esse – e aí eu digo para o Senador que o importante é que os Senadores, antecipadamente, encaminhem o requerimento para poder fazer a divisão do espaço de tempo, a cada semana, a cada sexta-feira, para que o presidente tenha facilidade maior de organizar essa agenda, permitindo essa interiorização do debate de temas de grande interesse nacional.

Aproveito, nobre Presidente Benedito de Lira, para convidar os Senadores e Senadoras, aos nossos telespectadores, especialmente o Presidente, para estarem amanhã lá na Expodireto, nesse debate que iremos realizar sobre as questões da logística.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Ruben Figueiró, para o encaminhamento.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para saudar a proposição do Senador Jayme Campos com relação à ampliação dos debates para a questão indígena.

Essa tem sido a preocupação máxima no meu Estado, tais são os conflitos que lá estão se verificando.

Ainda ontem, Sr. Presidente, nós tivemos a oportunidade de manter contato com um dos assessores especiais do Ministro da Justiça para tratar exatamente dessa questão.

Eu considero, portanto, oportuno que a Comissão de Agricultura participe desse debate para esclarecimento da Nação. Há notícias absolutamente inverídicas com relação à questão indígena no meu Estado e também em Mato Grosso.

Portanto, essa será uma excelente oportunidade para que a opinião pública brasileira tenha conhecimento da realidade da situação.

Meus cumprimentos, portanto, à ideia do Senador Jayme Campos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, como esse problema é semelhante ao do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – penso que o Senador Moka vai falar também –, eu penso que nós poderíamos, coletivamente, hoje – é a sugestão –, convidar o Ministro da Justiça Eduardo Cardozo para vir a Comissão, numa reunião para S. Exª falar exclusivamente sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Muito bem lembrada essa informação de V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Moka, para fazer o encaminhamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, primeiro para parabenizar V. Exª ao assumir a Presidência da Comissão de Agricultura. Eu que conheço V. Exª ainda na Câmara dos Deputados, sei da atenção que V. Exª sempre dedicou a esse – às vezes, as pessoas insistem em não reconhecer – que é, sem dúvida alguma, o segmento mais importante hoje da economia do nosso País. Se nós não tivéssemos o chamado agronegócio, o que seria do Brasil agora? O PIB só não foi negativo em função do superávit que o agronegócio gera na balança comercial. Se se tirar o agronegócio nós ficamos com as contas, a nossa balança comercial negativada. Então, acho que esta é uma Comissão muito importante.

Aí, Sr. Presidente, eu conversava com a Senadora Ana Amélia, por incrível que pareça, até agora não tenho assento na Comissão de Agricultura. Na verdade, V. Exª sabe, no entendimento eu abri mão de ser o Presidente da Comissão de Agricultura, até porque havia alguém melhor do que eu e mais capacitado que eu para assumir, mas não abri mão de ser membro da Comissão de Agricultura. Nos últimos 18 anos aqui, eu sempre atuei na Comissão de Agricultura, seja na Câmara, como aqui, no Senado. Mas tenho certeza... E o Senador Blairo Maggi disse: "Se o teu partido não der jeito, nós vamos abrir uma vaga aqui para você". Ainda bem que tenho esses companheiros aqui.

Mas, Sr. Presidente, eu conversava com a Senadora Ana Amélia, eu estive na semana passada com a Senadora Kátia Abreu, os prefeitos da nossa região, chamada Conesul, prefeitos do Paraná, sobretudo o Prefeito de Guaíra, Cascavel... Porque está acontecendo, Sr. Presidente, uma coisa absolutamente preocupante e explosiva. Cerca de 20 dias atrás – talvez mais ou menos, por aí – um jovem índio de 15 anos foi assassinado, não sabemos as causas ainda, por um produtor rural no meu Estado, tamanha é a tensão. Ele alega, ouvi o depoimento, à noite, sessenta e tantos anos, com essa tensão toda no campo, movimento, os meninos estavam pescando e aí ele, com todo esse receio do que tem acontecido, acabou atirando e acabou atingindo um jovem. Eu digo que no Mato Grosso do Sul – insisto nessa tecla – lá não há invasão, não há grilo de terra.

Aliás, Sr. Presidente, há oito anos faço o mesmo discurso, há uma dívida com a população e os povos indígenas, eu sou um dos que reconhece isso. Agora, essa dívida é da sociedade como um todo, e o pior, querem cobrar de um único segmento, que é o produtor rural. Como pode acontecer isso? São produtores há 60, 70, 80 anos, é a terceira geração na mesma propriedade e agora chegam e dizem: "Não, mas na demarcação isso é terra indígena". E ele com o título, com o documento. Senador Blairo Maggi, eu conheço isso, esse cidadão, essa família não sai dali, isso é uma utopia, porque ele tem o documento, o próprio Governo de então é que vendeu. Só há um jeito de a gente resolver essa questão: se chegar à conclusão de que é terra indígena, depois de concluído, ao in-

vés da expropriação, tem-se que desapropriar, pagar o valor da benfeitoria e da terra nua. Há seis ou oito anos eu me debato com esse assunto. Consegui na Comissão de Constituição e Justiça daqui do Senado colocar uma emenda de comissão de R$100 milhões para iniciar, foi reduzido para R$50 milhões.

Então, há todo esse discurso que ouço da importância, que temos que resolver a questão indígena, mas chega na hora de colocar dinheiro no Orçamento para que a Funai, que não tem recurso para nada, possa fazer a desapropriação, aí não vejo prioridade nenhuma nesse assunto. O Ministro da Justiça até agora, Sr. Presidente – vou dizer isso para ele – parece ignorar um assunto que é explosivo. Se amanhã ou depois... Nós tivemos muita sorte no Mato Grosso de não ter acontecido o pior quando agora, recentemente, houve aquela questão lá. Então, é um negócio a que a Comissão precisa se dedicar. Acho que deveríamos convidar o Ministro e não o representante, eu acho que é o Ministro. A Funai hoje precisa parar, porque enquanto o Supremo não se decidir a respeito da questão – que já tem uma decisão, mas há ações que tentam que a decisão da Raposa Serra do Sol não seja usada no conjunto do País. Enquanto isso não acontecer, eu defendo: vamos suspender qualquer tipo de demarcação, porque o que adianta demarcar, no caso o Mato do Grosso do Sul, se não tem dinheiro para desapropriar, se a Funai, o Ministério Público Federal, todos os órgãos reconhecem que no Mato Grosso do Sul não tem como fazer demarcação sem que haja a devida indenização das serras do meu Estado?

Então, Sr. Presidente, vou parar por aqui, mas alertando que, no Mato Grosso do Sul, esse é um assunto explosivo, tenso, e que o Governo Federal, o Ministro da Justiça precisa dar atenção a esse assunto.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, só para colaborar com o que o Senador Moka está dizendo.

As coisas não são nada fáceis, Senador Moka, nessa área.

Vamos convidar e, com certeza, ele virá aqui. Vamos trazer o Ministro para que ele possa se posicionar. Só que o Ministro vem aqui, ensaboa para um lado, ensaboa para o outro e não fala nada. Esse é um setor que ninguém quer botar a mão. Todo mundo tem medo de botar a mão.

Teoricamente, a Funai deve explicações para o Ministro da Justiça.

O Ministro da Justiça, você fala com ele... Eu cansei de ir lá. Já fui quatro, cinco, seis vezes lá falar sobre índios com ele. Eles fazem de conta que... Olha, eu vou falar lá embaixo. E aí, quando você aperta, ele diz que falou, mas não foi obedecido. Mas, como? Cadê a hierarquia desse negócio?

Então, parece que é proposital por parte do Governo: coloca alguém lá na Funai e fala assim: vai tocando, vai apertando o pessoal aqui, que vamos fazer de conta que não estamos olhando. E vão patrolando tudo. E, pior, vão patrolando com a aquiescência da Justiça. Isso é pior ainda.

Lá em Mato Grosso, Marãiwatsédé foi desocupada há poucos dias, Sr. Presidente, por uma liminar. Não julgaram os embargos ou a ação final, foi por uma liminar. Tiraram milhares de pessoas. Fizeram uma desocupação para colocar índios lá dentro – não eram terras de índios. No entanto, todo mundo faz ou fez de conta.

Fui várias vezes à Presidência da República. Não tratei diretamente com a Presidente, mas tratei com o Sr. Gilberto Carvalho e com outros ministros. Eles ficam nos enrolando, eles ficam dizendo "vamos ver, vamos ver".

Trouxemos aqui as mulheres, as crianças; todo mundo promete e ninguém vê nada. Pelo contrário: por trás ficam botando, Senador Acir, ainda mais graveto nessa fogueira. Esse é o problema, o problema é que há, por parte do Governo, não digo da Presidente, a complacência com esse tipo de coisa. Basta falar: vamos aproveitar nossa passagem pelo Governo e vamos fazer o que já deveria ter sido feito lá atrás.

E, ontem, o que aconteceu, Senador Moka, na derrubada do veto, em que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo sofreram uma derrota que dizem que para eles é muito ruim, nós nos sentimos igual. O que o Rio de Janeiro ontem sofreu aqui no Congresso, nós nos sentimos igual, no setor agrícola, com o governo. Ninguém escuta, todo mundo sabe que está errado e vai patrolando e acaba fazendo as coisas.

Esse é um assunto espinhoso lá no Mato Grosso. Semana passada, saiu uma notícia de que vão aumentar mais 600 mil hectares de terras para índios, numa área que eu conheço muito bem, que não tem conflito, não tem nenhum conflito, mas a Funai está arrumando um conflito em mais três Municípios para fazer ampliação de reserva indígena.

Quero deixar claro que não sou contra índio. Convivo com os índios. Tenho propriedade ao lado deles; há até um índio que tem meu nome, numa homenagem que me foi feita há mais de 15 anos; meu pai era superamigo dos índios. Não tenho problema nenhum com os índios. Pelo contrário, gosto deles, convivo com

eles. Frequentei todas as reservas indígenas no Mato Grosso, quando fui Governador do Estado do Mato Grosso. Atendi, criando lá uma secretaria de apoio aos índios, mas não é possível que pessoas de fora venham criar confusões nos Estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, lá no Rio Grande do Sul, no Paraná. É explosivo o que está acontecendo, e ninguém está vendo. Parece que tem que morrer uma meia dúzia de pessoas para um lado e para o outro para depois alguém tomar uma providência.

Quero aqui assinar, junto com V. Exª, a vinda do Ministro aqui, mas que o Ministro venha aqui e seja firme. Diga o que vai acontecer e o que não vai acontecer, e não ficar de um lado e do outro ensaboado, como a gente fala no interior, mais liso do que bagre ensaboado.

Muito obrigado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Só para contribuir.

Em Rondônia, também a situação é bastante delicada, Sr. Presidente.

Eu sugiro que, junto como o Ministro, nós convidemos alguém da Funai, o presidente da Funai. Pelo menos, ele não vai poder dar a desculpa de que a Funai é a responsável, estando aqui presente, junto com ele, o Presidente da Funai. Então, também assino esse pedido, não sei se tem que fazê-lo formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Tem que fazer um requerimento, já falei, aqui, para o pessoal fazer o requerimento formalizado da Comissão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – E vamos convidar também...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – E tratar da vinda do Ministro para tratar exatamente desse assunto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O Ministro e a Funai também, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Benedito de Lira, Srs. Senadores, vou me colocar ao lado dos Senadores que levantaram essa questão. O Pará não é diferente de Mato Grosso, do Paraná, todos os Estados, Mato Grosso do Sul, com relação a essa questão indígena.

Acho que é bom, Senador Blairo, Senador Moka, Senador Figueiró, que o Ministro da Justiça seja convidado também. A vinda da Funai, junto com o Ministro, acho que pode ser interessante, mas não será eficaz, porque a Funai talvez seja a responsável principal pelos desmandos que acontecem. Lá no Pará, inclusive, temos problemas sérios com a ação da Funai no meu Estado. Portanto, eu também concordo que seja convidado. Agora o Ministro da Justiça tem, por hierarquia, o comando da Funai, quer dizer, desde que ele, politicamente, queira fazer, não precisa estar aqui o diretor da Funai, que até anteriormente era um amigo meu do Pará, mas, mesmo sendo paraense, não agia no sentido de resolver as questões lá no nosso Estado.

Quero parabenizar os Senadores e o Senador que encaminhou a solicitação da audiência, porque acho que temos que discutir, sim, essa questão, e outras questões que dizem respeito aos índios brasileiros.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero apenas, também, endossar, aqui, as palavras dos ilustres Senadores que já se manifestaram aqui; todos têm a devida razão. E nós estamos totalmente impotentes. Parece-me que, lá no Ministério da Justiça, quando se fala em discutir esse assunto, não valemos lá nem uma moeda de R$1,00, pelo fato de que não levam em consideração nada que levamos diante não só de Ministros, mas, sobretudo, dos presidentes da Funai.

Havia um tal de Márcio Meira, aquele cara era debochado, não é, Flexa?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É esse o paraense a que me referi há pouco. Eu não chegaria a esse adjetivo, mas ele não atendia às necessidades do Brasil e do Pará, e é nosso amigo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Ele é mais importante do que o Presidente da ONU ou do que o Presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama.

Feito isso, ele deixou o cargo, assumiu uma senhora lá. Achei que essa senhora tivesse um mínimo de sensibilidade, fosse mais humana, mais cristã. Pior do que o tal do Márcio Meira. A mulher, o coração dela é um verdadeiro bloco de ferro fundido, pedra daquelas cristal.

Gente, o que estão fazendo no Brasil é brincadeira! Não estão respeitando nada; sobretudo, o Senador Moka esteve comigo, o Senador Ivo Cassol, o Senador Blairo Maggi, uma comissão de Senadores, fomos ao Ministro da Justiça, pedimos a ele, mostramos, fizemos uma exposição do que está acontecendo nos Es-

tados. Após isso, fomos ao Advogado-Geral da União, o Adams disse para mim, para a Kátia Abreu e demais Senadores que estavam participando desse evento, dessa reunião, que, diante do despacho do saudoso Ministro Carlos Alberto Direito, ele tinha condições de formalizar ao Ministro de Justiça para respeitar aquilo que foi decidido. Isso já foi há um ano e meio, quase dois anos. A Senadora Kátia Abreu disse: "Dá-nos de presente no fim do ano!." Já se passaram quase dois anos e, de lá para cá, Senador Blairo, Senadora Ana Amélia, Senador Acir, Senador Moka, Senadores presentes aqui, a coisa piorou, a coisa piorou, estão tomando umas decisões intempestivas, sem nenhum respeito às autoridades locais, que nem são ouvidas; nem os tribunais de Justiça, nem o Poder Executivo, na pessoa do governador; nem o Ministério Público, nem as entidades de classe são ouvidas.

Daqui a pouco, acontece o absurdo como o que está acontecendo lá em Mato Grosso, particularmente eu posso me referir. Eles fizeram, há poucos dias, uma intrusão em uma área com 7 mil pessoas; ou seja, só alunos matriculados na rede pública de ensino tinha 700 crianças. Foram despejadas a toque de caixa, ou seja, na base do cassetete, na bomba de gás, com a participação da Força Nacional, Polícia Federal, Aeronáutica. Enfim, praticamente esse pessoal passou a ser miserável, desalojado, muitos morando em barraco; pessoas que estavam ali há mais de 35 anos. Eu, particularmente, posso falar com muita cátedra, porque, quando governador, já sinalizava essa possibilidade. Todavia, eu nasci, criei e moro no Mato Grosso e nunca ouvi falar que ali teria, pelo menos rastro de índio. Criaram, dizendo que há 400 anos atrás tinha falecido quatro índios e tinha ali um cemitério com quatro índios, todo esse arcabouço e, feito isso, o governo – sem desapropriar Senador Benedito de Lira, ninguém recebeu um centavo de real... Queriam pegar o cidadão jogar num assentamento lá, um assentamento que foi feito de forma desordenada, dizendo: olha, o que cabe a você aqui são cinco hectares de terra, você perdeu a sua casa, você perdeu o seu posto de gasolina, você perdeu a sua farmácia, *bye-bye*, *tchau*.... Como é que fica? Ninguém foi ouvido.

O Governador Silval Barbosa, Senador Waldemir Moka, Senador Blairo, que conhecem bem a matéria e o assunto, veio ao Ministro da Justiça e ofereceu fazer uma permuta: dos 164 mil hectares, ele daria 225 mil hectares com toda a infraestrutura para os índios. Ou seja, o Estado tinha uma área e doaria, faria uma permuta em relação àquelas pessoas que estavam assentadas e daria 225 mil hectares... Menos de 100 km. E de fato, área que era ideal para o índio, até porque era mato, floresta, com água, com luz, com escola e com estrada. Se o senhor quis, eles não quiseram. Nem resposta deram. Marcaram dia e hora para fazer com que essas pessoas desocupassem. Um clima muito ruim!

Com isso, não é só a questão de desalojar as pessoas e fazer inclusão. A desvalorização das propriedades na região não tem como se aferir. Hoje, Mato Grosso vive numa situação de tensão em todas as regiões: seja no norte do Estado, na região de Apiacás, seja no médio e no baixo Araguaia, minha região, seja na região de Sapezal. Agora estão falando em Brasnorte, em Comodoro... Aí se você vai para outra região no oeste do Estado, a região de Pontes e Lacerda, a região de Vila Bela, todas as regiões de Mato Grosso. Nós temos que dar um basta nisso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu pergunto ao Senador... Desculpe interromper...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Pois não Senador.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Essa região melhorou? Continua do mesmo jeito ou pirou com essa desocupação?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Está piorando. Pelo fato de que...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Talvez V. Exª não tenha entendido a minha pergunta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Não entendi, não.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Por exemplo, houve um desalojamento, tiraram os produtores e assentaram os índios. Então eu pergunto: melhorou?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Piorou!

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Piorou ou continua do mesmo jeito?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Piorou e muito. Só a tensão que está causando na região, V. Exª há de convir comigo que isso traz transtornos para a atividade econômica hoje. Sem sombra de dúvida, são regiões que estão hoje buscando essa atividade, realmente já com a agricultura forte, com a pecuária forte, sobretudo tecnificada, estão preservando, fazendo uma produção agrícola sustentável.

Enfim, o que os senhores falaram aqui reflete a verdade e eu quero dizer que quero ser um dos signatários. Cabe à Presidência, na pessoa de V. Exª, Senador Benedito de Lira, fazer com que todos nós sejamos signatários aqui pelo fato de que o Ministro da Justiça tem que vir aqui. Eu vou dizer aqui, vou falar como o Senador Blairo Maggi, que falou em bagre ensaboado,

vou até mais longe – vou usar outro termo, meio chulo, mas é verdade – lambão, esse é o tal do lambão. Esse é o tal do lambão. Lambão é o cidadão que você vai pegar e não segura. Chega de nos tapear!!!

Ministro, pelo amor de Deus, tenho o maior respeito pela sua pessoa, todavia, algo tem que ser feito. Não podemos continuar com essa política debochada. Eu, como governador que fui, sempre tratei os índios com respeito, sempre. Fiz o possível e o impossível. Entretanto, nós também temos que respeitar outras partes. O índio tem todo o nosso respeito, tem a minha admiração, sempre trabalhamos juntos. Agora não pode tal coisa. Não é por parte do índio, Senador Moka, são as pessoas que estão usando eles. O que tem de ONGs de mercenários que estão fazendo do índio um instrumento a mais para ganhar dinheiro não dá para mensurar!

Já temos alguns números levantados. Aqui, no Brasil, hoje, tem quase 100 mil ONGs. No Mato Grosso, por incrível que pareça, o que tem de picareta – picareta! –, que fala que está na defesa do índio. Mentira! Está fazendo negócio, ganhando dinheiro, vivendo. São os bacanas que têm lá que estão explorando os coitados, os miseráveis dos índios. Índio quer o quê? Melhor condição de vida. Índio quer o quê? Quer que leve para ele infraestrutura, saúde, educação etc. Lamentavelmente, isso não levam. O que levam, naturalmente, é esse desentendimento entre branco e índio.

De forma, que faço um apelo a V. Exª também, em nome do povo de Mato Grosso, que V. Exª também nos ajude a fazer um trabalho, que possamos minimizar essa tensão que hoje ocorre nesses Estados aqui referidos.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Encerrados os encaminhamentos, eu submeto à votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Só para parabenizar o Senador Jayme Campos e dizer a S. Exª que eu disse ainda há pouco que no Pará não era diferente.

Lá, uma reserva indígena foi homologada, a Reserva Indígena de Apyterewa. Aquela reserva indígena começou com um assentamento do Incra. Existem três mil famílias lá assentadas pelo Incra. E, no ano de 2000 – estamos em 2013, portanto, cinco anos atrás, quatro anos atrás – o Presidente Lula, no Dia do Índio, no meio da negociação entre os colonos assentados, o Ministério da Justiça, a bancada do Pará, a Funai, no sentido de haver um acordo... A área, que tem cento e poucos índios, é de 750 mil hectares. O chefe da Funai na região se chamava Benigno e a população de lá o chamava de "maligno", porque ele mandava buscar os índios no Mato Grosso, de avião, para poder fazer os movimentos lá na Apyterewa porque não tinha índio suficiente para ele fazer esses movimentos.

E agora, foi homologada a área, mas não foram pagas as indenizações, Senador Blairo; há colonos que estavam lá há mais de 15 anos com produção de cacau, de hortifrutigranjeiros, de aves que não foram indenizados. Então não se consegue a retirada porque vai haver – e isso foi dito à época e continua sendo dito hoje – derramamento de sangue inclusive. Lamentavelmente, essa é a ação da Funai.

Terminando, quero dizer ao Senador Blairo, que ainda há pouco fez um desabafo com relação à desatenção desse Governo com os parlamentares e em especial àqueles do Bloco de Apoio ao Governo, que V. Exª pode vir para a oposição, que será muito bem aceito não só pela sua competência, mas será festejado, V. Exª e seu partido. Nós estamos de braços abertos para recebê-lo, para que possamos, juntos, mudar este País a partir de 2014.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Flexa, será avaliado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2 , DE 2013

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, por ocasião da Expodireto Cotrijal 2013 – Feira Internacional, a realizar-se em 8/3/2013, às 14 horas, na cidade de Não-Me-Toque, Estado do Rio Grande do Sul, com o seguinte tema: O Papel da Logística no Crescimento da Produção Agrícola Brasileira. O evento reúne produtores rurais de todo o país, além de propiciar com todas as cadeias produtivas, debates entre fornecedores de insumos, instituições financeiras e agricultores.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

E quero comunicar aos senhores membros da Comissão que este requerimento está sendo reapresentado por S. Exª, que terá a palavra para fazer a justificação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Benedito de Lira, eu queria, primeiro, agradecer ao Senador Acir porque esse requerimento foi feito ano passado, antes do encerramento, antes de iniciar o recesso, exatamente porque acontece o evento no início do nosso exercício legislativo, mas, do ponto de vista regimental, é necessário renovar a solicitação.

Eu queria também agradecer a V. Exª pelas prontas providências na agilização porque, como dependia de convites a alguns especialistas e autoridades, para participarem do debate, V. Exª teve esse cuidado de atender a nossa solicitação. No mais, é renovar o convite para os Senadores e Senadoras, e para todos os interessados nessa matéria, para participar amanhã, a partir das 14 horas, na sede da Cotrijal, a Cooperativa Tritícola Alto Jacuí, que é a promotora dessa Expodireto, de uma exposição que trata de plantio direto, que trata de todas as questões de agricultura de alta precisão – e Não-Me-Toque é a capital brasileira da agricultura de alta precisão.

Portanto, quero convidá-los para esse debate que acho extremamente oportuno, porque o que mais temos visto no noticiário hoje e pela manifestação dos produtores são as deficiências graves e comprometedoras à competitividade na produção em que o Brasil é excelência, que é a produção agropecuária de grãos. Quer dizer, é um país que está com 185 milhões de toneladas, quando havia, há 10 anos, uma meta de chegar a 100 milhões, e nós podemos superar os Estados Unidos, como recentemente o presidente de uma multinacional declarou a respeito desse protagonismo brasileiro.

Então, não podemos descuidar desse trato dessa questão, além do que nós já falamos aqui sobre as demandas de conflitos fundiários provocados pela questão indígena, também quilombolas, uma regra clara do Governo a respeito dessas matérias.

Eu queria agradecer o apoio dos Senadores a este requerimento, e, também, renovar a importância do debate com o Ministro da Justiça e as autoridades que lidam com essa questão para trazer mais tranquilidade e segurança ao campo brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de solicitar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu encaminhei à Secretaria da Comissão um requerimento que eu pediria a V. Exª para analisar de audiência sobre a questão dos pescadores, que o Ministro Brizola, do Trabalho... V. Exª recebeu a representação...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu quero comunicar a V. Exª que já está aqui na pauta para...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Isso. Eu pediria para...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) –... fazermos a leitura e...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...que fosse colocado extrapauta...

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Extrapauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – para que pudesse ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Perfeito.

Além deste, há outros requerimentos, inclusive o que nós estamos, pela Comissão, convidando, lógico, após a aprovação, o Ministro da Justiça para, num momento oportuno, nós fazermos aqui um grande debate com relação a essas questões que foram levantadas.

Então, eu solicitaria a Comissão a se manifestar com relação aos requerimentos extrapauta que estão aqui para serem discutidos e votados.

Passemos ao primeiro requerimento:

EXTRAPAUTA

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2013

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), destinada a debater os problemas que afetam a logística das exportações agrícolas do Brasil, com a presença do Ministro Antônio Delfim Netto.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Eu gostaria de comunicar apenas aos Srs. Senadores e Senadoras que, na verdade, nós temos um gargalo muito grande, gargalo horrível com relação a essa logística. Logicamente que ao propor à Comissão convite ao Ministro Delfim Netto é por conta do conhecimento geral que ele tem sobre esses aspectos. Foi Ministro da Agricultura, foi Ministro do Planejamento, foi Ministro da Fazenda. Não está na atividade, mas é um grande homem público deste País, e vem aqui para, se possível, aprovado o requerimento, a gente fazer um grande debate no que diz respeito a isso.

E procurarmos encontrar os caminhos, porque não adianta apenas debater. Debater, trazer as pessoas que têm conhecimento geral sobre os assuntos mais diversos do agronegócio nacional, e, ao mesmo tempo, encontrarmos caminhos para que a gente possa, através da força desta Comissão, exatamente fazer com o que o Governo possa se sensibilizar para estes e outros aspectos da maior importância para minimizar a dificuldade de quem produz neste País.

Por essa razão, eu submeto em aprovação o presente requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Para o encaminhamento, V. Exª, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – V. Exª está sugerindo só o nome do ex-Ministro Delfim Netto?

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Só, mas se puder haver mais umas outras intervenções, então...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria, até porque eu gostaria de ver, de ouvir a opinião, na minha avaliação, um dos homens que conhece muito o agronegócio, um homem com uma cultura imensa, também, que é o ex-Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. Eu acho que com o Delfim Netto e o ex-Ministro Roberto Rodrigues teríamos aqui duas pessoas... Roberto, evidentemente, com conhecimento mais específico sobre agricultura, cooperativismo e o Ministro Delfim Netto, além da agricultura, como foi Ministro do Planejamento, tem uma visão também de médio e longo prazo do que podemos esperar sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Submeto à aprovação o requerimento com o adendo proposto pelo Senador Moka.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Próximo item é um requerimento proposto pelos Senadores Flexa Ribeiro, Agripino, Benedito de Lira, Acir Gurgacz e Valdir Raupp.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2013

Requer, nos termos do art. 90, inciso III e art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a plena representatividade das colônias de pescadores; das Federações estaduais e confederação nacional e o restabelecimento do cadastro especial de colônia de pescadores no âmbito do ministério do trabalho e emprego, com a presença dos seguintes convidados: Ministro do Trabalho e Emprego – Sr. Brizola Neto; Ministro da Pesca e Aquicultura – Sr. Marcelo Crivella; Ministro da Previdência Social – Sr. Garibaldi Alves; Presidente da Frente Parlamentar Mista da Pesca e Aquicultura – Dep. Cleber Verde; Subprocurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho – Sr. Luis Antonio Camargo de Melo; Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultures (CNPA) – Sr. Abraão Lincoln Ferreira da Cruz; Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca (FAEP-BR) – Sr. Elizeu augusto de Brito.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro para justificar o seu requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Benedito de Lira, Srªs e Srs. Senadores, ontem, Senador Benedito de Lira, V. Exª, que, com competência e sabedoria preside a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, recebeu em seu gabinete – e quero agradecer-lhe antecipadamente – o grupo de representantes do setor da pesca, a pesca artesanal no nosso País, o Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Presidentes de várias federações de grande parte dos Estados brasileiros. E lá foi colocada a V. Exª a importância da aprovação de um requerimento, convidando os senhores ministros, os representantes do setor da pesca artesanal, para que aqui possa ser dirimida essa questão da Portaria 547, de 11 de março de 2010, que suspende os processos e procedimento de pedido de registro de colônia de pescadores, que se encontram em tramitação no Ministério do Trabalho, ou melhor, que torna sem efeito a Portaria 547, de 11 de março.

A Portaria a que me refiro e que temos que discutir aqui na audiência foi ditada pelo Sr. Ministro no dia 28 de dezembro de 2012, próximo passado, porque ele suspende, como diz aqui, a tramitação dos registros das colônias de pescadores no Ministério do Trabalho.

O Senador Acir Gurgacz, que, com V. Exª, com os Senadores Valdir Raupp, Agripino Maia, Alfredo Nascimento também subscreve esse requerimento, entrou em contato com o Ministro Brizola Neto para que ele possa atender a esse convite de vir até aqui à Comissão de Agricultura para dirimir, até porque, Senador Acir Gurgacz, V. Exª que também defende esse setor, que é importante para o Brasil, que é a produção de pescado. O Brasil, apesar de ter o mar na sua costa de mais 8 mil quilômetros, tem rios, como na nossa Amazônia, em todo o Brasil, que podem produzir pescado, participa com menos de 1% do mercado internacional de pescado. O Pará, o Estado que tenho a honra de representar aqui, no Senado Federal, rivaliza com Santa Catarina para ocupar a primeira posição de produção de pescado. Acho que somos os maiores produtores, até porque essas estatísticas não são, ainda, bem consolidadas. Mas precisamos apoiar os pescadores, apoiar os pescadores.

E a Portaria a que me refiro aqui, que foi editada em dezembro, do Sr. Ministro do Trabalho, Brizola, é inconstitucional. Diz a nossa Constituição, no art. 8º:

> *É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:*
> *I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical* [que é isso que o Ministros Brizola quer fazer com a sua portaria].

Senador Acir Gurgacz, também V. Exª subscreveu, e os demais Senadores, um ofício ao Ministro do Trabalho, para que ele suspenda uma audiência pública que fará, que está convocando para o dia 15 de março próximo, enquanto não fizermos a nossa audiência aqui, com o contato que o Senador Acir Gurgacz se propôs a fazer, por ser do mesmo Partido do Ministro, enquanto ele não disponibilizar a sua agenda, para vir até aqui. Espero que ele o faça logo, até para que possamos resolver, de uma vez por todas, esse imbróglio que ele próprio está criando, em todo o Brasil, para milhares de colônias de pescadores existentes em nosso País.

Esse é o mérito do requerimento que apresentei à apreciação dos senhores membros da CRA.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra, o Senador Acir Gurgacz, para fazer o encaminhamento de votação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Como bem disse o Senador Flexa Ribeiro, recebemos o Presidente da Confederação dos Pescadores e presidentes de federações de vários Estados brasileiros que nos trouxeram este problema que é a Portaria nº 547, de 11 de março de 2010, que reconhece e oficializa as colônias dos pescadores brasileiros. Está havendo uma discussão muito grande com relação a esse tema. Entramos em contato com o Ministro Brizola Neto, imediatamente, e agendamos, previamente, para o dia 14 próximo esta audiência pública.

Então, sugiro que possamos fazer dia 14, deve ser a próxima quinta-feira, que possamos convidar o Ministro Brizola Neto, o Ministro da Pesca e o Ministro Garibaldi, para que possamos fazer essa discussão o mais rápido possível, pois há uma preocupação muito grande por parte dos pescadores com relação à regulamentação das colônias de pescadores do Brasil inteiro. Tivemos um trabalho muito grande para conseguir a oficialização dessas colônias e, agora, elas se tornaram sem efeito – então, é da maior importância e quanto mais cedo pudermos fazer esse debate, será importante. Por isso, sugiro que seja feito o convite para o dia 14 próximo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Recebi, como bem disse o Senador Flexa, em nosso gabinete de trabalho, a confederação e dezenas de federações e notamos que, realmente, há uma preocupação muito grande, até porque, com essa portaria do Ministério, ele descaracteriza a competência da Federação e da confederação, porque diz a Constituição – e isso já está no exercício, muitos deles já estão praticando isso, ao longo de alguns anos, eles têm *status* de sindicato. Então, está havendo esse conflito. Consequentemente, para que possamos começar a apagar esse incêndio, Moka, ao terminar a reunião, imediatamente, a Comissão já fará o convite aos Ministros, para que possamos realizar essa audiência agora, no próximo dia 14.

Então, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2013

Requer, nos termos regimentais, a realização de Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, no dia 22/03/2013, sexta-feira, às 14 horas, para debater o conceito de ruralidade no Brasil no projeto desenvolvido pelo IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), que objetiva a construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil e implicações para as políticas públicas, abordando 4 componentes principais: (I) análise das concepções de ruralidade, seus alcances e limitações, no Brasil e em 8 países da América Latina e Europa; (II) formulação e validação no campo de propostas de tipologias dos espaços rurais no Brasil; (III) análise das implicações e impactos de uma releitura do rural e suas tipologias nas políticas públicas de desenvolvimento rural e (IV) elaboração de subsídios técnicos e institucionais para a realização de iniciativas semelhantes em outros países da América Latina, com a presença dos seguintes convidados: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Diretor Geral do IICA, Sr. Victor Villalobos, Professora Tania Bacelar, (Universidade Federal de Pernambuco), Professora Maria Nazareth Baudel Wanderley, (Universidade Federal de Pernambuco) Professor Sergio Buarque (FCAP/UPE).

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, obrigado pela atenção, Presidente.

Esse pedido me foi feito por meio do PDT, em nome do Senador Cristovam Buarque. Pretende-se com a iniciativa apresentar e discutir com o Poder Legislativo, Governo e sociedade civil os resultados alcançados pelo projeto desenvolvido pelo IICA, que objetiva a construção de uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil, bem como a avaliação dos impactos e implicações dessa releitura atualizada do rural nas políticas públicas de promoção e do seu desenvolvimento.

Nós sugerimos que fosse feito próximo a 22 de março, é uma sexta-feira, iniciando assim ou dando continuidade ao ciclo de palestras e debates para que possamos discutir e debater com os convidados que estão aqui nominados, para que possamos ouvi-los; para que eles possam expor as suas ideias e os resultados de seus trabalhos.

Para isso, sugerimos que seja feito no dia 22 de março próximo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Logicamente que uma referencia feita por V. Exª para dia 22, automaticamente, terminada a aprovação, a Comissão começará a tomar as providências para que possamos realizar essa comissão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 6, DE 2013

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira, com a presença do Exmo Senhor Ministro de Estado da Justiça, bem como do Presidente da FUNAI.

Autoria: Senador Benedito de Lira e outros

Foi discutido aqui, lógico pelos Srs. Senadores e chegamos ao entendimento, na Comissão, para que o próprio Ministro venha a esta Casa e a esta Comissão para prestar os esclarecimentos necessários e ver quais são as ações que estão sendo desenvolvidas pelo Governo para tranquilizar quem trabalha no campo com relação aos nossos índios.

Lógico que foi visto aqui e debatido que ninguém aqui tem nada contra o índio, muito pelo contrário. O índio é o nosso primitivo. Logicamente, queremos apenas com essa decisão evitar conflitos. Moka deu um exemplo aqui que, por equívoco, coisa que o valha, pela tensão que há no Mato Grosso do Sul, está morrendo índio e amanhã passa a morrer de um lado para o outro. Então, é necessário realmente que o Ministro venha para esta Comissão para que possa debater com...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Eu concedo a palavra para o Senador Sérgio para fazer encaminhamento de votação.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, eu acompanhei atentamente a fala de todos as senhoras e senhores sobre esse tema e realmente há algo que traz uma insegurança jurídica aos Municípios, aos Estados, principalmente ao produtor rural.

O Paraná não é diferente. Nós temos uma região, a região de Guairá, a região de Terra Roxa, que tem milhares e milhares de índios acampados ou nas ruas das cidades que estão dizendo que aquela terra é deles e eles têm direito aquelas terras.

Eu acho, para ser bem sincero, todo aquele território da América do Sul ou da América inteira era terra indígena. Não tenho dúvida disso. Agora houve uma colonização que vem há mais de 500 anos, houve toda uma regra para a distribuição dessas terras. Agora nós não podemos ter desenfreada demarcação. Eu ouvi alguém esses dias na Frente Parlamentar Agropecuária, um deputado do Rio Grande do Sul, Senadora Ana Amélia, dizendo assim: que uma antropóloga tomou um chá, um chazinho à noite antes de dormir, Senador Moka, e de repente desceu nela uma visão. No outro dia, ela acordou com uma ideia fixa de que tal região era terra indígena e foi lá e demarcou a terra. Diz-se que um xamã desceu nela lá e fez tudo isso.

Mas, veja só, eu não estou aqui dizendo que o que é de direito dos índios... Eu acho que nós temos que respeitar a cultura, o seu espaço e tudo o mais, mas há regiões que estão antropizadas, que estão ocupadas pelos cidadãos de bem deste País há décadas. Hoje a terra no meu Estado, o Senador Blairo Maggi sabe, não é diferente do Mato Grosso do Sul, do Mato Grosso, Senador Moka, ela tem uma valor agregado muito grande. Sabe quanto é em média um alqueire de terra no Paraná? Cem mil reais. Qualquer dez alqueires de terras é um R$1 milhão. Então é fácil, não é?

Agora se está antropizada há cinquenta anos, e foi feita toda a abertura, foram construídas cidades, estradas, foi cuidada, cultivada a terra, e terra de altíssima produtividade, agora é fácil, não é? É fácil chegar lá e dizer: essa terra é minha, eu tenho todo o direito. E mais do que isso, não é? Que regra que tem para demarcar terra? É a opinião pessoal de um antropólogo? Quais são os critérios?

Eu acho que nós temos realmente que avançar neste tema aqui, e eu ouvi o Senador Moka dizendo da necessidade de nós suspendermos toda e qualquer demarcação de terras no Brasil até nós termos uma regra clara nesse sentido.

Então eu quero apoiar esse requerimento e dizer que sou solidário a todas as ações e às audiências públicas que se fizerem necessárias para esse tema. Se precisarmos reunir a Comissão de Agricultura em outras regiões do Brasil que não somente na capital para discutir esse tema, contem com o meu apoio.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Pois não, Excelência. Eu gostaria que depois V. Exª pudesse subscrever.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse drama afeta também a milhares de agricultores catarinenses. Se alguém tem dúvida de que essa é uma política equivocada, que vá a Santa Catarina, na localidade de Sede Trentin, em Chapecó. Lá foi feita uma demarcação, os colonos foram retirados das terras que haviam sido adquiridas por seus avós, num programa de reforma agrária produzida pelo Governo do Estado, ou seja, famílias que compraram seus títulos do Governo do Estado foram desalojadas daquela região. E o que era aquela região? Era uma região altamente produtiva. Lá se produzia soja, trigo, milho e hoje não produz nada. Os índios estão lá e aquilo que era um centro dinâmico de produção agrícola virou um bolsão miserável, um bolsão de pobreza. Isso vem se reproduzindo em várias localidades onde se substituiu, na terra, o agricultor por índios, numa discutível questão de direito fundiário.

Mas o mais grave é a importação de índios do Paraguai. Ainda ontem, eu recebi uma denúncia de que, na região de Morro dos Cavalos, onde o Governo Federal está pagando uma indevida indenização trilionária para um grupo de índios, houve a importação de índios do Paraguai e ali foram colocados, para viabilizar essas indenizações bilionárias. Nós temos de investigar quem está por trás desse processo. Esse é um processo de industrialização da ocupação de terras agrícolas por comunidades discutivelmente indígenas.

Por isso, eu o apoio integralmente. Assinei esse requerimento. Quero cumprimentar o Senador Flexa pela iniciativa. É preciso que definitivamente nenhuma ocupação de terra seja feita, seja em favor de índios, seja em favor de quilombolas, sem anuência do Congresso. Essa é uma prerrogativa da qual não podemos abrir mão de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais nada em pauta, eu gostaria de renovar o convite formulado por S. Exª, a Senadora Ana Amélia, para amanhã participar da audiência pública

do ciclo de debates, que será realizado na cidade de Não-Me-Toque, no Estado do Rio Grande do Sul. É da maior importância que isso possa acontecer. E, com isso, nós iremos previamente estabelecer, discutindo aqui com a comissão, pautas para o futuro.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião e convoco os Srs. Senadores para amanhã dar continuidade ao ciclo de debates que será na cidade de Não-Me-Toque.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2013.

Às nove horas e dezoito minutos do dia doze de março de dois mil e treze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Lobão Filho, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Anibal Diniz, Cristovan Buarque, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Sérgio Souza e Cícero Lucena. reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, José Agripino e Gim. Justifica sua ausência o Senador João Capiberibe. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 332, de 2010**, de caráter não terminativo, de autoria da COMISSÃO – CPI – Pedofilia – 2008, que "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar que as emissoras de radiodifusão veiculem mensagens contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e sobre o uso seguro da Internet." O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp, e o Relatório é pela aprovação, com a Emenda que apresenta. O Projeto é retirado de Pauta, a pedido do relator ad hoc. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 679, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ana Rita, que "Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural." O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda, e o relatório é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. O Presidente da Comissão redistribui a matéria ao Senador Ivo Cassol, em razão do relator ad hoc, Senador Cyro Miranda, não mais pertencer aos quadros desta Comissão. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 394, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria Senador Valdir Raupp, que "Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e à Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da FIFA, seleções e atletas participantes." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o Relatório é pela declaração de prejudicialidade. Após a leitura do_relatório, encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova a Declaração de Prejudicialidade do Projeto, por 08 (oito) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Item 4: Requerimento n.º 1, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que requer "..., com base no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite aos Excelentíssimos Senhores Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, e João Batista de Rezende, Presidente de Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para a realização de debates em torno dos temas "15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET, E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL", e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna." O requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento n.º 2, de 2013-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Zeze Perrella, que requer "..., com base no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco Antonio Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para a realização de debates em torno dos temas "AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2013/2014 – DADOS E EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (ENCTI) – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE INOVAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA", e em havendo deliberação

favorável, que seja agendada data oportuna." O requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 389, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO SÃO JOAQUIM – AMCOSAJ. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 441, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à REDE BRASILEIRA DE ESPORTES COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 442, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DE ISRAELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 457, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COTEGIPENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 458, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 465, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga permissão à C.P.Z. COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo." O relator designado, ad hoc, é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 542, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ. para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo." O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 8 (oito) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e seis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – SENADOR **ZEZE PERRELLA**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Há comunicados da Presidência a fazer.

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal receberá a visita, no próximo

dia 20 de março, de delegação oficial de parlamentares franceses, representando o Grupo de Parlamentares para o Espaço, que será formado, nessa ocasião, por sete Senadores e Deputados Federais daquele país.

O grupo de parlamentares franceses, que conta na França com 70 membros, atua apoiando o setor espacial francês e estará em visita ao Brasil no período de 15 a 22 de março, destacando-se, dentre os objetivos da missão no Brasil, três pontos: entender a organização do setor espacial brasileiro; entender como e por que o Brasil desenvolve um setor espacial; identificar possíveis eixos de cooperação entre o Brasil e a França. Nessa oportunidade, faremos uma apresentação da política espacial brasileira e de proposições legislativas desta Casa, sendo oportuno convidar os membros do plenário da CCT e demais interessados

a participar da audiência, que será de grande importância para os trabalhos desta Comissão.

Propomos que a audiência seja realizada em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados.

Desse modo, indago das Srªs Senadoras e dos Srs. Senadores se concordam com a sugestão.

Aqueles que com ela concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, então, a proposta.

A nossa audiência terá lugar no Plenário 7 da Ala Alexandre Costa, no Anexo II do Senado Federal, com início às 14 horas.

A CCT do Senado recebeu o convite da Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) para participar do evento Economia Digital, Privacidade e Proteção de Dados, Diálogo Brasil-União Europeia. O evento será realizado em parceria com a União Europeia e com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse evento acontece hoje, dia 12 de março, com início às 9 horas, e terá lugar no hotel Royal Tulip, em Brasília. Maiores informações sobre o evento, assim como sua programação, estão à disposição dos membros deste Plenário na Secretaria desta Comissão.

O Grupo Telefônica no Brasil, que congrega as empresas Telefônica e Vivo, encaminhou à Presidência da CCT do Senado documento intitulado Mensagem da Administração da Telefônica Brasil. Essa mensagem sintetiza a atuação da companhia em 2012 e é parte integrante do seu balanço financeiro, já divulgado ao mercado, destacando os principais investimentos realizados.

A referida comunicação encontra-se à disposição, na Secretaria da Comissão, das Srªs e dos Srs. Senadores.

Por fim, esta Presidência comunica ao Plenário, reforçando junto a todos que acompanham os trabalhos da CCT do Senado, que as reuniões semanais da Comissão passam a ser às terças-feiras, às 9 horas, conforme deliberação e aprovação da proposta apresentada pelo Plenário da CCT.

Feitos esses comunicados preliminares, antes da abertura dos trabalhos da reunião deliberativa, a Presidência irá expor algumas informações relativas à agenda de trabalho desta Comissão para o ano de 2013.

Destacamos, sobremaneira, a importância da continuidade da linha de atuação das iniciativas realizadas pela CCT até o presente momento, sendo objetivo da Presidência reforçar e aprimorar ainda mais a agenda com a própria evolução dos assuntos de competência desta Comissão. Conforme destacamos por ocasião da reunião que culminou com a eleição desta Mesa, as duas grandes vertentes prioridades em nosso trabalho serão as questões relacionadas ao setor de comunicações e de ciência, tecnologia e inovação.

Por um lado, estimularemos os debates em torno de proposições legislativas em curso e que em breve aportarão na CCT, como o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Marco Civil da Internet, os projetos de lei que instituem programas e incentivos ao desenvolvimento tecnológico e científico nacional, dentre outros.

Em outra frente, como é vocação desta Comissão, utilizaremos o espaço para a promoção de importantes debates e audiências públicas sobre temas evidentes e de grande relevância para o País, como, por exemplo, a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a agenda do MCTI para 2013; a Política Nacional de Telecomunicações, os 15 anos da Lei Geral de Telecomunicações, a reestruturação da Anatel e propostas de novos regulamentos pela Agência; a atuação estatal e providências tomadas pelas empresas para recuperar e garantir a qualidade dos serviços de telefonia móvel, fixa e TV por assinatura, que acumulam hoje, além das maiores parcelas de usuários dentre os serviços públicos, também o maior número de reclamações; o Programa Espacial Brasileiro; a Política de Desenvolvimento Produtivo e os programas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação; a atual legislação de propriedade intelectual, patentes e propostas para o incentivo da atuação da pesquisa, garantia e direitos; a Lei de Serviço de Acesso Condicionado, ou TV por assinatura, dados do setor, questionamentos junto ao STF e propostas de alteração; energias renováveis e as pesquisas tecnológicas; cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação.

Pretendemos, ainda, instituir anualmente o seminário Caminhos para a Inovação, evento realizado com grande sucesso, em 2012, pela iniciativa dos Senadores Vital do Rêgo e Eduardo Braga. Além de passar a compor a agenda da Comissão, também proporemos ao Ministério da Ciência e Tecnologia parceria para que o seminário integre, anualmente, a agenda da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Na edição de 2012, além do qualificado público, o seminário foi brindado pela efetiva participação dos renomados cientistas brasileiros Miguel Nicolelis e Marcelo Gleiser, que presidiram de forma brilhante os painéis e exposições.

Alguns dos temas que ora citamos para a agenda de trabalhos inclusive são objeto de requerimentos em pauta para deliberação pelo Plenário.

Por tudo isso, demonstrando a intenção de dotar a CCT do Senado do mais amplo espaço e destacada atuação, contamos com a participação cada vez mais efetiva de todos os membros da Comissão, formando

quórum para com os debates e apresentando novas propostas para o enriquecimento da nossa agenda de trabalhos.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por ter assumido a Presidência desta Comissão, tenho a certeza de que os trabalhos serão intensos e eficazes.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no ano passado, no dia 23 de maio, apresentei um requerimento propondo a criação de uma subcomissão temporária para elaboração do projeto de lei do marco regulatório da mineração e exploração de terras raras no Brasil.

A criação do marco regulatório para o setor de mineração e exploração de terras raras no Brasil é fundamental para que nós não percamos o eixo dessa política, que é fundamental para o futuro da nossa Pátria. Nós estamos adentrando numa nova era industrial, que depende, fundamentalmente, de ímãs originados desses elementos raros. Trata-se de um grupo seleto de 17 elementos, que é alvo, hoje, prioritário de interesse de países desenvolvidos.

Eu diria que o interesse pelo domínio da tecnologia da mineração, seleção e industrialização de terras raras é hoje tão estratégico para os países desenvolvidos e em desenvolvimento como foi o domínio da energia nuclear nas décadas de 30, 40 e 50. Entre as principais aplicações dos compostos de terras raras no Brasil, estão, dentre muitos outros, composição e polimento de vidros e lentes especiais, catalisadores de automóveis, refino de petróleo, fósforo para tubos catódicos de televisor em cores, ímãs permanentes para motores miniaturizados, ressonância magnética nuclear, cristais geradores de laser, supercondutores e absorvedores de hidrogênio.

Por isso, Sr. Presidente, solicito a V. Exª que, já no início da sua gestão à frente desta Comissão, designe essa comissão composta por cinco membros titulares e suplentes.

Durante a audiência pública que realizamos, no âmbito desta Comissão, sobre este assunto, a que compareceram especialistas do setor universitário, do setor acadêmico e do setor industrial, vários integrantes desta Comissão manifestaram grande interesse pelo tema. E eu cito os Senadores Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Anibal Diniz – aqui ao meu lado, Cristovam Buarque, que, dentre outros, na época, na audiência pública, participaram e manifestaram grande interesse. De modo que será muito fácil, entre esses e outros nomes de integrantes desta Comissão... E aqui está o ex-Ministro da Infraestrutura deste País, o nobre representante do Amazonas, o companheiro Nascimento. E eu solicito a V. Exª que, com a participação desses Senadores e, se possível, do nosso Ministro Alfredo, agilize a constituição dessa comissão, para que possamos, neste ano, estabelecer uma legislação que regulamente todo esse setor, desde a simples mineração, passando pela seleção dos elementos, até a industrialização.

Para que V. Exª tenha ideia da importância desse setor, o Brasil caminhou para trás nesse campo, porque, até 1915, era o maior produtor; alternou essa posição com a Índia durante 45 anos. E hoje a China responde com 97% da produção internacional de terras raras, tendo amplo domínio sobre essa área tão estratégica. Por isso é importante que o Brasil tenha uma legislação que garanta a recuperação do espaço que tinha na produção industrial a partir desses elementos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Parabenizo V. Exª pela iniciativa, sabendo da importância desse tema. A Mesa está de pleno acordo. Sugiro, inclusive, o nome de V. Exª para presidir essa subcomissão, e vamos procurar instalar essa subcomissão o mais rápido possível.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª. Estou à sua disposição inclusive na articulação dos nomes que vão integrá-la.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Serão muito bem-vindas as sugestões, Senador, pela experiência que tem na área.

Sugiro aos quatro Senadores que aqui estão: se quiserem fazer parte dessa subcomissão... Nós poderíamos escolher o quinto nome depois.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu já havia manifestado ao Senador Luiz Henrique, quando da realização da audiência sobre esses minerais de terra rara, o meu interesse em participar dessa subcomissão. Então, tenho total interesse em acompanhar essa discussão. Se possível, proponho-me até a fazer a relatoria. Fico à disposição para contribuir também.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem, Senador Anibal.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois não, Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Atendendo ao convite do nosso amigo Luiz Henrique, eu gostaria de participar da comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria aproveitar o Item 2, pedir a retirada de pauta e, como Relator, que ele voltasse para mim, para poder verificar as mudanças que teve.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – De acordo, Sr. Senador Ivo Cassol. A matéria será redistribuída a V. Exª.

Estou justificando aqui a ausência do Senador João Capiberibe e a do Senador Cristovam Buarque, que não puderam comparecer.

Eu quero dividir com os Srs. Senadores uma preocupação que acho que tem que ser de todos nós desta Casa.

Eu recebi esta notícia pela imprensa com muita preocupação: os estádios do Maracanã, do Mineirão e da Fonte Nova – são três estádios importantes para a Copa das Confederações –, infelizmente, não vão ter banda larga. Não houve acordo entre a organização desses estádios, a administradora desses estádios, e o pessoal da telefonia. O pessoal da telefonia, segundo ouvi pela imprensa, alega que foram feitas exigências absurdas por parte das administradoras desses estádios. E acho que para a Copa das Confederações não teremos nem mais tempo de ter banda larga. Somente as antenas externas vão funcionar.

Pois não, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, deixe-me falar só do que eu conheço.

Obviamente, há um problema a partir da própria condução Fifa/empresas. A Anatel entrou no circuito, o Ministério das Comunicações idem.

Nessa sexta-feira próxima passada, eu, inclusive, estive no Estádio da Fonte Nova. Coincidentemente, era o dia em que o consórcio da Arena Fonte Nova estava fazendo um *tour*, quase que oficialmente já entregando o estádio.

Eu estive com as empresas que foram contratadas ou com quem fez lá o planejamento para toda a estrutura de lógica e comunicação com o consórcio da Bahia, eu estive com eles agora, nos dias 25 e 26 de fevereiro, e, como eu disse, na sexta-feira próxima passada, eu estive no próprio estádio, a convite do consórcio, sabendo eles que não só eu havia buscado intermediar essa coisa do funcionamento como também algo que tem a ver com a nossa atuação aqui.

E, no caso específico da Arena Fonte Nova, há em curso um processo com a empresa que é majoritária do ponto de vista da estruturação de rede física, o que, não necessariamente, impede... E, aí, eu acho que é importante entrar, e V. Exª poderia provocar esse debate. Eu acho que, para além da discussão aqui, seria interessante que nós marcássemos uma reunião com a Anatel e com o Ministro, ao invés de trazê-los aqui. Seria uma ida de membros desta Comissão, talvez no mesmo momento, se a gente pudesse articular com o Ministro Paulo Bernardo, e nós faríamos essa conversa – Ministério, Anatel e nós da Comissão de Ciência e Tecnologia – para afinarmos esses passos e tentar ajudar nessa questão.

No caso da Arena Fonte Nova, é muito provável que nós tenhamos o funcionamento da banda larga já na Copa das Confederações. O Governador do Estado também entrou em campo, não literalmente nas quatro linhas, para buscarmos essa intermediação. No dia de ontem, nós conversarmos sobre isso com o Governador e com o consórcio.

Então, acho que seria importante a gente buscar fazer isso para que a gente tenha uma única política para o Mineirão, o Castelão, a Fonte Nova, lá para o estádio do Recife, para o Maracanã, para os estádios de São Paulo, enfim, principalmente para os lugares onde teremos os jogos da Copa das Confederações. Primeiramente, Senador Zezé Perrella, porque não faz sentido essa história dos operadores chegarem e dizerem que nós vamos funcionar para fora dos estádios, até porque nós temos várias formas de atendimento para isso nos dias de hoje. O Ministério está discutindo a utilização de *phantom cells*, está discutindo a utilização de outras ferramentas para resolver um problema, inclusive, muito mais amplo do que um estádio. Por que nós não poderíamos experimentar isso nos jogos da Copa das Confederações? Qual é o problema? Afinal de contas, nós aprovamos tantas exceções aqui para os eventos da Copa do ponto de vista da estruturação para os jogos. Isso aí é estruturante!

Portanto, eu não vejo com esse pessimismo, até me antecipando a V. Exª, porque penso que, no nosso caso lá, a gente deve buscar uma solução e, consequentemente, como os passos internos da estrutura de lógica e comunicação já vinham sendo dados pelo consórcio, resta agora o acordo com a operadora máster, a operadora de telecomunicações, eu acho que, até de certa forma, o Ministério pode dar um aperto nas operadoras, pois não é para se criar dificuldades num momento desses.

Então, acho que o que V. Exª levanta é importante, e eu sugiro esse encaminhamento. Nós até conversamos sobre isso. Estive com o Ministro Paulo Bernardo nesse evento a que eu me referi agora, quando eu conversei com uma das empresas, a ganhadora para a instalação de toda a estrutura na Fonte Nova. O Ministro Paulo Bernardo estava nesse encontro; o Presidente da Anatel estava nesse mesmo encontro; eles são, portanto, sabedores e têm a capacidade e a competência para tocar essa questão.

A Anatel tem emitido várias notas dizendo que vai se empenhar e que vai utilizar, se for necessário, todos os instrumentos para garantir isso.

Então, eu queria sugerir isso a V. Exª. Se V. Exª quiser, nós podemos marcar hoje, amanhã de manhã, enfim, para tentar encaixar com o Ministério a busca de uma solução para esse problema, uma vez que não dá para a gente ficar encaixando aqui de imediato e, para a Copa das Confederações, estarmos fora. Não tem sentido isso! Não é um problema de atendimento da Copa; é um problema de atendimento de algo que é extremamente possível. Não é nenhum bicho de sete cabeças, não! Nós não estamos tratando com ninguém que não conheça essas tecnologias, mas alguém que tem ferramentas para colocar para operar imediatamente. Há algum impedimento? Não há nenhum impedimento do ponto de vista da utilização. Há dificuldade com os consórcios? Aí, nós temos que chegar também e, da mesma forma que nós excepcionalizamos muita coisa, dizer aos consórcios: "Olha, sinto muito, índio velho, não dá para ser desse jeito". Então, os consórcios...

A Fifa não transforma o estádio num Vaticano, com todo o respeito, pelo amor de Deus, ou seja, um Estado à parte dentro da cidade? Então, por que isso não pode ser tratado também como essa excepcionalidade? Fazer exatamente, ainda que seja exclusivamente para a Copa das Confederações, para depois a gente discutir como vai ficar o contrato deles na utilização de *shows*. O Mineirão, inclusive, foi utilizado nesse final de semana para *shows*. Aí, tudo bem, a gente pode até fazer uma discussão que nos leve a adotar uma política para a Copa ou para a Copa das Confederações, que é o que acontece agora. Depois, vemos como as empresas vão se acertar com cada arena. Aí, é um problema também deles, do ponto de vista dos serviços para funcionamento da arena como arena multishow.

Agora, para esse evento especificamente, temos de trabalhar na mesma linha do que fizemos aqui. Se eles tiveram todas as garantias para construir recursos, não sei o quê, e tal, agora vão emperrar numa área que é vital? Acho que não dá para a gente ficar aqui achando que isso está resolvido, etc e tal, de jeito algum. Acho que temos de usar o mesmo argumento que foi utilizado pelos consórcios, para serem tratados como algo excepcional.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – É, todos eles tiveram inclusive garantias, dinheiro do Governo, garantias dos governos estaduais para as construções dessas arenas. A nossa preocupação, Senador Walter Pinheiro – acho que é a preocupação de todos nós –, é de que será muito danoso para a imagem do País se não tivermos essa banda larga. E, diante das concessões que foram feitas, isso é uma coisa tão pequena diante de tudo o que foi feito.

Eu aceito a sugestão de V. Exª, vamos procurar marcar com os ministros, talvez ainda hoje, ou amanhã, chamar o pessoal das telefonias e as administradoras e procurar equacionar esse problema que, para mim, é muito pequeno diante de tudo, de todas as concessões que foram feitas. *(Pausa.)*

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, fazendo coro aqui com o nosso Senador Walter Pinheiro, todas as vezes em que ocorre um evento esportivo, se há transmissão ao vivo, automaticamente, há uma contratação de subida de satélite e, da noite para o dia, chega um caminhão com um *link* e faz esse sinal subir. Gera-se, de qualquer lugar do Brasil, um evento de 90 minutos, um jogo de futebol com transmissão ao vivo e também com possibilidade de seguimento para Internet.

Então, na realidade, essa dificuldade que se está apresentando é uma dificuldade inexistente, porque é uma situação que já foi resolvida muito tempo antes. Então, a gente não pode aceitar qualquer desculpa que não seja solução para esse problema, principalmente porque são poucos estádios. Para a Copa do Mundo, serão 12 estádios. Agora, para a Copa das Confederações, serão menos estádios. Então, há todas as possibilidades, que são cinco ou seis. Quer dizer, existem todas as possibilidades de se instalarem equipamentos, ainda que sejam equipamentos não definitivos, mas que permitam o sinal de qualidade, com boa velocidade, para os correspondentes do mundo, que vão estar aqui, poderem fazer o seu trabalho e não ficarem com imagem ruim do nosso País por conta de um descuido no trato dessa questão. É realmente nosso papel forçar a barra para que não haja dúvida quanto à oferta desse serviço. Acho que esse serviço tem de acontecer, sim, com qualidade, tanto agora no mês de junho com a Copa das Confederações quanto em 2014 com a Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Muito bem, Senador Anibal. O que me causa, talvez, Senador Walter Pinheiro, espécie é a posição da Fifa. Militei no futebol a vida inteira e conheço bem como funciona a Fifa. A Fifa só quer ganhar. Ela visa a lucros. Quero saber até onde a Fifa está disposta a ajudar a equacionar esses problemas de ordem financeira também. A questão, aqui na minha visão, é somente econômica. As telefonias estão dizendo que

os estádios estão fazendo exigências econômicas abusivas, enfim.

E eu me pergunto onde é que a Fifa entra nisso. Porque toda a renda dos jogos é somente da Fifa. Ela só fica com a parte boa. Eu acho que nós estamos tratando a Fifa hoje como se ela fosse Deus, como se nós precisássemos deles. Eles estão ganhando muito dinheiro fazendo Copa no Brasil, e acho que eles deveriam também – não é? – ver que não estão fazendo nenhum favor para o Brasil. A Fifa está fazendo a Copa aqui, nós estamos construindo os estádios, gastando bilhões, gastando bilhões com infraestrutura, com estádios que vão ser – conheço estádios do mundo inteiro, viajei minha vida inteira acompanhando esses jogos aí com o Cruzeiro, e estou impressionado de ver como os nossos estádios estão ficando...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O problema é que a Fifa não está tratando de Cruzeiro. A Fifa agora está tratando de real ou, então, de dólar. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Pois é, mas nós temos que apertar também eles um pouco, cobrar deles alguma coisa, porque eles vão ganhar bilhões e a despesa é toda nossa. Agora, se faltar banda larga e a Fifa simplesmente cruzar os braços, vai ser uma vergonha para todos nós.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, a gente está agora com quórum e eu gostaria de sugerir a V. Exª que pudéssemos começar com os terminativos, fazendo inclusive uma inversão de pauta, para que a gente aproveite esse momento maravilhoso nesta comissão de poder votar os projetos terminativos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. É sobre o Item 1.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, eu fui designado *ad hoc* para relatar esse item que versa sobre a radiodifusão e eu queria devolver o projeto, porque há interesse da Senadora Angela Portela de voltar essa relatoria. Então, eu não tenho nenhuma objeção e quero devolver o projeto para a Senadora Angela Portela.

E já faria um pedido também. Eu não estava aqui, mas o Senador Luiz Henrique deu entrada em um requerimento para criar uma subcomissão para tratar de terras raras e, como eu estou estudando muito essa área, eu queria também fazer parte dela. Eu já queria deixar consignado o pedido para fazer parte dessa subcomissão, quando ela for criada, a subcomissão que o Senador Luiz Henrique requereu.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

Ah, eu recebo a informação agora de que a Senadora Angela não quer mais o projeto. Posso ficar com ele, e vou pedir uma audiência pública. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Está em muito boas mãos.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – O Item 2 também está retirado de pauta. Ele será redistribuído pela ausência do Senador Cyro Miranda, que já não está mais na comissão, e vai para o Senador Ivo Cassol.

O Item 3, terminativo. PLS nº 394, de 2009.

Dispõe sobre a utilização de espaços publicitários, denominações, bandeiras, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos relativos à Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) 2014 e à Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, assim como a organizadores, mantenedores dos direitos da FIFA, seleções e atletas participantes.

Autoria**:** Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade.

Observações: A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com parecer pela prejudicialidade do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator da matéria, o Senador Aníbal Diniz.

A matéria está em discussão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Desculpem-me.

Relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Encontra-se sob exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 394, de 2009, do Senador Valdir Raupp, que estabelece normas para regulamentar os direitos de propriedade intelectual e de imagem de seleções, atletas, organizadores, mantenedores dos direitos da Federação Internacional de Futebol (FIFA) na Copa das Confederações FIFA 2013 e na Copa do Mundo FIFA 2014, a serem realizadas no Brasil.

O projeto possui nove artigos, sendo os dois primeiros a exposição do objetivo e das definições a serem observadas na proposição.

No art. 3º, determina-se a FIFA como proprietária exclusiva dos direitos relacionados a essas competições e se estabelecem várias denominações de seu uso exclusivo.

O art. 4º trata da proteção às denominações, bandeiras, emblemas, lemas, hinos, marcas, logotipos e símbolos dos organizadores e das seleções, bem como do nome ou apelido esportivo dos atletas.

Pelo art. 5º do PLS, o emblema, lema, hino, marcas, logotipos, símbolos e várias denominações relativas à Seleção Brasileira de Futebol tornam-se de uso privativo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e de seus patrocinadores durante as competições e até 30 dias após seu término.

O art. 6º estatui sobre a proibição de associação às marcas e competições protegidas na proposição.

No art. 7º, os governos das cidades sedes das partidas dessas competições, em conjunto com comitês organizadores e governos, federal e estaduais, devem definir zonas limpas e zonas de transporte limpo, com relação à veiculação de publicidade, durante o período de 90 dias antes do início, até o final das competições.

Multa e outras sanções definidas em regulamento são definidas pelo art. 8º como penalidades aos infratores das determinações estabelecidas na proposição.

O art. 9º contém a cláusula de vigência da lei, que é a data de sua publicação.

O autor justifica a proposição pela necessidade da proteção dos direitos intelectuais e de imagem para o real brilho das competições.

A matéria já passou por análise da Comissão de Educação e chega a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para decisão terminativa.

Análise, Sr. Presidente.

O PLS nº 394, de 2009, traz basicamente as mesmas disposições a respeito do tema constantes da Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, que "dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude – 2013, que serão realizadas no Brasil; e altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970". Essa lei, chamada de Lei Geral da Copa, foi debatida de forma ampla no Congresso Nacional e trata, entre outras, da matéria objeto da medida legislativa em exame. Por isso, a proposição perdeu a oportunidade, motivo pelo qual recomendamos seja declarada a sua prejudicialidade, seguindo o parecer aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Pelo presente, Sr. Presidente, o voto desta relatoria é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 394, de 2009, conforme determina o inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

É assim o voto, Sr. Presidente, pela prejudicialidade da matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Declara prejudicado o projeto, nos termos do art. 334, do RISF.

Em votação a declaração de prejudicialidade do projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o Relator vota "sim".

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Também vota com o Relator.

Senador Anibal Diniz. É óbvio o voto.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – A Comissão aprova a declaração de prejudicialidade do PLS nº 394, de 2009.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 1 , DE 2013 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite aos Excelentíssimos Senhores Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, e João Batista de Rezende, Presidente de Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, para a realização de debates em torno dos temas "15 ANOS DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES – AGENDA REGULATÓRIA 2013/2014 – TELECOMUNICAÇÕES E INTERNET, E NOVA ESTRUTURA DA ANATEL", e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.

Autoria: Senador Zeze Perrella.

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senado Lobão Filho propôs uma inversão de pauta para que fôssemos aos terminativos, aproveitando o quórum. Eu pediria a V. Exª que se pudesse também fazer essa inversão, que pudéssemos aprovar os terminativos.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella Bloco/PDT – MG) – De acordo, Senador Flexa Ribeiro.

Os próximos itens são projetos de decreto legislativo, de caráter terminativo, que exigem quórum qualificado.

A discussão e votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 389, de 2011 – Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Conjunto São Joaquim – Amcosaj para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Relatoria: Senador João Capiberibe.

Relatório: pela aprovação.

Indico o Senador Lobão Filho como Relator *ad hoc.*

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, só para aproveitar a oportunidade, faço uma solicitação: que os Senadores fossem diretamente ao voto, já que temos diversas comissões funcionando. Se sair algum, vai faltar quórum aqui. Peço que sejam breves.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Se os Srs. Senadores estiverem de acordo, está certo.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente, item 6 é um projeto de decreto legislativo que outorga autorização à Associação dos Moradores do Conjunto São Joaquim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

O voto, Sr. Presidente: tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 389, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Conjunto São Joaquim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teresina,

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Itens de 7 a 9. Relatoria do Senador Valdir Raupp.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 441, de 2012 – Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 442, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Israelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 457, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão comunitária cotegipense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação

Com a palavra, o Relator Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, acerca do ato que outorga permissão à Rede Brasileira de Esportes Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Rosa de Goiás, Estado de Goiás, o voto é pela aprovação.

O item 8, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Moradores de Israelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Israelândia, Estado de Goiás. O nosso voto também é pela aprovação.

E acerca do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão comunitária cotegipense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, o nosso voto é também pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco/PDT – MG) – Itens 10 e 11, relatoria do Senador Ciro Nogueira.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 458, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatório: Pela aprovação

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 465, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à C.P.Z. COMUNICAÇÕES LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colatina, Estado do Espírito Santo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Com a palavra, Senador *ad hoc* Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, o Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2012, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2012, para explorar serviço de radiodifusão em ondas médias na cidade de Vitória, Espírito Santo, e na cidade de Colatina, Espírito Santo, respectivamente.

Nós somos pela aprovação dos dois PDLs, por não encontrar nenhum óbice e por terem atendido a todas as exigências legais.

Portanto, opinamos pela aprovação dos dois itens.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Item 12, PDL 542, de 2012.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 542, de 2012
– Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA NOVO MARACANÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Da mesma forma, Sr. Presidente, o PDL 542 aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Novo Maracanã para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Portanto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Os itens 6 a 12 são pela aprovação e estão em discussão.

Não havendo quem queira discuti-los, estão aprovados.

Desculpem-me. Precisam de votação nominal.

Como vota o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Estou ainda em dúvida.

Voto pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zezé Perrella. Bloco/PDT – MG) – Aprovados.

Nós temos mais um requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO N° 2, DE 2013 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Marco António Raupp, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para a realização de debates em torno dos temas "Agenda, prioridades e ações do MCTI para 2013/2014 – Dados e execução da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação (ENCTI) – Programas de Desenvolvimento da Capacidade de Inovação da Indústria Brasileira", e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.

Justificação

A política de governo para o setor de Ciência, Tecnologia e Inovação vem priorizando nos últimos anos programas voltados ao desenvolvimento da capacidade inovativa e tecnológica do Brasil, com a coordenação das ações que consolidam a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa política deve ser constantemente acompanhada, inclusive pelo Parlamento e em especial pelo Senado Federal, e a CCT já recebeu em diversos momentos autoridades e especialistas que nos trouxeram conteúdo e elementos que contribuíram [e muito] aos nossos trabalhos.

Daí resultaram importantes iniciativas legislativas, como projetos de lei e outros debates, a exemplo do PLS que institui o Código Nacional de Ciência e Tecnologia, que foi destacado pelo novo Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros, em uma de suas falas durante a sessão legislativa que resultou em sua eleição.

Além de debates sobre iniciativas legislativas, também é do interesse da CCT acompanhar a evolução e resultados da política, e como já é uma praxe desta Comissão receber a cada início de sessão legislativa do Senado Federal o Ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, é oportuno abrirmos esse espaço para que seja feita uma exposição sobre a agenda, prioridades e ações do MCTI para os anos de 2013 e 2014, assim como a apresentação de dados relacionados à execução da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e os seus programas.

Submeto, assim, o presente Requerimento à apreciação dos meus pares da CCT, na expectativa da sua aprovação.

Sala da Comissão.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Quem vota pela aprovação permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Ministro da Ciência e Tecnologia já confirmou a presença na semana que vem. Então, terça-feira, às 9h, nesta sala, gostaria de contar com a presença de todos os Srs. Senadores.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 6 minutos.)

Edição de hoje: 282 páginas

(OS: 11238/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL